

Fernando Bessa Ribeiro

**Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Departamento de Economia, Sociologia e Gestão**

Sistema mundial, Manjacaze e fábricas de caju:

Uma etnografia das dinâmicas do capitalismo em Moçambique

Dissertação de Doutoramento em Antropologia Social

Vila Real

2004

Este trabalho foi financiado no âmbito do PRODEP III

Concurso n.º 4/5.3/PRODEP/2000

Formação Avançada de Docentes no Ensino Superior

Formando n.º 26



Sistema mundial, Manjacaze e fábricas de caju:

Uma etnografia das dinâmicas do capitalismo em Moçambique

Dissertação submetida para a obtenção do grau de doutor em Antropologia Social na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro pelo candidato Fernando Bessa Ribeiro, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº. 216/92 de 13 de Outubro, sob a orientação do Professor Doutor Bruno Martinelli da Universidade de Provença e do Professor Doutor José F. G. Portela da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Índice geral

Lista de siglas	11
Nota prévia	15
Agradecimentos	17
Capítulo I: O itinerário da investigação	23
1. Entre a intenção e o acaso	23
2. Oscilando entre continuidades e rupturas?	26
3. O plano da tese	33
Capítulo II: Trabalho de campo, terrenos em transformação	37
1. “O que veio ele cá fazer?” A negociação do acesso	37
2. Um lugar, vários lugares: a metodologia múltipla como estratégia	54
3. Etnografia e memória em contexto pós-colonial	64
Capítulo III: Sistema mundial, desenvolvimento e antropologia: a discussão teórica	75
1. O sistema mundial moderno: dinâmicas e (re)configurações	75
2. Do desenvolvimento à crítica do desenvolvimento: trajectos e discursos	96
3. Antropologia e trabalho aplicado e implicado	106
Capítulo IV: Economia-mundo, Moçambique e processos de integração	115
1. Economia, política e cultura: o quadro geral para a mudança social em Moçambique	115
2. Colonialismo, lutas nacionalistas e formação do Estado moçambicano	128
3. O poder operário e camponês face às disposições burocráticas: a definição de um modelo de organização estatal	142

4.	“A luta continua”: os primeiros anos de independência	149
5.	Do esgotamento da experiência nacional-popular à (neo)dependência capitalista	166
Capítulo V: A economia do caju em Moçambique: o trajecto histórico		181
1.	A “globalização” do cajueiro em Moçambique	181
2.	Da exportação <i>in natura</i> ao processamento industrial da castanha	189
3.	A indústria de caju no período nacional-popular	199
4.	Dividir para “empreender”: a destruição da Caju de Moçambique	215
5.	Os sindicatos para “matar a fome e a nudez” face às privatizações	225
Capítulo VI: Manjacaze: território, história e dinâmicas político-sociais		237
1.	O espaço: usos e dinâmicas	237
2.	Instituição, demografia e política	260
3.	As pequenas elites locais e a partilha dos recursos	267
4.	A terra dos heróis	272
Capítulo VII: A fábrica velha		293
1.	Da fundação da fábrica à independência	293
2.	A revolução em marcha: entre o poder operário e as disposições burocráticas	321
3.	A fábrica privatizada: da expectativa ao colapso	338
Capítulo VIII: Entre martelos e lâminas: a reconfiguração da economia do caju		357
1.	A liberalização como fim: uma agenda política para a economia do caju	359
2.	Liquidar a indústria para defender os camponeses: o neoliberalismo em socorro dos mais pobres?	363
3.	O debate tecnológico	379
4.	Começar pelas árvores: tentativas para a recuperação do sector	406
Capítulo IX: A fábrica nova		429
1.	Um burocrata empreendedor? A criação da empresa	429
2.	Uma fábrica no mato	431
3.	Homens e mulheres da fábrica: inquirindo as suas origens e trajectos de vida	436
4.	A organização do espaço da produção e o processo produtivo	447
5.	“Temos de marcar”: o trabalho na fábrica	461
6.	“Até no mato as leis me perseguem”: conflitos no espaço da produção	471
Capítulo X: Viver sem a fábrica		483
1.	Entre a nostalgia e a recriminação: uma vila expectante	483

2.	Os velhos comerciantes: uma classe em risco	485
3.	O comércio informal: o espírito capitalista numa economia local empobrecida	500
4.	Alternativas e destinos de vida dos trabalhadores da fábrica velha	513
Capítulo XI: Recomeçar: sistema mundial, trabalho de campo e antropólogos		529
Referências bibliográficas		543

Índice de quadros, figuras, fotografias, narrativas e anexos

Quadros

Quadro 1:	Censo da população moçambicana não indígena em 1928	129
Quadro 2:	Evolução do n.º de trabalhadores no sector industrial em Moçambique (1960-1970)	196
Quadro 3:	Fábricas da Caju de Moçambique alienadas	224
Quadro 4:	Tipo de habitação da população residente em Manjacaze	245
Quadro 5:	Censo da população não indígena na circunscrição civil dos Muchopes em 1928	253
Quadro 6:	População habitualmente residente em 1955	263
Quadro 7:	Distribuição percentual da população por tipo somático/ origem segundo área de residência, província de Gaza, 1997	263
Quadro 8:	Aquisição e processamento de castanha de caju na fábrica velha pós-privatização (em t.)	345
Quadro 9:	Trajecto histórico da fábrica velha	355
Quadro 10:	Distribuição do cajueiro em Moçambique em 1970	368
Quadro 11:	Cadeia operatória e sistema técnico de processamento da castanha de caju	390
Quadro 12:	Alguns elementos para comparação dos principais sistemas de descasque de castanha de caju	397
Quadro 13:	Processamento – níveis de eficiência produtiva	399
Quadro 14:	Principais pragas e doenças do cajueiro em Moçambique	411
Quadro 15:	Cajueiro comum/cajueiro anão em regime de sequeiro	415
Quadro 16:	Resultados da execução do programa de tratamento químico dos cajueiros em 2001	421
Quadro 17:	Cadeia operatória do processamento da castanha de caju na fábrica nova	456
Quadro 18:	Relação das barracas e bancas dos mercados de Manjacaze em 2001	508

Figuras

Figura 1:	Localização de Manjacaze e das fábricas de caju	73

Figura 2:	Evolução da taxa de câmbio e das exportações de Moçambique	165
Figura 3:	Disseminação do cajueiro a partir do nordeste brasileiro	182
Figura 4:	Distribuição actual do cajueiro em Moçambique	184
Figura 5:	Fábricas em actividade em Moçambique (1960-1970)	194
Figura 6:	Produção de amêndoa de caju em Moçambique (1960-1971)	195
Figura 7:	Processamento anual de castanha de caju pela Caju de Moçambique (1975-1993)	220
Figura 8:	Linha cronológica do sindicalismo em Moçambique	228
Figura 9:	Representação cartográfica de Manjacaze e imediações	242
Figura 10:	Esquema de habitação de construção tradicional melhorada, de antiga operária da fábrica	246
Figura 11:	Genealogia de Gulam Said	252
Figura 12:	Evolução demográfica no distrito de Manjacaze	261
Figura 13:	Resultados das eleições legislativas e presidenciais em 1994 e 1999	265
Figura 14:	Representação esquemática da fábrica velha	295
Figura 15:	Lugar de residência ou de origem dos trabalhadores aquando do ingresso na fábrica velha	299
Figura 16:	Cadeia operatória da fábrica velha, com distribuição de funções por sexo e tempos de produção	301
Figura 17:	Capital escolar dos trabalhadores da fábrica velha admitidos pós-independência	322
Figura 18:	Organigrama da fábrica velha sob propriedade estatal	325
Figura 19:	Castanha de caju adquirida pela fábrica velha (em t.)	333
Figura 20:	Organigrama da fábrica velha sob propriedade privada	343
Figura 21:	Castanha de caju comercializada em Moçambique (1950-2001)	367
Figura 22:	Preço da castanha pago ao produtor-apanhador em Moçambique, 1978/79-2002/03	375
Figura 23:	Exportação de castanha em bruto por Moçambique, 1995/96-2002/03	377
Figura 24:	Castanha adquirida pela indústria em Moçambique, 1995/96-2002/03	378
Figura 25:	Principais países de destino da amêndoa exportada por Moçambique, 1996-2002	379
Figura 26:	Exportação de amêndoa de caju por Moçambique, 1995-2002	382
Figura 27:	Exportações moçambicanas de CNSL, 1975-2001	384
Figura 28:	Sistema técnico de processamento da castanha de caju – Síntese comparativa	396
Figura 29:	Peso do sector do caju na balança comercial de Moçambique, 1975-2001	408
Figura 30:	Circuito de comercialização da castanha de caju durante o período colonial	423
Figura 31:	Circuito de comercialização da castanha de caju pós-liberalização	425
Figura 32:	Distribuição dos trabalhadores da fábrica nova por grupo de idades	438
Figura 33:	Profissão dos progenitores dos trabalhadores da fábrica nova	442

Figura 34:	Experiência profissional dos trabalhadores à data da entrada na fábrica nova	450
Figura 35:	Organigrama da fábrica nova	453
Figura 36	Cadeia operatória da fábrica nova, com distribuição de funções por sexo e tempos de produção	459
Figura 37:	Genealogia das últimas gerações da família Said	487
Figura 38:	Estabelecimentos comerciais em Manjacaze – Situação em 2002	488
Figura 39:	Trabalhadores despedidos da fábrica velha em Agosto de 1997	514
Figura 40:	Destinos ocupacionais dos trabalhadores despedidos da fábrica velha	515

Fotografias

Fotografia 1:	Praça frontal ao edifício da administração distrital de Manjacaze. À esquerda, o busto de Ngungunhane. Ao fundo, a lagoa Sulé	44
Fotografia 2:	Vista parcial de cajueiro durante a frutificação (meados de Outubro)	188
Fotografia 3:	Fruto maduro com o pedúnculo (meados de Novembro)	188
Fotografia 4:	Plano de produção afixado na fábrica do Chamanculo (Maputo)	210
Fotografia 5:	Placa de boas-vindas na entrada principal do mercado Xikanhanine	243
Fotografia 6:	Habitação de construção tradicional melhorada em Manjacaze	246
Fotografia 7:	Casa de alvenaria em Manjacaze	247
Fotografia 8:	Manjacaze – Rua principal do comércio formal	251
Fotografia 9:	Cantinas na rua principal do comércio formal de Manjacaze. No chão, junto aos degraus de acesso à primeira cantina, está colocada castanha a secar (campanha de 2001-02)	256
Fotografia 10:	Monumento evocativo da batalha de Coolela no sítio onde ela se deu	275
Fotografia 11:	Fachada principal da casa onde nasceu Eduardo Mondlane e lápide evocativa	282
Fotografia 12:	Cerimónia político-cultural em Manjacaze, em 2002, comemorativa da independência	289
Fotografia 13:	Fachada principal da fábrica velha	296
Fotografia 14:	Fábrica velha – Sistema de descasque mecânico por impacto	303
Fotografia 15:	Oficina de cerâmica da fábrica velha	330
Fotografia 16:	Cantinas saqueadas e destruídas durante a guerra civil (Chibonzane, distrito de Manjacaze)	371
Fotografia 17:	Descasque de castanha de caju com martelo na fábrica do Chamanculo (Maputo)	391
Fotografia 18:	Descasque de castanha de caju com máquina manual de lâminas na fábrica de Laulane (Maputo)	393
Fotografia 19:	Sistema de descasque mecânico por impacto na fábrica do Chamanculo (Maputo)	395
Fotografias		

20 e 21:	Plantação de cajueiro anão precoce irrigado e apiário. Fazenda Alpha Vale (Petroлина, Pernambuco)	414
Fotografia 22:	Cooperativista da UGC a trabalhar num dos seus jardins clonais (Laulane, Maputo)	416
Fotografia 23:	Provedor com o seu extensionista a experimentar o atomizador (Chalala, Manjacaze)	420
Fotografia 24:	Vista geral do pavilhão principal da fábrica nova	433
Fotografia 25:	Operárias da fábrica nova a almoçarem durante a pausa do meio-dia	468
Fotografia 26:	Operários da fábrica nova de regresso a casa	480
Fotografias		
27 a 32:	Quotidianos de trabalho na fábrica nova (do filme <i>Salvador</i> , realizado pelo autor)	482
Fotografia 33:	Festa de aniversário numa das mais antigas famílias de comerciantes de Manjacaze	490
Fotografia 34:	Descarga de alguidares de Manjacaze em Maputo, realizada por comerciante e empregado	493
Fotografia 35:	Vista parcial do mercado Xikanhanine em Manjacaze	511
Fotografia 36:	Antigo trabalhador da fábrica com dois filhos na sua pequena machamba	517
Fotografia 37:	Machamba apoiada pelo PMA na vila de Manjacaze	520

Narrativas

Narrativa 1:	Hafez Sadr	257
Narrativa 2:	Manuel R. Neto	308
Narrativa 3:	César Novele	336
Narrativa 4:	Fátima Litumbe	353

Anexos		575
1.	Representação esquemática do centro administrativo de Manjacaze	577
2.	Lista de correspondência dos principais edifícios do centro administrativo	579
3.	Representação esquemática da zona comercial formal de Manjacaze	581
4.	Lista de correspondência dos principais edifícios na zona do comércio formal	583
5.	Tipologia básica da amêndoa de caju	585
6.	Quadro analítico da amêndoa de caju	587
7.	Código das genealogias	589

Lista de siglas

ACNUR: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ACP: (Países da) África, Caraíbas e Pacífico
AHM: Arquivo Histórico de Moçambique
AHU: Arquivo Histórico Ultramarino
Aicaju Associação dos Industriais do Caju
AIM: Agência de Informação Moçambicana.
AMP: Armazém de Matérias-Primas
AP: Assembleia Popular
APA: Armazém de Produtos Acabados
Apad: *Association euro-africaine pour l'anthropologie du changement social et du développement*
APIE: Administração do Parque Imobiliário do Estado
AR: Assembleia da República (de Moçambique)
BA: Banco Austral
BCM: Banco Comercial de Moçambique
BEE: Boletim Económico e Estatístico
BEI: Banco Europeu de Investimentos
BIM: Banco Internacional de Moçambique
BM: Banco Mundial
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
BNU: Banco Nacional Ultramarino
BOM: Boletim Oficial de Moçambique
BR: Boletim da República
CA: Comissão Administrativa
CAS: *Country Assistance Strategy*
CAu: Cassete Audio
CC: Comité Central

CCP: Clone de Cajueiro de Pacajus

CEA: Centro de Estudos Africanos (Moçambique)

CEE: Comunidade Económica Europeia

CFC: *Common Fund for Commodities*

CEPAL: Comissão Económica para a América Latina

CEPC: *Cashew Export Promotion Council (of India)*

CFM: Caminhos-de-Ferro de Moçambique

CIA: *Central Intelligence Agency*

CNE: Comissão Nacional de Eleições

CNSL: *Cashew Nut Shell Liquid*

Comecon: Conselho de Assistência Económica Mútua

CP: Conselho de Produção

CS: Conselho de Segurança (da ONU)

CUF: Companhia União Fabril

CV: Cassete Vídeo

DG: Diário do Governo

DGU: Direcção Geral do Ultramar

Dinageca: Direcção Nacional de Geografia e Cadastro

DL: Decreto-Lei

DUAT: Direito de Uso e Aproveitamento da Terra

DV: Digital Vídeo

EDM: Electricidade de Moçambique

EE: Empresa Estatal

ENH: Empresa Nacional de Hidrocarboneteos

Embrapa: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Enacomo: Empresa Nacional de Comércio de Moçambique

EP: Escola Primária

EUA: Estados Unidos da América

FAO: *Food and Agriculture Organisation*

FMI: Fundo Monetário Internacional

FOB: *Free on Board*

FPLM: Forças Populares de Libertação de Moçambique

Frelimo: Frente de Libertação de Moçambique

Gapi: Gabinete para Apoio a Pequenos Projectos de Investimento

GATT: *General Agreement on Tariffs and Trade*

GD: Grupo Dinamizador

GTC: Grupo de Trabalho sobre o Caju

GTT: Gestores, Técnicos e Trabalhadores

ICS: Instituto de Comunicação Social (de Moçambique)

IFC: *International Finance Corporation*

IIAM: Instituto de Investigação Agronómica de Moçambique

ILP: Inquérito local pessoal

INAS: Instituto Nacional de Acção Social

Incaju: Instituto de Fomento do Caju

INE(M): Instituto Nacional de Estatística (Moçambique)

INE(P): Instituto Nacional de Estatística (Portugal)

INSS: Instituto Nacional de Segurança Social

IR: Informante Reservado

KSCDC: *The Kerala State Cashew Development Corporation*

Mader: Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

MAP: Ministério de Agricultura e Pescas

MEAU: Missão dos Estudos Agronómicos do Ultramar

MFP: Ministério das Finanças e do Plano

Mictur: Ministério do Comércio e Turismo

Misau: Ministério da Saúde

MST: Movimento dos Sem Terra

MPLA: Movimento Popular para a Libertação de Angola

Mt: Metical moçambicano

NATO: *North Atlantic Treaty Organization*

OCDE: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

OCT: Organização Científica do Trabalho

OJM: Organização da Juventude Moçambicana

OMC: Organização Mundial de Comércio

OMM: Organização das Mulheres Moçambicanas

OMS: Organização Mundial de Saúde

ONG: Organização Não Governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

Onumoz: United Nations Operation in Mozambique

OTM-CS: Organização dos Trabalhadores Moçambicanos – Central Sindical

PALOP: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

Petromoc: Petróleos de Moçambique

PIB: Produto Interno Bruto

PIDE: Polícia Internacional de Defesa do Estado

PIR: Polícia de Intervenção Rápida

PMA: Programa Mundial da Alimentação

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRE: Programa de Reabilitação Económica

PRES: Programa de Reabilitação Económica e Social

PRM: Polícia da República de Moçambique

Prodep: Programa para o Desenvolvimento da Educação em Portugal

PS: Partido Socialista

RCM: Rádio Clube de Moçambique

RDA: República Democrática Alemã.

Renamo: Resistência Nacional Moçambicana

SACP: *South African Communist Party*

SADC: *Southern African Development Community*

SARL: Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

SEC: Secretaria de Estado do Caju

SHCS: *Steam Heat Cutting System*

SIDA: Síndrome da Imuno-Deficiência Adquirida

Sintic: Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Caju

SISE: Serviço de Informações e Segurança do Estado

Snasp: Serviço Nacional de Segurança Popular

STC: *State Trading Corporation (of India, Ltd.)*

Sudene: Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

STAE: Secretariado Técnico de Administração Eleitoral

SV/US: *Save the Children/United States*

TAP: Transportes Aéreos Portugueses

TDM: Telefones de Moçambique

UE: União Europeia

UEM: Universidade Eduardo Mondlane

UGC: União Geral das Cooperativas

UM: Universidade do Minho

UNCTAD: *United Nations Conference on Trade and Development*

Unesco: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNITA: União Nacional para a Independência Total de Angola

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID: *United States Agency for International Development*

UTAD: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

UTRE: Unidade Técnica para a Reestruturação de Empresas

WNLA (Wenela): *Witwatersrand Native Labour Association*

€: Euro

\$USD: Dólar americano

Nota prévia

Como é regra em trabalhos desta natureza, os nomes dos informantes foram alterados ou designados sob a expressão IR (Informante Reservado), de modo a garantir o anonimato. Desta forma ficam resguardados as fontes donde emanam testemunhos muito sensíveis ou embaraçosos para outros actores sociais e, eventualmente, para os próprios, surpreendidos pelo alcance e impacto das suas “revelações”. Ficaram de fora deste procedimento todos os que manifestaram interesse, ou revelaram indiferença, na manutenção da sua identidade no texto. Ainda assim, nos casos em que tal aconteceu, atendeu-se sempre ao lugar ocupado na estrutura social, ao distanciamento temporal e espacial face aos acontecimentos em que estiveram envolvidos e, por outro lado, ao interesse histórico e sociológico na preservação de algumas “pistas” que possam facilitar o estabelecimento de novos contactos e o prosseguimento da pesquisa sobre esta temática.

Atendendo à singularidade notória dos lugares onde decorreu o trabalho de campo, em especial Manjacaze, mantiveram-se os seus nomes, bem como da maioria das empresas e outras instituições conhecidas do grande público e com presença corrente nos *media*.

Para tornar o texto mais conciso, foram indicados pelas suas siglas todos os nomes de instituições, organizações e expressões susceptíveis de serem contraídos. É necessário notar que muitas das siglas utilizadas são de uso corrente em Moçambique.

As palavras de origem africana aparecem no texto de acordo com a forma como elas são comumente grafadas e pronunciadas. Quando têm tradução para português e são conhecidas e, inclusive, utilizadas com regularidade pelos actores sociais, optou-se por registá-las nesta língua. O significado das palavras em língua changana, ou outra africana, incorporadas pelos actores sociais nos seus diálogos em português, bem como os neologismos

introduzidos, foram explicitados em nota de rodapé. A ortografia original dos textos citados foi mantida.

As fotografias foram efectuadas pelo autor nos períodos de Maio de 2001 a Janeiro de 2003 e de Dezembro de 2003 a Janeiro de 2004.

Na contracapa está colocado um exemplar do filme sobre o principal lugar etnográfico da investigação e as duas fábricas de castanha de caju. Inscrevendo-se na área do cinema documental, trata-se de uma pequena experiência que dá, de certa maneira, sequência ao filme realizado com as imagens recolhidas durante a primeira estadia no terreno (v. Ribeiro 2003a).

Este exercício de antropologia visual focaliza-se nos efeitos provocados pelas mudanças políticas e económicas mais recentes na vida quotidiana dos homens e das mulheres em Manjacaze. Terra de heróis, cruzamento de culturas e de gentes provenientes das mais variadas origens, as imagens permitem-nos aceder, ainda que de um modo fugidio, à vida de diversos indivíduos que, face ao declínio da economia do caju, tentam encontrar novos rumos para as suas vidas. Filmado com o recurso à “câmara-participante”, esta abordagem metodológica permitiu trazer à existência visual e sonora as estratégias e as soluções de sobrevivência e de adaptação às mudanças engendradas, entre outros, pelas famílias dos velhos comerciantes de origem indiana e pelos camponeses-operários das duas fábricas de processamento de castanha de caju.

Agradecimentos

Desde o alinhamento das primeiras letras nas composições de texto na escola primária que aprendemos a escrever nelas o nosso nome. Este acto permite tornar explícito a nossa condição de autor, deixando-nos sozinhos perante o escrutínio crítico dos leitores. Em trabalhos desta natureza, com pesquisa de campo realizado a milhares de quilómetros do lugar habitual de residência e exigências científicas e técnicas múltiplas, são muitas as pessoas e as instituições que se tornaram credoras da nossa gratidão. Sem que lhes caiba a responsabilidade autoral no sentido estrito, cabe-me manifestar o reconhecimento a todos os que aceitaram colaborar de forma generosa e competente.

As minhas primeiras palavras vão para os meus orientadores, Professores Bruno Martinelli e José Portela. Apesar de não me conhecer e da distância geográfica que tornava mais difícil o acompanhamento do trabalho, o Professor Bruno Martinelli aceitou prontamente participar na orientação científica da investigação, assim que se inteirou do projecto. A correspondência trocada e os diversos períodos de trabalho passados em Aix-en-Provence foram extremamente proveitosos. Jamais limitando a minha autonomia enquanto autor, beneficieei largamente das suas sugestões e reparos críticos resultantes das leituras e escuta dos diversos textos preliminares apresentados e dos diálogos travados durante as minhas estadias na *Maison Méditerranéenne des Sciences de L'Homme* da bela cidade provençal do sul de França. Tendo acompanhado a tese desde o primeiro momento e de muito perto, sempre presente e disponível, ao Professor José Portela devo a leitura crítica de várias versões da tese, sugestões bibliográficas decisivas e indicações valiosas acerca do trabalho de campo. Recordo, com manifesta saudade, as noites longas passadas em sua casa. Momentos singulares de convívio e debate fraterno, pela sua vivência e experiências passadas iniciei-me

nos “terrenos moçambicanos”, beneficiando até à conclusão da tese da sua crítica atenta e luminosa aos problemas que lhe levava.

Em Portugal, em Moçambique e no Brasil foram muitos os colegas e amigos que colaboraram neste trabalho de forma competente e desinteressada. Em momentos diferentes, souberam estar presentes, oferecendo o seu apoio solidário. Em Maputo quero lembrar quem me acolheu e ajudou a caminhar num país que me era praticamente desconhecido, muito em especial a Maria José Costa e a Maria Antónia Lopes. Devo também agradecer o apoio concedido pela Maria Inês Costa, desde a primeira hora, decisivo para franquear portas e desfazer equívocos que ameaçavam o bom desenrolar do trabalho de campo. Ainda em Moçambique menciono as pessoas que, respondendo às mais diversas solicitações, me auxiliaram desinteressadamente: Kekobad Patel, da Aicaju; José Carlos Borralho, Sara Daúde e Fausia Ismael, da Procaju; José Tembe, da Invape; Álvaro Martins, da Madecajú, Ibrahimo Juma, da Polycaju; Derek Higgs e Carlos Graça, da Mocita; Boaventura Mondlane, do Sintic; Wilson Macuha, da OTM-CS; Prosperino Galipolli, da UGC, desaparecido prematuramente em Fevereiro de 2004; Carlos Mhula e Marcelo Mosse, do indómito jornal Metical, entretanto encerrado; Júlio Cuamba e Marcelino dos Santos, Alfredo Gamito e Eugénio Numaio do partido Frelimo. Sublinho igualmente a amizade dedicada do Danial Valigy, Eliseu Sueia, João Costa, José Francisco, Luís Ribeiro e Franziska, António e Ana Maria Pires, António e Celisa Quelhas, Peter Anton Zoettl, Diamantino, Maurizio e Stefano.

De assinalar também o bom acolhimento proporcionado por diversas instituições, nomeadamente o Incaju, o STAE, a UEM, o AHM e a Biblioteca Nacional, cujos funcionários foram sempre de uma competência e interesse inextinguíveis, respondendo prontamente aos meus pedidos. Em Manjacaze lembro a colaboração dedicada dos responsáveis político-administrativos locais. Para além de responderem a muitas das questões colocadas, auxiliaram-me na procura de habitação e permitiram-me o acesso aos seus arquivos, equipamentos e outros recursos materiais. Às Irmãs Concepcionistas ao Serviço de Deus deixo aqui uma saudação muito especial pelo apoio carinhoso sempre presente e a hospitalidade generosa nunca regateada nesse oásis de tranquilidade que é a sua casa de Manjacaze. Devo igualmente mencionar os jovens técnicos dos serviços de extensão rural do Mader que me proporcionaram, durante o trabalho de campo, numerosas viagens a bordo das suas motos pelo distrito de Manjacaze, facilitando-me o acesso a lugares e a informantes que se revelaram fundamentais para a investigação.

No Brasil quero agradecer ao amigo Miguel Lopes, moçambicano com raízes lusitanas, os seus comentários e sugestões. Ainda neste país devo expressar a colaboração

prestada, aquando de uma visita realizada em Agosto de 2002, pelos responsáveis da Fazenda Alpha Vale (produção de caju) e das fábricas de descasque de castanha de caju Cione, Iracema e Resibras.

Em Portugal, a minha dívida para com colegas e amigos é também enorme. Uma referência singular vai para Manuel Rodrigues Neto, o fundador da fábrica de caju de Manjacaze que aceitou partilhar as suas memórias comigo. Das sessões de trabalho realizadas em sua casa, rapidamente transformadas em momentos de animado convívio, nasceu uma amizade que muito me apraz. Ao Manuel Carlos Silva a minha gratidão pelo muito que me ensinou ao longo de mais de uma década de trabalho e projectos partilhados, primeiro como professor, mais tarde como colega. Sempre pronto para responder às minhas dúvidas e dificuldades, nele encontramos o ânimo e o exemplo para uma maneira cidadã de estar na vida, de uma forma socialmente comprometida que não desaparece no processo de investigação, escudada em argumentos pretensamente científicos e a-ideológicos, ainda que política e institucionalmente confortáveis. A ele lhe devo também a leitura atenta e crítica de um bom pedaço da tese, cheia de reparos e sugestões estimulantes. Destaco também Jean-Yves Durand. Meu antigo professor na UM, companheiro de muitos passeios de bicicleta pelos vales e montes dos arredores bracarenses, a sua atenção à minha carreira profissional e a permanente disponibilidade para me ajudar a encontrar as pessoas certas para o meu projecto de investigação foram de um valor inestimável. Tenho ainda de referir a colaboração prestada por outros colegas e amigos, como Telmo Caria, Manuela Ribeiro, Alice Geraldês, Ronaldo Fonseca e Pedro Bessa, meu primo e companheiro de tantas aventuras, que se disponibilizaram para ler e comentar com perícia, no todo ou em parte, versões preliminares da tese. Foram também relevantes as sugestões de leitura, esclarecimentos e documentação disponibilizada por Chris Gerry, Virgílio Alves, Manuel Palmeirim, Joana Pereira Leite e Manuela Ivone Cunha. A um outro nível, abrangendo aspectos muito diversificados, como a edição de texto e de imagens, elaboração de quadros, figuras e desenhos, tenho de mencionar o trabalho eficiente e dedicado de Varico da Costa Pereira, Mário Jorge Alves, Manuela Mourão, Carlos Brito, Luís Gens e Duarte Pinto. Para os dois documentários produzidos, um dos quais está anexado a esta tese, Nelson Monteiro, Rogério Paulo e Agostinho Gomes disponibilizaram sem restrições tempo e saberes. De forma desinteressada e competente, tiveram a paciência inesgotável de responder aos pedidos, dúvidas e alterações sucessivas que se viram obrigados a fazer nos trabalhos realizados. Devo ainda lembrar a amizade tributada pelos colegas e funcionários do Departamento de Economia e Sociologia e do pólo de Chaves, lugar onde ensinei a maior parte do tempo que

levo de trabalho na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. A todos eles estou grato, em particular ao Américo Peres, a quem me une um tempo de trabalho partilhado e solidário e uma cumplicidade forjada nas lutas sindicais.

Impõe-se também aqui referir os apoios institucionais que concorreram para que este trabalho chegasse até ao fim. As primeiras palavras vão para o Departamento de Economia e Sociologia, cujas sucessivas coordenações sempre apoiaram com total confiança e liberdade este projecto de investigação, preocupando-se em proporcionar as melhores condições de trabalho, incluindo financeiras, para o levar a cabo. Devo também lembrar o Departamento de Ciências da Educação, onde me encontrava aquando da apresentação do projecto de doutoramento. Tendo-o acolhido favoravelmente, deram o seu bom encaminhamento ao processo de dispensa de serviço e à minha colocação como formando do Prodep. A este programa de desenvolvimento da educação em Portugal devo o apoio financeiro concedido, atenuando os custos elevados que uma investigação desta natureza sempre implica. Beneficiei largamente também da colaboração diligente da Reitoria, desde que o projecto chegou à Comissão Permanente do Conselho Científico, disponibilizando os recursos humanos e materiais existentes na Universidade, de forma a dar cabal satisfação às minhas solicitações. Uma referência muito singular vai para o Serviço de Documentação e Extensão – Audiovisuais e para o gabinete de desenho do Departamento de Geologia, cujos responsáveis e técnicos colocaram as suas competências inexcedíveis ao meu dispor pelo tempo que considerei necessário. Agradeço ao Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional, entretanto extinto, cujos responsáveis creditaram o projecto de investigação como suficientemente meritório para beneficiar do seu patrocínio. Ainda no domínio dos apoios institucionais cumpre-me expressar o meu reconhecimento para com a Fundação para a Ciência e Tecnologia e a Fundação Calouste Gulbenkian que em momentos diferentes apoiaram a deslocação a dois encontros científicos internacionais, respectivamente ao Brasil e à Irlanda. Uma referência final para o apoio do Centro de Imagem em Movimento aquando da minha segunda viagem a Moçambique. Desde o primeiro contacto que Maria João Faceira, a responsável, manifestou inteira confiança no projecto, cedendo as suas câmaras de vídeo para a gravação de imagens sobre os camponeses-operários do distrito de Manjacaze. Cabe aqui lembrar também a competência técnica e a dedicação amiga de Nelson Monteiro que me acompanhou durante parte dessa estadia.

Como já referi noutras circunstâncias, é do fundo do coração que agradeço a todos os que colaboraram comigo, de uma forma desprendida e paciente, em Manjacaze, em Jongué e em outros lugares onde fiz trabalho de campo, respondendo às questões, dúvidas e

inquietações com sabedoria e rigor. Gostaria de os mencionar, mas o recato exigido por pesquisas desta natureza impedem-no. Eles compreenderão e saberão reconhecer o seu inestimável contributo para este trabalho.

As derradeiras palavras vão para a Carminda, companheira paciente e solidária, que sempre me incentivou e participou nalgumas tarefas para levar a cabo a bom “porto” este trabalho, apesar do afastamento e do tempo que ele retirava ao nosso tempo.

Capítulo I

O itinerário da investigação

1. Entre a intenção e o acaso

Todos os projectos de investigação têm a sua história, um trajecto que reclama algumas notas explicativas para melhor alumiar e alicerçar as escolhas teórico-metodológicas, o trabalho de campo realizado e o próprio texto produzido. Tempo de vida nele vertido e consumido, este trajecto é como a própria vida, feito de acasos e de intenções que, não raro, se confundem. Na sua reflexão sobre os mais de 20 anos de trabalho antropológico já realizado, Martinelli (2000: 2) sublinha precisamente a importância do papel do acaso e da intenção, quando afirma que as nossas escolhas são, quase sempre, fruto de “*raisons de hasard*” ou de necessidades ajustadas às circunstâncias da carreira. Citando Lévi-Strauss, numa entrevista a Georges Charbonnier, Martinelli argumenta que as nossas escolhas são também determinadas por razões de afinidades ou de antipatias pessoais.

Inevitavelmente, este trabalho tem muito a ver com o meu trajecto pessoal, as aprendizagens adquiridas e as experiências vividas ao longo dos anos, muitas vezes inesperadas. Olhando para a minha formação académica, da história à antropologia, com uma forte componente de sociologia, reconheço que ela contribuiu para uma certa abertura disciplinar orientada para a articulação destas três disciplinas. Neste sentido, revejo-me nas palavras de Godelier (2000: 36) quando defende uma antropologia que saiba aliar outras disciplinas, nomeadamente para melhor compreender os outros distantes, uma tarefa tradicionalmente a ela atribuída, hoje de uma actualidade renovada num mundo em que a tão discutida globalização acelera as interações e interdependências entre Estados e povos à

escala mundial. Dirigindo-se a nós, antropólogos, Godelier reclama a necessidade de um conhecimento profundo da sua ciência e das outras que lhe estão próximas.

No último parágrafo da minha tese de mestrado (Ribeiro 1996: 194), enunciei o desejo de investigar a vida dos homens e das mulheres num espaço industrial em actividade. No momento em que escrevi essas palavras – Agosto de 1996 – estava longe de imaginar que, decorridos três escassos anos, estaria orientado para os terrenos africanos. De facto, quando terminei a minha tese almejava continuar a percorrer o itinerário académico, agora em direcção ao doutoramento. Sendo então docente contratado no ensino recorrente (educação de adultos), trabalho que acumulava com outras actividades profissionais, passei pela experiência, vivida por muitos que não estão no ensino superior ou em instituições de investigação, de trabalhar e investigar em simultâneo. Perante as exigências e os escolhos colocados por uma tese de doutoramento, sabia que a concretização de um projecto dessa natureza seria algo para o médio prazo (10 a 12 anos). Depois de uma breve passagem pelo Instituto Politécnico de Viana do Castelo, onde trabalhei durante um ano lectivo, ingressei na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Novembro de 1998. Nesta instituição encontraria as condições necessárias para optar por outro continente para levar a cabo o trabalho de campo etnográfico sustentado numa longa permanência no terreno.

A importância e a intensificação da cooperação, nomeadamente científica e académica, entre Portugal e os PALOP, contribuía para reforçar o interesse da investigação antropológica nos novos Estados africanos, cujos territórios estiveram até 1975 sujeitos ao domínio colonial português. Se bem que não se possa ignorar totalmente a força das estruturas político-institucionais, a sua influência nas opções tomadas foi sempre marginal. Os meus interesses e compromissos não eram compatíveis com preocupações deste tipo que, se colocadas na primeira linha da tomada de decisão, teriam levado a um resultado bem diferente. Quer dizer, a liberdade de investigação não se coaduna, em regra, com os interesses políticos e institucionais dos Estados. Neste sentido, embora colocando reservas ao argumento aduzido por Donham (1999: 149) sobre o carácter profundamente anticapitalista do discurso antropológico, pretendia fazer algo que pudesse afluir para esse longo caudal, nutrido por gerações de antropólogos e outros cientistas sociais empenhados na reconstrução e validação de sociedades e culturas com diferentes modos de organização económica e social, que, como justamente salienta o autor, contribuíram para o trabalho crítico sobre o capitalismo e a sociedade moderna. Neste contexto de aceleração da integração e interdependências entre povos, sociedades e culturas – marca basilar do sistema mundial moderno – provocada pela chamada globalização, o desafio passava muito pela construção de uma problemática capaz de

dar corpo a uma reflexão crítica sobre as formas e efeitos da incorporação das periferias no sistema mundial moderno e na economia-mundo capitalista.

As leituras efectuadas conjugadas com os meus interesses e competências rapidamente circunscreveram a investigação a uma problemática que fosse capaz de dar conta da mudança social e estimulasse o trabalho intelectual de compreensão no quadro do sistema mundial moderno e das dinâmicas e reconfigurações da sua economia-mundo. Embora cruzando-se com o desenvolvimento, também ele discutido, é de enfatizar que nunca se pretendeu, no contexto da investigação que agora se conclui, apresentar propostas concretas, “receitas” prontas a aplicar em programas económicos e sociais, justamente porque, entre outros aspectos, faltavam os recursos institucionais. Mas não só, é importante também sublinhar as interrogações em relação a muito do trabalho em antropologia aplicada efectuado nos mais diversos continentes. Como desassombradamente o classifica Maurice Bloch em entrevista à *Anthropology Today* (in Houtman 1988), não passa de um novo tipo de parasitismo dos pobres, no qual estes, pretensos beneficiários da ajuda, mais não são do que meros instrumentos para sustentar organizações, projectos e emprego nos países centrais.¹

Quanto ao terreno, Moçambique parecia-me ser mais adequado do que outras antigas colónias portuguesas, como Angola ou Guiné-Bissau, ainda em guerra ou sob o efeito de perturbações político-sociais muito graves. Saído de uma guerra civil que consumiu gentes e recursos durante mais de uma década, Moçambique está mergulhado desde meados dos anos 90 nos programas de “ajustamento estrutural”. A afluência de capitais estrangeiros, a privatização generalizada da economia e a mão tutelar do BM e do FMI aceleraram a integração de Moçambique na economia-mundo capitalista, questionada durante a experiência revolucionária de matriz socialista. Tratando-se de uma investigação em que o trabalho de campo com observação participante ocuparia uma posição metodológica capital, colocava-se a escolha do lugar, melhor dito, como veremos, do principal lugar onde iria viver durante a minha estadia moçambicana. Matéria largamente discutida no capítulo II, estava então face a um dos nós górdios da investigação, pois entendia que, por um lado, já não existem comunidades e sociedades vivendo em regime de autarcia e, por outro, fazer etnografia no actual sistema mundial moderno implica uma nova abordagem metodológica do terreno. Conquanto não se possa colocar em causa a observação participante e a longa permanência do antropólogo num dado lugar como princípios fundamentais do método antropológico, se bem

¹ Este tema exige a todos os cientistas sociais, em especial aos antropólogos, a produção de uma crítica implicada sobre a antropologia aplicada, inseparável do processo de desconstrução da aparente neutralidade ideológica e da bondade dos países e organizações doadores. Sobre esta problemática ver o capítulo III, nomeadamente o ponto 3.

que de modo não exclusivo, este tipo de etnografia exige ao antropólogo uma abertura para a articulação de diversos espaços, tempos e escalas, sem o qual não é possível levar a bom termo o esforço intelectual da compreensão das estruturas e dos quotidianos dos homens e mulheres observados.

2. Oscilando entre continuidades e rupturas?

A história do sistema mundial moderno e da sua economia-mundo capitalista está marcada, desde as origens, pela expansão. Num processo muito lento que se terá concluído apenas no século XX, esta é a primeira economia-mundo que abrange todo o planeta. Feita de alargamentos, mas também de alguns refluxos, a partir do seu centro (europeu) realizou-se a integração de vastos territórios, até aí exteriores ou praticamente marginais a ela. Mas esta integração foi construída de uma forma não homogénea, na qual vastas áreas e, até, continentes inteiros ficaram subordinados ao poder e aos interesses do centro. Dito de outro modo, a vida do sistema mundial moderno é composta por múltiplos movimentos que implicam as diversas áreas geográficas de forma desigual, fazendo com que umas beneficiem mais do que as outras das relações de troca capitalistas que se estabelecem entre elas [v., entre outros, Wallerstein 1990 (1974), Wolf 1982, Amin 1972, 1974, 1988, Frank s.d., Furtado 1961, 1964, 1976 e Marini 1976].

A ideia de um sistema mundial dotado de um centro e de uma periferia, que integra e condiciona Estados e áreas geográficas, é fundamental. Em termos históricos, neste processo encontramos algumas similitudes com os impérios. Também nestes a integração dos territórios que lhes eram exteriores se fez de uma forma dependente e polarizada. As mudanças mais recentes no sistema mundial obrigam a flexibilizar, mas não a rejeitar, o modo de aplicação dos conceitos centro e periferia, fundamentais à teoria do sistema mundial (v. capítulo III). Por exemplo, Wolf (1982) nota que o capitalismo, no seu processo de expansão e desenvolvimento, pode criar áreas periféricas muito próximas do centro. Ou seja, esta polarização é muito mais complexa do que à partida poderíamos supor, caso se fizesse uma utilização simplista destes conceitos: nos países centrais temos grandes espaços territoriais subdesenvolvidos; nos países periféricos podemos encontrar zonas de desenvolvimento pujante. Do ponto de vista social, a mesclagem, qual exposição fotográfica múltipla, é ainda mais intensa, podendo-se, sem grande risco, afirmar que no centro encontramos a periferia, sob a forma da pobreza e das exclusões sociais mais extremas, enquanto que na periferia

deparamo-nos com a erupção de enclaves “centrais”, distintamente apartados da miséria e do sofrimento humanos que os rodeiam.

Ao contrário do admitido durante muito tempo pela antropologia (cf. Donham 1999: 6), desde o início do sistema mundial moderno que os mais diversos povos e culturas foram por ele influenciados e regulados. Como salientou Frank,²

os resultados desta penetração foram já apresentados e a tese da consequente transformação e integração persuasivamente discutida, por Eric Wolf, para a América Central; para a Índia, por Marx, Dutt, Desai; para a China, por Owen Latimore; para a África por Woddis, Suret-Canale e Mamadou Dia; e, inclusive, para a Indonésia, o berço do dualismo, por Wertheim e Geertz, este último antigo companheiro de investigação de Higgins e, actualmente, colega de Hoselitz (1976: 82).

Ao colocar em conexão vastas áreas territoriais até então desconectadas ou, em alguns casos, com ligações muito ténues e intermitentes, o sistema mundial moderno mete em confronto diferentes modos de produção e culturas. Daqui resulta que um modo de produção e uma cultura se tornariam hegemónicos:³ o capitalismo e a cultura moderna de origem europeia. Dizer isto não significa, de modo algum, que os modos de produção e as culturas dominadas desapareceram. As relações são mais complexas. De facto, para onde se expandiu, o capitalismo, primeiro mercantil, posteriormente industrial, ora removeu ora integrou, de modo sempre dependente, os modos de produção pré-existentes. De certa forma, o mesmo se passou com o avanço da cultura moderna para fora dos limites geográficos onde encontra as suas origens. Esta caminhada, muitas vezes apressada, enfrentou em diferentes graus e intensidades as resistências dos povos africanos, ameríndios e asiáticos. Quer dizer, a

² De referir que muitos anos depois, já na década de 90, Donham (1990: 6), retoma o argumento de Frank, embora sem o citar. Tal como este, sustenta a sua posição nos trabalhos de Wolf (1982) mas também de Mintz (1985).

³ O modo de produção caracteriza a articulação, capaz de se reproduzir, entre as forças produtivas e as relações de produção, constituindo a base ou a infraestrutura da formação económica e social. Conceito complexo, para alguns autores não se circunscreve apenas à dimensão estritamente económica, ao modo de produção da vida material que, nas palavras de Marx, “condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral” [1971 (1859): 28-29], mas também envolve as outras dimensões da realidade social, como a jurídico-política e a ideológica (superestrutura). Mais concretamente, “a um modo de produção determinado (no sentido restrito) correspondem, numa relação simultaneamente de compatibilidade e de causalidade estruturais, diversas formas determinadas de relações políticas, ideológicas, etc., e designam o conjunto dessas relações económicas e sociais analisadas na sua articulação específica também pelo nome de modo de produção (desta vez no sentido lato)” (Godelier 1973: 41). Por sua vez, as relações de produção, também designadas por relações sociais de produção, são constituídas pelo regime de propriedade dos meios de produção – capitais, terras, ferramentas, máquinas, matérias-primas e tudo o que possa ser susceptível de ser usado para fins produtivos –, formas de repartição dos produtos – meios de produção ou bens de consumo – e estrutura de classes. Não é, de modo algum, por mero acaso que as reflexões em torno das questões relacionadas com a produção assumem uma especial importância no marxismo. Esta centralidade tem a sua origem na estreita articulação estabelecida por Marx e Engels [1975 (1846)] entre aquilo que os homens são e o que e como produzem, ou seja, “aquilo que os indivíduos são depende das condições materiais da sua produção” [1975 (1846): 17].

colonização enquanto processo de implantação de relações capitalistas de produção e de uma ideologia moderna desencadeou formas de resistência de duração e sucesso variáveis.

Trata-se da mudança social, entendida no seu sentido amplo, que inclui as transformações das estruturas políticas, económicas e ideológicas ligadas à formação de um novo sistema de dimensão mundial.⁴ Inseparável do progresso, enquanto elemento ideológico central da modernidade, a mudança como processo social permanente é, no entender de Wallerstein, “a crença básica que define o mundo moderno” (1995: 3). Porém, ela tem dificuldades em resistir a uma observação mais fina. Quer dizer, se é certo que as mudanças são, em muitos domínios, vertiginosas, nomeadamente a nível tecnológico, temos de reconhecer que em muitos outros aspectos o nosso mundo pouco ou nada mudou durante vários séculos. Para ilustrar a sua posição, Wallerstein (1995: 4) serve-se do caso português. Concordando que o país está muito diferente, se compararmos tempos distintos – v.g., o sistema político, a estrutura económica –, também realça que muito daquilo que faz o país é já velho de largas décadas, por vezes secular, como as suas alianças políticas e a posição ocupada no sistema mundial. Olhando para os países periféricos, em especial para África, facilmente se reconhece que numerosos elementos estruturais permaneceram ao longo de vários séculos, com destaque para a posição subordinada e dependente em relação aos países centrais, enquanto que outros elementos, da economia à cultura, foram mudando.

Oscilando entre continuidades e rupturas, o trabalho de trazer à existência aquilo que vai permanecendo e aquilo que vai mudando num dado sistema histórico deve tomar em consideração todos os seus campos, deve ser um esforço que se oriente para a compreensão da vida dos seres humanos em sociedade. Tal propósito implica um trabalho de investigação guiado por uma estratégia diacrónica e comparativa atenta a todos os elementos que compõem as estruturas e as acções colectivas empreendidas pelos actores sociais em cada contexto histórico determinado. Colocar as coisas nestes termos exige a definição duma posição no campo teórico que se distancia claramente das abordagens culturalistas centradas nos actores sociais, pretensamente livres de qualquer tipo de constrangimento estrutural. Dizer isto não implica decretar a ausência de margem de agência por parte dos actores sociais mas apenas reconhecer, como faz Bourdieu (2000: 239) para o campo económico, que qualquer plano, mesmo quando elaborado com a máxima consciência, está sujeito aos constrangimentos impostos pelas estruturas onde ele se inscreve. Ora, ao colocar tudo no actor, pressupondo que nada o limita na sua acção, as abordagens culturalistas revelam-se manifestamente incapazes

⁴ Sobre esta problemática v. também o quadro conceptual denso proposto por D. Ribeiro (1997: 68-78). Para uma reflexão sobre a mudança social assente em outras escalas e perspectivas de análise v. A. S. Silva (1994b).

de fornecer os instrumentos necessários à compreensão da vida social quotidiana nos contextos em que ela efectivamente se desenrola. Por exemplo, como compreender o encerramento das grandes fábricas de castanha de caju moçambicanas e os seus efeitos na vida dos operários, incluindo o fracasso das suas lutas, sem levar em conta as decisões políticas e os interesses representados ao mais alto nível nas instituições do “Consenso de Washington”?⁵ Seguindo de perto os ensinamentos de Bourdieu (1993a), é porque muito do que acontece num dado lugar encontra as suas causas em outros lugares completamente distintos que temos de estar atentos aos movimentos sistémicos e ao próprio sistema no seu todo quando se trabalha sobre um contexto social concreto, onde se leva a cabo o grosso do trabalho de campo. Como bem o enuncia Wallerstein para o continente africano, “não conseguiremos ponderar seriamente nada acerca da actual situação da África ou a sua possível trajectória se antes não analisarmos o que tem acontecido no sistema internacional como um todo nos últimos cinquenta anos” (2002b: 57).

Os estudos pós-coloniais, quando evacuum das suas reflexões a economia e a política (v. Feldman-Bianco *et al.* 2002: 13) exprimem, de certo modo, as abordagens criticadas por Wallerstein. Ora, o quadro teórico que conduz muitos destes estudos só será adequado se for capaz de dar conta e articular estruturas e agência, não se ficando pelas análises do discurso e das identidades que, conquanto sejam importantes, não discutem as relações de força nem as dominações e resistências, muito desiguais, que se estabelecem entre zonas geográficas, poderes, instituições e actores envolvidos (v. M. V. de Almeida 2000 e 2002). Dito de outro modo,

o conceito [de pós-colonialismo] será útil na medida em que nos possa ajudar a descrever ou caracterizar a mudança nas relações globais que marca a transição desigual da era dos impérios para a era pós-independências. [...] Ele deverá reler a colonização como parte de um processo essencialmente transnacional e transcultural global, produzindo uma reescrita descentrada, diaspórica ou global de anteriores narrativas imperiais centradas em nações (M. V. Almeida 2000: 232).

⁵ O Consenso de Washington visa o estabelecimento de uma economia global baseada no mercado livre e na iniciativa privada, da qual tenha sido extirpada a intervenção e, para os mais radicais, a própria regulação estatais. As suas origens remontam ao GATT, constituído em 1947 em Genebra por 23 países signatários. Desde a sua formação que se realizaram oito ciclos de negociações comerciais, centrando-se cada um no desvanecimento gradual dos condicionamentos ao comércio global. Os seis primeiros ciclos concentraram-se exclusivamente na redução das tarifas aduaneiras. O sétimo ciclo (1973-1979) coincidiu com o arranque da hegemonia do Consenso de Washington e a afirmação da força das empresas transnacionais, que, por serem já operadores globais, se tinham isentado das regulamentações internas dos Estados e queriam também a desregulamentação internacional. Entre elas estavam já presentes as que se interessavam pelo sector dos serviços, sedentas de se apoderar dos monopólios estatais nesta área, particularmente na saúde e educação (v. www.wto.org/english/thewto_minis_e/chrono.htm). Para o êxito desta hegemonia contribuiu o aturado e paciente trabalho levado a cabo pelos *think tanks* liberais que nunca desistiram, mesmo nas décadas pós-2ª Guerra Mundial, marcadas pelo domínio praticamente absoluto das teses keynesianas (v. Dixon 1999).

Trazendo a discussão para o terreno concreto da acção política mais recente, *grosso modo* a relativa aos últimos 50 anos, após a II Guerra Mundial os povos do continente africano iniciaram um processo em direcção à auto-determinação política. Em boa medida animados por ideais de emancipação social, de exaltação da negritude e de luta contra a exploração e a dominação nas suas mais diversas formas, os movimentos de libertação souberam, quase sempre com engenho e obstinação, enfrentar os exércitos, muito desiguais em dimensão e preparação, das potências coloniais europeias, fazendo-as claudicar. Este processo de auto-determinação política (formal) terminaria em 1975, com a constituição e o reconhecimento internacional dos novos Estados de língua oficial portuguesa.

Substituindo o colonialismo, os programas de modernização nacional, alguns de inspiração socialista e apoiados, em grau variável, pela URSS, China e outros países não-capitalistas, entraram na cena política dos diversos Estados africanos, fazendo parte das agendas de muitas das elites dirigentes. Decorridos 30 a 50 anos de independência, o balanço está longe de ser positivo. Os dados apresentados pelas diversas organizações da ONU – PNUD, FAO, OMS e Unesco, entre outras – são dramáticos. A esperança deu lugar ao pessimismo, fazendo do continente africano um enorme espaço de desolação e sofrimento. Oscilando entre a dependência e, por vezes, a não-existência de facto,⁶ os Estados africanos, incapazes de cumprir as promessas insufladas pelos ideais nacionalistas dos movimentos de libertação, transformaram-nas, não raro, em trágicos pesadelos. Convocando os textos de Wallerstein [1990 (1974)], Amin (1972 e 1974), Frank (1976), Cardoso e Falleto (1970), entre muitos outros ligados às teorias do sistema mundial e da dependência, pode-se afirmar que os territórios coloniais mantiveram após a independência política uma situação de dependência em relação aos países centrais, muitos deles antigas potências coloniais, que os constroem a adoptar políticas de desenvolvimento compatíveis com os seus interesses. Severamente contestada nas décadas de 60 e 70, esta dependência acentuou-se nos últimos vinte anos, com a consolidação da hegemonia neoliberal imposta pelos países centrais e colocadas em prática com o apoio das organizações internacionais do Consenso de Washington, como o BM, o FMI e a OMC.

⁶ Entre outros, podemos apontar a Somália e a Serra Leoa como exemplos paradigmáticos. No caso da Serra Leoa, pelo menos desde o início da guerra civil, há mais de dez anos, que o Estado se fragmentou em diversas facções rivais, umas mais “legítimas” do que as outras, tendo igualmente deixado de assegurar qualquer função social aos seus cidadãos (cf. Perez 2000: 10).

Os processos e factos sociais que envolvem os países periféricos naquilo que muitos designam por desenvolvimento são um domínio da investigação partilhada pela antropologia e pela sociologia. No entender de Olivier de Sardan (1995b: 5ss), a quem cabe grande parte da teorização em torno desta problemática, este é um domínio em que estas disciplinas não podem ser colocadas em oposição nem distinguidas. Daí que o autor opte pelo conceito amplo de “socio-antropologia da mudança social e do desenvolvimento”, definindo uma nova disciplina de investigação social. Não podendo existir separada da sociologia e da antropologia em geral, está marcada pela transversalidade disciplinar. Ligada aos processos de mudança social provocados pela industrialização em África (Bazim 2001: 112), esta socio-antropologia é simultaneamente uma antropologia política, uma sociologia das organizações, uma antropologia económica, uma sociologia das redes, uma antropologia das representações e dos sistemas de sentido. Precisando-a com rigor, Olivier de Sardan (1995b: 10) define-a como o estudo empírico multi-dimensional dos grupos sociais contemporâneos e das suas interações, numa perspectiva diacrónica, combinando a análise das práticas com a das representações. Implica uma análise intensiva e *in situ* das dinâmicas da reprodução e transformação de aspectos sociais de natureza diversa, tomando em consideração tanto os comportamentos dos seus autores como os significados que eles atribuem a esses comportamentos.⁷

Ao eleger como principal referência a teoria do sistema mundial, e levando em conta as teses de Olivier de Sardan, optou-se por uma estratégia de compreensão e análise que se opõe às velhas tradições antropológicas, como o culturalismo, que nada nos têm a dizer sobre as forças que comandam as interações entre as culturas desde o final do século XV, como sublinha Wolf (1982: 4-5) quando nos propõe uma antropologia diferente, mais histórica, capaz de apreender as conexões e dependências entre diferentes culturas no quadro do sistema mundial, basicamente entre a ocidental e as periféricas. Cabendo-lhe a ele o mérito de a ter levado à prática, Wolf (2001: 335) diz-nos que desde o início do seu trabalho tentou articular as particularidades dos actores sociais, em especial os que vivem nos campos, e os seus modos de vida e de trabalho com as estruturas económicas e políticas que comandam os Estados e os mercados.

No caso de Moçambique, a sua incorporação tardia na economia-mundo tem de ser analisada à luz da situação semiperiférica de Portugal. Promovida por um país colonial sem

⁷ Olivier de Sardan (1995: 6) considera que esta vasta área transdisciplinar pode contribuir para a renovação das ciências sociais. Este argumento retoma a tese de Lévi-Strauss (1990) sobre a contínua recriação dos velhos terrenos em contraponto à ideia, que está longe de ser recente, do esgotamento das temáticas coloniais e rurais (cf. Granjo 1998).

meios e recursos – demográficos, económicos, militares e outros – este quadro condicionou fortemente a intervenção no território moçambicano. A integração de Moçambique na economia-mundo foi, desde sempre, um processo extremamente dinâmico. A partir de meados da década de 60 a guerra colonial e, posteriormente, a experiência de modernização nacional-popular centrada e orientada para a auto-suficiência interna (cf. Amin 1999), profundamente abalada por uma guerra civil, insuflada do exterior e de forte intensidade, provocaram uma turbulência considerável que desestabilizou a incorporação deste país na economia-mundo, levando, inclusive, a uma situação de refluxo. Nos últimos anos, com o acordo de paz entre os beligerantes, a estabilização política e o colapso das experiências nacional-populares, inseparável do afundamento da União Soviética e seus aliados, o processo de integração dá mostras de alguma aceleração.

Assumindo as mais variadas dimensões que se manifestam nos lugares onde a vida humana se consome, a mudança social aqui inquirida tem como um dos principais lugares etnográficos a vila de Manjacaze, na qual foi implantada, ainda durante o período colonial, uma unidade industrial de processamento de castanha de caju orientada para a exploração dos recursos locais em matérias-primas agrícolas e trabalho humano. Mantida em funcionamento após a independência, a fábrica continua hoje, apesar de paralisada, a marcar o quotidiano da pequena vila da província de Gaza. Recentemente, já no quadro imposto pela hegemonia neoliberal, surgiu uma nova fábrica de processamento de caju.

Inscrevendo-se nos trabalhos relacionados com a antropologia da empresa (v. Selim 2001)⁸ e os estudos sobre os operários nas fábricas (v. Lazarus 2001), centrados nas dimensões políticas da organização da produção e nas relações sociais no interior das empresas (v. Flamant e Jeudy-Ballini 2002), a problemática a escrutinar está relacionada também com os modos de integração e de resistência dos actores sociais, manifestos ou subtis, às mudanças sociais desencadeadas por estas unidades industriais e, a um nível mais amplo, pelas dinâmicas e reconfigurações económicas e políticas, algumas de dimensão sistémica. Neste sentido, é importante conhecer e reflectir sobre as estratégias que, no passado e no presente, foram e são usadas pelos actores sociais para resistir aos constrangimentos e explorar, em seu proveito, as oportunidades proporcionadas pelas fábricas, nomeadamente no que se relaciona com o acesso às trocas de mercado facilitadas pelos salários e a aquisição de novas competências no âmbito da cultura técnica, num contexto muitas vezes marcado por

⁸ Retomando a discussão sobre os terrenos partilhados, também neste domínio muito concreto da investigação social nos confrontamos, como sublinha Selim (2001: 66), com a presença muito forte de disciplinas como a sociologia do trabalho e das organizações.

rápidas transformações a nível do Estado, não raro conectadas com mudanças de carácter global.

Nesta articulação entre estrutura e agência procurar-se-á identificar as estratégias, porventura muito diferenciadas, colocadas em prática pelos actores e classes sociais directamente relacionados com as fábricas e, a um nível mais geral, a economia do caju. Condicionados pela posição na estrutura social e pelos constrangimentos e oportunidades que elas lhes proporciona no contacto com os mecanismos transformadores, é de supor que as possibilidades oferecidas pelas fábricas produziram modos diferenciados de lidar com a mudança: enquanto que uns terão visto no trabalho fabril um meio de consolidar ou melhorar o estatuto e as condições de vida, outros foram incapazes de se ajustar aos ritmos de produção impostos; enquanto que uns, dotados de recursos mais adequados, terão sabido adaptar-se às novas condições económicas e sociais engendradas pelas fábricas, outros não o conseguiram, por razões que se tentará desfiar mais à frente.

Ao tomar como intervalo temporal de análise um período alargado – desde a ocupação territorial efectiva a partir do final do século XIX até ao presente – o texto atravessa, em termos cronológicos, todo o conturbado processo económico, social e político vivido por Moçambique nas últimas décadas. Retomando o acima enunciado, em síntese temos: (i) uma situação colonial capitalista, marcada pela guerra a partir dos anos 60; (ii) a experiência pós-independência de matriz nacional-popular orientada para o socialismo (iii) mais recentemente, com o fim da guerra civil, a recuperação plena do modelo capitalista, agora na versão neoliberal. Não ignorando esta trajectória histórica, tentou-se também prender a observação à reflexão sobre dois contextos diferentes em tensão, cujas interacções não são equilibradas: o “mundo” africano não-capitalista, relativamente auto-suficiente e autónomo face ao Estado, ausente ou demasiado distante e débil, e o “mundo” da integração no Estado moçambicano e na economia capitalista, cada um deles ancorado em sistemas de conhecimento e de práticas muito diferentes: o “moderno”, “ocidental”, “científico” e “burocrático” face ao “local” e ao “indígena” (Grillo 1997: 7).

3. O plano da tese

Na abertura deste capítulo foi referida a importância da intenção e do acaso no trajecto da investigação. Observando os sucessivos planos que orientaram a tarefa de redacção da tese, percebe-se que também aqui eles fizeram sentir a sua força. Longe de se desenhar de um só

golpe, segundo o sentido que lhe é atribuído por Bourdieu (1989: 26-27), foi longo o caminho percorrido até à estruturação da tese em onze capítulos. Entre a formulação inicial e a sua configuração final, o tempo consumido foi feito de centenas de dias de trabalho, leituras e ideias marcadas por acasos – um livro inesperado, um texto completamente desconhecido, uma informação saída de uma conversa casual – que concorreram para interrogar a todo o instante o plano existente. Alvo de reformulações e retoques sucessivos, a estrutura final que organiza o texto é substancialmente diferente da que foi inicialmente pensada. Esta tarefa de organização e produção do texto acaba por não ser muito diferente do trabalho de campo, também ele marcado pelo esforço permanente de compreensão e acomodação intelectual ao contexto e aos actores sociais observados. Quer isto dizer que a definição do trajecto que agora se conclui foi sujeito a um processo contínuo de negociação e de confronto de possibilidades e soluções, para o qual contribuíram, sem que lhes caiba qualquer responsabilidade autoral, as sugestões dos colegas e amigos que acompanharam de perto o trabalho.

Descendo à apresentação concreta da estrutura da tese, a discussão teórico-metodológica que ocupa todo o capítulo II dá, de certo modo, continuidade à reflexão aqui esboçada sobre o terreno de investigação. O ponto de partida é a análise das continuidades e rupturas que marcam a vida social e os processos de integração das entidades estatais no sistema mundial moderno. Tal como foi referido, a pluralidade e complexidade de aspectos que compõem esta vasta temática suscitaram interrogações sobre que antropologia fazer, quer dizer, a teoria e a prática que melhor se adequariam a perspectivas e abordagens de forte teor crítico, simultaneamente atentas aos lugares onde os actores sociais vivem o quotidiano e as grandes estruturas sistémicas que os envolvem. De seguida o texto ocupa-se com as dificuldades colocadas pela escolha dos lugares e a negociação do acesso ao diálogo com os actores sociais a inquirir, fechando-se o capítulo com uma reflexão sobre o papel da memória no trabalho etnográfico. Esta discussão não decorre, de modo algum, de qualquer formalismo teórico ou metodológico, antes assume uma posição de forte relevância em toda a tese. Com ela desfizeram-se muitos dos nós colocados pela organização e realização do trabalho de campo e, posteriormente, pelo trabalho textual. No capítulo III apresenta-se o quadro teórico, já aflorado aqui. Embora fazendo apelo a diversas perspectivas teóricas e rejeitando qualquer tipo de determinismo ou fatalismo, a teoria do sistema mundial ocupa uma posição central e estruturante na investigação, ainda que numa relação tensa, conflitual mesmo, com as reflexões saídas do trabalho etnográfico. Fechados estes dois capítulos, a tese fixa-se na análise dos processos de integração de Moçambique na economia-mundo,

considerando com particular atenção os efeitos provocados pelo colonialismo, pelas experiências relacionadas com a tentativa (fracassada) de estabelecimento de uma sociedade socialista e, no presente, pelos programas de ajustamento estrutural que constituem a expressão material da actual fase de reconfiguração do capitalismo neste país. O capítulo V percorre a história da economia do caju em Moçambique, desde a plantação dos primeiros cajueiros no século XVI até ao desenvolvimento de um importante sector industrial em meados do século XX. Com um enfoque nas lutas sociais recentes, ao longo do texto que dá corpo a este capítulo tenta-se esclarecer as ligações entre o que se passa ao nível estatal e, no interior deste, nas fábricas de caju e as macro-mudanças operadas no quadro do sistema mundial. Encerrada esta discussão, o capítulo VI apresenta Manjacaze, o lugar principal onde se realizou o trabalho de campo, reflectindo-se sobre a sua história e as dinâmicas político-sociais que a marcaram. Neste distrito da província de Gaza estabeleceram-se, em momentos e contextos históricos bem diferentes, duas fábricas de processamento de castanha de caju que justificam os capítulos VII e IX. Entre estes coloca-se um capítulo de discussão sobre a recomposição deste sector, onde se cruzam as políticas neoliberais de ajustamento estrutural com as tecnologias de processamento, os interesses das forças sociais em confronto e os ténues esboços para a recuperação da economia do caju em Moçambique. No capítulo X reflecte-se sobre os efeitos sociais provocados pelo colapso da indústria do processamento de caju em Manjacaze, com a etnografia a dar expressão concreta às vidas e às vozes de muitos homens e mulheres afectados, às suas esperanças e alternativas de vida engendradas. Por fim, o texto de encerramento retoma a discussão que abre a tese. Mais do que uma conclusão, que não deixa de o ser, trata-se de prosseguir o debate sobre o sistema mundial, o trabalho de campo e os antropólogos numa perspectiva crítica e aberta, logo avessa a qualquer consideração terminal ou definitiva. Ainda que se procurem respostas, pretende-se sobretudo interrogar, colocar sob o escrutínio reflexivo toda a etnografia realizada num quadro conceptual marcado pelo sistema mundial moderno e as dinâmicas da economia-mundo capitalista.



Principalmente, interrogamo-nos: que viemos aqui fazer? Com que esperança? Com que objectivo? O que é ao certo uma investigação etnográfica? Será o exercício normal de uma profissão como as outras, com a única diferença de que o escritório e o laboratório estão separados do domicílio por alguns milhares de quilómetros? Ou será a consequência de uma escolha ainda mais radical, implicando que se ponha em causa o sistema no qual se nasceu e no qual se cresceu?

Claude Lévi-Strauss [1986 (1955)], *Tristes Trópicos*. Lisboa, Edições 70.

Capítulo II

Trabalho de campo, terrenos em transformação

1. “O que veio ele cá fazer?” A negociação do acesso

Viajei para Moçambique no início de Maio de 2001, quando a humidade e o calor característicos do verão tropical ainda se faziam sentir. A escolha do principal lugar de observação etnográfica, que parecia relativamente segura durante os meses de preparação, desfez-se subitamente, mostrando quão esquivo e imprevisível é o terreno: a grande fábrica de caju do Xai-Xai acabara de encerrar as portas, à míngua de castanha, a matéria-prima indispensável ao seu funcionamento. Exaurida por uma luta que não podia ganhar, foi a última de um longo cortejo de casos de despedimentos e falências começado em 1997. Em Angoche, Manjacaze, Inhambane, Maputo, a indústria do caju foi desfazendo-se ao ritmo das reuniões de doadores, das propostas dos consultores e das lutas sem quartel travadas pelos diversos segmentos da velha burocracia, da burguesia emergente e da burguesia comercial ligada aos interesses industriais indianos. Apesar do inesperado, não me inquietei. Uma vez chegado a Maputo haveria tempo para, mais de perto, refazer a primeira opção acerca do lugar principal para o trabalho de campo.

Depois da desassossegada etapa sul-africana, onde experimentei as inquietações provocadas nas psicologias individuais pela “guerra civil” em que a grande cidade de Joanesburgo está mergulhada, a viagem de autocarro para Maputo permitiu uma primeira aproximação ao país onde eu iria viver. Deparei-me com as dificuldades bem conhecidas de todos quantos se engajam no terreno: a desorientação face ao que era novo, a impossibilidade de encontrar pontos de referência, elementos de fixação da nossa posição, sem os quais não

podemos formular os nossos pontos de vista, o desconforto de que nos fala Soudière (1988). No essencial, a questão de fundo era: por onde começar?

Cheguei a Maputo com a ideia de aí permanecer pelo tempo estritamente necessário, não mais de uma semana, para definir o lugar onde iria levar a cabo o grosso do meu trabalho etnográfico. Durante quinze dias percorri ruas e lugares da capital moçambicana. Cidade nascida da ocupação e expansão colonial portuguesa, nela se fixam as grandezas e misérias do urbanismo africano. A sua época áurea há muito que já lá vai. Desenhada ao bom estilo pombalino – avenidas e ruas rectas cruzadas entre si fazem a malha circulatória –, a cidade conheceu um enorme desenvolvimento na última década de domínio colonial. Esforço final de um regime exausto, que sabia que a sua sobrevivência se jogava nas colónias, foi a época da construção dos grandes edifícios habitacionais, alguns de mais de vinte andares, em plena concordância com a moda arquitectónica prevalecente nas cidades do “Novo Mundo”, onde a modernidade se materializava no gigantismo dos edifícios. É a cidade dos espaços rigorosamente delimitados pela economia e pela classe, definida sobretudo pelo critério económico mas nesta geografia também pelo da raça. Temos assim: a baixa dos grandes armazéns e lojas comerciais dominadas pelas famílias “monhés”,¹ aonde o poder colonial também tinha instalado alguns dos seus edifícios administrativos, paredes-meias com o porto de mar e a magnífica estação de caminho-de-ferro; as artérias da zona mais elevada da cidade onde vivia, nesses arranha-céus de construção majestosa a estrear, a média burguesia e parte do funcionalismo colonial; a Sommerchild e as imediações do Hotel Polana e do palácio presidencial, zona dos privilegiados; o Alto-Maé, transição do cimento para o mato, que acolhia os brancos de baixo estrato e toda a sorte de mestiços menos abonados (brancos com negros, negros com indianos, indianos com brancos). Não muito longe o presídio, outro legado que a civilização europeia não deixaria de oferecer aos africanos. Mais distante, junto ao mar e às praias, a avenida marginal com a famosa Costa do Sol e outros locais de convívio e de consumo das classes mais privilegiadas.

A recomposição social ordenada pela independência mais a guerra imposta pelo poder branco, primeiro rodesiano, depois sul-africano, segundo os interesses de outros poderes aparentemente mais distantes, conduziu a cidade a uma decadência cheia de vida. Como em qualquer outra cidade das periferias do nosso sistema mundial, num aparente caos a humanidade nela presente mexe-se e mostra-se pujante. Gozando da sombra de edifícios arruinados, de cujos pilares já há muito o betão deixou de ser um companheiro sólido do

¹ Indivíduo de origem indiana, de confissão muçulmana ou hindu. Pode já ser nascido em Moçambique. Vocábulo de uso corrente, em função do contexto pode assumir uma conotação pejorativa.

ferro, e de jardins desprezados mas cujo desaparecimento é impedido pelo vigor da vida biológica e a colaboração preciosa do clima, os homens e mulheres vivem e circulam, ao seu ritmo, pelas ruas esburacadas e passeios esventrados, entre o lixo e toda a espécie de dejectos e imundícies que contrariam as imagens felizes oferecidas pelos catálogos dos promotores turísticos.

Acabamos confrontados com uma inversão, mais uma, que coloca em causa a ordem das coisas tal como nós, europeus, a entendemos. Em lugar de ser a cidade de cimento, como em Moçambique se diz, a avançar, disputando e ocupando terrenos adjacentes, são estes, melhor dito, as multidões que neles vivem, que vêm de encontro a ela, cercando-a e, não raro, invadindo-a com as suas construções precárias de tijolo e chapa de zinco. Nestes espaços trabalham, comem, dormem, lutam, amam e divertem-se homens e mulheres arrancados aos campos pela força da decadência da ruralidade e pelo sonho de uma vida melhor na grande urbe. São os anéis de violência e perigo que formatam os imaginários securitários da burguesia e das outras classes relativamente privilegiadas que habitam na cidade de cimento. As elites, porque detêm os recursos que lhe permitem fazê-lo e a propriedade que o justifica largamente, protegem-se, exibindo nos lugares de sempre a força das fardas e das armas. Zelosamente preservada e defendida a tiro, se necessário for, a Sommerchild continua a ser o lugar social de excelência. As suas moradias acolhem a grande elite ligada à burocracia e ao capital que gozam da companhia dos representantes diplomáticos e das gentes da ajuda ao desenvolvimento.

Nestas digressões pelas ruas de Maputo dei comigo, certo dia, a relembrar o que tinha lido em *Tristes Trópicos*. Velha de meio século, a narrativa de Lévi-Strauss sobre as cidades indianas continua a retratar o presente, o seu e de todas as cidades do Terceiro Mundo:

As grandes cidades da Índia são uma zona; mas aquilo de que temos vergonha como uma tara, aquilo que consideramos uma lepra, representa aqui o facto urbano reduzido à sua última expressão: o do aglomerado de indivíduos cuja única razão de ser é aglomerarem-se aos milhões, quaisquer que sejam as condições reais. Lixo, desordem, promiscuidade; ruínas, cabanas, lama, imundície, humores, excrementos, pus, secreções; tudo aquilo contra o que a cidade moderna parece ser a defesa organizada, tudo o que odiamos, tudo aquilo contra o qual nos protegemos a tão alto custo, todos esses subprodutos da coabitação, nunca são aqui o seu limite [Lévi-Strauss 1986 (1955): 127].

Ao mesmo tempo que me afeiçoava à cidade, activava os contactos laboriosamente reunidos durante a fase preparatória, conseguidos com a ajuda preciosa de colegas e amigos. Com eles cheguei a outros actores sociais com alguma ligação ou interesse relacionado com a

economia do caju. Após uma semana, e ao contrário do que desejava, ainda continuava em Maputo. Não me pesavam só os quilómetros percorridos e o tempo consumido em conversas com empresários, dirigentes sindicais e quadros do aparelho de Estado moçambicano. Começava a inquietar-me por ainda não ter encontrado o meu lugar etnográfico. É comum dizer-se que a escrita é um acto de solidão. Acabei por descobrir que a escolha do terreno também o é. Escutei, aconselhei-me e discuti lugares com muita gente, mas no final coube-me o fardo de escolher. A hipótese do Xai-Xai, inicialmente descartada, voltaria, por breves instantes, a ganhar força: a fábrica estava fechada mas os antigos operários e suas famílias continuavam a viver na cidade, certamente a procurar alternativas a um trabalho que já não existia. Pensava ainda em Inhambane e nas províncias de Nampula e Cabo Delgado, onde algumas fábricas laboravam, conquanto esta opção surgisse como pouco interessante por razões logísticas, financeiras e de segurança sanitária. Por fim, decidi-me por Manjacaze. Para esta escolha concorreram diversas conversas, nomeadamente com um líder sindical e uma accionista-gestora da empresa processadora instalada naquela vila. Se o encontro com o primeiro permitiu alumiar alguns aspectos fundamentais da história social recente da indústria do caju, em especial para o período pós-privatização, relevando-me a pertinência numa eventual opção por Manjacaze, a accionista-gestora mostrou-se totalmente receptiva em colaborar com a investigação, disponibilizando-se para facilitar o acesso às instalações e aos actuais trabalhadores, apesar da sua incredulidade perante a escassez dos meus meios e o evidente desconhecimento da realidade que ia encontrar.

Como escrevi na altura, no caderno de campo, senti que Manjacaze era o meu lugar. Derradeira capital do Império de Gaza, a poucos quilómetros da sua actual sede administrativa localiza-se Coolela, palco da funesta batalha que em 1895 opôs as forças de Ngungunhane ao exército colonial português. Bem próximo, na aldeia de Nwadjawane, tinha nascido Eduardo Mondlane. Na vila funcionou, até bem recentemente, uma fábrica de caju fundada por um colono português no início da década de 60 do século passado. No lugar de Jongué, a cerca de 25 quilómetros do centro de Manjacaze, uma família da elite moçambicana instalou em 1998 uma pequena unidade processadora. Conhecendo dificuldades desde o arranque das operações, a interrupção das ligações rodoviárias provocadas pelas cheias de 2000 levaram à sua paralisação. Segundo o apurado, nomeadamente junto dos responsáveis baseados na sede da empresa localizada em Maputo, a produção estaria para recomeçar a breve trecho.

O terreno carrega o inesperado. As circunstâncias acabaram por desfazer o plano de trabalho de campo. Nesse vazio surgiram, todavia, novas possibilidades. Em vez de um lugar

com uma fábrica, deparava-me com dois lugares e duas fábricas. Este novo quadro superava largamente as minhas melhores expectativas. A história política, económica e social dos últimos 40 anos do país e o confronto entre diferentes tecnologias utilizadas no processamento da castanha de caju estão incorporadas na história destas fábricas. Se estas, por um lado, contribuíram para fazer aquela, não deixaram de ser decisivamente marcadas pelos processos estruturais que moldaram o Moçambique actual. Uma rápida pesquisa preliminar permitiu-me confirmar o enorme interesse que as duas fábricas detinham para a problemática que pretendia compreender. Basta referir, por exemplo, a utilização de capital intensivo na primeira, com o processamento baseado em processos mecânicos, enquanto que na segunda fábrica a produção assentava em tecnologias simples e de baixo custo, cujo elemento essencial é o SHCS, habitualmente designado por sistema indiano. Preferido pelo BM e apoiado pelo governo moçambicano e pelas diversas instituições estatais ligadas ao sector, em especial pelo Incaju, este sistema representa em termos tecnológicos um claro *down-grade*. Contra ele, posicionam-se os industriais das fábricas mecanizadas de grande dimensão, abrigados na associação do sector, a Aicaju. Estas concorrências tecnológicas constituem uma outra faceta, talvez inesperada, das interdependências entre o centro e a periferia, que não se circunscrevem às transferências de equipamentos e saberes. Quando se fala em *down-grade* não podemos ignorar o seu impacto a nível social. A fábrica velha configura uma situação, obviamente a uma escala periférica, quer dizer incipiente e limitada, de uma empresa fordista, com um conjunto de regalias e protecções sociais – posto médico, creche, contratos de trabalho sem termo, etc. Pelo contrário, a fábrica nova mergulha os trabalhadores no capitalismo flexível, com contratos precários, salários ligados ao cumprimento de uma tarefa diária penosa, inexistência de equipamentos e serviços sociais de apoio aos trabalhadores, em especial às mulheres, a maioria da força de trabalho nesta indústria, a perseguição dos dirigentes sindicais, entre muitos outros aspectos lesivos dos interesses dos trabalhadores.

Estava, pois, finalmente em condições de deixar a capital moçambicana. Rumei ao Xai-Xai na viatura de um gestor da fábrica de caju da Mocita. Tinha decidido fazer uma escala de duas noites nesta cidade, capital da província de Gaza, para conhecer pessoalmente um fotógrafo moçambicano – convertido ao jornalismo por força da avaria da sua Nikon – com quem tinha conversado pelo telefone a partir de Maputo, contactar a família de uma informante do Maputo com ligações a Manjacaze e ainda visitar a Mocita, localizada no Tavene, mais propriamente na estrada que nos leva à bela praia do Xai-Xai. Também nesta cidade me confrontei com o mesmo caos e desordem, agravados pelas devastadoras cheias de Janeiro e Fevereiro de 2000 que deixaram a parte baixa, onde se situa o seu centro

administrativo e comercial, em estado lastimoso. Como pareceu diferente o jardim e o cais do rio Limpopo no Xai-Xai, quando comparado com a fotografia de Fernando Laidley no livro sugestivamente chamado “África Desaparecida” (Azenha 2000).

A primeira noite foi mal dormida numa pensão da zona baixa da cidade. Decadente e desgastada pelo tempo, estava longe de proporcionar uma estadia agradável, pelo que decidi aceitar o convite da família de uma informante de Maputo para pernoitar na sua casa. Trata-se de um casal luso-indiano com uma prole constituída por dois adolescentes, um de cada sexo. O homem chegou a Moçambique em meados dos anos 60 como soldado conscrito. Cumprido o serviço militar, acabaria por ficar, tendo trabalhado para um patrão branco até à independência. Com o abandono da actividade por parte deste, passa a comerciante, ocupação que nunca mais largou. Ela, de origem indiana, nasceu em Manjacaze, mantendo-se fiel ao islamismo, ao qual o marido aderiu recentemente, em substituição do catolicismo. Vivem na zona baixa da cidade, algo afastados do centro, numa casa humilde, de alvenaria e telhado de chapa quase todo à vista no interior. Presentemente, possuem um exíguo negócio de bebidas junto à estação de caminho-de-ferro de Manjacaze e diversas barracas espalhadas pelo mato. Enfrentam uma severa crise ditada, em boa medida, pelo declínio da economia do caju à qual se encontram duplamente ligados: como negociantes de compra e venda de castanha e proprietários de estabelecimentos que dependem dos rendimentos obtidos pelos camponeses durante as campanhas de apanha daquela.

Depois de duas noites e um dia no Xai-Xai, cheguei a Manjacaze numa manhã de Maio, de céu limpo e sol radiante, num “chapa”² apinhado de gente e bagagens na companhia da Conceição, a jovem filha do “cantineiro”³ português e da sua esposa de origem indiana que me acolheram na sua residência da capital provincial. Pela estrada em terra acidentada que, em tons alternando entre o avermelhado e o dourado, nos leva da cidade provincial até à antiga capital do império de Gaza, espantava-me com as paisagens e as gentes, umas e outras nunca por mim observadas, ao mesmo tempo que não deixava de perturbar os meus companheiros de viagem e os transeuntes em cada paragem, abismados com a presença de um “mulungo”⁴ num chapa, coisa raramente vista. Estranho branco que ali ia, assim mais

² Viatura ligeira utilizada no transporte de passageiros. Nas zonas urbanas predomina a carrinha fechada, tipo Toyota Hiace, enquanto que nas zonas rurais prevalece a carrinha de caixa aberta, tipo Nissan *pick-up*. Em regra, circulam sempre apinhadas, desafiando a resistência da mecânica e a plasticidade dos passageiros.

³ Expressão de uso corrente utilizada em vez do termo sinónimo “comerciante”. Está relacionada com a palavra “cantina”, pela qual são chamados os estabelecimentos comerciais construídos em alvenaria. Embora mais raramente, no lugar desta pode ser usada a expressão “loja”, sobretudo nos meios urbanos.

⁴ Homem branco em língua changana.

parecido com os africanos comuns do que com os da sua cor, que habitualmente se fazem transportar em viaturas reluzentes de tracção às quatro rodas e ar condicionado.

Quando o percurso se tornava mais monótono retomava a construção mental de Manjacaze, imaginando a disposição espacial das suas ruas, a arquitectura das suas casas e edifícios comerciais, a fábrica, os homens e as mulheres, africanos, indianos, mestiços, um ou outro branco que por lá teriam ficado, indiferentes às incertezas e aos boléus da história. Depois de ter escutado tantas narrativas sobre Manjacaze e as suas gentes, de me ter confrontado com os avisos de muitos sobre as dificuldades em nela viver – recomendavam-me então que, pelo menos, não passasse lá os fins-de-semana, que viesse até Maputo –, da perigosa e virulenta malária que me diziam por lá grassar, das cobras e répteis que assolam os caminhos no mato, a vila estava longe de me soar desconhecida. Havia, pois, começado a mapear o espaço antes de o conhecer *in loco*.

O chapa termina a sua viagem de cerca de 50 km e mais de uma hora de duração junto ao mercado informal do Xikanhanine. Levava comigo dois contactos: o da pensão Gani, propriedade de uma família muçulmana originária da península indiana, há várias gerações no sul de Moçambique, que me tinha sido fornecido em Maputo, e o de um jornalista que me fora facultado pelo colega do Xai-Xai. Como planeado, dirigi-me à pensão, único estabelecimento hoteleiro, onde pretendia ficar durante os primeiros dias da minha estadia em Manjacaze, seguindo as recomendações ouvidas em Maputo. A pedido da Conceição, o motorista levou-nos até lá. Entre o Xikanhanine e a pensão vai uma pequena distância, não mais de mil metros. Para a vencer temos de bordejar a praça dos Heróis, atravessar a avenida principal e o seu jardim dos Heróis, e entrar na rua mais importante da zona do comércio formal, junto à qual se situa a velha central eléctrica hoje desactivada. Verdadeira ruptura com tudo o que eu tinha vivido até então, estes primeiros momentos em Manjacaze trouxeram à minha consciência o que tinha escutado repetidamente em Maputo – “vais para o mato”. Mergulhado na experiência que os antropólogos designaram de choque cultural, tentei não me apoquentar. Afinal, era isto que procurava, um lugar em plena transformação, que exalava ainda com vigor, assim o senti, os traços e as marcas dos tempos passados. Como era domingo, as principais artérias da vila estavam praticamente vazias de gente. Talvez por isso, a disposição das ruas em piso de terra e a arquitectura das casas e dos edifícios públicos afiguraram-se mais expressivas, incrivelmente semelhantes às muitas fotografias das vilas moçambicanas durante o período colonial que tinha visto antes da partida.



Fotografia 1. Praça frontal ao edifício da administração distrital de Manjacaze.
À esquerda, o busto de Ngungunhane. Ao fundo, a lagoa Sulé

Como sempre, confrontava-me com o primeiro problema que o antropólogo tem de resolver quando chega à “terra”: encontrar uma casa para viver. Procurava um espaço que, não me isolando do meio social, tivesse as condições suficientes para trabalhar com algum conforto: em concreto, água canalizada e energia eléctrica. Passados os olhos pelos diversos quartos da pensão, acabei por negociar um a preço razoável, onde me instalaria provisoriamente até encontrar uma casa. O edifício incluía, para além da pensão, uma loja comercial, um café-restaurant, discoteca aos sábados à noite, a residência dos proprietários e a cave, esta utilizada como armazém. Nas traseiras ficava a garagem, o quintal e um pequeno edifício com quartos de hóspedes. Este prédio fora construído pelo proprietário da fábrica de caju, ainda antes desta existir, nele tendo habitado até à sua partida para Portugal, pouco depois da independência. Entre a cozinha e o quintal tinha levado a cabo as primeiras experiências de processamento da castanha de caju. O seu estado geral actual coloca a claro as dificuldades económicas com que os actuais proprietários se debatem: interiores degradados, canalização de água entupida e inoperacional na zona dos quartos e de habitação familiar, mobiliário gasto pelo tempo. As responsabilidades são atribuídas à guerra que não deixou o

próprio prédio indemne: as janelas da loja continuam tapadas com madeira, os vidros há muito que desapareceram, destruídos aquando de um ataque da Renamo à vila.

Deixando a maioria dos meus haveres à guarda dos trabalhadores da pensão, fui, sempre com a ajuda da Conceição, à procura do jornalista. Não estando em casa, acabei por encontrá-lo numa das artérias da vila. Com 42 anos de idade, é funcionário de uma instituição de informação do Estado. Os 12 anos de serviço militar, cumpridos durante a guerra, conferiram-lhe o direito a uma pequena pensão. Natural do distrito, durante a semana vive na vila, num pequeno casebre de alvenaria e chapa situado junto ao estabelecimento prisional. É propriedade do Estado, sendo constituído por dois quartos e uma pequena sala, sem água e energia eléctrica. Polígeneo, tem duas mulheres e sete filhos que habitam na aldeia, em palhotas de caniço e colmo. A minha apresentação suscitou-lhe tanta desconfiança que me pediu o passaporte. A sua exibição tranquilizou-o. Mais tarde confessou-me que tinha confundido antropólogo com Interpol, situação que o deixou tenso por estranhar as razões que esta polícia internacional poderia ter na sua pessoa. Muitos meses depois, já próximo do fim da minha estadia em Manjacaze, na caixa de carga de uma *pick-up*, acompanhando uma visita do governador da província ao distrito, voltámos a conversar sobre o nosso primeiro encontro. Estando há muito seguro da minha identidade e dos objectivos do trabalho, não deixou de sublinhar que alguns continuam a suspeitar de ligações entre a minha pessoa e as forças policiais e secretas ocidentais. Referiu explicitamente a CIA. Imediatamente interrogado sobre o facto de, hoje, EUA e Moçambique serem aliados, respondeu que “capitalismo é sempre capitalismo”.

Nesse domingo de Maio, primeiro dia da minha vida em Manjacaze, fui assistir ao jogo de futebol no estádio da vila. Estranhei, há mais de 20 anos que não assistia, ao vivo, a um evento desse tipo. Com a ajuda do meu informante-jornalista, apresentei-me às elites locais aí presentes e participei na paixão africana pela festa desportiva. Os jogadores são intensamente apoiados pelos espectadores presentes nas bancadas, com palavras e gritos de incentivo acompanhados de danças e sons africanos. Junto da vereadora do município, aproveitei para inquirir sobre a possibilidade de alugar uma casa. Disse-me para passar pelo conselho municipal no dia seguinte, que provavelmente se conseguiria alguma coisa. Fiquei na expectativa. Afinal, parecia mais fácil encontrar uma casa para antropólogo em Manjacaze do que em Portugal, se considerarmos as peripécias enfrentadas por M. V. Almeida aquando do seu trabalho de campo na aldeia alentejana de Pardais:

O facto consumado de eu ir viver para a aldeia era um acontecimento sem precedentes. Logo, não havia fórmula precisa para lidar com ele. Sem ter família no sítio, sem ser cliente de ninguém, para mais homem e solteiro, eu parecia não preencher nenhum requisito de identidade aceitável. A não ser o facto de ser “doutor” e de “ir escrever um livro sobre a aldeia”. Como tal, a proposta era que procurasse casa ou pensão na vila, o que inclusive era visto como mais adequado para o meu estatuto. A ideia, cem vezes por mim reiterada, de “querer viver com as pessoas” tinha o seu quê de absurdo e ameaçador. (M. V. Almeida 1995: 28).

Tacteando, no esforço de acomodação ao terreno, não fui então capaz de apreender plenamente que a minha presença começava a gerar as primeiras interrogações e suspeitas. O antropólogo estava sobre a observação cerrada e atenta daqueles que pretendia observar. “Mas o que é que ele quer? O que veio ele cá fazer?” eram as perguntas que passaram a estar na ordem do dia. Para uns, seria filho ou neto do antigo proprietário da fábrica, ali presente com o objectivo de recuperar os bens da família. Para outros um investidor interessado em colocar em funcionamento a empresa. Outros ainda classificavam-me como evangelizador, mais um, dos muitos que pululam pela região. Especialmente incómodo, devido a Manjacaze ser uma zona de predomínio quase total da Frelimo, era o facto de alguns suspeitarem de uma possível ligação à Renamo.

Por insistência do informante-jornalista, conhecedor dos meandros e das lógicas que conduzem os detentores do poder político local, fui com ele no dia seguinte à administração do distrito. O objectivo era fazer a minha apresentação às autoridades. O edifício, localizado no topo da praça principal, com uma vista fabulosa para a lagoa Sulé, está em excelente estado de conservação. O interior é simples, com poucos móveis, equipamentos informáticos e outros que fazem parte da cultura material dos locais de trabalho na Europa. Parecia-me que tinha recuado até aos anos 50 e 60, à época colonial, pelo menos tal como a imagino. Antigo símbolo maior e local de exercício do poder político administrativo português em Manjacaze, a única coisa que contraditava este recuo temporal eram os seus protagonistas: já não homens brancos mas sim negros, a cor humana dominante naquelas paragens. Após alguns minutos de espera, entrámos no gabinete do administrador. Amplo e parco em mobiliário e artefactos tecnológicos, no seu interior estavam sentados diversos indivíduos. O administrador tratou de fazer a sua apresentação: o comandante da PRM no distrito, fardado, os directores distritais da educação, da agricultura e do SISE, este apresentado como um membro da administração. O encontro foi breve, cerca de dez minutos. Depois de descrever os objectivos do trabalho, o administrador discorreu brevemente sobre a história e a situação económica do distrito de Manjacaze. A cordialidade do diálogo não foi suficiente para disfarçar totalmente a sensação

de estar sobre observação. De facto, segundo confidência, muito meses depois, do informante que me acompanhou nessa reunião, estive largas semanas sob vigilância atenta do responsável do SISE, tendo elaborado diversos relatórios para os seus superiores hierárquicos. Aos seus olhos, a minha presença tinha tudo para suscitar as maiores suspeitas. Havia chegado pela mão de dois jornalistas que, não pertencendo à Renamo, não se coíbem de tecer, amiúde, críticas ao poder frelimista. Por outro lado, não chegara munido de qualquer credencial ou documento comprovativo das razões da minha presença. Semanas mais tarde, ouvia ainda palavras amigas de um comerciante, aconselhando-me a ter cuidado, uma vez que muitos – presumo que ele próprio também – estavam convencidos da minha vinculação à Renamo. À laia de aviso, contou a “história” de duas mulheres militantes desta força política que se fizeram passar por professoras guineenses. Descobertas, foram de imediato expulsas de Manjacaze.

No dia seguinte fui ver a casa. Era uma pequena moradia, propriedade da autarquia, com dois quartos localizada numa rua paralela à avenida principal de Manjacaze. Ao lado ficava o tribunal e em frente o estabelecimento prisional. Alvo de obras de restauro recentes, possuía boas condições de habitabilidade. Todavia, estava ocupada por um congolês, licenciado em ciências políticas pela Universidade de Kinshasa, que ensinava francês na escola secundária local com o apoio financeiro da cooperação francesa, e por um jovem aluno que lhe fazia companhia. Não esperava partilhar uma casa, mas atendendo ao interesse evidenciado pelos responsáveis municipais, com quem deveria manter as melhores relações, decidi aceitar. “Sempre será uma oportunidade para praticar o meu francês”, pensei na altura. Com ele acabei por estabelecer um bom relacionamento. Quase todas as noites, depois do seu regresso das aulas, conversávamos sobre o meu trabalho e as muitas dúvidas e interrogações que o dia me tinha suscitado. Com ele aprendi muito sobre aspectos cruciais de África. Socorrendo-se de exemplos concretos do seu país, elucidou-me sobre a importância e a função da tradição nas sociedades africanas contemporâneas. Dizia-me que as elites a manipulam para a utilizar como instrumento legitimador das suas prerrogativas, nomeadamente políticas e económicas. Em África o poder dos chefes não se questiona, sublinhou-o em diversas ocasiões. Como no passado, senhores e subordinados continuam a considerar como um direito quase natural que os primeiros possuam todas as prerrogativas que lhes garantem o acesso a qualquer tipo de bem material e à satisfação de todos os caprichos.

Com o correr do tempo as desconfianças esbateram-se. Com muitos residentes estabeleci relações de amizade que variaram, é importante salientar, em intimidade e

intensidade. Inevitavelmente, as afinidades pessoais, a facilidade do contacto, a proximidade social e cultural, entre muitas outras razões, concorrem para estas diferenças (Olivier de Sardan 1995a: 101). A posição social em que me coloquei, mais por vontade dos outros do que pela minha, acabou por ficar algures entre a elite local e as classes populares, com uma certa proximidade às famílias de comerciantes locais, cujos membros mais velhos tinham crescidos habituados ao contacto com os brancos residentes em Manjacaze e que, pelos contactos comuns estabelecidos em Maputo, conheciam com maior precisão as razões da minha presença.

Acabaria, largos meses antes da minha partida, por chegar ao ponto de me sentir da terra, de Manjacaze, algo que nunca aconteceu com Maputo, apesar dos razoáveis períodos de permanência exigidos pelas pesquisas documentais no AHM. Houve momentos muito especiais que contribuíram para este estado emocional. Por exemplo, quando uma informante me disse, no nosso primeiro encontro após o meu regresso de uma estadia em Maputo, que se recusara a narrar a história dos seus anos de trabalho na fábrica a uma investigadora holandesa da UEM, apesar de acompanhada por estudantes moçambicanos, argumentando que já a tinha contado a mim, ao senhor Fernando, o mulungo de Manjacaze. Ou quando as pessoas me saudavam com viva estima após cada ausência, acolhendo-me como se fosse da terra. Ou, talvez ainda com maior emoção, quando o velho Gani me sugeriu, com candura, ficar em Manjacaze, fazer regressar a minha companheira e arranjar uma ocupação, certamente um negócio. Enleio-me nas suas palavras gentis e sinceras: “agora já é conhecido, tem muitos amigos, vamos todos ter saudades. Podia ficar connosco”.

Não foi fácil. Compreendi que o trabalho de campo é uma experiência humana sofrida, de esforço físico e desgaste psicológico. O desconhecimento daquilo que me rodeava, bem presente na desorientação geográfica dos primeiros dias, a curiosidade, quase opressiva, daqueles que pretendemos observar, enfim, as dificuldades em gerir riscos considerados inexistentes na Europa – a malária, a água, as viagens em viaturas precárias – lembram-nos a todo o momento aquilo que ficou para trás e a nova vida que começa, com tudo o que tem de novo e enigmático. A própria língua, apesar de ter utilizado sempre o português, de uso corrente em Manjacaze, colocou-me problemas. Como justamente sublinha Portela, tive de “adquirir o conhecimento da língua local: as alterações introduzidas na língua nacional e o significado peculiar de numerosos termos e expressões bem como de adaptações locais”, (1985: 165). E a língua não é um aspecto menor, pois qualquer trabalho de campo assenta na linguagem, mesmo quando não tem como objectivo o seu estudo, na medida em que a interacção com os outros pressupõe uma relação comunicacional em que a linguagem é o

instrumento privilegiado. É a língua que nos abre a “porta” para o entendimento do não-verbal, dos gestos e sinais associados às palavras. Não basta dominar a gramática e a sintaxe, é necessário a compreensão empática do discurso, através da sua conformação ao contexto social em que ele é enunciado (Martinelli 2000: 99-100). Por seu lado, a exuberância da natureza, apanágio de climas tropicais, muitas vezes me importunou, obrigando-me a admitir o quanto urbano e europeu me sentia e sou. Na fábrica nova, localizada em pleno mato, vezes sem conta barafustei contra toda a espécie de mosquitos, moscas e outros animais voadores, os lagartos no quarto e as cobras no quintal. Mesmo quando pensamos que nada mais nos pode espantar, que já somos da terra, um novo acontecimento lá repõe as coisas no seu lugar, advertindo-nos que a nossa integração é muito precária. Na véspera de Natal, sem iluminações e outros elementos que nos permitam identificar esta época festiva, como o reconhecer e sentir quando nos debatemos com um calor sufocante que apenas faz lembrar e desejar o mar e a praia?

Nesta discussão convém precisar o sentido da integração. Como bem me lembrou um dos principais informantes, já a nossa relação estava consolidada, nós conversávamos porque eu tinha um objectivo, o de escrever uma “história” sobre a fábrica e os seus trabalhadores. Ora, parece evidente que a integração não é um processo baseado na transformação, diria romântica, do antropólogo em nativo por via da sua longa permanência no terreno. Para além de se estar, inevitavelmente de passagem, todos sabem, “observador” e “observados”, que não somos iguais e que a minha vida não é, apesar de transitoriamente se aproximar, a deles. Por outro lado, é forçoso considerar também que não vivemos, quase sempre, nas mesmas condições da maioria dos indígenas e que para o quotidiano de investigação levamos os nossos artefactos pessoais e de trabalho – computador portátil, câmara de filmar, a imprescindível e habitual máquina de fotografar – que são inacessíveis ao grosso dos observados, embora não lhes sejam estranhos. Ou seja, mesmo quando se torna possível chegar próximo do *going native*, como nos descreve O'Neill (1978: 439-444) na sua "Carta de Regresso a Londres", as diferenças permanecem, dado que a “proximidade não excluía a consciência das diferenças que nos separavam” (Portela 1985: 167). Longe de me sentir ou procurar ser um “antropólogo-camaleão”, nunca tive por objectivo tornar-me ou imitar os indígenas observados (Caria 2000). Tomando partido num debate que extravasa cada vez mais o campo da antropologia, Giddens assume uma posição que reforça o que acima foi dito. Em *Novas regras do método sociológico* podemos ler que a imersão numa dada cultura “não significa, contudo, ‘tornar-se membro pleno’ da comunidade, e não pode significá-lo. Chegar

a ‘conhecer’ uma cultura estranha é saber como encontrar o seu caminho nela, como *ser capaz* de participar nela enquanto conjunto de práticas” (Giddens 1996: 177-185).

Prosseguindo com o esforço de ancorar o texto ao terreno, a integração implicou a ocupação de uma posição precisa no tecido social local, definida mais por vontade dos outros do que pela minha, com base em categorias biológicas e sociológicas fundamentais, tais como o sexo, a idade, a nacionalidade, a classe e a raça. Ou seja, homem adulto, português, letrado e branco foram sempre marcas estruturantes do meu posicionamento na estrutura social local. Recorrentemente, confrontei-me com uma maior proximidade e facilidade de diálogo com os homens do que com as mulheres. Na fábrica nova foi algo particularmente flagrante. Apesar de não o desejar, senti-me sempre “empurrado” para junto dos homens, os principais frequentadores do espaço público, aqueles que nele ou no da família têm o direito e o dever de responder às questões colocadas pelos que não pertencem à casa. Fora da fábrica, em contextos não laborais, o mesmo se repetiu. Em certa ocasião, durante o período em que contei com a presença da minha companheira, ambos fomos almoçar a casa de um casal africano com raízes indianas e portuguesas. Mal chegados, de imediato fomos separados. Eu fiquei com o homem, ela foi alvo das atenções gentis da mulher e da irmã dele.

Se o género é decisivo no modo como se faz a inserção social, convém não menosprezar outras categorias, como a classe e a raça. Vejamos, novamente, o caso da relação social com os actuais e antigos trabalhadores da fábrica velha e da fábrica nova. Em geral, fui bem acolhido, em caso algum me senti hostilizado por ser “o mulungo de Lisboa”.⁵ Mas a relação social não foi, em termos de intensidade e duração, homogénea. Na fábrica nova, as mulheres sempre encontraram justificação bastante para o estabelecimento de uma distância social relevante – apesar de atenuada por algumas por razões de interesse sexual e eventual matrimónio – em virtude de homem e branco serem, no contexto fabril, categorias que se fixam a uma profunda desigualdade funcional e de classe. Isto é, no seu quadro ideológico, homem branco tem como função dar ordens, gozando de uma situação económica e de um estilo de vida privilegiados. Como uma informante o expressou de uma forma eloquente, a patroa negra é, para os trabalhadores, “um branco” (v. capítulo IX). Se bem que preocupado com os modos de execução das tarefas produtivas por parte dos operários – com alguns deles acabaria por estabelecer uma relação de grande proximidade social –, os meus interesses relacionados com a obtenção de informação sobre as fábricas e os processos tecnológicos

⁵ Apesar dos meus esforços para esclarecer quem eu era, de onde vinha, para praticamente todos os operários eu era o *mulungo* português de Lisboa.

aproximaram-me dos chefes fabris, com quem tomei muitas refeições e, como aconteceu na fábrica nova, partilhei o alojamento na casa-cantina durante as minhas estadias.

Esta relação não deixou de influenciar a configuração da minha posição social. Mesmo que tivesse tentado um outro caminho, à margem da relação com as chefias – hipótese que em contexto de acesso aberto e assumido apenas se coloca em abstracto,⁶ uma vez que nesta circunstância a entrada nos espaços fabris têm de ser sempre mediada pelos gerentes e pequenos chefes –, a distância social relacionada com a raça e, ainda que de uma forma enviesada, pela classe não deixariam de fazer sentir os seus efeitos. Reflectindo sobre o trabalho de campo em empresas, Selim (2001: 69-71) refere justamente que a entrada do antropólogo em instituições desta natureza – propriedade privada, espaços rigorosamente delimitados e de acesso controlado – depende da vontade e receptividade da administração. Mesmo quando se opta pela estratégia “mítica” do antropólogo-disfarçado-de-operário, ela não deixa de estar condicionada pelos constrangimentos impostos pela administração da empresa, o primeiro dos quais é o de franquear a porta do espaço de produção, quer dizer, conseguir ser admitido como trabalhador. Mas não só, como observou Portela (1986: 9), a posição no interior do grupo, isto é, o lugar que se vai ocupar no espaço da produção condiciona também aquilo que se observa e o relacionamento com os outros.

Passando a um caso concreto sobre o modo como era olhado por aqueles que observava, certo dia convidei um dos guardas da fábrica para tomar uma cerveja. Aceitou, mas foi incapaz de se sentar, apesar da minha insistência, à mesa onde me encontrava. Bebeu-a com satisfação, mas conservando sempre uma distância física razoável, de modo a que as desigualdades sociais que nos distinguiam permanecessem reconhecidas por nós e, eventualmente, pelos que pudessem chegar. Como me expôs, de forma cristalina, um velho comerciante da zona formal de Manjacaze, não é aceitável que um empregado se sente à mesa do patrão. Não se trata, somente, de garantir que a autoridade deste não seja colocada em causa por qualquer proximidade relacional e física, porventura tomada como excessiva, importa fazer com que aquilo que é reconhecido como diferente se mantenha presente em todas as circunstâncias.

Numa sociedade tão desigual e agarrada a toda a sorte de hierarquias sociais, chamadas à existência a qualquer momento da vida social, a interacção com os outros faz-se, muitas vezes, a golpes de “choque cultural”. Frequentar as casas de famílias africanas pobres, comer com eles, viajar a seu lado nas caixas de carga dos chapas, deslocar-me a pé, partilhar o

⁶ Sobre as questões do acesso por parte do investigador aos contextos e aos actores sociais a observar v. Hornsby-Smith (1993).

quotidiano laboral dos trabalhadores nas fábricas foram sempre acções olhadas com espanto – como me foi revelado, estava a “fazer de pobre” – que acabaram por funcionar, de forma paradoxal, como instrumentos para romper algumas das barreiras fundadas em reais diferenças sociais e de destino de vida. Todavia, houve algo que repetidamente me intrigou: a minha incapacidade em superar as reservas colocadas pela elite africana negra em Manjacaze. Agradáveis e cordiais comigo, quase todos os seus membros mantiveram o relacionamento circunscrito à esfera pública, parecendo que preferiam que levasse deles apenas aquilo que publicamente davam a conhecer. Sempre que entrei em suas casas, foi de certo modo uma entrada forçada, quase que imposta por minha vontade. Influenciado pela retórica dos indianos sobre o racismo projectado pelos africanos negros, fui levado a pensar que se tratava de um comportamento fundado numa qualquer discriminação racial. Embora esta possibilidade esteja presente nas relações sociais duma sociedade em que as questões da raça e da classe estão, não raro, amalgamadas, acabei por compreender que as reservas eram de natureza política. De certa maneira, era um actor social “perigoso”. Não exercendo sobre mim qualquer tipo de autoridade e não estando vinculado a relações de dependência, política, social ou outra, estava completamente fora do seu controlo, podendo eventualmente colocar a nu actos censuráveis. No fundo, esta situação denuncia a elevada consciência sobre as implicações políticas e sociais do meu trabalho, ao mesmo tempo que torna evidente a preocupação em não perderem a face.

Ao antropólogo não basta ter paciência, tempo, capacidade de negociação e habilidade quase diplomática. Exige-se-lhe também alguma contenção discursiva que vai muito para além do que eventualmente se sente obrigado a acatar em “casa”. Trata-se de seguir, de muito perto, o proposto por Martinelli (2000: 91): uma prática de terreno ancorada à descrição e à diplomacia, sem fazer do antropólogo um especialista da camuflagem ou do jogo teatral. Obviamente, nunca tive uma posição de equidistância em relação a todos os actores sociais com quem me relacionei, facto que mostra que a neutralidade não é só “difícil de alcançar e avaliar a cada momento da vida concreta” (Portela 1985: 166), está também a ser jogada de modo recorrente. Por outras palavras, a neutralidade é esvaziada pelas próprias dinâmicas relacionais que se estabelecem durante o trabalho de campo. Não quer isto dizer que, enquanto observador-participante, tenha tomado de forma sistemática partido em favor de uns contra outros. Pelo contrário, tal como fez M. C. Silva (1998: 33), tentei guardar, de forma a assegurar a viabilidade da investigação, um certo equilíbrio entre os diversos actores sociais, resistindo a envolvimento comprometedores. Recordo, por exemplo, a conversa com um político local, a bordo do seu Land Rover, sobre a derrota do PS nas eleições autárquicas de

Dezembro de 2001. Indagou sobre a minha filiação política, se à esquerda ou à direita. Também nisto a nossa integração é limitada. Como elucida Portela, “integração verdadeira teria significado, entre outras coisas, ‘pertencer’ a um dado ‘bairro’ em oposição aos restantes, tomar partido por umas casas e ser contra outras, emitir juízos morais sobre determinados comportamentos, dar conselhos a este e àquele” (1985: 166). Mas quererá isto dizer que me mantive permanentemente numa espécie de limbo posicional, recusando falar no sentido que lhe é dado por Bourdieu (*in* Delsaut e Rivière 2002)? Embora variável, em função dos contextos e dos actores sociais, não deixei de me posicionar, se assim se pode dizer. Com alguns dos observados que me observavam, fui seguindo e debatendo o correr sobressaltado do nosso tempo, dos problemas de lá e do mundo, ponteados de acontecimentos marcantes, umas vezes trágicos e derrotantes, outras vezes exaltantes e animadores. Não raro, exigiam conhecer a minha opinião, queriam saber o que pensava sobre um determinado assunto ou questão. Ou seja, não suspendi em absoluto os meus engajamentos políticos e sociais que influenciam a estruturação da condição de investigador e o modo como se olha e dialoga com os outros actores sociais.

Esta vivência foi relativamente curta em termos temporais mas marcante pelas novidades e intensidade das experiências. Valerá a pena lembrar os meus últimos dias em Manjacaze, quando me entreguei à tarefa de apresentar os cumprimentos de despedida, visitando as casas dos mais próximos, dos que aceitaram franquear a sua intimidade e os seus pensamentos ao escrutínio da minha curiosidade que, por pudor e prudência, designamos simplesmente por científica. As relações laboriosamente construídas e os afectos conquistados à força da remoção de barreiras e desconfianças iam ser quebrados. Conquanto não o queiramos admitir, sabemos que as promessas de manter o contacto e de garantir a continuidade destes laços não passam de artificios para sossegar as nossas emoções. Nestes momentos de turbilhão emocional compreendemos que as relações estabelecidas com os actores sociais observados, em especial com os principais informantes, não se resumiram a uma mera transferência de informação ou saber, antes implicando um relacionamento humano afectivo e socialmente significativo. Martinelli (2000: 53ss) designa esta relação como empatia, cujas origens remontam à Grécia clássica. Para os gregos, *empathia* (Εμ-πάθος) significava afectado, comovido, apaixonado, uma identificação emocional com um outro indivíduo. Etimologicamente ligada ao *páthos* (Πάθος) – estado agitado de alma – possuía para eles, tal como nós também o entendemos hoje, um sentido mais forte do que o vocábulo simpatia. No século XIX, os alemães reintroduzem-na no pensamento ocidental: a *empfindung* foi traduzida pelos ingleses por *empathy*, tendo dado origem à palavra francesa *empathie*.

Desenvolvendo-se no interior do romantismo alemão, a empatia é para estes alemães a possibilidade de sentir os batimentos do coração do povo, algo mais profundo do que se introduzir na “pele” do povo (Martinelli 2000: 72-76).⁷

Hoje percebo que integração completa teria sido largar tudo e ficar em Manjacaze, organizando uma nova vida, inevitavelmente na condição de branco, português e “indígena”. Não o quis fazer nem, tão pouco, o desejei. Estou aqui mas não deixo de estar lá. A cada passo, sobretudo quando penso nos homens e mulheres com quem vivi, que tratava pelos seus nomes, com quem partilhei alegrias e dificuldades, projectos e sonhos, sou traído pela saudade. Parti, regressei e voltei a partir trazendo recordações desse tempo vivido que agora me parece singular e, claro, que já não serei capaz de repetir. Quero acreditar que a ternura é recíproca...

2. Um lugar, vários lugares: a metodologia múltipla como estratégia

Muito antes do início do trabalho de campo, a perspectiva de realizar uma longa permanência em Moçambique suscitou interrogações sobre os métodos e as técnicas de investigação, em especial no que se relaciona com a observação participante.⁸ Em concreto, era o problema do *como fazer*, no qual está evidentemente implícito o problema de *chegar às pessoas* (M. Ribeiro 2002). Desde os primeiros esboços do quadro de investigação tive presente que o trabalho de campo teria de se desenrolar em diversos lugares, cujas distâncias entre si se contariam em milhares de quilómetros e continentes diferentes. Se Manjacaze foi o lugar principal, o meu lugar etnográfico no uso clássico do conceito, outros lugares se revelaram importantes para o trajecto da investigação e a produção do texto. São eles Maputo, onde levei a cabo o grosso da pesquisa documental e realizei algumas das entrevistas fundamentais, Matola, Inhambane e Maxixe. Fora de Moçambique, Lisboa, com as entrevistas ao fundador da fábrica velha e a pesquisa em fontes documentais ultramarinas em arquivos públicos; do outro lado do Atlântico, no Brasil, uma estadia de três semanas permitiu uma

⁷ Este conceito é também utilizado na psicologia (v. Arnkoff 1980).

⁸ As expressões método e técnica são, por vezes, utilizadas de forma indistinta, patenteando a dificuldade, como reconhece Grawitz (1996: 318), de traçar uma fronteira. Se é certo que estão estreitamente interrelacionados, eles fazem referência a aspectos diferenciados da investigação no terreno. Assim, importa, de uma forma sucinta, distingui-las: (i) o método é uma concepção intelectual que organiza de um modo concreto a pesquisa, através da utilização de diversas técnicas, permitindo ao investigador procurar a sua “acomodação intelectual ao objecto”; (ii) as técnicas são procedimentos operativos rigorosos, bem definidos, transmissíveis, susceptíveis de serem aplicados recorrentemente (Grawitz: 1996: 317-320). Rematando, as técnicas são ferramentas, limitadas em número e comuns à maioria das ciências sociais, disponíveis para a investigação e organizadas pelo método.

breve incursão pelo Ceará, visitando explorações agrícolas e fábricas de processamento de castanha de caju.

Esta multiplicidade de lugares não só coloca problemas ao modo como se entende o trabalho de campo e o seu papel na construção identitária da disciplina (Clifford 1999: 74-85), como o afasta da concepção clássica adoptada pela antropologia, baseada no estudo por um antropólogo solitário de um lugar estritamente delimitado e isolado, no qual vivia um povo pouco numeroso ou uma comunidade de dimensão reduzida (cf. Hannerz 1997: 2).⁹ Como exprime com finura Geertz

un hombre, a veces una mujer, más o menos como nosotros, solo que más valiente, aislado, en un lugar distante, entre gente que es visitada, observada y estudiada, que no sólo no es como nosotros, sino que no tiene ninguna relación con nosotros. El fin del mundo. Este tipo de presentación del antropólogo como un explorador solitario en los márgenes del mundo, lejos del mundanal ruido, difícilmente se ofrece en nuestros días. [...] Además, los antropólogos no poco trabajan solos [...] Los bosques e los desiertos están llenos de sociólogos y filólogos, economistas y historiadores, musicólogos, agrónomos, médicos, turistas (1996: 72-73).

Face a isto, o *locale* utilizado por Sobral (1994 e 1999a) é um conceito interessante que deve ser, como qualquer outro, sujeito ao escrutínio crítico. Proposto por Giddens (1984: 118), o *locale* caracteriza o uso do espaço para definir *settings* de interacção essenciais para especificar a sua contextualidade. Pode-se aplicar a um quarto de uma casa, a um cruzamento de ruas, a uma fábrica, a cidades, a territórios dos Estados-nação. A vantagem deste conceito face ao do *lugar* é, no entender de Giddens, o de permitir conceptualizar relações sociais

⁹ A comunidade é um dos conceitos mais utilizados pelas ciências sociais nos últimos 200 anos (Rapport 1996: 114). Destaca-se pelo seu sentido extremamente plural, caracterizando contextos muito diversificados, desde os mais restritos – uma aldeia de escassas dezenas de pessoas, vivendo em regime de quase autarcia – aos mais amplos, como as entidades políticas compostas por vários Estados-nação – União Europeia – para terminar na utilização, de uso corrente, da expressão “comunidade internacional”. Também encontramos o conceito para classificar grupos étnicos, religiosos e políticos, numa incrível polifonia de usos e de sentidos. Tentando dar-lhe uma maior precisão, nomeadamente tomando em conta a sua dimensão histórica, o conceito organiza-se em volta de dois opostos conceptuais: os aspectos psicológicos face aos aspectos institucionais e económicos, constituindo a coesão e a solidariedade entre todos os seus membros os elementos mais valorizados (Gossiaux 2000: 165). Na sua longa reflexão sobre o conceito “comunidade” – *Gemeinschaft* –, Tönnies [1955 (1887): 42-73] considera que ela assenta na perfeita união da vontade humana que está preservada como uma original ou natural condição, ao contrário do que acontece com a sociedade – *Gesellschaft*. Na visão de Tönnies, na *Gemeinschaft* os indivíduos estão unidos por um ideal comum de sentimentos, esperanças, aspirações, desejos, atitudes, emoções e crenças, a que dá o nome de *consensus*. Esta imagem idílica é partilhada também por teóricos críticos como Marx, apontado por Sobral (1999: 42-43) como um exemplo paradigmático. Para Marx (e Engels) a comunidade é a forma primitiva e primordial de organização social, correspondendo a comunidade à sociedade comunista primitiva. A sua dissolução deu origem às sociedades estratificadas, atravessadas por desigualdades e lutas sociais. A comunidade surge, aos seus olhos, como uma organização social modelar, constituindo uma referência para a sociedade comunista a construir, pois só nela o indivíduo dispõe dos meios para desenvolver inteiramente as suas faculdades e só nela a liberdade pessoal será possível [Marx e Engels 1975 (1846)].

através do espaço e do tempo. Em suma, este conceito articula o lugar, dimensão basicamente geográfica, com as dimensões social e temporal, permitindo “conceptualizar quadros sistémicos de interacção e relações sociais – em que se incluem as suas dimensões físicas – assentes na coordenação espaço-temporal de actividades” (Sobral 1999a: 46).

Este conceito permite superar a tradicional divisão entre análise macro/análise micro, a primeira centrada nas estruturas, a segunda centrada nos indivíduos, dicotomia que, não raro, foi visível nas concepções teóricas e nas investigações levadas a cabo pela sociologia e pela antropologia. Como esclarece Giddens (1984: 139ss), nem todos os estudos microssociológicos nos oferecem a realidade essencial da vida social nem tão pouco se pode assumir que apenas interessam os estudos macrosociológicos sobre as estruturas sociais. Por outro lado, o *locale* dá conta também das profundas alterações provocadas pela modernidade ao nível do espaço e do tempo, às quais os indivíduos em Moçambique não foram nem são imunes. Para Giddens (1998: 11ss), a modernidade produziu, entre muitas outras mudanças, a “separação do espaço e do tempo”, apartando-os, por sua vez, do *lugar*. Desta forma as relações sociais são “desinseridas” do contexto local, isto é, geograficamente circunscrito e formatado por relações físicas face-a-face. Embora estas não desapareçam, surgiram “relações sociais através de grandes distâncias de espaço-tempo” (Giddens 1998: 37).

O problema deste conceito reside numa certo risco duma excessiva desvalorização do lugar, levando-nos a pensar que ele pode, para os indivíduos, não estar presente em determinados tipos de relações sociais, algo que o próprio Giddens se recusa a admitir, ao precisar, de forma inequívoca, que “em todos os sentidos, as práticas sociais são sempre actividades *situadas*” (2000a: 13). Quando estabelecemos relações com outros que estão a grande distância de espaço-tempo, para usar os termos de Giddens, não deixamos de estar conectados, ligados, relacionados com o lugar onde estamos fisicamente presentes. Podemos (e estamos) muitas vezes ligados à “rede”, desenvolvendo relações sociais com outros indivíduos que estão a uma grande distância. Embora estejamos num outro “espaço-tempo”, não deixamos de estar, não só física e psicologicamente como socialmente, ancorados ao lugar que habitamos. Os ruídos da cidade, os sons do campo, os objectos, as pessoas que nos rodeiam ou que nos podem contactar fisicamente lembram-nos a todo o momento que pertencemos a esse lugar. Neste sentido, é necessário continuar a considerar o lugar, ainda que num sentido plural, como o elemento estruturante do trabalho antropológico nos termos expostos por Augé (1994: 49): um lugar comum ao antropólogo e aos observados que nele vivem, trabalham e moldam, considerando-o como seu, mas não olhado como espaço social isolado, separado de outros lugares e espaços. Deste modo, a antropologia

ocupa-se sempre de, pelo menos, dois espaços: o lugar que estuda (uma aldeia, uma empresa) e aquele, mais vasto, onde esse lugar se inscreve e de onde se exercem as influências e as pressões que têm algum efeito sobre o jogo interno das relações locais (a etnia, o reino, o estado). Condenado ao estrabismo metodológico, o etnólogo não pode perder de vista nem o lugar imediato da sua observação, nem as fronteiras pertinentes dos seus acessos exteriores (Augé 1994: 122).

O quadro teórico utilizado, a problemática da investigação e, a um outro nível, a explosão da sociedade tradicional (Geertz 1983) – esses mundos pequenos que pareciam existir isolados uns dos outros e separados do resto, que prenderam a atenção dos antropólogos e fizeram boa parte da tradição do trabalho de campo antropológico (v. Hannerz 1997 e Poncelet 2002) – colocavam dúvidas metodológicas que não se esgotam no que acima foi discutido, em particular na articulação dos níveis macro e micro ou, se preferirmos, na articulação das estruturas com a observação empírica feita sobre os quotidianos sociais em determinados lugares.

No contexto da investigação, em particular do trabalho de campo, trata-se de uma problemática da maior importância que não deve ser examinada com ligeireza. Desde logo, por razões que se prendem com a própria natureza do objecto. É que, ao invés do defendido pelo relativismo pós-moderno, a etnografia está longe de ser uma ficção, um mero exercício literário, conquanto Grillo (1997: 3) sugira, seguindo Marcus e Ficher, que ela deve ser capaz de contextualizar historicamente os seus objectos de investigação e, simultaneamente, registar o modo como os sistemas económico e político transnacional actuam ao nível local, precisamente onde o trabalho de campo tem lugar.

Como esclarece Layton (1997: 208-209), recordando que Geertz foi o primeiro a defender a ideia da etnografia como ficção, não podemos ignorar a existência real e não ficcional dos actores sociais observados. Independentemente daquilo que se possa escrever sobre eles, e ao contrário das personagens dos romances literários, estes continuam a existir e a etnografia faz referências precisamente às suas existências. As inclinações literárias de alguma antropologia contemporânea são também criticadas por Martinelli (2000: 58), que vê nestes exercícios manifestações de egocentrismo que em nada contribuem para compreender e explicar os contextos sociais observados.

Não sendo a etnografia uma ficção, é importante esclarecer qual a posição que o actor social que investiga deve assumir em relação aos actores sociais que coloca sob escrutínio. Em primeiro lugar é indispensável relevar o valor fundamental do distanciamento crítico, sem o qual não se pode meter em prática o princípio socrático da interrogação e da dúvida. Para

além de nos colocar ao abrigo da reprodução acrítica do que os observados pretendem que seja percebido pelo investigador-observador, situação em que caem muitas etnografias “dialógicas” excessivamente centradas nos actores (v. M. I. Cunha 2002: 91), o seu bom uso é essencial para esclarecer a densa teia de relações sociais e as lutas que no seu interior se geram. Este distanciamento permite reforçar igualmente a capacidade para fazer a crítica daquilo a que Bertaux (*in* Poirier *et al.* 1995: 25) designa por “ideologia autobiográfica” que se exprime na manipulação, muitas vezes inconsciente, por parte do narrador da sua própria existência, eliminando os aspectos menos convenientes e favoráveis e introduzindo e valorizando os elementos mais positivos, a vida que desejava ter tido e não teve. São os mecanismos de barreira e de bloqueamento (Poirier *et al.* 1985: 34), sempre que as suas vivências lhes pareçam intoleráveis, quer do ponto de vista psicológico, quer no plano mais alargado da sua inserção na vida social. Como mostra a etnografia de Zonabend (1989) sobre a vida quotidiana dos trabalhadores e dos residentes em redor das instalações nucleares de La Hague (Normandia), os seus discursos (mas sobretudo os silêncios e os actos) ocultam um risco insuportável, uma realidade dramática a viver (possivelmente) num futuro mais ou menos próximo. Para muitos não ver a central nuclear é sinónimo de protecção. No caso de esta ser avistada das residências, a solução passa pela construção de um muro, de uma qualquer barreira que a oculte. Em caso de impossibilidade de ocultação física, o vento é a barreira de dissimulação com a qual os habitantes justificam a sua imunidade face a um eventual acidente nuclear. Esta posição é sustentada pelo “cruzamento” das posições da central com as das habitações e com a orientação dominantes dos ventos nessa zona. Em suma, ao investigador exige-se uma permanente atenção ao contexto social no qual vivem os actores sociais observados, tomando em consideração aspectos como a identidade e a posição social de cada um deles, e sujeitando as suas observações ao escrutínio da triangulação, estratégia de comparação de diferentes fontes de informação que tem, como observam Hammersley e Atkinson (1994: 216-217), afinidades com os procedimentos de navegação e orientação no mar.

Desde o primeiro momento que se entendeu dar à observação participante uma posição preponderante no quadro de uma metodologia múltipla,¹⁰ por via da sua conjugação com outras técnicas de investigação, designadamente as histórias de vida para a indagação da

¹⁰ As metodologias múltiplas são cada vez mais utilizadas na investigação antropológica e sociológica, de forma a responder aos problemas mais diversos, sobre os quais os investigadores trabalham (entre outros, v. Orlove 2003, Burgess 1997 e Akilu 1995).

memória,¹¹ o inquérito por questionário e a consulta de documentos escritos e visuais em arquivos oficiais e particulares, seguindo de muito perto o proposto por M. C. Silva (2002a). Entendida por Caria (2002a: 9), como uma combinação estratégica “que articula teoria e experiências para abordar um objecto”, a metodologia foi colocada à prova e afinada, se assim se pode dizer, ao longo do quotidiano de trabalho de campo. Em concreto, a observação participante foi articulada com entrevistas de tipo semi-estruturado,¹² um pequeno inquérito por questionário elaborado após diversas visitas à fábrica e aplicado a todos os trabalhadores da fábrica nova, pesquisas documentais e recensões.¹³ Nenhum deles foi utilizado como contraponto à observação participante mas antes como recurso complementar e “cruzado”, no quadro geral de uma investigação plurilocalizada.

Apesar das críticas pertinentes aos que tentam utilizar a observação participante como a técnica exclusiva para conhecer a realidade social (v. Durand 2001: 127), ela ocupa um lugar central na pesquisa antropológica, como justamente argumentam Wright e Nelson (1995). Layton (1997: 20) salienta que o conhecimento dos factos sociais, tal como foi estabelecido por Durkheim, exige que o cientista social vá para o campo descobrir como uma determinada sociedade se organiza e concebe as suas instituições. O método e o exemplo foram traçados por Malinowski. Embora antes dele, antropólogos como Boas, Haddon e Radcliffe-Brown tenham levado a cabo investigação com observação participante, ele foi o pioneiro no trabalho de campo intensivo e de longa duração, vivendo com os observados e utilizando a língua nativa como meio de comunicação (cf. Evans-Pritchard 1985). Apesar de datadas de 1950, as considerações de Evans-Pritchard sobre Malinowski continuam válidas: “nenhum antropólogo anterior a ele (e, segundo creio, nenhum posterior) passou um período de tempo tão extenso, de 1914 a 1918, para efectuar um único estudo de um povo primitivo, neste caso os habitantes das Ilhas Trobriand da Melanésia” (1985: 76).¹⁴ Mas o que é, hoje, a

¹¹ Adota-se a expressão *história* – de uso generalizado na escrita em língua portuguesa nas ciências sociais – em lugar da expressão *narrativa*. Porém, é estimulante a subtil distinção que Bertaux (1997: 6 e 32-34) estabelece entre a “história de vida” e a “narrativa (récit) de vida”. Segundo ele, esta última expressão é mais adequada, uma vez que se refere precisamente à narrativa que um determinado actor social pode fazer, quando inquirido por um investigador, da sua história de vida nesse momento da sua existência.

¹² Com a excepção de meia dúzia de entrevistados que recusaram a utilização do gravador e de mais alguns que aceitaram que o diálogo fosse filmado, a maioria dos testemunhos foram registados em suporte áudio.

¹³ Olivier de Sardan (1995a: 87-88) designa como processos de recensão as contagens de pessoas e bens, os inventários, os planos e mapas, as genealogias, enfim, um sem-número de tarefas que normalmente levamos a cabo durante o trabalho de campo. Eles constituem dispositivos de observação e de medição que o antropólogo produz sobre o seu terreno, não devendo, sublinha, ser subestimados no contexto geral da investigação.

¹⁴ Não é descabido enfatizar a importância da (re)leitura de Malinowski para todos os que se iniciam nestes difíceis caminhos do trabalho de campo etnográfico. Nos seus textos, em especial em *Os argonautas do Pacífico ocidental* [Malinowski 1986 (1922)], encontramos descrições densas sobre o processo de imersão do antropólogo em contextos indígenas que funcionaram, de certo modo, como um guia de conduta para a minha própria experiência.

observação participante? Concordando com M. V. de Almeida, a observação participante é uma estratégia monográfica que “permite ‘ver’ o social incorporado em e agido por indivíduos, assim como permite ‘ver’ estes agindo sobre o social” (1995: 14). Implicando sempre o estabelecimento de uma relação social, é sobretudo através dela que chegamos à compreensão dos outros, dos seus comportamentos e sentimentos, não através, como foi atrás já comentado, de qualquer transformação no outro ou de uma substituição do nosso conhecimento cultural pelo dos observados (Iturra 1986), mas por uma comunicação não violenta assente num exercício espiritual vivido que permita chegar a uma conversão do olhar que nós projectamos sobre os outros nas circunstâncias mais vulgares do quotidiano (Bourdieu 1993b).

Por seu lado, as histórias de vida funcionaram como um importante recurso para a inquirição no que respeita ao passado colonial e ao período revolucionário pós-independência. Sem elas, a exploração das memórias individuais teria sido bem mais difícil. Em termos metodológicos a sua importância é reconhecida (v. M. Ribeiro 1995). As histórias de vida estão associadas a uma “lógica inconsciente da memória colectiva [...] querem fazer falar os ‘povos do silêncio’ através dos seus representantes mais humildes: do pastor da região de Limoges ao emigrado, do operário fabril ao camponês *bambara* ou ao pastor *peul*” (Poirier *et al.* 1995: 9-10). De igual modo, Zonabend releva, assumindo uma clara preferência pelas metodologias qualitativas, que uma história de vida pode produzir mais informação e com superior coerência do que numerosas respostas a um questionário pré-estabelecido. Assumindo o seu desinteresse pelos métodos quantitativos e pela representatividade dos dados recolhidos, Zonabend (1989: 21) manifesta clara preferência pelo escrutínio da emoção, do irracional, do imaginário, aspectos da vida quotidiana que escapam, não raro, à observação dita objectiva.

Evitando os fundamentalismos metodológicos que, muitas vezes, nos atam (cf. P. Silva 2003), o trabalho de campo foi guiado por uma articulação de diferentes métodos e técnicas, facultando à investigação possibilidades muito significativas. Portela (1985: 158) argumenta que para além de não fazer sentido qualquer discussão em torno da superioridade de uma técnica face a outra, o cruzamento entre diferentes técnicas de recolha de dados detém indiscutíveis méritos. Inspirando-se em Bourdieu e na sua denúncia do “monoteísmo metodológico”, M. C. Silva (1998: 31-32) alega, a propósito da sua pesquisa sociológico-antropológica e histórica, que abordagens deste tipo permitem “superar algumas (pseudo)dicotomias, oposições ou insuficiências de qualquer das dimensões tomada isoladamente”. Num contexto mais geral, Grawitz (1996: 446ss) alega que as técnicas a

utilizar deverão ser as que melhor respondam ao problema e objecto da investigação, sem prejuízo de à medida que esta avança se proceder a ajustamentos. Aliás, no domínio das ciências sociais, não podemos ignorar que na antropologia, na sociologia e na história os procedimentos interpretativos, as problemáticas teóricas, os paradigmas e as modalidades de construção do objecto são, basicamente, comuns e transversais, apesar de cada uma privilegiar, tradicionalmente, diferentes formas de investigação empírica: as fontes documentais para a história, o inquérito por questionário para a sociologia e a observação participante para a antropologia (Olivier de Sardan 1995a: 71).¹⁵

Para nós, antropólogos, implica superar as reservas em relação à utilização de dados quantitativos e fontes documentais, muitas vezes estribadas na procura forçada de uma diferenciação a todo o custo face à sociologia e, mais distanciadamente, à história, situação que não encontra suporte na tradição e na história da antropologia.¹⁶ Avivando o facto de que a disciplina nunca enjeitou qualquer tipo de informação sobre as sociedades sem escrita e sem escola, por que razão o haveria de fazer quando estuda as sociedades como as industriais ou as que vivem processos de modernização e mudança social onde as fontes de natureza quantitativa são inúmeras e necessárias para a compreensão do contexto observado?

A ligação frequente e abusiva da antropologia ao estudo das “sociedades sem escrita” obscurece o facto de hoje já não existirem sociedades sobre as quais não se tenha escrito algo – o que obriga os investigadores a consultar esses textos –, nem sociedades imunes à escrita (Olivier de Sardan 1995a: 89). Conquanto ainda na década de 70, mais concretamente em 1978, O'Neill (1984: 439) caracterizava a antropologia como a disciplina que se dedicava ao estudo das “sociedades primitivas”, quer sejam pré-industriais e pré-capitalistas, tribais ou rurais, apenas parcialmente será aceitável admitir que a antropologia regressou a “casa”, com a profusão de estudos, de textos e imagens sobre as sociedades modernas. Na verdade, como nos dizia Evans-Pritchard (1985: 13ss), no já distante ano de 1950, a antropologia nunca foi apenas o estudo das sociedades primitivas. De facto, o seu objecto foi sempre o estudo de todas as culturas e sociedades humanas. O trajecto teórico e metodológico bem como os trabalhos produzidos nas últimas décadas fazem da antropologia, cada vez mais, a ciência do estudo comparativo de todas as sociedades humanas, marcado pela abordagem intensiva e

¹⁵ Sobre a relação entre história e antropologia v. Goody (1997b).

¹⁶ Sem entrar nas querelas que agitam a comunidade científica antropológica acerca do lugar que a antropologia ocupa nas ciências sociais, em particular a sua relação com a sociologia, não quero, porém, eximir-me a referir que elas parecem resultar, em alguns casos, de lutas corporativas e de afirmação institucional. Embora os vínculos institucionais nos continuem a prender – a progressão académica depende da obtenção de graus numa determinada disciplina, é necessário publicar artigos em revistas científicas da disciplina, é forçoso pertencer a

transversal do social (Olivier de Sardan 1995a: 10). Ora, neste sentido, impõe-se reconhecer que apenas parcialmente a antropologia adoptou o mesmo objecto de estudo da sociologia, enquanto que esta tomou para si os métodos e as técnicas de tipo qualitativo, em especial a observação participante, fundamentais em investigação antropológica. E não só, entrou também nos terrenos “primitivos” que pertenceram, desde sempre, à antropologia.¹⁷

Neste quadro conceptual as estruturas são entendidas como decisivas, sem serem (mecanicamente) determinantes, para configurar os campos onde os actores sociais actuam condicionados pelos sistemas de disposições (*habitus*) produzidos e reproduzidos por elas (cf. Bourdieu 2000b: 163ss). Aos actores sociais admite-se uma certa margem de manobra para, sobretudo quando agem de modo colectivamente organizado, as suas práticas provocarem mudanças nas estruturas sem que tal implique, em caso algum, a admissibilidade de uma autonomia absoluta para, como se de um passe de mágica se tratasse, agirem sem qualquer condicionamento do *habitus*. Mesmo em situações de *hysteresis dos habitus*, que podem exprimir descoincidências entre as estruturas e as práticas transformadas em acção colectiva (v. Bourdieu 2000b: 178-179), é improvável o desajustamento das práticas às regularidades impostas pelos sistemas de disposições (*habitus*).¹⁸

A combinação do modelo conceptual adoptado – uma grande teoria sobre o sistema mundial moderno – com os dados empíricos foi um dos desafios que se manteve presente até ao fim da redacção do texto. Se, por um lado, não queria ficar pelas grandes discussões teóricas que marcaram alguma da produção sociológica, incluindo a corrente marxista (cf. Donham 1999: 2ss), por outro não desejava centrar o trabalho, como avisadamente refere Bader, “na microfocalização exclusivamente enviesada sobre o actor” (in M. C. Silva 1998: 12). Como o trabalho de campo permitiu confirmar, estava seguro das razões de Wallerstein [1990 (1974): 17] quando, com base na sua longa experiência de terreno em África, convoca a nossa atenção para a insuficiência da investigação que se remete à análise de um dado contexto local – uma “tribo”, por exemplo – sem o articular com o contexto colonial ou nacional e, mais amplamente, com o sistema mundial.

Preocupado com as estruturas e o modo como elas operam no quotidiano local onde cada um vive a sua vida, tentou-se seguir, como Bourdieu (1993c) nos propõe, os princípios

um dado departamento, escola ou faculdade –, é cada vez mais frequente o trabalho científico e académico ser realizado com base em temas e áreas geográficas (cf. Wallerstein *et al.* 1996: 102-103).

¹⁷ Entrando em outras controvérsias, ao contrário do que muitas vezes se escuta em conversas de “corredor” e de modo algo sibilino, à antropologia não falta teoria. Qualquer abordagem – culturalista, particularismo histórico, funcionalismo, materialismo cultural, marxismo – faz apelo e sustenta-se em quadros teóricos muito sofisticados que não são desconhecidos quer da sociologia, quer da história.

¹⁸ Para uma leitura crítica rigorosa desta obra de Bourdieu v. Caria (2002b).

colocados em marcha pela medicina grega: procurar as doenças invisíveis, as coisas que o corpo não mostra nem os sinais falam. Quer dizer, quando aplicado ao social, ir para lá daquilo que as evidências tornam mais evidente: os actores sociais e os acontecimentos sem que, convém sublinhar, se os ignore ou desvalorize ao ponto de lhes retirar qualquer tipo de relevância para a trajectória da história. Obviamente, nada disto significa uma secundarização dos discursos dos outros sobre si próprios e sobre as coisas que os rodeiam de perto e o mundo em geral. Essenciais para o esforço de compreensão das suas racionalidades e estratégias de vida, são parte do trabalho de inquirição das “invisibilidades”, quer dizer do modo como opera o sistema de disposições, isto é, o habitus: “produto da história, o habitus produz práticas, individuais e colectivas, e portanto história, em conformidade com os esquemas engendrados por essa mesma história” (Bourdieu 2000b: 178).

No centro da estratégia para concretizar a articulação entre os referidos níveis macro e micro, entre estruturas e actores sociais, colocou-se como elemento fundamental e decisivo o trabalho de campo. Se é evidente que a estrutura teórica foi definida antes da realização deste, a sua execução não deixou de a influenciar e de a (re)construir. A leitura quotidiana das notas de campo interrogava a teoria, colocando novas questões e dúvidas que não puderam ser ignoradas, em termos teóricos, pelo texto final que agora se apresenta. Apesar de manifestar as mais sérias reservas à *grounded theory* proposta por Glaser e Strauss (1967) – construção da teoria a partir de dados sistematicamente obtidos a partir da investigação empírica – bem como à utilização meramente instrumental da teoria, conforme os interesses e os constrangimentos colocados pela investigação, sempre admiti – algo que terá ficado nítido durante a produção da escrita – que a esta flexibilidade metodológica correspondesse uma certa flexibilidade teórica, sem cair no relativismo e no eclecticismo, justamente porque a teoria é inseparável da prática (Olivier de Sardan 1995a).

É oportuno sublinhar que é da articulação e interacção entre teoria e prática que se produzem modificações e novas formulações teóricas que não se esgotam no estrito campo de uma dada área disciplinar. Como o texto mostra, a estratégia metodológica tem claramente uma inspiração temática em detrimento de uma filiação disciplinar estrita. Ora, já na década de 80 B. S. Santos (1987: 47) alegava, no quadro da discussão do (novo) paradigma emergente, que “o conhecimento é total”, fazendo-se a sua divisão já não pela via disciplinar mas temática. Lateralizando um pouco a reflexão, não se trata aqui de reivindicar e proceder a uma “transformação das fronteiras organizativas” nem de acabar com elas, mas sobretudo de abolir o “monopólio da sabedoria [...] zonas do conhecimento reservadas a pessoas munidas deste ou daquele grau universitário” (Wallerstein *et al.* 1996: 135-136).

3. Etnografia e memória em contexto pós-colonial

Ao longo do trabalho os problemas relacionados com o uso da memória colocaram-se com muita acuidade. Não apenas no que se relaciona com o papel por ela desempenhado na execução das operações técnicas no espaço da produção mas também no plano das recordações dos informantes sobre as suas vidas e acontecimentos passados. Neste aspecto, desde os primeiros dias que me dei conta da importância crucial da memória no escrutínio das experiências vividas ou conhecidas dos informantes, muitas vezes transmitidas pela via oral. O demorado e rendilhado processo de construção das genealogias suscitou inúmeras questões, toda uma problemática sobre o modo como os indivíduos fixam as suas recordações e as trazem à existência em situações muito concretas e, por vezes, singulares. Baseada num diálogo permanente entre o inquirido e o inquiridor, a construção das genealogias é feita de avanços e recuos permanentes através dos quais se transforma a narração, quase sempre caótica e temporalmente anacrónica, num quadro coerente e devidamente fundamentado pelas histórias de vida, muitas vezes cruzadas, de vários indivíduos de uma mesma família. É atinente notar que o próprio inquiridor trabalha às “cegas” uma narrativa que tenta colocar em ordem, na medida em que pouco ou nada sabe dos indivíduos sobre os quais o actor social inquirido vai relatando episódios e acontecimentos marcantes como casamentos, mortes e outros pormenores da vida quotidiana, incluindo trajectórias de vida.

Perante este contexto, impõe-se uma breve reflexão sobre as possibilidades e os limites do uso da memória no trabalho de campo etnográfico. Ela, porém, não se circunscreve a este, vai bem mais além. Como Bloch (1995) observou, a memória é, hoje, um tema da maior importância para a antropologia, a sociologia e a história. Interessadas nas representações sociais do passado e nos seus diferentes modos de transmissão, de geração em geração – oralidade, escrita, rituais e objectos culturais –, a reflexão sobre a memória, realizada simultaneamente nas vertentes teórica e metodológica, é uma tarefa que ajuda a clarificar a prática de terreno empreendida.

Todos temos a faculdade de recordar (mas também de esquecer) acontecimentos passados, momentos singulares da nossa vida pessoal e, por mediação ou reprodução, da vida colectiva da sociedade a que pertencemos. Não tocando na análise dos aspectos físico-biológicos que sustentam o seu funcionamento, todas as reflexões sócio-antropológicas sobre a memória parecem colocar em destaque, como seus principais elementos configuradores, a recordação e o esquecimento. Oscilando entre uma e outro, num processo complexo são configuradas as memórias individuais e colectivas.

Connerton (1993: 26-28) considera que a memória individual se manifesta em três planos: (i) pessoal; (ii) cognitivo; (iii) hábito. Enquanto a memória pessoal caracteriza as recordações relativas às experiências da vida de cada indivíduo, a memória cognitiva abrange todos os actos de recordação relacionados com os conhecimentos adquiridos, nomeadamente no plano linguístico, lógico, histórico, geográfico, etc. Como sublinha,

para existir uma memória deste tipo o nosso conhecimento pressupõe, de algum modo, a ocorrência anterior de um estado pessoal cognitivo ou sensorial. Mas, ao contrário do primeiro tipo de memória não necessitamos de possuir qualquer informação sobre o contexto ou episódio da aprendizagem para sermos capazes de reter e utilizar este tipo de recordações (Connerton 1993: 27).

Por último, a memória-hábito refere-se aos mais diversos comportamentos que adquirimos e, sempre que tal se torna necessário, executamos. É o caso de, entre os mais simples, caminhar e correr até ao, eventualmente mais complexo, pilotar um avião ou escalar uma montanha.

Se a memória é recordação, é forçoso relevar a sua outra dimensão, simultaneamente oposição e complemento: o esquecimento. É em torno deste que os indivíduos e os diferentes colectivos humanos edificam também a sua identidade, articulando o dever ou a necessidade da recordação com o dever ou a necessidade do esquecimento (Caudau 1996: 5). Em Augé (1998: 30) esta dupla dimensão da memória não está tão vincada no que se refere à recordação. Ao vê-la como produto da memória, ela surge como que sumida nesta, por contraponto ao esquecimento, a sua força viva. Inspirando-se nos rituais africanos, nos quais a memória do passado, a consideração para com o presente e a expectativa em relação ao futuro organizam a maioria destas práticas e se constituem como dispositivos de pensar e gerir o tempo, Augé (1998: 75-79) reconhece três formas diferentes de esquecimento: (i) *retour*, isto é, recuperar o passado distante perdido através do esquecimento do presente e do passado recente; (ii) *suspens*, cujo objectivo é reconhecer o presente através do esquecimento – suspensão momentânea – do passado e do futuro¹⁹; (iii) *commencement*, encontrar o futuro através do esquecimento do passado. Na primeira forma encontramos como expoente máximo a possessão, na qual um outro – um espírito, um antepassado ou um deus – está simbolicamente dentro de um indivíduo vivo. Já na segunda forma as inversões sexuais e sociais constituem os seus principais modos de expressão. Por exemplo, uma mulher que se

¹⁹ Procurando no dicionário de língua portuguesa da Porto Editora o significado da palavra esquecimento – acto ou efeito de esquecer, que por sua vez significa perder a lembrança de alguma coisa – é possível considerar que

transforma num homem ou um escravo que se proclama rei vivem esses momentos esquecendo não apenas o passado como também o futuro, aquilo que voltarão a ser, esgotado esse presente fugidio. Na última forma, a iniciação, momento fundador que abre novas possibilidades para o futuro, é a sua melhor expressão. No entender de Augé, todas estas formas estão marcadas, pela ambivalência, uma vez que os momentos em que elas se fazem sentir são, simultaneamente, acontecimentos sociais e experiências individuais.

Augé (1998: 7) releva a importância vital do esquecimento para a sociedade e para o indivíduo. Sem ele, a “saúde” mental colectiva e individual estaria em risco. A impossibilidade de esquecer – hipertrofia da memória, perturbação clínica pouco comum – provoca profundas desordens psicológicas nos indivíduos afectados, que lhes impede uma vida quotidiana normal. Por outro lado, sem o esquecimento as sociedades teriam, muitas vezes, dificuldades em prosseguir o seu quotidiano, toldadas pela recordação constante do horror e do ressentimento (Caudau 1996: 78-81) ou, ao invés, pela euforia contagiante dos momentos festivos. Em Moçambique, em especial em Manjacaze, onde a acção da Renamo assumiu formas muito virulentas, os indivíduos oscilavam já entre a recordação e o esquecimento, escassos anos após o fim das hostilidades. Como vezes sem conta escutei, “eles são nossos irmãos”. Ou seja, os actores sociais envolvidos utilizam esta forma simbólica de parentesco como um mecanismo de esquecimento para que o outro inimigo se transforme num amigo próximo, pacificando assim a vida social.

Não quer isto dizer que a recordação seja menos importante que o esquecimento. É ela, não raro, que permite dar sentido à vida, continuar a viver. Em a *Odisseia* de Homero, Penélope é o paradigma da força da recordação, à qual vai buscar o alento para continuar a resistir, enquanto aguarda pela chegada do marido ausente. A ama Euricleia exprime-o de uma forma muito intensa: “Acorda, Penélope, minha filha; vem, que os teus olhos contemplem aquilo que desejas todos os dias: ele chegou, Ulisses, está em tua casa, tardiamente, mas está cá” (Homero s.d.: 243). Mais, e agora já numa dimensão colectiva, a recordação sob a forma das cerimónias rituais e comemorativas, em especial as promovidas pelo Estado e outros poderes institucionalizados com funções políticas, detém uma função social decisiva. Para além de influenciar o comportamento e o pensamento dos indivíduos, contribui também para a estruturação da memória colectiva (cf. Connerton 1993: 49-86).

Se, como vimos, a relação entre recordação e esquecimento é muito forte, ela não será menor entre as memórias individuais e a memória colectiva. Começando por esta, Pujadas

ela sofre uma forte deformação quando aplicada ao futuro. Talvez mais apositamente, o que temos é uma recusa em imaginar o futuro.

(1994: 618) argumenta que a memória colectiva – enunciação, através do discurso, da consciência colectiva – é, simultaneamente, a depositária do conjunto de atributos e símbolos de uma sociedade e um dos instrumentos de legitimação da ordem social dominante.²⁰ Ora, afigura-se atinente que a memória colectiva constitua a enunciação, através do discurso, da consciência colectiva. Por seu lado, apesar do papel central que os agentes do poder político – “engenheiros do discurso social” na feliz expressão de Pujadas – desempenham na configuração da memória colectiva, em sociedades estratificadas, como a moçambicana, não existe apenas uma e, portanto, uma só consciência colectiva, mas sim várias. Em parte sustentadas pelas suas memórias familiares, de classe, geracionais, étnicas e outras, as diversas memórias colectivas concorrem entre si para conquistarem o estatuto de memória colectiva institucional, ou seja, do Estado e dos diversos aparelhos que o constituem. Assim, por correlação, parece pertinente considerar que se as ideias dominantes são as ideias da classe dominante, pois esta dispõe não somente dos meios de produção material como também dos meios de produção intelectual [Marx e Engels 1975 (1846): 55-56], então a memória colectiva dominante é a memória colectiva da classe dominante ou, pelo menos, aquela que lhe é conveniente, que serve os seus interesses de manutenção e reprodução da ordem social vigente.²¹ Como é isto conseguido? Tal como o poder não se impõe apenas pela coacção, tal como a ordem não depende apenas da repressão (Godelier 1992: 111), para a definição da memória colectiva contribui tanto a imposição como o consentimento. Resta dizer que

o Poder não se origina nunca de uma decisão arbitrária no vértice, mas vive de mil formas de consenso miúdo ou “molecular”. São precisos milhares de pais, mulheres e filhos que se reconheçam na estrutura

²⁰ É hoje comumente aceite que foi Durkheim [1977 (1893)] o primeiro a definir, no plano formal, o conceito de consciência colectiva, que compreende os sentimentos, crenças e pulsões partilhadas pela maioria dos membros de uma mesma sociedade. Na tradição teórica marxista, a expressão consciência surge habitualmente associada ao conceito de classe, exprimindo a pertença de um indivíduo, reiteradamente e conscientemente afirmada, a uma dada classe social. Considerada determinante para a luta de classes, Marx e Engels [1975 (1846)] articularam, no plano ideológico, a consciência de classe com a produção das ideias, considerando que o grau de consciência varia com a posição de classe do indivíduo.

²¹ Articulando-se poder com memória, não se pode deixar de referir a ideologia, que parece penetrar quer o poder, quer a memória. Assim, a ideologia é um “poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder” (Bourdieu 1989: 14-15). Manifesta-se através da imposição de uma interpretação do contexto social conveniente às classes dominantes, servindo “interesses particulares que tendem a apresentar como universais, comuns ao conjunto do grupo” (Bourdieu 1989: 10). Significa isto que a ideologia faz parecer natural aos olhos dos dominados o poder instituído (e a própria ideia de poder), contribuindo para o seu processo de legitimação e levando-os a agir, em termos de comportamentos e pensamentos, de acordo com os interesses que melhor servem as classes dominantes. Face a isto, os segmentos mais conscientes das classes dominadas procuram organizar-se em “contra-corrente”, a nível político e social, construindo espaços dinâmicos não somente de resistência mas também de elaboração de uma outra grelha de análise e de visão do mundo.

da família para que um poder possa reger-se pela ética da instituição familiar; é necessário que uma miríade de pessoas encontre um papel como médico, enfermeiro, guarda para que um poder possa reger-se pela ideia de segregação dos diversos (Eco 1986: 177).

As memórias colectivas não se esgotam, porém, na função de depositárias dos atributos e símbolos da nação e de instrumento do Estado para a legitimação da ordem dominante. Indissociável desta é a função de estruturação da identidade, coesão e diferença dos diversos grupos étnicos e sociais que compõem qualquer sociedade africana dotada de um Estado de tipo moderno. Neste contexto, a memória colectiva aparece como um discurso de alteridade, na qual a posse de uma história que os outros não partilham dá ao grupo a sua identidade (Zonabend 1980: 310). A construção dos heróis ligados, por nascimento e destino, a Manjacaze (v. capítulo VI) é, em boa medida, um processo inseparável da definição e consolidação de uma memória e de uma identidade colectivas de dimensão nacional que o Estado moçambicano aspira a tornar dominante.

Não obstante a existência de instituições e de indivíduos especialmente investidos pelo poder com a tarefa de preservar, enunciar e inculcar a memória colectiva nos indivíduos que compõem o colectivo social, a sua reprodução nas memórias individuais não se faz por meio de uma estrita transacção mimética. Seguindo Pujadas (1994), se é certo que os actores sociais tendem a reproduzir o discurso dominante que dá a conhecer a memória colectiva, as memórias individuais, apesar de decisivamente influenciadas por aquela, são muito mais matizadas, dotadas de vida própria. Ou, numa perspectiva não muito diferente, formulada por Candau (1996: 67), a memória individual, embora autónoma, está em estreita articulação com a memória dos outros indivíduos, possuindo sempre uma dimensão colectiva. Ora, tal como sugere Halbwachs, citado por Candau (1996: 67), a memória individual cumpre-se sempre no seio de um determinado quadro social que, por sua vez, está implantado num dado espaço. Se, por um lado, não existe memória sem espaço, é também certo que qualquer alteração no espaço em que os indivíduos vivem, por migração ou transformação, produz naquela mudanças (cf. Halbwachs 1997: 193-236). De igual modo, qualquer mudança no quadro social imprime sempre uma alteração na memória individual. Caracterizando com maior minúcia e densidade, é possível dizer que o conjunto das memórias individuais constitui o sistema de inter-relações que produz a memória colectiva (Bastide *in* Candau 1996: 66). Todavia, é necessário relevar que as memórias individuais têm desigual força e autoridade, não se fazendo “ouvir” por igual. Tornando evidente que a força das palavras depende da força de quem as enuncia, é bem diferente o poder de adesão e de convencimento de um

discurso memorial feito por uma autoridade política ou eclesiástica face ao de um indivíduo despossuído de prerrogativas desta natureza.

No trabalho de campo confrontei-me com a existência de várias memórias colectivas. Desiguais quer em termos de símbolos, quer em termos de proximidade ao poder político, prosseguem uma luta, muitas vezes quase silenciosa e subterrânea, para influenciar o observador. Não se trata somente do confronto entre, por um lado, a memória da luta de libertação nacional e da guerra contra o *apartheid* e os “bandidos armados” – elementos primordiais da memória colectiva institucional da Frelimo e do próprio Estado moçambicano – e, por outro, a memória da luta contra os “comunistas” em prol da “liberdade” e da “democracia”, à qual se liga a Renamo. Trata-se também de outras memórias, porventura menos discutidas, como a dos (ex)-colonizadores e a dos (ex)-colonizados.²² Se estas memórias exprimem uma diferença político-jurídica, com dimensão e profundidade histórica, traduzem também o antagonismo identitário fundado na raça: o branco europeu face ao negro africano. A escuta de histórias sem fim sobre os conflitos durante a presença portuguesa, o processo de industrialização em Manjacaze, as lutas sociais pós-independência, em especial em torno da colectivização dos meios de produção e do programa político socialista, mostraram não só a conflitualidade em torno da memória, como a sua própria reconfiguração em função da evolução temporal do processo histórico e da posição que cada actor nele vai ocupando. Condicionados por aspectos como a classe social, a raça, o género e a posição político-ideológica, constata-se a dessemelhança das memórias em relação ao colonialismo e, mais recentemente, ao processo de restauração plena do capitalismo, entre, por exemplo, os camponeses-operários e as elites locais em Manjacaze.

Aprendemos com Goody (1997: 42-49) que a escola ao favorecer os exercícios de memória transforma a cultura, incluindo os seus modos de transmissão. E, é claro, a própria memória. Antes de viajar para Moçambique recordei que os livros pelos quais aprendi na escola primária se alteraram profundamente após a Revolução de Abril – frequentava a 2ª classe no ano de 1974.²³ Na análise de um livro de leitura desse tempo, M. V. Almeida (1991: 247-261) mostra-nos como o Estado Novo em Portugal, mas também em Moçambique e nas

²² Permanece bem viva na minha memória pessoal a adjectivação feita pelo meu pai, antigo combatente no exército colonial português, dos guerrilheiros dos movimentos de libertação contra os quais lutou no enclave de Cabinda: “turras”, jargão curto, incisivo e de uso corrente entre os militares portugueses, substituto da palavra terroristas, cujo emprego ficava reservado para contextos mais formais.

²³ A esta concorrência das memórias em diferentes tempos no mesmo espaço coloca-se uma outra, a da concorrência no mesmo tempo em espaços diferentes. É o caso do papel desempenhado pelos americanos e soviéticos na derrota do nazismo, no tempo dos dois Estados alemães. Enquanto que para a maioria dos alemães ocidentais os primeiros são os responsáveis pela vitória sobre o nazismo, já para os alemães do leste os méritos da vitória pertenciam aos soviéticos (Candau 1996: 62).

outras colónias africanas, (re)produz socialmente a memória colectiva dominante, proclamando a grandeza de Portugal, do Minho a Timor.²⁴ Em Manjacaze, sempre que podia – normalmente o pretexto era tirar umas fotocópias – aproveitava para folhear demoradamente os livros da escola à venda na única papelaria/livraria ali existente. Interessava-me ver em que medida a configuração da memória colectiva se tinha modificado com a imersão, a partir da segunda metade dos anos 80, no neoliberalismo. E através dela, as mudanças no discurso por parte do poder político moçambicano, em si mesmo produtor da memória colectiva institucional. Desta forma, dava continuidade ao exercício de compreensão destas mudanças iniciado com a leitura das corrosivas crónicas de Vasconcelos (1999), sobretudo no que se refere à duplicidade discursiva das elites colocada a nu pelo autor.

Apesar de uma certa inércia da memória colectiva do período revolucionário pós-independência, visível sobretudo nos manuais escolares, em parte devido à insuficiência de recursos financeiros do próprio Estado para proceder às devidas correcções, o contraste antes/agora é muito nítido: (i) antes da chegada dos portugueses colonizadores e agora no presente; (ii) antes da independência e agora no presente; (iii) no tempo da colectivização e das experiências de orientação socialista e agora no presente. Esta oposição entre o antes e o agora é uma dicotomia temporal que está presente, como salienta Caudau (1996: 39) em todas as sociedades e em todos os grupos sociais e que organiza todo o processo de recordação.²⁵

Dotada, como vimos, de inegáveis recursos para a investigação social, a exploração da memória é também um instrumento essencial para o conhecimento e a compreensão das mudanças verificadas em qualquer contexto social. Aqui, sublinho uma divergência com Godelier (1992: 103) quando defende que “não é possível medir a mudança a não ser que se conheça [por observação directa] o estado anterior”. Apesar de reconhecer que as dificuldades são acrescidas nas sociedades sem escrita, a posição de Godelier, no limite, leva-nos à impossibilidade irredutível de acesso a todo o conhecimento histórico e antropológico acerca das sociedades, acontecimentos e mudanças verificadas ao longo da história da humanidade. Assim, parece-me tão válido analisar a mudança numa dada sociedade por observação directa como por mediação da memória dos observados. De uma forma ou de outra é necessário, recorrendo à comparação e apoiados (e assumindo-os) nos nossos pressupostos teórico-metodológicos, fazer a crítica do que é dito pelo observador-participante e pelos

²⁴ Para uma desconstrução irónica e quase subversiva desta memória colectiva sobre o império colonial v. Souta (1995: 53-55).

²⁵ Não deixei de confrontar esta experiência com os discursos enunciados pelos actores sociais por mim inquiridos em Águeda. De uma forma continuada recorreram a esta dicotomia para organizarem as suas memórias (Ribeiro 1996).

observados. Não é por ter lá estado, por ter vivido o estado anterior à mudança que as observações e conclusões do antropólogo ficam investidas de uma autoridade e legitimidade irrefragáveis, para lá de toda e qualquer dúvida. A discussão em torno do *kula* observado por Malinowski na Melanésia, antes da mudança modernizadora, é bem elucidativa. Mais interessado nos elementos bio-psicológicos – essenciais a qualquer explicação funcionalista (Harris 1979b: 475) – do que na análise das relações económicas, Malinowski viu no comércio feito pelos melanésios entre as diversas ilhas, algumas separadas por largas centenas de quilómetros, actos de trocas de colares vermelhos e braceletes de conchas motivados fundamentalmente por razões de prestígio e aspirações mágicas, minimizando o valor económico ligado ao transporte e troca de cocos e outros frutos, peixe, vegetais e artefactos diversos. Depois de Malinowski, não obstante a análise do *kula* ser mediada pelos seus escritos, foram muitos os antropólogos que o reinterpretaram. Ainda muito recentemente Layton (1997: 30-33), embora não tenha, obviamente, presenciado os acontecimentos vividos e descritos por Malinowski, elaborou mais uma pertinente crítica às teses funcionalistas por este desenvolvidas.

Fazendo o balanço do que foi dito, não existe uma única mas antes várias memórias colectivas que concorrem entre si em condições desiguais. Quer dizer, nem todas têm as mesmas possibilidades de se fazerem ouvir e expressar. Esta pluralidade das memórias colectivas diz-nos mais do que muitas vezes admitimos sobre a vida social observada, revelando aspectos como as tensões e as lutas entre os indivíduos pela permanente reconstrução do passado e pela sua requalificação social.²⁶ Quer isto dizer que, não raro, a mentira, o disfarce, os silêncios e as manipulações do passado são analítica e socialmente mais importantes do que os próprios acontecimentos. A prática antropológica em contexto pós-colonial exige uma utilização intensa e alargada das memórias individuais e colectivas, não obstante as inúmeras dificuldades que o seu uso coloca ao investigador. Umas e outras, em estreita e permanente articulação, constituem instrumentos preciosos para a “leitura” antropológica do terreno por parte do investigador. Embora a memória, no sentido estrito que lhe é dada pela biologia, seja uma propriedade do que é humano, inerente ao indivíduo, julgo ser admissível considerar, em termos sociais, a existência de memória(s) colectiva(s) partilhada(s) pelos indivíduos nos diversos espaços sociais onde se desenrola a vida social: a

²⁶ Durante o trabalho de campo em Águeda deparei-me com diferentes memórias familiares que lutavam pela imposição da sua memória como a memória colectiva sobre a industrialização no concelho. Sem deixar de fazer a crítica destas memórias divergentes, nomeadamente através da sua comparação com as fontes escritas disponíveis, relevei a importância social da memória, justamente porque os actores sociais viam na memória

família, o trabalho, o Estado, etc. Tal como não é possível falar numa única memória individual, também não é admissível, como terá ficado demonstrado ao longo do texto, conceber uma única memória colectiva, em especial em sociedades estatais, marcadas pelas mais diversas formas de desigualdade que condicionam a vida social e cunham os destinos desiguais dos indivíduos. Neste sentido, ensaiando uma analogia com a memória individual, dotada de um tempo de vida e de mecanismos de recordação e esquecimento, a memória colectiva parece ter um modo semelhante de funcionamento que se cumpre sempre num dado tempo e espaço. Se o modo como a memória usa e representa o tempo é variável, também o espaço nela penetra, condicionando-a e mudando-a.



Em vez de despertar as recordações voltaria a cobri-las com a crosta sedimentar dos discursos de depois, que põem em ordem e explicam tudo de acordo com a lógica da história passada.

Italo Calvino (2002), *O caminho de San Giovanni*. Lisboa, Teorema.

colectiva, entre outros aspectos, um importante instrumento classificatório da posição de cada um na estrutura social local (cf. Ribeiro 1996: 42ss).

Capítulo III

Sistema mundial, desenvolvimento e antropologia:

A discussão teórica

1. O sistema mundial moderno: dinâmicas e (re)configurações

Conceber um sistema-mundo pressupõe admitir, como teoricamente válido, a existência de sistemas sociais e de estruturas. Estamos perante conceitos essenciais, observa Giddens (2000a), para a teoria social que não se cingem, muito pelo contrário, a qualquer corrente sociológica ou antropológica, antes atravessam as mais diversas ciências sociais, incluindo a história e a geografia. Longe de ser uma preocupação recente, a ideia de sistema social foi largamente debatida desde o século XIX por teóricos que contribuíram decisivamente para a formação da antropologia social, como Marx, Durkheim e H. Spencer. Como explicita Layton (1997: 6), pelo menos duas propriedades dos sistemas sociais eram já reconhecidas por estes teóricos. Um sistema é feito de diversos elementos articulados entre si de tal forma que o todo não corresponde à soma das partes e, por outro lado, possui uma determinada coerência e limites que, apesar das tensões e oscilações, contribuem para assegurar uma certa estabilidade temporal.

Ainda que muitas vezes sejam entendidos como sinónimos, sistema social e estrutura não são coincidentes. Na perspectiva de Giddens, “os sistemas possuem estruturas ou, de modo mais preciso, possuem propriedades estruturais, mas não são eles próprios estruturas” (2000a: 35). As estruturas podem ser vistas como “coisas” que o tempo e os actores desgastam e transformam muito lentamente, ainda que nos últimos 300 anos, em especial durante o século XX, as enormes mudanças científicas e tecnológicas tenham agido de tal forma sobre as dinâmicas económicas e sociais que permitem interrogar a própria estabilidade que lhes é inerente. Em termos precisos, as estruturas são

uma arquitectura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora muito a desgastar e a transportar. Certas estruturas são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações [...] Outras, pelo contrário, desintegram-se mais rapidamente. Mas todas elas constituem, ao mesmo tempo, apoios e obstáculos, apresentam-se como limites (*envolventes*, no sentido matemático) dos quais o homem e as suas experiências não se podem emancipar (Braudel 1986: 14).

Quer dizer, nelas estão sempre presentes, numa articulação dinâmica, a conservação e a mudança. Se é certo que a estabilidade sistémica é, de quando em quando, abalada por movimentos estruturais de grande transformação, é necessário sublinhar que muitas das rupturas, incluindo aquelas que apressadamente se designam por “revolucionárias”, nem sempre cortam radicalmente com o passado. Neste sentido, é de colocar de parte qualquer esquematização que possa simplificar aquilo que não é simples. No caso moçambicano, apesar das mudanças políticas, sociais e outras ocorridas ao longo do século XX, não se terá cortado abruptamente com o colonialismo e com aquilo que lhe é imanente nem, tão pouco, se terá removido de um só golpe os modos de pensar, sentir e agir enraizados no passado “revolucionário”, centralista e burocratizado.

Apesar da larga aceitação destes conceitos e do seu valor hermenêutico, são conhecidas as críticas. Leaf (1981) é um dos autores que se salientou na retórica contra aquilo que designa por dualismo. Partindo de cristalinos pressupostos empiricistas (não assumidos), elaborou uma crítica medíocre aos sistemas sociais, segundo ele suportados por teorias “optimistas” que se distinguem sobretudo pela centralidade da estrutura. A esta, melhor dito, ao dualismo das estruturas e agência contrapõe o monismo, tradição teórica que postula que o único mundo existente é o das aparências, sendo a verdade e, principalmente, a razão humana, criadas pelos indivíduos no decorrer da sua interação.¹

De acordo com a formulação teórica e empírica proposta por Wallerstein [1990 (1974): 337ss], o sistema mundial é um sistema social. Fazendo uma analogia com os organismos vivos, é dotado de limites, estruturas, regras de legitimação e coerência. Mas também de contradições e instabilidade, afastando-se assim Wallerstein de possíveis leituras funcionalistas e naturalistas que o poderiam conduzir à justificação do *statu quo* e à biologização do social. Continuando com a analogia orgânica ténue, tal como nos seres vivos,

¹ Esclareça-se que Leaf reconhece que o seu trabalho visou combater o materialismo cultural (e mais remotamente a tradição marxista) e, em especial, a então enorme influência exercida, mormente nos EUA, pelo seu principal paladino, Marvin Harris (1979a). Mais recentemente, Leaf (1998) prossegue com o seu trabalho, agora mais proposicional e menos epistemológico, em prol daquilo que qualifica por “transformação pluralista do Terceiro Mundo”, com base em trabalho de campo realizado na Índia.

um sistema social tem um período de vida limitado, durante o qual conserva algumas das suas características, enquanto outras se alteram. No seu interior confrontam-se as diversas forças sociais que, de modo permanente, tentam utilizá-lo e transformá-lo de acordo com os seus interesses. Aceitar este modelo teórico implica a rejeição das teses de Fukuyama (1992) que postulam o “fim da história”, mercê do triunfo, dado como definitivo, do capitalismo e da democracia liberal. Aliás, perante as contradições do sistema e o avanço da miséria aos mais diversos níveis, o mito do fim da história, inventado nos salões confortáveis do Departamento de Estado americano, esgota-se, renovando-se a dúvida.² Deste modo readquire força a tese, nunca abandonada pelos teóricos críticos, de que “a única generalização cem por cento segura sobre a história é aquela que diz que enquanto houver raça humana haverá história” (Hobsbawm 1996: 18).

No caso concreto do sistema mundial moderno, cujas origens remontam ao século XVI, nele não existe um único sistema político, ao contrário do que prevalece na outra variedade de sistema-mundo (os impérios-mundo), mas somente uma economia-mundo. Se hoje esta abrange todo o planeta, tal não se verificou durante a fase inicial do sistema mundial. Nesta discussão, é importante assinalar que a economia mundial, como esclarece Braudel [1992 (1979)], se estende à terra inteira, enquanto que a economia-mundo se refere a uma parte economicamente autónoma do planeta. Não se confinando às fronteiras de um Estado ou de grupos de Estados, eventualmente impérios, a economia-mundo caracteriza-se por uma certa auto-suficiência, possuindo uma relativa unidade orgânica, se bem que perpassada de contradições, conferida pelas ligações e trocas que nela existem e se realizam. A ela está subjacente um espaço, que muda lentamente, um centro e uma hierarquia, na qual existem economias subordinadas a uma rica e poderosa, daí resultando desigualdades que asseguram – o paradoxo é apenas aparente – o regular e estável funcionamento do conjunto. Em síntese, definindo com rigor,

uma economia-mundo é uma soma de espaços individualizados, económicos e não económicos, por ela agrupados; que representa uma enorme superfície (em princípio, é a mais vasta zona de coerência, em determinada época e em determinada zona do globo); que, habitualmente, transcende os limites dos outros grupos maciços da história [Braudel 1992 (1979): 14].

A grande novidade da economia-mundo do sistema mundial moderno é que ela corresponde, na sua fase madura, à economia mundial no seu todo, englobando os espaços e

² Para uma crítica acutilante sobre o “fim da história”, das ideologias, da política, entre outras extinções, v.

indivíduos que constituem e habitam o planeta. Se a economia-mundo europeia, na alvorada do século XVI, pouco ia para além do continente europeu e do mar Mediterrâneo, no final do século XVIII estendia-se praticamente pelo mundo inteiro, tendo como centro Londres e já não Veneza, Génova, Antuérpia ou Amesterdão. Nesta economia-mundo, o capitalismo tornou-se dominante, assentando na posse privada dos meios de produção e no predomínio do mercado, em prejuízo das diversas formas de reciprocidade e de redistribuição.

Dizer isto implica referir, ainda que brevemente, o debate sobre o momento da emergência do modo de produção capitalista. Para Wolf (1982: 298), ele só se estabeleceu no final do século XVIII. Com uma argumentação próxima à de Beaud (1992: 23), sustenta que até esta data a economia-mundo comandada pelos europeus assentava numa vasta rede de relações mercantis escorada em modos de produção não capitalistas. Nesta perspectiva, Wolf assume uma posição não totalmente coincidente com a de Marx, quando este, reflectindo sobre a divisão do trabalho relacionada com o desenvolvimento das manufacturas e a expropriação dos camponeses nos alvares da modernidade, afirma que, “embora os primeiros esboços da produção capitalista tenham sido feitos bastante cedo em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista só data do século XVI” [1974 (1867): 443ss]. De igual modo, Wallerstein [1990 (1974): 82] afirma que o capitalismo encontra as suas origens no século XVI. Numa outra passagem, já no volume seguinte, Wallerstein precisa que “a tese desta obra é que o sistema mundial da Idade Moderna tomou a forma de uma economia-mundo capitalista que teve a sua génese na Europa no século XVI” [1994 (1974): 17]. Desta forma, ao contrário de Wolf, Beaud e outros, Wallerstein não liga a emergência do capitalismo ao arranque da revolução industrial no final do século XVIII, antes o ancorando às transformações verificadas dois séculos antes, ainda que nessa época as actividades de tipo mercantil fossem dominantes.

Colocada noutros termos – o da acumulação primitiva de capital baseada, nomeadamente, na extracção violenta dos recursos e dos produtos aos povos ameríndios e africanos face à acumulação capitalista baseada em relações de produção assentes no trabalho industrial assalariado – a discussão será, certamente, bem mais serena. Embora admitindo-se que, pelo menos, desde o século XVI já existiam relações de produção capitalistas, elas só se desenvolvem plenamente bastante mais tarde, com a revolução industrial. Durante este hiato, de quase três séculos, dominou a acumulação primitiva de capital baseada em relações de produção não e pré-capitalistas (Frank 1979: 28).

Com o capitalismo os ganhos económicos não são distribuídos homoganeamente pelos indivíduos e os custos são assimilados pelas entidades políticas. Claramente perceptível no nosso presente, o mercado é ideologicamente “couraçado” por meio duma argumentação simples mas extremamente eficiente que pretende fazer acreditar que ele é a forma “natural”, “normal” e “única” de funcionamento da economia. Admitir isto implica, tal como nos diz Polanyi [1971a (1957) e 1971b (1957)], na sua crítica penetrante e enérgica sobre as consequências do mercado, reconhecer que todas as sociedades antigas e primitivas eram completamente anti-naturais. Ora, nem estas sociedades, baseadas na reciprocidade e na redistribuição, são anti-naturais, nem as formas de integração dos elementos económicos representam estádios de desenvolvimento, com o mercado a alcandorar-se a ponto terminal da evolução.

Um outro aspecto salientado por Wallerstein [1990 (1974): 338] – fundamental para perceber, certamente apenas em parte, a aceleração globalizadora imposta pela actual fase do capitalismo e a incapacidade que muitos Estados revelam em participar de uma forma positiva na luta contra-hegemónica (cf. Santos 1994 e 1998) – é o da actuação do capitalismo num quadro muito maior que o de qualquer entidade política, conferindo-lhe uma liberdade de actuação decisiva³. Como salienta Godelier (1995), a economia de um país capitalista faz parte de um todo – a economia-mundo capitalista –, cujo sistema exerce sobre cada país pressões e constrangimentos que obrigam as empresas e os demais agentes económicos a competir quer no plano nacional, quer no plano internacional. Daqui resulta que a margem de manobra de cada Estado deveria ser, por princípio, reduzida; na prática, as coisas passam-se de forma bem desigual: enquanto uns não têm efectivamente margem alguma, outros há,

³ A “globalização” é uma palavra na moda, na academia, na política e, sobretudo, na área empresarial. A expressão globalização tem uma origem anglo-saxónica. Já os autores de língua francesa utilizam a expressão “mundialização”. Embora reconhecendo que estamos perante expressões sinónimas, Forrester (2000: 9) apresenta-nos uma distinção singular: a “globalização” é mais forte do que “mundialização”, pois remete-nos não apenas para a ideia de conquista e de alastramento a todo o planeta, mas também para a vontade de investir e de englobar todos os elementos físicos e imateriais que compõem o planeta. Usada em diferentes contextos e segundo pressupostos bem diversos, tem um sentido profundamente polissémico. Não existe concordância sobre as suas origens: para uns é um fenómeno recente, ligado às profundas mudanças económicas, tecnológicas e políticas verificadas nos últimos 20 a 30 anos e que foi acelerado com a derrocada das experiências socialistas no leste europeu; para outros a globalização é inseparável da actual fase imperialista do capitalismo, que remonta a finais do século XIX (v. M. C. Silva 2000b); outros autores ainda fazem coincidir a globalização com o desenvolvimento do capitalismo que, no seu entender, começa no século XVI. É o caso de Wallerstein (1999: 149-150) que argumenta que o fenómeno não é novo, tendo a idade do sistema-mundo moderno, isto é, cerca de 500 anos. Assumindo esta última tese, o conceito é mais ideológico do que económico. Ideológico porque se trata de uma estratégia dos países centrais para impor (e fazer acreditar) ao mundo a inexistência de qualquer alternativa e a legitimação das práticas económicas e políticas por eles aplicadas. Quanto muito, o que é novo é a aceleração verificada nas últimas décadas (v. Ribeiro e Portela 2002). Para outras abordagens críticas v. Harvey (1996) e Furtado (1998).

como os EUA, que detêm uma capacidade real de controlo sobre as instituições globais reguladoras do capitalismo.

O capitalismo tem uma característica basilar: a divisão extensiva do trabalho, não apenas funcional (ocupacional), mas também geográfica. Deste modo, como já foi referido, as actividades económicas não estão distribuídas de uma forma homogénea por todo o sistema mundial, ou seja, os ganhos e os custos não são partilhados de uma forma equitativa por todos os indivíduos e entidades políticas que o compõem. Esta divisão não é recente, antes demorou muito tempo a construir-se, e não existem, como defende a teoria liberal [v.g., Smith 1981 (1776) e Fridman e Friedman 1980], vantagens e equilíbrio mútuo para todas as partes envolvidas nas trocas que ocorrem na economia-mundo:

A divisão do trabalho à escala do mundo (ou de uma economia-mundo) não é um acordo concertado e reversível a cada momento entre parceiros iguais. Estabeleceu-se progressivamente, como uma cadeia de subordinações que se determinam umas às outras. A troca desigual, criadora da desigualdade do mundo e, reciprocamente, a desigualdade do mundo, criadora da troca são velhas realidades [...] No jogo económico houve sempre cartas melhores do que outras e por vezes, muitas vezes, marcadas. Certas actividades dão mais lucro do que outras: é mais lucrativo cultivar vinha do que trigo (pelo menos enquanto houver quem aceite cultivar o trigo para o vinicultor), mais lucrativo trabalhar no sector secundário do que no primário, no sector terciário do que no sector secundário [Braudel 1992 (1979): 36-38].

Na economia-mundo subsistem diferentes sistemas políticos como também culturas diversas. Estas são sujeitas a uma certa pressão política no sentido da homogeneização, promovida pelos Estados mais fortes, de modo a garantir o normal funcionamento do sistema e a extracção das mais-valias por parte do capital a partir do trabalho e das periferias. Neste contexto, o discurso da integração surge como um mecanismo de protecção dos interesses dos grupos dominantes e, em simultâneo, das disparidades existentes no interior do sistema mundial [Wallerstein 2000b (1974) e 1990 (1974)]. Esta homogeneização é também um campo de luta política e social, feita de avanços e recuos dentro da tendência longa a que ela está sujeita. Por outro lado, ela não flui apenas do centro para a periferia. Nos próprios Estados centrais, a homogeneização cultural, tendo em vista fins económicos, também se verifica, por vezes disfarçada sob formas de promoção da diversidade (v. M. C. Silva 2000b). No caso dos EUA, Paredes (1996) faz uma articulação muito estreita entre o multiculturalismo e os interesses económicos das empresas, nomeadamente das transnacionais. Para o autor, a sensibilidade demonstrada pelas empresas e outras instituições

em relação à preservação da diversidade cultural, não será mais do que uma tática dos decisores políticos, económicos e educacionais com o objectivo de pacificar e alienar os actores sociais sobre as questões substantivas colocadas pela actual fase do sistema mundial moderno. Indo para além das *performances* retóricas, a integração

varia em formas que são determinadas, em primeiro lugar, pela estrutura e pelo desenvolvimento do sistema capitalista nacional e internacional e, em segundo lugar, pelos próprios esforços, parcialmente bem sucedidos, destas populações para se defenderem das consequências da exploração deste sistema (Frank 1976: 82-83).

Wallerstein [1990 (1974): 339] divide a economia-mundo capitalista em três grandes áreas que designa por centro, semiperiferia e periferia. Presentemente, no centro temos um conjunto muito reduzido de Estados – destacam-se os EUA, a Alemanha, o Reino Unido, a França, a Itália, o Japão e o Canadá – que em parceria com as instituições do Consenso de Washington, nomeadamente BM, FMI, OMC e as empresas transnacionais, ditam a política mundial.⁴

Das áreas semiperiféricas fazem parte um conjunto de Estados que já foram centro – é o caso, certamente, de Portugal e Espanha – e outros que foram periféricos, servindo como mediadores entre os Estados centrais e as áreas periféricas. Não raro, são utilizados pelos Estados centrais como um instrumento de dominação económica e política, desviando as atenções das áreas periféricas sobre aqueles e assumindo os custos resultantes das acções empreendidas. Não obstante a riqueza teórica que suporta este conceito, os recentes desenvolvimentos políticos e económicos que, abrigando-se debaixo da palavra globalização, conduziram a uma hegemonia unipolar e à crescente submissão da soberania dos Estados aos interesses económicos impostos pelos países que efectivamente ditam a política mundial e definidos no âmbito das organizações do Consenso de Washington permitem colocar algumas dúvidas. É notório que, de uma forma crescente, os países centrais dispensam a mediação dos países semiperiféricos nas suas relações com as áreas periféricas.

Portugal será, neste quadro conceptual, um Estado semiperiférico, em correspondência com o padrão definido por B. S. Santos, baseado na “descoincidência articulada entre as relações de produção capitalista e as relações de reprodução social” (1990: 109) que está estreitamente relacionada com uma estrutura de classes caracterizada pela existência de classes que esbatem os conflitos entre capital e trabalho e um Estado regulador a nível

⁴ Para uma crítica incisiva, ainda que breve, sobre estas instituições v. Amin (2001).

económico. Esta posição, como veremos (capítulo IV), repercutiu-se sobre o processo de exploração colonial portuguesa em África.

As duas antigas grandes colónias portuguesas, em especial Moçambique, fazem parte da África Austral, uma região da economia-mundo capitalista. A África do Sul, Estado semiperiférico à escala mundial, dotada de uma economia fortemente industrializada, constituiu-se em centro na relação estabelecida com os países limítrofes, agrupados em dois anéis periféricos, formados respectivamente pelos Estados de colonização portuguesa e pelos Estados de colonização inglesa. Esta configuração centrada na África do Sul encontra as suas origens na segunda metade do século XIX, consolidando-se após o último grande conflito mundial, graças fundamentalmente à importância crucial atribuída pelos países centrais à exploração mineira e ao valor geo-político da região no contexto do sistema mundial (v. Wallerstein e Vieira 1992: 8-9). É também à luz deste cenário que se deve analisar as ingerências sob as mais variadas formas, inclusive militar, da África do Sul nos países vizinhos, assumindo este Estado os custos que caberiam aos EUA e a outros países centrais.

Quanto às áreas periféricas, Wallerstein [1990 (1974): 339] defende que os Estados que as constituem são extremamente débeis. Se no passado, no quadro da sua situação colonial, não tinham existência jurídica, presentemente, no contexto de várias formas de dependência, gozam dum grau de autonomia muito escasso. De uma forma ou de outra, constituem zonas subordinadas aos Estados centrais, sujeitas à extracção de recursos naturais e à exploração, com base na divisão social e geográfica do trabalho, dos recursos humanos em benefício do centro e, em especial, das suas classes dominantes. Aliás, mais do que periferia, o mundo está semeado de “periferias”, inclusive no interior dos próprios países centrais, como oportunamente refere Braudel [1992 (1979): 55], nas quais as lógicas que regulam, no contexto nacional, a relação entre estas e o seu centro são equivalentes às existentes à escala global na economia-mundo.

O sistema-mundo é visto muitas vezes como um modelo estático. Ora, é necessário sublinhar que em texto algum Wallerstein o admite. Muito pelo contrário, na sua construção teórica está subjacente o dinamismo inerente aos organismos vivos, feitos de mudança e luta permanentes, mas não da mesma maneira que nestes se dá. Daqui resulta que a posição de cada país no sistema está em permanente negociação, podendo, inclusive, levar a alterações profundas que podem chegar à mudança de área ou, em casos mais extremos, a um afastamento, quase desconexão, em relação ao próprio sistema.

Como Wallerstein [1990 (1974): 9] reconhece, a influência inspiradora de Braudel para a teorização do sistema-mundo é extensa e profunda, tendo na sua obra seminal

Civilização material, economia e capitalismo uma das referências fundamentais, cujo último volume – *O tempo do mundo* – foi editado apenas em 1979. Entre os importantes contributos deste autor, será de salientar a noção de longa duração, do tempo longo durante o qual muitos aspectos pouco ou nada mudam. Conceito fundamental para a construção conceptual do sistema-mundo, um sistema dotado, como se percebe, de estruturas que permanecem, apesar das mudanças, ao largo de séculos, e inseparável da “história estrutural ou de longa duração [que] determina séculos inteiros” (Braudel 1986: 80). O tempo longo não invalida, claro está, outros tempos, por exemplo, o “tempo breve de todas as formas de vida: tanto económico, social, literário, institucional, religioso e inclusivamente geográfico (um vendaval, uma tempestade), como político” (Braudel 1986: 11). Deste modo, o conceito de sistema-mundo aproxima-nos da ideia de civilização proposta por Braudel (1989): espaços geográficos estruturados e constituídos por economias e sociedades, onde as continuidades são a regra, as rupturas e as mudanças a excepção. Esta aproximação é, bem evidente, muito relativa, em virtude do modo como Braudel entende o conceito de civilização. Fazendo praticamente equivaler ao de cultura, considera que exprime as práticas e os valores de uma sociedade que quase não mudam ao longo do tempo, podendo sobreviver para além das mudanças económicas e políticas, quer dizer, ao próprio colapso sistémico.

É de referir que os sistemas-mundo de Wallerstein têm bastantes afinidades com os complexos histórico-geográficos propostos por Godinho.⁵ Articulando, numa malha densa e sofisticada, economia, sociedade, espaço geográfico e tempo, na qual as estruturas se constituem como o elemento agregador e a ideia de sistema surge subordinada e integrada no complexo histórico-geográfico, o autor explica-nos que

as estruturas justapõem-se, são intersecantes, integram-se, subordinam-se ou coordenam-se, umas vezes de forma compatível, outras em incompatibilidade ou pelo menos em desarmonia ou discronia. A realidade é sempre, assim, um complexo mais ou menos coerente – ou antes, incoerente – de estruturas configurando-se num espaço geográfico, processando-se nos tempos histórico-sociais. Se considerarmos um complexo coerente de estruturas tal que o conjunto das relações pareça resultar de um pequeno número de princípios compatíveis explicitados, teremos o *sistema*, concepção doutrinária mais do que realidade social, mas que pela força real se transforma sempre que os homens – ou pelo menos certos homens – dele tomam consciência: assim o feudalismo, o mercantilismo, o absolutismo, o liberalismo, o capitalismo, o socialismo (Godinho 1968: 15-16).

⁵ Note-se que Godinho (1968) é amplamente citado por Wallerstein, precisamente na obra que tem sido aqui largamente utilizada.

Dando seguimento a uma reflexão iniciada nos finais dos anos 80, B. S. Santos (1994 e 2000), avança com uma alternativa ao sistema-mundo proposto por Wallerstein: os espaços estruturais. Começando por considerar que nas sociedades capitalistas existem “quatro modos básicos de produção de poder que se articulam de maneiras específicas” (B.S. Santos 1994: 111) – doméstico, produção, cidadania e mundial –, B. S. Santos acrescentará, posteriormente, mais dois: mercado e comunidade. Desta forma, concebe uma nova e alargada dimensão conceptual aos espaços estruturais, na qual submete, de certo modo, o sistema mundial (B. S. Santos 2000: 290). Embora se possa concordar com as suas críticas ao excessivo determinismo económico da teoria do sistema mundial – profundamente reduzida nos textos mais recentes de Wallerstein (v.g., 1998), como o próprio B. S. Santos reconhece –, é manifestamente excessiva a sua circunscrição a uma “só macro-estrutura, a divisão mundial do trabalho económico”, por um lado, e à sua substituição por “uma constelação de seis espaços estruturais, dos quais essa macro-estrutura é apenas um (o espaço mundial)” (B. S. Santos 2000: 290). Ao fazê-lo, B. S. Santos oblitera o que desde o texto fundador Wallerstein escreveu sobre o sistema mundial. Ele não é, de modo algum, apenas economia mas também política e cultura, classes e lutas sociais. Diga-se ainda que, tão pouco, faz sentido separar a economia, pois esta, como nos lembra Bourdieu (2000: 11) está ligada ao social. Algo que foi magistralmente exposto, há mais de três décadas, por Godinho (1968), quando na sua conceptualização dos referidos complexos histórico-geográficos, considerou a economia inseparável da sociedade, estando ambas inscritas no espaço geográfico, ideia de resto já exposta quase 30 anos antes por Polanyi [1983 (1944)].

Insistindo em algo já acima referido,

[os sistemas mundiais] são definidos pelo facto de a sua auto-inclusão como entidade económico-material estar baseada numa divisão extensiva do trabalho e de conterem no seu seio uma multiplicidade de culturas. Defende-se também aqui até ao momento que apenas existiram duas variedades de tais sistemas mundiais: impérios-mundo, nos quais existe um único sistema político sobre a maior parte da área, por mais atenuado que seja o grau do seu controlo efectivo; e aqueles sistemas em que tal sistema político único não existe sobre toda, ou quase toda, a sua extensão. Por conveniência, e à falta de um termo melhor, utilizamos o termo “economia-mundo” para definir estes últimos [Wallerstein 1990 (1974): 338].

Mais recentemente, Wallerstein (1998 e 2000a) volta a pisar outros terrenos que não os estritamente económicos, reflectindo, respectivamente, sobre o racismo e o futuro do actual sistema mundial. Neste exercício prospectivo, dos três dilemas com que o sistema se

confronta – o dilema da acumulação, o dilema da legitimação política e o dilema da agenda geo-cultural –, apenas um pertence ao campo estrito da economia.

Feito o escrutínio destas teses, cabe dar primazia à argumentação de Wallerstein, sem negar as virtudes teóricas dos espaços estruturais e a exigência de uma grelha analítica com uma forte atenuação da sua dimensão “centro-cêntrica ou ocidental-cêntrica [...] a fim de permitir comparações genuínas no seio do sistema mundial” (B. S. Santos 2000: 255). Ensaçando a inversão da relação entre sistema mundial e espaços estruturais, estes podem ser entendidos como espaços daquele, no seio dos quais os indivíduos actuam e as forças sociais em confronto tentam moldá-los de acordo com os seus interesses.

Em resumo, o modelo teórico proposto por Wallerstein, sujeito a um escrutínio crítico enriquecedor ao longo de mais de duas décadas, conserva largas potencialidades compreensivas e interpretativas, na medida em que “ele [consegue] contornar a habitual preocupação dos sociólogos com as ‘sociedades’ a favor de uma concepção muito mais abrangente de relações globalizadas” (Giddens 1998: 47-48), sem inabilitar, muito pelo contrário, o trabalho empírico nos diversos espaços onde a vida quotidiana flui. Neste contexto, devem ser contraditadas as críticas, de filiação neoweberiana, formuladas por Giddens à teoria do sistema-mundo, nomeadamente no que respeita ao papel da economia e ao valor heurístico dos critérios centro, semiperiferia e periferia para explicar “as concentrações de poder políticas ou militares que não correspondem de forma exacta às diferenciações económicas” (Giddens 1998: 49).

Muito se tem discutido sobre a idade, a vitalidade e a extinção do sistema-mundial moderno. Trata-se, no fundo, do debate sobre o capitalismo, seus mecanismos de reprodução alargada, a crise e vias de superação.

Sem obnubilar a habilidade do capitalismo para sobreviver e se adaptar – como pertinentemente refere Arrighi (1996: 4), citando Braudel, se algo o caracteriza é a “adaptação”, a “flexibilidade” e o “ecletismo”⁶ –, a instabilidade actual do sistema é elevada,

⁶ Fonseca (2002: 48) escreve, na esteira de Laclau (1971) e Brenner (1977), justamente que o capitalismo, caso não seja confrontado com acções revolucionárias, encontra sempre respostas para as dificuldades e as crises que se lhe colocam, mesmo que socialmente regressivas. Ou seja, para a cabal compreensão destes aspectos será fundamental considerar também as classes sociais em confronto no interior do sistema e, sobretudo, a correlação de forças entre elas. Cabe aqui uma breve referência a Castells (1998). Num longo texto, de quase 600 páginas, Castells apresenta-nos uma tese de claro recorte pós-moderno celebratório. Como ponto de partida temos a reconfiguração total do capitalismo que, embora não tenha acabado com ele, conduziu a uma economia nova assente em três elementos vitais: a informação, o global e a rede. Apesar de continuar capitalista, dela se evacua, com o recurso a uma argumentação quase que inebriada, os capitalistas. No seu lugar, avança Castells,

em especial nas periferias. As interrogações são numerosas, levando a que quer os seus críticos, como Wallerstein (2002a) e Harnecker (2000), quer os seus defensores e interessados na manutenção do *statu quo*, como Soros (1998), falem numa crise profunda. A grande interrogação, em torno da qual se têm travado acesos debates no campo anti-capitalista, é se estamos perante uma crise geral do sistema que poderá conduzi-lo a uma configuração⁷ radicalmente diferente (Wallerstein 2002a) ou, pelo contrário, se estamos perante o final de uma fase, a do regime de acumulação norte-americano, como sustenta Arrighi (1996) e, num registo diferente, Todd (2002). Este autor baseia a sua argumentação numa longa lista de estatísticas provenientes de fontes credíveis. Os dados coligidos por Fonseca (2003: 23) sobre o desempenho da economia americana parecem também confirmar o declínio acima aventado. Para além da diminuição de peso relativo do seu produto industrial a nível mundial, os EUA acumulam défices comerciais gigantescos e crescentes, incluindo no domínio dos bens de tecnologia avançada.

Debater a crise e a evolução recente do capitalismo é, neste contexto, imperativo para se compreender, mais à frente, o trajecto de Moçambique no sistema mundial, justamente porque se deve entender que este tem muito a ver com o que se passou noutros lugares e, mais largamente, com a fase actual em que estamos mergulhados.

A década de 70 ficou marcada pela crise económica mundial despoletada pela subida vertiginosa do preço do petróleo. Em termos sistémicos, os seus traços característicos são definidos, entre outros elementos, pelo rareamento dos factores de expansão essenciais para a acumulação de capital. São eles, na óptica de Wallerstein (1993a): (i) a redução crescente das zonas de expansão; (ii) a pressão dos trabalhadores em todo o mundo para a obtenção de melhores salários e melhor protecção social, conduzindo ao aumento da pressão fiscal sobre as mais-valias; (iii) a diminuição da reserva de mão-de-obra, por via da proletarianização dos camponeses na indústria e no terciário, aumentando os riscos políticos de contestação política e social contra o sistema. A novidade desta tese é apenas aparente, pois a reflexão acerca do problema da acumulação empreendida no início do século XX por Luxemburgo [1967 (1912)] permitiu-lhe já argumentar no mesmo sentido. Na sua perspectiva, o capitalismo, nascido e desenvolvido, do ponto de vista histórico, num ambiente não-capitalista, expandiu-se do centro para a periferia. As zonas não-capitalistas foram (e são) usadas pelo capitalismo como mercados para a obtenção de mais-valias, como fontes de aprovisionamento de meios de

posiciona-se “um capitalismo colectivo, sem rosto, composto de fluxos financeiros gerados pelas redes electrónicas” (1998: 580) que, apesar de tudo, continua a depender do investimento produtivo.

⁷ Sobre o conceito de configuração numa perspectiva multidimensional v. Elias (1980: 140-151).

produção, nomeadamente terras e matérias-primas, e como reservas de força de trabalho para o sistema salarial. Ou seja, o capitalismo na sua expansão do centro para a periferia estabeleceu relações de dominação sobre os povos que transformou em colonizados, donde os países centrais tiraram largos proveitos. Este desequilíbrio entre centro e periferia à escala global também se verifica no interior de cada Estado, independentemente da posição que ocupa no sistema mundial. Como refere Bosso (1973: 113), já em 1907 Otto Bauer o havia notado, aquando da sua análise sobre a composição plurinacional do império austro-húngaro.

O mecanismo de expansão age, porém, sobre o próprio sistema. Porque a expansão está sujeita aos limites geográficos, físicos e materiais do planeta, apesar dos esforços do capital para, apoiado na ciência, na tecnologia e no *marketing*, compensar o esgotamento do espaço geográfico pelo aproveitamento de outros espaços, multiplicando-se o consumidor pelo conjugação habilidosa de novas celebrações, segmentos e nichos de mercado (v. Ribeiro e Portela 2002), a reprodução alargada começa inexoravelmente a degradar-se, podendo provocar, na perspectiva luxemburguesa, o colapso do sistema. Badia (1973) sublinha este aspecto determinista do pensamento da líder social-democrata alemã que teve no seu tempo a oposição de teóricos como Bernstein e Bauer e que foi, inclusive, contrariado pela própria acção política de Luxemburgo. Longe de ficar à espera que o sistema implodisse, ela engajou-se na luta revolucionária contra ele, acabando por nela perder a própria vida. Como mostra Lowy (1978: 115-124), na fase madura do seu pensamento Luxemburgo afasta-se, sobretudo no que se relaciona com a acção política, completamente do determinismo, tão presente nas suas obras de teoria e análise económicas.

Na perspectiva de Luxemburgo, a integração de áreas não capitalistas no capitalismo, em proveito das principais potências capitalistas, constitui uma forma pela qual o imperialismo se manifesta.⁸ No seu entender, esta fase do capitalismo – por ela designada por fase da concorrência mundial do capital – caracteriza-se também pela disputa entre os diversos capitais nacionais pelo controlo dos territórios coloniais ainda livres, zonas de economia não capitalista. Ora, esta conceptualização do imperialismo choca com a visão de Lenine. Enquanto Luxemburgo fala de concorrência, Lenine acentua a natureza monopolista desta fase, com o predomínio do capital financeiro. No seu famoso e discutido livro, escrito em 1916 [1974 (1916)], baseado na leitura crítica de três obras – *Imperialismo* de Hobson (1902), *O capital financeiro* de Hilferding (1910) e um manuscrito de Bucharin,

⁸ A expressão “imperialismo” nasceu na literatura económica, caracterizando a existência dos impérios coloniais da Inglaterra, da França e de outros Estados europeus como Portugal. De acordo com Palloix (1972a: 62), esta palavra foi transformada em conceito pela teoria marxista, em especial com o contributo de Lenine, indiscutivelmente o seu mais importante teorizador.

posteriormente publicado sobre o título de *A economia mundial e o imperialismo* (v. Bosso 1973) –, Lenine vê o imperialismo não unicamente como o domínio imperial exercido pelas potências europeias sobre vastos territórios coloniais mas como uma realidade mais complexa e alargada. Na perspectiva leninista, o imperialismo constituirá uma fase específica do desenvolvimento capitalista, precisamente a sua fase suprema, enquanto que para Luxemburgo era visto como a sua fase final, um mecanismo para prolongar a existência do capital mas também o meio mais seguro e rápido para lhe colocar um ponto final.

Para Lenine, são cinco as características fundamentais do imperialismo: (i) concentração da produção e do capital, a um grau tal, que faz do monopólio a função decisiva na vida económica; (ii) a fusão do capital financeiro com o capital industrial, com a supremacia do primeiro, levando à constituição de uma oligarquia financeira; (iii) a grande importância da exportação de capital em detrimento da exportação de mercadorias; (iv) a partilha do mundo por parte de grupos monopolistas internacionais; (v) a luta pela partilha do mundo por parte das principais potências capitalistas. Indissoluvelmente ligado ao modo de produção capitalista, o imperialismo é, de acordo com esta perspectiva, entendido num “duplo contexto: o da extensão do modo de produção capitalista a um espaço mundial e o da evolução deste modo do estágio de concorrência para o estágio monopolista” (Palloix 1972a: 63). O imperialismo é não apenas essencial para a reprodução do modo de produção mas também para assegurar a reprodução das “relações capitalistas de produção” por via do desigual desenvolvimento das forças produtivas e da desigual acumulação de capital (Palloix 1972a: 64-65). Como esclarece Palloix (1972b: 16) na obra seguinte, sempre que a reprodução das relações capitalistas de produção é colocada em causa, o imperialismo dos Estados centrais desencadeia intervenções militares e outras, couraçadas de justificações ideológicas, vulgo “humanitárias”, preservação da “democracia”, da “liberdade”, entre outras.

Sujeito ao fogo cruzado dos mais variados campos, a evolução do capitalismo, sobretudo nas suas últimas décadas, interpela o conceito. Sem o negar, no essencial, é necessário convocar alguns aspectos que influenciam o imperialismo, transformando-o. É o caso da submissão dos *media* ao capital, essencial para a produção da hegemonia cultural e ideológica, e o papel da força militar na sustentação da hegemonia política e na própria sobrevivência do sistema que, no limite, substitui a rivalidade estatal por um sistema de dominação global a que Hardt e Negri (2000) designaram por “império”. Nesta tese, audaciosa mas muito controversa, os autores defendem a extinção do papel político do Estado-nação, incluindo o americano, na regulação e protecção do capital e dos seus interesses. O império, conceito que implica uma formulação jurídica nova, constituirá uma

nova ordem simplesmente capitalista, apoiada num vasto conjunto de poderes, incluindo o militar, o monetário, o comunicacional, o cultural e o linguístico.

A tese do esvaziamento das funções do Estado-nação é um dos pontos débeis da argumentação de Hardt e Negri. Se é evidente a erosão do poder dos Estados nacionais em favor das empresas transnacionais e, em grau diverso, das instituições supranacionais – OMC, FMI, BM, OCDE, NATO – dominadas, sublinhe-se, pelos países centrais, é necessário realçar que ela não afecta todos por igual (Ribeiro e Portela 2002). Como a defender, quando nos confrontamos com a política e a acção hegemónicas dos EUA? Percebe-se os pressupostos em que os autores assentam as suas teses: os problemas económicos, sociais e outros que enfrentamos excedem as possibilidades de regulação do Estado-nação. Mas, a partir disto, postular a impotência, senão mesmo a dissolução da sua eficácia política e económica, de todas as entidades estatais é insustentável. A não ser que Hardt e Negri aceitem transformar os EUA, por um golpe conceptual, na cabeça e no corpo do império, algo que o texto não permite definitivamente concluir, apesar das tergiversações em que os autores caem amiúde. A esta concepção de um poder disseminado, tentacular mas sem centro nevrálgico, Negri (2002), retomando as propostas anteriores formuladas (Hardt e Negri 2000), opõe a “multitude”, a multidão engajada, cuja acção se baseia na auto-organização das redes e das ligações inorgânicas. Na concepção negriana, a multidão não corresponde ao povo. Enquanto este é uma unidade, podendo ser representado, a multidão é uma multiplicidade singular, na qual a soberania e a representação não são separáveis nem alienáveis.

Esvaziada a argumentação dos seus elementos mais desmesurados, porque não sugerir a formação de uma hegemonia imperial de dimensão global, na qual a luta pela partilha do mundo entre os Estados-nação se tornou secundária? Imaginando-a, nesta configuração teríamos: (i) um capital financeiro doravante globalizado, propriedade da hiper-burguesia transnacional e gerido pelos seus gestores; (ii) as instituições do Consenso de Washington que ditam e aplicam a política mundial e segregam, sem parar, a doxa neoliberal; (iii) um Estado *gendarme*, responsável pela manutenção da ordem mundial e do *statu quo* naturalizado pelo acção do pensamento único.⁹ A esta hegemonia imperial contrapor-se-ia a referida multitude. Configuração ainda precária, e a cada passo negada pelas lutas inter-estatais no interior do sistema, esta é apenas uma possibilidade improvável que, mesmo que se concretize, não implica a dissolução dos Estados-nação. Como justamente salienta Petras (2002), na sua

⁹ A hegemonia do pensamento único tem beneficiado da acção diligente dos *media*, em particular do jornalismo de reverência (v. Halimi 1997). Para uma anatomia da burguesia enquanto conceito sociológico e protagonista histórico v. Wallerstein 1991: 135-152.

crítica cerrada às teses de inspiração pós-modernas e, é claro, de travo anarquista, formuladas por Hardt e Negri, os Estados-nação são fundamentais para garantir a defesa dos privilégios e do poder das empresas transnacionais, garantindo pelo direito e pela pressão política e militar as condições para o funcionamento do mercado e, sempre que necessário, saindo em defesa delas, salvando-as do colapso. As sucessivas crises financeiras da última dezena de anos – México em 1994, Ásia em 1998, Brasil em 1999 e Argentina em 2001 – mostram o papel crucial dos países centrais na gestão das crises económicas e no auxílio aos investidores, empresas e instituições financeiras ameaçadas de bancarrota.

O aspecto mais relevante para a presente discussão será, contudo, o financeiro. Na perspectiva leninista, transformada em tese marxista clássica, na transição do século XIX para o século XX deu-se uma importante e definitiva viragem do capitalismo, com a substituição da fase concorrencial pela fase monopolista, na qual, como acima foi escrito, o capital financeiro torna-se hegemónico, colocando na sua dependência o produtivo. Ora, no entender de Arrighi, também ele claramente iluminado por Braudel,

o capital financeiro não é uma etapa especial do capitalismo mundial, muito menos seu estágio mais recente e avançado. Ao contrário, é um fenómeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios, na Europa do fim da Idade Média e início da era moderna (Arrighi 1996: IX).

Aquilo que parecia, aos olhos de Lenine, contemporâneo dessa recomposição, definitivo e final, vemos hoje que é marcado por uma certa reversibilidade, ainda que qualitativamente diferente, porque operada num contexto em que, entre outros aspectos, a fusão do capital produtivo com o capital financeiro nunca foi desfeita, nem o predomínio deste, em última instância, colocado em causa. Seguindo Arrighi, o século XX divide-se em três fases: (i) a expansão financeira aludida, marcada pela transição do regime de acumulação britânico para o americano; (ii) a expansão baseada na produção dos anos 50 e 60, sob o regime de acumulação americano; (iii) a actual fase dominada, de novo, pela expansão financeira e pela decadência do regime de acumulação comandado pelos EUA.

Este quadro conceptual é crucial para se compreender a trajectória económica e social de Moçambique, as lógicas e as formas de actuação que comandam os grupos sociais nele existentes, em especial as suas elites burocráticas e capitalistas. Como veremos (capítulos IV e VIII), o modo dominante de acumulação capitalista em Moçambique esteve sempre em linha com a fase em que ele se realizava: enquanto nos anos 60 dominava claramente o capital produtivo, com os investimentos (e a cultura empresarial) centrados nas fábricas, a partir dos

anos 90, que coincidem, *grosso modo*, com a renegociação da posição de Moçambique no sistema mundial, passam a dominar as lógicas financeiras e especulativas, às quais se subordinam todas as estratégias de acumulação, incluindo as baseadas na esfera produtiva.

Retornemos à crise iniciada nos anos 70. Para a debelar, deu-se na década seguinte uma reacção que pareceu bem sucedida, ancorada na tecnologia e na reorganização dos processos produtivos e nas políticas de estabilização financeira de inspiração monetarista, para nos anos 90, sobretudo à medida que se aproximava o fecho do século e do milénio, se colocar de novo a incerteza, com a estagnação do crescimento económico e dos lucros, o esvaziamento da “bolha” financeira, o espectro da deflação e o colossal excesso de capacidade produtiva.

A esta crise não ficou imune o próprio bloco socialista da URSS e do leste europeu, os países africanos e outros que lhe eram próximos, em boa medida porque a sua integração na economia-mundo capitalista se tinha acentuado:

O problema do “socialismo realmente existente” na Europa era que, ao contrário da URSS do entreguerras, praticamente fora da economia mundial e portanto imune à Grande Depressão, agora o socialismo estava cada vez mais envolvido nela, e portanto não imune aos choques dos anos 70. [...] O “socialismo real”, porém, enfrentava agora não apenas os seus próprios problemas sistémicos insolúveis e crescentes mas também os de uma economia mundial em mudança e problemática, na qual se achava cada vez mais integrado (Hobsbawm 1994: 461-462).

O autor vai mesmo mais longe. Na esteira Mandel (1974: 12) e em oposição à controversa tese wallersteiniana que sustenta que

o movimento socialista mundial – na verdade, todos os tipos de movimentos anti-sistémicos, como os Estados revolucionários e/ou socialistas – foi, ele próprio, um produto integral do capitalismo histórico. Ele não era uma estrutura externa ao sistema histórico, mas um produto dos seus processos internos (Wallerstein 1998: 79),¹⁰

Hobsbawm considera que até aos anos 70 existia uma efectiva separação do bloco socialista, imposta pelas potências ocidentais após a Revolução de Outubro. Vencida a contra-revolução e a guerra, a economia soviética iniciaria a partir de 1920 um processo de modernização – embora interrompido pela 2ª Guerra Mundial, no final da qual a URSS se

¹⁰ Para Wallerstein, em nenhum momento da vida do actual sistema mundial este se confrontou com um sistema histórico alternativo, no caso uma “ordem-mundo social”. Prosseguindo com esta linha argumentativa, a mudança sistémica em sistemas-mundo como o nosso é sempre global, pelo que ela só se dá efectivamente quando atinge a totalidade do sistema, subvertendo-o.

encontrou de novo numa situação terrível – praticamente autárquico, é certo que implacável e impondo severos sacrifícios aos seus cidadãos, na qual a industrialização avançou a um ritmo sem precedentes (Huberman e Sweezy 1968). Ao acabar com a autarcia, desencadeia-se, no entender de Hobsbawm (1994: 368), o princípio do seu próprio colapso.

Não caberá aqui dirimir o grau de ligação ao sistema mundial nem, tão pouco, “os problemas sistémicos insolúveis”, muitos deles de natureza endógena, do bloco socialista, como faz com rigor Fonseca (2002), mas tão só chamar ao texto mais alguns elementos que esclarecem as dificuldades das economias socialistas e o tipo de dependências que elas estabeleceram com a economia-mundo capitalista. Na URSS, ao conhecido quadro geral da estagnação, cujas origens remontam à década de 70, caracterizado pelo abrandamento do crescimento do PIB, da produção industrial e agrícola, bem como de muitos outros indicadores da *performance* económica, juntava-se a alteração do perfil das suas exportações: enquanto que em 1960 o grosso das mercadorias exportadas era constituído por máquinas e equipamentos de transporte e outros bens manufacturados, em 1985 mais de metade das receitas estavam relacionadas com o petróleo e outros produtos energéticos, representando as importações de máquinas e outros bens industriais quase 60%. Ou seja, quanto mais conectada com a economia-mundo capitalista mais a economia soviética adquiria, em termos de comércio externo, um perfil típico dos países periféricos: exportadora de matérias-primas, importadora de bens manufacturados. Mas não só, quiçá mais relevante, é a reorientação geográfica do comércio externo das economias da URSS e do leste europeu. Aquando do colapso, cerca de $\frac{2}{3}$ do volume de trocas fazia-se com os países de economia de mercado (v. Fonseca 2002: 111). Em suma, este envolvimento, melhor dito, esta conexão claramente dependente atrelou o bloco socialista e os países periféricos aliados, alguns recém independentes e a braços com violentas acções de desestabilização promovidas pelos EUA, aos interesses e, como realça Hobsbawm, às dificuldades gerais do sistema que teria de conduzir, como efectivamente conduziu, a severas consequências. A redução da autarcia e das relações comerciais e de interdependência económica entre os países não capitalistas acabaria por, ainda o colapso não se tinha dado, permitir o arranque do movimento em direcção à plena integração na economia-mundo capitalista por parte dos países periféricos mais frágeis.

Como veremos (capítulo IV), o deslizar de Moçambique não se explica com base em análises maniqueístas e conspirativas sobre os desígnios e interesses alimentados pelas elites mas sobretudo tomando em consideração a recomposição das relações económicas e de força a nível mundial. Ademais, não se pode ignorar que os países da periferia foram os principais afectados pela crise geral do capitalismo, provocando neles efeitos sem precedentes a nível

económico e social. De forma algo paradoxal, ao mesmo tempo que se conectavam com a economia-mundo capitalista, mergulhando-os numa espiral de dívida externa e de agravamento dos principais indicadores de saúde e de bem-estar social, os países pobres foram por ela cancelados: o investimento líquido estrangeiro desapareceu literalmente da maior parte destes países, com especial gravidade para os do continente africano (Hobsbawm 1994: 414-415), situação que contribui para reduzir ainda mais o peso, já insignificante, de África nas trocas mundiais de comércio.

Os relatórios da ONU, do BM e de outras instituições internacionais exprimem os efeitos da crise e do “abandono” dos países pobres. Em contraponto à relativa afluência, ainda que de partilha desigual, presente nas geografias privilegiadas do sistema mundial, metade da população dos países pobres oscila entre a pobreza absoluta, vivendo com menos de uma euro por dia, e as duras privações materiais impostas pelo salariado de miséria ou por formas de rendimento mercantil muito precárias e insuficientes para o acesso regular aos bens básicos da humanidade, como alimentação, água potável, habitação, educação e assistência médico-sanitária. Nos países pobres, mais de $\frac{1}{4}$ dos cerca de 4,5 mil milhões de pessoas que neles habitam não tem qualquer expectativa de viver para além dos 40 anos, mais de 1,3 mil milhões de pessoas não têm acesso a água potável, quase mil milhões passam fome, a desnutrição atinge cerca de 50% da população infantil com idade inferior a 5 anos, uma em cada sete crianças em idade escolar está fora da escola primária básica (v., entre outros relatórios e documentos, www.worldbank.org/poverty/wdrpoverty/report/Poverty.pdf e www.undp.org/hdro/Chapter1.pdf).

Saliente-se que o fosso entre países ricos e países pobres não parou, nas últimas décadas, de se alargar, verificando-se retrocessos impressionantes em diversas zonas do planeta, como é reconhecido, certamente a contragosto, pelo próprio BM (www.worldbank.org/poverty/wdrpoverty/report/Overview.pdf). O alargamento do fosso apenas acentuou um fenómeno estrutural, ligado à consolidação, nos últimos 200 anos, da economia-mundo capitalista. Comparando 1820 com 1992, verificamos que a diferença dos mais ricos face aos mais pobres passou de 3 para 1 para 72 para 1. Mais grave e significativo, os países mais pobres estão a um nível idêntico, e por vezes pior, ao que estavam aqueles que se encontravam em igual situação em 1820.

Este quadro remete o debate para uma outra dimensão: a ideia do progresso, esteio onde o capitalismo crava boa parte da sua legitimidade. Representando o principal legado filosófico do período entre os séculos XVII e XIX para as ciências sociais contemporâneas e para a própria modernidade, enquanto elemento fundamental da sua arquitectura, a ideia do

progresso dá força ao pensamento dominante acerca da evolução linear de todas as sociedades: da pobreza, da barbárie, do despotismo e da ignorância para a riqueza, a civilização, a democracia e a racionalidade, esta última a mais alta expressão da ciência. A ideia não ficou circunscrita aos filósofos, antes trespassou, de cima a baixo, as sociedades modernas contemporâneas e o sistema mundial no seu todo, popularizando-se, caindo no domínio do senso comum (Shanin 1997: 66). Neste sentido, ganha força o argumento de Gramsci, ao defender que

o progresso é uma ideologia.¹¹ [...] Na ideia de progresso está subentendida a possibilidade de uma medição quantitativa: mais e melhor. Supõe-se portanto uma medida “fixa” ou fixável, mas esta medida é dada pelo passado, por uma certa fase do passado, ou por certos aspectos mensuráveis, etc (1974: 79-80).

Certamente germinado na Grécia (v. Nisbet 1994), como todas as ideias nucleares que configuram o pensamento moderno, é no sistema mundial moderno que o progresso, enquanto conceito, triunfa. Apesar de ainda dominante, a convicção triunfante do progresso está sujeita a crescente contestação. Wallerstein, reconhecendo as dificuldades na análise do progresso devido ao carácter unilateral de todas as medidas propostas, afirma:

Diz-se que o progresso científico e tecnológico é inquestionável, o que é certamente verdade, em especial na medida em que a maioria do conhecimento técnico é cumulativo. Mas nunca se discutiu seriamente sobre a quantidade de conhecimento perdido, por via da vassourada mundial imposta pela ideologia universalista (Wallerstein 1998: 72).

Examinando as condições de vida dos indivíduos, Wallerstein (1998: 74) conclui que estes vivem, na sua maioria, em zonas rurais ou movem-se entre estas e os bairros de lata das periferias urbanas, estando piores do que aquelas que viviam há cinco séculos atrás. Para além de duvidar que a esperança de vida à idade de um ano seja maior do que anteriormente e de terem uma dieta alimentar inferior, para garantirem a sua reprodução trabalham mais arduamente e durante mais horas por dia, por ano e por vida, pelo que a taxa de exploração

¹¹ Sobre este conceito, Gramsci esclarece que “o seu significado originário era o de ‘ciência das ideias’, isto é ‘investigação sobre as origens das ideias’” (1974: 100). Numa longa exposição sobre a ideologia, Althusser (s.d.: 193-203) mostra-nos que os indivíduos estão envolvidos em três níveis de actividades: (i) de produção económica; (ii) de participação política; (iii) de cariz religioso, moral e filosófico. Estas últimas constituem a “actividade ideológica”. Continuando, “a ideologia surge assim como uma certa ‘representação do mundo’ que une os homens às suas condições de existência e une os homens entre si, na divisão das suas tarefas e na igualdade ou desigualdade do seu destino” (Althusser *et al.* s.d. 196). Para uma visão global e circunstanciada deste conceito nas teorias sociais cf. Pinto (1978).

aumentou significativamente. Procurando dar solidez à sua tese, Wallerstein [1990 (1974): 31] mostra, citando os arquivos ingleses da época, que na Idade Média um dia de trabalho na agricultura estava compreendido entre o nascer do sol e o meio-dia. No mesmo sentido, embora apresentando dados não totalmente coincidentes, se pronuncia Schor (1991: 44-46). Na sua perspectiva, o capitalismo implicou um aumento da duração e da intensificação do ritmo de trabalho. A maioria das análises acerca dos tempos de trabalho é incapaz de detectar esta evolução, em virtude de se concentrar na comparação das 40 horas de trabalho, actualmente cumpridas por muitos dos trabalhadores dos países centrais, e as mais de 70 horas a que estavam sujeitos os operários do século XIX.

Mais, se considerarmos, tal como faz Sahlins [1997 (1972)], que uma sociedade é de abundância quando todas as necessidades materiais dos indivíduos que dela fazem parte são facilmente satisfeitas, então, teremos de concluir que o progresso falhou também aqui. De certa forma dando expressão histórica concreta a estes argumentos, a ociosidade dos povos africanos foi algo com que os colonizadores se deram mal e contra a qual se insurgiram reiterada e permanentemente. Como salienta Feliciano, a propósito de Moçambique, “percorrendo a documentação portuguesa, uma das notas mais salientes é o ‘queixume’ constante acerca da proverbial imprevidência, ociosidade e preguiça dos indígenas de Moçambique” (1998: 53).¹²

Constatando que, pelo menos, $\frac{1}{3}$ da humanidade termina o dia de barriga vazia, Sahlins [1997 (1972): 18-19] conclui que o tempo da fome sem precedentes é o nosso. Ou seja, insiste o autor, no tempo do progresso técnico vertiginoso, a fome tornou-se uma instituição. Esta relação entre o aumento da fome e a evolução cultural (o progresso) é sustentada por Sahlins com o recurso a uma vasta literatura antropológica (v., entre outros, Lee e DeVore 1968) sobre as sociedades de caçadores-recolectores, por ele designadas, muito sugestivamente, como “original affluent society”.

Em termos sistémicos,

a ideia de progresso justificou toda a transição do feudalismo para o capitalismo. Ela justificou a quebra da remanescente oposição à mercantilização de tudo, e tendeu a subvalorizar os aspectos negativos do capitalismo, com a justificação de que os benefícios ultrapassavam, de longe, os prejuízos (Wallerstein 1998: 71).

¹² Para uma crítica radical ao trabalho v. Grupo Krisis (2003).

Daí Wallerstein concluir, embora sentindo “o tremor que acompanha a sensação de blasfêmia” (1998: 72), que o capitalismo como sistema histórico não representou progresso em relação aos vários sistemas históricos anteriores que foram por ele destruídos ou transformados. Em contraponto a este quase fatalismo, algo redutor, na medida em que não toma em conta devidamente outros aspectos que poderão influenciar a análise sistémica comparativa, é oportuno lembrar a importância decisiva das relações económicas e de classes dominantes a nível estatal e, num contexto mais largo, no interior de cada área que compõe o sistema mundial, para explicar as diferenças, muito díspares, de condições de existência material e outras dos indivíduos nos diversos sistemas históricos.

2. Do desenvolvimento à crítica do desenvolvimento: trajectos e discursos

A partir dos anos 50 as lutas anticoloniais conduziram a mudanças na ordem política e jurídica, colocando em causa a posição das principais potências europeias. Num movimento que atingiu toda a Ásia e África submetidas à dominação colonial, os diversos territórios dependentes ascenderam à independência política, dando origens a novos Estados-nação de pleno direito (mas de influência política escassa) no concerto mundial das nações. Os movimentos de libertação conjugavam diversas influências, desde o nacionalismo ao humanismo de inspiração cristã, passando pelo marxismo. Este era preponderante nos movimentos que, por teimosia política ou miopia histórica das potências coloniais, tiveram de enfrentar lutas armadas prolongadas. O apoio da URSS, da China e de outros países não-capitalistas aos movimentos de libertação não foi só ao nível material, envolveu também a formação política e militar essencial ao desenvolvimento da luta. Se é indiscutível o papel inestimável que estes países não-capitalistas tiveram nas lutas de libertação, para o seu sucesso contribuíram, como salienta Fanon (1980) com argúcia, as contradições entre os principais países capitalistas, mais propriamente, entre as antigas potências coloniais e os EUA, com estes interessados em disputar à Grã-Bretanha e à França as suas tradicionais zonas de influência, de forma a acrescentar novas áreas à sua tradicional coutada latino-americana. Por experiência própria, facilitada pelo facto de, como antiga colónia, nunca terem tido possessões coloniais clássicas, para os EUA era claro que a dominação já não poderia ser feita nos moldes tradicionais, sob pena de os custos superarem os benefícios, sendo necessário empreendê-la por outras vias, incluindo a dos programas de ajuda e assistência económica.

Contrapondo a uma possível visão meramente utilitária e pragmática, é atinente considerar que o processo de adesão de muitos dos movimentos aos programas emancipatórios de inspiração socialista foi gradual, em boa medida ligados à densificação e maturação política e teórica levadas a cabo pelos seus principais dirigentes. Nascidos em sociedades coloniais atravessadas por formas variadas de exploração e de dominação, a frequência de meios académicos progressistas na Europa ocidental e de universidades em países do bloco socialista, antecedida da experiência marcante nalgumas missões e igrejas, designadamente protestantes, permitiu-lhes obter os quadros conceptuais necessários a uma compreensão das relações sociais dominantes nos países subjugados. Esta influência religiosa é manifesta no caso da formação da elite fundadora da Frelimo, em particular do seu primeiro líder (v. Cruz e Silva 2001).

Ganho o poder político, os novos Estados ensaiaram projectos de modernização e de desenvolvimento sob a direcção das elites políticas nacionais, visando, em alguns casos, a transformação socialista da sociedade. A implementação destes projectos modernizadores dependia, sobretudo quando se realizavam em circunstâncias políticas muito difíceis e socialmente controversas, como em Moçambique, de elites que contavam com a força do seu poder e prestígio, fundados na luta armada contra o colonialismo.

Conquanto o grau de comprometimento em relação à URSS fosse muito variável de país para país, em todos eles estava bem presente a dimensão nacionalista que tinha como objectivos a “independência política, a modernização do Estado e a industrialização da economia” (Amin 2000: 230). Independentemente do sistema político adoptado, dos compromissos ideológicos assumidos e do papel desempenhado pelo Estado na economia, os objectivos estavam estreitamente vinculados a uma estratégia de ruptura com a dependência que atavam os países periféricos às suas antigas potências colonizadoras e, de um modo geral, aos países centrais.

Este período desenvolvimentista foi fortemente marcado pelo terceiro mundismo. A Conferência de Bandung em 1954 foi um dos seus momentos fundadores. Convocada, entre outros, pelo indiano Nehru, o egípcio Nasser e o jugoslavo Tito, com ela pretendeu-se desenhar uma efectiva autonomia dos países do Terceiro Mundo face à URSS e, sobretudo, aos EUA, mormente no plano de uma política de desenvolvimento soberana e orientada para o mercado interno. Ao mesmo tempo que animava os movimentos de libertação nas suas lutas pela independência nos territórios ainda sob domínio colonial directo, o terceiro mundismo era portador de enormes esperanças para a humanidade que permanecia em baixo (v. Rivière 2000: 132-133).

Se bem que não tenha existido, na maioria dos casos, concordância entre a prática política e os modelos teóricos disponíveis, é necessário referir, pelo protagonismo e influência que foram muito para além dos círculos académicos, os importantes trabalhos produzidos ao longo dos anos 60 e 70 por economistas, sociólogos e outros cientistas sociais, muitos deles latino-americanos (Furtado 1961, Prebisch 1963, Frank s.d., Cardoso 1971 e Cardoso e Falleto 1970), sobre as teorias da dependência e do subdesenvolvimento como um produto do próprio desenvolvimento capitalista. Segundo Frank, num dos textos fundadores, a

relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento não é apenas comparativa, no sentido de que alguns países são mais desenvolvidos que outros, resulta antes de um processo histórico comum de vários séculos e da influência recíproca que entre as duas realidades existiu, existe e continuará a existir ao longo da história [...] o subdesenvolvimento se desenvolveu em íntima conexão com o desenvolvimento dos países desenvolvidos e como resultado concomitante do processo histórico do desenvolvimento capitalista ao longo dos séculos (s.d.: 17).

Aplicando-se estas teses ao contexto africano, o colonialismo foi o mecanismo através do qual se produziu o subdesenvolvimento em proveito do desenvolvimento dos países centrais. Processo de duração secular, com forte intensidade a partir do final do século XIX, é nele que se encontram o grosso das raízes dos problemas e dificuldades que se colocam hoje aos povos africanos. Daí que, apesar dos esforços empreendidos, os programas desenvolvimentistas tivessem sido mal sucedidos, por razões que envolveram também causas internas. Como explica Amin (2000: 237-241), a compreensão destes fracassos deve conjugar os factores ligados ao modo de funcionamento do capitalismo, tal como o entendem as teorias da dependência, a factores internos relacionados com a composição de classes e os interesses que levam as elites dirigentes africanas a alinhar com os países centrais.

Os anos 80, bem antes do afundamento da URSS e do bloco por ela liderado, trazem uma mudança profunda de orientação estratégica em matéria de desenvolvimento. Note-se que mesmo no período áureo da influência soviética junto dos países periféricos, o peso das relações comerciais na economia destes países e na ajuda ao desenvolvimento a estes concedidos pela URSS e demais Estados do bloco socialista foi sempre reduzido. Como mostra Mende (1974), nunca as trocas económicas entre estes países superaram a importância do comércio com o Ocidente nem o apoio financeiro da URSS e seus aliados da Europa oriental, se bem que concedido segundo condições bem diferentes, se aproximou das verbas disponibilizadas pelos países capitalistas. Trata-se, certamente, de mais um indicador da tese wallersteiniana sobre a conexão dependente do bloco socialista à economia-mundo capitalista

atrás desenvolvida. É o tempo da adesão de muitos destes países às instituições de Bretton Woods e do afastamento progressivo das soluções propostas pelos teóricos e técnicos marxistas e keynesianos.

Em lugar da ajuda directa dos Estados centrais aos da periferia, os recursos financeiros para a ajuda ao desenvolvimento passaram a ser canalizados prioritariamente para as ONG que, no terreno e com o apoio dos mediadores locais, implementam projectos. A ajuda ao desenvolvimento é aqui entendida nas suas três vertentes: a bilateral, feita Estado a Estado, a cooperação levada a cabo pelas agências da ONU e, por último, a que é empreendida pelas ONG. Acrescente-se que entre estes três tipos de “ajuda” se estabelecem articulações e mesmo acções conjuntas.

De certo modo o Estado foi substituído, sobretudo nos países periféricos, pelas instituições internacionais e pelas forças de mercado (Pieterse 2001: 1). Trata-se de um processo iniciado em meados dos anos 70 pelas instituições do Consenso de Washington, com o BM à cabeça. Apoiados nos trabalhos teóricos produzidos pelos *think tank* liberais, o BM passou a dirigir-se aos “rurais pobres”, enquanto que a USAID tornou obrigatório, a partir de 1975, um *social soundness analysis* (Olivier de Sardan 1990a: 479). Esta análise tem por objectivo avaliar a fiabilidade social e cultural dos projectos de desenvolvimento. Foi desenvolvido pelo antropólogo Glynn Cochrane que, entre outras actividades, foi assessor do BM e da cooperação britânica (Willigen 1986: 148-149). Estreitamente ligado a este modelo de análise temos as metodologias de recolha rápida de informação, muito utilizadas nos estudos de desenvolvimento rural e de antropologia aplicada, mormente nos países periféricos, designados por "Rapid Rural Appraisal" ou "Participatory Rural Appraisal", assim chamados por implicar, por definição mas de uma forma inócua e, por vezes, perversa, a participação activa dos observados (v. Dunn 1994 e Kane 1997).

Atendendo ao contexto histórico que então se vivia, marcado pelo avanço, em particular na periferia, das lutas anti-imperialistas, é pertinente considerar que esta mudança nas orientações estratégicas do desenvolvimento exprime, num primeiro momento, uma reacção defensiva do capitalismo que, logo depois, foi recuperada e utilizada pelos governos dos países centrais para consolidar a hegemonia neoliberal a nível mundial. Dixon (1999) mostra-nos que esta resulta dum aturado trabalho, cujas origens remontam aos finais dos anos 30 quando se reúnem em Paris um grupo de jornalistas e académicos – entre eles estavam presentes Friedrich von Hayek e Ludwig von Mises – de onde sai a proposta para uma acção concertada em defesa do liberalismo. Todos eles eram animados pelo ódio declarado ao colectivismo e ao keynesianismo. Paralisado pela II Guerra Mundial, o projecto foi reactivado

com o estabelecimento da Sociedade do Mont-Pèlerin, onde marcam já presença instituições e personalidades que se destacariam como promotores do neoliberalismo, como as universidades de Chicago e de Viena, Karl Popper e Milton Friedman. O trabalho de transformação do liberalismo, velha teoria desacreditada, em paradigma hegemónico passou muito por uma retórica na qual os adversários eram classificados como arcaicos, irrealistas, utópicos, gente delirante completamente desfasada do seu tempo. Por fim, a estagnação e as dificuldades da economia capitalista, ao longo dos anos 70, acabaram por lhes proporcionar a oportunidade decisiva para garantir a aplicação dos programas neoliberais por parte dos governos conservadores.

A ajuda ao desenvolvimento é um dos instrumentos privilegiados dos Estados centrais e das organizações internacionais obedientes aos EUA para imporem aos países pobres a hegemonia neoliberal e a sua receita aparentemente milagrosa: mercado mais democracia. No entender de Amin (1999: 12) trata-se de uma expressão concreta da ideologia eurocentrista que domina o sistema mundial, implicando uma visão do mundo e um programa político e económico global equipado de uma solução simples: a imitação do Ocidente, entendido como o maior e o melhor dos mundos (v. também Frank 1976: 15-16). Recentemente, os EUA acentuaram mais ainda o carácter liberalizador e assistencialista da sua política no domínio da ajuda ao desenvolvimento, que não deixará de ter reflexos nos outros países centrais e nas instituições do Consenso de Washington, onde detêm uma enorme e decisiva influência. Na maior intervenção programática nesta matéria desde a administração Kennedy, o governo Bush definiu, de acordo com os seus próprios termos, o combate à pobreza como um imperativo moral. Para a eliminar propõe o reforço da responsabilidade dos países ricos e pobres, no qual o aumento dos donativos dos primeiros faria par com o aumento da responsabilidade destes (v. www.usaid.gov/about/usaidhist.html). Porém, as políticas e as acções empreendidas pela administração americana apontam para outras direcções. Basta sinalizar que os EUA não só estão muito aquém dos outros países centrais, em termos de alocação de recursos financeiros para a ajuda ao desenvolvimento, como praticam uma política de ostensiva hostilidade em relação às principais instituições internacionais, bloqueando sistematicamente a entrega das contribuições a que se encontram legalmente obrigados.

Moldados pela submissão e exclusão coloniais e, em muitos casos, pela luta armada, os Estados africanos, incluindo aqueles que têm regimes reconhecidos como democráticos pelos países centrais, caracterizam-se hoje, em regra, por uma relativa falta de legitimidade política e social, colmatada pelo recurso a formas despóticas e violentas de poder e a um

recurso sistemático às redes de patrocínio e clientelismo para assegurar o seu fraco ancoramento interno.¹³ Se este é o quadro geral, localmente, ao nível de cada Estado, as situações variam. No caso de Moçambique, a legitimidade foi construída através da articulação das referidas formas despóticas e violentas de poder com um trabalho político e ideológico junto das populações e formas de participação popular de base, ainda que controladas a partir de cima.

A fraqueza do “Estado determinado a partir do exterior” (Saul 1994: 25) faz com que a sua existência dependa, em boa medida, da transferência de recursos dos países doadores e de instituições multilaterais para as populações (Bierschenk *et al.* 2000: 9), algo particularmente evidente em países com dependência extrema, como Moçambique, no qual os donativos representam mais de 50% do orçamento anual (v. www.bancomoc.mz). Sem eles, não só a relativa e muito precária estabilidade social seria colocada em causa como poderiam surgir situações agudas de questionamento da legitimidade do Estado. Assim, como salientam estes autores, a ajuda ao desenvolvimento constitui-se num elemento essencial para a regulação da soberania estatal em África, permitindo o enraizamento das estruturas clientelares na sociedade e a disseminação do aparelho estatal pelo território nacional. Ou seja, a ajuda ao desenvolvimento contribui largamente para legitimar os regimes africanos, sendo os actuais governos produtos desta intervenção (Bierschenk 1991: 12). Mais, ela detém uma enorme responsabilidade na definição da forma estatal actualmente dominante em África – o “Estado africano rentista” (Bierschenk *et al.* 2000) –, na qual a renda proveniente da ajuda ao desenvolvimento representa o principal rendimento obtido pelas elites. Esta articula-se com outras rendas provenientes da exploração de recursos nacionais, nem sempre disponíveis, como o petróleo, os diamantes e outros minerais. Neste aspecto, o colapso do bloco socialista também produziu os seus efeitos negativos, ao privar os Estados africanos da renda

¹³ O conceito de clientelismo, bem conhecido da antropologia e da sociologia rurais, articula-se com o seu contraponto, o do patrocínio, “mecanismo de vinculação e coerção psico-social e, por vezes, física, no qual se verifica a servilidade e a dependência do cliente face a uma outra pessoa social e/ou politicamente influente denominada patrono” (M. C. Silva 1988: 54). Esta relação é uma relação assimétrica, na qual o patrono concede favores e presta alguns serviços em troca do apoio do cliente. Em termos históricos, o fenómeno clientelar estava presente na colonização romana, através da romanização dos chefes gentílicos para a sua participação no trabalho de controlo da população. Em termos político-administrativo, o patrocínio assume a forma de caciquismo, sendo o cacique um intermediário entre os segmentos sociais locais e o Estado que os engloba, dela retirando benefícios pessoais. Em troca dos votos, indispensáveis à reprodução e legitimação das instituições políticas, presta um conjunto de serviços – os “favores” – à população (Sobral e Almeida 1982). Para uma análise crítica do patrocínio v. também Littlewood (1980). Os mediadores de hoje em África configuram uma situação que os aproxima, em muito, do cacique que, ora servindo o Estado nacional, ora servindo os interesses externos, contribui para legitimar as relações neocoloniais que submetem os países da periferia. Neste sentido, esta conceptualização está muito longe do *cultural broker*, proposto por Willigen (1986: 127ss) que nos apresenta uma figura social engajada na mediação entre as estruturas políticas dominantes e os dominados, cujo objectivo seria o reequilíbrio das relações entre eles.

geopolítica. Esta permitia-lhes, jogando com as políticas de aliança, negociar o valor desta renda e controlar a ajuda ao desenvolvimento que passava sobretudo pelo Estado, ao invés do que agora se verifica.

Esta nova fase, que Olivier de Sardan (1990a) designa por populismo,¹⁴ opõe-se, como foi acima aludido, àquela que prevaleceu durante os anos 50 e 60, marcada pelas teorias da modernização. Os grandes projectos, as tecnologias complexas, as culturas de exportação, as lógicas e saberes científicos deixam a cena para os pequenos projectos, as tecnologias “apropriadas”, as culturas de subsistência e as lógicas e saberes camponeses, entre outros aspectos. Há, porém, excepções. No caso de Moçambique, podemos eleger como exemplos relevantes a Mozal, unidade industrial de produção de alumínio, e a exploração do gás natural na província de Inhambane (sul de Moçambique). Projectos gigantes, em ambos é manifesta a contradição entre o que tem sido defendido no discurso e nos textos e o que tem sido executado no terreno. De facto, ora por razões ambientais, de disponibilidade de energia e de força de trabalho a baixo custo como acontece com o alumínio, ora de extracção de recursos energéticos, os países centrais, muitas vezes em parceria com África do Sul, potência semiperiférica (mas central na região austral), e o capital globalizado, apoiados pelas instituições internacionais, não se inibem, guiados pela expectativa de obtenção de mais-valias colossais, de fazer precisamente o inverso do que defendem e propõem ao governo moçambicano. Do ponto de vista económico, estes mega-projectos contribuem para a hiper-especialização parcelar da economia moçambicana – a Mozal assegura 1/3 das exportações do país –, com impacto reduzido na criação de emprego e escassa arrecadação de impostos devido ao regime muito favorável a que estão sujeitos (v. *Mediafax*, n.º 2830 de 30/07/2003).

Em cena entra também um outro discurso. Pretensamente técnico, ele inventa ou confere novos sentidos a palavras e conceitos já existentes. Funcionando como um

¹⁴ O uso dado à expressão por Olivier de Sardan é passível de crítica. Conceito polissémico, o populismo caracteriza também projectos políticos e sociais muito diversos ocorridos em numerosos países da periferia do sistema mundial, nomeadamente na América Latina e em África. Procurando, em grau variável, o apoio popular, o populismo tanto pode caracterizar experiências de pendor conservador, com um amplo sector estatal ao serviço da burguesia industrial e com apoio do operariado, como foi o caso de Perón na Argentina e de Getúlio Vargas no Brasil, como experiências nacionalistas progressistas, tal como a de Moçambique sob a liderança de Samora Machel ou, mais remotamente, a Indonésia de Sukarno (v. Worsley 1964: 118-174). Portanto, cunhar esta nova fase de populismo pode contribuir para contaminar ainda mais o conceito, conduzindo até a equívocos. Sobretudo, quando em termos concretos se verifica, não obstante a retórica dominante (e demagógica) tentar credibilizar o contrário, um enorme afastamento entre as elites e suas políticas e as classes populares. Recentemente, Olivier de Sardan (2001b: 200) esclareceu, sem que desfça completamente as ambiguidades em torno do conceito, que não entende o populismo na sua dimensão de movimento popular nem na sua configuração relacionada com um líder político carismático, antes a uma fascinação que muitos intelectuais nutrem pelo “povo”, mesmo que apenas simbolicamente.

mecanismo de despolitização, esta retórica desenvolvimentista arma-se de conceitos como *capacity-building*, *empowerment*, *institution-building*, *participação*, *luta contra a exclusão*, *descentralização*, *desenvolvimento local*, *gestão dos territórios e dos recursos naturais* para transformar políticas económicas em formas apolíticas (Bako-Arifari e Le Mur 1998: 1-7) que concorrem para ocultar, por um lado, os interesses dos países centrais e das empresas multinacionais e, por outro, camuflar os proveitos que as elites nacionais extraem da ajuda ao desenvolvimento. Como salientam Bierschenk *et al.* (2000: 6ss), a disseminação por todos os países africanos dos programas de desenvolvimento fez com que o acesso ao poder e aos recursos económicos ficasse, em boa medida, dependente da capacidade de os actores sociais se movimentarem bem nos circuitos da ajuda internacional e de adquirirem controlo sobre a repartição dos recursos financeiros disponibilizados.

A sua generalização produziu novas relações clientelares. Sucedendo e, não raro, dando continuidade às velhas formas existentes na época colonial, estas relações têm nos mediadores as figuras sociais centrais. Fazendo parte da vasta camada social que podemos, de modo grosseiro, designar por burocracia estatal e organizacional, os mediadores ocupam posições sociais muito diversas que variam em função da proximidade ou dos cargos desempenhados no aparelho de Estado e das suas ligações às ONG e outras organizações internacionais de cooperação. Constituem, a diferentes níveis, o elo de ligação entre os doadores e as populações a beneficiar pela ajuda ao desenvolvimento, substituindo o Estado. Para B. S. Santos trata-se da “sociedade civil secundária [que prossegue] sob forma privada, através da sociedade, basicamente os mesmos interesses que anteriormente eram prosseguidos sob forma pública através do Estado” (2003: 79). Ora, esta perspectiva não só dá acolhimento à retórica neoliberal em favor do Estado mínimo, esvaziado das suas funções e recursos em favor de actores e interesses privados, como oblitera o facto de os objectivos e interesses que vinculavam o Estado revolucionário pós-independência eram bem diferentes daqueles pelos quais a “sociedade civil secundária” se mobiliza presentemente.

A luta pelo poder e pelo controlo de recursos neste cenário marcado por formas diversas e, não raro, sofisticadas de dependência clientelar empurra a discussão também para a problemática da corrupção. Merecendo a atenção das ciências sociais, em particular dos estudos africanos, este fenómeno está, de certa forma, *embedded* nas sociedades africanas. Longe de ser recente, nos alvares das primeiras independência africanas R. Dumont (1962: 100-101) notava já o apego das elites africanas aos bens materiais e ao estilo de vida das burguesias ocidentais, só possíveis através da apropriação ilegal dos recursos do Estado. Envolvendo múltiplas dimensões, incluindo económicas e políticas, a corrupção é, em regra,

um abuso da autoridade pública por parte de um actor social para obtenção de benefícios privados (Cartier-Bresson 2000a). Por seu lado, Talahite (2000) convoca a nossa atenção para a importância decisiva da confusão promíscua entre a esfera privada e a esfera pública para o enraizamento social e político da corrupção. Segundo Médard (2000), um dos principais mecanismos de regulação estatal assenta sobre uma estratégia política de distribuição de bens públicos divisíveis, isto é, empregos, património, serviços e protecção em troca do apoio político. O dinheiro acumulado pelos dirigentes políticos por via dos mecanismos da corrupção deve, em grande parte, ser alocado na sua rede de parentela e de clientes sob pena de, não o fazendo, fragilizar o seu próprio poder. Em Moçambique, expressões de uso corrente como “ajudar a família”, “olhar pela família”, são formas concretas de caracterização deste processo alargado de distribuição.

Estamos perante relações sociais de tipo patrimonial solidamente enraizadas na cultura e nas práticas sociais dos países africanos. Esta neo-patrimonialização do Estado depende do funcionamento duma rede densa e complexa de relações de patrocínio-clientelismo, em que cada cliente se serve dos recursos disponibilizados pelo patrono para criar a sua própria clientela (Thomson 2000: 111). Na sua densa teorização sobre o patrimonialismo, Weber [1993 (1922): 753ss] traz à existência os seus mecanismos de funcionamento. No seu entender, a organização política patrimonial ancora-se num conjunto alargado e muito vasto – um “caos” no dizer do autor – de privilégios e obrigações subjectivos que ligam o chefe, o funcionário e o dominado, dando lugar a uma acção comunitária que nada tem a ver com as categorias modernas de direito público e que tão pouco tem a ver com o modo de funcionamento do Estado no sentido que actualmente lhe é dado. O próprio poder é visto como um privilégio, sendo os recursos geridos e distribuídos numa base de proximidade e confiança pessoais que unem o chefe aos que dele dependem. Sobretudo na sua versão patriarcal, a legitimidade do patrimonialismo depende da satisfação dos que são súbditos por via da distribuição de propriedade e outros benefícios, sempre feitos, sublinhe-se, segundo critérios de proximidade relacional ou outros que não se enquadram nos pressupostos modernos de actuação do Estado.

Face a este complexo quadro político e social, é forçoso constatar o fracasso histórico dos modelos de desenvolvimento experimentados em África. A crise em que o continente está mergulhado acaba por interrogar o próprio conceito, como assinala Guèye (1997: 99-100). Ora, tratando-se o desenvolvimento de um conceito vulgarizado, não será ele também parte do aparato hegemónico que domina a actual fase de transformação em que se encontra mergulhado o sistema-mundo moderno? Rompendo com a armadilha da discussão sobre

modelos e programas de intervenção em matéria do desenvolvimento, para Portela (1999a) é tempo de se desenvolver a noção de desenvolvimento, pois não faz sentido falar nele se os seres humanos não forem, simultaneamente, actores e beneficiários de tal processo. Na esteira de muitos outros, como Escobar (1991), B. S. Santos reclama que “em vez de se buscarem novos modelos de desenvolvimento alternativo talvez seja tempo de começar a criar alternativas ao desenvolvimento” (1999: 3).

De uma forma ou de outra, em todo o caso mantendo um distanciamento prudente em relação aos excessos retóricos que não contribuem para o esclarecimento cabal do que está em jogo, a reflexão crítica sobre o desenvolvimento é importante. Particularmente, quando vinculada à detecção das causas e relações que o permitam compreender e transformar, tomando sempre em consideração que é uma “*realidade*”, como sublinha Olivier de Sardan (1990b: 189), quando propõe que a antropologia estude o desenvolvimento como um fenómeno social, da mesma forma que estuda outros aspectos da vida em sociedade. Este tipo de abordagem convoca ao debate as propostas mais recentes de Long (1989, 1992 e 2001), de Arce e Long (1999) e de Olivier de Sardan (1995, 2001) bem como os trabalhos produzidos em torno da Apad sobre uma antropologia orientada para e centrada no actor, atenta aos seus interesses, conflitos e expectativas, valorizando o estudo das lógicas sociais com base num sistema teórico aberto e com uma forte componente empírica. Tendo contribuído para a renovação dos estudos sobre o desenvolvimento, a valorização da capacidade de agência dos actores sociais, realçando a pluralidade de interesses, valores e terrenos de conflito, tem subalternizado, contudo, o papel jogado pelas estruturas sistémicas, sobretudo quando aparece conjugada com um ecleticismo teórico pretensamente a-ideológico.

Apesar destes reparos, o trabalho tem de ser feito com os cidadãos “beneficiários”, em diálogo com eles, reflectindo sobre as suas racionalidades e fazendo a crítica das suas posições sobre a problemática em causa. Para os africanos, em concreto, o desenvolvimento tem um sentido razoavelmente preciso mas interpelador, centrado na melhoria das condições materiais de existência. Trata-se de viver “como os brancos europeus”, quer dizer, aceder aos bens de consumo de uso massificado nos países centrais e beneficiar de serviços básicos, como água, educação e saúde. Esta aspiração colectiva não implica, de forma mecânica, uma “ocidentalização” cultural dos africanos. Tão pouco estes parecem desejá-la. No caso concreto de Moçambique, elites e classes populares, ainda que de formas bem diferentes, ao mesmo tempo que não deixam de incorporar nas suas práticas valores ocidentais, vão colocando em acção e dando continuidade a expressões concretas da cultura local, não raro em contraponto a aspectos muitos marcantes da modernidade ocidental.

Conquanto se deva reconhecer a sua importância, o desenvolvimento está longe, obviamente, de se esgotar no acesso a bens de consumo. De facto, tal como o entende Sen (1999: 3-4), a sua realização depende da expansão de outras liberdades, como as políticas e as sociais. Constatando a contradição entre uma opulência sem precedentes e a negação dos bens essenciais à realização da liberdade para a maioria, Sen propõe um desenvolvimento “doce”, no qual o crescimento económico é combinado com a melhoria das condições sociais e das liberdades individuais.

Em África, a execução deste ambicioso desafio político e social depende da aplicação de algumas medidas fulcrais, descritas com rigor por Toussaint (2002: 160-161), especialmente o perdão da dívida externa, a devolução aos povos dos bens e dos recursos pilhados pelas elites dirigentes e o abandono dos programas neoliberais de ajustamento estrutural. Algo bem estendido pelos movimentos africanos comprometidos com o renascimento africano. O manifesto de Dakar, aprovado nesta cidade da costa ocidental africana em Dezembro de 2000, é um sinal concreto dos alter-mundialistas africanos sobre o engenho e os contributos do continente negro para o desenho de alternativas societais,¹⁵ necessariamente comprometidas com a exploração de novos caminhos no domínio das políticas de desenvolvimento orientadas para a partilha global dos bens humanos fundamentais.

3. Antropologia e trabalho aplicado e implicado

Our thoughts are deep and our vision global,
Although we move with the better classes,
Our thoughts are always with the masses.
In Sheraton hotels in scattered nations
We damn multi-national corporations; [...]
Development Set homes are extremely chic,
Full of carvings, curios, and dropped with batik.
Eye-level photographs subtly assure
That your host is at home with the great and the poor.
Enough of these verses – on with the mission!

¹⁵ V. [www.ceji-iocj.org/English/international/DakarManifesto\(Dec00\).htm](http://www.ceji-iocj.org/English/international/DakarManifesto(Dec00).htm) para aceder ao texto completo do manifesto e declaração anexa. Para uma análise conceptual da renascença africana enquanto ideia v. Vilakazi (2001). Sobre o papel desempenhado pelos movimentos sociais em prol da renascença africana v. Serote (2001).

Our task is as broad as the human condition!

Just pry good the biblical promise is true:

The poor ye shall always have with you (Ross Coggins *in* Lewis 1995: 97-98).

Nestes versos, Coggins caracteriza muitas das experiências vividas por antropólogos críticos no trabalho de campo em países periféricos. Embora sejam, por dever do ofício e rigor intelectual, conhecedores das perversões e equívocos ligados à ajuda ao desenvolvimento, a experiência de terreno permite imergir em contextos que desafiam a imaginação e a interrogação. Nesta matéria, as questões encadeiam-se umas nas outras, parecendo não ter fim: A quem servem, em termos estruturais, as políticas de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento? Qual o papel que elas jogam no quadro muito alargado do sistema mundial moderno? Qual a sua efectiva capacidade para lutar contra a pobreza e o sofrimento na periferia? Quais as motivações e os objectivos daqueles que trabalham para as ONG e outras entidades ligadas à cooperação e à ajuda ao desenvolvimento? Quem são, efectivamente, os beneficiários destas ajudas? Enfim, que relações se estabelecem entre este campo e a antropologia?

Constituindo uma dimensão incontornável do trabalho de campo em contextos periféricos, em especial em África, a reflexão teórica e política sobre a cooperação e a ajuda ao desenvolvimento e o papel que nela ocupa a antropologia e os antropólogos é uma tarefa relevante. Não apenas para se compreenderem os modos de intervenção das organizações e dos actores presentes no terreno e bastidores, mas também para trazer à superfície as formas como as relações de dependência que subordinam as periferias ao centro do sistema mundial são construídas por via da ajuda ao desenvolvimento.

O desenvolvimento do trabalho aplicado na antropologia está relacionado com os processos de colonização e o interesse das potências coloniais pelo ensino e a investigação antropológicas (v. Evans-Pritchard 1985: 108). Em termos gerais, nesta relação complexa e ambígua da antropologia com o colonialismo deparamo-nos com a utilização recorrente do conhecimento antropológico, nomeadamente por parte dos funcionários e agentes dos aparelhos coloniais, muitos deles com formação nesta área científica, na dominação e exploração dos povos coloniais, ao mesmo tempo que se produziam importantes trabalhos nos quais outros povos e culturas eram colocados em posição de paridade e não de subordinação face ao Ocidente (Giddens 1995: 273). A um nível mais específico, nos EUA destacam-se os trabalhos desenvolvidos nas comunidades indígenas sob o comando de organizações do

governo americano, como o *Bureau of American Ethnology* e, mais tarde, já no século XX, com a *Applied Anthropology Unit do Office of Indian Affairs* (v. Willigen 1986 e Ranc 1988).

Em termos teóricos, o contributo fundador de Malinowski parece hoje indiscutível: em 1929 publica um artigo onde antevê a formação de um novo ramo da antropologia, o da antropologia aplicada (Escobar 1991: 661). A progressiva institucionalização deste ramo da antropologia arrastou para a contenda o papel a desempenhar pelos antropólogos. Como sustenta S. Wright (1995: 65ss), Firth terá sido um dos primeiros a defender o trabalho aplicado, observando, porém, que ele se deveria limitar à proposta de soluções e não à sua concretização, sob pena de tornar os antropólogos dependentes das instituições que no terreno colocam em marcha os projectos. Num registo semelhante, Evans-Pritchard (1985: 107-124) separa a investigação antropológica do trabalho realizado pelos “funcionários antropólogos”. Note-se, de passagem, que esta tensão entre a “investigação” e a “acção” não é, de todo, exclusiva da antropologia, estando presente em muitas outras disciplinas científicas.

Residirá aqui o nó gordio de todos os equívocos sobre o trabalho em antropologia aplicada. Com efeito, os antropólogos que trabalham em organizações ligadas ao desenvolvimento e aos programas de modernização e mudança social servem-se dos conhecimentos produzidos pela antropologia para alcançar objectivos e resultados que estejam de acordo com os interesses dos doadores ou promotores. Por outras palavras, os programas de ajuda ao desenvolvimento têm como objectivo a mobilização de recursos e não a realização de pesquisa antropológica, ainda que neles participem antropólogos (Garber e Jenden 1993: 68). Quando envolvidos, estes carecem, quase sempre, de autonomia suficiente para transporem os constrangimentos políticos ou organizacionais que cerceiam a livre reflexão científica e a prática do trabalho de campo que estão na base da produção sistemática de novos conhecimentos antropológicos. Como bem expõe Butcher (1987), os antropólogos envolvidos em “tarefas” aplicadas devem evitar formular recomendações e propostas que afectem os interesses das organizações para quem trabalham. Aliás, mostrando que está longe de constituir fenómeno recente, conta já algumas décadas a advertência feita por Bastide (1971), no seu bem conhecido texto sobre antropologia aplicada, relativamente à crescente utilização instrumental dos antropólogos no desenho e na aplicação de políticas e planos de desenvolvimento.

Esta subordinação invadiu também o meio académico. Sendo certo que o grau de liberdade é superior àquele que existe nas organizações orientadas para o “mercado dos projectos”, as pressões sobre quem faz investigação, à semelhança do que ocorre em qualquer outro campo social atravessado por relações de poder, estão também presentes. Mais, a

crescente dependência das instituições e dos investigadores em relação a financiamentos externos dá uma margem de manobra acrescida aos financiadores e patrocinadores, cada vez mais oriundos do sector privado, para impor aquilo que se investiga e, por vezes, o controlo dos resultados da investigação. Por outro lado, ao serem consultores em empresas e organizações orientadas para o mercado, muitos académicos passam a partilhar com elas benefícios que os condicionam e lhes impõem disposições de auto-censura e de compromisso que nada têm a ver com o interesse científico e, em especial, a construção de um conhecimento crítico.

Em suma, o que foi dito não implica qualquer depreciação do valor e da importância dos conhecimentos antropológicos mas somente uma censura à sua instrumentalização segundo o “gosto do patrocinador ou financiador” (M. C. Silva e Ribeiro 2000: 125). Eles constituem recursos tecno-científicos inestimáveis que, de modo repetido, são utilizados para fins iníquos. Mas, por outro lado, são exemplos fortes do valor e da possibilidade efectiva da sua aplicação. Em concreto, temos a utilização dos conhecimentos antropológicos em actividades de contra-insurreição e de terror na América Latina e no Sudeste Asiático – por exemplo, e respectivamente, o “Projecto Camelot” e o “Projecto Tailandês”¹⁶ (cf. Willigen 1986: 49-50) – por parte de órgãos do governo americano, como o Departamento de Estado e o Pentágono que, em termos políticos, deram continuidade à utilização instrumental da antropologia durante o período colonial e, posteriormente, durante a II Guerra Mundial [cf. Giner e Martín (1993) e Price (1998)].

Dentro desta “antropologia colocada em prática” (Willigen 1986: 7) encontramos uma corrente da antropologia do desenvolvimento ancorada na acção orientada para o trabalho de consultoria nas organizações internacionais ligadas ao desenvolvimento. Parte das suas raízes encontram-se nos trabalhos pioneiros levados a cabo por Mário Vásquez, antropólogo peruano formado na Universidade de Cornell, na comunidade camponesa de Vicos (terras altas do Peru), mais tarde sistematizados por Allan Holmberg (Willigen 1986: 79ss). Fortemente empírica e centrada na aplicação prática dos conhecimentos antropológicos, estabeleceu um conjunto de valores ligados ao poder, bem-estar, conhecimento, afecto, entre outros, por ele considerados como suficientemente precisos e universais para permitir comparações transculturais. Apesar destas serem passíveis de forte discussão, nomeadamente no que se relaciona com a visão etnocêntrica subjacente, o grosso das críticas vai para o uso

¹⁶ O “Projecto “Camelot” foi iniciado em 1964 no Chile. Alargando-se posteriormente a outras zonas geográficas, visava a recolha de dados para a elaboração de um modelo de análise sobre as mudanças políticas e sociais e a capacidade dos governos em as enfrentar. Já o “Projecto Tailandês” pretendia conter os riscos de insurreição no norte da Tailândia, fortemente sensível à influência anti-imperialista.

desta corrente antropológica como munição das organizações internacionais difusoras dos modelos de desenvolvimento hegemónicos.

A esta visão utilitária e prática contrapõe-se uma outra, mais académica, que nas suas diferentes abordagens critica e, não raro, rejeita liminarmente esta antropologia subsidiária de interesses e de políticas hegemónicas gizadas nos países centrais. Trata-se, como defende Olivier de Sardan (2001a: 732), de uma antropologia “fundamental” que se interessa pelo desenvolvimento como um objecto digno de atenção e inovação científicas e de vigilância metodológica, onde se podem incluir as abordagens desconstrucionistas do desenvolvimento, empenhadas na denúncia das ligações e dependências das acções desenvolvimentistas e dos seus profissionais em relação aos interesses hegemónicos dos países centrais (v. Escobar 1991 e 1995). Se encontramos nestas abordagens um excessivo menosprezo dos actores individuais, da acção dos diversos países e instituições envolvidos e das lutas no seio das diversas organizações ligadas ao desenvolvimento, podemos também reprovar Olivier de Sardan por pender para uma excessiva valorização da investigação centrada no actor e na pretensa margem de manobra deste que, certamente existente, não deixa de ser muito apertada pelos limites impostos pelas estruturas sistémicas.

Se a cooperação e a ajuda ao desenvolvimento estão, em termos estruturais, solidamente amarradas às políticas definidas pelos países centrais e à competição, muitas vezes silenciosa, que os divide, elas não deixam também de servir as organizações que elaboram os projectos, em torno dos quais se movimentam grupos e interesses muito diversificados. Analisemos o caso da mais poderosa agência de ajuda ao desenvolvimento: a USAID, organização onde se confrontam, segundo Hoben (1984), uma enciclopédica constelação de interesses de diferentes quadrantes ideológicos e políticos, incluindo aqueles que estão directamente relacionados com o aparelho militar-industrial dos EUA. Uma visita ao seu *site* – www.usaid.gov – é muito profícua para o esclarecimento dos objectivos e das áreas que esta agência do governo americano persegue: defesa dos interesses do governo americano através da “expansão da democracia e dos mercados livres”. Criada em 1961, os EUA viam na USAID um instrumento para a luta contra a disseminação do comunismo no mundo, por via do desenvolvimento económico, sobretudo nas periferias, onde a instabilidade política resultante da pobreza generalizada era entendida como uma ameaça aos interesses americanos. Desde a sua fundação que está sujeita ao controlo directo da administração americana, em especial por parte dos departamentos de Estado e de Defesa, que lhe define os objectivos concretos e os limites de intervenção. Em termos teóricos, a USAID elegeu o conhecido modelo do *take-off*, proposto em 1960 por Rostow [1990 (1960)], baseado num

esquema unilinear de crescimento e mudança, no qual os Estados Unidos se constituíam como paradigma a seguir por todas as outras sociedades.¹⁷ Ora, como justamente defende D. Ribeiro, numa crítica implícita às teses de Rostow, “os povos desenvolvidos e subdesenvolvidos do mundo moderno não se explicam como representações de etapas distintas e desfasadas da evolução humana”(1999: 71).

Qualquer documento produzido pela USAID visa demonstrar que as actividades apresentadas para um determinado país ou região respeitam os objectivos políticos do governo americano. A sua elaboração obedece a um processo complexo e demorado. Detenhamo-nos, pois, no desenho de um projecto de ajuda ao desenvolvimento na USAID: uma equipa de *experts* americanos visita o país beneficiário durante cerca de duas semanas para preparar um *Project Identification Document*. Se favorável, e normalmente é, uma nova equipa de *experts* estrangeiros, quase sempre americanos, é contratada para elaborar um estudo mais extenso e detalhado, o *Project Paper*, com o apoio do gabinete local sediado na capital do país a beneficiar. Logo que concluído, é enviado para Washington onde será submetido ao escrutínio dos parlamentares americanos que representam ou são permeáveis às pressões de grupos económicos e académicos. Em termos institucionais, a própria USAID está interessada em “segurar” o projecto, colocando para isso em prática uma estratégia de “venda”, cedendo aos interesses dos *lobbies* que, no momento, pareçam reunir mais força. Resolvida esta fase, obtido o financiamento, uma parte substancial do orçamento (superior a 70%) é utilizado no pagamento dos técnicos americanos expatriados e na aquisição de equipamento (Lewis 1995, 101-103).

Dito isto, nem aos menos avisados poderá constituir surpresa que o campo da ajuda ao desenvolvimento se tenha transformado, desde há muito, num mercado e o trabalho nas ONG e na cooperação em geral numa profissão (Olivier de Sardan, 1990a: 479). Trata-se de um conjunto intrincado de organizações e actores sociais cujas origens estão sobretudo ligadas às políticas e acções de ajuda ao desenvolvimento postas em práticas pelos países centrais. Em meados dos anos 70, Mende escrevia que

¹⁷ Este economista conservador, antigo oficial dos serviços secretos americanos durante a II Guerra Mundial, ocupou nos anos 60 cargos políticos de elevada responsabilidade e gozou de uma enorme influência junto das administrações Kennedy e Johnson (v. www.eco.utexas.edu/faculty/Rostow). No seu exercício minucioso de “desmontagem” da sociologia do desenvolvimento produzida ao longo das décadas de 50 e 60 em numerosas escolas ocidentais, em especial nos EUA, Frank (1976: 80-81) coloca sob exame Rostow e a sua teoria da modernização e, principalmente, Hoselitz, sociólogo, fundador e editor *Research Center in Economic Development and Cultural Center* (EDCC). Ambos sujeitos à crítica cerrada de Frank, nela encontramos escalpelizado os seus erros teóricos e empíricos e, por outro lado, as motivações político-ideológicas, muitas vezes não assumidas, que estão por detrás das suas posições e dos seus textos.

tornou-se em vinte anos uma das indústrias mais vastas do mundo, que proporciona meios de existência e uma carreira a mais pessoas do que qualquer das sociedades internacionais gigantes. [...] Os empregados desta enorme organização repartem-se por três categorias principais. Primeiro, aqueles que trabalham para o seu próprio governo [...]. Em segundo lugar, aqueles que estão ao serviço das organizações internacionais: economistas, planeadores e pessoal dos programas de assistência técnica, estatísticos assim como burocratas de toda a espécie. Finalmente, estão os meios universitários: os teóricos do desenvolvimento, os construtores de modelos, os que se dedicam à investigação, os professores e investigadores das universidades, os autores de trabalhos especializados e os consultores. A estas três categorias principais é preciso acrescentar aqueles que podemos designar por auxiliares do *establishment* do auxílio. Por um lado, os empregados em tempo inteiro das organizações voluntárias e de caridade e dos grupos de pressão [...], por outro lado, os editores e os impressores de uma torrente de livros, de periódicos e de artigos versando o auxílio e o desenvolvimento, os organizadores de centenas de conferências anuais, de seminários, de reuniões, de simpósios, de congressos e de mesas-redondas sobre o assunto, os seus intérpretes e tradutores, as pessoas que organizam e condensam os seus textos, todos os que desempenham serviços nessas ocasiões, até àqueles que distribuem lápis bem aguçados, sem falar nos hotéis e nas linhas aéreas, aos quais estas manifestações proporcionam uma parte importante da clientela (1974: 139-140).

Prosseguindo a crítica a este “charity business”, é de concordar com Bloch (*in* Houtman 1988: 19), ao qual já se aludiu brevemente em capítulo anterior, quando este se insurge contra as actividades das ONG e de muitas outras agências ligadas à cooperação e à ajuda ao desenvolvimento nos países periféricos que se constituem, de modo recorrente, numa nova forma de parasitismo dos pobres que, entre outros aspectos, contribui para garantir empregos bem remunerados e privilégios aos neles envolvidos. Para o caso de Moçambique, conforme as contas feitas por Hanlon (1997), os salários podem ultrapassar os 5.000€, para além de viaturas de tracção integral para uso total e habitações confortáveis. Tudo somado, o custo de um “ajudador” pode atingir os 30.000 €/mês. Focando a atenção nas ONG, muitas estão distantes das lutas emancipatórias, como justamente reconheceu B. S. Santos em entrevista ao jornal *Notícias* (n.º 25.099 de 10 de Julho de 2001), precisamente um dos autores que mais teorizou sobre o seu papel na globalização contra-hegemónica. Na verdade, muitas deixaram-se enredar nas teias do sistema, sendo hoje um esteio fundamental para estabilidade da economia-mundo capitalista, mormente nas periferias. Umas, porque comprometidas ideologicamente, outras por simples pragmatismo de sobrevivência, em virtude de terem no Estado o principal financiador dos seus orçamentos, as ONG colaboram activamente na reprodução das relações de dependência, estabelecendo com a diplomacia e a cooperação um triângulo de cumplicidades na qual a população é, de modo repetido, um mero recurso para alimentar os seus interesses.

É neste terreno perigosamente minado que o trabalho aplicado e implicado é colocado em prática. Se para muitos a questão nem se coloca, é necessário relevar que existe no interior do sistema, pelas contradições e concorrências nele existentes, margem de manobra para permitir aos antropólogos e outros cientistas sociais críticos colocar sob exame as estruturas que produzem e metem em acção as políticas de subordinação dos países periféricos aos interesses hegemónicos. Não estando à partida garantido nem oferecido, este espaço de liberdade intelectual e de cidadania depende em boa medida da energia criativa que cada um coloca na defesa dos compromissos políticos e sociais dissidentes a que está vinculado. Em suma, será no interior deste espaço de geometria variável que melhor se poderá fazer o trabalho crítico de identificação e de desconstrução construtiva da actual configuração e dinâmicas do sistema mundial moderno e da sua economia-mundo capitalista. Quer dizer, de reflexão compreensiva do neoliberalismo equipada de propostas simultaneamente globais e locais alternativas, saídas do diálogo e das experiências concretas que animam os movimentos sociais das mais diversas geografias e campos de intervenção. Sem obliterar o que acima foi dito, reconheça-se aqui a acção desempenhada por muitas ONG, de defesa dos direitos humanos, do meio ambiente e da bio-diversidade, das minorias étnicas e de muitas outras causas, cujos membros no terreno, trabalham de forma materialmente descomprometida e muitas vezes em condições de risco físico elevado para a produção de novas solidariedades e sociabilidades.



Au 21ème siècle, l'Afrique ne sera africaine que si le continent parachève son intégration et parle d'une seule et unique voie dans le concert des nations. Cette approche n'implique pas un repli de l'Afrique sur elle-même. Au contraire, il s'agit d'assurer la participation des peuples du continent à un processus de mondialisation alternatif à la globalisation néolibérale. Nous nous prononçons en faveur d'une mondialisation basée sur une entente des peuples du Nord et du Sud donnant la priorité à la satisfaction des besoins humains fondamentaux.

Manifesto de Dakar, “África: das resistências às alternativas”, Dezembro de 2000
(<http://users.skynet.be/cadtm/pages/francais/manifestedakar.htm>).

Capítulo IV

Economia-mundo, Moçambique e processos de integração

1. Economia, política e cultura:

Um quadro geral para a mudança social em Moçambique

Muito antes da chegada dos primeiros europeus à costa oriental africana, há muito que o oceano Índico era sulcado por mercadores árabes em negócios com os povos que ocupavam aquele pedaço de África. Naquele grande espaço de mediação e interpenetração das culturas africanas e islâmicas, os exploradores portugueses quinhentistas provocaram uma viragem decisiva. Com eles, aquilo que é hoje o território moçambicano começou o seu processo de “globalização”, quer dizer, começou a incorporar-se no novo sistema mundial nascente, parte integrante da sua economia-mundo em expansão geográfica em busca de matérias-primas, mercados e força de trabalho.

Esta expansão arrancou em meados do século XV com as viagens de exploração empreendidas por portugueses, primeiro e, mais tarde, por espanhóis. Vem na sequência da longa crise europeia que fechou o mundo feudal. Na verdade, os séculos XIII e XIV são tempos conturbados: à crise económica juntam-se as profundas perturbações sociais – greves e motins urbanos na Flandres, em França, na Bélgica, em Portugal em 1383-85 –, sem esquecer a peste de 1348 que dizimou entre $\frac{1}{3}$ e $\frac{2}{3}$ da população europeia (cf. Le Goff 1983: 141ss). É o esgotamento de um sistema, incapaz, como salienta Wallerstein [1990 (1974): 33], de superar os constrangimentos tecno-ecológicos a que estava sujeito, amarrado à relação viciosa de escassez de fertilizantes devido à insuficiência de cabeças de gado, por sua vez provocada pela impossibilidade de aumentar as forragens de inverno devido ao clima.

A expansão europeia começou em África, explodindo depois na América, na sequência da viagem de Colombo (1492), seguido, embora em menor escala, pelo tráfico com o Oriente, sobretudo a Índia. Mais tarde, é a expansão para a América do Norte, a China e, a partir da Conferência de Berlim (1884-1885), a intensificação da exploração de África. Em todos estes períodos, os Estados europeus, lutando entre si pelo domínio dos oceanos e dos territórios, tiraram largas vantagens (Braudel 1989: 357-358). É com esta expansão que se fará a acumulação primitiva de capital no centro, sem o qual o próprio capitalismo não poderia existir:

A descoberta de ouro e de prata na América, a extirpação, escravização e enterramento das populações autóctones nas minas, o começo da conquista e pilhagem nas Índias Orientais, a transformação da África numa espécie de coutada para a caçada comercial aos peles-negras assinalaram o despontar da era da produção capitalista. Estes processos idílicos são o ponto mais importante da acumulação primitiva. No seu seguimento vem a guerra comercial das nações europeias, com o globo como teatro. (Marx e Engels 1978: 158-159).

No que respeita ao continente africano, em especial à zona oriental, a sua posição foi variando em função das reconfigurações da economia-mundo e das mudanças dos seus quatro ciclos sistémicos de acumulação: o genovês-veneziano e das cidades-estado italianas, o holandês, o britânico e, por fim, o americano (Arrighi 1996).

Até ao século XIX, até à emergência do ciclo de acumulação britânico, a exploração colonial, nomeadamente a levada a cabo por Portugal – um país da periferia europeia que nem mesmo no seu século áureo conseguiu impor um ciclo de acumulação centrado em si –, assentou em actividades de tipo escravagista e mercantil apoiadas em fortes e outras estruturas militar-administrativas construídas ao longo da linha de costa.¹ Não existia uma ocupação do território efectiva, sendo o contacto físico directo entre os europeus e os povos africanos muito limitado. Por exemplo, são frequentes, até tempos bem tardios, os relatos de espanto

¹ Os fortes de Sofala e de Moçambique (ilha) datam, respectivamente de 1505 e 1507. Para os primeiros três séculos da presença colonial portuguesa na África oriental, Boxer (1969) continua a ser uma referência incontornável. Sobre o papel desempenhado pela escravatura, Capela (2002) apresenta-nos um dos textos mais sólidos e argutos, ao demonstrar como a economia e a sociedade se organizaram desde o século XVI em torno deste tráfico. Como explicita Capela (1995), dando um contributo relevante para a presente discussão, é credível pensar que os antigos escravos foram integrados na nova ordem social. Lembra ainda que “é curioso observar como tão depressa os portugueses estavam a pôr os pés em terra e a cometer pequenas traficâncias utilizando-se de escravos” (Capela 1995: 193). Para uma visão geral da escravatura nesta antiga colónia portuguesa v. também Capela (1993). Em termos teóricos, Tchayanov [1976 (1924): 491] identifica dois sistemas principais de economia escravagista: (i) oferta de escravos obtida através de guerras e *raids* entre povos e entidades políticas rivais; (ii) oferta de escravos baseada na reprodução biológica de indivíduos no seio das próprias famílias. Ambos presentes em África, o tráfico de cativos para as Américas foi sustentado pelo primeiro sistema.

dos indígenas sobre os brancos, em especial a África colonizada pelos portugueses que não tinha conhecido, até então, qualquer contacto com os europeus (Iniesta 1992: 189).

Tratou-se do primeiro modo de integração do continente africano na economia-mundo capitalista, através do fornecimento de mão-de-obra escrava para os engenhos do açúcar e as explorações agrícolas do continente americano, com consequências humanas e económicas terríveis para os povos tocados.² Como pertinentemente observa Wolf (2001), o tráfico de escravos funcionou como mecanismo de incorporação dos continentes envolvidos – África como exportador, América como receptor – no sistema mundial por via da sua participação na divisão internacional do trabalho. No sul de África, durante três séculos coube principalmente aos portugueses a tarefa de colocar em conexão os povos e as economias do interior do continente com os de outras geografias do sistema mundial, substituindo-se aos mercadores árabes no caso do vasto território que hoje é Moçambique (v. Newitt 1981).

A partir do século XIX os diversos reinos africanos, que mantinham uma certa autonomia face às potências coloniais, assistiram impotentes às alterações imprimidas pelas potências coloniais europeias. A procura de novos mercados e a necessidade de matérias-primas que satisfizessem as necessidades de expansão e de acumulação da economia-mundo capitalista impuseram uma partilha efectiva do continente africano e induziram uma reorientação estrutural da economia africana, com a exportação de matérias-primas a substituir o tráfico de escravos como principal mercadoria transaccionada. Sem deixar de reconhecer a importância crucial da economia, Boahen (1987: 30-31) releva também o papel desempenhado pelos nacionalismos na exploração colonial em África. As potências mais antigas, como a Inglaterra, a França e Portugal e as recém unificadas, como a Alemanha e a Itália, olharam para os territórios coloniais como espaços apetecíveis para o seu engrandecimento enquanto nação.

Na Conferência de Berlim (1884-1885) estabeleceu-se a partilha das áreas de influência em África por parte das diversas potências europeias. Convocada por Bismarck, as negociações entre os Estados presentes levariam à aprovação de um “Acto Geral” em Fevereiro de 1885, onde se enunciava um novo direito público colonial (v. Marques 1986: 205-206)³. De forma decidida, como explicitam Feliciano e Nicolau para os colonialismos

² Fazendo a contabilidade deste enorme movimento de seres humanos em direcção às Américas, R. Dumont (1962: 26) aponta para um valor na ordem dos 10 a 20 milhões de indivíduos, a que é preciso juntar mais 60 a 150 milhões que pereceram nas longas marchas até aos portos de embarque, nestes e durante as difíceis travessias, feitas em condições absolutamente terríveis. Para uma visão geral dos efeitos da colonização na América Latina v. Galeano (1998).

³ Acerca dos efeitos exercidos sobre Portugal pelo interesse acrescido demonstrado pelas grandes potências europeias v. Alexandre (2000).

inglês e português, as potências europeias “definiram fronteiras e integraram os poderes africanos no espaço das dependências. Os velhos reinos desapareceram formalmente; os poderes tribais mantiveram-se, mas despojados de soberania” (1998: 15).

O novo direito público colonial não deixava, porém, de ser leonino para as pequenas potências, ao consignar como princípio fundamental de soberania a ocupação efectiva e não a presença histórica e os direitos dela resultantes. Pertencendo ao Império Britânico o grosso dos territórios africanos, as outras potências, incluindo Portugal, envolveram-se numa luta sem quartel pela ocupação e exploração efectivas das áreas atribuídas, de que dependia o reconhecimento internacional da sua soberania sobre elas. Por volta de 1900 já é visível, no campo político-jurídico, a principal alteração: em lugar dos numerosos estados africanos independentes surgiram colónias impostas pelas principais potências europeias (Boahen 1987).

Quando comparado com outros continentes, designadamente com a América, este aprofundamento da integração dos territórios africanos na economia-mundo é manifestamente tardio e tem especificidades que justificam um exame minucioso. Na América os colonizadores exterminaram em massa os povos ameríndios. Esta forma extrema de genocídio fez-se a coberto de razões ideológicas e, quase sempre, com a anuência empenhada do poder religioso. Espanhóis, portugueses e, mais tarde, os próprios EUA, devastaram e pilharam regiões inteiras do continente americano, ora em busca do ouro e outros minerais preciosos, ora porque era imperioso conquistar e dominar para integrar, de um modo dependente, sob o seu domínio, na economia-mundo, ou ainda porque se tratava de espaço vital para a instalação de colonos e o desenvolvimento das relações de produção capitalistas.⁴ Aos indivíduos sobreviventes restou-lhes, quase sem excepções, a aceitação da nova ordem. Ao invés, na perspectiva de Iniesta (1992: 98-99), em África os efectivos demográficos eram mais elevados, existiam já contactos nas mais diversas esferas com o Ocidente e, não raro, os exércitos encontravam-se relativamente melhor organizados, capazes de dar réplica às forças coloniais invasoras, factores que teriam inviabilizado a total desestruturação das sociedades indígenas.

Se a demografia e os contactos são factores atinentes para a diferenciação do processo histórico africano face ao americano, o papel dos exércitos merece algumas reticências, tendo de ser analisado num contexto mais largo que inclui as relações estabelecidas no quadro do sistema mundial emergente e das relações de poder prevaletentes em África. Em primeiro

⁴ Las Casas (1990), um observador directo da conquista, e Montaigne (1912) foram dos primeiros a questionar a legitimidade de tais massacres.

lugar, como já vimos, desde o século XVI que a África funcionou como reserva de força de trabalho escrava para o continente americano, logo era do interesse dos mercadores e das potências coloniais preservar os seus efectivos demográficos e não massacrá-los. Por sua vez, os sistemas de chefaria aristocrática dominantes em África são particularmente vulneráveis à ocupação colonial, pelo facto de não suscitarem a mobilização popular. Como pertinentemente defende Olivier de Sardan (1984: 149-150), a ideologia dominante remetia para os chefes as tarefas de protecção dos indivíduos, de definir os aliados e os inimigos e de comandar os combates. Ou seja, a posição face ao colonialismo, em lugar de estar definida *a priori*, dependia sempre da vontade das elites locais. Face à falta de unidade e vontade políticas ancoradas em projectos estratégicos de longo prazo, no qual o factor nacional desempenhasse um papel preponderante, estes sistemas foram facilmente submetidos ao domínio colonial, cuja intervenção se baseou na manipulação das rivalidades entre as diversas chefarias e unidades estatais. Para este cenário desastroso para os povos africanos concorreu igualmente, segundo Wolf (1982: 205-206), o desenvolvimento dos monopólios comerciais e a intensificação da conflitualidade bélica intra-africana relacionada com a luta pela partilha dos rendimentos retirados do tráfico de escravos que alargaram a estrutura social. Para esta crescente desigualdade entre os indivíduos foi decisivo o acesso aos bens materiais – armas de fogo, vestuário, álcool, tabaco entre muitos outros – proporcionados pelos contactos com os europeus que afectaram a circulação de bens de prestígio e os modos de consumo das elites.

Para Moçambique, Capela (1993, 1995, 2000 e 2002) é uma referência incontornável. Ancorados em abundante documentação histórica, os seus textos trazem à existência o importante papel desempenhado pelo tráfico de escravos nesta região de África para o desenvolvimento da economia-mundo capitalista, sobretudo a partir do século XVIII. Os seus efeitos na economia e na sociedade foram terríveis: zonas vastíssimas de Moçambique tornaram-se deficitárias a nível alimentar, nomeadamente a Zambézia, em virtude do desinteresse geral pela exploração agrícola.⁵ Mas não foi só a agricultura que foi abandonada. As manufacturas e o comércio tradicional foram também trocados pelo tráfico de escravos feito por brancos e indígenas, tornando evidente “a situação flagrante da imbricação no sistema estabelecido das chefias tradicionais e da sua adesão, não só material mas igualmente mental, ao seu desenvolvimento” (Capela 2002: 286).

Perante este quadro, poderá parecer que a exploração colonial se viu manietada para introduzir relações de produção capitalistas, daí resultando lacunas e insuficiências no processo de integração de África na economia-mundo. De modo algum, admiti-lo significa

ignorar um aspecto fundamental do capitalismo: a sua capacidade para ora coexistir, ora integrar de modo dependente relações de produção pré-capitalistas e estruturas políticas e ideológicas não modernas. Sempre que elas não coloquem em causa o essencial – os mecanismos da reprodução alargada do capital – o poder estatal pode optar por não as arrasar, antes as manipulando de modo a favorecer o consentimento da exploração colonial. Mas não só, é também fundamental considerar, como mostra Capela para o caso de Moçambique, a importância das relações de produção pré-capitalistas para a própria acumulação de capital, sob a forma de trabalho escravo, pilhagem de recursos naturais e apropriação violenta dos bens produzidos pelas populações indígenas (Frank 1979: 29).

Colocada a problemática nestes termos, será de concluir que a conhecida tese da destruição de todas as relações pré-capitalistas, incluindo as ideológico-simbólicas, pelo capitalismo não tem fundamento? É evidente que as estruturas ideológicas e culturais possuem um “efeito de inércia” que lhes permite sobreviver à destruição das estruturas económicas, políticas e jurídicas às quais elas se encontram ligadas, como salienta Olivier de Sardan (1984: 201). Contudo, será que elas permanecem imutáveis ou, pelo contrário, antes se adaptam e são adaptadas para dar resposta eficaz a novas configurações económicas e sócio-políticas? Como veremos, não deixando o capitalismo, no tempo longo, de atacar, dissolver e transformar as estruturas económicas, políticas e ideológicas pré-capitalistas (v. Rey 1979), elas podem ser preservadas para cumprir novas funções e significados, desde que, sublinhe-se, elas não se tornem um empecilho maior para o desenvolvimento da acumulação e das relações sociais capitalistas (Harvey 1999: 416). Quer dizer, em lugar de serem destruídas, o capitalismo pode transformá-las numa ilusão, no sentido em que elas continuam a existir mas não da mesma forma – embora tal possa não ser reconhecido pelos actores sociais –, suportando o estabelecimento e a legitimação de novas (e velhas) formas de exploração e de dominação com base nas velhas discriminações.

A mais importante das transformações foi a do modo de produção e suas relações. Wolf (1982) lembra-nos que, desde Marx, sabemos que a história das sociedades humanas é feita da articulação de diferentes modos de produção.⁶ Vejamos, pois, como e de que maneira a penetração do capitalismo afectou os modos de produção existentes e modificou as outras

⁵ O défice alimentar no vale do Zambeze é igualmente referido por Munslow (1983).

⁶ Yang (2000) propõe como alternativa à articulação de diferentes modos de produção o conceito de hibridação económica. Na sua crítica às teorias do sistema-mundo influenciadas pelo materialismo histórico, Yang argumenta que as economias capitalistas são compostas por formas capitalistas e não capitalistas. Na sua perspectiva, a penetração do capitalismo não exige que as formas não capitalistas de produção sejam colocadas de parte ou subordinadas. Pelo contrário, as formas não capitalistas podem ser dinamizadas e expandidas, o que

dimensões da vida social. Até ao século XVI, na África subsariana, a economia assentava predominantemente na produção doméstica agrícola,⁷ por definição uma economia de auto-subsistência, na qual as necessidades quotidianas são satisfeitas com os materiais e os elementos directamente disponíveis aos produtores, sendo a força humana a principal fonte de energia. As trocas de mercado têm, então, uma função secundária na economia e na vida social.

Na perspectiva polanyiana, reafirmada recentemente por Bourdieu (2000), a economia estava totalmente imbricada com os outros aspectos da vida humana,⁸ pelo que as relações de produção são, em termos institucionais, relações de parentesco, dependendo a reprodução da célula doméstica das relações de produção e de consumo estabelecidos entre os indivíduos que as compõem (Meillassoux 1997: 50-51). No mesmo sentido pronunciam-se Wolf (1966: 13), quando anota que uma “casa” camponesa é, simultaneamente, uma organização produtiva e de consumo, e Migdal (1974: 65), quando descreve com detalhe as várias actividades, a maioria delas não económicas, realizadas pelos camponeses na célula familiar a que pertencem. Com o capitalismo a disjunção entre a produção e o espaço doméstico é fundamental. Dela decorre uma das principais diferenças entre as sociedades capitalistas e as sociedades não-capitalistas: a produção de bens e serviços e a reprodução biológica. Enquanto que nas últimas, a unidade doméstica é simultaneamente produtora de bens e pessoas, no capitalismo a produção está separada da reprodução da força de trabalho, dando origem aos chamados espaços público e privado com funções claramente diferenciadas (v. Donham 1999: 196-197).

se traduz em relações de produção e formas de consumo que não correspondem ao padrão dominante nas economias capitalistas centrais.

⁷ É necessário sublinhar que no continente africano existiam em vastas áreas geográficas, para o período em discussão, outras economias, dominadas por actividades mercantis e metalúrgicas. Na zona de transição do norte islâmico para a parte subsariana, em conexão com os povos que nela habitavam, estabeleceram-se importantes entidades estatais, como os impérios do Gana e do Mali e muitos outros reinos sudaneses, que tinham no comércio um elemento fundamental da sua estrutura económica. Com os povos negros do interior africano trocavam sal e outros produtos provenientes do norte de África. De igual modo, ao longo do vasto litoral africano, de ambos os lados, eram numerosas as economias com sectores mercantis muito dinâmicos, acostumados ao comércio de longa distância com os europeus e os árabes. Para uma panorâmica geral deste tema v. Fage (1997).

⁸ Bourdieu (2000: 11) convoca a nossa atenção para o pressuposto onde assenta a ciência que comumente designamos por economia: a sua separação de todos os outros aspectos da ordem social onde se movimenta a vida humana. Ora, mesmo que no liberalismo se tenha dado uma inversão, como nos propõe Polanyi [1983 (1944): 88] – em lugar de ser a economia encastrada nas relações sociais, são estas que estão diluídas no sistema económico –, economia e sociedade são inseparáveis. Para uma leitura crítica aprofundada da obra de Polanyi, em especial do seu trabalho magistral, *La grand transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps*, aqui citado, v. a obra colectiva dirigida por Servet *et. al.* (1998), com destaque para o texto quase íntimo de Polanyi-Levitt (1998), sua filha, no qual ela empreende uma reflexão sobre o seu pensamento em estreita articulação com o seu trajecto de vida. Como contraponto, v. a crítica heterodoxa de Bell (2002) ao pensamento polanyiano.

Dando seguimento ao “encontro dos mais poderosos com os mais fracos” (Wallerstein 1993b: 42), num movimento temporalmente muito curto, os territórios africanos foram incorporados a ritmo forçado na economia-mundo. No entender de Polanyi [1983 (1944)] tal significou a emergência do mercado. Note-se que a criação do mercado nada tem de natural, antes é consequência de uma intervenção consciente e, não raro, violenta do Estado, que o impõe por razões não económicas, como adiante veremos para o caso da história recente de Moçambique.⁹ Partindo do pressuposto que todos os seres humanos se comportam de forma a obter o máximo de ganhos económicos o sistema de mercado transforma o trabalho, a terra e a moeda em mercadorias. Para Polanyi [1983 (1944): 75] tal não acontece, pois os seres humanos não agem fundamentalmente de maneira a possuir bens materiais mas antes a garantir a sua posição e os seus direitos, isto é, as suas vantagens sociais, o que, sublinhe-se, numa sociedade de mercado implica adquirir e usar bens e serviços que lhes permitam aceder à distinção.

Para que o mercado funcionasse, era necessário remover, ou manter, ainda que esvaziadas dos seus elementos estruturantes, as instituições tradicionais e o modo de organização social, isto é, desintegrar o ambiente cultural em que vivia o povo agora colonizado. Conquanto o processo económico possa, evidentemente, ser o veículo da destruição e, quase sempre, a inferioridade económica fará ceder o mais fraco, Polanyi [1983 (1944): 212-215] insiste, tal como o fará mais tarde Dalton (1967), que a causa imediata da derrota encontra-se na ferida mortal infligida às instituições nas quais a sua existência social se incarna, quer dizer, desmembramento rápido e violento de instituições fundamentais afectadas por uma economia de mercado que se impõe a uma comunidade organizada de maneira completamente diversa.

A unificação do campo económico através da generalização das trocas monetárias atira todos os actores sociais para um jogo económico para o qual eles não estão, do ponto de vista económico e cultural, igualmente preparados e equipados (Bourdieu 2001: 94-95). Ou seja, a penetração do capitalismo e do mercado provocou a desorganização progressiva e irreversível das relações sociais de produção existentes, levando a que a população se tornasse

⁹ A naturalização do mercado, bem como do próprio capitalismo em geral, é acompanhada pelos discursos que o tentam legitimar do ponto de vista religioso. Defendendo que o elemento fundador de um sistema é sempre religioso, alguns paladinos do capitalismo tentam sacralizar o mercado. Uma das figuras de proa é Michael Novak, um dos “teólogos da corte”, que considera o mercado como a historização do céu ou do reino de Deus, transformando-se a empresa capitalista “na encarnação da presença de Deus [e a actividade de empresários e executivos numa] missão divina” (Sung 1989: 121). Aliás, parece que a crença é uma qualidade imanente à ideologia liberal. Como aludia Polanyi [1983 (1944): 186], a centúria de Oitocentos ainda não tinha dobrado metade da sua duração e já o liberalismo económico se tinha instituído em cruzada e o *laissez-faire* em fé militante. V. também Weber (1990) sobre o papel da religião no desenvolvimento do capitalismo.

cada vez mais dele dependente e, sobretudo, sem possibilidades de sobrevivência fora deles. O sistema económico imposto pela potência colonizadora implica, como bem observou Bourdieu (1977: 13-14) para o caso da Argélia, um novo “cosmos”, para o qual os indivíduos são empurrados e obrigados a conhecer as suas regras, sem as quais não é possível sobreviverem. Fazendo sentir a sua força, as estruturas impostas pelo colonizador não deixaram outra margem de manobra aos actores sociais que não fosse o da adaptação a elas. Continuando a aludir ao caso argelino, a substituição da propriedade indivisa pela propriedade individual afrouxou os laços sociais e promoveu o individualismo económico introduzido pela implantação das trocas monetárias (Bourdieu 1964: 33). Enfim, pode-se considerar que esta “adesão” à modernidade ocidental é consequência da inexistência de alternativas viáveis aos povos dominados. Como justamente argumenta Lévi-Strauss (1996: 76-77), o Ocidente disseminou os seus exércitos, as suas fábricas, as suas plantações e os seus missionários pelo mundo inteiro, intervindo directamente na vida das populações subjugadas, mudando radicalmente o seu modo de vida. Perante a desorganização, melhor dito, o caos social instalado, estas populações tiveram de se submeter aos ditames dos mais fortes.

O jurídico, entenda-se a lei escrita colocada em acção pelos agentes do estado, assume aqui uma função decisiva. Por exemplo, em Moçambique o DL n.º 39.666 (DG – I Série de 20 de Maio de 1954) relativo ao indigenato é muito claro: no seu art.º 50º estabelece que “os produtos vendidos pelos indígenas a não-indígenas ser-lhes-ão sempre pagos exclusivamente a dinheiro e a pronto pagamento, sendo proibida a permuta com outros produtos ou artigos”. Se é certo que, por um lado, visava acautelar a posição dos indígenas, protegendo-os da exploração desmedida de colonos sem escrúpulos, esta medida legislativa não deixava de concorrer para a disseminação das estruturas coloniais, em particular das trocas de mercado e do uso da moeda.

A mercadorização da moeda, da terra e do trabalho implica profundas mudanças sociais. Polanyi [1983 (1944)] ensina-nos que a moeda não é um meio de troca, mas sim um meio de pagamento; não é uma mercadoria mas sim um poder de compra. Longe de ter uma utilidade em si mesma, é simplesmente um símbolo do poder de compra, criação da banca ou da finança do estado, incorporando um direito que permite a aquisição de bens e serviços. Apesar de essencialmente económicas, as funções da moeda não se esgotam nelas. Como refere Bloch (1994), a moeda é também um instrumento importante nas relações sociais. Com ela à sua disposição, os indivíduos podem desenvolver sentimentos de poder que em determinadas circunstâncias produzem nivelamentos ou até inversões sociais, mesmo que

temporariamente.¹⁰ Nas economias de mercado a moeda assume a função de vínculo social fundamental, constitui-se no eixo colectivo capital na relação dos indivíduos com a sociedade (Aglietta 2001: 21).

A terra é um outro nome escolhido para designar a natureza. Não é produzida pelos seres humanos. No seu entender [Polanyi 1983 (1944): 238], o mais estranho de todos os empreendimentos humanos terá sido a separação da terra de todas as outras instituições humanas para a transformar num mercado. A terra é uma parte da natureza, a vida e a natureza fazem um todo que se articula. A função económica da terra não é mais do que uma das suas numerosas funções. É ela que dá estabilidade à vida dos seres humanos, ela é o lugar onde se habita, é uma condição para a sua segurança material, ela é a paisagem e as estações. A terra é, assim, ligada a organizações fundadas na família, na vizinhança, nas actividades e na crença.

Por fim, o trabalho, que não existe fora da vida humana (Meillassoux 1997), não é mais do que o nome para as actividades que acompanham a vida, é a própria vida humana em si.¹¹ Ora, não sendo esta produzida para a venda, é completamente fictício descrever o trabalho, *a priori*, como mercadoria. Com o mercado de trabalho, o indígena vê-se constrangido a vender a sua força de trabalho para sobreviver. Como bem apontaram Marx e Engels (1978), não sendo possível a acumulação capitalista sem trabalho, nomeadamente assalariado, as mudanças operadas pelo colonialismo orientaram-se também para forçar os africanos à proletarianização, se bem que preservando quase sempre outros meios de produção essenciais à sua reprodução. Estes acabariam por funcionar como um mecanismo de apoio ao próprio desenvolvimento e, mais tarde, sustentação das relações capitalistas de produção.

As consequências do estabelecimento dos mercados, incluindo o do trabalho, são manifestas na história dos povos sujeitos ao domínio colonial. Daí em diante, a fome tornou-se uma ameaça permanente, ao contrário do que acontecia nas sociedades africanas pré-coloniais. Nestas, o indivíduo não sentia tal ameaça, a não ser quando a sociedade no seu todo se encontrava confrontada com ela. É por isso que a sociedade primitiva é, num certo sentido, mais humana que a economia de mercado e, ao mesmo tempo, menos económica. Coisa irónica, prossegue Polanyi [1983 (1944): 221-222], a primeira contribuição do colonialismo ao mundo negro foi, no essencial, fazer-lhe conhecer o flagelo da fome. Num registo diferente, cruzando ecologia com história económica, embora marcado pelos textos

¹⁰ Baseado nas suas observações sobre Madagáscar, Althabe (2001) oferece-nos uma das mais interessantes reflexões sobre a pluralidade das suas funções e usos.

¹¹ Para uma análise conceptual rigorosa sobre o trabalho e o lugar que ele ocupa nas sociedades contemporâneas v. M. C. Silva 2002c. Para uma crítica alternativa radical v. Grupo Crisis (2003).

polanyianos, Davis (2002) ofereceu-nos uma leitura interpeladora dos mecanismos de funcionamento do sistema mundial, mostrando também como ela é produzida pela economia-mundo capitalista desde, pelo menos, os finais do século XVIII.

Na sua antropologia económica dos *gouro* da Costa do Marfim, Meillassoux [1999 (1964)] dá-nos conta das relações que no colonialismo se estabeleceram a nível económico e social entre diferentes economias. A generalização da moeda, a par da oferta crescente de mercadorias e da especialização produtiva, tornou os camponeses *gouro* cada vez mais dependentes das trocas de mercado que se consolidaram com a introdução do trabalho assalariado na agricultura. Daqui resultou, como principal consequência, o declínio progressivo da organização social ancorada nas relações de parentesco, privada da sua base económica que lhe permitia uma existência autónoma. Apesar destas mudanças, a economia tradicional persiste entre os *gouro*, se bem que integrada de uma forma subordinada na economia colonial, melhor dito, na economia-mundo. Esta sobrevivência não se deve à capacidade de resistência da sociedade mas sobretudo à sua compatibilidade e vantagens que proporciona à economia capitalista, ao garantir a satisfação de boa parte das necessidades essenciais da população, ao mesmo tempo que assegura a reprodução da força de trabalho de que aquela necessita.¹²

Ao não reconhecer que aquilo que existe, por muito parecido que possa ser com o que existia antes da chegada do colonizador europeu, está profundamente transformado pelo capitalismo, Iniesta não compreende satisfatoriamente as lógicas que enformam as práticas sociais, apesar de as descrever com rigor. Na sua perspectiva, em África, a ideia de dependência é imanente na sociedade, constituindo o poder uma necessidade de ordem cósmica e do funcionamento humano. Logo, a subordinação seria a consequência inevitável desse equilíbrio natural e social (Iniesta 1992: 144). Ora, como bem sabemos, nada existe de natural em categorias como o poder e a dependência, sendo o autor traído pela armadilha da naturalização do social para nos servirmos dos justos termos usados por Bourdieu (1999), melhor dito, da (sobre)naturalização do social, força extraordinária em contexto africano para a legitimação do poder e de todas as dependências e desigualdades. Como Iniesta (1992:

¹² Mais perto de nós em termos temporais, a comunidade tradicional do Ladakh constitui um dos casos mais expressivos dos efeitos sociais e ideológicos provocados pelo sistema de mercado. Localizada nos Himalaias indianos, as pesquisas aí levadas a cabo por Norberg-Hodge (1997: 22-29) desde 1975 revelaram as profundas transformações que modificaram de uma forma radical a vida dos indivíduos nesta comunidade. A partir de uma iniciativa exógena, promovida em meados dos anos 70 pelo governo indiano, tendo por objectivo abrir a região ao turismo, em apenas duas décadas a vida social desta comunidade foi profundamente modificada. O individualismo impulsionado pelas trocas de mercado reduziu fortemente a entajuda e a participação em trabalhos colectivos, normalmente não remunerados, relacionados com a gestão do território. Os desequilíbrios

144-145) o reconhece, quando compara as sociedades tradicionais com as sociedades europeias modernas, ao ideal moderno da igualdade, ainda que essencialmente circunscrita à esfera jurídica, entre os seres humanos, os africanos opõem a mitologia da desigualdade natural entre eles, com implicações concretas e reprodutíveis nas suas formações sociais. Nada tendo de contraditório com o capitalismo nas suas mais diversas configurações, esta mitologia, como lhe chama, foi aproveitada por aquele para fundar as suas desigualdades. Que melhor correspondência poderia o capitalismo ir buscar do que aquela que existe entre o pequeno chefe de regulado e os seus aldeãos e o patrão (branco ou negro) e os seus trabalhadores? Para quê inventar um novo aparato ideológico para legitimar a dominação e a subordinação, se existia já um de manifesta eficácia? Aspecto particularmente importante para a reprodução do consentimento no espaço de produção, uma vez que aquele depende de certos atributos comportamentais humanos que são produzidos fora deste (Burawoy 1979: 201).

A estabilidade reprodutiva das lógicas deste aparato ideológico não é apenas instável como já não significa efectivamente o mesmo. Um caso manifesto é o do lobolo, elemento fundamental do sistema de casamento em muitas sociedades africanas e outras. Apoiada no que Iniesta (1992: 141-142) designa por alta eficiência da ideologia em África, esta prática social que funcionava como um mecanismo de aliança entre famílias, de circulação da riqueza e de reprodução da força de trabalho da linhagem, com o sistema de mercado transformou-se fundamentalmente numa relação mercantil de compra e venda de seres humanos, praticamente esvaziada de todas as componentes sociais e simbólicas que lhe eram subjacentes e cada vez mais contestada pelas mulheres:¹³

O homem não pode casar a filha de alguém sem pagar nada. O pai é que decide [o] valor para aquele homem ir pagar e depois levar aquela mulher. Basta pagar para o homem ficar com a mulher. Para ser escrava, sim! Quando chega lá tem de trabalhar para toda a família, irmãs do marido, irmãos, ir à machamba, fazer tudo. Sim, nem todos fazem isso. Pior aqui no campo. Parece que nós estamos a ser vendidas pelos pais. Pagar dinheiro para nós depois sermos escravas. Quando não se paga lobolo, os pais fazem barulho, até podem bater e arrancar a filha para trazer para casa. Só fugindo daquela zona e ficar noutra sítio. É um rendimento para eles, sim, cobrar dinheiro. Contam as despesas todas da “criancice” (Leonor, CV17)

na distribuição da riqueza acentuaram-se, com um número significativo de indivíduos a mergulharem no desemprego e na pobreza (v. Labbal 2001: 295-298).

¹³ Note-se que esta contestação, especialmente feminina, está longe de ser coisa recente. Nos anos 60, Capela (1974: 29) observou já a oposição manifestada pelas novas gerações ao lobolo. Sobre as relações de género em Moçambique, nomeadamente no que diz respeito à violência sobre as mulheres e a relação destas com a justiça estatal v., respectivamente, Terezinha da Silva (2003) e Osório e Temba (2003).

Apesar de esquivar aos nossos esforços de identificação e medição, a relação entre os modos de produção económicos e a economia dos bens simbólicos não deixou de fazer sentir os seus efeitos em contexto africano. Seguindo muito de perto a reflexão de Bourdieu (1999: 83ss), a autonomia da economia dos bens simbólicos é sempre relativa. Sendo nela que se fixam e se reproduzem todas as formas de dominação, por obra do porfioso trabalho de diversas instituições, como a família, a igreja e a escola, em África elas já não se impõem também “com a evidência do óbvio”. A mudança a nível da economia material, a influência dos estilos de vida ocidentais trazidos pelos europeus, a circulação de ideias e a própria mudança nas principais instituições, nomeadamente na família, na escola e no direito,¹⁴ fizeram com que a desigualdade económica fundada aparentemente na ordem biológico-natural e toda a sorte de dominações, incluindo a masculina, fossem sujeitas ao escrutínio da dúvida e do questionamento. Centrando a atenção na dominação masculina, as relações entre homens e mulheres foram modificadas pelo colonialismo (e prosseguidas pós-independência), de uma forma irreversível, como justamente Godelier (1996) coloca em evidência, a propósito da sua etnografia dos *baruya* (Nova Guiné). Neste caso concreto, a violência física dos homens sobre as mulheres foi proibida por lei, encorajando estas a resistir mais aberta e decididamente aos seus maridos. Numa sociedade em que a troca das irmãs interdita o divórcio, este é reconhecido como um direito, quer dizer, esta nova autonomia ameaça, como reconhecem os *baruya*, o seu sistema de casamento. A um outro nível ainda, a emigração dos homens para trabalhar em plantações comerciais concederam às mulheres, se bem que limitadamente, a possibilidade de exercerem as suas actividades quotidianas longe do controlo directo dos maridos.

Certamente de forma diversa e de intensidade variável quando comparada com outros espaços estatais, as ideias emancipatórias modernas têm já um longo percurso percorrido em África, estando muito ligadas, como veremos adiante, às lutas anticoloniais. Mas porque, como luminosamente nos diz Bourdieu (1999) a propósito da dominação masculina mas transponível para outras formas, a autonomia relativa da economia dos bens simbólicos permite a perpetuação das dominações para além das alterações dos modos de produção económica, as ideias que as interrogam, não sendo de forma alguma estranhas ao tecido social, continuam minoritárias.

¹⁴ M. V. de Almeida (1997: 75) refere justamente que a economia-mundo exportou um modelo de indivíduo, o ocidental moderno, com tudo o que tal acarreta para as relações sociais e as identidades.

2. Colonialismo, lutas nacionalistas e formação do Estado moçambicano

A colonização de Moçambique foi levada a cabo por um país semiperiférico, praticamente desprovido de recursos demográficos, económicos, militares e outros. Esta extrema fragilidade acabaria por condicionar fortemente a intervenção no território moçambicano. Desde logo, temos uma certa descoincidência temporal do ciclo colonial africano português face ao ciclo colonial africano dos Estados centrais europeus. Seguindo o esquema conceptual proposto por Wallerstein (1976), no qual se inspirou Fortuna (1993), o ciclo colonial africano sucedeu ao longo ciclo colonial americano, sendo composto por três grandes fases: (i) ascensão (século XIX), marcado pela informalidade, no qual se começou a fazer a incorporação económica e política dos territórios africanos dominados; (ii) fase de estabilidade (1900-1945), em que o alargamento e intensificação da presença colonial, nomeadamente na agricultura, corre a par com o desmantelamento/incorporação das estruturas económicas e políticas indígenas; (iii) declínio (1945/50-1975), com a progressiva independência política dos territórios sob domínio europeu. Esta fase termina com a independência das colónias portuguesas em 1975, cerca de 10 a 15 anos após a Grã-Bretanha e a França, principais potências coloniais, o terem feito. Devido à influência da exploração colonial nas opções económicas e políticas dos Estados colonizadores, o ciclo colonial português tem, para além do referido desfasamento temporal face ao ciclo colonial africano, certas particularidades que lhe são próprias e singulares. Se a regra é o desfasamento, em alguns territórios sob o domínio dos países centrais a colonização foi tão tardia como nas colónias portuguesas. Foi o caso, entre outros, do Níger e do Mali, em que a intervenção militar francesa remonta apenas aos inícios do século XX (Olivier de Sardan 1984).

De acordo com Fortuna (1993: 36-41), o ciclo colonial português é caracterizado por três fases: (i), *colonial-imperialista* (1880-1930), orientada para a preservação, o alargamento e a consolidação dos territórios coloniais; (ii) *corporativo-colonial* no qual se iniciou uma efectiva exploração económica das colónias legitimada pelo proclamado desígnio nacional e missão histórica civilizadora, fins caros ao Estado Novo;¹⁵ (iii) *tardo-colonialismo*, durante o qual Portugal assentou a exploração colonial na modificação das estruturas económicas. Em contra-ciclo com as outras potências coloniais, como se os ventos da história parassem nas suas fronteiras geográficas, o regime empenhou-se em garantir o domínio português nos

¹⁵ Para esta fase, Castro (1978) apresenta-nos uma análise comparativa sobre as várias colónias que constituíam o domínio português, com o balanço focado nos anos 50 do século XX. Incidindo sobre a década final desta fase, o trabalho de Castro continua a ser uma referência relevante para o conhecimento da exploração colonial portuguesa.

territórios africanos, ao ponto de se hipotecar a “uma causa historicamente perdida, se vista à luz das tendências seculares do sistema-mundo e da evolução do *ciclo colonial africano*” (Fortuna 1993: 41).

Até ao século XIX a conexão do território moçambicano com a economia-mundo fez-se pelo tráfico escravagista e outros negócios menores como o marfim (v. Capela 1977). A presença humana portuguesa é residual, permanecendo vastas áreas sem qualquer tipo de ocupação efectiva. Apesar da vontade política favorável a uma ocupação do território, o primeiro recenseamento da população realizado apenas em 1928 (v. quadro 1) mostra que a dimensão da presença humana europeia, nomeadamente portuguesa, e, mais genericamente, não africana mantinha um carácter praticamente marginal em pleno século XX, tornando evidente que a partilha colonial saída da Conferência de Berlim atribuiu a Portugal direitos de soberania sobre territórios por ocupar (Alexandre 1979: 6).

Quadro 1. Censo da população moçambicana não indígena em 1928

Raça	População “civilizada” residente
Europeus - total	17.842
Europeus de nacionalidade portuguesa	14.167
Amarelos	896
Indo-britânicos	4.997
Indo-portugueses	3.478
Mistos	8.357

Fonte: BEE

A integração do território moçambicano na economia-mundo está largamente relacionada com a exploração agro-comercial do algodão para exportação, descrita com minúcia rigorosa por Fortuna (1993). Nela ocorreram alguns dos mais graves incidentes e violências que se exerceram sobre as populações indígenas. As exigências colocadas por esta cultura, nomeadamente em termos de trabalho e a sua remuneração marginal, fizeram com que para ser aceite fosse necessária a violência sobre as populações e as pressões sobre os chefes locais, uns e outros sujeitos a castigos e vexames variados.¹⁶ Na década de 50, Harris (1958) observou e relevou, de igual modo, as consequências sociais para as comunidades

nativas moçambicanas sujeitas ao cultivo do algodão. Nesta servidão moderna, como a classifica o autor, as companhias exploradoras possuíam concessões monopolistas para a plantação de algodão. Os indígenas que habitavam as áreas abrangidas não tinham qualquer alternativa a esta cultura. A não ser que fugissem clandestinamente para algum país vizinho, estavam constrangidos a trabalhar nela e a vender o produto resultante do seu esforço à companhia concessionária que o entregava às indústrias têxteis portuguesas.¹⁷ Embora a produção do algodão estivesse concentrado a norte do rio Zambeze, o sul de Moçambique produziu-o também, se bem que em menor escala. Em Manjacaze os mais velhos ainda guardam memória das práticas de resistência da população a esta cultura, que passava, quase sempre e não raro com a colaboração activa dos régulos, pelo cozimento das sementes para lhes eliminar a sua capacidade germinativa. Se a isto justarmos a irregularidade das chuvas, facilmente se compreende que a cultura do algodão tenha acabado por ser abandonada nesta zona de Moçambique.¹⁸

A nível regional, Moçambique mantinha uma enorme dependência em relação à África do Sul, funcionando como reserva exportadora de força de trabalho. A sua emigração em massa é anterior à própria expansão portuguesa decorrente da Conferência de Berlim. Com o estabelecimento da administração colonial, esta posicionar-se-ia doravante como uma mediadora entre a força de trabalho moçambicana e os interesses do capital internacional na exploração mineira sul-africana (Covane 1989: 9).

A ocupação colonial não seria efectiva sem o estabelecimento de um quadro jurídico-administrativo, através do qual se integram ou removem as estruturas políticas indígenas e se exerce a soberania sobre as terras e povos dominados. Numa brevíssima resenha histórica, podemos dizer que até ao período liberal não existia um sistema legislativo comum para todos os domínios coloniais (v. Gonçalves 1999). Com a viragem política imposta pela revolução de 1820, surge em 1836 a primeira carta orgânica da administração colonial, na qual Moçambique se constituía em governo-geral, chefiado por um governador-geral, com competências administrativas e militares. Ao longo deste século serão introduzidas alterações legislativas, nomeadamente em 1869, com a Carta Orgânica do ministro Rebelo da

¹⁶ Para uma visão geral dos primeiros passos da produção do algodão em Moçambique v. Pitcher (1990). Para um conhecimento detalhado dos interesses e dos conflitos recentes relacionados com a cultura do algodão v. Isaacman (1996).

¹⁷ As zonas de concessão viriam a ser extintas pelo decreto-lei n.º 45.179 (DG – I série de 5 de Agosto de 1963), instituindo-se um regime de “concorrência moderada”.

¹⁸ O algodão é uma planta tropical, originária de Chiapas (México) e da Guatemala, entre os paralelos 14º e 18º norte. É muito exigente em termos de temperatura, humidade e regime hídrico, em especial no que respeita à regularidade e presença da água aquando do nascimento e frutificação. Por outro lado, os solos arenosos, muito

Silva, e em 1891, com um decreto onde se define uma nova política orgânica e administrativa para Moçambique. Da autoria do conselheiro Júlio de Vilhena, este documento legislativo reflecte já as consequências impostas pelo novo quadro político saído da Conferência de Berlim, expressando a necessidade de ocupação e exploração efectivas dos territórios africanos sob domínio português. Com a República surgem novas iniciativas legislativas, nomeadamente a lei n.º 277 (Lei Orgânica da Administração Civil das Províncias Ultramarinas) e a lei n.º 278 (Lei Orgânica da Administração Financeira das Províncias Ultramarinas) publicadas em 1914, que visavam dar continuidade à presença portuguesa. Com o Estado Novo, a dominação colonial é consolidada com novo acervo legislativo. Em Novembro de 1933 foi publicada a Carta Orgânica do Império Colonial Português e a Reforma Administrativa Ultramarina (respectivamente DL n.º. 23.228 e 23.229), onde se definem os princípios político-ideológicos, a forma e órgãos de governo, entre outros aspectos. Em 1953, numa época marcada pela derrocada dos impérios coloniais europeus, o regime aprova uma nova lei geral (Lei n.º 2.066) para as suas colónias. Numa manobra táctica, que um dos ultras do regime vê como uma simples divergência entre monárquicos e republicanos (Cunha 1977), os primeiros partidários da expressão “província ultramarina”, os segundos da expressão “colónia”, o Estado Novo deixa cair todas as que possam ser coladas ao colonialismo. A própria palavra “indígena” é entendida, como salienta Marques (1986: 525-526), como de uso transitório, vindo o enquadramento jurídico que lhe dava sustentação legal a ser extinto em 1961. Na década de 60 aprovam-se as últimas grandes alterações legislativas, com a Lei Orgânica do Ultramar Português e do Estatuto Político-administrativo da Província de Moçambique, publicados em DG em, respectivamente, 27 de Junho e 22 de Novembro de 1963. Contando com a colaboração do próprio autor, o Estado Novo socorre-se do luso-tropicalismo como mecanismo pretensamente científico para a legitimação da presença colonial portuguesa em África. Como descreve Castelo (1998: 87ss), esta teoria sociológica emerge como instrumento da política colonial portuguesa em 1951, com a longa viagem empreendida por Gilberto Freyre pelas colónias portuguesas, acentuando-se nos anos 60 com a presença de Adriano Moreira no Ministério do Ultramar e a aprovação das referidas alterações legislativas que se iriam manter até ao termo do domínio colonial português.

Segundo este derradeiro quadro jurídico-legal, a organização administrativa em Moçambique estava dividida em distritos que respondiam ao governo-geral presidido por um governador-geral, apoiado por secretários provinciais (equiparados a secretários de Estado), a

frequentes em Manjacaze não lhe são favoráveis, em virtude da sua baixa capacidade de retenção de água e nutrientes (www.agridata.mg.gov.br/mapgeo/html/algodão.html).

quem cabia a tutela dos diversos pelouros governativos. Por exemplo, a agricultura era da responsabilidade da Secretaria das Terras e Povoamento; a indústria estava sob a alçada da Secretaria da Economia. Os distritos dividiam-se em concelhos e circunscrições. Eram concelhos os espaços territoriais dotados de estruturas administrativas; eram circunscrições os espaços territoriais onde a presença colonial praticamente não se fazia sentir. Enquanto que nos concelhos já existiam vilas e cidades, com presença de colonos residentes, nas circunscrições a vida social estruturava-se de acordo com modelos tradicionais, não modernos e não ocidentais. Nos distritos o governador ocupava o mais alto cargo administrativo. Por sua vez, os concelhos estavam divididos em postos, se eram rurais, e em freguesias, se eram urbanos. Sempre que a população e o desenvolvimento económico colonial o justificavam constituíam-se câmaras municipais. Em termos orgânicos, o quadro de funcionários era composto pelo quadro comum do ultramar, gerido directamente pelo governo central em Lisboa, e pelos quadros privativos. Dotado de três categorias – inspector superior de administração ultramarina, inspector administrativo e intendente de distrito –, todos os funcionários possuíam, como habilitação mínima, a licenciatura. Já os quadros privativos apenas exigiam, como habilitação de acesso, o 5º ano – equivalente a 9 anos de escolaridade – possuindo as seguintes categorias: administrador de concelho, adjunto de administrador de concelho, administrador de posto e adjunto de administrador de posto.

Como já foi atrás aflorado para o contexto africano, a colonização portuguesa em Moçambique, no essencial, não combateu abertamente as estruturas político e ideológicas locais. Potência fraca em recursos económicos e militares, a estratégia política tomava em consideração que

Os inumeráveis regulos espalhados por todas estas regiões, dominando cada um no seu pequeno território, como representante da primitiva autoridade patriarcal, e de quem talvez tenha origem todo o povo que lhes obedece, poucas vezes vivem em paz e harmonia uns com os outros. A ambição desmedida de uns e a temeridade de outros, ou a consciencia de sua superioridade, fazia-os muitas vezes impelir ao encontro de sua ambição, essas massas inconscientes que dominavam, as quaes irrompendo pelos campos de seus vizinhos, entregavam-se à rapinagem e ao assassinato como um bando de lobos famintos. Eram lutas sangrentas e continuas mas desordenadas, sem outro fim que a pilhagem, e sempre restrictas entre familias mais ou menos numerosas (Cruz 1910: 108-109).

Nestas circunstâncias, o poder colonial privilegiou a negociação, explorando com astúcia as rivalidades entre as diversas forças locais em concorrência. A própria Frelimo reconheceu, durante a luta armada, o mérito político desta estratégia, ao considerar que “os

portugueses, tendo-se apercebido das contradições históricas e culturais entre nós, fizeram uso delas, lançando um grupo contra outro, ou manobrando para que uma tribo não fosse em auxílio de outra que eles atacavam” (Christie 1996: 36).

Destruída a independência política, o poder político orientou-se sempre no sentido da regulação das suas relações com as populações locais. A estratégia oscilou entre a vinculação das autoridades locais aos ditames da administração colonial, sem as combater ou retirar-lhes legitimidade, e a sua funcionalização, transformando as chefaturas indígenas em “funcionários” do governo colonial (cf. Dias 2000: 40-42 e Negrão 2001: 198-201), cujas tarefas, à semelhança do que era regra em todas as colónias, pouco iam para além da tributação, do policiamento e da legitimação da dominação colonial junto das populações (Inieta 1992: 196). Esclareça-se que mesmo na fase terminal da exploração colonial, a funcionalização indígena era incompleta e nada tinha a ver com a condição de funcionário ultramarino consagrada na Secção V da Lei Orgânica do Ultramar Português (Lei n.º 2119 de 27 de Junho de 1963, DG – I Série), apesar de compreender o direito a remuneração e implicar a subordinação às ordens das autoridades coloniais, incluindo o disposto nos regulamentos de disciplina militar, para além dos aspectos mais folclóricos ligados ao uso de farda, chapéu e outros elementos distintivos (v. DL n.º 43.896 de 6 de Setembro de 1961, DG – I Série). Este decreto recupera, no essencial, as normas constantes na chamada “Lei do Indigenato” (DL n.º 39.666 de 20 de Maio de 1954, DG – I Série), revogado pelo DL n.º 43.893 de 6 de Setembro de 1961, DG – I Série) devido às pressões internacionais muito desfavoráveis. Para uma discussão mais alargada sobre esta problemática v. Meneses *et al.* (2003).

No início do século XX, a estratégia portuguesa era exposta com clareza por um observador coevo: “Por conveniências administrativas conservam-se os antigos regulados, mas de autoridade muito limitada e antes em proveito da metropole que delles proprios” (Cruz 1910: 109-110). Em termos políticos, esta prática que se manteve até ao fim da ocupação colonial, como reconhece M. Caetano (1974: 22), nada tinha de original em África. De facto, como justamente nos diz Nkrumah (1975: 15),¹⁹ o colonialismo não só preservou as formas tradicionais de relações sociais, colocando-se o confronto militar sempre como a opção derradeira, quando todas as outras possibilidades estavam completamente esgotadas, como contribuiu para o reforço da autoridade da elite tradicional (First 1970: 96). A destruição da formação estatal dirigida por Ngungunhane, cujo embate decisivo se deu em Coolela

¹⁹ Para uma aproximação mais fina ao pensamento de Nkrumah v. Wallerstein (2001), Arhin (1993) e Hadjor (1988).

(Manjacaze), decorria o ano de 1895, foi, de certo modo, imposta pelo desenrolar dos acontecimentos de uma forma não desejada pela potência colonial.

Estabelecido o poder colonial, uma das tarefas da administração era a regulação dos conflitos entre os diversos regulados por ela legitimados, sempre, não podemos ignorá-lo, em prol de uma estabilidade social que permitisse, sem grandes solavancos, prosseguir com a apropriação dos recursos e a exploração do trabalho indígena. Em Manjacaze a administração portuguesa colocou-se activamente como mediadora dos conflitos entre os chefes das diversas regedorias. Em lugar de ser a força ocupante e usurpadora da soberania nativa, o poder colonial elevava-se à condição de regulador das disputas em torno da delimitação das terras e de outros bens indígenas (v. AHM, documento A7 1947, Administração do Conselho dos Muchopes, áreas e limites, 1947-1957). Aqui encontrava boa parte da sua legitimidade.

Ao contrário do que é amiúde referido, inclusive para o direito privado (v.g. Welch 1991), em termos jurídicos tentou-se, embora em grau variável, respeitar e articular de forma subordinada, muitas das práticas e valores indígenas. Na Lei Orgânica do Ultramar Português (Lei n.º 2.066 de 27 de Junho de 1953) estabelecia-se para os indígenas “regimes jurídicos de contemporização com os seus usos e costumes, se não forem incompatíveis com a moral, os ditames de humanidade ou o livre exercício da soberania portuguesa”, prevendo para a propriedade imobiliária um ordenamento especial de posse e transmissão de acordo como uso gentílico reconhecido pelas populações. No estatuto dos indígenas, regulado pelo DL n.º 39.666 (DG – I série, de 20 de Maio de 1954), as suas instituições e o direito “são transitoriamente mantidas e conjugam-se com as instituições administrativas do Estado Português”. Sublinhe-se que em 1961, aquando da revogação deste estatuto pelo DL n.º 43.895 (DG – I Série de 6 de Setembro de 1961), se referia ser tradição portuguesa o respeito pelo direito privado das populações nativas, por corresponder “à convicção de que tal direito exprime os valores fundamentais de qualquer comunidade e nunca lhe pusemos outros limites que não fossem derivados dos princípios superiores da moral que mais tarde foram reconhecidos pelas Declarações Universais dos Direitos dos Homens”. Obviamente, a análise destas concepções jurídicas deve ser analisada no quadro do modelo dualista implementado em África pelas potências coloniais europeias – a cidade e as leis do direito moderno para os europeus e assimilados, o mato e as leis do direito tradicional para os negros “não-civilizados” (v. Dias 2000: 37) – e iluminada, para o período final do domínio colonial, pelo contexto político internacional, marcado por uma forte hostilidade às potências coloniais, em especial a Portugal, e pelo avanço das lutas anticoloniais em África, às quais as colónias portuguesas não escapavam.

Como já foi acima aludido, durante o período colonial, a administração portuguesa, explorando as rivalidades existentes entre as chefaturas que ocupavam o território, estabeleceu uma estrutura política escorada, em boa parte, no sistema do regulado. Distribuídos pelo território, os régulos (ou regedores como também eram designados) cumpriram razoavelmente até à independência as tarefas de que estavam investidos. Coadjuvados pelos chefes de grupo, constituíam com estes as autoridades gentílicas. Ambos pertenciam, muitas vezes, à mesma linhagem, verificando-se casos de régulos que antes tinham sido chefes. Enquanto estes eram responsáveis por uma aldeia ou localidade, os régulos tinham a seu cargo uma área territorial mais vasta que abrangia vários aglomerados populacionais. Muito raramente os administradores coloniais propunham a substituição de uma autoridade gentílica. Quando tal acontecia, tentavam sempre encontrar alguém da mesma linhagem.

Em Manjacaze o sistema funcionou bem até à independência, cumprindo os objectivos desejados pelo poder colonial. As principais queixas registadas prendiam-se com o consumo excessivo de álcool e o desinteresse de alguns no exercício do cargo. Sujeitos à vigilância da polícia política, apenas um, Júlio Correia Langa, foi constrangido em 1973 a uma “medida administrativa de segurança” por três anos, devido a simpatias e acções em prol da causa nacionalista. Um outro, Benedito Monjane, detido também em 1973, viria a ser ilibado pela Direcção Geral de Segurança no ano seguinte, precisamente uma semana antes do 25 de Abril. Por vezes, levando mais longe a articulação entre poder colonial e autoridades indígenas, havia régulos que participavam nas estruturas políticas criadas pelo direito colonial. Em Manjacaze era o caso de João Mapanguelane Mondlane, da zona de Coolela. Considerado pela administração portuguesa como um “dos regedores que mais trabalha para o bem-estar da sua população” (*Livro de registo das autoridades gentílicas de Manjacaze: 1961-1974*), à data do 25 de Abril de 1974 ocupava o lugar de vereador na Câmara Municipal dos Muchopes, como então era designado administrativamente o território. Como retribuição pelos bons serviços prestados, o governo colonial ofereceu-lhe uma viagem a Portugal e o apoio material para a construção da aldeia das Laranjeiras, o primeiro aglomerado indígena na região a possuir habitações e outros edifícios de uso social em alvenaria. Um dos seus filhos, actual presidente do município, diz com manifesto orgulho que “o regulado de Coolela era o mais importante da colónia”.

Uma nota ainda para o papel da tributação no enraizamento do colonialismo e, mais largamente, na incorporação dos africanos na economia monetária. No caso específico de Moçambique, o imposto de palhota teve um papel decisivo durante largas décadas. Foi

introduzido por Sá da Bandeira em 1854, admitindo-se na altura que a sua liquidação se poderia fazer em géneros. Seguindo Capela (1977: 59ss), durante as três primeiras décadas a administração foi incapaz de o aplicar de uma forma generalizada, sendo insignificantes as receitas obtidas. Com a consolidação da ocupação colonial, tornou-se cada vez mais atractivo, chegando a representar, em alguns casos, mais de 90% da receita fiscal. Se a sul do Save a sua cobrança estava facilitada pelos movimentos migratórios dos homens para as minas da África do Sul, o imposto de palhota não deixou de funcionar para todo o território e suas populações como um mecanismo importante para a consolidação do modo e das relações capitalistas de produção em Moçambique.²⁰

Encerrado o último grande conflito mundial do século XX, ganham força em numerosos territórios sob controlo colonial movimentos de luta contra o domínio europeu que tinham como principal objectivo a conquista da independência. É neste quadro que as forças nacionalistas se vão afirmar e travar a luta final vitoriosa contra o Estado colonial português. Também Moçambique não poderia, à semelhança do que se passou noutras colónias portuguesas, como Angola e Guiné-Bissau, ficar imune a este processo de luta anti-colonial. A seu favor, as forças de libertação contavam com o declínio estrutural irreversível da dominação colonial, pelo menos na configuração então existente. A história recente assim o demonstrava, com as colónias a ascenderem à independência político-jurídica, não podendo Moçambique e os outros territórios sob soberania portuguesa, por muito que o regime se empenhasse, ficarem à margem deste processo. A nível internacional, a conjuntura era, aliás, muito favorável às lutas nacionalistas dos povos africanos. Como já foi explicitado, os movimentos de libertação juntavam ao tradicional apoio da URSS, da China e dos aliados socialistas, os proveitos resultantes das contradições entre os principais países capitalistas. Do ponto de vista ideológico, a luta tinha significados e objectivos bem precisos que passavam, em boa medida, pela superação do que Sékou Touré designou, nos anos 50, como o “complexo do colonizado” (*in* Wallerstein 1993b: 43).²¹

²⁰ Sobre os movimentos migratórios para as minas sul-africanas, First (1982) mostra-nos que também aqui estamos perante um fenómeno que abrange uma vasta área geográfica que engloba vários Estados da África Austral. Longe de envolver apenas a África do Sul e os Estados limítrofes, a alimentação das minas com trabalhadores provenientes de países tão afastados como a Tanzânia é um outro exemplo concreto das relações de inter-dependência que se estabeleceram a este nível no sul do continente africano.

²¹ Este “complexo” prossegue a sua marcha. Apesar dos esforços durante o período nacional-popular por parte da liderança revolucionária em o combater, ele não foi erradicado da sociedade. Expressão forte das suas dependências e subordinações, nomeadamente cultural, e da incorporação acrítica das ideias e das soluções neoliberais, a elite mostra como está longe dos ideais da primeira geração de líderes africanos. A nível popular, o fascínio pelo “branco” e pela ordem social dominante nos países ocidentais continua hegemónica. Como me disse um africano em Manjacaze, com estudos superiores na RDA, “o capitalismo tem de ganhar. Se os brancos são capitalistas, o que é que os negros podem fazer?” Recordo também as palavras escutadas numa das muitas conversas que mantive com um dos guardas na fábrica velha: “A herança dos brancos é ter muitas empresas, ser

A criação da Frelimo em 1962, na cidade de Dar-es-Salam (Tanzânia), ocorre numa conjuntura histórica marcada por um enorme optimismo, atravessada mesmo pelo sonho. A simpatia e o apoio internacionais de que gozavam os movimentos de libertação, incluindo o apoio táctico de muitas das antigas potências coloniais e dos próprios EUA, permitiam prever os melhores resultados. Na mensagem dirigida ao povo português, aquando do seu I Congresso, os dirigentes da Frelimo reconhecem-no, ao sublinharem o isolamento internacional do Estado Novo (v. Reis e Muivane 1975).

No seu congresso fundador, realizado em Setembro de 1962 na capital tanzaniana, os congressistas preconizam o recurso a todos os meios para a conquista da independência, incluindo a luta armada. O colonialismo e o imperialismo, este ainda de um modo algo hesitante, são identificados como os inimigos da luta de libertação. Porém, a tónica dominante era o nacionalismo, elemento de coesão dos diferentes grupos e interesses que compunham a Frelimo. Também em Moçambique, o movimento de libertação se viu obrigado a recorrer à ideologia nacionalista para mascarar, como argumenta Copans (1990: 313), as diferenças sociais, étnicas e outras que trespassam as sociedades africanas.²²

A nível organizacional, a Frelimo optou por um modelo de clara inspiração leninista, com o comité central, órgão dirigente em qualquer organização política de orientação marxista, a ocupar uma lugar chave na estrutura orgânica do movimento. No congresso seguinte, realizado em território moçambicano, a direcção frelimista assume uma clara oposição ao imperialismo e já não apenas contra o colonialismo (Christie 1999). O agudo conflito interno sobre opções ideológicas, estratégia militar e o papel da mulher no movimento, que opunha ala nacionalista não revolucionária aos militantes marxistas, pendia claramente para estes:

Mais tarde tivemos problemas, quando foi necessário determinar se íamos fazer uma guerra rápida ou uma guerra prolongada. O objectivo era levar as populações a uma verdadeira libertação. E era preciso que todo mundo estivesse consciente do que estava a fazer. Era necessária uma grande mobilização popular. E se nós não tínhamos, à partida, e Mondlane também não tinha, uma ideia clara como é que isso se ia processar, o que é que isso significaria no ajustamento da acção ao pensamento de cada um de nós, o facto é que parecia lógico e natural que as pessoas tinham que entender o que se estava a passar e como se estava a passar. Então, era necessário fazer o que pela força das coisas nunca poderia ser um trabalho rápido. Ora, esta maneira de proceder, ter de falar com as pessoas, tinha começado muito antes

empresário. Tudo é do branco. Não existe cientista negro. São os brancos que fazem os carros, os aviões, os negros copiaram. Todos os medicamentos são dos brancos. Aqui na África estamos a morrer de SIDA. Mas os brancos descobriram. Os brancos são metade dos deuses” (CV12).

²² Sobre a problemática da estratificação e classes sociais em África v. Rivière (1978).

do desencadeamento da luta. Mal se formou a Frelimo, em 62, iniciou-se um trabalho de mobilização e de explicação ao povo para o que se estava a passar e para aquilo que viria a acontecer. Assim, por exemplo, naquelas províncias em que estava claro que a luta se iria desencadear – Cabo Delgado e Niassa – iniciou-se um processo de mobilização, de explicação e de definição de tarefas para o desencadeamento e posterior desenvolvimento da luta armada. Quais foram as tarefas principais? Primeiro, era mobilizar, explicar, levar as pessoas [a compreender] que tinha chegado o tempo de lutar contra o colonialismo português. Depois era necessário criar condições para os guerrilheiros, quando chegassem, pudessem ser recebidos em segurança, lugares para armazenar as armas e comidas e abrigar os guerrilheiros. Todo este trabalho necessitava de tempo. Quando chegou o tempo em que apareceram ideias contrárias, de fazer uma guerra rápida – foi a política militar que Lázaro Nkavandame propôs, sem nunca propor no Comité Central, nem Nkavandame nem Simango nunca falaram disso, nunca foram capazes de defender os seus pontos de vista, não tiveram coragem, não tiveram capacidade, seja como for nunca o fizeram. Quando chegou esse momento –, foi discutido no Comité Central, com eles presentes, embora nunca tivessem falado e chegou-se à conclusão que para se fazer o trabalho não se poderia pedir pouco tempo. Nós avançamos com Mondlane à frente. Apesar das decisões do Comité Central, não quiseram aceitar e fizeram barulho e tentaram mil e uma coisa. Não somente esta como também a questão do destacamento feminino, quer dizer, a participação da mulher na luta armada, tudo isso foram grandes pontos do II Congresso, que nós à partida sabíamos que ia ser aprovado. A nossa linha passou (M. dos Santos, CAu41).

Neste congresso, no programa aprovado era manifestada a solidariedade internacionalista às lutas emancipatórias de outros povos que, como eles, lutavam contra o colonialismo e o imperialismo, e defendiam, no plano político, o reforço das relações de amizade e de solidariedade com os países do bloco socialista. No plano económico, a autogestão surgia já como princípio fundamental, preconizando-se a organização de cooperativas. Para os líderes da Frelimo era inquestionável o papel da burguesia portuguesa, em conexão com as burguesias de outros países capitalistas, na exploração colonial [*Dossier Frelimo 1 - 1º e 2º Congressos (Documentos)*].

A trajetória político-ideológica deste movimento expressa as fortes contradições internas entre os membros da elite moçambicana africana, entre aqueles fortemente influenciados pelas ideias socialistas, muitos deles com formação na Europa, e a facção estritamente nacionalista que pretendia apenas derrotar o colonialismo português, sem mexer nas estruturas económicas e sociais moçambicanas (v.g., Munslow 1983). Se somente em 1977 a Frelimo adoptou o marxismo-leninismo, as suas raízes são bem mais antigas, remontando, pelo menos, ao II Congresso onde está já presente aquilo que Kruks (s.d.: 2-12) designa por um “marxismo táctico”. Como nos mostra a autora, o programa saído do congresso fundador era uma plataforma mínima de entendimento para os movimentos

recém-fundidos. Este compromisso, que permitia unir diferentes sensibilidades, incluindo as ligadas às chefaturas tradicionais, não impedia que a leitura marxista do mundo estivesse já no programa político da Frelimo, nomeadamente na caracterização da luta contra o colonialismo como sendo também uma luta anti-imperialista. Mas foi, sem dúvida, pelo desenvolvimento da luta armada e a administração das zonas libertadas que a Frelimo fará o seu caminho ideológico em direcção à consolidação do marxismo, num quadro de intenso conflito entre as suas duas principais facções. Para os marxistas “africanizar” não era suficiente para acabar com a exploração, pelo que seguir o programa desejado pelos reaccionários significaria manter as relações tradicionais de exploração e de dominação assentes nos regulados, a partir dos quais se daria livre curso ao desenvolvimento de formas modernas de acumulação capitalista. Ou seja, a luta, mesmo pós-independência, teria de ser travada, com igual violência, contra a tradição e o colonialismo (v. Yanez Casal 1991).²³

É relevante sublinhar que na própria liderança revolucionária do movimento a opção socialista se construiu paulatinamente, em boa medida ritmada pela experiência adquirida na frente interna e pelos contactos e apoios internacionais estabelecidos. O primeiro líder da Frelimo, Eduardo Mondlane, não era um marxista quando se engajou nas lutas nacionalistas. E dificilmente o poderia ser: africano, com uma educação religiosa protestante e estudos superiores nos EUA, esta trajectória de vida concorria para a configuração de uma posição ideológica que, a bem dizer, só a luta revolucionária permitiria superar:

Para alguns, [Mondlane] era o intelectual que largou o conforto da sua posição de professor universitário, para vir entregar-se totalmente à direcção da luta de libertação do seu povo [...] Para outros, no outro extremo da gama de opiniões, Mondlane era um “agente do imperialismo americano” e a Frelimo era uma “coligação entre o imperialismo americano e o revisionismo chinês” (H. Martins 2001: 184).

Apesar da viúva considerar que ele nunca foi marxista (Manghezi 2001), parece certo que o seu pensamento e posicionamento evoluíram, num processo paralelo ao vivido pelo movimento de que era fundador, na direcção do marxismo. Tendo lutado, desde o primeiro momento, no interior da Frelimo contra o tribalismo, as cisões, a falta de qualificação académica e de experiência política dos poucos quadros existentes (Christie 1996: 186),

²³ Para uma visão alternativa dos conflitos internos da Frelimo, particularmente agudos na segunda metade dos anos 60, v. Cahen (1996). Em ostensiva contra-corrente às teses dominantes, Cahen valoriza como principais elementos justificativos para a discórdia e as lutas verificadas no interior da Frelimo os factores de natureza étnica e cultural. Como veremos mais à frente, esta perspectiva vai também, de certa forma, inspirar o quadro

Mondlane empreendeu um caminho do nacionalismo para o marxismo, sem deixar de ser nacionalista, pois uma condição não exclui a outra:

Mondlane era essencialmente um homem pragmático. Mas ao mesmo tempo, ele era um racionalista moderno. Quer dizer, ele não tinha compromissos de nenhuma sorte, nem com ninguém nem com nada. Ele tinha, sim, objectivos bem claros, que eram trazer uma vida de bem-estar, de liberdade e de paz para o povo moçambicano. Para isso ele considerou sempre necessário que se realizasse a independência nacional. Mas uma independência nacional completa.

Nas condições em que nós trabalhávamos, a realidade do colonialismo em Moçambique, aquilo que ele tinha de dominação e opressão, e em conformidade com a efervescência que em 1960 já se vivia em Moçambique, que estava a fazer crescer uma revolta que se tornava cada vez mais forte. Uma revolta nos espíritos contra a situação que se vivia. Havia muitos grupos de pessoas que discutiam a situação do país, a discriminação de todos os tipos, política, económica bem entendido, social.

Nesta situação global, e considerando o fascismo, Mondlane ao inserir-se no trabalho organizativo, na acção colectiva, foi capaz de entender toda esta realidade e de se encaminhar, de maneira colectiva, para os caminhos de uma luta verdadeiramente popular e tendo como marco principal a exigência da luta armada como sendo a principal forma de luta, capaz de levar Moçambique e o povo moçambicano a uma verdadeira independência sem nenhuma dominação. Portanto, a luta armada e, ao mesmo tempo, encaminhar-se para uma independência sem nenhuma forma de exploração. Aliás, isto está bem claro nos Estatutos [da Frelimo] de 62. Ora, estas exigências de luta armada, independência total e oposição à exploração do homem pelo homem foram marcos que guiaram todos nós e guiaram Mondlane. Então, o desenvolvimento da luta foi na prática guiado por estes três elementos principais. Logo de início foi claro que nós não conseguiríamos ter o apoio dos países capitalistas, pois todos eles estavam ligados a Portugal, no quadro da aliança do Tratado do Atlântico Norte, a OTAN. Anos mais tarde, quando os americanos perguntaram ao Mondlane: “Por que é que você vai pedir armas aos socialistas?”, Mondlane dizia: “Se vocês quiserem dão lá. Por que é que vocês não dão armas? Porque nós sabemos que a luta armada é o único caminho viável. Se vocês não dão armas, ok, obrigado, vocês dão mantas, ok, dêem lá mantas. Mas nós sabemos que o que é fundamental não são as mantas, são armas. Então, se você me quer dar armas, então eu vou ser seu amigo”. E foi assim que Mondlane foi avançando.

Mondlane foi sempre activo no sentido de promover o relacionamento com todos os Estados socialistas do mundo. Mondlane visitou a União Soviética, visitou a República Popular da China. Só tivemos problemas com Cuba, por causa da questão de Che Guevara.²⁴ Foi a única querela com um estado socialista. Mondlane esteve à frente e avançou para o desenvolvimento das relações com esses países. Mas também com todos os outros, nomeadamente com aqueles que reconheceram a Frelimo como os

explicativo avançado pelo autor sobre o enraizamento social da Renamo durante a guerra que a opôs ao Estado moçambicano.

²⁴ Em Fevereiro de 1965 Che Guevara visitou a Frelimo em Dar-es-Salaam. Neste encontro Che defendeu a sua estratégia de guerrilha, segundo a qual bastava um foco de guerrilha para o povo de imediato aderir. A liderança frelimista opôs-se, afirmando que em África a situação era muito diferente. A variedade de línguas e de culturas era enorme, pelo que sem trabalho prévio de mobilização política nada se conseguiria (H. Martins 2001: 215-216).

países nórdicos e a Holanda. Todos aqueles países que aceitaram apoiar a Frelimo a nível humanitário, nós dissemos muito bem. Nós discutimos muito com os nossos companheiros suecos, mas nunca conseguimos convencer os suecos em nos fornecer armas. Nesse trabalho Mondlane estava sempre activo. Houve momentos em que nós tivemos algumas relutâncias em relação ao apoio dos países nórdicos: “São sociais-democratas, mais dia, menos dia vão querer impor-nos certas limitações”. Para Mondlane estava bem: “Mais dia, menos dia, mas agora é assim, vamos avançar. Quando eles quiserem tentar qualquer tipo de acção visando impedir a nossa independência vamos rejeitar”. Pouco a pouco foi nascendo a consciência do porquê do comportamento de certos estados e a consciência do porquê do comportamento de outros estados. Então aí é que se começou a produzir a diferenciação no pensamento. O que é que leva os países socialistas a uma acção de apoio que cobre todos os aspectos: político, militar, com todo o tipo e armamento, o treino dos nossos soldados, apoio financeiro, alimentação, instrumentos de produção, porque é que esses estados promovem uma acção que leva a tornar os nossos países realmente independentes? É a característica socialista desses Estados. É esta reflexão que vai levar Mondlane a inserir-se na ideologia marxista-leninista. Eu não quero dizer que quando Mondlane morreu já era um marxista-leninista, mas não há dúvida nenhuma que ele próprio dá a sua opinião, aí por Outubro de 1968, sobre os estados socialistas e sobre o marxismo-leninismo, era obvio que Mondlane teria avançado por aí. Seria estranho que tendo avançado até esta situação de se pronunciar favoravelmente, depois dissesse que o capitalismo é a coisa melhor, quando ele o conhecia já profundamente. Ele já tinha chegado à conclusão que ali estava o caminho. E certamente que avançaria. Se tivesse continuado a viver seria como todos nós. Isto é resultado das características de base do Mondlane: um grande racionalista e um pragmático (M. dos Santos, CAu41).

Após o desaparecimento trágico de Mondlane, em 1969, cujas circunstâncias permanecem ainda nebulosas e os responsáveis pelo homicídio nunca foram identificados, é com a liderança de Machel que a opção marxista na Frelimo se consolida.²⁵ Se a teoria marxista é uma construção da modernidade europeia, as contradições existentes na sociedade africana permitem a sua aplicação e, como Machel o defendia, fazem dela um instrumento de análise mas também de transformação da sociedade no quadro da luta de classes. Não partilhando da visão idílica projectada por outros dirigentes africanos, como Julius Nyerere, de uma sociedade africana tradicional onde os “ricos” e os “pobres” estariam unidos por laços de solidariedade, que se sobreporiam a todas as diferenças sociais que trespassavam essas sociedades, Machel reconhecia a existência de desigualdades e de relações de dominação socialmente relevantes na sociedade moçambicana (Christie 1996: 193-195).

²⁵ As suspeitas recaem sobre um conluio entre a PIDE e Uria Simango, Mateus Pinho Gwengere e Lázaro Kavandame, figuras de proa da chamada ala “tribalista” e reacçãoária da Frelimo (v. *Tempo*, n.ºs 206 e 207 de 1 e 8/9/1974). Para uma visão ampla sobre o papel da polícia política do Estado Novo na guerra colonial v. Mateus (2004).

A independência chegará com uma Frelimo madura do ponto de vista ideológico, confiante na sua capacidade para tomar nas mãos o aparelho de Estado colonial, conquanto a reconhecida escassez de quadros reclamasse a continuidade da presença em Moçambique de muitos elementos portugueses da administração pública. Como de imediato veremos, é no velho aparelho de Estado colonial que a nova elite dirigente irá buscar os elementos fundamentais para a configuração do Estado moçambicano.

3. O poder operário e camponês face às disposições burocráticas:

a definição de um modelo de organização estatal

O Estado moçambicano foi sendo construído num contexto de luta, primeiramente contra o colonialismo, posteriormente contra a agressão externa. O adensamento ideológico e político da Frelimo passou também pela reflexão em torno do modelo de organização estatal. Com a evolução da luta armada e das experiências de organização económico-político nas zonas libertadas consolidou-se a ideia de um modelo estatal assente na aliança entre camponeses e operários, em que a base da economia seria a agricultura e a indústria funcionaria como o vector de dinamização e densificação produtiva e tecnológica. Neste modelo, à Frelimo caberia a função de vanguarda revolucionária. Para a elite dirigente, ocidentalizada e cujas origens estavam longe de se ancorarem no operariado e nas camadas mais desprovidas do campesinato, o objectivo era construir um Estado revolucionário capaz, com base na participação e controlo das classes populares, de levar a sociedade moçambicana por um caminho socialista.

Desde a luta armada que a direcção da Frelimo e, em particular, Machel tinham consciência de que o abuso do poder, o mau uso deliberado da autoridade e a indisciplina constituíam reais ameaças à capacidade de influência da Frelimo, cujo prestígio e popularidade tinham sido arduamente conquistadas (Christie 1996: 230). A contenda entre participação popular, com efectiva capacidade de mando, e as disposições burocráticas acabaria por pender para estas. Os constrangimentos externos e as contradições internas derrotariam sem apelo um projecto de inspiração nacional-popular e socialista, que, de certo modo, como veremos, era visto com desconfiança pelo grosso do campesinato. Apesar do voluntarismo, as estruturas, a começar pelo carácter “colonial” da economia (Worsley 1964: 241), e os hábitos não se removem por um acto jurídico ou pela mera execução da vontade dos dirigentes. Aliás, é de interrogar em que medida a elite estava realmente emancipada dos

valores mais tradicionais da sua cultura e dos seus efeitos, amplificados pelo colonialismo, quando sabemos que as forças progressistas não são imunes à incorporação das estruturas e das disposições que as dominam, fazendo estas sentir-se sobre a proposta de uma ordem moral que não deixa, no limite, de incorporar a velha ordem conservadora (Bourdieu 1999). Não basta constatar o óbvio, dizer que a elite moçambicana, como todas as outras africanas, independentemente de serem ou não revolucionárias, estavam mergulhadas numa enorme tensão, resultado das contradições entre as culturas ocidental e africana. É necessário também relevar e considerar a profunda descoincidência ideológica entre o projecto político que desejavam prosseguir – uma modernização de cariz autoritário segundo Cahen (2002: 4) – e a tradição. Em suma, a tensão entre esta e a modernidade, que vinha já do colonialismo, acentuou-se durante o período revolucionário, quando a introdução de um programa de inspiração socialista de uma forma mecânica conduziu a uma luta titânica contra as tradições, sem que elas tivessem sido, efectivamente, removidas dos modos de pensar e de ser da elite.

Durante a fase da transição para a independência a direcção frelimista deparou-se com um problema: o que fazer com o aparelho de Estado colonial? Longe de ser uma estrutura débil, facilmente removível, o edifício político-administrativo erguido pelos portugueses estava solidamente enraizado. Assim, em lugar de o removerem, o aparelho de Estado moçambicano foi construído a partir do que existia, aproveitando-se a sua estrutura material, se bem que evacuada dos seus agentes, rapidamente substituídos pelo corpo de funcionários recrutados pelo novo poder político de entre os poucos trabalhadores escolarizados disponíveis, incluindo técnicos e elementos mais politizados para ocuparem os lugares de direcção e chefia nos diversos níveis da cadeia hierárquica (v. capítulo V para o caso da indústria estatal de caju). De certo modo, como defende Cahen (1997: 2), a Frelimo tomou o lugar ocupado pelo antigo aparelho estatal colonial. A nível jurídico, Trindade (2003) demonstra largamente que em termos estruturais estamos perante uma continuidade moderna que permanece desde a época colonial até ao presente, atravessando todo o período revolucionário.

Apesar disto, observam-se algumas diferenças face ao colonialismo. Por exemplo, os princípios que orientaram a organização do Estado eram diferentes dos que vigoraram no período colonial, não deixando de fazer sentir os seus efeitos, ainda que de uma forma muito limitada. Conquanto a opção pelo marxismo-leninismo só tenha sido assumida formalmente no 3º Congresso da Frelimo, o modelo estatal era decalcado do existente na URSS, ainda que com as adaptações necessárias a um país africano periférico. No seu vértice estava a força política dirigente, a Frelimo, ainda uma frente, partido após 1977, a vanguarda da aliança

entre operários e camponeses, da qual partiriam um conjunto de “correias de transmissão”, seguindo os princípios leninistas conforme tinham sido interpretados por Estaline [1972 (1926)]. Tal como foi formulado na primeira carta constitucional (*Constituição da República Popular de Moçambique*), o modelo estatal visava não só o estabelecimento de uma sociedade emancipada da exploração do homem pelo homem (art.º 2º), baseado no poder popular, como também a aceleração do desenvolvimento económico (art.º 4º).

A componente democrática seria, neste modelo, garantida pelo estabelecimento de organizações de massas – sindicatos, organizações de mulheres e de juventude, comités dinamizadores de bairros e aldeias – e pelo próprio partido, baseado numa estrutura orgânica democrática. Na célebre reunião dos comités distritais da Frelimo em Mocuba (16 a 21 de Dezembro de 74), na qual esteve presente o primeiro-ministro do governo de transição, Joaquim Chissano, o caminho já iniciado foi marcado com precisão. Aos GD – cada grupo era ordinariamente composto por sete elementos a quem cabia uma função concreta (coordenação, secretariado, mobilização, informação e propaganda, cultura, alfabetização de adultos e assuntos sociais) – recomendou-se a sua integração na “disciplina revolucionária do Partido”, sublinhando-se o seu papel na selecção dos militantes, “filtrando” os reaccionários e agindo ainda na detecção destes nas suas próprias fileiras, ou seja, de liderança das massas e de vigilância popular (Reis e Muivane 1975: 272-280). O próprio discurso de Machel, na noite da independência, foi pontado de avisos à infiltração e subversão inimigas, dando continuidade à retórica que tinha marcado as práticas discursivas da Frelimo durante o período de transição.

A lógica centralista subjacente ao modelo não permitiu o enraizamento de mecanismos de controlo democrático do partido e do Estado. Nem, tão pouco, a elite dirigente estava genuinamente neles interessada. Ao fazer do centralismo um mecanismo fundamental de funcionamento do poder, a elite edificou um Estado burocrático oxigenado pela delação e vigilância policial, ambas justificadas pela retórica da defesa da revolução que progressivamente se foi afastando das classes populares que dizia representar, ao mesmo tempo que se cumulava de privilégios e, posteriormente, assim que se deu o refluxo revolucionário, de propriedade. Embora limitados, e não sendo passível de qualquer comparação com a situação actual, os privilégios da elite política e burocrática, progressivamente reforçados ao longo dos anos, incluía viaturas do Estado, habitação de função, atendimento e espaços privilegiados nos hospitais e no abastecimento de géneros e outros bens que a guerra e a deterioração da situação económica tornavam cada vez mais escassos (v. Hanlon 1984: 192). Por fim, acabaram por vigorar as práticas de poder

decalçadas, em parte, do estalinismo: o domínio quase absoluto de um homem, acompanhado pelo seu círculo restrito, em todo o caso incapaz de o contrariar abertamente, com o partido privado da capacidade de o substituir pela via eleitoral interna. De certo modo, tal como é entendido por Lewin (2003), a força dirigente é a elite liderada por um homem e não o partido. Este e o Estado são instrumentos para a execução da política definida pela liderança.²⁶

Neste modelo estatal não existiam formas puras de autoridade. Embora as três formas definidas por Weber [1993 (1922): 212-254] estivessem presentes, a forma legal de autoridade era secundária face às formas baseadas na tradição e no carisma. Este era especialmente importante para a legitimação do poder estatal em Moçambique e, sobretudo, do seu primeiro dirigente. Com raízes na luta armada, o carisma de Machel beneficiava do prestígio obtido durante o período de luta contra o colonialismo português que, com o tempo, evoluiu para a condição de homem excepcional, de qualidades heróicas e virtudes singulares. À concepção weberiana do carisma, que Machel soube manipular com habilidade, junta-se a dominação escorada na tradição. Nunca admitida pela elite dirigente, a prática deixava denunciar que muitos dos elementos que caracterizam a autoridade tradicional, como a lealdade pessoal fundada na relação face-a-face e não na lei escrita, estavam presentes nas práticas político-administrativas. Esta articulação combinada de tradição e carisma acabou por funcionar como o principal mecanismo de legitimação da acção do poder estatal em Moçambique, sobrepondo-se até aos formalismos jurídicos nos quais assentavam o partido e o Estado moçambicanos.

Tendo consciência da necessidade de organizar o povo, de o envolver, garantia fundamental para a contenção de qualquer aventura contra-revolucionária, a liderança frelimista empenhou-se no estabelecimento de organizações e formas de participação popular. Citava-se com frequência o erro cometido por Kwama Nkrumah, o líder ganês da revolução construída de cima para baixo, sem um partido marxista, situação que facilitou o golpe de Estado em 1966 ao qual o povo assistiu com indiferença (Christie 1996: 169). Mas, em coerência com os métodos centralistas, este processo foi implementado de cima para baixo. À

²⁶ O diagnóstico de Lewin (2003) sobre os problemas da URSS pode ser, com as devidas cautelas, transposto para o contexto moçambicano, em particular para o período pós-Machel. Diz-nos o autor que, entre outras dificuldades, na época de Brejnev o Estado soviético se confrontava com uma corrupção de grande intensidade e a debilidade intelectual dos quadros dirigentes do partido. O programa político de Andropov visava a introdução de mudanças radicais, se bem que no quadro da manutenção do regime, que se poderiam aplicar, *grosso modo*, também a Moçambique e à Frelimo: (i) a restauração da disciplina nos locais de trabalho; (ii) a reeducação das elites no apreço pelo trabalho, retraindo os seus gostos pela vida luxuosa, bem visível nas suas imponentes “datchas” e outros prazeres da vida material; (iii) a reintrodução da livre crítica no partido, colocando em causa

medida que as dificuldades do regime se foram agravando, a Frelimo foi endurecendo o controlo sobre as organizações políticas e sociais subordinadas, substituindo o debate pela suspeição, a participação crítica pelo aplauso acrítico, que tinha no culto da personalidade a Machel o seu expoente máximo. Esta forma de culto de personalidade em relação ao líder carismático inscreve-se numa linha que encontra parte das suas raízes na URSS pós-Lenine. Aquando da sua morte, e apesar das divergências e reparos que alguns manifestaram, alegando tratar-se de uma deformação severa do marxismo, a canonização do líder bolchevique avançou, acabando este culto a um morto por se transferir nos anos 30 para Estaline e, mais tarde, generalizar-se à maioria dos dirigentes dos partidos comunistas (Pennetir e Pudal 2000).

A deriva faz-se sentir em todos os campos sociais, de certa forma ela nunca deixou de estar presente na sociedade, com os indivíduos a dilatarem os mecanismos de auto-censura do pensamento e, sobretudo, do comportamento. Neste quadro, a perseguição e eliminação física dos adversários políticos é um exemplo. Símbolo maior do poder revolucionário deformado, ao proceder desta maneira a elite dirigente renegou o que defendia aquando da independência: preservar a vida dos “traidores” e outros inimigos para os utilizar como provas vivas da contra-revolução (v. Reis e Muivane 1975).²⁷ Sublinhando justamente que “o problema que se põe é o da recuperação do homem”, Aquino de Bragança, um influente intelectual próximo de Machel, desaparecido com este na queda do avião presidencial em 1986, ia mais longe, afirmando em entrevista ao *Expresso* (n.º 123 de 10/5/1975) que por vontade do líder frelimista Moçambique não teria sequer prisões. A deriva anti-humanista acabaria por emergir a breve prazo. Quatro anos após a independência, é introduzida a pena de morte (Lei n.º 2/79 de 1 de Março), algo que o colonialismo nunca ousara colocar na letra do direito. Nesta lei foram tipificados um amplo conjunto de crimes contra a “segurança do povo e do Estado popular de Moçambique” que abriram caminho ao endurecimento do regime e sua transformação de facto num estado carcerário-policial, intransigente com qualquer forma de crítica ou dissidência.²⁸

Não podendo fazer “tábua-rasa” das ameaças que pesavam sobre o Estado moçambicano, a braços com a desestabilização promovida pela Rodésia e a África do Sul, é

os interesses da burocracia através de uma democratização interna que deveria passar pela efectiva possibilidade de eleição dos dirigentes.

²⁷ Uria Simango e Joana Simeão são os dois mais destacados opositores fuzilados pelo regime, sem julgamento, à margem do direito em vigor em Moçambique. Quase um quarto de século decorrido após este crime, quando confrontados com ele é manifesto o incómodo revelado por muitos membros da elite moçambicana, em especial aqueles que tiveram responsabilidades no Snasp.

necessário sublinhar que outros países de colonização portuguesa fizeram trajectos semelhantes, sem que vivessem situações de ameaça externa. É o caso de São Tomé e Príncipe que na sua deriva autoritária também introduziu a pena de morte para crimes de mercenarismo, sabotagem económica e conspiração a favor do imperialismo (Seibert 2001: 155). É claro que em momento algum a situação se aproximou do paroxismo angolano, cujo Estado se envolveu entre Maio de 1977 e 1979 em práticas planeadas e generalizadas de sequestro, tortura e liquidação física de milhares de cidadãos considerados como opositores (ou simplesmente suspeitos de o ser), muitos deles destacadas figuras da luta armada e do MPLA, a coberto da necessidade, decretada como imperiosa, da defesa do regime, cujas sequelas estão longe de estar superadas (v. Pacheco 2003).

O culto da personalidade era emanção e imanente ao poder pessoal e discricionário que Machel foi construindo, em consonância com alguns dos valores da cultura tradicional africana que dizia combater e o consentimento da burocracia e das classes populares em geral. Christie (1996: 256-257) dá-nos conta de um episódio relevante que, embora simulado, mostra bem a dimensão do poder concentrado nas mãos de Machel. Em 1982, num encontro público, o líder moçambicano reuniu-se com os antigos colaboracionistas para estes falarem das suas experiências. Um deles, um actor negro moçambicano disfarçado, mostrava não estar arrependido, o que levou Machel a chamar a polícia para o enviar para um campo de reeducação, onde deveria, conforme decidiu, ficar lá para sempre. O simples facto de esta representação pública ter ocorrido manifesta o enorme poder, absoluto de facto, detido por Machel.

O problema maior, ao ponto de se enraizar na cultura do próprio aparelho estatal e, de certa forma, se tornar incontrolável, era o da corrupção. Tratava-se de um fenómeno identificado e combatido pela liderança frelimista desde os primeiros momentos da luta de libertação. É bem conhecido a firmeza com que Mondlane e, mais tarde, Machel trataram os abusos de poder, as arbitrariedades e a indisciplina militar nas zonas libertadas, vistos sempre como factores de perda de prestígio e de influência da Frelimo. Na própria Tanzânia, ainda durante a luta de libertação, o envolvimento sexual de professores com alunas, designado por corrupção sexual pelos responsáveis políticos, nas escolas de formação do movimento mereceu fortes críticas. No pós-independência, a situação vivida na Beira é paradigmática da persistência dos fenómenos de corrupção e da luta extenuante travada contra ela por Machel. Numa cidade onde a influência da Renamo impunha uma governação cuidadosa e

²⁸ Para um conhecimento pormenorizado da legislação produzida durante esta fase de endurecimento v. Trindade (2003).

comprometida com a observância da legalidade e a perseguição do bem comum, a arbitrariedade, a incompetência e, sobretudo, a corrupção generalizada fizeram lei, levando Machel em 1980, certamente com pesar e vivo incômodo, a demitir Fernando Matavele, um herói da luta armada, conterrâneo de Mondlane. Um ano mais tarde, num comício em Maputo denunciou a corrupção que afectava as FPLM e o Snasp, implicando inclusivamente graves violações dos direitos individuais dos cidadãos, nomeadamente roubos e prisões arbitrárias (Christie 1996: 230-239). Como mostram C. Cardoso (2001) e Mosse (2001), os últimos anos de vida de Machel foram vividos numa profunda solidão política, num combate desesperado contra os burocratas e os militares pela reposição dos princípios éticos e morais da Frelimo no aparelho de Estado.

Chamando ao texto a ficção, que muitas vezes nos diz mais do que mil fontes documentais,

as estruturas²⁹ do poder popular, não só desejavam como ambicionavam. O desejo e a ambição são duas coisas distintas, e a distância que as separa, apenas é comparável, mas nunca medível. Os que desejam comer são aqueles que nada têm, e os que ambicionam são os que pretendem muito mais do que possuem. Tal era o fosso que se começava a abrir entre dirigentes e dirigidos. As estruturas do poder popular ambicionavam comer e beber, da mesma forma como a burguesia colonial comia e bebia, só que os camaradas do poder popular, maioritariamente originários do povo, comiam e bebiam com gosma, como se cada recepção representasse o princípio do fim do mundo. Se bem que originários do povo e pelo povo, a distância que os começava a separar já era medível pela ambição que cultivavam no seu dia-a-dia (Adamodjy 2001: 415-416).

Em síntese, nesta cultura estatal que Iniesta (1992: 177) associa à persistência de formas redistributivas do poder nas sociedades tradicionais nos Estados africanos actuais, as elites políticas e burocráticas encontraram terreno fértil para semear e fazer medrar as suas maiores expectativas e aspirações. De certa forma bloqueadas pela liderança de Machel, a sua morte libertou as vontades e as energias até então relativamente abafadas. A seu favor tinham também o modelo estatal adoptado, do qual tinha sido removida a componente democrática, único mecanismo que poderia garantir a contenção dos interesses da burocracia, desaparecido o voluntarismo colocado em acção por Machel. Só que a adopção de mecanismos de funcionamento democrático no partido e na sociedade não era apenas incompatível com o modelo centralista adoptado. Faltava também uma cultura adequada e enraizada na sociedade moçambicana, melhor dito, classes sociais capazes de contrapor, àqueles interesses e práticas,

um projecto alternativo radical. De facto, salvo indivíduos isolados, alguns deles com responsabilidades no interior da Frelimo, não existiam na sociedade moçambicana forças sociais e políticas relevantes de oposição às formas tradicionais de poder e de dependência a elas ligadas, tornando evidente que Moçambique não ficava à margem do carácter ainda rudimentar da formação de classes observada em África por First (1970: 97).

4. “A luta continua”: os primeiros anos de independência

A Frelimo negociava a independência com o Estado português num contexto político muito conturbado, especialmente em Portugal. Durante o período de transição (1974-75), os colonos brancos, na sua maioria, olharam para este processo com viva inquietação. Até então tinham vivido num quadro político relativamente estável. Para eles, sobretudo para os que viviam a sul do rio Save, onde a guerra nunca se tinha feito sentir, e mesmo para os que viviam em cidades, como Nampula e Tete, localizadas em regiões fustigadas pela acção militar da Frelimo, as questões políticas relacionadas com a luta pela independência estavam longe de constituir a preocupação principal. Situação (aparentemente) surpreendente quando sabemos que o exército colonial enfrentava no teatro de operações moçambicano dificuldades crescentes. Remetido nos últimos anos da guerra a uma posição defensiva, revelava-se incapaz de conter o avanço paulatino da Frelimo, primeiro para Tete, posteriormente para Manica e Sofala, já na margem sul do rio Zambeze. Desdizendo, mais tarde, a posição oficial do regime, o último ministro da defesa do Estado Novo fez, em 1977, um balanço muito sério da difícil posição em que se encontravam as tropas portuguesas em Moçambique na sequência da célebre “operação nó górdio”, que tinha como objectivo assumido pelo seu máximo responsável, o General Kaúlza de Arriaga, a eliminação da Frelimo e, portanto, o fim da guerra:

O êxito momentâneo obtido com a “operação nó górdio” rapidamente se desvaneceu. Diminuíram aparentemente as acções do inimigo, mas este aproveitou habilmente para se instalar em força em Tete e se infiltrar para o sul de Messalo, começando a progredir lentamente para a zona Macomia-Chai que até então lhe estivera interdita. [...] Nesta acção conseguiram ultrapassar o Zambeze sem que as nossas autoridades o houvessem pressentido (S. Cunha 1977: 344).

²⁹ Quando utilizada neste contexto, a “estrutura” refere-se a um indivíduo membro do aparelho partidário ou

No mesmo sentido se pronunciou Jardim (1976: 54 e 117) – homem da confiança do regime que, ao arrepio do que era defendido, pugnou por uma solução “à rodesiana” para Moçambique – ao sublinhar as crescentes dificuldades, operacionais e logísticas das tropas portuguesas, que classificava de “preocupantes”. Indo mais longe, Marcello Caetano, numa conversa privada, ter-lhe-á referido abertamente a possibilidade de um colapso militar em Moçambique. A situação era, do ponto de vista militar, insustentável a médio prazo. Basta atender à dimensão das tropas mobilizadas para os três teatros de operações. Em 1973 eram 130.000, “o maior exército jamais reunido pelos portugueses em toda a sua história e que, numa base de comparação *per capita* das respectivas populações, equivaleria a 3.250.000 soldados americanos, ou seja, mais de seis vezes a maior força lançada pelos Estados Unidos no Vietname do Sul” (Davidson 1975: 45).

Cuidadosamente filtradas, as informações sobre a guerra eram escassas, deixando os colonos, muito despolitizados mas, em regra, ideologicamente conservadores, entregues a um certo autismo político que acabaria por virar-se contra eles próprios. O obnubilar intencional da guerra nos *media* atingia uma dimensão quase obsessiva e burlesca. Nos principais jornais e revistas, como o *Notícias* e a *Tempo*, não se encontram mais do que uma dúzia de referências à guerra, sempre optimistas e favoráveis às tropas portuguesas. Na *Tempo*, uma revista “desalinhada”, era possível ler praticamente tudo sobre a actualidade internacional, incluindo manifestações transparentemente favoráveis ao governo de Allende no Chile. Só não se falava da guerra. Em Portugal o ferrolho era ainda mais forte. Todavia, as informações sobre a guerra colonial circulavam clandestinamente, contribuindo para o debate sobre o colonialismo e a sensibilização crescente de largos segmentos da população portuguesa para com a questão (v. Melo *et al.* 1978).

Por outro lado, só nos últimos anos da guerra é que os brancos naturais de Moçambique começaram a entrar em número avultado nas fileiras do exército, pelo que o tributo de sangue era pago pelos jovens vindos de Portugal, para quem estas terras constituíam referências muito fugazes e distantes. Quando, apesar dos seus esforços, o exército colonial não conseguia evitar o contacto directo dos colonos com a guerra e as moléstias e prejuízos daí resultantes, estes quase sempre perfilhavam-se pela defesa da presença portuguesa sem assumir as responsabilidades e os custos, entregando-os aos militares. Consideravam, aliás, como sua obrigação a defesa desta colónia:

Inicialmente, os brancos não faziam serviço militar nas colónias. Um dia apareceu-me, no Quartel-general, a mãe de um rapaz, muito aflita pelo facto de ele ter sido chamado para um desses cursos, por não ter pedido o adiamento da incorporação para continuar a estudar na África do Sul. A senhora quis saber o que aconteceria ao filho se ele continuasse na África do Sul e fosse passar o Natal a Lourenço Marques. Respondi-lhe: “Acontece-lhe uma coisa muito simples, é preso”. Pergunta ela: “Mas porquê, se nós não estamos aqui para nos imiscuirmos nos assuntos militares, mas apenas para dar o nosso saber, o nosso apoio? Nada temos a ver com a defesa disto”. Disse-lhe: “Se tem aqui os seus haveres, a sua família, as suas raízes, tem de colaborar”. A senhora não ficou convencida e quase me insultou (General Costa Gomes *in* Cruzeiro 1998: 196-197).

Conscientes de beneficiar do apoio de largas camadas da população branca, nomeadamente da pequena burguesia e das classes trabalhadoras menos politizadas, alguns sectores, politicamente mais activos e ideologicamente conservadores, empreendem acções de desestabilização, tentando dar vencimento a uma solução de tipo rodesiano:³⁰ um país independente comandado por um governo de minoria branca, de modo a manter o *statu quo* colonial. Mal organizado mas contando com recursos económicos significativos e controlando os principais órgãos de comunicação social – *Notícias e Tribuna*, ambos propriedade do grupo BNU, RCM e *Diário de Moçambique*, propriedade da Igreja Católica até 1970, data em que passou para as mãos de um grupo capitalista que tinha em Jardim o seu rosto público (Capela 1974: 7), para além de outros localizados em outras cidades de Moçambique –, este movimento de contestação tinha como principal figura Jorge Jardim. Membro da burguesia colonial, com ligações ao grande capital português, em especial a Champalimaud, colaborador de confiança de Salazar, cônsul do Malawi na Beira, proprietário de vários órgãos de comunicação social, desempenhou um papel de primeiro plano durante o processo de transição.³¹ Apoiado no prestígio e no acesso privilegiado a diversas chancelarias da África Austral, jogou em vários tabuleiros, confundindo até os sectores mais reaccionários do regime. Como bem exprime, com amargura cristalina, um dos ultras do Estado Novo, estas duplicidades vinham já de inícios dos anos 70:³²

Desde há algum tempo (mais exactamente desde o desaparecimento de Salazar) [o Eng.º Jorge Jardim] tinha concentrado muitas das suas energias e talentos em jogadas pessoais, onde se misturavam os

³⁰ O *Expresso*, poucos dias após o 25 de Abril, oferecia-nos uma ilustração sociológica poderosa destas camadas, ao escrever que “os brancos do Alto-Maé [zona residencial de Maputo de transição da cidade do cimento para a do caniço] constituem na sua grande parte uma população reaccionária e pequeno burguesa de famílias operárias mal informadas e sem espírito de classe” (*Expresso*, n.º 70 de 4/5/1974).

³¹ Para Costa Gomes, “a importância do Jorge Jardim em Moçambique era tal que praticamente dominava os governadores” (*in* Cruzeiro 1998: 82).

apoios a Lisboa aos esquemas de cariz rodesiano e, a partir de certo momento, aos contactos com a Frelimo (J. N. Pinto 1997: 165).

Jardim (1976: 85) esclarece, demoradamente e com precisão, que o seu objectivo visava uma “solução política que consentisse preservar a cultura lusíada, o multi-racialismo dela recorrente e a genuína auto-determinação dos povos”, se necessário garantida pela força militar das unidades moçambicanas e pelas milícias e colonos organizados em grupos de “auto-defesa”. Embora o negue veementemente, este projecto político reproduzia a solução rodesiana, ao salvaguardar, no essencial, a manutenção do poder e dos privilégios económicos e sociais da minoria branca. Disposto a tudo, chegou a considerar que:

Se tudo estivesse perdido, devíamos assim mesmo, aceitar oferecer colaboração à “Frelimo”. Esta dispunha de uma penetração no terreno e de uma força ideológica que era impossível enfrentar. Mas carecia de estruturas e quadros que só nós, na “frente interna”, lhe poderíamos proporcionar (Jardim 1976: 344).

Não dispondo de suficientes apoios políticos e militares, as acções levadas a cabo pelos colonos mais reaccionários acabaram apenas por consolidar ainda mais a influência e prestígio do movimento de libertação, acrescentando-lhe maior legitimidade enquanto representante do povo moçambicano. Entre os acontecimentos mais conturbados salientam-se os vividos em Lourenço Marques, em Setembro e Outubro de 1974. Numa manobra desesperada, um grupo de colonos brancos tenta, na véspera da assinatura do acordo de Lusaka (7 de Setembro) entre o Estado português e a Frelimo, travar a marcha de Moçambique para a independência, através de tumultos de rua e acções violentas contra elementos afectos ao movimento de libertação. Tendo começado em Lourenço Marques, onde se verificaram os conflitos mais graves, este levantamento conheceu também algumas reverberações noutras cidades, nomeadamente na Beira e em Tete. O “Movimento Moçambique Livre” e a sua “Primavera de Praga” foram rapidamente desfeiteados, para desespero da elite branca que ansiava por uma saída “rodesiana” (v. Jardim 1976: 347-354).³² Em Outubro, as provocações ostensivas de militares de uma unidade de comandos portuguesa desencadeou novas acções por parte de alguns grupos de colonos, atacando nomeadamente as

³² A filtragem cuidadosa da informação por parte de Jardim é reconhecida por um outro ultra do regime, S. Cunha (1977: 244), ministro da defesa aquando do golpe de 25 de Abril de 1974.

³³ Pervertendo o sentido da acção levada a cabo, Jardim (1976: 353) teve a desfaçatez de a classificar como a “Primavera de Praga” moçambicana.

forças da Frelimo que faziam a segurança ao jornal *Notícias*, situação que provocou uma resposta imediata da população negra que se traduziu em várias dezenas de mortos e feridos.³⁴

Apesar da orientação programática clara e das intervenções da elite dirigente da Frelimo não deixarem dúvidas sobre quem era o inimigo – o colonialismo e não o branco³⁵ – no terreno a situação era bem diferente. A animosidade de muitos negros contra os brancos, cimentada por décadas de dominação racial e classista, foi ampliada pelos referidos acontecimentos. Para a maioria dos colonos a independência de Moçambique com um governo de maioria negra era uma coisa impensável e, decididamente, insuportável. Habitados a tratar os guerrilheiros como terroristas, esta visão era reforçada pela propaganda anti-frelimista. Esta era difundida pelos sectores mais reaccionários em Portugal e em Moçambique, amiúde por via familiar, cavando incertezas nas convicções e esperanças de muitos. Chegou-se ao ponto dos boatos mais delirantes sobre a governação próxima de Moçambique pela Frelimo adquirirem credibilidade. Para além das sempre comentadas atrocidades que esta iria cometer, propalou-se até a nacionalização dos filhos (v. Christie 1996)³⁶. Tudo isto acabaria por concorrer para a conhecida debandada geral dos brancos de origem portuguesa, nascidos ou não em Moçambique. Mesmo os esforços daqueles que, conhecendo bem a situação e tendo optado por ficar por razões de adesão ao programa político frelimista, tentaram demover os seus familiares, foram completamente infrutíferos:

Eu tinha uma família longuíssima e fiquei sozinho. Sozinho! Várias pessoas da minha família abandonaram casas mobiladas, viaturas, foram-se embora de um dia para o outro. Eu a sossegar as pessoas, a dizer que não era nada disso, fiquem calmas, mas não valia de nada. As pessoas simplesmente entraram em pânico (A. P. Tavares, CAu27).

Pouco meses após a independência, em Fevereiro de 1976, arrancaram as emissões da “Rádio África Livre”, a partir de Salisbúria. Ostensivamente caluniosas, eram especialmente visados Marcelino dos Santos e Samora Machel. Sobre este, designado por “magarila” – ladrão, animal de rapina –, insinuavam-se as mais descabeladas injúrias, incluindo a

³⁴ Estes acontecimentos tiveram eco na imprensa portuguesa. O seu interesse não se confinou aos dias imediatos aos incidentes. Em Fevereiro de 1975 o jornal *Expresso* (n.º 111 de 15/2/1975) referia, na sua análise dos incidentes, o papel determinante desenvolvido pelo Alto-Comissário, Almirante Vítor Crespo, na gestão de todos os conflitos e na condução, pelo lado português, do processo de transição pacífica para a independência de Moçambique.

³⁵ Esta questão remonta às origens da Frelimo. Enquanto a ala nacionalista-conservadora, ligada a Lázaro Nkavandame e Uria Simango, definia o branco como inimigo, a maioria da direcção da Frelimo, em coerência com as teses marxistas, definia o colonialismo como o alvo a abater (v. Kruks s.d.).

³⁶ A nacionalização dos filhos parece ser uma das trapaças mais difundidas sobre as experiências socialistas. Na minha infância recordo-me de ter escutado, com alguma recorrência, a mesma história aplicada à URSS.

apropriação de recursos financeiros do Estado, transferidos para contas bancárias pessoais na Suíça (v. Passos 1977: 119-122). A propaganda não se restringiu ao território moçambicano. Na Europa e nos EUA começou, a bem dizer, com a independência. Assumindo, muitas vezes, facetas grosseiras e aberrantes, ela foi decisiva para ganhar o apoio da opinião pública ocidental e, sobretudo, dos deputados e outros parlamentares para a política intervencionista das potências ocidentais. Como não podia deixar de ser, os EUA desempenharam um papel de relevo. A campanha nos *media* americanos viria a atingir níveis de paroxismo, mostrando o seu papel na estratégia imperialista de desestabilização de Moçambique.³⁷ Ao nível dos jornais e revistas “fazedores de opinião”, como o *Washington Post*, o *New York Times*, a *Newsweek* e o *Los Angeles Times*, o embuste tinha como limite a imaginação dos jornalistas. Por exemplo, num artigo publicado em 1976, o *Los Angeles Times* escreveu que Samora Machel, procurando o apoio da maioria africana, atacava brancos, asiáticos e mestiços nos seus discursos; por sua vez, o *Washington Post* afirmava que a Frelimo ordenava a prisão arbitrária de brancos, enviados para campos de descolonização mental. Acusava-se ainda os ministros brancos de serem ultra-esquerdistas, sem qualquer apreço pela sua raça (Isaacman s.d.: 3). A nível político, em 1976, no início da governação Carter, os republicanos fizeram aprovar uma medida legislativa, proibindo a entrega de fundos americanos a Moçambique, directa ou indirectamente, e opuseram-se ao modo como a ONU geria os seus.

Em Portugal a campanha conheceu também uma particular virulência. À cabeça desta agitação colocava-se o jornal *O Diabo*. Os “crimes da ‘descolonização exemplar’” eram um dos seus temas preferidos. Nas suas páginas eram recorrentes os artigos, entrevistas e testemunhos sobre as antigas colónias portuguesas, todos eles contaminados pelo ódio ao comunismo combinado com um racismo exacerbado e as mentiras mais lunáticas sobre Moçambique. Nesta campanha pontificaram também antigos colonos, como Pinho Barreiros (1977) e Inácio de Passos (1977), antigo jornalista do *Notícias da Beira*, propriedade de Jorge Jardim. Oscilando entre a deturpação ostensiva dos factos e a calúnia febril, o denominador comum era o ódio ao comunismo e ao governo de maioria negra não tutelado pelos antigos colonizadores. Como pano de fundo, guiava-os o ressentimento contra o processo de descolonização, alimentado por uma razoável produção editorial e jornalística que perorava sobre a viabilidade da vitória militar e da razoabilidade das perdas humanas e económicas que ela exigia ao país (v. L. Cunha *et. al.* 1977, J. N. Pinto 1977 e Marques 1978)

³⁷ Sobre o papel político desempenhado pela comunicação social, Ramonet (1999) formula uma das críticas mais interpeladoras. Para o conhecimento de um caso concreto de manipulações mediáticas na actualidade v. Lemoine (2002).

Um dos aspectos políticos mais marcantes nesta zona do continente africano era a luta pela sobrevivência dos regimes de Ian Smith na Rodésia e do *apartheid* na África do Sul. A independência de Angola e de Moçambique fechava, de certo modo, o cerco a este reduto branco, que desfrutava do apoio de algumas potências ocidentais, relativamente envergonhado mas activo. Era o caso dos EUA, manifestamente inquietos com o avanço da influência soviética na região austral que, a prazo, poderia conduzir a um regime anti-imperialista na África do Sul. Estavam, pois, reunidas as condições para a edificação de um cenário de agressão e de desestabilização destas jovens nações africanas. Como justamente salienta Egerö,

o inimigo directo já não era uma ditadura arcaica a precisar de ser substituída. Era antes uma rede internacional de poder moderna e operativa, capaz de aplicar tudo o que fosse necessário, desde a manipulação ideológica ao estrangulamento económico e à guerra declarada. O seu representante principal era o estado do *apartheid*, especialista na arte da supressão da maioria do seu próprio povo (1992: 16).

Se em Angola, num contexto político ainda mais tenso e complexo, existiam forças no terreno disponíveis para a guerra contra o governo estabelecido (v. Tali 2001 e D. dos Santos 2001), em Moçambique tudo estava por fazer. Era necessário, em primeiro lugar, inventar os chamados “combatentes da liberdade”, como sugeria Jardim (1976: 415) no final do seu livro, para levar a guerra ao interior de Moçambique.

Os primeiros ataques das forças rodesianas a território moçambicano ocorrem ainda durante a fase de transição. De acordo com fontes ligadas aos *selous scouts* – força de contra-insurreição formada na Rodésia para lutar contra os movimentos nacionalistas que combatiam o governo branco de Ian Smith –, a intervenção militar em território moçambicano começou ainda durante o governo de transição, quando em Março de 1975 um comando ataca uma base de guerrilheiros do movimento liderado por Robert Mugabe.³⁸ A partir daí, com o pretexto de golpear as forças nacionalistas zimbabweanas, sucederam-se as incursões em território moçambicano, quase sempre implicando ataques a aquartelamentos militares da FPLM e danos sérios nas infra-estruturas de transporte e comunicações. Em Outubro de 1976, Moçambique denuncia estas acções na ONU. Se até então poderiam persistir na comunidade

³⁸ V. http://members.tripod.com/selousscouts/home_page.htm. No levantamento exaustivo efectuado por Gerry (1979), a primeira incursão é datada de Agosto de 1975, quando uma força de infantaria ataca a povoação de Vista Alegre, na província de Manica. Entre 1975 e 1979 ter-se-ão verificado mais de meio milhar de agressões militares das forças rodesianas em Moçambique, visando fundamentalmente infra-estruturas económicas e sociais, como hospitais, escolas e estações de caminho de ferro. Para um balanço geral das destruições provocadas pela Renamo v. Davidson (2000: 296-297).

internacional algumas dúvidas sobre a veracidade das notícias divulgadas pelas autoridades moçambicanas, o abate de um avião Cambera de Smith pelas FPLM em Janeiro de 1977 desfizeram-nas totalmente (*Tempo*, n.º 327 de 9/1/1977).

Em paralelo, os serviços secretos rodesianos organizavam um movimento fantoche, o *Mozambique National Resistance* (MNR), para “nacionalizar” a agressão. Com a mudança da sua base para a África do Sul, no início da década de 80, passa a designar-se por Resistência Nacional Moçambicana (RNM). Dará origem ao acrónimo Renamo, utilizado até ao presente (v. Abrahamsson e Nilsson 1994: 163-166).³⁹ O processo é hoje bem conhecido (v.g., entre outros, Flower 1987, Vines 1991 e Minter 1994). Com a independência de Moçambique, numerosos colonos portugueses refugiaram-se na Rodésia. Socialmente muito heterogéneos, desde pequenos comerciantes e proprietários até membros da grande burguesia colonial, passando por soldados e elementos das milícias desmobilizados (Vieira 1990: 77), em comum tinham apenas o ódio ao “comunismo”, como anota Geffrey (1991: 11). Acossada pelos movimentos de libertação, a Rodésia viu nesta gente uma oportunidade para golpear Moçambique, sem ter de arcar com a totalidade dos custos políticos.

Sem acesso directo ao mar, os rodesianos estavam muito dependentes das linhas de caminho de ferro moçambicanas que faziam a ligação entre o seu território e os portos do litoral índico. Dando cumprimento às sanções aprovadas pela ONU, Moçambique impõe em Março de 1976, de facto, um bloqueio económico à Rodésia, asfixiando ainda mais o regime.⁴⁰ Em termos económicos, as sanções foram desastrosas para Moçambique. O encerramento dos serviços de transporte ferroviário de mercadorias para a Rodésia provocou uma redução superior a 25% das receitas do país em divisas (Abrahamsson e Nilsson 1994: 130). Fruto de algum voluntarismo da elite dirigente frelimista, esta medida política visava dar um contributo decisivo à luta dos movimentos de libertação na Rodésia, apressando o desenlace final: um governo de maioria reconhecido internacionalmente. E com ele o fim das hostilidades levadas a cabo pela Renamo. Infelizmente para Moçambique, tratava-se de uma avaliação superficial, que obliterava a existência da África do Sul e subestimava os interesses dos EUA na região austral.

³⁹ Para facilitar a leitura, empregar-se-á a designação actual.

⁴⁰ Resolução 386 do CS da ONU de 17 de Março de 1976, adoptada por unanimidade na 1.892ª sessão. Nela o CS felicita o governo moçambicano por ter agido em conformidade com a resolução 253 de 29 de Maio de 1968, onde se estabelece sanções económicas à Rodésia do Sul (actual Zimbabwe). Esta resolução condena também todos os actos de provocação e de agressão, incluindo militares, cometidos pelo regime de Ian Smith contra o território moçambicano, instando os estados membros, os organismos e o secretário-geral da ONU a tomar todas as iniciativas necessárias para conceder ao estado moçambicano assistência financeira e técnica necessária para o ressarcir dos prejuízos resultantes da aplicação das sanções.

Criação dos serviços secretos de Ian Smith, a “nacionalização” da Renamo é feita através do recrutamento de elementos moçambicanos residentes no interior do país. É assim que os líderes (de facto) Orlando Cristina e Evo Fernandes cedem o protagonismo mediático a André Matadi Matzangaíza e Afonso Dhlakama, tudo para dar uma aparência “africana” ao movimento.⁴¹

As causas da adesão ao movimento são complexas. Christie (1996), num registo muito “oficial”, aponta o descontentamento de antigos militares da Frelimo, a seca no início dos anos 80 – que levou muitos jovens, desesperados, a juntar-se à Renamo, pois viam no saque a única possibilidade de comer todos os dias – e, acima de tudo, o tribalismo. Não deixando de ter algum fundamento, para se compreender a implantação social do movimento é necessário ir mais além. Como assinala Lopes (2001: 39), não se pode ignorar os interesses das famílias dominantes nas zonas rurais, ancorados nas formas tradicionais de autoridade, bem como os conflitos em torno das aldeias comunais. Estes elementos são analisados com minúcia por Geffray:

as tensões existentes no seio das próprias populações e as que se opunham ao Estado aldeão da Frelimo eram importantes. Contudo, por agudas e dramáticas que fossem em alguns casos, não havia razão alguma para que saíssem do quadro pacífico em que se exprimiam até à chegada da Renamo (1991: 155).

Escorado em trabalho de campo realizado em circunstâncias arriscadas, numa zona da província de Nampula severamente tocada pela guerra, Geffray mostra-nos que o conflito armado e a Renamo se alimentaram das rupturas sociais e políticas provocadas pela Frelimo. Para o caso estudado, as origens do conflito remontam a 1977, aquando das eleições para as assembleias do povo, às quais os antigos régulos foram impedidos de se candidatar. Esta situação levou a população a reagir, afrontando as estruturas político-administrativas: “O afastamento dos notáveis, a eliminação das suas prerrogativas políticas, sociais e religiosas e perante o discurso veemente que os ridicularizava, ameaçava e insultava, as populações compreenderam que era a sua própria existência social que a Frelimo negava” (Geffray 1991: 19). Para ganhar apoios e consolidar posições a Renamo explorou também, duma forma hábil, as rivalidades existentes entre chefaturas e, num plano mais alargado, entre as etnias,

⁴¹ O. Cristina foi assassinado em 1983, em circunstâncias ainda não completamente esclarecidas, com a eventual cumplicidade de elementos das forças de segurança sul-africanas. E. Fernandes seria abatido a tiro cinco anos mais tarde, na Malveira da Serra (Sintra). O móbil do crime continua também por apurar. Matzangaíza morre em combate em 1979, na zona da Gorongosa. Para uma aproximação mais fina às lutas políticas no interior da organização v. Makwákwa (s.d.).

normalmente relacionadas com conflitos em torno de territórios, acesso a recursos e engajamento na luta colonial (Geffray 1991: 25).⁴² De igual modo, Chingono (1996) refere o programa político modernizador da Frelimo como uma das causas do apoio à Renamo por parte das populações. Porém, em muitas zonas, o apoio esboroou-se progressivamente devido aos abusos cometidos por este movimento, levando as populações a procurar novamente refúgio nas zonas controladas pelo Estado.

Na perspectiva de Geffray, a contestação é explicada com base na preservação da identidade das populações – razão maior para a defesa do poder assente nas autoridades tradicionais –, nada dizendo sobre o papel exercido pelos privilégios e recursos detidos pelos régulos. Ou seja, faz tábua rasa da importância dos bens e dos recursos económicos para a definição do estatuto social e da identidade dos indivíduos e, por outro, das implicações que eles comportam para o estabelecimento de redes de dependência e de relações de poder.

Às aldeias comunais coube um papel fundamental na afirmação social da Renamo. Tratava-se de um projecto inspirado em experiências de desenvolvimento rural implementadas noutros países, com destaque para as aldeias socialistas da Argélia e as *ujamaa* da Tanzânia, que a elite dirigente da Frelimo conhecia particularmente bem. Num país em que a maioria da população vivia nos campos, as aldeias comunais eram o instrumento fundamental, na óptica da Frelimo, para a intensificação da produção agrícola, melhoria geral das condições de vida rurais e, por outro lado, o enraizamento da consciência revolucionária. Na 1ª Reunião Nacional de Agricultura estes objectivos foram reiterados, definindo-se com rigor os modos de constituição, organização e funcionamento das aldeias comunais (v. *Tempo*, n.º 262 de 12/10/1975). Para Geffray, o processo de estabelecimento das aldeias comunais terá ignorado as bases económicas e sociais que sustentavam a vida das populações camponesas:

Os promotores das aldeias comunais concebiam tudo como se as populações rurais fossem uma série de indivíduos, homens e mulheres, velhos e crianças, sem qualquer vínculo social, que subsistiam independentemente uns dos outros, como se, caídos do céu, tivessem esperado a Frelimo para se

⁴² A etnia é um conceito muito interrogado na teoria social. Em termos antropológicos continua a ser uma categoria fundamental que não pode ser eliminada da reflexão e do discurso teóricos (v. Heuch 2000). Como amiúde se observou ao longo do trabalho de campo, os actores sociais dão-lhe um sentido relativamente preciso, funcionando como um elemento importante para a definição da pertença e da identidade colectivas. Sobre o papel jogado pela etnicidade em África v. Cahen (1996 e 1997) e a um nível mais circunscrito, focado na análise desta problemática em Moçambique, a obra colectiva dirigida por Serra (2000b). V. também Schaefer (1992) para uma perspectiva histórica da estratificação com base na raça, Balibar e Wallerstein (1991) para uma articulação crítica da raça com a nação e a classe e, por fim, Wallerstein (1992) sobre a classe e a raça na África Austral.

organizarem, como se já não estivessem historicamente e de longa data “organizados”. Era a ideologia da “página em branco” (Geffray 1991: 16).

Conquanto o apoio das populações à Renamo tenha sido desigual, com o sul, nomeadamente Gaza, muito hostil, e o resto do país a oscilar entre a adesão a esta força e a fuga para as zonas controladas pelo Estado (v. Egerö 1992), não raro, dando origem a movimentações de refugiados em grande escala, o seu enraizamento tem muito a ver com os factores mencionados, se bem que por vezes encamisados por aspectos de natureza religiosa e simbólica:

[as populações] sabem que a Renamo quer acabar com as aldeias comunais, que persegue as “estruturas”, mata os secretários e as milícias, mas que não ataca os velhos e que respeita os chefes e a religião; sabem que nas ruínas das aldeias queimadas pela guerrilha, as mesquitas, as capelas e os diversos lugares de culto consagrados aos antepassados ou à invocação dos espíritos são as únicas construções que continuam de pé, intactas e limpas entre os escombros fumegantes, a louça partida e o mobiliário queimado. Tais práticas fazem eco a preocupações políticas e sociais importantes e profundas, partilhadas por todas as populações rurais (Geffray 1991: 62).

Certamente que estamos perante elementos relevantes para a compreensão da questão. Mas outros devem ser igualmente considerados, para chegarmos a uma compreensão pluricausal sobre este problema central na sociedade moçambicana pós-independência. Ora, neste esforço é importante tomar em consideração que a adesão às aldeias comunais era muito variável e, por outro lado, os membros locais do partido e do estado, longe de serem uma espécie de almas penadas caídas do céu, tinham ligações, nomeadamente de parentesco, com a população e as comunidades campesinas. Ou seja, a Frelimo possuía uma base social de apoio significativa, onde tentou escorar as suas opções políticas para o campo. É bom lembrar que o movimento de libertação detinha um capital de prestígio, em boa parte construído durante a luta armada, que lhe proporcionava uma capacidade de intervenção muito folgada. E, naturalmente, os dirigentes na sua acção política não o ignoravam:

Não fomos para uma aventura. Nós tínhamos a consciência da força enorme que a Frelimo representava. E que por si só, até hoje, era suficiente para convencer as pessoas. Se elas hesitassem um pouco diziam: “Bom, de todo a maneira é a Frelimo que manda. Mas isto dói, isto é duro, mas tá bem, é a Frelimo”. Nós tínhamos consciência do papel e do lugar da Frelimo na realidade moçambicana, na consciência das pessoas (M. dos Santos, CAu41).

Adoptando uma posição prudente, Yañez Casal (1996) mostra que este ambicioso programa político não ignorava as estruturas económicas e sociais que organizavam a vida dos camponeses moçambicanos. Para os políticos e planificadores tratava-se precisamente de, por via das aldeias comunais, intervir nelas, modificando-as. Conhecedores das limitações que a pequena produção camponesa colocava ao projecto modernizador da Frelimo, os seus dirigentes tentaram, mais uma vez com manifesto voluntarismo e excessivo optimismo, revolucionar as estruturas económicas e sociais existentes, com o objectivo de criar as condições para uma alteração profunda das estruturas produtivas, nomeadamente a nível agrícola, e a melhoria significativa das condições materiais de existência das populações camponesas. Em Manjacaze as aldeias comunais acabariam por se enraizar, sobrevivendo ao fim do projecto político que as tinha originado, dando lugar a novos aglomerados populacionais, dotados de escolas e outros serviços considerados essenciais pela população. Como refere o chefe de posto de uma localidade periférica do distrito, “o que fez acabar isso foi a guerra. Aquela organização era boa coisa. Aqui veio concentrar-se toda a gente aqui. Fizeram a escola ali, o hospital acolá”.

Ao contrário do que escreve Geffray (1991: 135), a edificação das aldeias comunais assentava numa estratégia de desenvolvimento que não descurava, seguramente, a disseminação do aparelho de Estado pelo campo. Aliás, tornando evidente uma certa inconsistência na sua argumentação, Geffray (1991: 15) cai em contradição, ao admitir, no texto aqui citado amiúde, que as aldeias comunais tinham subjacente um programa de desenvolvimento. Aliás, pelo modo como argumenta em defesa das comunidades locais campesinas, Geffray parece não dar a devida importância ao papel político desempenhado pelas instituições estatais nos processos de mudança. É essencial ter presente que a mudança está fortemente dependente da intervenção planeada e politicamente orientada por parte do Estado. Basta atentar, por exemplo, no estabelecimento do capitalismo que, como vimos, seguindo a tese genial de Polanyi (1983: 321ss), jamais veria a luz do dia se as coisas tivessem sido deixadas à sua sorte.⁴³

⁴³ A ingerência das instituições estatais é, hoje, muito nítida nos países em transição saídos de experiências socialistas. No caso de Moçambique, a economia de mercado e a sociedade de mercado estão a ser configuradas através da acção continuada das instituições internacionais e do estado, com particular saliência para a produção legislativa. Para este debate tem concorrido a social-democracia europeia. Segundo os contributos mais recentes (v. Giddens 1999), as sociedades modernas devem assumir o compromisso para com a economia de mercado, enjeitando, porém, a sociedade de mercado. Não caberá aqui alargar a contenda, tão só assinalar que, como demoradamente mostrou Polanyi (1983: 88-111), fazendo-se da economia o centro das actividades humanas, encastrando estas naquela, daqui resulta que a economia de mercado não pode funcionar sem uma sociedade de mercado, na qual é exigido a todos os seres humanos que se comportem de maneira a ganhar o máximo de dinheiro possível e toda a produção seja basicamente destinada à venda e os rendimentos, sem excepção, dela provenientes.

A direcção política frelimista conhecia os problemas com que se debatiam as aldeias comunais. Os trabalhos de campo e os relatórios dos estudos realizados pelas equipas de investigação do CEA da UEM cedo identificaram um conjunto de constrangimentos e de insuficiências que trazem à existência o papel fulcral desempenhado pelas estruturas históricas e sociais na organização e no funcionamento das aldeias comunais. Por exemplo, num estudo sobre a transformação rural na zona do Baixo Limpopo (Xai-Xai) [*Problemas de transformação rural na província de Gaza: um estudo sobre a articulação entre aldeias comunais seleccionadas, cooperativas agrícolas e a unidade de produção do Baixo Limpopo (UPBL)* (1979)] descortina-se que o argumento da “página em branco” como factor básico para a intervenção do Estado não é sustentável, ao inventariar com grande detalhe os problemas colocados às aldeias comunais. Desde logo, a fraqueza da base produtiva – da qual depende a melhoria das condições de vida, no fundo, o principal factor para a adesão das populações –, em especial a disponibilidade de instrumentos de produção, que contribuíam para tornar agudas as tensões entre as diversas formas de produção existentes, com os camponeses a dar prioridade às suas machambas familiares. Como é justamente salientado, as restrições impostas pela África do Sul à emigração moçambicana reduziu abruptamente os fluxos financeiros tão importantes para a compra, substituição e manutenção dos artefactos agrícolas e das cabeças de gado. No estudo são também escrutinadas as causas da fraca receptividade dos camponeses para as formas de organização colectiva do trabalho, mormente em tudo o que tinha a ver com a acumulação social. Por outro lado, foram analisados os conflitos gerados pelas movimentações e assentamento das famílias camponesas. Quase sempre relacionados com a distribuição de terras pelos recém-chegados, este processo mexeu com os interesses dos que já estavam instalados. Entre outros aspectos, muitos camponeses viram-se privados do controlo dos cajueiros, principal fonte de rendimento monetário das famílias nesta região. Longe de ser um facto menor, esta situação concorreu para debilitar o prestígio do aparelho de Estado e a capacidade de atracção social e simbólica das aldeias comunais enquanto projecto social e político de transformação radical da vida campestre.

Temos de considerar igualmente a questão da corrupção.⁴⁴ Na memória dos camponeses que passaram pelas aldeias comunais estão bem presentes os abusos cometidos por muitos dos seus responsáveis, quase sempre relacionados com a apropriação privada da produção realizada para a acumulação social. Desta forma, o trabalho colectivo tinha, para os

⁴⁴ Certamente já perceptível aos investigadores, o seu silêncio é, neste caso como em muitos outros, uma forma de auto-censura, mecanismo de defesa face às pequenas e grandes elites políticas que, desde muito cedo, deram mostras de tolerar mal a crítica. Não raro, agiram com brutalidade sempre que os seus interesses, ainda que ilegítimos e ilegais, foram postos em causa.

camponeses, um sentido preciso: fonte de rendimento, em dinheiro e produtos, para a liderança política da aldeia comunal.

Nestas circunstâncias, o que estava em causa era a segurança material dos camponeses. Ela está relacionada com a obtenção, a todo o tempo, de um rendimento mínimo que permita satisfazer as necessidades materiais e as obrigações sociais e simbólicas de cada família na comunidade em que vive (Scott 1976: 6-9). Ao colocar-se em causa o princípio do “safety-first” (Scott 1976: 27), mormente por via da apropriação de parte dos excedentes produzidos, os camponeses não poderiam reagir de outra forma que não fosse a oposição a todas as iniciativas promovidas pelo estado para alterar as estruturas produtivas e a organização social. Nesta discussão não podemos ignorar que a relação com a terra constitui um dos elementos fundamentais para a caracterização da economia camponesa. Na óptima de Shanin (1971: 240-243), os esforços dos camponeses orientam-se para garantir a ocupação e o uso da terra, assim como o controlo sobre os produtos nela produzidos. Uma vez que a reprodução individual e familiar dos camponeses está estreitamente ligada à terra, é a posse directa desta que acaba por se constituir no principal factor para a definição da sua posição política, nomeadamente em relação ao estado. A sua posse não é somente, para os camponeses, um factor de segurança material. É também o principal recurso de poder dos camponeses, como observa Scott (1976: 51) para o Sudeste asiático no período colonial. Através dele, eles organizam a reprodução biológica das suas famílias, negociam as alianças matrimoniais, a troca de recursos e, aspecto muito importante, preservam uma certa autonomia face aos detentores do poder a nível local, incluindo o que é exercido pelos representantes da autoridade estatal. Daí que os camponeses metam em acção estratégias de resistência, muitas vezes passivas e não imediatamente reconhecíveis, face a iniciativas e projectos que coloquem em causa o seu controlo directo sobre a terra, inclusive em experiências socialistas, como as *ujamaa* na Tanzânia e as unidades estatais de produção agrícola na Argélia (Scott 1985: 302-303).

Face a este quadro, o estado moçambicano não foi capaz, por rigidez ideológica, inabilidade política e escassez de recursos materiais e humanos, a que não foi estranha a acção militar da Renamo, de manter a maioria dos camponeses do seu lado. Sintetizando com razoável finura as razões da implantação social e política da Renamo,

a oposição entre o Estado e as populações rurais é a condição objectiva prévia do seu *engajamento* na guerra. Mas é preciso que a Renamo intervenha, com a sua infra-estrutura elementar de guerra, para que o conflito que opõe as populações ao Estado tome uma forma violenta. [...] Uma vez a guerra

desencadeada devido ao conflito entre as populações e o Estado, serão depois outros conflitos históricos, que opõem localmente as populações entre elas, que irão de certa forma sobredeterminar as motivações de uns e de outros [...] em suma, o conflito entre as populações rurais e o Estado motiva o seu engajamento na guerra, enquanto os conflitos históricos que as opõem entre si determinam a polarização local no conflito (Geffray 1991: 62).

Passado mais de um quarto de século sobre os acontecimentos que lhe deram origem e uma década desde o fim da guerra civil, as fontes e os dados ao nosso dispor parecem não deixar dúvidas: criatura saída do bojo das forças rodesianas, acolhida no regaço do *apartheid* agonizante, a Renamo jogou um papel decisivo na região a favor dos interesses ocidentais. O desfasamento entre o projecto político frelimista e os valores e expectativas das populações, em especial as camponesas, tornaram possível o enraizamento da Renamo que faz dela, hoje, uma força partidária decisiva no panorama político moçambicano. Daí que, com toda a pertinência, Cahen (2002: 2-5) fale de um processo político-militar que evolui de uma guerra de agressão para uma guerra civil. Na sua perspectiva, o pequeno bando armado sustido pelos restos do poder estatal branco transformou-se num actor colectivo de primeiro plano na sociedade moçambicano.⁴⁵

Em meados da década de 80 existiam já fortes indícios deste enraizamento. A liderança frelimista, com Samora Machel à cabeça, repetia a tese da falta de apoio da Renamo a nível interno, dizendo que os “bandidos armados” acabariam assim que as potências ocidentais os deixassem de apoiar.⁴⁶ Como o tempo se encarregaria de o demonstrar, os dirigentes moçambicanos estavam profundamente enganados. Pouco anos depois, as mudanças políticas verificadas a nível mundial – colapso do bloco socialista – e a nível moçambicano – adesão da Frelimo ao neoliberalismo – retiraram à Renamo qualquer valor estratégico para as potências ocidentais. Mas ela sobreviveu, obrigando o governo moçambicano a negociar a paz devido à impossibilidade de, no terreno, ganhar a guerra. Apesar do compromisso político que selou o fim das hostilidades entre os dois beligerantes, a Frelimo foi a vencedora indiscutível. Para desgraça da Renamo e dos seus dirigentes, o seu papel histórico tinha-se findado com o colapso da URSS, ainda que continuar a bradar contra a Frelimo, acusando-a de ser comunista e os seus dirigentes de marxistas-leninistas

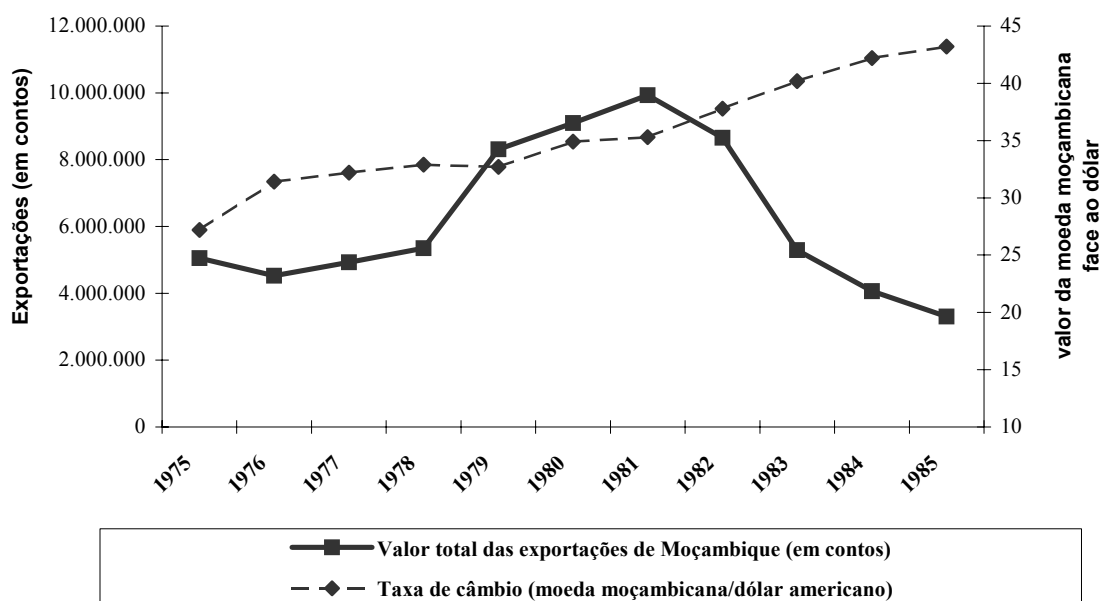
⁴⁵ Sublinhe-se que Cahen utiliza a sua filiação ideológica de raiz marxista, evocada recorrentemente, como mecanismo de autoridade e certificação do seu discurso. Efeito talvez inesperado e não previsto, o que se retém da sua argumentação é a tentativa de “nacionalizar” a Renamo por via da implícita desvalorização das suas origens externas. Para uma aproximação mais fina ao pensamento do autor sobre Moçambique v. Cahen (1987).

⁴⁶ A documentação sobre a posição da Frelimo nesta matéria é muito abundante. Desde documentos oficiais a intervenções públicas de dirigentes governamentais amplamente divulgadas pelos *media*, sempre a tese da falta de apoio interno da Renamo foi propalada.

encapotados. Como todos bem sabem, esta há muito que renegou os ideais e projectos socialistas, sendo hoje o partido que dá as melhores garantias de bem aplicar o neoliberalismo em Moçambique.⁴⁷

Regressando a 1975, para uma retrospectiva conclusiva sobre o pós-independência até ao acordo de paz que colocou fim à guerra civil, a economia moçambicana reflectiu durante um par de anos os efeitos relacionados com a transição para a independência, em especial a fuga dos proprietários das empresas e dos técnicos portugueses que asseguravam a direcção e a gestão das unidades produtivas. A partir de 1977 o desempenho geral da economia melhorou em algumas áreas, chegando a 1981 com resultados nitidamente superiores a 1975 na produção industrial e nas exportações (v. figura 2), ainda que num contexto marcado pela degradação de alguns dos principais indicadores macro económicos. É o caso da taxa de cobertura das importações pelas exportações – passou de 47% em 1975 para 35% em 1983 – e da evolução do PIB *per capita*. Perdendo no período da transição quase 40% do seu valor em relação a 1973 (cerca de 420€ *per capita*), continuou a deslizar nos anos seguintes, valendo em 1981 menos de 200€ *per capita*. Para esta situação contribuiu fortemente o crescimento populacional que acabou por anular a estabilização do valor do PIB operada a partir de 1976 e mantida até 1980 (v. Hanlon 1996: 206 e Francisco 2003: 146).

⁴⁷ Em Angola viveu-se um processo muito semelhante. A UNITA viu, com o fim da guerra-fria e a adesão do MPLA ao neoliberalismo, esgotado o seu papel. Em boa medida, a paz não se fez mais cedo devido à obstinação de Jonas Savimbi em prosseguir uma luta que não poderia vencer, em lugar de empenhar os seus esforços num processo de paz efectivo, no qual se incluiria necessariamente a discussão sobre a partilha das gigantescas rendas proporcionadas pelo petróleo e outros recursos minerais.



Fonte: Hanlon (1994) e Incaju

Figura 2. Evolução da taxa de câmbio e das exportações de Moçambique

Apesar dos sinais ténues de recuperação, que permitiam insuflar o voluntarismo frelimista em busca do desenvolvimento e da melhoria das condições de vida da população, a nível político internacional a correlação de forças era muito desfavorável. Se a independência do Zimbabwe foi um aspecto positivo, a África do Sul decide responder com brutalidade, acentuando a agressão a Moçambique. Para além da intervenção directa através de tropas especiais e de acções bombistas visando activistas *anti-apartheid* em território moçambicano⁴⁸, e da chantagem económica – redução da utilização do porto de Maputo e do caminho-de-ferro moçambicano para a importação de mercadorias e da força de trabalho moçambicana nas minas de ouro⁴⁹ –, a África do Sul deu guarida à Renamo. A esta seria reservado um papel de destaque na política da “total strategy” montada pelo governo de P. W. Botha. A jogar a favor do regime sul-africano estava a administração americana dirigida pelo republicano Reagan. A sua política tinha como principais pontos de referência a “ameaça

⁴⁸ Uma das vítimas mais conhecidas foi Ruth First – proeminente cientista social sul-africana branca, militante de longa data do SACP e esposa do dirigente comunista Joe Slovo –, assassinada em 1982 por uma encomenda-bomba no seu gabinete da UEM, onde trabalhava como investigadora.

⁴⁹ A partir de 1976 o recrutamento de mineiros caiu para cerca de 43.000, cerca de 1/3 de 1975, valor que se manteve nos anos seguintes. Em 1978 a África do Sul denunciou o acordo em vigor, estabelecido ainda com a administração colonial portuguesa, que a obrigava ao pagamento de uma parte dos salários dos mineiros directamente ao governo moçambicano em ouro a preço preferencial (v. Egerö 1992: 103). Se a crescente tensão política concorreu decisivamente para esta ruptura, é atinente sublinhar também a crise económica mundial que na África do Sul era amplificada pelas sanções a que o regime estava submetido pela comunidade internacional, forçando-o a reservar número crescente de postos de trabalho nas minas para os seus trabalhadores negros.

comunista” e a luta contra a URSS pela partilha de áreas de influência.⁵⁰ Assim, a África do Sul tornou-se para os EUA um *pivot* decisivo na zona austral do continente africano, pelo que “a linha limite entre amigos e inimigos a nível global coincidiu com a definição que a África do Sul tinha de amigos e inimigos na região” (Abrahamsson e Nilsson 1991: 158). É certo que os EUA não terão deixado o seu aliado sozinho no terreno. Os seus serviços secretos, em especial a CIA, participaram activamente na recolha de informações em território moçambicano. Em 1981 sofreram um enorme revés, quando a sua rede de espionagem foi descoberta pela infiltração de uma “toupeira” moçambicana, num caso que ficou célebre e foi amplamente comentado nos *media* (v. *Tempo*, n.º 545 de 22/3/1981).

Os resultados foram devastadores. Mostrando o acerto da estratégia definida pela África do Sul e do papel que nela coube à Renamo, a partir de 1981 a situação não parou de se degradar: as infra-estruturas de circulação, estradas, caminhos-de-ferro, pontes e portos foram alvo de ataques sistemáticos; as fábricas sabotadas; a rede comercial saqueada, bloqueando o abastecimento das zonas rurais e dificultando o acesso das cidades às produções agrícolas; as escolas e hospitais destruídos. Em meados da década o Estado moçambicano estava submetido a uma crise económica implacável, conforme mostram os dados compilados por Hermele (1988: 256) sobre o desempenho do país, nomeadamente em termos de produção industrial e agrícola, bem como ao nível da balança comercial.

5. Do esgotamento da experiência nacional-popular à (neo)dependência capitalista

Em 1983, em vésperas do IV Congresso da Frelimo, era já nítido que “a década do desenvolvimento” não passaria de uma quimera colossal. O seu fracasso prometia arrastar o projecto socialista de transformação económica e social. O relatório do CC apresentado ao congresso fazia um diagnóstico que, no essencial, inventaria com rigor os problemas com que o país se defrontava (v. *Relatório do Comité Central ao IV Congresso*). Tal como mostra o documento, não eram todos consequência da guerra que o país enfrentava. Destacavam-se os problemas relacionados com a comercialização agrária e, em particular, o menosprezo do sector familiar, a secundarização da iniciativa local e dos pequenos projectos, a centralização excessiva das decisões, marginalizando os cidadãos e, no domínio das empresas, a escassa

⁵⁰ Esta luta não estava, obviamente, circunscrita à África Austral. No âmbito da tão propalada “ameaça comunista”, o governo americano concedeu apoio político, militar e financeiro sistemático ao longo dos anos 80 a numerosos movimentos e organizações contra-revolucionárias em países do Sul, inventando por todo o lado “combatentes da liberdade”.

participação dos trabalhadores na tomada e controlo das decisões. O relatório denunciava ainda a existência de uma camada social que, avessa à participação dos trabalhadores na gestão da produção, entre outros aspectos, aspirava a transformar-se numa nova burguesia. Este diagnóstico é premonitório. Os seus autores enganaram-se apenas na caracterização dessa camada, ao defini-la como composta de indivíduos que gozaram de alguns privilégios no período colonial. Como o tempo se encarregaria de o revelar, a maioria pertencia à elite dirigente do partido, com particular destaque para aqueles que eram membros do CC e do seu *bureau* político. Para Hanlon (1994: 198), eram numerosos os burocratas e dirigentes do partido interessados em desenvolver novos estilos de vida, de tipo ocidental, que apenas poderiam ser alcançados pela mudança de posição de classe.

No congresso, as intervenções de muitos delegados acentuaram a completa desarticulação da estrutura produtiva, o crescimento explosivo do mercado negro – a “candonga” –, a enorme crise no sector agrícola, o roubo e o desleixo em muitas unidades industriais (v. *Intervenções dos delegados ao IV Congresso*).

Deste magno encontro reavivou-se a retórica da construção do socialismo por via revolucionária e do papel de vanguarda do partido Frelimo. Colocando de lado a crítica à retórica, concentremo-nos no fundamental. Este congresso foi o momento de viragem: a substituição do projecto socialista pela abertura à restauração capitalista plena em Moçambique. Neste encontro foi tomada também a decisão de transformar os conselhos de produção de produção em sindicatos. Em contracorrente à viragem económica, devido ao enquadramento socialista que lhes estava subjacente, acabariam por desempenhar uma função de apoio ao processo de privatização. Como veremos adiante, por razões de dependência política em relação à Frelimo condicionaram fortemente as acções de contestação dos trabalhadores (v. capítulo V).

Entre as directivas económicas e sociais apresentadas e aprovadas pelos delegados a luta contra a fome e o aumento da produção emergiam como objectivos prementes Estado moçambicano.⁵¹ Para os realizar foi definido um conjunto muito vasto de medidas, no qual sobressaía o papel atribuído à iniciativa privada nos três sectores económicos, colocada praticamente a par das outras formas de organização da produção. Esperava-se, assim, expandir a produção, melhorar a circulação e distribuição de mercadorias e aumentar as exportações e a substituição das importações, recorrendo-se sobretudo à participação do capital estrangeiro. No plano da cooperação internacional é relevante a colocação de todos os

⁵¹ Este documento teve publicação oficial e foi largamente divulgado pelos jornais e revistas. No presente texto recorreu-se à revista *Tempo*, nº 656, 662 e seguintes, publicados entre Maio e Julho de 1983.

países no mesmo patamar, sem qualquer referência explícita (ou implícita) às relações com o bloco socialista. Para Wuyts (1990: 105-109), a imperativa necessidade de se incrementar a produção desvalorizou o modo como esta deveria ser conseguida. Sabendo-se que a acumulação privada através dos mercados paralelos – a referida “candonga” – detinha uma enorme força económica e influência social, o caminho escolhido foi o da liberalização. Deste modo dava-se satisfação às críticas daqueles que viam como principais constrangimentos ao incremento da produção “a concentração dos recursos no sector estatal, combinada com uma confiança excessiva na regulamentação do comércio” (Wuyts 1990: 105). Para muitos dirigentes e, sobretudo, para a população em geral, repetindo uma situação comum a muitos outros países africanos em ajustamento estrutural, tratava-se de perseguir o objectivo por outros meios:

Para a maioria das pessoas, no entanto, a opção pelo “mercado” não implica nenhuma mudança de objectivo. Na década passada, povos de África (e de toda a parte) voltaram-se para o “mercado” buscando exactamente o mesmo que antes buscavam no “estado”. O que eles esperam conseguir é aquele eldorado fugidio chamado “desenvolvimento” (Wallerstein 2002b: 71).

Em termos políticos, o fim da concordância entre as práticas políticas e o discurso teórico-ideológico terá sido um recuo para, mais à frente, retomar o caminho socialista ou um abandono efectivo deste, como pensavam (e desejavam) os países ocidentais? Ou, num registo bem diferente, terá o congresso estabelecido as condições para o aprofundamento do socialismo? Esta é tese de Egerö (1992: 126-128), ao sustentar que dele saíram as medidas necessárias ao que alguns autores definiram como o terceiro estágio da transição socialista na periferia: a reintrodução de mecanismos de mercado e o apoio à participação do sector privado em todos os sectores da economia, de modo a estabelecer o “socialismo de mercado”. Para Abrahamsson e Nilsson (1994: 221-223), os defensores desta última posição interpretavam as medidas a favor da pequena agricultura familiar decididas pelo IV Congresso como um restabelecimento da aliança histórica que unia a Frelimo aos camponeses, da qual dependia o projecto socialista moçambicano. Ora, como os autores justamente salientam, nem o campesinato é um grupo homogéneo nem, acrescente-se, ele tinha um interesse objectivo nas relações de produção socialistas. Assim, foi um recuo que se transformou num abandono definitivo. Não estava, seguramente, no horizonte de Marcelino dos Santos, então secretário do CC para a política económica do partido Frelimo, propor uma estratégia que liquidasse o projecto socialista. Mas as contradições no seio da sociedade

moçambicana e no interior da elite dirigente, a dependência crescente em relação ao ocidente e, por fim, a derrocada da União Soviética e dos seus aliados acabariam por derrotar aqueles que se mantinham fiéis a uma alternativa não capitalista.

No campo, as tensões eram enormes entre o projecto estatal e os camponeses. A base económica em que estes viviam, assente no modo de produção doméstico, as relações sociais e os valores políticos e ideológicos dominantes e articulados com aquela, afastavam-nos do projecto socialista. A Frelimo desejava transformar a estrutura económica, ao mesmo que actuava no plano político e ideológico, com vista a desfazer desigualdades e dominações que atravessavam as comunidades camponesas. De acordo com as decisões saídas dos diversos congressos deste movimento-partido, tratava-se de liquidar a sociedade patrimonialista consolidada pelo colonialismo, retirando aos régulos o poder e os privilégios de que gozavam. Como se escreve na 3ª Tese do III Congresso da Frelimo (v. *Tempo*, n.º 326 de 9/1/1977), era necessário “destruir a exploração e a opressão da mulher e da juventude, liquidar os valores decadentes e corruptos da velha sociedade, [...] vencer algumas ideias erradas que os colonos e até os nossos antepassados nos meteram na cabeça”. A elite dirigente moçambicana dispunha-se, assim, a criar uma nova formação económica e social sem passar pelo capitalismo, fazendo uma parte do trabalho “sujo” realizado pela burguesia nas sociedades modernas: a destruição da velha ordem, isto é, arrasar “as relações feudais, patriarcais e idílicas” [Marx e Engels 1968 (1848): 25].

As contradições no seio da elite dirigente não eram menores. Nascidos e crescidos numa sociedade colonial, muitos dos seus membros não deixaram de incorporar os valores nela dominantes. É certo que alguns fizeram estudos e formação política na Europa e em países do bloco socialista e frequentaram os círculos intelectuais progressistas. Porém, a influência cultural fez-se sentir, resistindo e sobrevivendo às mudanças introduzidas. A aplicação das teorias e dos valores socialistas, estranhos à sociedade moçambicana, acabaram por ser derrotados por eles próprios quando, correspondendo às expectativas sociais existentes, se começaram a cumular de privilégios e honras, juntando-os aos pequenos gestos e práticas quotidianas que lhes denunciavam o estatuto de chefes. A introdução de patentes no exército por Samora Machel em 1980 é um exemplo forte. Conquanto se possa reconhecer a existência de motivos ponderosos, não deixa de ser também um acto expressivo do desejo de reconhecimento estatutário dos dirigentes, reprimido durante os primeiros anos pela retórica revolucionária.

Por sua vez, o desenvolvimento do aparelho de Estado criou uma burocracia que, progressivamente, foi adquirindo interesses e um estilo de vida que nada tinham a ver com as

condições materiais de existência do povo moçambicano e com a construção de uma sociedade socialista. Note-se, aliás, que os dirigentes tinham uma viva percepção do que se passava. Hanlon (1984: 185) lembra-nos que José Cabaço, na época ministro da informação, denunciou a existência de uma “burocracia nacional burguesa”.

O problema era, aliás, mais profundo: como alargar a democracia e a participação popular no partido e nas empresas sem trazer à superfície todas as dependências e submissões da velha ordem e com isto liquidar o projecto revolucionário socialista? Ao darem como adquirido que as massas estavam interessadas no socialismo, os líderes e os teóricos políticos moçambicanos cometeram um grave erro analítico. Tal não invalida, sublinhe-se, as suas responsabilidades no insuficiente desenvolvimento de mecanismos de participação e do controlo dos cidadãos no partido e no Estado. Como salienta Roesch (1992: 31), as organizações de massas, como a OJM, a OMM e, mais tarde, a OTM, não possuíam autonomia em relação ao Partido-Estado. Em vez de constituírem espaços de expressão do poder popular, eram “correias de transmissão” daquele, desempenhando funções importantes no controlo social. Se é certo que, como sustenta o autor, o país se defrontava com a inexistência de uma classe operária desenvolvida, um enorme analfabetismo, a herança colonial e a guerra de desestabilização, é preciso relevar também o papel desempenhado pelo modelo organizativo adoptado pela Frelimo. Baseado numa concepção do centralismo democrático profundamente deformada, a prática política quotidiana ficou marcada pela concentração do poder na cúpula do aparelho partidário e no chefe de estado. Embora se deva evitar as comparações apressadas, pois estamos perante contextos bem diferentes, nomeadamente em termos históricos, em Moçambique fez-se sentir também a “personalização do poder” e a confusão entre os aparelhos partidário e estatal (cf. Tchirkine e Iúline 1983), aspectos quase sempre presentes noutros países socialistas.

Logo que as correlações de força no plano internacional se alteraram decisivamente a favor dos EUA e seus aliados, a burocracia com aspirações burguesas percebeu que estavam finalmente reunidas as condições necessárias para impor a restauração plena das relações sociais de produção capitalistas. Na ordem do dia já não estava, sequer, a preservação de um modelo de tipo “nacionalista modernizador” (v. D. Ribeiro 1997: 223) que permitisse quebrar, de uma forma menos radical do que inicialmente proposto, com a dependência face aos países centrais. À medida que a transição se desenrolava, o objectivo da burocracia tornou-se cada vez mais transparente: a ocupação de posições na burguesia moçambicana emergente, sem abandonarem os lugares ocupados (ou a influência) na burocracia estatal. Por fim, a

dependência crescente em relação ao Ocidente e o colapso do bloco socialista derrotaram, sem apelo, os poucos dirigentes que se mantinham fiéis ao projecto socialista.

Moçambique abria-se irreversivelmente à economia de mercado com uma nova classe burguesa conectada estreitamente com o aparelho de Estado. Os novos “capitalistas” são antigos membros do governo ou ex-gestores das empresas estatais. Uns e outros serviram-se dos seus contactos privilegiados no aparelho de Estado para adquirirem o controlo das fábricas e outras unidades de produção alienadas (v. Pitcher 2003: 813). Muitos destes detentores de capital continuam a circular pelo aparelho estatal, não deixando de o condicionar e utilizar como um instrumento de extracção de recursos e, por outro lado, como garante da ordem política e social na qual medram, explorando com habilidade a falta de transparência da administração pública, um dos aspectos mais marcantes do Estado em África (Milando 2003: 51).⁵² Aliás, é de inquirir até que ponto estaremos perante uma verdadeira classe burguesa, quando é sabido que, como refere Founou-Tchuigoua (1997: 18-20) para os Camarões e outros países da África ocidental de colonização francesa, os proprietários de empresas privadas representam uma parte muito pequena da elite dirigente.

Pelo lugar que ocupa na economia-mundo capitalista, esta classe dirigente compradora não é muito diferente das que se formaram em muitos Estados saídos do domínio colonial nos anos 60. Tudo faz lembrar as conhecidas teses de Nkrumah (1975) e de Fanon (1961) sobre as burguesias africanas compradoras de então. Desinteressadas da produção e dos investimentos nas áreas industriais, elas estavam dependentes de actividades de intermediação em negócios, participando neles de acordo com a vontade e os interesses das empresas e dos investidores ocidentais. Para além do consumo de bens manufacturados, todos importados, aplicavam os seus rendimentos em bancos e instituições financeiras ocidentais. No juízo severo de Fanon (1961: 131), não existe uma verdadeira burguesia mas somente uma elite ávida e voraz, dominada pelo espírito do pequeno ganho que pouco investe.

Esta restauração foi facilitada pelo facto de a dependência em relação aos países capitalistas nunca ter sido quebrada. Herdando uma estrutura económica colonial orientada para o fornecimento de matérias-primas e produtos industriais ao Ocidente, a ruptura nunca foi concretizada, apesar do estabelecimento de relações privilegiadas com o bloco socialista. Nem poderia ser de outro modo, uma vez que os Estados revolucionários da periferia, a própria União Soviética e seus aliados do leste europeus não constituíam, na perspectiva

⁵² Sobre Cabinda (enclave de soberania angolana), Milando (2003: 52) refere que, em regra, a administração não reduz a escrito as decisões tomadas, antes se privilegiando a oralidade. Para uma perspectiva geral muito crítica do caso angolano v. Hodges (2001). Em relação a Cabo Verde e Guiné-Bissau, os artigos sintéticos de Engel (2003a e 2003b) são também esclarecedores.

controversa de Wallerstein, “uma estrutura externa ao sistema histórico [capitalista], mas um produto dos seus processos internos” (1998: 79). Não tendo existido, efectivamente, um sistema mundial alternativo, estes Estados continuaram subordinados aos países capitalistas centrais e muito vulneráveis, como atempadamente reconheceu o poder frelimista, aos “efeitos de crise económica internacional do capitalismo” (Relatório do Comité Central ao IV Congresso).

A recusa da entrada de Moçambique no Comecon (Outono de 1982), acompanhada pelas dificuldades crescentes da URSS, fez os dirigentes moçambicanos compreender que o bloco socialista não podia fornecer os recursos (e as rendas) de que o país e as elites precisavam. Tinha chegado o tempo de encontrar alternativas (v. Abrahamsson e Nilsson 1994: 64). Em termos políticos, passou-se a considerar que “a cooperação internacional com todos os países, fundada nos princípios de vantagens mútuas e reciprocidade de benefícios, é a orientação básica das nossas relações económicas externas” (*Tempo*, n.º 664 de 3/7/1983). Os contactos diplomáticos e a cooperação com os países capitalistas acentuaram-se. Em 1984, Moçambique assina a Convenção de Lomé, submetendo-se às condições apresentadas pela CEE, e adere aos acordos de Bretton Woods. Justificando a adesão, o governo moçambicano refere que

o incremento da cooperação bilateral e multilateral com todos os países, independentemente do seu regime económico e social, e a participação nas diversas instituições económicas e financeiras permitirá angariar recursos que contribuirão para vencer o subdesenvolvimento, salvaguardando-se a soberania e a independência nacionais (Decreto n.º 6/84 de 19 de Setembro).

Chegaram, então, os créditos de que o país precisava. Colados a eles vinham as exigências de reformas económicas neoliberais, impostas pelos novos senhores do BM. Escorados pela administração americana conservadora, estes substituíram as políticas de inspiração keynesiana, dominantes durante o consulado de Robert McNamara, pelas políticas assentes nas teorias neo-clássicas tributárias da Escola de Chicago onde pontificava Milton Friedman, o conhecido Nobel da economia. Por detrás da retórica, preocupava-os a defesa dos interesses financeiros de Wall Street e o resgate de numerosos bancos privados, demasiado expostos à crise da dívida com que se debatiam muitos países do Terceiro Mundo (v. Guilhot 2000).

Com um endividamento externo imenso e as receitas de exportação a representarem apenas 14,5% do serviço da dívida, “a posição negocial de Moçambique não era muito forte” (Roesch 1992: 10-11). Os planos de ajustamento e recuperação económicos são consequência

directa deste cenário. A prazo esta agenda neoliberal iria exigir a liquidação das empresas estatais e do sector público moçambicano. O destaque vai, naturalmente, para a Caju de Moçambique, a maior empresa moçambicana, com um peso enorme na economia e nas exportações do país. O PRE foi o primeiro. Negociado pelo governo moçambicano junto do FMI e do BM, começou a ser executado em Abril de 1988. Como sustenta Wuyts (1990: 100), o PRE resultou de necessidades internas, relacionadas com a guerra e o declínio da produção, e das exigências dos credores das instituições internacionais e dos países ocidentais, apresentadas como fundadas em exigências técnicas, logo livres de “impurezas” ideológicas. Se é certo que o PRE conseguiu obter alguns resultados económicos positivos imediatos, – aumento do PIB, das exportações e de um muito ligeiro aumento da produção industrial – estes ficaram muito aquém das expectativas enunciadas por todos os peritos a ele ligado (v. Roesch 1992 e Hanlon 1996). Em 1991 os sinais do seu fracasso eram já bem evidentes. Como reconheceu o então primeiro-ministro, Mário Machungo, “em 1990 a actividade económica não cresceu ao mesmo ritmo que a dos anos 1987 e 1988”, ficando marcada pela queda na indústria e nas pescas, bem como por uma diminuição efectiva dos rendimentos salariais com a concomitante redução do consumo *per capita* na ordem dos 3% (v. *Tempo*, n.º 1085 de 4/8/1991).

Porém, o PRE não falhou a nível social e político, abrindo aos burocratas um enorme espaço de manobra há muito acalentado:

A tentação para o envolvimento em actividades económicas paralelas e/ou para tirar proveito dos recursos dos gabinetes públicos com outros fins é agora muito grande. Mas enquanto que para a maioria dos empregados públicos tais actividades económicas paralelas permanecem como parte de uma estratégia de sobrevivência básica, para outros elas tornam-se veículo de acumulação privada. Para aqueles que têm aspirações (pequeno) burguesas, as possibilidades de utilização dos gabinetes públicos para desenvolver os interesses pessoais são agora consideráveis. Enquanto que os pequenos quadros distritais e pequenos burocratas de província podem traficar influências, aceitar “luvas” para desviar os olhos de uma questão ou usar veículos públicos com fins privados, os quadros de níveis mais elevados, burocratas e oficiais militares, estão agora em posição de usar os seus gabinetes para adquirir terras, construir vivendas confortáveis e adquirir caros bens de luxo importados [...]. A fase política actual não é apenas a era do PRE (Programa de Reabilitação Económica), mas também a era do “PRI”, significando “Programa de Reabilitação Individual” (Roesch 1992: 28).

Tornou-se assim nítido o que era, desde há muito, possível entrever em relação aos interesses da classe dirigente. Politicamente, estas alterações reflectiram-se no interior da Frelimo, com o crescente predomínio das teses burguesas. Apesar das reservas manifestadas

por amplos sectores do partido, não raro expressas publicamente – por exemplo, na Conferência Nacional realizada em Julho de 1988 –, obrigando a direcção a retomar a habitual liturgia do compromisso solene com o socialismo (v. Roesch 1992: 32), o V Congresso realizado no final desse ano demonstrou que a Frelimo estava, doravante, dominada pelos interesses das camadas burocrático-burguesas. Do velho partido ficaram somente fragmentos da retórica revolucionária, varridos no congresso seguinte realizado em 1991. Constatando o óbvio – “o mundo em 1991 é muito diferente daquele que conhecemos em 1977” – o relatório do CC ao VI Congresso exprimia a vontade de colocar o país em harmonia com a nova ordem económica (v. *Tempo*, n.º 1087 de 18/8/1991 e n.º 1.088 de 25/08/91).

Para fechar o processo de integração plena na economia-mundo capitalista é necessário referir os mecanismos da cooperação e da ajuda ao desenvolvimento colocados em prática pelos países ocidentais. Após a independência, o Estado moçambicano privilegiou também neste domínio as relações económicas com o bloco socialista. Contudo, nunca abandonou o relacionamento com os países ocidentais e com as suas instituições ligadas à ajuda aos países pobres, junto das quais procurou obter os financiamentos necessários à economia moçambicana. Portugal assumiu neste contexto uma posição modesta mas não menosprezável. País semiperiférico, serviu-se dos laços históricos para fazer, de certo modo, a mediação entre o centro e a periferia, segundo a tese proposta por Wallerstein [1990 (1974)], ao mesmo tempo que defendia os seus interesses. Ficou marcada por visitas recíprocas de altos dirigentes no início dos anos 80 – Joaquim Chissano a Portugal, Pinto Balsemão a Moçambique – que conduziu ao reforço da cooperação e da presença portuguesas. Neste domínio eram também relevantes as relações com os Estados nórdicos e outros europeus, como a França e a Itália, que por mediação exercida por “partidos-irmãos” e organizações de esquerda, poderiam estar mais receptivos ao estabelecimento de relações de cooperação e ajuda ao desenvolvimento. Estas relações, apesar dos factores largamente positivos que comportavam – acesso a capital e tecnologia, reforço do diálogo com Estados fora do bloco socialista, beneficiando a imagem internacional do regime –, contribuíram para reforçar a tese, já discutida, de Wallerstein (1998) sobre a manutenção da conexão ao sistema capitalista por parte dos países, mormente africanos, que ensaiaram transições para o socialismo.

A cooperação com os países europeus ocidentais arrancou em Abril de 1977, menos de dois anos após a independência. No quadro da política de “fazer mais amigos e menos inimigos”, Samora Machel efectua a primeira visita ao Ocidente, deslocando-se à Escandinávia. Na sequência, é assinado, pouco depois, um acordo agrícola no valor de 50 milhões de dólares, o maior até então negociado por estes países europeus a um único Estado

(Christie 1996: 159). Alguns anos mais tarde, em 1981, o Banque National de Paris concedeu crédito a Moçambique (cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/81 de 4 de Março), acontecendo pouco depois o mesmo com a Itália (cf. Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/81 de 29 de Julho). Data também destes anos o aprofundamento das relações políticas e de cooperação com a CEE, marcada pela exigência feita a Moçambique da subscrição da Convenção de Lomé (v. *Tempo*, n.º 592 de 14/2/1982). Assinada em 1975, esta convenção regulava até ao recente acordo de Cotonu, as relações entre a actual UE e os 77 países ACP subscritores. Apesar da margem de manobra razoável que o acordo deixava aos Estados envolvidos, ele não deixava de os condicionar no sentido do desenvolvimento da economia de mercado e do reforço do sector privado.

Foi neste quadro que se formaram os primeiros mediadores. Depois, com a longa guerra civil e, mais tarde, com a transição para o neoliberalismo, iniciada com o “Plano de Reabilitação Económica”, surge uma nova e ainda mais relevante possibilidade de os membros da burocracia estatal consolidarem posições como mediadores (cf. Roesch 1992: 27-28).

Eu era director de uma empresa internacional de comércio. Nós relacionávamo-nos com todos e todos se relacionavam connosco para fazermos negócios. Fomos a primeira empresa do país a agenciar marcas e empresas internacionais da área da engenharia e das grandes obras. Essas empresas todas que vieram para aí fazer as barragens eram agenciadas por nós. Por outro lado, nós funcionávamos também como uma espécie de empresa-irmã das empresas criadas pelos partidos amigos nos países de origem dos donativos. Quando a França, o governo socialista que lá tinha [nos anos 80], dizia tal ajuda é para Moçambique, aquele dinheiro vinha carimbado das empresas ligadas ao *lobby* das pessoas que estavam no poder. E então essas empresas eram convidadas a serem a nossa contraparte. Nós fazíamos acordos de cooperação, ganhávamos comissões nos negócios, comissões essas que entravam na empresa e que eram legais. E nós servíamos de uma espécie de porta de entrada delas aqui, ao mesmo tempo que actuávamos na área da moralização do mercado. As empresas estatais, sabendo que nós estávamos envolvidos nos negócios e que agenciávamos essas companhias de fora e tal e sabendo que o nosso patrono era uma pessoa ligada ao *bureau* político [da Frelimo], sempre tinham um bocado mais de cuidado nas suas tentativas de introduzir corrupções e comissões por fora. Éramos um elemento de dissuasão de práticas de comércio menos correctas.

A minha mulher é economista agrária, trabalhou muito com o ministro da Agricultura, viajou por esse norte [de Moçambique] todo, conhecia bem as coisas. Nós, nos últimos três ou quatro anos tínhamos trabalhado a fornecer cereais às organizações internacionais para as populações deslocadas pela guerra e estávamos com uma grande experiência e prestígio no campo, conhecendo as pessoas todas do sector comercial, do norte a sul do país, especialmente em Quelimane, Nampula, Zambézia, Cabo Delgado, onde tínhamos feito grandes contratos com a CEE, Visão Mundial, Conselho Cristão, não sei quê, e

achamos que já tínhamos um capital de conhecimento, de experiência e de contactos suficientes para dar um salto. Como também a guerra estava para acabar e se avizinhava que os nossos negócios naquela área da ajuda iam diminuir então achamos por bem aplicar o dinheiro que ganhámos numa área que tenha futuro e que seja de longo prazo (mediador moçambicano).

A um nível elevado, o da elite política e económica que habita normalmente na cidade-capital, o quotidiano é ocupado na luta, mais ou menos intensa, pelo acesso a estes recursos que, em rigor, deveremos designar por rendas pecuniárias.⁵³ Muitos dos seus membros circulam entre os cargos políticos e as consultorias nas ONG e na miríade de organizações internacionais e nacionais que dão corpo à cooperação. Adicionalmente, como o funcionamento dos diversos órgãos do aparelho de Estado moçambicano está dependente das doações financeiras, muitas das funções políticas e administrativas são executadas em regime de consultoria, de modo a garantir a obtenção de salários mais elevados, sempre muito acima dos praticados na administração pública estatal.

Quando isso não acontece, há a possibilidade de remunerações adicionais extraídas dos recursos financeiros disponibilizados pelos doadores por vias mais ou menos expeditas. Posicionando-se no topo da estrutura social, esta grande elite é a beneficiária maior do Estado africano rentista. Em Moçambique, nas rendas incluem-se também os proventos relacionados com a apropriação directa de recursos financeiros do Estado (ou por ele controlados), cujos paradigmas recentes são o BCM e o BA. Num processo de que se conhece apenas fragmentos, manchado pelo homicídio e pela intimidação de jornalistas e de gestores, tudo aponta para a apropriação por parte de membros da elite política e económica de elevados montantes financeiros que conduziram estas instituições financeiras à ruína. A reestruturação custou cerca de 4% do PIB, de acordo com estimativas do governo moçambicano [v. *Poverty reduction strategy: steps to follow* (2001)].

A nível cronológico, para o contexto moçambicano, podemos falar de duas fases, separadas pela mudança política e económica imposta pela liberalização. Durante os primeiros anos, marcados pela cooperação com os países socialistas e a guerra contra a Renamo, a corrupção fez-se sentir sobretudo ao nível das estruturas político e militares intermédias que se apropriavam de recursos de forma brutal. Em relação às forças armadas, Roesch (1992: 28-29) mostra-nos que era relativamente comum os oficiais locupletarem-se com os soldos para as tropas que comandavam e com os mantimentos, combustíveis, materiais de construção e outros bens destinados ao esforço de guerra. Mas não só. Muitas

vezes os recursos utilizados para fins privados assumiam o carácter de prestações de serviços. Em Manjacaze está ainda bem presente na memória colectiva o uso de meios aéreos militares por parte de um oficial-piloto para o transporte de mercadorias e pessoas de uma conhecida família de comerciantes local.⁵⁴ Ou, menos conhecido, o roubo de gado pelos comandantes militares:

Nos anos 80 perdi todo o gado que possuía. A maioria foi roubada pela Renamo. O restante pelo comandante militar. Ao encontrá-los na zona do aeródromo, pensei em apresentar queixa ao administrador. A minha mulher disse-me: “tu recuperas os cabritos mas nós [ela e os filhos] morremos”. Se não fosse a guerra, hoje seria um criador de gado maior do que o Chemane ou o Manhune (Macossa, vereador municipal).

Acabada a guerra, iniciou-se uma nova fase marcada pela afluência de ONG e a reorganização do Estado moçambicano que proporcionou oportunidades até então desconhecidas para práticas de apropriação ilícita de recursos financeiros e bens materiais. A liberalização e a privatização, ao contrário do propalado pelas teses neoliberais, potenciaram o fenómeno. Interpelando um dos princípios de verdade em que assenta a doxa neoliberal, Stiglitz (2002: 5) considera que a privatização não só pode colocar em causa a competitividade da economia como é muitas vezes acompanhada de fenómenos de corrupção e do aumento das desigualdades sociais. Para o caso de Moçambique, Hanlon (2003) salienta com toda a pertinência que a direcção política na fase revolucionária não era corrupta e combatia com firmeza práticas deste tipo. Hoje, a coberto da cumplicidade dos doadores e da ineficácia dos tribunais, esta mesma elite transformou a corrupção num mecanismo de acumulação primitiva e, amiúde, violenta, de capital. A redução das rendas provenientes da exportação de matérias-primas e do protecçãoismo industrial, longe de reduzir o peso dos actores políticos na economia, antes o reforçou através do estabelecimento de articulações entre estes e as multinacionais, muitas vezes sob a forma de financiamentos ocultos e a participação daqueles em *joint-ventures* (Cartier-Bresson 2000b: 183-184) e sociedades, cujo capital é sempre dominado por entidades ou investidores estrangeiros. Solução bem conhecida em Moçambique, é nestas “parcerias” que as elites obtêm os recursos financeiros imprescindíveis à reprodução dos seus estilos de vida e, de certa forma, ao próprio funcionamento do aparelho de Estado.

⁵³ Werbner (1999: 62) descreve uma situação semelhante no Zimbábwè com a elite político-burocrática local, sistematicamente embrenhada em lutas internas.

Tomando como referência as reflexões de Talahite (2000) para o caso argelino, tudo indica que a corrupção é movida por redes sociais com conexões ao poder político e económico que não hesita em utilizar o assassinio como mecanismo de segurança e protecção dos seus interesses e privilégios. Nos últimos anos os homicídios do jornalista Carlos Cardoso e do gestor António Siba-Siba Macuácuá parecem resultar da acção organizada e deliberada das referidas redes sociais de corrupção. Se a morte violenta deste último continua totalmente por esclarecer, com as investigações e o processo judicial em situação de impasse, o julgamento dos arguidos imputados pela acusação de envolvimento no homicídio de Carlos Cardoso permitiu deslindar algumas possíveis conexões entre o crime e os interesses da elite envolvida em práticas corruptas. Como acima já foi referido, ambos os homicídios estão relacionados com o BCM e BA, duas instituições financeiras saqueadas por indivíduos com acesso privilegiado e capacidade para obterem, junto delas, avultados créditos que acabaram por não pagar (v. *Demos*, n.ºs 356 a 359 de Setembro e Outubro de 2001).

Apesar das resistências muito débeis, a corrupção é criticada por certos segmentos da Frelimo, por intelectuais e algumas camadas jovens mais escolarizadas. Com alguma frequência, alguns deles narraram-me histórias da apropriação ilícita, à luz das normas jurídicas moçambicanas, de bens do estado, nomeadamente a nível local. Pressionados pela letra do direito que fizeram aprovar e fazer respeitar, por um lado, e pelos doadores e agências internacionais ligadas à cooperação, as elites dirigentes do Estado moçambicano metem em acção um discurso exacerbado contra a corrupção, com declarações e objectivos políticos de grande firmeza, que acaba por concorrer para o esbatimento do rasto dos autores e beneficiários da corrupção.⁵⁵

Gerindo uma situação potencialmente tensa que, no limite, poderá conduzir a crises de legitimidade do Estado moçambicano, os mediadores e os políticos repetem, em contínuo, o discurso do combate à pobreza absoluta, do desenvolvimento económico sustentado, da luta contra as doenças, quase sempre sem apontar uma meta temporal, um prazo, por longo que seja, para colocar um ponto final na dependência. É de salientar que a “Agenda 2025” é o único documento de longo prazo existente em Moçambique sobre o desenvolvimento e a luta contra a pobreza. Proposta prospectiva apadrinhada pelo chefe de Estado em 1998, tem por objectivo o desenho de um programa de desenvolvimento a ser implantado, no quadro do

⁵⁴ Note-se que Manjacaze as FPLM tinham um aquartelamento militar permanente, apoiado por um pequeno aeródromo.

⁵⁵ Para além da sucessão de iniciativas e campanhas contra a corrupção envolvendo dirigentes políticos e figuras destacadas da sociedade civil moçambicana, foi aprovada em Abril de 2003 uma lei específica de combate a este fenómeno (v. *Vertical*, n.º 302 de 22/04/2003 e n.º 307 de 28/04/2003).

neoliberalismo, por qualquer força política que governe. Já a curto prazo, o “Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta” elaborado pelo governo moçambicano e aprovado pelo BM e pelo FMI pretende, com bases em políticas de liberalização, fazer recuar a pobreza absoluta de 70% para 60% em 2004 [v. *Common country assessment* (2000). Maputo, United Nations System in Mozambique]. Enfim, ao mesmo tempo que tentam fazer acreditar que a luta contra a pobreza absoluta é o grande desígnio nacional, mantêm em funcionamento uma “fábrica de pobreza”, nas palavras expressivas de um informante local.

Em conclusão, nesta fase a liderança política é, quando comparada com a governação sob o comando de Samora Machel, bem menos ambiciosa, limitando-se, de forma algo ambígua para não comprometer os interesses e privilégios das elites, a alguns enunciados mais ou menos gerais sobre o combate à pobreza. Apesar do voluntarismo, excessos e muitas deformações, a liderança machelista tinha uma estratégia de desenvolvimento que visava assegurar, a médio prazo, uma melhoria geral das condições de vida da população. Nas condições em que Moçambique se encontrava, ocupando uma posição periférica no sistema mundial e enfrentando ameaças externas concretas e severas, o projecto então desenhado para Moçambique, de matriz autoritária, constituía a saída possível para uma modernização socialmente inclusiva, melhorando as condições de vida nos campos e nas cidades, ao mesmo tempo que continha dentro de limites política e socialmente aceitáveis a desigualdade no acesso e na posse de recursos. Apesar da transposição, quase sempre acrítica, dos modelos teóricos e organizacionais concebidos na URSS, a política colocada em prática em Moçambique teve singularidades que a afastavam daquela e de outras experiências fracassadas, justamente porque as condições e as expectativas eram, assim como os meios, bem diferentes. Num e noutro caso, é necessário não ignorar a base material ao dispor das elites políticas. Contando com recursos relativamente abundantes, nomeadamente a nível energético, agrícola e haliêutico, Moçambique dispõe de uma margem de manobra superior a muitos outros países periféricos para implementar com sucesso programas políticos de erradicação da pobreza e de melhoria das condições de vida das classes populares.

~

[...] cette lutte contre nous-même est la plus difficile, aussi bien au moment présent que dans l'avenir de nos peuples. Cette lutte est l'expression des contradictions internes de la réalité économique, sociale et culturelle (et donc historique) de chacun de nos pays.

Amílcar Cabral (1975), *Unité et lutte: l'armée de la théorie*. Paris, Maspero.

Capítulo V

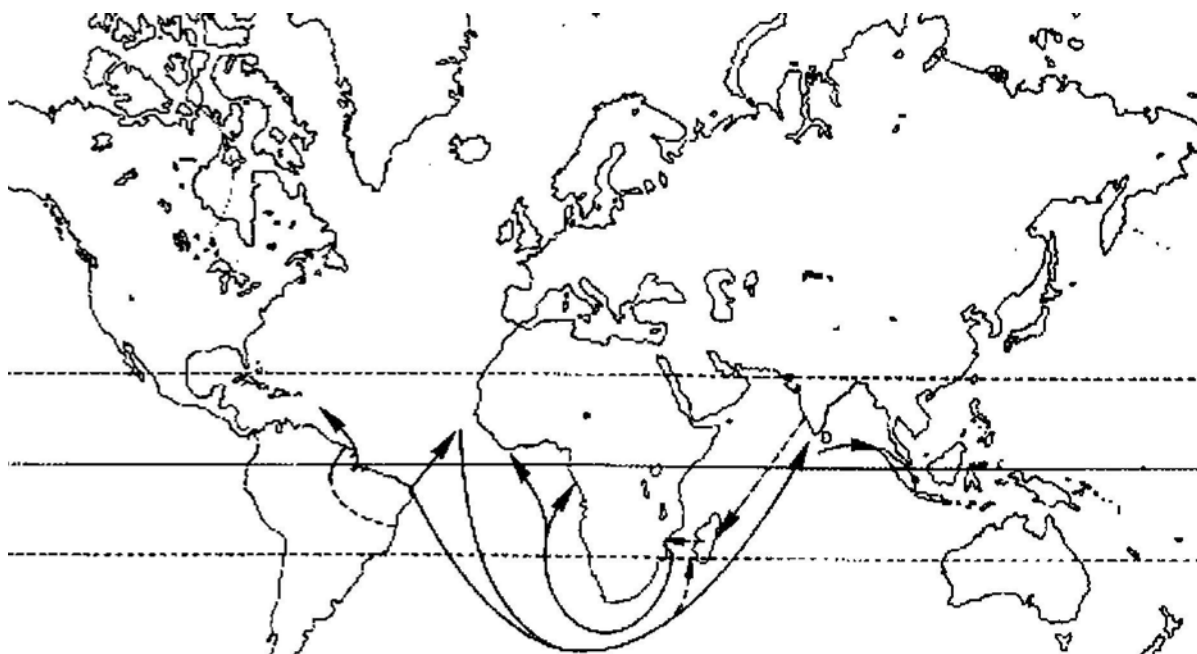
A industrialização da castanha de caju: o trajecto histórico

1. A “globalização” do cajueiro em Moçambique: da importação da planta à exportação do fruto

O cajueiro, nome comum de *anacardium occidentale* L., tem como origem provável o norte e nordeste do Brasil, no corredor litoral entre o equador e os 10° de latitude sul. A validar esta tese temos a total ausência de referências por parte dos cronistas espanhóis da centúria de Quinhentos que escreveram sobre a expansão espanhola na América (Ferrão 1992: 85). O seu nome tem origem na palavra *acaiu* que na língua tupi significa “noz que se produz”.

Árvore tropical, bem adaptada a terrenos secos e arenosos, o seu sistema radicular profundo permite-lhe obter a água de que necessita, mesmo em anos de pouca ou nenhum chuva. A expansão europeia levou à sua disseminação por outros continentes (v. figura 3). Assim, é possível encontrá-la em novos ecossistemas, alguns bem diferentes daquele de que é originária: nas zonas litorais ou intermédias entre as latitudes de 25° norte (Florida, Estados Unidos) e os 26° sul (província de Maputo, Moçambique). Coube aos portugueses a tarefa pioneira de o espalhar por outras regiões do globo, nomeadamente Cabo Verde, África Oriental e Índia (Ferrão 1992: 86). Pela sua mão, terá chegado a Moçambique em meados do século XVI. Ferrão (1992: 86) refere, como alternativa e na esteira de outros autores (Ohler 1979), a hipótese de o cajueiro ter sido introduzido no Brasil vindo da Índia por iniciativa dos comerciantes árabes que frequentavam estas paragens desde há muito. Tentando descortinar as razões para esta difusão nesta zona da África oriental, uns apontam para a fixação de areais e linhas de costa ao longo do litoral, outros inclinam-se para as qualidades nutritivas do

pedúnculo (Correia, 1963: 24). Espécie “globalizada”, o cajueiro é um testemunho expressivo do modo de funcionamento e, sobretudo, do impacto da expansão do sistema mundial moderno a que se aludiu demoradamente em capítulos anteriores. No mesmo sentido, é atinente sublinhar que as espécies vegetais em que assenta a dieta alimentar dos moçambicanos são também provenientes da América Latina. Muito bem sucedidas, são hoje consideradas autóctones, sendo raro os que conhecem as suas origens. É o caso do milho, da mandioca, da batata-doce e do amendoim, plantas introduzidas no continente africano no século XVI (Carvalho 1969: 18).



Fonte: Ferrão (1992: 90)

Figura 3: Disseminação do cajueiro a partir do nordeste brasileiro

Para lá da razão ou razões que estão na origem da sua implantação, certo é que o cajueiro se foi progressivamente disseminando por quase toda a faixa litoral do território moçambicano, desde Cabo Delgado até, praticamente, ao Maputo – com a exceção do delta do rio Zambeze, onde os solos argilosos e húmidos lhe são totalmente adversos –, ao ponto de ser hoje geralmente reconhecida como uma árvore autóctone. Decorridos quase cinco séculos desde a sua introdução em Moçambique, esta espécie vegetal está presente em todas as províncias litorais do país (v. figura 4). Encontramo-lo em grandes concentrações nas

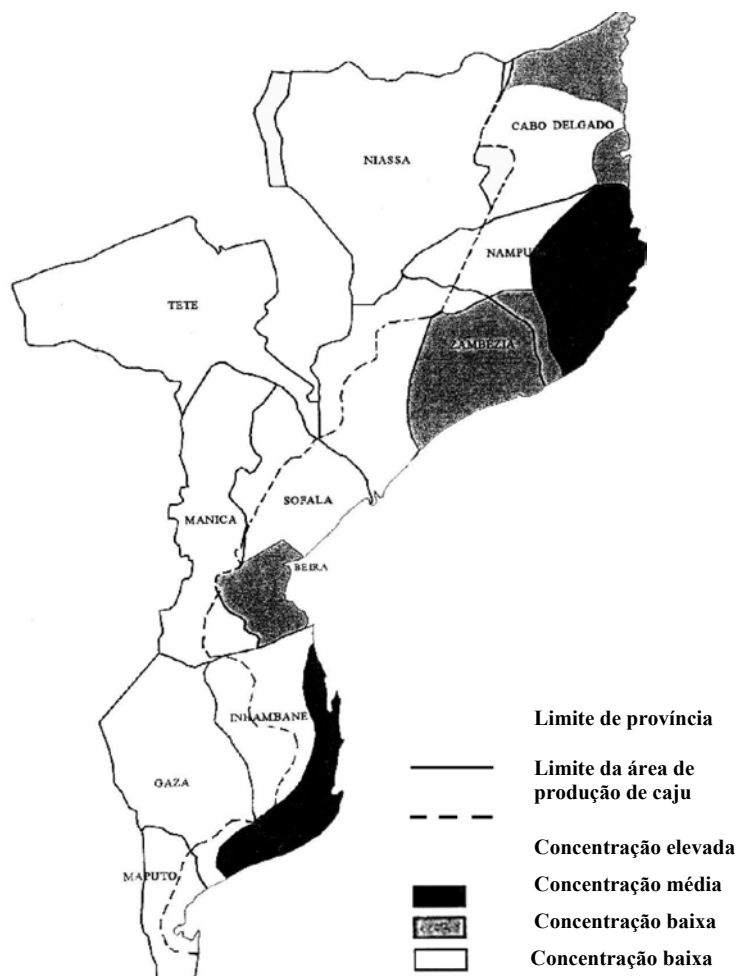
províncias de Cabo Delgado e Nampula, a norte, e de Inhambane e Gaza, a sul. Precisando a sua distribuição, ela está contida entre 10° e 26° de latitude sul e 32° e 41° de longitude este.¹

Em Gaza, em particular no distrito de Manjacaze, é árvore de presença mais recente, ali tendo chegado em meados do século XIX. Durante bastante tempo esteve remetida a uma posição secundária na economia doméstica das populações nativas. Cruz (1910: 257), num interessante relato de inícios do século XX, conta-nos que “nesta região do Chai-Chai há poucos e infesados pela incúria dos pretos, que não se dão ao trabalho de os plantar e cultivar”. Espécie de fácil reprodução, a sua expansão faz-se quase sempre por germinação espontânea, “fortuitamente de castanhas deixadas sobre a terra” pelo autóctone, “o grande propagador do cajueiro quando, depois de ter chupado o pedúnculo, atira a semente para a berma do caminho” (Correia 1963: 45).² Coexistindo bem com outras espécies, nomeadamente arborícolas, em Manjacaze ainda hoje aparece misturada com as mangueiras, as mafureiras, as massaleiras, partilhando o solo com o feijão-nhemba, a mandioca, o amendoim e o milho.

O cajueiro faz parte da família das anacardiáceas, composta por cerca de 60 géneros e mais de 400 espécies. Destacam-se a pistácia (*Pistacia vera* L.), presente na zona mediterrânica, Ásia Menor e Central de clima continental, a mangueira (*Mangifera indica* L.), abundante no sub-continente indiano, o cajá (*Spondias purpurea* L.), muito popular no Brasil e o taperebá (*Spondias monbim* L.), utilizado na preparação de gelados e refrescos (Ferrão 1995: 35).

¹ Sobre isto cf. Carvalho (1969). Decorridas mais de três décadas, o seu minucioso trabalho de mapeamento da agricultura tradicional é ainda nos nossos dias uma referência imprescindível.

² É também de admitir que, para além da espécie humana, outros primatas e, inclusive, as aves poderão também contribuir para a sua disseminação.



Fonte: Incaju (1999)

Figura 4. Distribuição actual do cajueiro em Moçambique

O cajueiro tradicional é uma árvore de porte razoável, com altura a rondar os 10 metros, podendo alguns exemplares atingir os 20 metros. Possui uma copa larga e arredondada com ramagem e folhas abundantes de cor verde dominante, com traços de amarelo, vermelho e castanho que variam com a época do ano. Seguindo de perto a minuciosa descrição anatómica efectuada por Ferreirinha (1960), o cajueiro produz um fruto designado por castanha de caju que, como acontece com os aquénios, é um fruto seco, reniforme, cuja semente, a amêndoa de caju, também em forma de rim mas menos acentuada, está revestida por um pericarpo duro e não quebradiço. O pericarpo, com cerca de 2 mm de espessura, tem uma cor acastanhada, muitas vezes pigmentada com manchas da mesma cor, e aspecto ligeiramente rugoso, com o diâmetro oscilando entre 18 mm e os 25 mm e o peso entre as 4gr e as 9 gr, dependendo das condições climáticas e de solo. Quando localizado em zonas de

latitudes extremas para a espécie, como acontece no sul de Moçambique, o fruto é normalmente de menor dimensão. No pericarpo existem três camadas: o epicarpo, o endocarpo e, entre estes dois, o mesocarpo, mais espesso, onde se aloja um líquido gorduroso e muito cáustico, habitualmente designado pelas gentes ligadas às fábricas de processamento de castanha por CNSL.³ O fruto está suspenso pelo pedúnculo que, devido à sua hipertrofia e forma, é tomado correntemente por aquele, sendo designado por “pêra” ou “maçã”. A ele se deve o aspecto singular e exótico do cajueiro, tornando-o na época da floração e da frutificação – entre Agosto e Dezembro, variando o seu começo com a latitude – facilmente reconhecível por todos os olhares, incluindo os menos treinados na observação da flora. De cor alaranjada ou avermelhada, o pedúnculo, quando amadurecido, tem cerca de 8 cm a 10 cm de comprimento e um peso médio de 60 gr, sendo apanhado do chão, juntamente com a castanha, num processo que em Moçambique se inicia a norte, em meados de Outubro, para acabar no sul já em meados de Fevereiro (v. fotografias 2 e 3). Muito nutritivo – pouco calórico, é rico em fósforo, cálcio e em vitamina C, presente em elevada quantidade –, pode ser ingerido cru ou transformado em sumo. Este, se fermentado, dá origem a uma bebida alcoólica. Se destilado, obtêm-se o *thon-thonto*, uma aguardente de elevado teor alcoólico.

Desde sempre muito apreciada pela população, a esta bebida se devem as enormes bebedeiras que se arrastavam por dias a fio, como notou Junod [1996 (1912) tomo 2: 44]. Foram elas as responsáveis pela péssima notoriedade que o cajueiro adquiriu junto das autoridades coloniais, em virtude de incapacitar os indígenas para o trabalho, bem ilustrada na posição de António Enes que classificou, em 1893, o cajueiro de árvore do vício e da ruína, propondo a sua eliminação. As autoridades tomaram, aliás, iniciativas tendentes a conter os danos provocados pela bebida alcoólica derivada da pêra de caju: em 1909 foi aplicada, no distrito de Manica e Sofala, uma taxa sobre as árvores de caju para limitar os prejuízos relacionados com o seu consumo, isentando porém os proprietários com dez ou menos cajueiros, desde que não se servissem deles para produzirem aguardente.⁴ Estas medidas foram ampliadas, nos anos 20, com a aprovação de legislação restritiva e desincentivadora da cultura do cajueiro (Correia 1960: 24). Esclareça-se que esta oposição ao cajueiro tem contornos muito complexos que se prendem com os interesses da burguesia comercial ligada à importação de vinho para os africanos. Se o consumo de bebidas alcoólicas incapacitava os africanos para o trabalho, essencial ao normal desenvolvimento da colonização e das relações

³ Esta designação varia conforme os países. No Brasil assume a designação de *Líquido da Castanha de Caju* (LCC).

⁴ Decreto de 28 de Outubro, Boletim Oficial, nº 49 de 4 de Dezembro de 1909. Para uma análise comparativa da função do álcool nos diversos colonialismos europeus v. Birmingham (2000).

de produção capitalistas, por outro lado a administração colonial não podia deixar de estar ao lado daqueles que beneficiavam do comércio de vinhos de duvidosa qualidade, logo pouco interessados na substituição destes por bebidas de produção caseira feitas a partir de matérias-primas locais (v. Capela 1973).

Embora existam referências relativas ao consumo de amêndoas de caju em Portugal em meados de Quinhentos, este nunca terá passado de um nível residual, insuficiente para despertar qualquer interesse numa exploração comercial do cajueiro. Esta situação manteve-se até inícios do século XX. Em termos internacionais, depois das pequenas compras dos EUA em 1905, a importação em quantidades significativas e regulares começou apenas nos anos 20, depois de resolvido o problema da sua conservação durante a longa travessia marítima (Ohler 1979: 16).

Em Moçambique, o caju teve pouca importância comercial até ao início da década de 30 do século XX. Combatido com firmeza pelas autoridades coloniais pelas razões acima referidas, esta situação alterou-se com as necessidades crescentes da indústria indiana, detentora do monopólio do processamento e comercialização da amêndoa de caju [v. *(L')Agriculture et les industries de transformation au Mozambique* (s.d)]. As suas exportações passaram de 1.140 tn em 1925 para 6.500 tn em 1930 e 26.000 tn em 1935, atingindo em vésperas da Segunda Guerra Mundial as 32.000 tn (Ohler 1979: 37). Face à incapacidade do mercado interno indiano em assegurar o abastecimento suficiente de matéria-prima, este país começou a procurá-la noutras paragens, iniciando-se assim as importações da colónia portuguesa da África oriental (cf. Spence 1963: 73).

Este novo cenário económico levou a uma alteração profunda da posição do cajueiro na economia moçambicana. Cronicamente afectada por desequilíbrios na balança de pagamentos, o governo da colónia inverteu a sua política em relação a esta espécie, passando a incentivá-la abertamente. Nas zonas adequadas ao cajueiro, as autoridades coloniais conseguiram, em troca de algumas compensações directas, envolver os régulos na sua protecção e promoção. Como ainda está muito vivo na memória dos mais velhos em Manjacaze, os régulos compeliavam os camponeses a fazer as podas e a sachar o terreno, quando estes não estavam ocupados com outras culturas. Atendendo à enorme quantidade de cajueiros existentes, estas exigências abrangiam apenas uma pequena parte do efectivo. Devido à insuficiência de alfaias agrícolas, nomeadamente escadas e serras de corte, a poda não ia além do arranque dos ramos secos localizados nas zonas baixas, de forma a mantê-los na silhueta ideal de guarda-chuva. Uma atenção muito especial era dedicada ao controlo das queimadas, combatidas com determinação, se necessário recorrendo-se à famosa palmatoada,

normalmente aplicada pelos cipaiois. Com o tempo, os camponeses começaram a olhar para a castanha como um produto que lhes permitia o acesso ao mercado através das cantinas do mato ou, quando viviam nas suas proximidades, nas lojas das vilas. Ao contrário de hoje, em que o pagamento em dinheiro é a regra, no tempo colonial prevalecia a troca directa de castanha por outros produtos, obrigatoriamente produtos que os camponeses não podiam tirar das suas machambas como açúcar, sal, sabão, roupas e calçado. Esta relação não era isenta de conflitos e de estratégias de engano mútuo, da qual a parte mais fraca, os camponeses, saía a perder, com os cantineiros a negociarem a castanha por produtos, numa troca da qual tiravam quase sempre grande benefício.⁵

É de notar que este interesse em Moçambique foi acompanhado, apenas com um desfasamento de alguns anos, por iniciativas semelhantes em Angola e na Guiné-Bissau. Neste último país, mercê de condições ambientais excelentes e solos adequados, o cajueiro expandiu-se, permitindo hoje a obtenção de produções na ordem das 80.000 tn de castanha por campanha, o que constituiu um resultado assinalável, atendendo à reduzida dimensão do território. Foi, no entanto, em Moçambique que ele conheceu o maior sucesso: em meados da década de 70, este território guindou-se à posição de maior produtor mundial de castanha de caju.

⁵ Quase todos os que viveram na época colonial guardam memória destes processos, às vezes como actores sociais directamente envolvidos. De igual modo, a imprensa fez, pós-independência, eco abundante deles (cf., v.g., *Tempo*, nº 405: 3-4 de 9/6/1978). Os cantineiros eram pequenos comerciantes com loja no mato ou em pequenas aldeias e vilas.



Fotografia 2. Vista parcial de cajueiro durante a frutificação (meados de Outubro)



Fotografia 3. Fruto maduro com o pedúnculo (meados de Novembro)

2. Da exportação *in natura* ao processamento industrial da castanha

Com uma presença velha de séculos nas zonas litorais do território moçambicano, coube aos comerciantes de origem indiana o controlo do comércio da castanha. Apesar de muitos deles pertencerem a famílias fixadas em Moçambique desde meados do século XIX, os vínculos com as suas terras de origem permaneceram sempre bem vivos, nomeadamente a nível linguístico e religioso. Sendo a Índia o único processador a nível mundial, facilmente estes comerciantes mobilizaram os seus recursos relacionais para assegurarem em Moçambique o controlo das rotas de comercialização e de acesso ao mercado indiano. Nesta cadeia comercial, para a zona a sul do Save assumiam importância saliente os exportadores de castanha localizados em Lourenço Marques, a quem cabia a venda de mercadorias às cantinas do mato, junto das quais os camponeses africanos se abasteciam e vendiam as suas colheitas de castanha. No norte de Moçambique este negócio secular era também controlado pelos comerciantes de origem indiana, processando-se segundo os mesmos moldes utilizados no sul do território (v. J. P. Leite 1995: 641).

Esta hegemonia indiana foi olhada com muitas reticências pela administração colonial. Chamando ao texto aquilo que de mais relevante se escreveu na imprensa da época,

Moçambique, sendo o maior produtor e podendo regular os preços da mercadoria, encontra-se, entretanto, na situação de jamais saber com o que pode contar quanto à castanha de caju. O jogo dos comerciantes exportadores indianos sempre de acordo com os “trusts” industrializados do Indostão – por serem seus delegados – jogam no comércio como e quando entendem. Baixam e sobem as cotações conforme as suas conveniências e tal facto obriga o comerciante de Moçambique a retrair-se e acautelar-se no seu negócio com o nativo (Baptista 1962: 410).

Para o poder político e para a burguesia colonial de origem europeia era claro que a exportação da castanha *in natura* resultava desvantajoso face ao seu processamento e posterior colocação no mercado internacional. O que estava em causa, na época, como observou com rigor J. P. Leite (1995), era o corte com a complementaridade entre Moçambique e a Índia neste sector económico. Daí os apelos e as intenções em prol dum desenvolvimento industrial que assegurasse o processamento da castanha produzida em território moçambicano, necessariamente em colisão com os interesses dos processadores indianos, cuja dependência em relação à castanha moçambicana se tinha acentuado com o correr dos anos, à medida que as exportações desta colónia portuguesa iam crescendo: de 31.700 tn em 1946 para as 124.300 tn em 1964 (Parente e Neto 1973: 42).

É necessário referir também o papel desempenhado no desenvolvimento da indústria de castanha de caju pelas desavenças políticas entre Portugal e a União Indiana acerca da questão de Goa, Damão e Diu. Para alguns, “não era do interesse das elites de então a exportação de castanha bruta para a Índia, [...], para um país que a processava e com os proventos comprava armas à ex-União Soviética para pôr em causa a ‘soberania portuguesa na Ásia’” (*Plano Director do Caju* 1999: 34). Não ignorando a sua importância, é excessivo explicar o desenvolvimento industrial deste sector quase que exclusivamente em razões políticas decorrentes da anexação, por parte da União Indiana, dos territórios de Goa, Damão e Diu, ocorrida num momento em que a primeira fábrica contava já com quase uma década de funcionamento.⁶

Vale a pena determo-nos, uma vez mais, nos textos escritos na segunda metade dos anos 50 por Baptista no *Diário Popular*:

Continuamos a ser explorados e a perder um valor real que pode ser em Moçambique idêntico ao do café em Angola e ao da cortiça em Portugal continental. Vamos exportar este ano [1957] cerca de sessenta mil toneladas e por ela devemos receber cerca de duzentos mil contos, em moeda esterlina – se atingirmos tal quantia – quando é certo que se industrializássemos a castanha e a exportássemos em amêndoa receberíamos por essa mercadoria dólares equivalentes a mais de seiscentos mil contos. Exportamos para a Índia a castanha de caju, em natureza, recebendo uma insignificância em libras, para depois, a Índia a exportar para a América do Norte e receber em dólares mais de três vezes que nos paga e ficando ainda os óleos, vernizes e demais produtos, ou subprodutos que a castanha de caju fornece e que tem bom valor, também (Baptista 1962: 410).

A primeira proposta de industrialização data de 1932. O seu proponente era membro da aristocracia, Príncipe Luís de Bourbon e Palma, que nesse ano solicitou o direito, em regime de exclusividade, de aquisição e de industrialização de castanha de caju em Cabo Delgado. Acabou por não instruir devidamente o pedido, pelo que o projecto não avançou. O mesmo sucedeu com numerosos outros, alguns deles concretizados, mas cujas fábricas tiveram existência efémera. Em clara contradição com os interesses dominantes do grupo étnico a que pertenciam, todas eram propriedade de empresários de origem indianos – Ossman Talab, Harun Haji Mussa e Juma Talab. Localizadas em Mocímboa da Praia (Cabo

⁶ Tendo muito a ver com a discussão que mais à frente será empreendida (capítulo VIII), merece também algumas reticências argumentar que “os sistemas mecânicos foram desenvolvidos ou encorajados num período de grande hostilidade para com a União Indiana” (*Plano Director do Caju* 1999). Dito desta forma, é obnubilar a história da pesquisa e invenção de mecanismos e artefactos para o descasque mecânico da castanha cujas origens estão muito aquém dos conflitos com este país.

Delgado), processaram castanha em quantidades muito reduzidas no período de 1944 a 1946 (Correia 1963: 205ss).

Estas iniciativas fracassadas tornaram manifestas as dificuldades que a indústria indiana colocava a Moçambique. Desde logo, a Índia possuía, como hoje, mão-de-obra abundante submetida a uma eficiente organização do trabalho orientada para o descasque manual da castanha, a fase mais árdua e que mais força de trabalho exige. Pelo contrário, Moçambique não beneficiava de grandes concentrações de trabalhadores, tendo ainda custos de produção mais elevados ditados pela incipiente legislação e práticas políticas que concediam aos operários alguns direitos e benefícios que os seus pares indianos não usufruíam. De acordo com os dados compilados por Baptista (1962: 432), os salários na Índia eram 25% inferiores aos praticados em Moçambique, não existindo naquele país também quaisquer mecanismos de assistência médica e social aos trabalhadores.

Perante este quadro a única saída foi enveredar, via mobilização de quantidades avultadas de capital, pelo caminho do desenvolvimento de equipamentos mecânicos para enfrentar a concorrência indiana, tal como foi reconhecido e sugerido pela ONU à administração colonial portuguesa e aos eventuais investidores.⁷ A partir de 1932 foram empreendidos esforços para desenvolver tecnologias que permitissem contrariar a vantagem da Índia. Desde sempre, o problema fundamental foi partir a casca sem danificar a amêndoa. No período de 1932 a 1954, o governo colonial recebeu 32 pedidos de exploração experimental de descasque, a maioria rejeitados como inviáveis. Durante a II Guerra Mundial fez-se o descasque à mão para fornecer o mercado sul-africano.

O governo colonial, muito regulador e interventor por opção ideológica e prática política, não deixará também de se envolver neste sector industrial. Concordando com o diagnóstico favorável à intensificação tecnológica, concedeu nos anos 50 avultadas somas de dinheiro a inventores locais para produzirem equipamentos de descasque mecânico eficientes, sem qualquer sucesso. Em 1954, reforçando a opção por este tipo de sistema, ainda tecnologicamente inviável, o governo adoptou uma política de concessão de alvarás de autorização de funcionamento de pequenas fábricas para fins praticamente experimentais, de forma a deixar o campo livre para as novas invenções [v. *(L')Agriculture et les industries de transformation au Mozambique* (s.d.)]. Apesar de muitas das propostas e dos objectivos não

⁷ V. *(L')Agriculture et les industries de transformation au Mozambique* (s.d). Trazendo a questão para os nossos dias, é de relevar que esta situação põe a nu a base em que assenta a viabilidade das novas unidades industriais baseadas em processos de descasque manual ou semi-mecânico, defendidas por diversas instituições internacionais, nomeadamente BM e FAO, entre outras: o esmagamento dos salários e da protecção social dos

se terem concretizado, os planos de fomento do governo colonial,⁸ instrumentos orientadores e ordenadores da política de desenvolvimento industrial em Moçambique aqui citados amiúde, sempre defenderam e propuseram medidas concretas para a expansão do sector do caju. Não participando directamente na gestão empresarial e não controlando ou detendo capitais, o poder colonial nunca deixou de intervir no sector, através da sua regulação, na qual o licenciamento se configurou sempre como um dos instrumentos mais importantes. A instalação de uma fábrica de caju não era, em termos burocrático-administrativos, uma tarefa fácil e rápida. De facto, o governo colonial exigia aos proprietários detalhados estudos económico-financeiros, abrangendo aspectos como os mercados, o financiamento e a calendarização da execução do projecto que mereceu, por vezes, referências na imprensa. Ilustrando a situação com um caso concreto, em 1972 um empresário, Alcino Franchi,⁹ apresentou um projecto de uma nova fábrica de descasque de castanha de caju, a instalar em Mocimboa da Praia. A autorização estava vinculada à satisfação das seguintes condições: a) apresentar, no prazo de 18 meses, um estudo económico-financeiro visando especificamente o empreendimento florestal, o empreendimento industrial, os mercados, o esquema de financiamento e a sua repercussão na balança de pagamentos de Moçambique e as fases de arranque devidamente justificadas e identificadas no tempo; b) aquando da aprovação do estudo seriam fixadas as condições de execução do empreendimento e da respectiva exploração (cf. *Tempo* 1972: 4-5).

Em paralelo, o governo colonial organizou uma estrutura de investigação sobre a economia do caju cobrindo todas as suas vertentes – agronómica, industrial e comercial –, com destaque para o “Grupo de Trabalho dos Problemas de Caju” criado em Setembro de 1959, no seio das “Brigadas de Estudos Agronómicos do Ultramar” (v. Mariano 1966). A este interesse institucional deve-se, em boa medida, a vasta produção científica sobre o caju em Moçambique e noutras antigas colónias portuguesas, com destaque para a Guiné-Bissau, Angola e Cabo Verde, em especial a realizada pela MEAU por autores como Esteves (1960a,

operários, nunca referido nem analisado nas “encomendas” solicitadas por estas instituições aos consultores (v. capítulo VIII).

⁸ Os planos de fomento iniciaram-se em 1953. Para o governo em Lisboa, estes planos tinham como principal objectivo contribuir para a promoção social e cultural das populações de modo a facilitar a “constituição, em todas as suas parcelas, de sociedades multirraciais autênticas, em que se perpetuassem a alma e a cultura portuguesas” (Cunha 1977: 207).

⁹ Franchi era accionista da Cajuca, com fábricas na Machava (Lourenço Marques) e em António Enes. Em Portugal era proprietário da empresa Luso-Italiana, produtora do sistema de impacto mais eficiente.

1960b, 1963a, 1963b, 1964a e 1964b), Pereira, Jr (1962), Silva e Lains (1962 e 1964) e Sardinha (1965).¹⁰

A viragem decisiva deu-se em 1950, com o requerimento apresentado pela Caju Industrial de Moçambique, uma sociedade anónima que tinha como accionistas Luís Baldini Vissenjou e Jiwa Jamal Tharani. Localizada no Chamanculo, uma zona popular dos arredores de Lourenço Marques, a sua localização mereceu avisados reparos, considerando-a contrária a “todas as regras duma boa exploração” (Baptista 1962: 409).¹¹ Esta fábrica foi, efectivamente, a primeira unidade industrial a conseguir trabalhar sem interrupções ou falências em Moçambique, conseguindo até consolidar-se e expandir-se. Mais tarde, em 1954, Vissenjou constituiu uma nova sociedade anónima, a Indústria Nacional de Caju e Derivados, tendo como sócios Amadeu Ernesto Valongo e Jorge António van Kriekei Mota, posteriormente designada por Sociedade Cajueira Moçambicana. Empresas com baixo volume de produção, totalmente dependentes do descasque manual, com produções inferiores a 2.000 tn/ano de castanha processada, estavam protegidas, desde 1952, por regulamentos que aplicavam taxas sobre a castanha exportada e davam preferência às indústrias no seu abastecimento.

Até inícios da década seguinte, estas eram as duas únicas fábricas em funcionamento.¹² Apesar do volume de castanha processada ser pequeno, elas revelar-se-iam basilares para a consolidação inicial deste sector industrial. Por um lado, demonstraram a sua viabilidade em Moçambique e, por outro e não menos importante, foram responsáveis pela formação dos primeiros técnicos e operários. Na década seguinte, estes encarregar-se-iam da disseminação dos saberes no quadro do enraizamento de uma cultura técnica fundamental à operação das inúmeras fábricas construídas e das novas tecnologias mecânicas aplicadas no sector do descasque da castanha.

Em termos tecnológicos, a década de 50 encerra com o aparecimento de sistemas mecânicos de descasque da castanha economicamente viáveis, culminando quase três décadas

¹⁰ A MEAU deu lugar, em meados dos anos 60, ao IIAM, que passou a centralizar toda a investigação e experimentação agro-pecuária em Moçambique.

¹¹ Apesar de ter sido, na segunda metade dos anos 90, uma das últimas fábricas a encerrar, a sua má localização é reconhecida por praticamente todos os actores envolvidos no sector, tornando inviável qualquer programa de recuperação. Uma vez que o processamento de castanha apenas aproveita cerca de 20% do peso, os custos de transporte são uma componente decisiva nesta indústria, pelo que é importante que o percurso entre o local de produção e a fábrica seja o mais curto possível, algo que assume uma maior importância ainda em virtude das deficiências e estrangulamentos que Moçambique conhece ao nível das comunicações rodoviárias, ferroviárias e marítimas. Mas não só, num contexto de controlo das emissões poluentes a nível mundial, o afastamento entre os centros produtores e os centros processadores é ecologicamente insustentável e, a médio prazo, inviável por razões políticas e ambientais.

¹² De acordo com o indicado no relatório (*L'Agriculture et les industries de transformation au Mozambique* (s.d) elaborado pela ONU. É importante notar que existiam outras fábricas, chamadas “satélites”, nas quais

de intenso trabalho de pesquisa e invenção. Neste campo é de destacar o engenho de alguns técnicos do sector, como o português Samuel de Carvalho e os italianos Tonelli e Espost, que localmente e com o apoio de empresas europeias, contribuíram para a invenção de sistemas de descasque por impacto economicamente eficientes.¹³ Finalmente estavam reunidas as condições para a disseminação industrial e a consolidação de Moçambique como um processador com dimensão mundial, capaz de concorrer com a velha e bem organizada indústria indiana. Como o poder político viria a reconhecer em 1965, foi em boa medida devido ao potencial demonstrado pelos sistemas tecnológicos que os investidores se interessaram pelo processamento da castanha de caju [v. III Plano de Fomento - Parte II, Relatórios Sectoriais, Vol. I, Agricultura e Silvicultura, Tomo II, Capítulos 5º a 7º (1966)]. Isto foi bem entendido pelo governo colonial. Entre 1959 e 1962 concedeu autorização para laboração a 29 sociedades, quando entre 1932 (ano do primeiro pedido de autorização) e 1958 os pedidos não superaram as seis dezenas [v. (*L'*) *Agriculture et les industries de transformation au Mozambique* (s.d)]. Mais relevantes, e sobretudo com impacto económico e social, são os números relativos à evolução do número de empresas em actividade, volume de produção e trabalhadores ao serviço (v. figuras 5 e 6 e quadro 2).



Nota: Sobre o início de funcionamento das fábricas verifica-se alguma discrepância nas fontes disponíveis. J. P. Leite (1995: 646) refere que em 1962 estavam já instaladas cinco fábricas, não incluindo nesta contagem a de Manjacaze. Esta discrepância pode estar relacionada com o desfaseamento entre o arranque dos testes e outras experiências produtivas e o processamento de caju já estabilizado e contínuo.

Fonte: IV Plano de Fomento – Parte III, relatórios sectoriais, vol. 4, indústrias transformadoras (1973).

Figura 5. Fábricas em actividade em Moçambique (1960-1970)

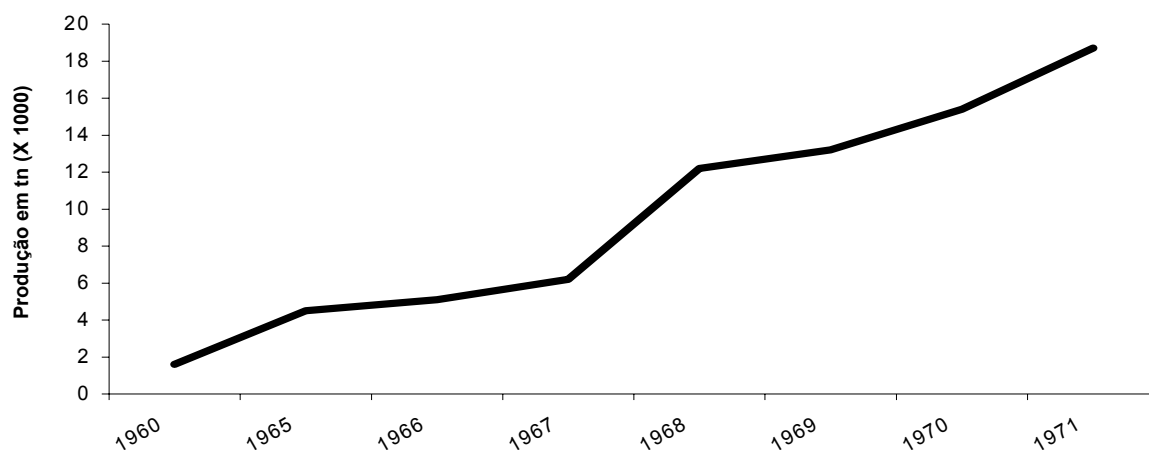
apenas se realizavam parte das operações, nomeadamente o descasque, a trabalhar para a Caju Industrial de Moçambique.

¹³ Alguns destes equipamentos foram construídos pela empresa Luso-Italiana, onde trabalhavam os técnicos italianos, a quem M. Neto comprou o sistema de descasque para a fábrica de Manjacaze (v. capítulos VII e VIII). V. também J. P. Leite (1995) e (*L'*) *Agriculture et les industries de transformation au Mozambique* (s.d).

Apesar deste enraizamento industrial e tecnológico, até meados da década de 60 a situação continuava, no essencial e não obstante a instalação de numerosas fábricas, a suscitar sérias preocupações nos decisores políticos da colónia, com Moçambique incapaz de assegurar o processamento substancial da castanha produzida no território. No *III Plano de Fomento*, publicado em 1966, na inventariação dos problemas do sector lê-se que o cajueiro

está também mal aproveitado pela percentagem enormíssima de castanha exportada em bruto; [...] há que resolver ainda o problema da comercialização da amêndoa, que é exportada para países que tiram maior lucro do que nós [...] vendendo-a aos consumidores desses países ou de outros para onde é reexportada, a preços várias vezes superiores àquele que obtêm os industriais de Moçambique [*III Plano de Fomento - Parte II, relatórios sectoriais, Vol. I, agricultura e silvicultura, tomo II, capítulos 5º a 7º* (1966)].

A expansão industrial dar-se-ia em meados da década de 60, em boa medida impulsionada pela entrada do grande capital nacional (Grupo CUF) e internacional (Anglo-American, sediada na África do Sul), facto que sinalizava inequivocamente o interesse e as expectativas, nessa conjuntura, dos grandes investidores na realização de mais valias neste sector industrial emergente.



Fonte: *IV Plano de Fomento, Parte III, relatórios sectoriais, vol. 4, indústrias transformadoras* (1973).

Figura 6. Produção de amêndoa de caju em Moçambique (1960-1971)

Estes investimentos rapidamente fizeram sentir os seus efeitos na produção de amêndoa, com um crescimento muito significativo a partir de 1967, momento a partir do qual as novas fábricas foram consolidando as suas actividades produtivas, atingindo na entrada da década de 70 valores de produção quase dez vezes superiores aos registados no início da década anterior. No caso dos trabalhadores da indústria de caju, o crescimento foi explosivo, sobretudo quando comparado com o total dos que se encontravam ao serviço nos diversos sectores industriais e nas indústrias orientadas para a exportação. Entre 1960 e 1970, o número de trabalhadores em todas as indústrias e nas que trabalhavam fundamentalmente para a exportação cresceu, respectivamente, 55% e 39%, enquanto que o aumento nas indústrias de processamento de caju foi de 490%, fazendo deste sector um dos mais importante da agro-indústria moçambicana, ombreando com outros há muito enraizados, como o do descaroçamento do algodão e o da cana-de-açúcar. Mais significativo ainda, é o peso relativo dos trabalhadores deste sector que em 1970 representava 37,1% da força de trabalho afecta às indústrias de exportação e 17,6% do total da força de trabalho.

Quadro 2. Evolução do número de trabalhadores no sector industrial em Moçambique (1960-1970)

Totais absolutos e relativos						
Ano	Todas as indústrias	N.º de trabalhadores 100 = 1960	Indústria para exportação	N.º de trabalhadores 100 = 1960	Indústria de caju	N.º de trabalhadores 100 = 1960
1960	54.145	100	30.149	100	1.897	100
1965	63.544	117	31.075	103	7.597	400
1966	65.855	121	31.967	106	9.240	422
1967	70.175	128	33.135	110	9.674	427
1968	76.652	137	35.665	117	11.880	450
1969	79.035	140	35.665	117	10.681	440
1970	91.638	155	43.388	139	16.086	490

Fonte: *IV Plano de Fomento — Parte III, relatórios sectoriais, vol. 4, indústrias transformadoras* (1973).

A expansão deste sector não foi isenta de alguma turbulência e dificuldades. Vivendo ainda na idade da infância, os equipamentos mecânicos de descasque colocaram dificuldades à indústria, obrigando a esforços contínuos na pesquisa de melhores soluções que quase sempre significavam mais investimentos, sem que os iniciais estivessem amortizados, com os inevitáveis impactos no endividamento. A relação com as outras partes envolvidas,

nomeadamente com os comerciantes, nem sempre decorreu de modo pacífico. O principal foco de conflitualidade ligava-se ao controlo da castanha na entrada da fábrica. Nas acasas disputas sobre as análises realizadas pelas fábricas ao estado da castanha, os industriais tentavam sobrevalorizar os valores relativos à humidade e impurezas, enquanto que os comerciantes tentavam minimizá-los. Este não era um assunto de somenos importância, pois do apuramento destes valores dependia o preço final a pagar pela castanha.

Todavia, a principal contradição entre estes dois segmentos da burguesia colonial girava em torno da exportação da castanha *in natura*. Sem a intervenção decisiva da administração estatal na regulação das exportações, dificilmente os industriais poderiam ter-se oposto com sucesso aos interesses da poderosa burguesia comercial a operar no sector da castanha. Como justamente se assinala num longo artigo publicado em finais da década de 60,

as empresas exportadoras de castanha de caju, a quem a União Indiana ofereceu na última campanha um preço de 5\$50/kg de castanha fariam tudo para torpedear qualquer intento nesse sentido [o do processamento total da produção] da indústria local [*Economia de Moçambique* (1968), vol. V, n.º 11: 6-11 e 21].

Para a zona a sul do rio Save, a que Manjacaze pertence, ao tornar obrigatório a entrega aos industriais de toda a castanha colocada em comercialização (cf. BOM, n.º 85 de 17 de Outubro de 1970), impedindo de facto a sua exportação, o governo colonial provocou nos comerciantes um forte descontentamento, com acusações, por parte destes, de favorecimento da indústria em prejuízo do comércio e dos apanhadores envolvidos.¹⁴ Partilhando interesses com os exportadores com estreitas conexões à indústria indiana, em causa estava justamente uma opção de fundo para a economia do caju em Moçambique: manter a situação tradicional, baseada na exportação de matéria-prima para países processadores ou, pelo contrário, quebrar a dependência em relação a estes por via da industrialização. Preocupados com o crescimento deste sector estratégico para o desenvolvimento da economia moçambicana, o processamento industrial da castanha de caju era visto como crucial para a própria economia do caju, nomeadamente no que respeita ao segmento da produção. Dependente do único mercado comprador de castanha, o interesse dos colonos e indígenas pelo plantio de cajueiros dependia, como referiu com clareza Cruz de Almeida (1956: 14), num momento em que o processamento industrial dava os primeiros passos, do crescimento da capacidade produtiva das fábricas de caju.

Pese embora estes conflitos, o ambiente geral foi sempre marcado por um grande optimismo,¹⁵ com o aparecimento regular de projectos para novas fábricas, como bem o demonstra o facto de as autorizações para a sua instalação excederem, em 1966, a produção anual normal de castanha, e o alargamento da exploração a outros produtos desta fileira agro-industrial, nomeadamente o pedúnculo para sumo, doces, compotas e bebidas alcoólicas. A nível técnico e logístico, tratava-se de uma operação de alguma complexidade e dificuldade, devido à dispersão anárquica dos cajueiros e ao facto de a pêra amadurecer antes da castanha [v. *III Plano de Fomento – Parte II, relatórios sectoriais, vol. I, agricultura e silvicultura, tomo II, capítulos 5º a 7º* (1966) e *IV Plano de Fomento – Parte III, relatórios sectoriais, vol. 4, indústrias transformadoras* (1973)].

Na divisão internacional do trabalho, cabia a este sector industrial o descasque da castanha de caju, sendo a embalagem e comercialização da responsabilidade de empresas dos países centrais. Nunca foi capaz de superar dois estrangulamentos que, sem significado em períodos de expansão, sempre se fizeram sentir em contextos de crise ou de decisões políticas adversas. São eles o modelo produtivo baseado na reprodução espontânea e não ordenada dos cajueiros e a descoincidência entre as zonas de produção e a localização das fábricas. Em relação ao primeiro estrangulamento, em inícios da década de 70 observou-se que a produção tinha crescido ao longo da década de 60 mas de forma muito irregular. Apesar de ser recomendada pelos técnicos, a cultura ordenada nunca teve uma expressão relevante (*Tempo*, nº1: 63-64 de 1970). Para além de pequenas experiências muito localizadas e sem grande expressão produtiva, como as promovidas pela Junta de Povoamento, J. P. Leite (1995: 648) sinaliza as plantações organizadas por três empresas privadas. Ainda neste domínio, no plano de fomento então em vigor alertava-se para a baixa produção média de castanha por árvore (6,7 kg/árvore no sul e apenas 3,5 kg/árvore em Cabo Delgado e Nampula), sugerindo-se uma intervenção decidida na “cultura” do cajueiro, sem a qual não seria possível assegurar, com regularidade, volumes elevados de produção adequados às necessidades de processamento da indústria [v. *III Plano de Fomento - Parte II, Relatórios Sectoriais, Vol. I, Agricultura e Silvicultura, Tomo II, Capítulos 5º a 7º* (1966)]. Para reforçar esta posição, é trazido à colação

¹⁴ A imprensa, em especial a revista *Tempo*, deu ampla cobertura noticiosa a estes desaguisados, mantendo sempre uma posição de relativa equidistância em relação às partes em confronto.

¹⁵ Este optimismo não encontrava qualquer fundamento no estado geral da economia de Moçambique. Vale a pena conhecer o que sobre ela pensava em 1965, quando tomou posse como ministro do Ultramar, uma figura central do regime, ligado à política colonial até ao 25 de Abril, primeiro nesta posição, posteriormente ocupando a pasta da Defesa: “dificuldades graves de ordem financeira, pouca capacidade de desenvolvimento económico por falta de suficientes iniciativas válidas no sector privado, subversão em marcha, risco de complicações provocadas pela questão da Rodésia e os prenúncios de desequilíbrio da balança de pagamentos” (Cunha 1977: 169).

os casos das aldeias de Coolela e das Laranjeiras (Manjacaze),¹⁶ onde os cuidados prestados aos cajueiros permitiram subir a produção para valores muito superiores, respectivamente 9,5 kg/árvore e 16,4 kg/árvore).¹⁷ Quanto à descoincidência entre zonas de produção e locais de processamento, o problema subsistiu desde o início da expansão industrial e é, em boa medida, tributário da concentração das actividades económicas em dois pólos, Lourenço Marques e Beira. Como já se referiu, a primeira fábrica a produzir de uma forma regular e de modo prolongado no tempo instalou-se nos arredores de Lourenço Marques, numa zona onde o cajueiro nunca foi abundante. Esta descoincidência agravou-se progressivamente, levando a que nos primeiros anos da década de 70 Lourenço Marques tivesse 1.2% da produção e 25% da capacidade de processamento instalada. Ao invés, Inhambane com 25,5% da produção tinha apenas 3,5% da capacidade de processamento instalada em todo o território [v. *III Plano de fomento – parte II, relatórios sectoriais, vol. I, agricultura e silvicultura, tomo II, capítulos 5º a 7º* (1966)].

3. A indústria de caju no período nacional-popular

O golpe militar de 25 de Abril de 1974 rompeu com o *statu quo* colonial, nomeadamente com a relativa estabilidade política e sócio-económica em que viviam os colonos portugueses. Passada a incerteza dos primeiros momentos, rapidamente perceberam qual seria o efeito imediato do processo revolucionário em curso: o seu retorno a Portugal. Num ambiente de crescente agitação, marcado por acontecimentos de extrema violência (v. capítulo IV), os colonos têm de tomar uma decisão dramática e radical: ficar ou partir? A maioria não foi capaz de gerir a incerteza que representava ficar, viver num regime de maioria negra previsivelmente de orientação marxista, pelo que, conhecida a data precisa para transferência da soberania, começou o êxodo em direcção a Portugal. Outros haviam que

¹⁶ Na aldeia das Laranjeiras foi organizada uma cooperativa para o enquadramento da produção de castanha de caju, incluindo um armazém comunitário para a colecta e venda desta directamente à fábrica de M. Neto [v. *Economia de Moçambique* (1968), vol. V, n.º 11: 6-11 e 21]. Nunca tendo passado de uma fase embrionária, este projecto constituía uma interessante iniciativa de desenvolvimento das potencialidades locais desta cultura e da melhoria do rendimento das populações indígenas.

¹⁷ Embora seja claro que os tratamentos culturais dos cajueiros, mesmo quando incidem sobre exemplares envelhecidos, tenham efeitos positivos sobre o aumento da produção, é necessário prudência na análise dos dados. E isto porque, como é sabido por todos os intervenientes neste sector, uma parte muito substancial da castanha produzida não entra no circuito comercial, sendo reservada para consumo familiar. Logo, é muitas vezes difícil de quantificar e de lhe dar existência estatística e, por outro lado, não é seguro que toda a produção produzida pelos milhões de árvores existentes em Moçambique seja apanhada pelos camponeses e contabilizada pelos serviços do Estado.

desejaram ficar, mas os condicionamentos e tensões a que foram submetidos por parte do aparelho administrativo-partidário local, ainda no período do governo de transição e não raro à revelia das directrizes definidas a partir do centro político, tornaram inviável a sua permanência em Moçambique. As pressões foram muito intensas sobre a pequena burguesia detentora de meios de produção. Politicamente muito isolada, não conseguiu aguentar (v. capítulo VII).

Um pouco por todo o lado, as fábricas, as lojas, as escolas, os hospitais e outros serviços públicos viram desaparecer ora os proprietários, ora os técnicos, muitas vezes ambos, deixando o jovem Estado a braços com uma gravíssima crise de organização e gestão da produção e do trabalho.¹⁸ Se é certo que no seu III Congresso (1977), a Frelimo escolheu para a economia um programa socialista com uma forte componente de propriedade estatal, a nacionalização de muitas empresas foi imposta, em certa medida, pela força das circunstâncias resultante do vazio criado pelo abandono ou má gestão intencional por parte dos seus proprietários. Ainda antes da independência, tentando acautelar juridicamente estas situações, o governo de transição, através do DL n.º 16/75 de 13 de Fevereiro (BR – I Série, n.º 19) estabeleceu que as empresas que não contribuíssem para o normal desenvolvimento económico do país e para a satisfação dos interesses colectivos ficariam sujeitas à intervenção do Estado. Eram abrangidas as empresas onde se tivessem verificado, entre outras condições, o abandono por parte dos seus proprietários, o desvio de fundos e o aumento não fundamentado das despesas gerais da administração. Sempre que se justificasse, a intervenção do Estado poderia assumir diversas vertentes, mormente a nomeação de delegados na administração da empresa ou, em casos extremos, de comissões administrativas.

A nível económico o desfecho estava, desde há muito, traçado. Não apenas pelas decisões tomadas, nomeadamente no II Congresso realizado em território moçambicano que escapava já ao controlo do exército colonial, mas também pelo caminho seguido durante a luta armada e confirmadas pelas decisões saídas do Governo de transição. Este, logo na sua primeira sessão optou pela indústria planificada, com o aproveitamento total das unidades existentes e a criação de novas unidades (v. *Notícias*, n.º 16.553: 5 de 27/7/1975). Já depois da independência, em Novembro de 1975, o Estado assumiu o monopólio da exportação de caju, delegando o seu controlo no Fundo de Comercialização dos Serviços do Comércio (v. *Notícias*, n.º 16.668: 3, de 20/11/1975).

¹⁸ Davies *et al.* (1980) analisam com minúcia o impacto desta sangria técnica na Texlom, a grande empresa têxtil moçambicana estabelecida no final do período colonial.

Em 1977, como foi referido, o poder político moçambicano dá um passo decisivo na direcção da formação de uma economia dirigida e hipercentralizada, nomeadamente através criação das empresas estatais. Para tal passo concorreu a manifesta insuficiência de quadros intermédios, que não poderia ser superada pela participação dos trabalhadores. Esta foi reduzida a formas inócuas e quase meramente formais, claramente deficitária em termos de controlo democrático. A burocracia estatal iria encontrar terreno fértil para se constituir em camada privilegiada e reunir os recursos necessários para, se as condições se tornassem propícias como efectivamente veio a acontecer, formar uma nova classe burguesa.

Através do DL n.º 17/77 de 28 de Abril (BR- I Série, n.º 48: 234-238),¹⁹ foi definido o conceito de empresa estatal: “forma superior de organização de unidades de produção, é propriedade de todo o Povo Moçambicano, perante quem os trabalhadores da empresa estatal respondem”. É considerado que o povo dirige a empresa por delegação desse poder na direcção nomeada pelo Estado. Esta, por sua vez, “materializa os interesses das largas camadas populares, dirigindo e orientando a empresa para alcançar os objectivos que lhe foram fixados”. O referido DL estabelece ainda o modo de participação dos trabalhadores na elaboração e execução das decisões.²⁰ Estes tinham o direito a designar, através de assembleia-geral de trabalhadores, um membro da direcção, sendo todos os demais nomeados pela entidade de tutela. Visando o mesmo objectivo, a constituição de empresas estatais, é publicado um outro texto legislativo onde se define a situação das CA e as condições para a adopção da nova ordem jurídica pelas empresas por elas dirigidas [DL n.º 18/77 de 28 de Abril (BR- I Série, n.º 48: 238-241)]. Nele é ainda definido o papel das empresas privadas, submetendo-as a um regime de forte subordinação ao Estado. Se até finais da década de 70 os trabalhadores detiveram uma certa influência nos destinos das empresas, se bem que quase sempre marginal, a partir da década de 80, com o agudizar da crise económica e o reforço da autoridade conferida às administrações pelo poder político, a influência daqueles nas empresas foi pulverizada, tornando-se totalmente irrelevante (v. Davies *et al.* 1980). O momento chave terá sido o discurso de Machel em Agosto de 1979, no qual defendeu a

¹⁹ Este DL e o estatuto-tipo das empresas estatais foram, em 1981, revogados pela lei n.º 2/81 de 30 de Setembro relativa à organização e funcionamento das empresas estatais. Uma leitura atenta deste documento mostra que no essencial nada foi alterado para além do aprofundamento da retórica socializante, cuja expressão forte é “a aplicação do princípio do centralismo democrático, conjugando a direcção centralizada com a participação activa dos trabalhadores”.

²⁰ Como vimos em capítulo anterior, a participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão era exígua. Não obstante toda a retórica político-ideológica em torno da aliança operária-camponesa e de um Estado de trabalhadores, a elite política que o dirigia pouca relação tinha com as classes trabalhadoras. Para além de muitos não serem oriundos das camadas mais despossuídas, os longos anos passados na luta armada e, posteriormente, a vida na cidade permitiram-lhes desenvolver interesses e estilos de vida que em nada tinham a ver com as reais condições de vida e expectativas das classes em nome das quais diziam governar.

concentração do poder nos directores das empresas, tendo por objectivo a melhoria da gestão. Investidos de uma autoridade inquestionável, estes passaram a ignorar ostensivamente os trabalhadores, estabelecendo de facto uma ditadura no espaço da produção, que não deixou de ser notada e denunciada por aqueles no jornal do partido (Hanlon 1984: 191-192).²¹ De forma irreversível, os trabalhadores foram afastados da gestão e do controlo real das empresas, sobre qual chegaram a deter um poder de mando bem concreto, se bem que precário e breve (v. capítulo VII para o caso da fábrica velha).

A indústria de processamento da castanha de caju, sector bem conhecido pela sua grande complexidade produtiva e exigindo longos anos de aprendizagem dos seus “segredos”, foi uma das mais seriamente afectadas pelo êxodo dos proprietários e técnicos portugueses. Em 1975 existiam 14 unidades que com 17.000 trabalhadores ao serviço processavam 147.000 tn. Sector económico vital para a jovem nação, constituía, entre outros aspectos, a principal fonte de obtenção de moeda estrangeira por via da exportação praticamente total da sua produção, a maior parte destinada a países pertencentes ao centro do sistema mundial. Esta centralidade na economia de Moçambique foi reconhecida pelo III Congresso ao considerar que, sendo a amêndoa e o óleo de caju as principais exportações do país, uma das principais tarefas do país era o desenvolvimento da cultura do caju.

A imprensa fez uma ampla cobertura dos seus problemas.²² O cenário era semelhante um pouco por toda a parte: saída dos portugueses, deixando as empresas a braços com a falta de técnicos, em especial dos sectores da produção e da gestão, levando a que, muitas vezes, a produção se reduzisse a quase metade. A Caju Industrial, com 2.400 trabalhadores, passou a partir de 1975 a ser controlada por uma CA, devido “à sabotagem da administração”.²³ Ainda durante o governo de transição foi feita a alteração jurídico-administrativa que a legalizava. Em Março de 1979, a Concaju, com sede em Quelimane e fábrica na Namacurra, foi intervencionada por despacho do ministro da Indústria e Energia, por não estar em condições de contribuir para o desenvolvimento do país. O gerente e o encarregado foram despedidos e

²¹ Tal como se verificou na Argélia e em outros Estados africanos, os trabalhadores estavam também mal equipados do ponto de vista político e ideológico e, por outro lado, os comités de auto-gestão nas empresas rapidamente ficaram dependentes do governo central a nível financeiro e de abastecimento de matérias-primas (v. Burawoy 1985: 248).

²² Foi o caso dos dois mais influentes órgãos de comunicação na época, a *Tempo* e o *Notícias* (v. *Tempo* n.º 425 de 26/11/1978, n.º 441: 5 de 25/3/1979, n.º 443: 30-31 de 8/4/1979, n.º 554: 3 de 24/5/1981 e *Notícias*, n.º 16.606 de 17/9/1975 e n.º 16.670: 4 de 22/11/1975).

²³ Sabotagem foi uma das palavras mais usadas do léxico revolucionário. Sendo certo que em algumas situações se estava perante casos concretos de desestabilização deliberada das empresas, à medida que os anos foram correndo passou a ser usada com intuítos retóricos que serviam para alimentar interesses pessoais de membros da burocracia estatal e camuflar fenómenos de corrupção relacionados com a apropriação ilegítima de recursos e o usufruto de privilégios.

os proprietários suspensos das suas funções. Localizada numa zona de elevada actividade da Renamo, foi alvo de diversos ataques que a levaram à sua quase total destruição. Com produções anuais muito reduzidas a partir de 1983, cessou completamente a sua actividade de processamento três anos mais tarde. A Companhia Industrial do Monapo, proprietária de duas fábricas, uma delas de descasque de caju com quase 1.100 trabalhadores, debatia-se desde 1974, com a saída dos portugueses, com a falta de técnicos, nomeadamente engenheiros e contabilistas, estando a trabalhar a cerca de 50% da capacidade instalada. A Indocaju, localizada na ilha de Moçambique, encontrava-se em estado de abandono, por ausência de direcção e falta de assistência dos proprietários, possuindo um grande *stock* de amêndoa em armazém. Em muitas fábricas faltava também castanha para laborar e latas para embalar amêndoa, estando também a braços com geradores e equipamentos mecânicos inoperacionais ou avariados por longos meses de inactividade, indisciplina e absentismo dos trabalhadores e apatia das estruturas políticas. Particularmente grave para a economia moçambicana foi a estratégia seguida pela Anglo-American Corporation of South Africa, o maior grupo industrial e financeiro da África do Sul, accionista maioritária de duas grandes fábricas de caju (Mocita e Antenes), altamente mecanizadas, localizadas respectivamente no Xai-Xai e em Angoche. Não obstante o apoio do governo moçambicano à viabilização da empresa, nomeadamente ao nível da contratação de técnicos estrangeiros e da colaboração do Banco de Moçambique, propriedade do Estado e principal credor, todas as propostas foram ostensivamente rejeitadas ou ignoradas, tendo em vista provocar a máxima desestabilização da economia moçambicana. Acabaram por ser declaradas falidas, obrigando o Estado a intervencioná-las e passando a gestão para a Caju de Moçambique (v. *Tempo*, n.º 560: 10-13 de 5/7/1981 e n.º 583: 3 de 13/12/1981).

Se este era o cenário dominante, casos houve em que os proprietários mantiveram a firme vontade de continuar a trabalhar e a expandir as suas indústrias num Moçambique independente. M. Neto, em Manjacaze, foi manifestamente um caso de um colono que desejava ficar, mantendo-se à frente da fábrica. Como veremos (v. capítulo VII), o desenrolar do processo revolucionário conjugado com a acção de actores sociais ocupando posições chave no aparelho político-administrativo local a isso obstaram. Já a Socaju, uma sociedade anónima controlada pela CUF, recém nacionalizada pelo governo português, continuou a investir, admitindo após a independência numerosos técnicos para a sua fábrica de Nacala.

Até 1977 as empresas intervencionadas foram geridas por CA, de acordo com o consignado no art.º 3 do DL n.º 16/75 de 13 de Fevereiro. A Frelimo estava presente através de representantes directos e dos GD. Na sequência das orientações saídas do III Congresso da

Frelimo, o já citado DL n.º 17/77 de 28 de Abril (BR, I Série, n.º 48) aprova o estatuto-tipo das empresas estatais. As CA deram lugar a órgãos de direcção, em que o grosso dos gestores, incluindo o seu primeiro responsável, era nomeado pelo Estado. Conjugando controlo burocrático com participação dos trabalhadores, este modelo implicou uma redução da componente democrática no espaço da produção.

Pouco depois, as propostas de um grupo especializado de trabalho sobre o caju – a Comissão de Reorganização do Sector do Caju –, no qual participaram diversos técnicos chilenos exilados, levariam à criação, em 1979, da Empresa Nacional de Caju, E.E., também designada por Caju de Moçambique. Considerando que o sector de processamento de castanha de caju era estratégico e complexo, com ligações à economia-mundo capitalista, em concorrência aberta com empresas doutros países, nomeadamente indianas, parecia desejável desenvolver uma maior articulação entre as diferentes unidades industriais que o compunham, avançando para a sua completa integração e estabelecimento de um centro de comando localizado em Maputo, racionalizando-se a estrutura industrial, em especial os seus processos produtivos e as tecnologias utilizadas. Tornar-se-ia na principal e mais importante empresa estatal de Moçambique até ao seu desmantelamento, iniciado em 1991, por ordem do BM e do FMI (v. Decreto n.º 30/91 de 26 de Novembro – BR, I Série, 3º Suplemento, n.º 48).

De acordo com o constante no decreto constitutivo (Decreto n.º 8/79 de 30 de Junho – BR, I Série, n.º 75: 217-221), e em conformidade com o previsto na legislação então em vigor (v. § 2º, artigo 4º do DL n.º 18/77 de 28 de Abril – BR, I Série, n.º 48: 238-241), foi decidido integrar as diversas fábricas em condições de serem nacionalizadas numa única empresa em vez de a cada uma corresponder uma empresa estatal independente. Foram assim liquidadas as empresas Cajuca – Sociedade Industrial de Caju e Derivados, Caju Industrial de Moçambique e Spence & Pierce (Indústrias de Cajú), todas sociedades por acções, e Incabel – Indústria de Caju da Beira, Procaju – Produtos de Caju, Saccor & Tavares e Indústria de Castanha de Caju (Manjacaze), estas quatro sociedades por quotas. Em paralelo o Governo criou a SEC, à qual atribuiu a tarefa de coordenar, fomentar e fiscalizar todo o sector do caju, desde o fomento agrícola até à colocação da amêndoa e do CNSL nos mercados internacionais.

Com o capital social integralmente subscrito pelo Estado, eram órgãos da Caju de Moçambique o Director-Geral, a Direcção Executiva, os Delegados Executivos, o Conselho de Direcção e as Assembleias de Trabalhadores. Embora estivesse formalmente assegurada a participação dos trabalhadores nos órgãos de gestão e funções de controlo das actividades da empresa, o poder estava concentrado nas mãos do director-geral. Este era considerado a

“autoridade máxima dentro da empresa”, competindo-lhe gerir e administrar com os mais amplos poderes a Caju de Moçambique, respondendo directamente ao ministro da Indústria e Energia. Todos os demais órgãos da empresa tinham funções, na prática, meramente consultivas ou de execução das ordens e decisões tomadas pelo director-geral. Era o caso dos delegados-executivos, nomeados centralmente, a quem o grosso da autoridade e do poder da gestão corrente em cada unidade produtiva.²⁴ No entender dum antigo gestor da Caju de Moçambique, “aquilo era uma ditadura, com o poder centralizado nas mãos do director-geral. Nem poderia ser de outro modo. Com analfabetos e uma cultura não socialista, qualquer gestão democrática levaria ao colapso da empresa” (IR1).

Para esta opção concorreram tanto os interesses da elite político-burocrática, cada vez fazendo menos reserva dos objectivos de longo prazo que acalentava enquanto camada social privilegiada, como as enormes lacunas de formação e de conhecimentos que tornava o controlo operário nas fábricas ora uma mera retórica, ora uma *praxis* que dava azo a profundas deformações. De facto, sendo a esmagadora maioria da força de trabalho analfabeta ou possuindo uma instrução rudimentar, faltava-lhe os conhecimentos adequados à gestão de fábricas de razoável complexidade técnica, empregando centenas e, nalguns casos, milhares de trabalhadores. Daí que o comando tivesse de assentar num grupo muito reduzido de pessoas detentoras das competências necessárias à boa execução deste tipo de tarefas. Ora, num contexto em que cultura encontra na hierarquia e na figura do chefe alguns dos seus elementos mais preponderantes, os gestores facilmente se elevaram acima dos colectivos operários a que, por vontade política, deveriam pertencer, conduzindo a perversões na aplicação do modelo que pretendia, justamente, a eliminação de todas as formas de poder pessoal e de privilégios nele baseados.

O primeiro director-geral da Caju de Moçambique foi um operário da fábrica de Inhambane. Sem quaisquer conhecimentos de gestão e de organização empresarial, os poucos meses em que ocupou o cargo mostraram os limites do “poder operário” numa sociedade na qual a classe operária tinha reduzida ou nenhuma formação escolar e política. Para além de não reunir as competências necessárias para fazer uma rápida aprendizagem deste novo *métier*, a este operário faltava uma cultura política adequada. Vivendo num estado de suspeição permanente, de imediato transpôs para a empresa as lógicas hierárquicas dominantes na cultura africana:

²⁴ Para alguns dos protagonistas, os delegados-executivos não passavam de meros capatazes, à imagem e semelhança dos existentes no tempo colonial. Como mais à frente veremos, apesar de terem assento no conselho de direcção, os delegados-executivos não foram ouvidos no processo de desmantelamento da empresa, limitando-se a cumprir ordens.

Quando me integro na Caju de Moçambique já tinham um director-geral, um tal Belarmino Rafael que eu nunca tinha conhecido e que era um 3º oficial serralheiro, um serralheiro básico. Temos de pôr os operários e camponeses nas direcções das fábricas. O director [do sector] de finanças leva uma pasta de despacho para ele assinar. Dá-lhe um cheque de 100 contos para ele assinar. O senhor quando vê 100 contos de imediato diz: “Querem prender-me, criar-me problemas, 100 contos porquê, isto é muito dinheiro”. E como eu tinha já alguma experiência, tinha estado na Comissão de Reestruturação, manda-me chamar para eu resolver o problema. E eu digo: “Belarmino, 100 contos é o que esta máquina toda – na altura nós tínhamos 17.000 trabalhadores – gasta eventualmente por segundo. Assine lá isso que ninguém está contra si”. Por acaso, duas ou três semanas depois, eu acompanho o senhor numa visita à fábrica de Inhambane, donde ele vinha. Chegamos à noite. No dia seguinte iniciámos uma visita à fábrica. E sai o pessoal da oficina: “Papá Belarmino, parabéns e tal”, querendo apertar a mão. E ele recusa-se a retribuir o cumprimento, e diz: “Não sabe respeitar as estruturas, não sabem que sou director-geral”. E por acaso, no nosso grupo é o único que vai engravatado. E aquilo gera uma situação de mal-estar. No final tínhamos de realizar uma reunião com os trabalhadores para explicar e as pessoas não comparecem por causa dele. E este é o processo que leva à saída dele. Perdeu a autoridade e saiu. Aquilo [os operários nas direcções] era uma autêntica demagogia. Eles não tinham nem formação nem experiência profissional. Foi o que aconteceu com os “noveles” e outros²⁵ (João C., CAu39/40).

Esta empresa mereceu sempre um apoio claro e firme do Governo e da liderança política do país. Designada, juntamente com a Petromoc e a EDM, entre outras, como empresa do Conselho de Ministros, a administração respondia directamente a Samora Machel. A nível político são bem conhecidas as ofensivas políticas e organizacionais que sempre tiveram em atenção os problemas e a importância vital do sector do caju. Confiadas a dirigentes políticos de topo, as fábricas da Caju de Moçambique foram visitadas por diversas vezes com o objectivo de combater o roubo, o desleixo, a baixa produtividade e a indisciplina que, à semelhança de outras empresas e sectores, também nelas se faziam sentir (v. *Tempo*, n.º 538: 4-5 de 1/2/1981):

Foi numa altura em que tínhamos dificuldades de indisciplina, com reflexos na produção. Nessa altura eu mando reunir o conselho de direcção para debater o problema da qualidade. Muitos dos causadores da indisciplina estavam ligados ao sindicato e ao partido. Houve uma decisão colectiva para despedir os indivíduos. Alguns estavam ali na reunião. No dia seguinte juntámos os trabalhadores das três fábricas de Maputo. Eram 5.000 trabalhadores, reunimos as condições de som e fizemos a reunião para que todos ficassem a saber o que se estava a passar naquela fábrica. Então anunciámos o despedimento das pessoas. Fulano é despedido. A partir de amanhã vem aqui fazer as contas, retira-se o cartão e não vai poder entrar. Toda a gente bateu palmas, nós estávamos com muito medo. No dia

seguinte começaram a chover os telefonemas, toda a gente a dizer que fizemos um grande erro. Nós fazemos uma reunião com o *bureau* político. Telefonaram-me a dizer que a direcção do partido quer falar com a direcção da empresa, estava convencido que era a direcção do partido de Maputo. Quando chegamos lá às 14H00, vimos o primeiro carro a entrar, o do Mariano Matsinhe que era ministro do Interior, o do Jorge Rebelo que era o do trabalho ideológico, o seguinte era o do Jacinto Veloso da Segurança. Pensámos: “isto está muito mau”. Acabámos às 5 da manhã. Até pensaram que a direcção da empresa constituía uma força que queria desestabilizar. Foram ouvidos diversos intervenientes. Decidem suspender a reunião para um encontro com o presidente Samora e voltam a ter connosco de manhã, aí umas dez horas e então informam: “Nós vamos visitar todas as fábricas do país”. É então que é decidido visitar todas as fábricas do país, e foi o Marcelino dos Santos pessoalmente. O Marcelino encerra este ciclo e então é que aparece o presidente Samora. Isto levou dois meses. A partir daí a produtividade começou a aumentar, a qualidade também, foi a minha grande consagração (João C., Cau39/40).²⁶

Conscientes da importância estratégica do caju e do papel insubstituível que a Caju de Moçambique desempenhava na obtenção de divisas, essencial para assegurar o esforço de guerra de Moçambique na luta contra a Renamo, a elite dirigente executou diversas iniciativas políticas e económicas para sustentar a actividade produtiva das fábricas da empresa. Em primeiro lugar havia que cuidar do património agrícola que ultrapassava os 40 milhões de cajueiros. Tal como no tempo colonial, o governo moçambicano empreendeu uma dura luta contra as queimadas, muito frequentes, levadas a cabo pelos camponeses para facilitar o trabalho nas machambas. Entre plantar para assegurar a sua sobrevivência quotidiana ou cuidar da preservação dos cajueiros para realizar algum dinheiro no final de cada ano, os camponeses fazem uma opção absolutamente racional. Ou seja, vivendo no limiar da sobrevivência, quando confrontados com a escolha entre agricultura para o sustento familiar e agricultura orientada para a comercialização escolhem a única hipótese que lhes permitia continuarem a viver. Problema nunca resolvido, não deixa de causar perplexidade a retórica política, não raro amplificada pelos *media*, sobre as causas deste desinteresse dos camponeses pelo cajueiro que entendem encontrar o seu fundamento no desleixo, nas crenças ou outras manifestações do campo do simbólico.

O governo procurou ainda conter os inconvenientes que resultavam da dispersão anárquica do cajual, através da criação de viveiros com vista a organizar machambas comunais de cajueiros. É neste contexto que se tomou a decisão política da constituição de uma empresa estatal de protecção e fomento do caju. Para concretizar este desiderato o

²⁵ Refere-se a César Novele, primeiro delegado-executivo da fábrica velha (v. Capítulo VII).

²⁶ Em Manjacaze ainda hoje é bem recordada a visita realizada por Marcelino dos Santos (v. capítulo VII).

Conselho de Ministros elaborou um despacho com data de 28 de Janeiro de 1981, através do qual criava a Comissão Instaladora da Empresa Nacional de Protecção e Fomento do Caju – Empresa do Caju. À comissão instaladora competia, entre outras tarefas, a elaboração de estudos e programas para a criação de plantações ordenadas de cajueiros, a fixação de aldeias comunais em zonas de concentração ou favoráveis ao cajueiro, o apoio preferencial às cooperativas de produção com (ou que projectassem) plantações ordenadas e a mobilização das populações, em estreita articulação com o partido e as organizações satélite, como a OMM e OJM, na luta contra as queimadas indiscriminadas, a limpeza e tratamento dos cajueiros, o plantio de novas plantas em regime ordenado, a apanha e comercialização bem como a participação nas jornadas de trabalho voluntário, designadas por “domingo socialista” (v. Despacho de 28 de Janeiro de 1981 – BR, I Série). Devido aos constrangimentos impostos pela difícil situação política e económica em que Moçambique estava mergulhado, enfrentando uma guerra brutal que feria severamente as estruturas económicas, este projecto não chegou a ser concretizado.

As jornadas de trabalho voluntárias eram entendidas como manifestações de emulação popular, também designada por socialista. Os objectivos que lhe estavam subjacentes foram expressos com elegância por Heráclito Mutolo, um leitor do jornal *Notícias* (n.º 17.388: 2 de 21/11/1977), através dum poema publicado na rubrica da “correspondência popular”.²⁷

Se eu apanho caju
Se tu também apanhares
Se minha mãe apanhar caju
Se meu pai apanhar caju
Se meus irmãos apanharem caju
Se a minha família apanhar caju
Mais a tua
Mais a dele
Então terei a certeza
De que o País tem divisas,
Tem riqueza!
É imprescindível que sejamos todos
A apanhar caju!
A vida melhorará

²⁷ É de salientar que na imprensa a Caju de Moçambique participou também na tarefa de promoção do sector através de anúncios publicitários, onde se escrevia que o “caju é frente vital no progresso da batalha económica”, pelo que era preciso “produzir para exportar, exportar para produzir riqueza” (*Tempo*, n.º 579: 65 de 15/11/1981).

Abrir-se-á um futuro radiante
Os nossos pés terão calçado
Os nossos corpos conhecerão o conforto das roupas
Tudo nos sorrirá!

As especificidades de Moçambique constituíam um pesado desafio para uma economia em transição sistémica, perturbada por dificuldades políticas e sociais da mais variada ordem. Geografia, história e política constituíam uma trilogia que importa desfiar nos seus diversos aspectos e implicações para se compreender, na sua efectiva dimensão, as grandes dificuldades que o governo e, mais directamente, a direcção da Caju de Moçambique enfrentavam: (i) o perfil geográfico do território moçambicano, com uma disposição longitudinal, de quase 3.000 km, relativamente estreito, “quebrado” por diversas linhas de água, que na época das chuvas tornavam intransitáveis numerosas estradas e caminhos; (ii) o insuficiente desenvolvimento das redes de caminho-de-ferro e de estradas asfaltadas e de pontes, capazes de assegurar a circulação em todas as estações do ano; (iii) a descoincidência espacial entre centros produtores e centros processadores; (iv) o êxodo da população portuguesa que, como em muito outros sectores, detinha a propriedade e os recursos fundamentais ao regular funcionamento da rede comercial nas vilas e no mato, bem como do sistema de transportes; (v) o progressivo agravamento da guerra movida pela Renamo; (vi) o programa modernizador do campo, assente nas aldeias comunais, que provocou movimentação de pessoas e perturbou o seu relacionamento com a terra.

A comercialização da castanha de caju, matéria-prima da qual dependia em absoluto a Caju de Moçambique, era um dos problemas mais graves com que se debatia a economia moçambicana. Logo no seu primeiro ano de existência, a empresa confrontou-se com o incumprimento das metas planeadas para a produção de castanha, agravado pela incapacidade do sistema de transportes em assegurar o escoamento da produção dos comerciantes para as fábricas (cf. *Tempo*, n.º 533: 2-3 de 28/12/1980). Face a este quadro, executaram-se diversas acções e medidas para colmatar as deficiências no abastecimento. Algumas foram iniciadas ainda antes da constituição da empresa. Começando os problemas no mato com a primeira fase da comercialização da castanha, e sendo esta mais susceptível de, no curto prazo, responder positivamente a estímulos de mudança, a maior parte das acções concentraram-se, pois, na componente comercial. Uma delas, bem conhecida na fábrica velha, assentava na utilização de operários como activistas no terreno para apoiar as campanhas de

comercialização, sensibilizando os camponeses para a importância estratégica da produção e comercialização da castanha de caju (v. *Tempo*, n.º 430: 14 de 31/12/78).

De salientar que já em 1977 o governo moçambicano tentou acautelar devidamente o sector da comercialização, criando para o efeito a “Comissão Coordenadora da Comercialização da Castanha de Caju”, Tinha como competências, entre outras: (i) o acompanhamento das campanhas de mobilização nas províncias produtoras; (ii) a facilitação do crédito, a componente verdadeiramente lubrificadora deste sector; (iii) garantir o abastecimento em bens de consumo, nomeadamente tecidos, vestuário e calçado aos intervenientes no processo, quer fossem estatais ou privados [v. despacho dos Ministérios do Desenvolvimento e Planificação Económica, da Indústria e Comércio, da Agricultura e dos Transportes e Comunicações de 17/9/1977 (BR – I Série, n.º 108)]. A pressão para a obtenção de castanha era enorme. Ficou bem conhecida a obrigatoriedade da utilização da castanha como “moeda” de troca para a obtenção de bens de primeira necessidade (*Tempo*, n.º 433: 3 de 21/1/1979). Este mecanismo permitiu, de certa forma, limitar os efeitos provocados pela diminuição do papel da moeda como meio de troca nas zonas rurais, em particular no que se refere à comercialização de castanha, referido por J. P. Leite (2000: 297) como uma das razões mais relevantes para a decadência da economia do caju.



FÁBRICAS	CASTA T DE A AINT		ABRANC C N S L	
	ELABORA	TEOR T % T % T % T	T % T % T % T	T % T % T % T
CHAMANCULO	5.000	20 1.000 43 430 50 500 8 400		
MACHAVA 1	8.500	20 1.300 43 559 50 650 8 520		
XAI-XAI	3.000	20 600 43 258 50 300 8 240		
MANJACAZE	1.000	20 200 43 86 50 100 8 80		
INHAMBANE	4.000	20 800 43 344 50 400 8 320		
BEIRA	—	— — — — — — —		
NAMACURA	2.000	20 400 43 172 50 200 8 160		
ANGOCHÉ 1	5.000	20 1.000 43 430 50 500 8 400		
ANGOCHÉ 2	3.500	20 700 43 301 50 350 8 280		

Fotografia 4. Plano de produção afixado na fábrica do Chamanculo (Maputo)

A vida da Caju de Moçambique pode ser dividida em duas fases: (i) de 1979 a finais dos anos 80, de consolidação orgânica e progressivo declínio, (ii) de 1991 até ao seu colapso e desmembramento em meados dos anos 90. À frente de cada uma destas fases estiveram, praticamente por iguais períodos de tempo, dois directores-gerais: primeiro Alfredo Gamito, posteriormente Júlio Cuamba.²⁸

Alfredo Gamito pertenceu à Caju de Moçambique desde o seu arranque, ocupando primeiro o cargo de director administrativo até substituir o primeiro director-geral que, como vimos, desempenhou a função durante escassos meses. Em termos políticos era militante de base da Frelimo, parecendo certo que a sua contratação foi motivada, no fundamental, por razões de competência técnica e experiência profissional:

Eu pertenço a uma família originária do norte de Moçambique. E que no caso vertente do caju é a zona de maior produção. Quase que nascemos debaixo do cajueiro. Eu fiz o meu antigo curso geral dos liceus, o antigo 5º ano em Nampula e comecei a trabalhar. Não havia mais outro nível para se fazer. Então eu fui trabalhar para as finanças, na área das receitas. Estive em Angoche, que era a zona de maior produção nacional, três ou quatro distritos faziam 60% da produção nacional. Nas finanças sempre fui lidando com o caju. Depois saí e fui para o banco, aquando da expansão do actual Standard Totta, quando há a junção entre o Standard Bank Limited de Londres com o Totta & Açores, ainda Totta Aliança. Quando se faz esta junção eu sou o empregado número dois a ser admitido em Moçambique para abrir a terceira agência, depois de Maputo e Beira, dada a importância económica resultante fundamentalmente do caju. Começo então a trabalhar com o banco, e faço a minha vida ali na região norte. Depois saio do banco porque sou mandado abrir uma frente económica que o Grupo CUF, na altura accionista do Totta, queria abrir. O Grupo CUF tinha um projecto de montar três fábricas de caju na região norte. Montou uma em Nacala, uma outra seria em Nampula e a terceira seria em Pemba. Estamos a falar dos anos 67, 68, que é quando arranca a fábrica de Nacala. Tinha um defeito logo à partida. Foi projectada para 50.000 tn de castanha ano, numa altura em que os processos tecnológicos de descasque ainda não estavam suficientemente apurados e a empresa entrou logo numa situação de falência técnica. Entrei para a Socaju, e assim comecei a trabalhar no caju.

No entanto, dá-se a independência nacional, eu mantenho-me na Socaju até 1979. Durante este período dão-se os abandonos e as intervenções e a Socaju foi a única que não foi intervencionada. Na altura eu era o director administrativo. Nós fizemos uma grande aposta na mão-de-obra nacional e sobretudo dos técnicos básicos e superiores – serralheiros, etc. Tínhamos ali a escola industrial de Nampula e nós levávamos levas inteiras para a Socaju. Nós tínhamos na altura 5.000 trabalhadores. A outra fábrica que não foi intervencionada foi a do Entrepasto do Monapo.

²⁸ J. Cuamba entrou na SEC em 1980, vindo do Ministério da Indústria e Energia. Pouco depois passou a chefiar o Departamento de Planificação da Caju de Moçambique. Após uma nova e breve passagem pela SEC, regressou à Caju Moçambique para substituir Alfredo Gamito no cargo de director-geral.

Em Junho de 1979 é criada a comissão de reorganização do sector industrial do caju. Eu fui chamado a assessorar e venho para Maputo, devido à experiência que tinha. Do trabalho dessa reorganização é constituída a Caju de Moçambique e eu torno-me director administrativo e seis meses depois director-geral (Alfredo Gamito, entrevista gravada).

Profundo conhecedor do sector, com larga experiência profissional durante o tempo colonial, tinha capital relacional e competências técnicas suficientes para gerir com determinação e firmeza uma empresa estatal chave na constelação das empresas moçambicanas num período que coincidiu, quase em perfeita correspondência cronológica, com a guerra civil.²⁹ Este terá sido, porventura, o principal problema que a empresa enfrentou ao longo deste período de existência. A acção da Renamo, sobretudo a partir da segunda metade da década de 80 – fase em que a guerra se intensificou e as FPLM estavam cada vez mais acoissadas no campo militar e contaminadas pela corrupção e a indisciplina – não se limitou a atacar as fábricas, com as consequências que isto representava para o seu normal funcionamento. Na coluna das perdas não entram apenas os prejuízos relacionados com a destruição de instalações, de equipamentos, de matérias-primas e de produtos acabados mas também os custos relativos à afectação de força de trabalho para actividades de vigilância e de defesa das unidades produtivas e a instabilidade das administrações e da força de trabalho que, todos os dias, viviam na incerteza e, não raro, no medo.³⁰ Não menos importante foram os efeitos provocados pela guerra na produção, comercialização e transporte de castanha de caju. A deslocação das populações, às centenas de milhares, afectou seriamente a apanha da castanha; o ataque sistemático às lojas das vilas e às cantinas do mato provocou a quase completa paralisação do seu circuito de comercialização; a minagem das estradas e caminhos e os ataques frequentes às viaturas e viajantes “secou” a circulação de mercadorias.³¹ Tudo isto não deixou de afectar a normal produção das fábricas, com a interrupção da sua produção por longos períodos de tempo, por vezes contados em anos, e sistemático incumprimento dos planos de produção normalmente relacionados com o insuficiente aprovisionamento de matéria-prima (v. fotografia 4).

²⁹ Um antigo delegado-executivo da fábrica velha, numa conversa sobre a sua vida na fábrica, referiu a determinação e o empenho que Gamito colocava na gestão da empresa. Recordou, em especial, as reuniões na sede da empresa em Maputo, momentos em que ele mostrava conhecer ao pormenor a produção e as despesas de todas as fábricas da Caju de Moçambique.

³⁰ A este quadro difícil não escapou a fábrica velha. Atacada por duas vezes, está bem vivo na memória dos que nela trabalhavam o medo que lhes dominava o quotidiano (v. capítulo VII).

³¹ Estas acções subversivas contra as fábricas foram assaz referidas pelos principais jornais e revistas. Assim, é possível encontrar notícias detalhadas sobre elas desde o início dos anos 80 (v. *Tempo*, nº 563: 3 de 26/7/1981).

A estas dificuldades impostas pela guerra, acresceram os problemas endógenos relacionados com a escassez de técnicos qualificados, em especial nos sectores da produção e da gestão e o furto, nas suas mais diversas formas, praticado pelos operários. Esta prática ilegal estava, quase sempre, relacionado com a escassez de amendoim. Constituindo este um alimento essencial na dieta alimentar das famílias moçambicanas, sempre que a colheita era má, os operários viam-se tentados, para melhor fazerem face às carências vividas em casa, a roubar amêndoa para a utilizarem como substituto do amendoim. A nível central, na sede em Maputo, e apesar da sobre-concentração do poder no dirigente máximo da empresa, a existência de sucessivos controlos que envolviam muita gente tornava mais difícil a apropriação ilícita de recursos financeiros e patrimoniais da empresa.

A empresa viu-se também envolvida nas lutas com a Enacomo pelo controlo da exportação da amêndoa e do CNSL.³² Aqui não se tratava apenas de pugnar pela observância da boa gestão e da racionalidade empresarial, atribuindo à Caju de Moçambique a gestão das suas exportações. Por detrás desta quezília entre empresas estatais estavam certamente os interesses pessoais dos burocratas-gestores – muitos deles são hoje membros da chamada “burguesia nacional moçambicana” –, que tudo tinham a ganhar controlando exportações pagas em divisas, em especial dólares americanos. Por um lado reforçavam o seu capital político no aparelho de Estado, por outro poderiam colher benefícios financeiros sob a forma de cobrança de comissões ou outras apropriações ilegais de parte dos pagamentos efectuados pelos compradores. Alguns dos protagonistas são actualmente.

Sendo uma empresa conectada com o mercado mundial, a oscilação dos preços e da procura condicionava-a fortemente. Desde o seu início fortemente dependente do mercado norte-americano, principal consumidor mundial de amêndoa de caju, a Caju de Moçambique soube participar e sobreviver comercialmente, ao longo dos anos 80, com mestria no palco da luta que opunha os países capitalistas ao bloco liderado pela URSS. Num contexto de marcada hostilidade da administração americana liderada por Reagan, a empresa estatal soube manter abertos os canais e fluxos comerciais com os EUA, para onde vendiam as amêndoas com valor comercial superior: brancas e inteiras, de preferência de *grades* maiores, ao mesmo tempo que, servindo-se das relações preferenciais que mantinha com o bloco socialista e ao abrigo de acordos comerciais e de cooperação estabelecidos, exportava as amêndoas de menor

³² Empresa Nacional de Comércio Moçambicana. Antiga empresa estatal responsável pelas exportações do país. É hoje uma empresa privada detida por antigos burocratas do Estado, com interesses em diversas áreas, nomeadamente no turismo e na indústria de processamento de caju. É proprietária de uma fábrica de grande dimensão em Angoche, localizada numa das zonas de maior produção de caju de Moçambique. Saliente-se que

valor comercial: amarelas e partidas, nas suas múltiplas variedades. Designados por sistema *barter*,³³

estes acordos fixavam apenas quantidades de amêndoa a exportar sem especificar os preços e os “grades”. Grande parte das solicitações destes países era de amêndoas partidas, para utilizações na confeitaria. Esses países não eram muito “dados” à discussão do preço, deixando isso ao critério do vendedor. Conseguia-se deste modo vender amêndoas partidas com “prémio”, diminuindo a diferença do seu preço com relação às “inteiras”, gerando a tendência natural de destinar as “inteiras” ao ocidente e as “partidas” ao leste (*Plano director do caju* 1999: 34).

Em suma, enquanto que o negócio com os EUA assegurava a obtenção de divisas fundamentais à economia moçambicana, com o Leste, nomeadamente com a URSS e a RDA, as vendas garantiam o “pagamento” do petróleo e de outros bens necessários ao esforço de desenvolvimento do país.

Sobre a Caju de Moçambique pesaram também fortemente as relações de força que prevaleciam no mercado mundial, onde o reduzido grupo de compradores americanos de amêndoa detinha uma posição hegemónica. Por exemplo, em algumas ocasiões a empresa aflorou a possibilidade de desenvolvimento de iniciativas de acesso directo aos consumidores, através do desenvolvimento de marcas próprias e outras, mas a “blindagem” do mercado por parte dos *brokers* não deixou que elas passassem da fase especulativa. Se a Caju de Moçambique mantinha certa autonomia no plano interno, ela começou a esboroar-se a partir da adesão de Moçambique às instituições de Bretton Woods. Entrando em cena, o BM não perdeu tempo em colocar as suas “cartas nas mesa”, exigindo, entre outros aspectos, que parte dos financiamentos e dos empréstimos, mesmo quando concedidos por outras instituições como o BAD, fossem destinados ao sector privado. As crescentes dificuldades vividas a Leste que terminariam no colapso do sistema acentuaram o deslizamento de Moçambique em direcção à plena restauração capitalista que, inevitavelmente, se iria repercutir na Caju de Moçambique.

Apesar de todas as dificuldades acima referidas, a empresa soube contribuir positivamente para a economia moçambicana. De facto, a Caju de Moçambique esteve muito

nos primeiros anos pós-independência o monopólio da exportação de caju pertencia ao Fundo de Comercialização dos Serviços do Comércio (v. *Notícias*, n.º 16.668 de 20/11/1975).

³³ Troca de bens por bens. Neste caso, significa que Moçambique recebia bens e matérias-primas produzidas e extraídas pelos seus parceiros do leste europeu, nomeadamente petróleo e equipamentos industriais e de transporte. No caso da amêndoa de caju, o valor das exportações sob este regime nunca excedeu os 30% do volume de negócios da Caju de Moçambique (de acordo com informação concedida pelo último director-geral da empresa)

longe de ser, durante o período em que Gamito foi o seu responsável máximo, uma empresa sistematicamente deficitária. Mesmo nos piores anos de guerra exportava cerca de 20 a 25 milhões de dólares por ano. Aquando da sua saída, deixou “na conta de depósitos à ordem uns três ou quatro milhões de dólares e uns outros tantos biliões de meticais. Dois ou três anos depois ela passou a ter prejuízos” (Alfredo Gamito, CAu39/40). A partir de finais dos anos 80, quando políticos e gestores perceberam que a privatização fazia parte da receita restauracionista, a agulha económico-financeira não mais deixará de se inclinar para o vermelho, até atingir o descalabro mais acabado em vésperas da privatização, em meados dos anos 90.

4. Dividir para “empreender”: a destruição da Caju de Moçambique

No início dos anos 90 a Caju Industrial de Moçambique estava já em graves dificuldades. A guerra tinha perturbado severamente o sector, desarticulando toda a cadeia produtiva, desde a colheita até ao transporte da castanha para as unidades de produção, passando pela sua comercialização. Algumas fábricas, como as de Manjacaze e Namacurra, foram alvo directos de ataques. Em quase todas foi necessário dar treino militar a operários para os organizar em milícia de defesa das instalações fabris.

A nível económico anunciava-se a privatização do sector empresarial do Estado³⁴. Tal como todos os outros quadros dirigentes, os membros da direcção central da Caju de Moçambique e, em especial, o seu responsável máximo perceberam desde o início do processo de privatização que “a música que estava a tocar era outra” (IR1). Desaparecida a União Soviética, necessitando a indústria de caju de novos investimentos para a recuperação de edifícios e de equipamentos impossíveis de obter junto dos seus antigos aliados, restava a viragem subordinada em direcção ao outro lado, muito facilitada pela adesão interessada da elite dirigente:

Sentimos que ficávamos [sozinhos] a braços com as forças do imperialismo. Os nossos ministros olham para as privatizações como a coisa mais bela que o paraíso jamais fecundou. Porquê? Para imporem as imposições do Fundo Monetário Nacional não é preciso cobri-las com papel dourado. Quando as dificuldades caíram sobre os trabalhadores tivemos muitas dificuldades em lhes explicar. Porque nós já tínhamos dito que era uma coisa bela (M. dos Santos, CAu41).

Enfim, como “um pobre não pode escolher quem lhe dá esmola” (IR1), foi a viragem para os EUA e as conhecidas instituições de Bretton Woods, a que Moçambique pertencia, como vimos, desde 1984. Como bem exprime Vasconcelos, no seu tom acre, a dependência manifestava-se também sob a forma de obediência ao “senhor”, quando os governantes nada mais fazem do que escutar as instruções sobre o modo como Moçambique deve fazer “com os bancos, o petróleo, a terra, os caminhos-de-ferro, as linhas aéreas, as indústrias, a alfândega, o orçamento, os impostos, a polícia, o exército, os tribunais...” (1999: 25). Como estaria claro para a direcção política da Frelimo, apenas a guerra impediu que o processo de privatizações não tivesse sido iniciado mais cedo, talvez mesmo uma década antes:

Quando se adere ao BM e ao FMI já se sabe que existe um menu, que se tem que engolir. Nós todos sabemos isso. Não é por acaso que a Enacomo começa, a partir de 1985, a fazer diversificações, procurando outros parceiros. Até 1992 existia a guerra. Depois as eleições. Só então se verificaram as condições para avançar com as privatizações. Assim, em 1994/95 fizeram-se as privatizações de mil e tal empresas, sendo ainda hoje considerado um recorde de África. É um recorde de que devemos de nos orgulhar? Não, não porque se seja contra as privatizações. O que é de condenar é a forma como ela foi feita, ao não se dar condições para que elas fossem um sucesso (Mário T., CAu16).

Reunidas as condições para avançar com as privatizações, em lugar de “remar contra a corrente”, o primeiro dirigente da Caju de Moçambique pragmaticamente optou por se adaptar e procurar a sobrevivência neste novo cenário, colaborando com estratégia que tinha sido definida pelo BM. Embora consciente de que a privatização nada resolveria, uma vez que o problema estava na eficiência da gestão e não na natureza jurídica da propriedade, desde a sua primeira deslocação a Washington que se confrontou com a inflexibilidade dos gestores do BM ligados aos dossiers moçambicanos: a privatização da Caju de Moçambique não era passível de qualquer discussão. Defendiam que ela detinha, em si mesma, todas as faculdades para uma efectiva resolução dos problemas que afectavam a empresa estatal.³⁴ Nas reuniões, quando os negociadores moçambicanos falavam de reestruturação, os interlocutores do BM imediatamente colocavam reservas, desconfiando da expressão. Suspeitavam que ela poderia

³⁴ Para uma perspectiva geral, na óptica do BM, da privatização do aparelho produtivo estatal nos países socialistas cf. Lee e Nellis (1990).

³⁵ Esclareça-se que o processo de privatização não foi unanimemente aceite. Alguns ensaiaram formas de resistência subtis e, quase sempre, infrutíferas: “Eu sou um militante convicto contra o BM. Infelizmente, o BM faz o trabalho depois da minha saída. E eu julgo que uma das razões da minha saída terá sido originada porque eu contrariei o BM” (João C., CAu 39/40).

não passar de uma manobra engenhosa da parte moçambicana para preservar a natureza estatal da empresa.

A privatização da Caju de Moçambique foi imposta a partir do centro do sistema mundial, beneficiando da colaboração activa de instituições internacionais aparentemente pouco comprometidas com o neoliberalismo, como a FAO. Num relatório publicado em 1990 – *Mozambique cashew industry study – Rehabilitation of cashew sector assistance* –, esta estrutura da ONU dá o seu contributo através de uma persuasão “doce”, legitimada pela retórica técnica, que, fazendo-se passar por neutral, está ancorada a paradigmas político-ideológicos. Com base num inventário detalhado da situação das fábricas de caju em Moçambique, no qual foram analisados uma extensa gama de elementos ligados ao processo produtivo, com especial destaque para a tecnologia utilizada, os consultores da FAO apresentaram como constrangimentos maiores as deficiências ao nível da gestão (concentração excessiva de autoridade no delegado-executivo ao nível da unidade de produção, escassez de gestores e de chefias intermédias), pessoal técnico em número insuficiente e coexistência de diversos sistemas tecnológicos, com exigências relevantes em termos de manutenção técnica e de importação de peças de substituição.³⁶ Fazendo “tábua rasa” do ambiente em que as fábricas funcionavam – guerra, deslocação das populações, dificuldades na apanha, e comercialização da castanha de caju – e adoptando uma interpretação muito particular e truncada do desenvolvimento da indústria no período colonial (referindo tão só a relativa escassez de trabalhadores e ignorando todos os outros aspectos atrás discutidos), propõem a adopção de um outro método de processamento: o SHCS, vulgarmente designado por sistema indiano.³⁷ Em termos tecnológicos representava um severo retrocesso e obliterava uma cultura técnica e de trabalho com mais de trinta anos de experiência e saberes acumulados. Ao apontar para a falta de viabilidade dos processos mecânicos de descasque, a FAO estava implicitamente, e de um outro modo, a declarar que a Caju de Moçambique não tinha futuro.

Neste processo cabem graves responsabilidades ao governo moçambicano e à Frelimo. Com o país desde sempre ligado à economia-mundo capitalista, a privatização da Caju de

³⁶ A diversidade de sistemas tecnológicos é correcta em termos do sector processador. Não o é para as fábricas cuja propriedade era detida pela Caju de Moçambique, nas quais o sistema de impacto é comum a todas elas.

³⁷ Refira-se que este foi o primeiro documento onde aparece inequivocamente formulada a proposta de adopção do SHCS. Como se verá, mais à frente, este sistema tecnológico assenta a sua competitividade nos baixos salários e na sujeição dos operários a ritmos de trabalho brutais, penosos e, a médio prazo, incapacitantes.

Moçambique, formalmente autorizada em Novembro de 1991,³⁸ foi preparada através da aprovação de um conjunto de medidas legislativas que visavam enquadrar juridicamente o processo. De entre todas elas, elaboradas no âmbito do PRES³⁹ e acatando as regras impostas pelas instituições do consenso de Washington, é imprescindível sinalizar a Lei n.º 15/91 e o Decreto n.º 28/91 (BR - I Série de 3/8/1991 e de 21/11/1991). No primeiro instrumento jurídico estabeleceram-se os objectivos e limites desse processo. Nele se escreve que a privatização visava objectivos ambiciosos relacionados com o aumento da eficiência e competitividade das empresas, a captação de investimentos, o desenvolvimento do mercado de capitais, a promoção do acesso dos cidadãos e dos trabalhadores às participações sociais – o chamado capitalismo popular, tão em voga nos Estados Unidos e na Inglaterra desde os anos 80 – e a arrecadação de receitas para o Estado.

O legislador definiu também as modalidades de transmissão jurídica da propriedade, abrindo a possibilidade de negociação particular ou por concurso restrito, que se viria a revelar fundamental para permitir a apropriação das unidades industriais por parte de membros da burguesia nacional. Estas modalidades seriam posteriormente regulamentadas pelo decreto acima referido. No seu art.º 7º foram fixadas, com precisão, as situações em que o Estado optaria pelo concurso restrito: (i) inexistência ou insuficiência de informações sobre a situação financeira, tornando inviável a oferta pública de acções, quando estas existam; (ii) atracção de grandes investimentos, o domínio de tecnologia, o acesso a mercados ou uma experiência empresarial comprovada e adequada capacidade de gestão; (iii) utilização do mecanismo de conversão da dívida externa do Estado em participações sociais.

Tirando a receita financeira – nem sempre cobrada pois ainda hoje o Estado não conseguiu recuperar na sua totalidade as prestações devidas pelos compradores aquando da venda das fábricas de caju –, nenhum dos objectivos foi alcançado. Como em qualquer outro país onde o programa neoliberal proposto pelo BM e pelo FMI foi aplicado, as consequências foram devastadoras: falências, desemprego e violentas desindustrializações. De uma força de trabalho de quase meio milhão de indivíduos foram suprimidos, desde a entrada, em 1987, do primeiro programa de liberalização, 120.000 postos de trabalho (*Notícias*, n.º 25.181 de 13/10/2001). Não cabendo, em exclusivo, ao governo moçambicano e à força política que o suporta todas as responsabilidades nesta matéria, não se pode deixar de considerar que os

³⁸ Decreto n.º 30/91 de 26 de Novembro (BR – I Série). Nele constavam outras empresas estatais a privatizar, abrangendo sectores como a metalomecânica, a floresta e a refrigeração. Para uma descrição detalhada da legislação reguladora das privatizações v. Marques *et al.* (2003).

³⁹ O PRES sucedeu ao PRE, o primeiro programa de ajustamento estrutural aplicado em Moçambique sob a orientação directa do BM e do FMI.

operários foram vítimas do “partido dos operários e camponeses” cujos dirigentes diziam (e ainda dizem) defender e apoiar.

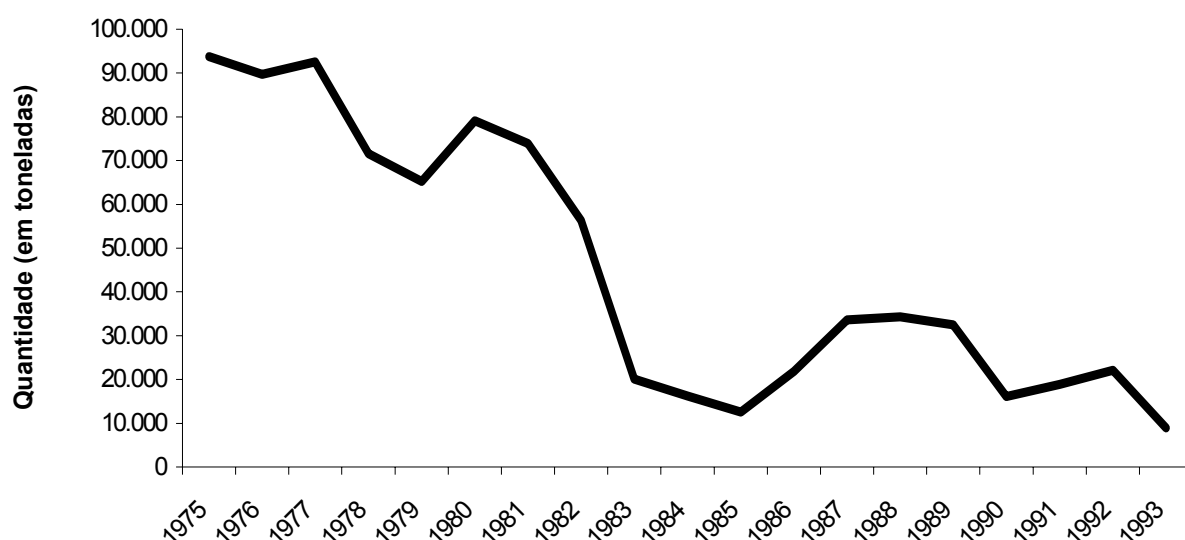
Em termos jurídicos, a Lei 15/91 foi um dos instrumentos fundamentais para colocar o processo em marcha. Apesar de no art.º 3º se estabelecer “a permanência como tal de empresas públicas estatais que se situem em sectores ou desenvolvam actividades de carácter estratégico”, o art.º 4º abriu as portas à privatização geral do sector público moçambicano, ao fazer uma interpretação algo indefinida do que era estratégico para a economia moçambicana – “as actividades ligadas à produção, distribuição e comercialização de bens e produtos quer básicos quer de primeira necessidade, cujas actividades [...] devam ser realizadas em regime de exclusividade por empresas do Estado ou em concorrência com empresas privadas”. Deste modo, a privatização da Caju de Moçambique, como de muitas outras empresas estatais, não encontrou também na letra do direito qualquer escolho. Entre outros exemplos, podemos aduzir a Companhia Industrial da Matola, ligada à importação e moagem de farinhas alimentares.

Elaborado num contexto de agravamento progressivo da situação económico-financeira do sector empresarial público – paragens de produção de muitas empresas por falta de recursos para adquirir matérias-primas, perda de mercados e salários em atraso –, este acervo legislativo foi ideologicamente couraçado para tornar como a única possível uma opção política que, nada tendo de natural, servia os interesses da burocracia estatal e do capitalismo. Imitando processos amplamente testados noutras latitudes, esta tarefa de encantamento foi conduzida, em boa parte, pelos jornalistas e “fazedores de opinião” de turno. A maioria da elite dirigente da Frelimo colaborou com diligência, antevendo novas oportunidades para a melhoria das suas condições materiais de existência. Virando-se do avesso, mostraram com inegável convicção e interesse saber dizer e fazer o contrário do que no passado tinham dito e, em parte, feito.⁴⁰ Um dos que mais se destacou nesta tarefa de encantamento foi Júlio Saranga, Secretário de Estado do Caju nesse período, que desde o primeiro momento do processo ligou a privatização ao sucesso futuro da indústria, defendendo com entusiasmo o programa concebido em Washington em colóquios e outras intervenções públicas (Cf. *Savana*, de 31/10/1992).

Sendo certo que a Caju de Moçambique se debatia com “baixos níveis de rendimento industriais [devido] ao estado obsoleto do equipamento resultante da falta de investimento de reposição nos últimos anos” (*Industrialização e comercialização da castanha de caju* 1994), a

⁴⁰ Leia-se as corrosivas (mas elucidativas) crónicas de Vasconcelos (1999), onde ele analisa as transmutações dos velhos e novos marxistas-leninistas do partido da vanguarda da revolução moçambicana.

direcção da empresa é suspeita de ter participado no processo de desestabilização, em estreita cumplicidade com o poder político, por razões que oscilam entre o desleixo e o interesse próprio. Aponta-se, por exemplo, o desvio de cerca de 30 milhões de dólares obtidos com a exportação de amêndoa e derivados, nunca contabilizados (IR2). A direcção é igualmente suspeita de ter procedido à alienação de equipamentos a empresas privadas (IR3), bem como de bens não produtivos, como habitações, em favor de alguns dirigentes, em paralelo à “distribuição de dinheiro por ‘amigos’”. Acossados pela imprensa, os gestores da empresa estatal negaram, em parte ou no seu todo, as acusações formuladas pelos trabalhadores e apoiadas pelos dirigentes sindicais do Sintic (cf. *Savana* de 30/12/1994).



Fonte: SEC (1994)

Figura 7. Processamento anual de castanha de caju pela Caju de Moçambique (1975-1993)

Depois de uma pequena recuperação, a Caju de Moçambique chega a finais de 1993 mergulhada numa crise sufocante, de completa insolvência financeira: os salários em atraso, que variavam entre os três e os seis meses, afectavam 12.000 trabalhadores; não existia disponibilidade (ou capacidade de o obter junto da banca) de capital para adquirir castanha.⁴¹ Situação até então desconhecida, pois mesmo nos piores anos da guerra sempre tinha

⁴¹ *Notícias*, n.º 22.765 de 21/1/1994 e n.º 23.025 de 22/11/1994. Mais recentemente e a uma escala muito menor, a situação da Lomaco (distrito do Chókwè) parece repetir o vivido na Caju de Moçambique e em muitas outras empresas de controlo público. Esta grande empresa estatal, em tempos a maior produtora de algodão em Gaza,

conseguido satisfazer os seus compromissos. Estando algumas fábricas paradas há já alguns anos, a laboração de castanha atingiu o seu mais baixo nível pós-independência, representando menos de 15% da produção conseguida no melhor ano (1977) (v. figura 7).⁴² Ao mesmo tempo que a crise se acentuava, e acompanhando a produção legislativa, o governo moçambicano avançava com a elaboração de documentos de reflexão e estudo sobre a privatização da Caju de Moçambique, de modo a perspectivar as alternativas que melhor pudessem satisfazer os interesses, não raro contraditórios, das partes envolvidas. Num dos mais importantes relatórios produzidos pela SEC foram assinaladas três modalidades de privatização [*Políticas e estratégias para o desenvolvimento do sector do caju nos anos 90* (1993)]: (i) venda imediata das unidades a qualquer investidor (nacional ou estrangeiro) que demonstrasse possuir capacidades técnica e financeira adequadas; (ii) promoção de contratos de gestão com empresas que detivessem capital e tecnologia capazes de gerir as unidades durante um período de tempo a fixar e proceder depois à sua privatização; (iii) promoção de *joint-ventures* entre cada uma das fábricas da Caju de Moçambique e empresas que possuíssem capital e tecnologia de modo a dotar as unidades de uma gestão autónoma, eficiente e descentralizada e proceder posteriormente à sua privatização.

Notando que qualquer das modalidades de privatização acima referida deveria ser avaliada sem perder de vista outros aspectos relevantes, tais como a estratégia industrial e a política sectorial, este relatório analisa demoradamente as implicações económicas e políticas subjacentes a qualquer uma delas. Assim, considera-se que as duas primeiras modalidades são semelhantes, favorecendo a primeira a retoma do controlo das fábricas por parte dos seus antigos proprietários. No entanto, traz à colação uma forte reserva, ao considerar que qualquer uma das duas primeiras modalidades pode, por um lado, garantir a modernização das fábricas e aumentar o influxo de divisas no curto prazo mas, por outro, desarticulária a longo prazo o projecto duma estratégia industrial assente num padrão moderno de competição. Com efeito, a desconcentração industrial implícita em qualquer dessas modalidades é incompatível com: (i) as capacidades potenciais de gerar um volume elevado de recursos indispensáveis para tornar endógeno e acelerar o processo de consolidação tecnológico e o acesso a novos mercados; (ii) a possibilidade de explorar economias de escala; (iii) riscos elevados de alienação das fábricas a preços baixos, afectando a arrecadação de receita por parte do Estado.

parou as suas actividades em meados de 2001, deixando os trabalhadores sem salários ou o pagamento das indemnizações previstas na lei (v. *Vertical*, n.º 227 de 3/1/2003).

⁴² No valor anual estão as fábricas intervencionadas e privadas. De notar que a fábrica do Entrepasto, no Monapo, obteve em 1993, como nos anos anteriores, produções relativamente elevadas, mostrando que a crise

Equacionadas as desvantagens relativas às primeiras modalidades, o relatório manifesta clara preferência pela terceira modalidade, considerando que é a que mais se aproxima de uma estratégia adequada aos interesses da indústria e da economia moçambicanas. Para além de criar espaço de acesso de capitais e tecnologias para a modernização industrial, não inviabiliza o modelo organizacional da Caju de Moçambique, baseado numa estrutura empresarial única, potenciando-a assim para enfrentar os desafios impostos por um padrão de organização industrial e de concorrência cada vez mais concentrado, posição que foi corroborada por Dzimba (1993). Actor-chave neste processo de privatização, Dzimba reconheceu que a tendência não é para a dispersão industrial mas sim para a concentração, em virtude das vantagens que esta proporciona em termos de gestão. Deve dizer-se que, em contraponto, o autor acrescentou não possuir a Caju de Moçambique um quadro técnico capaz de gerir as suas fábricas dispersas pelo país. Assim, é certamente difícil entender em que medida a mera alteração da propriedade jurídica poderia colmatar a deficiência mencionada. Mas não só, o relatório estima também que esta modalidade daria tempo para a valorização do património da empresa, a concretização de uma nova forma de organização industrial e o desenvolvimento das possibilidades e mecanismos de acesso do empresariado nacional a este sector industrial.

Não foi por esta modalidade que o governo moçambicano escolheu para guiar o processo de privatização da Caju de Moçambique. Sujeita ao fogo cruzado da ideologia neoliberal do BM e do FMI e dos interesses de segmentos da burguesia moçambicana em aceder ao mais importante e lucrativo sector industrial do país, “cuja taxa de retorno é considerada alta” [*Industrialização e comercialização da castanha de caju* (1994)], a opção teve como base o definido na primeira modalidade. A Caju de Moçambique acabará liquidada com uma dívida estimada em 12 milhões de dólares, suportada quase integralmente pelo Estado moçambicano (IR2), e as suas fábricas vendidas a retalho, através da negociação particular ou concurso restrito com os capitalistas interessados. No património alienado fazia parte também um bloco de escritórios e a unidade de produção e manutenção de equipamentos e peças, ambos localizados na Machava. Esta última desempenhou uma função relevante na Caju de Moçambique, ao assegurar uma relativa autonomia nesta área e contribuindo para o aprofundamento de uma cultura técnica ainda muito incipiente. Obviamente, nem todos perderam. Como veremos de imediato, os compradores acabaram por tirar proveito deste colapso económico-financeiro. Ao adquiri-las a preço quase de saldo e em

final da Caju de Moçambique não estava, no fundamental, relacionada com a guerra ou com a escassez de castanha no mercado.

condições muito favoráveis, beneficiaram largamente de condições financeiras vantajosas, incluindo créditos concedidos por parte do Estado moçambicano.

Concluídas as negociações, as seis fábricas a privatizar foram compradas ora por empresas com ligações ao sector do caju na qualidade de exportadores de castanha *in natura*, como a Companhia Comercial Has-Nur e a Gani Comercial,⁴³ ora por investidores sem experiência nesta área de negócio (v. quadro 3). No caso da Gani Comercial, a fábrica de Angoche foi adquirida em parceria com a Enacomo. Reproduzindo uma situação algo semelhante a esta, as unidades de Manjacaze e Inhambane foram vendidas a dois membros da antiga burocracia estatal.

Respeitando o estabelecido na lei, o Estado conservou a posse de parte do capital social para posterior alienação, nomeadamente em favor dos trabalhadores⁴⁴. A percentagem de capital vendido pelo Estado variou entre os 95% (Chamanculo) e os 70% (Angoche). Partindo de um valor de referência de quase 13 milhões de dólares americanos, suficientes para cobrir o endividamento estimado em 12 milhões de dólares, o Estado acabou por alienar as fábricas por valores muito inferiores aos inicialmente pretendidos. As reduções variaram entre os 50% (Manjacaze) e os 20% (Machava).⁴⁵ Com a excepção de Angoche e de Chamanculo, em que o pagamento inicial foi de, respectivamente, 20% e 12%, todos os restantes investidores pagaram apenas 10%. O prazo de amortização do capital em dívida foi fixado, para todos os adquirentes, em 5 anos, com um período de carência de um ano para as fábricas de Angoche, Manjacaze e Inhambane.

Assegurando como contrapartidas a estabilidade da força laboral, transitando os trabalhadores, sem perda dos direitos adquiridos, para as novas empresas, o governo concedeu aos novos accionistas a protecção da indústria por via das restrições à exportação de castanha *in natura*, a isenção de impostos durante dez anos e a redução das taxas alfandegárias para importação de equipamentos essenciais ao desenvolvimento do processo produtivo [v. *Estudo do impacto da liberalização do mercado da castanha de caju* (1997)].

⁴³ Empresas detidas por famílias de origem indiana com uma longa tradição empresarial. Mantiveram as suas ligações pessoais e os seus negócios em Moçambique durante o período da economia centralizada.

⁴⁴ Lei nº 15/91 de 3/8/1991 (BR – I Série). No seu art.º 16º refere-se que “sempre que for autorizada a alienação total ou parcial de uma empresa ou estabelecimento de propriedade do Estado [...] é atribuído aos gestores, técnicos e trabalhadores nacionais, o direito de adquirirem participações que no total não excedam vinte por cento do valor do capital social da empresa”.

⁴⁵ Refira-se que na fábrica de Angoche existia uma frota de camiões, a maioria da marca Mercedes-Benz, não contabilizada no património a alienar. Como refere justamente Hilmarsson (s.d.: 21-22), estes veículos ao passar

Quadro 3. Fábricas da Caju de Moçambique alienadas

Unidade	Angoche	Beira	Inhambane	Manjacaze	Machava	Chamanculo
Investidor	Enacomo	Irmãos	Sara Daúde	Sara Daúde	Companhia	Omar Amade
	Gani	Pinto	J.C. Borralho	J.C. Borralho	Comercial	Ismael
	Comercial	Eurocaju			Has-Nur	
Sociedade adquirente	Angocaju	Companhia da Beira	Procaju	Procaju	Mocaju	Polycaju
Escritura	9/11/94	4/11/94	6/4/95	6/4/95	14/6/95	25/8/95
% Alienado	70%	85%	90%	80%	85	95
Valor Referência (Usd)	4.210.500	1.140.000	1.350.000	1.200.000	3.230.000	1.710.000
Valor Acordado (Usd)	3.000.000	535.000	900.000	600.000	2.600.000	1.250.000
Pagamento Inicial (em %)	20	10	10	10	10	12
Valor em Usd	600.000	53.500	90.000	60.000	260.000	150.00
Prazo de Amortização (em anos)	5	5	5	5	5	5

Fonte: BR e Hilmarsson (s.d.).

O processo decorreu num ambiente de relativa euforia política e económica. O acordo geral de paz tinha sido assinado recentemente (Outubro de 1992), Moçambique era classificado pelas instituições internacionais e pelos países centrais como um “bom aluno”, trabalhando com afincio no programa neoliberal do ajustamento estrutural. O governo transmitia alguns sinais tranquilizadores aos empresários, no sentido da manutenção de uma política económica para o sector do caju orientada para o apoio às fábricas de processamento, dando assim continuidade a uma estratégia política iniciada ainda na época colonial e mantida com afincio durante os anos da experiência nacional-popular, articulando liberalização com protecção de forma a estimular a reconversão industrial sem empurrar as empresas para a falência. Num momento em que a pressão para aumentar a exportação de castanha era já muito grande, é politicamente relevante que a SEC, em documento interno, tenha saído em defesa da indústria moçambicana, formulando sérias reservas a uma opção abandonada há mais de quatro décadas. (Dzimba 1993). Neste documento apresenta-se um plano que articula o sector privado camponês, com sistema de crédito para aquisição de equipamentos e alfaías agrícolas, o apoio à pequena indústria localizada nos centros produtores e o desenvolvimento da indústria metalomecânica para o fornecimento de equipamentos.

a custo zero para os novos proprietários poderiam ser utilizados como um recurso para liquidar uma parte substancial da entrada inicial paga.

Seguindo a linha dominante, argumenta-se que a opção tecnológica dominante na indústria de caju moçambicana é obsoleta.

Este ambiente torna compreensíveis os numerosos projectos de construção de novas unidades industriais que, a concretizar-se, iriam aumentar de forma substancial a capacidade de processamento instalada. Com uma distribuição geográfica muito ampla, desde Cabo Delgado até Maputo, alguns acabaram por se concretizar: Cabocaju em Pemba (Cabo Delgado), Cajeba em Geba (Nampula), Adil IC na Maxixe e Socaju em Jangamo (Inhambane), Madecaju (Maputo) e Invape em Manjacaze (Gaza). Os seus proprietários, mostrando um grande voluntarismo, subestimaram as dificuldades que rapidamente viriam a enfrentar. Entre elas, é atinente referir a incerteza no aprovisionamento colocado pelo grande envelhecimento dos cajueiros e os efeitos das doenças na produção da castanha. Tão pouco terão avaliado devidamente a capacidade de influência política na economia moçambicana por parte das instituições do Consenso de Washington e dos exportadores ligados aos interesses indianos. Muitas das fábricas nunca funcionaram de modo regular, atravessando largos períodos de inactividade. Face às duas hipóteses de desenvolvimento em jogo – investimento produtivo ou rendas provenientes do comércio exportador (v. J. P. Leite 2000: 316) –, ganhou aquela que servia melhor o enriquecimento dos segmentos mais poderosos da elite político-burocrática.

5. Os sindicatos para “matar a fome e a nudez” face às privatizações

Em 1992 estavam já paralisadas ou em funcionamento intermitente muitas empresas estatais, incluindo numerosas fábricas da Caju de Moçambique. Do extenso rol pode-se mencionar a Cometal-Mometal (metalomecânica), a Suínos de Maputo, a Indel (electrodomésticos) e, pela sua importância económica e peso social, a Companhia Industrial da Matola (cereais). Em muitas delas os salários deixaram de ser pagos, colocando em causa a sobrevivência dos operários e a reprodução social das suas famílias. A instabilidade laboral rapidamente se fez sentir, assumindo lugar de destaque as “greves de barriga”, em reivindicação do pagamento dos salários em atraso. Esclareça-se que as greves não significavam a paragem do trabalho, pois ocorreram sempre em fábricas paralisadas. Embora designadas e assumidas como tal pelos trabalhadores e suas direcções sindicais, estamos mais perante formas de protesto social assentes em ocupação de fábricas e bloqueio de estradas, cujas principais reivindicações eram o pagamento dos salários em atraso e a retoma da

laboração. Mas não só. Os trabalhadores pugnaram também pelo afastamento dos gestores públicos por eles considerados corruptos, pela saída dos dirigentes sindicais coniventes e pela defesa dos benefícios sociais colocados em causa pela liberalização (v. *Tempo*, n.º 1.095 de 13/10/1991, n.º 1.142 de 6/9/1992, n.º 1.191 de 19/09/1993 e n.º 1.235 de 21/08/1994).

Tal como nos sectores e empresas acima referidos, as “greves” fizeram-se igualmente sentir na Caju de Moçambique, afectando diversas fábricas ao longo do ano de 1994, dando assim expressão aguda ao desespero de milhares de trabalhadores e suas famílias. Foram desencadeadas sempre localmente, por iniciativa destes, sem qualquer articulação com as outras fábricas da empresa e, em regra, à revelia da estrutura sindical. Esta, quando confrontada com o processo grevista em marcha, não deixou de o apoiar, mobilizando para o efeito os dirigentes locais e os nacionais fixados em Maputo. Os meses de Julho e Agosto de 1994 foram particularmente agitados. Entre os principais focos de descontentamento destacaram-se as greves em Inhambane e em Manjacaze. Em ambas, a causa principal prendia-se com os salários em atraso, incluindo os dos que estavam em casa, por falta de trabalho, a receber 70% do vencimento a que teriam direito se estivessem em actividade produtiva normal.

Como em quase todos os conflitos laborais ocorridos nos outros sectores, e à semelhança do que fizeram os sindicatos que neles actuam, a direcção nacional do Sintic foi arrastada pela dinâmica dos processos reivindicativos. Para este quadro concorria, por um lado, a excessiva tramitação burocrática dos mecanismos conducentes ao pré-aviso de greve, que torna, no dizer de dirigentes sindicais, “quase impossível a greve” (IR2), e, por outro lado, a acção constrangedora das direcções das empresas, particularmente intensa durante o período das 72 horas do pré-aviso.⁴⁶

As dificuldades em levar a cabo greves “organizadas” não se esgotam, porém, nestes embaraços legais. Não menos importante para o desfasamento entre a luta operária no terreno e os sindicatos eram (e continuam a ser) as relações de dependência das suas direcções em relação à Frelimo. Como noutras organizações, também estas possuem a sua história, cuja origem remonta aos momentos finais da presença colonial portuguesa. Durante o período de transição os trabalhadores moçambicanos descobriram o “sabor” das reivindicações laborais em liberdade, incluindo a greve. À revelia dos sindicatos corporativos, completamente desacreditados, ocorreram em 1974 e 1975, até à transmissão do poder para a Frelimo,

⁴⁶ V. Lei n.º 6/91 de 9 de Janeiro, BR – I Série. No art.º 13º pode-se ler que “durante o pré-aviso de greve, o Ministério do Trabalho, por sua iniciativa ou a pedido da entidade empregadora ou do organismo sindical, poderá desenvolver as acções conciliatórias que julgar adequadas”.

numerosas acções reivindicativas que, em alguns casos, assumiram a forma de greve. Quase sem excepção, todos os sectores foram afectados, com destaque para as empresas industriais de grande dimensão. Neste movimento de reivindicação laboral e social participaram também trabalhadores do Estado, nomeadamente das autarquias, e dos serviços, com destaque para os bancários. Eram, na sua larga maioria, brancos de origem portuguesa (v. *Tempo*, n.º 195 de 16/6/1974). Estava aberto o caminho para a eventual formação de um movimento sindical autónomo face ao Estado e ao patronato. Nesta discussão é necessário notar que a sindicalização não era um direito universal em Moçambique. A ela tinham acesso os trabalhadores de escritório e dos serviços, comércio e indústria, os motoristas, os mecânicos de automóveis e de actividades conexas, os operários da construção civil e os ferroviários. Ou seja, o grosso dos sectores onde se empregavam os assalariados brancos originários da metrópole, que beneficiavam, quando comparados com a maioria dos trabalhadores negros, de condições de trabalho e de remuneração substancialmente superiores.

Este processo colidiu com a arquitectura político-jurídica que estruturava as relações de trabalho desde os anos 30 do século XX (v. figura 8). Descrevendo sucintamente os seus principais elementos, em 1933 foi aprovado o Estatuto do Trabalho Nacional [v. DL n.º 23.084 (DG de 23 de Setembro de 1933)], um dos pilares do estado corporativo português, cujos princípios e outros elementos reguladores foram transpostos para as colónias em 1937, pelo DL n.º 27.552 (v. DG de 5 de Março de 1937). Em 1943 e 1944 constituíram-se as primeiras organizações sindicais corporativas, respectivamente, o Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e Indústria e o Sindicato Nacional dos Motoristas e Ferroviários de Moçambique. Como salientam Hedges e Rocha, os sindicatos corporativos “actuavam no sentido do enquadramento dos trabalhadores brancos no sistema [...]. Estreitamente controlados, não representavam grande perigo para a administração colonial” (1999: 101). Mais tarde, nos anos 50, o legislador procede a novas alterações, fixando com rigor as classificações das entidades patronais e dos trabalhadores enquadrados nos sindicatos corporativos e respectivas remunerações mínimas [v. Diploma Legislativo 1.595 (DG de 28 de Abril de 1956) e as portarias n.º 11.459 a n.º 11.476].

Nos anos 70, ainda antes do 25 de Abril, era já perceptível um forte descontentamento das classes trabalhadoras assalariadas em torno de questões como os baixos salários e a deficiente protecção social, em especial na doença e na reforma. As críticas eram expostas abertamente por dirigentes sindicais, merecendo a cobertura dos *media* (v. *Tempo*, n.ºs 46 e 47 de 1971), situação que tornava visível a crescente fraqueza do regime. Caído este em 1974, de imediato desponta, como foi dito, um movimento laboral que leva, por um lado, à

radicalização dos sindicatos já existentes, muitas vezes implicando a demissão das direcções em exercício, e à constituição de novos sindicatos em sectores onde eles estavam proibidos, como o do funcionalismo público. Por uma ou outra via, este movimento de trabalhadores deu os primeiros passos para a constituição de sindicatos autónomos face ao Estado.

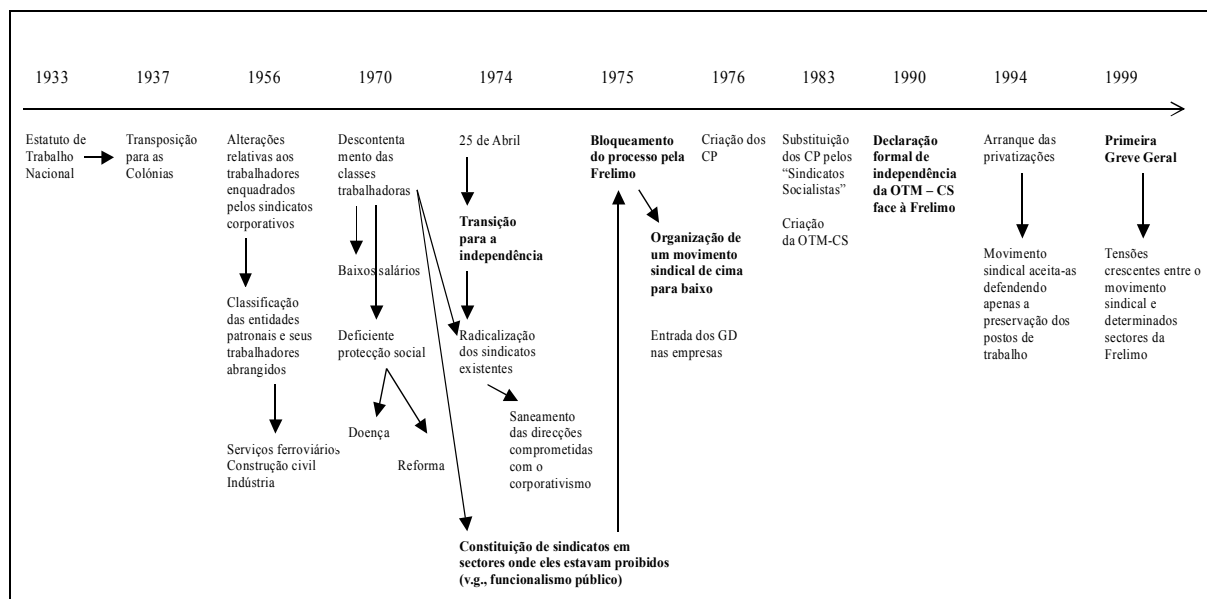


Figura 8. Linha cronológica do sindicalismo em Moçambique

Com a Frelimo no poder este processo foi bloqueado, levando à asfixia das reivindicações sindicais que provinham das camadas trabalhadoras mais privilegiadas. De certo modo, elas estavam marcadas por um conteúdo *trade-unionista* que, a prazo, poderia conduzir a compromissos no quadro do capitalismo. Neste contexto, existia também um risco sério das direcções dos sindicatos mais influentes ficarem sob o controlo das fracções mais poderosas e engenhosas do patronato. Todavia, ao travar o processo, a elite dirigente liquidou todas as hipóteses de constituição de um movimento operário e de trabalhadores activo, democrático e fiscalizador do próprio poder político. Ou seja, como hoje parece evidente, deitou fora o instrumento que melhor poderia ter contido os desvios burocráticos e a corrupção avassaladora em que a Frelimo e o estado moçambicano acabariam por mergulhar. Contaminada pelo modelo político e social dito marxista-leninista, de raiz estalinista, formalmente institucionalizado no III Congresso realizado em 1977, a elite dirigente sufocou, num primeiro momento, estas iniciativas autónomas dos trabalhadores para logo criar um movimento sindical a partir do topo, rigidamente controlado e fortemente subordinado à

Frelimo e ao estado. Guiados pela interpretação estalinista das teses de Lenine, os sindicatos foram transformados numa correia de transmissão do partido.⁴⁷ Em termos organizacionais, nomeadamente no domínio dos papéis a desempenhar pelo partido e pelos sindicatos, foi manifesta a influência de Estaline. A sua visão foi praticamente decalcada para Moçambique pela Frelimo:

[O partido] serve para *coordenar* o trabalho de todas as organizações de massa do proletariado, sem excepção, e para *orientar* a sua acção para um único fim: a libertação do proletariado [enquanto que] os *sindicatos*, como organização de massa do proletariado, ligam o Partido à classe, principalmente no domínio da produção [Staline 1972 (1926): 37-38].

É certo que a jovem nação se debatia com dificuldades estruturais, designadamente uma pequena classe operária numa sociedade composta por uma maioria esmagadora de camponeses cujos interesses e objectivos estavam longe de coincidir com o programa político da Frelimo, e limites de organização e de consciência política que não eram superáveis a curto prazo e apenas a golpe de lei escrita e de acções voluntaristas. Isto é, as classes trabalhadoras moçambicanas, em termos de interesses e expectativas de luta, pouco tinham a ver com as suas congéneres nos países europeus e latino-americanos. Logo, dificilmente seriam viáveis alternativas democráticas radicais quase ideais, ainda por cima pensadas para outros contextos completamente distintos. Assim, é fatal reconhecer o papel inevitável do Partido-Estado, como “locomotiva” de um processo que visava a mudança das estruturas económicas, acompanhada duma melhoria generalizada das condições materiais de existência da população. Face a isto, o problema colocava-se sobretudo na aplicação mecanicista do modelo leninista, sem qualquer criatividade e segundo uma lógica que o validava *ad eternum*, não dando praticamente folga alguma ao enraizamento de uma participação crítica e democrática por parte dos trabalhadores.

⁴⁷ A questão da subordinação do movimento sindical ao partido é uma velha discussão no campo marxista. A discórdia está ligada ao modelo organizativo e às relações entre sindicatos e partido e não tanto à natureza da luta política e social. Quer dizer, é relativamente pacífico considerar que “existe *uma única* luta de classe, tendo em vista simultaneamente limitar os efeitos da exploração capitalista e suprimir ao mesmo tempo esta exploração e a sociedade burguesa” [Luxemburgo 1970 (1906): 94]. As dificuldades colocam-se na relação entre partido e sindicatos. Enquanto o leninismo amarra os sindicatos a uma férrea sujeição ao partido, a interpretação dada pela corrente social-democrata (revolucionária) luxemburguesa aponta para a aceitação de uma certa autonomia organizacional e de interesses, uns mais políticos e de longo prazo, os do partido, outros mais económicos e de curto prazo, os dos sindicatos, que em contextos de acção revolucionária imediatamente se dissolvem num só. Nesse sentido, na avisada formulação de Luxemburgo, cujas críticas ao modelo leninista de organização do partido são bem conhecidas, “não se trata, bem entendido, de destruir toda a estrutura sindical no Partido” [1970 (1906): 109] quando se coloca a exigência de articulação da acção do partido com os sindicatos. Para uma crítica severa à perspectiva leninista sobre os sindicatos e o papel do partido num estado operário v. Brinton (1975).

A presença da Frelimo no espaço da produção começou com os GD. São eles que vão levar a cabo as iniciativas de propaganda e debate. Considerando que “eram estruturas políticas e o seu papel tinha carácter mais de divulgação da política da Frelimo do que de organização dos trabalhadores” (Documento de circulação interna da OTM-CS), foi decidido avançar para uma forma mais institucional de organização: os CP. O momento público de arranque do processo foi a intervenção de Samora Machel em 13 de Outubro de 1976, na Escola Secundária Josina Machel, num encontro com membros dos GD, na qual foi preconizada a constituição dos CP. Tendo por base o grande desígnio nacional – o aumento da produção e da produtividade –, com eles pretendia-se facilitar “a participação activa dos trabalhadores na planificação, gestão e controle da actividade produtiva [...] e combater eficazmente a sabotagem do inimigo e a indisciplina, incompetência e ignorância no seu próprio seio” (*Relatório do Comité Central ao IV Congresso*, 1983: 143)⁴⁸. Visava, aliás, objectivos mais profundos, relacionados com “a gloriosa tarefa de transformar a atitude e o comportamento do homem explorado perante o trabalho, particularmente através da emulação socialista, da libertação da criatividade e do espírito inovador dos trabalhadores”⁴⁹.

Em 1983, após sete anos de funcionamento, os CP tinham logrado uma larga implantação na esfera produtiva, abrangendo dez ramos de actividade, cerca de 6.000 empresas e quase meio milhão de trabalhadores, apesar de muitos dos seus membros não compreenderem com rigor o papel que deviam desempenhar, devido à falta de formação e experiência política (Davies *et al.* 1980: 17). Na IV Reunião Nacional dos CP, M. dos Santos afirmou:

vocês cresceram e demonstraram ao longo desses anos um crescimento não só político, mas também na organização dos trabalhadores com vista à vitória segura na luta contra o subdesenvolvimento no nosso país (*Tempo*, n.º 652 de 10/4/1983).

Para o Partido-Estado tinha chegado o momento “para a passagem a um estágio superior de organização”, a concretizar sobre a forma dos “Sindicatos Socialistas na República Popular de Moçambique” (*Relatório do Comité Central ao IV Congresso*, 1983: 145), dando assim prosseguimento efectivo ao apontado pela alocução de Machel em 1979, na qual foi atribuído aos CP a tarefa de liquidarem definitivamente a velha organização sindical

⁴⁸ Apesar desta clara distinção entre GD e CP, o poder político frelimista considerou sempre que ambas as estruturas eram instrumentos de classe portadores de objectivos e interesses comuns (v. *Tempo*, n.º 341 de 17/4/1977).

corporativa montada pelo colonialismo, através da sua organização por sectores de actividade (v. *Tempo*, n.º 515 de 24/8/1980).

O IV Congresso confirma esta intenção política, aprovando especificamente uma resolução sobre a criação dos sindicatos. Fechando esta fase, realizou-se em Outubro de 1983 a “Conferência Constitutiva dos Sindicatos Moçambicanos”, com a presença de cerca de três centenas de delegados provenientes de todas as províncias do país e, aspecto da maior relevância política, de membros do *Bureau* Político do Comité Central da Frelimo, da Comissão Permanente da Assembleia Popular e do Conselho de Ministros. Obviamente, Samora Machel marcou a sua presença com um discurso onde definiu as linhas políticas e ideológicas que deveriam orientar os sindicatos e a sua organização federadora, a OTM-CS. A contracorrente do processo de desmantelamento da componente socialista do Estado moçambicano decidida pelo IV Congresso da Frelimo em 1983, Machel encamisou o novel movimento com os textos programáticos e, sobretudo, a retórica marxista-leninista do partido, na qual a luta contra a fome e a nudez assumia, por um lado, um carácter político concreto e, por outro, apresentava uma justificação compreensível para os trabalhadores sobre a existência dos sindicatos:

Os Sindicatos são a forma de organização das classes trabalhadoras moçambicanas na fase em que construímos o socialismo. As tarefas dos Sindicatos, sendo igualmente tarefas patrióticas, têm um conteúdo de classe mais profundo, têm um conteúdo socialista. Sob a direcção do Partido Frelimo, os Sindicatos organizam os trabalhadores moçambicanos para a realização das grandes tarefas definidas pelo 4º Congresso. Os Sindicatos serão, fundamentalmente, o nosso grande exército para a guerra que travámos contra a fome e a nudez. Serão o exército do Partido na guerra contra o subdesenvolvimento. [...] Os Sindicatos Socialistas serão a forja de consciência de classe dos trabalhadores moçambicanos. Serão a fábrica que produzirá a ideologia revolucionária do proletariado, o marxismo-leninismo (Machel 1983: 33-38).

Neste quadro, não poderia ter surgido nada diferente do que efectivamente surgiu: sindicatos e uma central sindical criados de cima para baixo, agrilhoados aos interesses da elite do Partido-Estado, que controlava os dirigentes sindicais, os métodos de funcionamento e os próprios recursos financeiros (v. Moyana 1993: 25). Mais, entre o partido e a OTM-CS e os seus sindicatos estabeleceram-se vias de circulação de dirigentes. Progressivamente, dando expressão concreta à descoincidência de interesses e objectivos, uns e outros afastaram-se dos cidadãos e dos trabalhadores. Nisto entroncam as causas profundas do que se viria a passar,

⁴⁹ Resolução sobre a criação dos sindicatos aprovada no IV Congresso do partido Frelimo (cf. *Tempo*, n.º 656 de

mais tarde, com as privatizações. Completamente dependente do partido, autêntica “correia de transmissão” segundo a concepção leninista, o movimento sindical rapidamente foi contagiado pelos fenómenos da burocratização e da autocracia que dominavam a vida política moçambicana.⁵⁰ Quando a direcção frelimista impôs a liquidação do aparelho produtivo estatal, a elite sindical foi incapaz de reagir e de acompanhar o vivo sentimento de desconfiança dos trabalhadores que representavam e deviam defender. Não raro, os dirigentes sindicais afastaram-se das lutas travadas pelas bases. Se formalmente nada atava a OTM-CS ao Partido-Estado – desde o seu II Congresso que a organização sindical havia declarado a sua independência em relação ao poder político, aos partidos e ao patronato –,⁵¹ na prática assim não sucedia. Com efeito, sabemos bem que as relações de dependência e as lógicas clientelares não se removem por um golpe jurídico ou através de uma qualquer proclamação solene. Enraizadas nas práticas e na cultura das instituições e dos indivíduos, elas detêm, como mostra o caso moçambicano, uma capacidade de reprodução que vai muito para além da vontade daqueles que sobre elas pretendem agir.

Com a liquidação do aparelho produtivo à vista, o governo acaba por garantir o apoio daqueles que deveriam ser os mais firmes opositores das privatizações: os trabalhadores e o movimento sindical. Em boa parte sustentado nas referidas relações de subordinação deste à Frelimo, verificou-se a total rendição dos sindicatos em relação às privatizações, contribuindo assim para o acordo entre o Estado, o capital e o trabalho sobre a destruição do aparelho produtivo nacional, engendrado pela aplicação mecânica das propostas neoliberais exigidas pelas instituições do Consenso de Washington. A prostração política e ideológica do movimento sindical servia a Frelimo e o governo, ao assegurar a paz social mínima e a conservação do apoio de importantes segmentos da classe operária, tão necessário num momento em que se aproximavam as primeiras eleições multipartidárias.

No caso do caju, o Sintic concordou com a reestruturação. Conhecedores da estratégia do governo, que, entre outros aspectos, condicionava o pagamento dos salários em atraso à conclusão do processo de privatização, os dirigentes sindicais foram mais longe na claudicação, ao considerarem que a privatização se justificava no “quadro da dinâmica económica actual”, introduzindo somente a ressalva da preservação dos postos de trabalho (*Notícias*, n.º 22.912 de 13/7/1994):

8/5/1983).

⁵⁰ Esclareça-se que estes fenómenos não eram desconhecidos no mundo do trabalho. De facto, manifestou-se nos CP, como lucidamente denunciou Machel, ao exigir a máxima atenção dos sindicatos relativamente “ao perigo de caírem num estilo de trabalho autoritário ou burocrático” (1983: 40).

A nossa posição era favorável à privatização [das fábricas], uma vez que elas nas mãos do estado se encontravam obsoletas e praticamente paralisadas há mais de 5 anos. E sabíamos que o estado não estaria em condições de fazer novos investimentos. Elas nas mãos do Estado não trouxeram qualquer resultado positivo. Nós ficámos lesados com a privatização dos grandes sectores económicos. De certa maneira, este movimento de globalização aparece numa situação em que o país está bastante fragilizado. Mas estamos contra a rapidez com que o processo foi e continua a ser feito, sem protecção dos direitos dos trabalhadores. Moçambique não tem subsídio de desemprego (Boaventura Mondlane, CAu29).

O Sintic foi incapaz de identificar o que efectivamente estava em jogo e, com isso, alterar a posição tomada, nem mesmo quando a UTRE⁵² o afastou do processo, num momento em que decorriam as privatizações das fábricas de Manjacaze, Inhambane, Machava e Chamanculo (*Notícias*, n.º 22.765 de 21/1/1994 e n.º 23.025 de 22/11/1994). As consequências são sentidas e reconhecidas:

Quando foi criado [em 1987] reunia 17.000 trabalhadores, a maior parte a trabalhar em empresas do Estado. Em 1995 é privatizado o sector, ano da introdução da liberalização da exportação de castanha, verificando-se actualmente uma situação caótica, com o despedimento maciço de 12.500 trabalhadores. Restam pouco mais de 1.000 no activo. Neste momento o sindicato tem um novo desafio: acompanhar uma situação desastrosa e com poucos membros. Tudo isto é uma história triste (Boaventura Mondlane, CAu29).

Trilhando caminhos bem conhecidos de outros países sujeitos a programas de ajustamento estrutural neoliberal, apresentados como fatalidade prescrita por quem tem força para prescrever, o património nacional foi alienado ao desbarato, sem que o Estado tenha conseguido cobrar as receitas legalmente estabelecidas e relacionadas com a sua venda. Quanto aos trabalhadores, acabaram por, no final deste processo, nem os postos de trabalho garantir. Em suma, o encerramento por atacado das fábricas, muitas delas recém-privatizadas, não compensado pela abertura de novas unidades, como se verificou no sector do processamento de castanha de caju (v. capítulos VIII e IX), a destruição da base industrial produtiva e a redução da classe operária a um pequeno pedaço da que existia antes do

⁵¹ Realizado em 1990, esta posição, saída desse magno encontro sindical, é juridicamente sustentada pela lei 23/91 que no seu artigo 7º declara que as organizações sindicais são independentes e autónomas face ao estado.

⁵² A UTRE é o órgão autónomo de coordenação do ministério das finanças moçambicano para a privatização das empresas estatais (v. www.tropical.co.mz/~parafirc/4_por.htm).

arranque do processo são expressões concretas dos efeitos dos programas de ajustamento implementados em Moçambique.⁵³

As consequências foram devastadoras para o movimento sindical, colocando-o numa situação de fragilidade extrema. De certo modo, ele está face à necessidade de ter que se refundar, forçosamente a partir da invenção de estratégias e práticas de antagonismo político e social radicais em relação à Frelimo e ao capital, conjugadas com o desenvolvimento de laços de solidariedade e cooperação com os movimentos sindicais de outros países, em especial com aqueles que se situam na zona austral do continente africano. Apesar das dificuldades e dos constrangimentos que a história e as instituições lhes impõe, o movimento sindical moçambicano dá alguns sinais sobre o caminho que efectivamente almeja percorrer, quando nos seus textos de reflexão encontrámos ideias tão fortes como a da “redistribuição do rendimento entre os grupos sociais nacionais, e entre estes e o capital internacional”, recusando qualquer estratégia de curto prazo, sem prejuízo do engajamento em “lutas tácticas diárias e pontuais [em prol da] luta diária para proteger o emprego e o salário real”.⁵⁴ Como faz o secretário-geral do Sintic, com uma lucidez e sentido de classe quase surpreendentes, ao desejar que

os sindicatos possam ter um papel, com outras organizações, no debate sobre alternativas ao actual sistema. Aqueles que declaram a morte dos sindicatos são aqueles que dizem que uma concertação global é suficiente. Adoptando os princípios da OIT, em muitos países criaram-se as instituições tripartidas para criar um clima em que os interesses de classe não se coloquem com evidência. Mas eu penso que isso não vai ser possível (Boaventura Mondlane, CAu29).

O fracasso do movimento sindical deveu-se, em boa medida, à luta contra os efeitos provocados pelo neoliberalismo e não contra este. Em termos de estratégia política, existe um consenso dentro da OTM-CS: a defesa dos trabalhadores, no contexto do actual quadro

⁵³ Para a província de Gaza, os elementos disponibilizados pela OTM-CS sobre a evolução recente do trabalho assalariado são impressionantes: dos 18.474 trabalhadores existentes passou-se para 6.670 em meados de 2002. Os sindicalizados passaram de 6.601 em 1994, aquando do arranque das privatizações, para apenas 1.272 no presente (v. *Vertical*, n.º 182 de 27/10/2002).

⁵⁴ Documento de circulação interna da OTM-CS. É certo, porém e em contraponto, que a prática está ainda muito longe do texto. Basta considerar, entre outros casos, o processo de constituição do comité sindical na unidade de Maputo da Shoprite, a grande cadeia de distribuição sul-africana, em que os dirigentes sindicais optaram por uma clara e escandalosa estratégia de alinhamento com o capital, apelando à contenção das reivindicações laborais dos trabalhadores, em particular salariais, sempre dependentes da melhoria da produção e da produtividade, segundo o entendimento dado pela entidade gestora (v. *Vertical*, n.º 115 de 22/7/2002). Esta situação não é nova, antes reproduz uma prática vinda dos tempos da Frelimo “marxista-leninista”. Como justamente salienta Moyana (1993: 35), trata-se de um modelo que entende o sindicato como um “instrumento de dinamização da produção e produtividade da empresa”, em que os comités de empresa, nomeados de cima para baixo, “funcionam, na prática, como agentes ou representantes do patronato junto dos trabalhadores”.

político-económico. Em 1999, a greve geral realizada foi uma prova de afirmação sindical, tendo contado com a solidariedade de parte da sociedade civil. Nos últimos anos, a OTM-CS tem apresentado à AR inúmeras propostas, muitas delas merecendo a oposição de deputados da Frelimo, posição que exprime a alteração da composição de classes no interior deste partido, com a entrada de membros da burguesia e a transformação de parte da antiga burocracia dirigente em nova burguesia. O partido Frelimo voltou a ser, de novo, uma frente mas de uma natureza muito diferente. Já não uma frente anti-colonialista, com um objectivo preciso, a derrota do exército colonial português e a independência nacional, mas, em rigor, uma frente com uma enorme multiplicidade de interesses e classes sociais, na qual a burguesia, como classe, e o neoliberalismo, como ideologia, são hegemónicos. Apesar de existe um espaço razoável para a acção sindical, que poderá ser acompanhada por movimentos sociais saídos de determinadas franjas da sociedade civil, colocam-se dois grandes obstáculos que estão longe, como já foi aludido, de serem novos: uma classe operária com poucos efectivos, sujeita a um desemprego brutal que funciona como um travão para o desenvolvimento das lutas no espaço da produção e, por outro lado, uma população maioritariamente rural e analfabeta (ou escassamente escolarizada) que, por tradição e necessidade, vive na dependência e é controlada pelos caciques locais, cuja legitimidade é fundada na autoridade tradicional, em reconstituição, e na autoridade electiva-democrática.

Da entrada do cajueiro em Moçambique no século XVI, expressão concreta dos processos de circulação de pessoas, bens e plantas – marca perene do sistema mundial moderno –, até à reconfiguração da economia do caju na transição do milénio passaram cinco séculos caracterizados por profundas mudanças sociais e económicas atravessadas por lutas sociais que opuseram neste vasto espaço da África austral, em cada tempo histórico, as diversas forças sociais em confronto. Processo muito complexo e multifacetado, tentou-se neste capítulo trazer ao debate os aspectos mais marcantes dos modos de acção dos actores sociais, articulando-se estruturas e agência num esforço para mostrar que as dinâmicas sociais se alimentam de contradições e lutas que não deixam de influenciar a marcha das sociedades e, ainda que de forma menos evidente, a própria configuração das estruturas sistémicas.

Capítulo VI

Manjacaze: território, história e dinâmicas político-sociais

1. O espaço: usos e dinâmicas

O trabalho de campo é inseparável dos lugares onde se leva a cabo a observação e o diálogo com os actores sociais. Como foi discutido no capítulo II, os lugares são espaços onde as relações sociais se produzem e organizam. A forma como o espaço é usado, mais concretamente, os processos de intervenção humana no território são inseparáveis das dinâmicas sociais ocorridas ao longo do tempo histórico. Se é certo que o espaço é sistematicamente (re)construído, as estruturas espaciais existentes influenciam a vida social nas suas dimensões mais diversas, incluindo o modo como os actores intervêm nelas.

Na perspectiva de Bourdieu, “a noção de espaço contém, por si própria, o princípio de uma apreensão *relacional* do mundo social” (1997: 31). O espaço social, melhor dito, os espaços sociais são campos de força e de luta que se impõem aos actores sociais neles envolvidos, são

estruturas de diferenças que só podemos compreender deveras na condição de construirmos o princípio gerador que funda essas diferenças no plano da objectividade. Princípio que não é senão a estrutura da distribuição das formas de poder ou das espécies de capital que são eficientes no universo social considerado – e que variam, portanto, segundo os lugares e os momentos (Bourdieu 1997: 32).

Os actores sociais percebem que o espaço não é socialmente homogéneo. Nele se constroem e exprimem as distinções, segundo o sentido dado por Bourdieu (1979), que marcam muitos outros aspectos da vida social. Daí resulta um esforço, variável na medida dos recursos de cada um, na escolha do local e tipo de habitação, das actividades e lugares de

lazer, através dos quais os indivíduos acedem a uma determinada distinção social. Num sentido lato, a organização das aldeias, das vilas e das cidades, enfim, dos pequenos e grandes aglomerados urbanos não é consequência do acaso mas produto da história e da cultura, nas quais as condições materiais de existência, nomeadamente no que se relacionam com os aspectos tecnológicos e sociais, se posicionam como decisivas. (v. Hall 1986). Precisando, a cada “espaço dado”, entendido como as formas já existentes (habitações, ruas, etc.), a acção social vai acrescentando e modificando as estruturas físicas. Isto é, vai elaborando a todo o instante o seu espaço “produzido”, através das intervenções e interpretações definidas pelas dinâmicas sociais, as tensões, os sonhos e as expectativas dos actores sociais (v. Bromberger e Ravis-Giordani 1976). Quer dizer, conhecer todos os elementos e aspectos que compõem o espaço, como as habitações, os lugares públicos, as ruas e caminhos, a própria toponímia como fez Martinelli (1982), é fundamental, pois qualquer grupo humano inscreve e produz a sua existência nele.

Olhemos, pois, mais de perto, para Manjacaze. A sua história está indissoluvelmente ligada ao processo de penetração do colonialismo português a partir de finais do século XIX, do litoral para o interior, e às lutas de resistências travadas. Última capital de Ngungunhane, foi saqueada por forças do exército português em Novembro de 1895, alguns dias após a batalha de Coolela (entre outros, v. Liesegang 1986 e Vilhena 1996). Apesar da devastação, a zona continuou a manter atracção suficiente para nela se estabelecer um aglomerado populacional moderno, assente no pequeno comércio colonial dos cantineiros indianos e, mais tarde, portugueses. Reflectindo o vigor da presença mercantil, em 1908 torna-se a sede da 8ª circunscrição civil dos Muchopes. Com uma área aproximada de 3.000 km², é uma divisão administrativa do extinto distrito de Gaza, por sua vez integrado na área de Lourenço Marques (Portaria n.º 421 de 1908 publicada no BOM). Em 1957 a circunscrição é elevada a concelho (Portaria n.º 12.179 de 9/11/1957 publicada no BOM), mercê do apreciável desenvolvimento que nela se tinha verificado nas décadas anteriores.

Subsistem algumas dúvidas em relação ao local efectivo da capital do império de Gaza. De acordo com os elementos reunidos por A. Liengme (v. Vilhena 1996 e Liesegang 1986) – descendente do missionário médico suíço que viveu em Gaza de 1892 a 1895, baptizado pelo imperador com o nome de Muzaga (filho de Gaza) –, quando Ngungunhane veio do norte e se instalou por volta de 1889 fê-lo efectivamente junto à lagoa Sulé, numa zona localizada a sudoeste desta, onde permaneceu até 1891. Posteriormente mudaria para uma posição mais próxima da actual Manjacaze, onde terá ficado pouco tempo. Molestado pela malária que grassava entre o seu povo, acabará por se afastar da lagoa, fixando-se na

planície de Manguanhane, alguns quilómetros a norte da actual vila, já no actual distrito do Chibuto. Segundo diversas estimativas, a povoação possuía entre 600 a 1.600 palhotas, sendo pois, para a época, de grande dimensão, embora inferior a Lourenço Marques ou Inhambane (Liesegang 1986: 33-34). Teria sido este o aglomerado populacional atacado e queimado pelas tropas portuguesas em 1895 (v. Liesegang 1986: 9-10 e *Tempo*, n.º 413 de 3/9/1978).

A palavra Mandlakazi é de origem zulu, tendo sido traduzida por Liengme por *grande força* ou *cidade forte e bela* (Liesegang 1986: 32). Teria como função designar a aldeia real. Ou seja, no entender de Vilhena (1996: 105), “onde quer que Gungunhana se fixasse, sempre a sua povoação se chamaria Manjacaze”. Outros dão-lhe uma interpretação diferente, considerando que resulta da palavra “Va lhakazi” – *a quem golpearam com as lanças e mataram* [*Tempo*, n.º 600 de 11/4/1982 (suplemento)]. Actualmente, este significado parece ter-se perdido, substituído por um outro que releva a sua condição de terra de lutas e de heróis, de mortes e sangue vertido. Assim, temos “mãos de sangue” – *mandla ya gázi* –, expressão do forte derramamento de sangue que se verificou aquando da instalação de Ngungunhane nestes territórios do sul de Gaza (v. *Savana* de 1/9/1995), cuja versão corrente é “comer sangue”, tal como foi contada logo nas primeiras horas da minha chegada a Manjacaze pelo primeiro informante local. Segundo este, à sombra da árvore onde, diz a tradição, dava as ordens aos seus guerreiros, Ngungunhane confrontado com as enormes baixas no enfrentamento com os muchopes interrogou-se: “porquê este sofrimento, porque é que estou a comer sangue?” Na expressão de um outro informante, muito idoso, conhecedor da história pelas narrações do seu pai, um dos primeiros intérpretes dos portugueses, “os muchopes estavam a chegar-lhe bem”.

A literatura histórica aponta para uma forte atomização do território que constitui as actuais províncias de Gaza e Inhambane, dividido por Estados e chefaturas de etnias diferentes. Uma das mais activas era a muchope (chopi) que se mostraram sempre reticentes à hegemonia nguni, preferindo até a submissão ao domínio português. Em diversos momentos da presença nguni opuseram-se também os khambanes, grupo a que pertenciam os antepassados de Eduardo Mondlane, tendo chegado a estabelecer, em algumas ocasiões, alianças com as forças portuguesas (Liesegang 1996: 46-48 e Serra 2000: 91). Em suma, mais do que relevar uma certa concordância entre a tradição oral e a literatura histórica, esta também alimentada por aquela, é de salientar a permanência na memória colectiva das lutas que envolveram os diversos povos presentes no território e das interacções estabelecidas com o colonialismo português, às quais Manjacaze está para sempre ligada.

A Manjacaze contemporânea desenvolve-se no sentido nordeste-sudeste, na encruzilhada de três estradas: duas levam ao Xai-Xai, uma via Mangunze, outra via Malehice, que permite chegar também ao Chibuto; a restante dá acesso às terras do extremo norte do distrito, como Jongué e Macuácu, passando por Coolela e Aldeia das Laranjeiras. A sul do centro urbano situa-se a lagoa Sulé, donde o município extrai a água para o abastecimento da rede pública.¹ Um outro elemento estruturante é a linha de caminho-de-ferro. Ligando o Xai-Xai a Chicomo, ela contorna a lagoa pelo lado oeste e o aglomerado urbano pelo norte. Pouco depois da estação, localizada no extremo sudoeste da vila, a linha desdobra-se num ramal que leva o comboio até Mawela. Antes de aí chegar, na zona de Macuácu, a linha tem novo desdobramento, com um ramal para a serração Álvaro de Castro, localizada no extremo norte do distrito. Se o ramal para Mawela ainda funcionou até 8 de Janeiro de 1998, o percurso entre Manjacaze e Chicomo parou nos finais dos anos 80 devido aos ataques da Renamo, que não poupavam locomotivas e carruagens, maquinistas passageiros.² Inoperacional e em acentuado estado de abandono, com troços em completa ruína, o caminho-de-ferro tem um impacto marcante na economia do distrito e na mobilidade da população. As dificuldades são sobretudo agudas no escoamento da castanha, pois as zonas servidas pelo comboio gozavam de preços muito vantajosos, quando comparados com os do transporte por rodovia. Assim terminou a ferrovia, cujas origens remontam aos finais do século XIX. De facto, a primeira vez que se falou da construção de uma linha de caminho-de-ferro em Gaza foi em 1897, após as campanhas vitoriosas do exército português. Tinha como objectivo a ligação do “extinto posto militar de Moyene, situado na margem esquerda do rio Limpopo, a 58 milhas da sua foz, ao Chibuto, sede do então distrito de Gaza” (Lima 1971: 25). Em finais da primeira década do século XX, João Bello, comandante de esquadrilha em Gaza, mais tarde ministro das colónias, escreveu que em virtude da reforma administrativa ter extinguido o distrito de Gaza, desvalorizando assim a importância do Chibuto, o traçado inicialmente pensado deixava de fazer sentido. Na sequência das viagens empreendidas pelo extinto distrito, Bello chegou à conclusão que a circunscrição dos Muchopes era a melhor, com uma população trabalhadora, pelo que propunha que a linha se dirigisse para Manjacaze. Discutindo o apego ao trabalho por parte das populações nativas, Bello *et al.* escrevem que

¹ Embora seja um recurso hidráulico fundamental para a vida do aglomerado, a lagoa Sulé constitui um foco de incubação e disseminação de mosquitos. No documento apresentado para o concurso de administradores de circunscrição, Almeirim (1956) escreve, com base na sua experiência de dois anos em Manjacaze, que a lagoa era a responsável por tornar “o local bastante insalubre devido à grande quantidade de mosquitos aí criados”. O problema está hoje, possivelmente, agravado pelo crescimento do canavial e pela degradação da qualidade da água provocada pelos dejectos nela lançados, cada vez mais em maior quantidade devido à pressão urbana que se faz sentir.

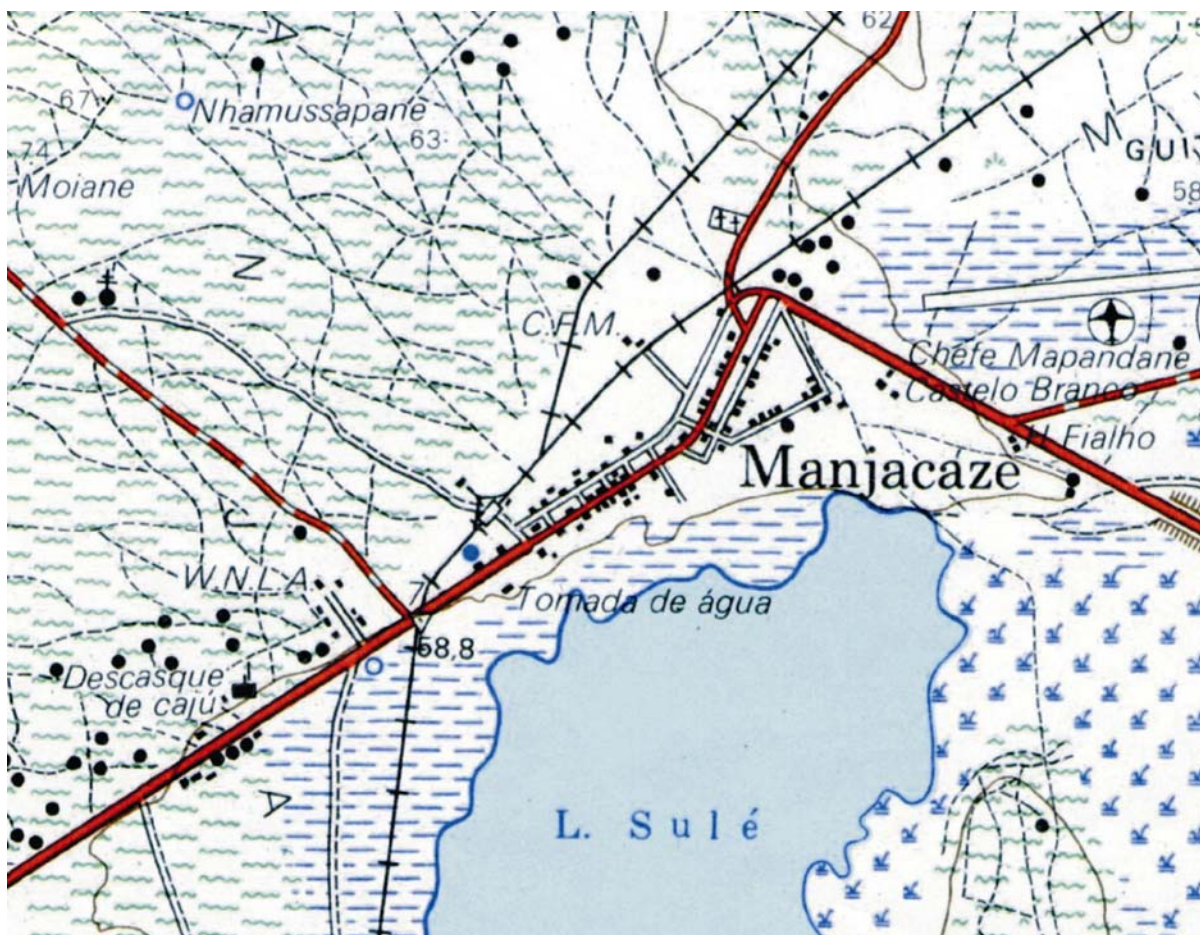
² Para uma visão geral dos efeitos da guerra no caminho-de-ferro em Moçambique v. Nhabinde (1999)

“nesta parte do país, que é a região dos M’chopes, notámos que os indígenas se dedicavam com o maior interesse à agricultura, e consequentemente estavam as suas culturas em melhores condições do que outras culturas indígenas que anteriormente havíamos visto [...] a gente dos M’chopes se mostra em geral ansiosa por obter melhores variedades de sementes para as suas culturas e mostra bem assim o desejo de experimentar novos processos de cultura” (1911: 7). Estava, pois, plenamente justificada a passagem do caminho-de-ferro por Manjacaze. Na perspectiva de Bello,

O terreno é todo repartido entre machambas de mandioca e milho, alternadas com extensos tractos de mattas. Por toda a parte abundam cursos d’água, as lagoas e os pantanos. Nas grandes planícies, frescas e humidas, vestidas d’uma relva verde e macia, pastam rebanhos de carneiros, cabras e bois; nas machambas, as mulheres com pequenitos às costas, cavam a terra [...] Estava, pois, a meu ver, indicado que qual ramal do caminho de ferro de penetração Inhambane-Inharrime-Lourenço Marques, que primeiro se construísse em Gaza deveria ter por objectivo ligar a Circumscrição dos M’chopes ao Chai-Chai, como terminus da navegação, que frequenta o porto de Inhampura (*in* Lima: 1971: 27-28).

O objectivo era, pois, ligar Lourenço Marques a Inhambane passando pelo distrito de Manjacaze. Finalmente, em 1909 deu-se início às obras de construção do caminho-de-ferro, em via estreita de 0,75m numa extensão de 51.850 metros entre Xai-Xai e Manjacaze, entrando em funcionamento no ano seguinte. Em 1915 iniciou-se a construção do ramal para Chicomo. A este grande propósito que era a ligação entre duas das grandes cidades do sul de Moçambique, a linha visava, como refere João Bello, assegurar o escoamento fácil dos produtos agrícolas da região, então considerada de grande produção (Lima 1971: 29), função que viria a desempenhar com inegável sucesso durante quase todo o século XX.

Em situação de abandono está também o pequeno aeródromo com pista em terra, localizado no lado oposto da vila, na zona de Mapandane. Depois de ter desempenhado um papel estratégico na guerra civil, garantindo o abastecimento do aquartelamento das FPLM instalado em Manjacaze, a paz entre as forças beligerantes tornou-o supérfluo, ao permitir a retirada dos militares e a normalização da circulação rodoviária.



Fonte: Carta de Portugal – Província de Moçambique (1969), folha n.º 1149 (Manjacaze), escala 1: 50.000

Figura 9. Representação cartográfica de Manjacaze e imediações

Manjacaze organiza-se em torno de três pólos: o centro político e administrativo, localizado em redor da avenida principal, e as duas zonas comerciais. Uma é formada pelo mercado do Xikanhanine, localizada no cruzamento da avenida principal com as estradas para o Xai-Xai e para Macuácuá. Esta enorme área de comércio e serviços informais é o mais recente dos pólos, tendo sido criada em 1992. Actualmente, este mercado acolhe quase quatro centenas de comerciantes, na sua maioria mulheres. A receber os visitantes, na esquina das suas duas ruas principais, temos uma placa metálica onde, inscrita a letras negras, vermelhas e verdes sobre fundo branco, achamos as palavras cuja tradução é a seguinte (v. fotografia 5):

Mercado Xikanhanine

No centro de Manjacaze, em casa de Ngungunhane.

Venha aqui comprar com pouco dinheiro.

Fundado em 17.09.1992. Viva Presidente Chissano.



Fotografia 5. Placa de boas-vindas na entrada principal do mercado Xikanhanine

A outra, bem mais antiga, fica na parte baixa da cidade, onde se situam as lojas do comércio formal, quase todas de famílias muçulmanas de origem indiana, de presença na vila contada em gerações [v. anexo 3 – Planta da zona comercial formal (em representação esquemática) e anexo 4 – Lista de correspondência dos principais edifícios na zona do comércio formal]. Nas traseiras das lojas ou, mais raramente, por cima, quando o edifício é nobre, como acontece com o da família Gani, ficam as residências dos comerciantes. Nesta zona localiza-se também o mercado central, velha construção colonial destinada a abastecer a vila de frutícolas, hortícolas e outros bens alimentares. Nunca tendo deixado de funcionar, mesmo nos momentos mais difíceis da guerra, em volta dele foram-se instalando barracas³ que hoje ascendem a cerca de uma centena, assegurando a reprodução de igual número de famílias que encontram no comércio informal o seu principal meio de subsistência. Este mercado informal surgiu no início da década de 90, respondendo assim às necessidades de emprego e rendimento impostas pelas mudanças em curso. Mas a exiguidade do espaço não permitia satisfazer o interesse de todos os que desejavam tentar a sua sorte no comércio.

³ A barraca é um pequeno estabelecimento comercial de aldeia ou vila, construído com materiais precários, nomeadamente caniço. Os proprietários mais afortunados podem recorrer ao cimento e à chapa. Nelas vendem-se todo o tipo de mercadorias, podendo algumas servir refeições e bebidas.

Paredes-meias com o mercado Central está o estádio de futebol com piso de terra e uma bancada em cimento. Mais à frente, cerca de 400 metros, temos a mesquita. Um pouco depois, já fora do centro urbano, situam-se as instalações abandonadas da Wenela, a importante organização de contratação de mão-de-obra moçambicana para as minas sul-africanas e fábrica velha de castanha de caju.

É em volta deste núcleo urbano – o chamado bairro do Cimento – que se organizam os restantes bairros residenciais de Manjacaze: Liberdade, Eduardo Mondlane, Josina Machel, Alto e Macave. São compostos, na sua esmagadora maioria, por habitações em caniço e telhado metálico, muitas delas com chão de cimento e energia eléctrica. As casas de alvenaria vão já pontecendo a paisagem urbana com alguma regularidade. Para além das famílias de comerciantes, possuem habitações deste tipo os assalariados melhor remunerados: trabalhadores de algumas multinacionais com instalações no Xai-Xai e a operar no distrito, profissionais técnicos, membros dos corpos intermédios da administração pública e outros que, não o sendo, têm acesso a ganhos provenientes das prestações de pequenos favores. Trata-se do maior e mais desejado investimento das famílias, um sonho que mobiliza boa parte das poupanças realizadas pelos seus membros, na emigração para Maputo, nas minas sul-africanas e em trabalho assalariado:

Fiz uma casa em alvenaria com dois quartos, uma sala e uma barraca. Comprei mobília para pôr ali dentro. Comprei uma mesa com seis cadeiras, yahhhhhh! [exclamação de contentamento]. A mesa comprei por 3.150.000 meticais. O pouco dinheiro que ficou eu fui depositar no banco numa conta a prazo (Paula, antiga operária da fábrica velha, filha de mineiro reformado, CAu24).

Porém, como revelam os dados estatísticos mais recentes, a esmagadora maioria da população em Manjacaze vive em palhotas. Para um universo de 38.109 habitações, as moradias e apartamentos em alvenaria não atingem os quatro milhares (v. quadro 4), apesar do enorme aumento face aos anos de 1970 (v. *IV Recenseamento geral da população*). Nesse ano, o recenseamento tinha apurado apenas 641 pessoas a residir em habitações de carácter permanente.

Quadro 4. Tipo de habitação da população residente em Manjacaze

Tipo de Habitação	Habitação	Agregados Familiares	Pessoas
Palhota	31.946	32.259	128.304
Moradia	3.886	3.933	21.239
Casa de madeira e zinco	1.380	1.392	7.214
Casa precária	801	810	3.723
Flat / apartamento	37	38	169
Desconhecido	59	60	246
Total	38.109	38.492	160.895

Fonte: *II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997 – Resultados Definitivos* (1999).

Nos diversos bairros dispostos em volta do núcleo urbano predomina a habitação de construção tradicional com alguns melhoramentos, entendida aqui no sentido lato de um espaço delimitado e reconhecido pelos outros (v. figura 10 e fotografia 6). Observemos um caso concreto: uma casa de uma antiga operária da Procaju, residente no Bairro Macave. O espaço residencial é composto por duas estruturas habitacionais principais: a “casa” do casal, de forma rectangular, com uma sala de dimensão razoável (15 m²) e um quarto, separado daquela por uma cortina. Mais afastada, em forma de L, temos a “casa” onde dormem os filhos. Entre elas está colocada a latrina, uma pequena coelheira e a cozinha, uma construção aberta, cujo telhado de colmo está apoiado em troncos, situada no centro do espaço habitacional. No terreno livre que aconchega as construções faz-se plantio de alfaces e outros vegetais para consumo da família.

Actualmente, nestes grupos domésticos prevalece a filiação ambilinear, com patrilocalidade disfarçada cada vez menos frequente – a construção pelos filhos da sua nova casa no terreno que pertence aos pais do marido – como bem explicita a expressão: “você tira o peixe [a mulher] e vem comê-lo aqui. Não o come onde o tirou, misturado com a água” (T. Khambe, informante). Para um contexto geográfico diferente, o delta do Zambeze, Negrão (2001: 21ss) constatou também que a forma dominante de patrilocalidade é semelhante ao observado nas zonas rurais de Manjacaze, com as zonas urbanas a tenderem cada vez mais para a neolocalidade, forma dominante nas sociedades do capitalismo avançado.

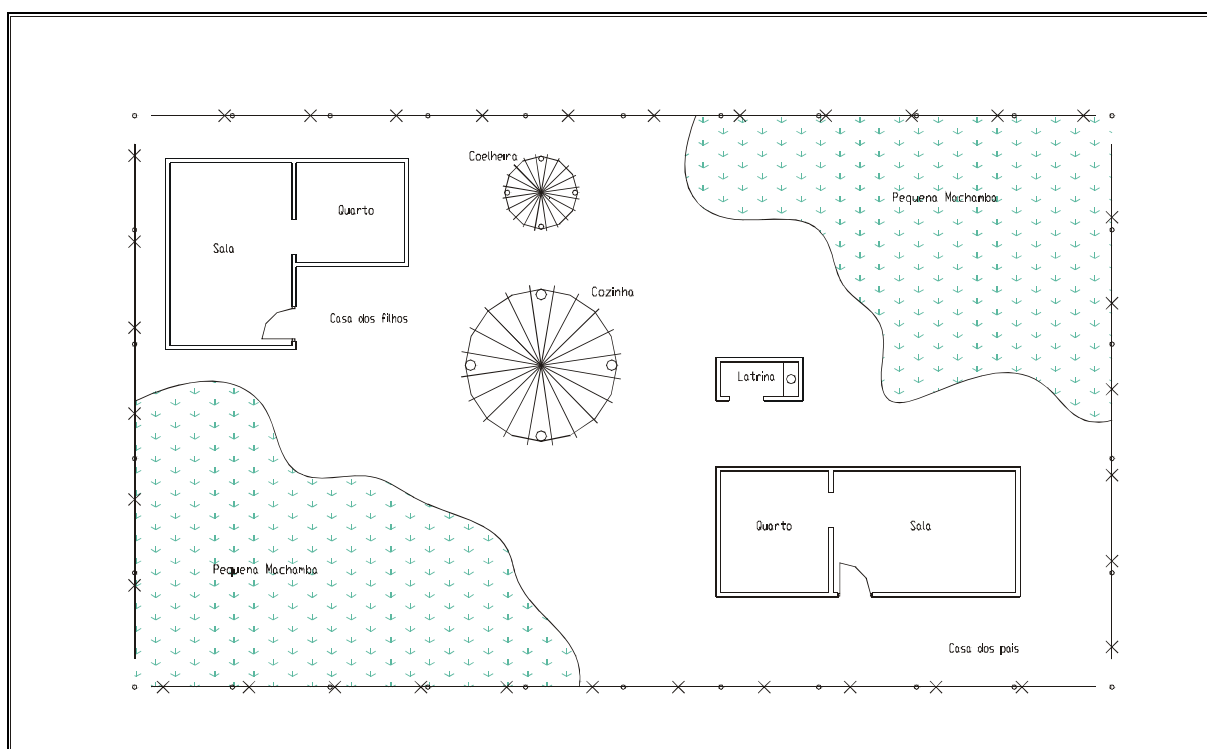


Figura 10. Esquema de habitação de construção tradicional melhorada, de antiga operária da fábrica



Fotografia 6. Habitação de construção tradicional melhorada em Manjacaze

As casas do bairro do Cimento são construídas em alvenaria e telhado de chapa metálica. Apesar de este tipo de cobertura ser inadequado, nomeadamente quando aplicado em climas quentes, face ao alto custo da telha cerâmica é a alternativa possível. A um preço relativamente contido, a chapa metálica permite cobrir as habitações com um material de duração muito razoável e praticamente sem manutenção. Seguem o estilo colonial que se disseminou pelas terras moçambicanas: um único piso, com um pequeno jardim à frente da fachada principal. O acesso à casa faz-se franqueando um alpendre debruçado sobre o jardim. Nas traseiras fica o quintal e, quase sempre, a garagem. O espaço é delimitado por muro de altura reduzida, sobretudo no lado que dá para o passeio público. A este perfil de toque algo burguês corresponde um outro mais simples, frequente na zona do comércio formal, em que o espaço disponível e, em alguns casos, as menores larguezas financeiras impuseram o abandono do alpendre e do jardim à frente da fachada principal, fazendo com que esta fique à face do passeio público.

Fotografia 7. Casa de alvenaria em Manjacaze



O eixo principal do centro urbano de Manjacaze é definido pela grande avenida. No topo sudeste encontramos o edifício da administração distrital. O outro topo é rematado pela

Praça dos Heróis. Na grande avenida destaca-se, como elemento cardinal, a pira da união nacional – monumento evocativo da luta pela independência –, onde se realizam algumas das manifestações do Estado mais solenes. No miolo desta artéria temos o jardim dos Heróis Moçambicanos. Para além de acolher o espaço ajardinado propriamente dito, nele se situa o depósito de água que abastece o núcleo urbano, um ringue em cimento, ladeado por uma bancada, utilizado para actividades desportivas e eventos diversos (como espectáculos musicais) e a pequena igreja católica, hoje demasiado exígua para os fiéis existentes. Junto ao ringue localiza-se uma pequena barraca em chapa de venda de bebidas, de construção recente, pertença dum antigo trabalhador reformado das minas sul-africanas. É explorado por ele e pela filha, ex-operária da fábrica velha.

Esta faixa central é ladeada, em ambos os lados, por edifícios em alvenaria que formam o melhor conjunto arquitectónico da vila. No lado leste, a maioria dos edifícios têm funções político-administrativas. Já do lado oposto predomina o uso habitacional. As construções remontam ao tempo colonial, na sua quase totalidade, e os seus usos deixam denunciar o modo como o espaço é socialmente apropriado e usado ao longo da história. Note-se que há uma certa continuidade na ocupação dos espaços construídos, apesar das grandes mudanças institucionais relacionadas com a substituição do aparelho político-administrativo colonial pelo Estado moçambicano. No fundo, tal como acontece noutros campos, as sacudidelas da história – que os seus protagonistas julgam (e desejam) conter em si rupturas sistémicas – têm efeitos limitados no espaço. Assim, tal como acontecia no período colonial, esta é a zona “nobre” de Manjacaze, nela se situando os principais órgãos de soberania do Estado moçambicano e as residências de função da elite político-administrativa local.

Para melhor percebermos o que fica do que passa, façamos o percurso pelos passeios que ladeiam a avenida, inquirindo os usos de cada edifício. Começamos pelo lado leste. A primeira casa acolhe o Conselho Executivo do município; a segunda é ocupada pelo director distrital do SISE; a casa seguinte é ocupada pelo comandante distrital da PRM. No período colonial ambas tinham funções relacionadas com a esfera político-administrativa. Interrompida pela rua da Zâmbia, uma perpendicular à avenida, a fileira de casas prossegue com a da Direcção Distrital de Educação, sucedendo a habitação do director distrital do ministério da Agricultura, a esquadra da PRM, a habitação da única médica do distrito, responsável pelo hospital local, a do 1º Secretário da Frelimo, a do director da educação e o Cartório Notarial, que faz esquina com a rua que leva à unidade hospital. Todas elas estavam, no período colonial, ao dispor da administração colonial, servindo para alojar alguns

funcionários, nomeadamente o responsável pela central eléctrica. Atravessada a rua, temos a casa do veterinário e, por fim, os quatro edifícios ao serviço da Igreja Católica. Um deles pertence às Irmãs Concepcionistas ao Serviço dos Pobres, uma congregação católica com sede em Elvas, que em Manjacaze se dedica ao apoio às crianças, desenvolvendo programas de educação no jardim-de-infância em funcionamento nas suas instalações, para além da formação religiosa das futuras freiras. Chegados ao topo da avenida, passemos para o outro lado. Enquanto se percorrem as poucas dezenas de metros, é possível observar a pira da unidade nacional, o monumento de homenagem aos mortos da guerra colonial e a estação de serviço da BP. Quase ao lado desta, já no início da estrada para o Xai-Xai, observamos uma moradia vistosa em fase final de construção, propriedade de um líder político local. Retomando o percurso pela avenida, agora no sentido inverso, o primeiro edifício é a estação de correios, junto do qual foi colocado o contentor com a central telefónica pública da TDM. A seguir, separado pela artéria que cruza toda a avenida, situa-se o armazém municipal actualmente utilizado pelo PMA, antiga oficina de automóveis da administração portuguesa, a casa do sacerdote católico e, por fim, as residências de função do administrador adjunto e do presidente do conselho municipal e uma casa em reconstrução. Pelo meio temos um espaço livre e uma outra casa também em obras de restauro. No tempo colonial praticamente todas tinham funções semelhantes. Uma das que se encontra desabitada era ocupada pelo médico (v. anexo 1 – Planta do centro administrativo (em representação esquemática) – e anexo 2 – lista de correspondência principais edifícios do centro administrativo).

Continuando, já na direcção da rua principal do comércio formal, temos a residência do administrador do distrito, localmente designada por palácio, função esta inalterada desde o período colonial. No lado esquerdo abre-se um grande espaço, composto pela praça Ngungunhane e um terreno livre, de onde se pode avistar boa parte da lagoa Sulé. Na cabeceira superior fica o edifício da administração, cujas traseiras dão para a praça acima referida. Junto a este temos o canhoeiro onde, segundo a memória colectiva, o Ngungunhane se reunia para conversar com o seu povo e dar as ordens aos seus chefes militares. As árvores têm uma presença constante na mitologia da resistência ao colonialismo. Tal como acontece em Manjacaze, em Chilembene, aldeia natal de Samora Machel, também existe uma velha árvore onde Maguiguane dava as suas ordens (Christie 1986: 27-28).

Eis como Eduardo e Janet Mondlane viram o local quando visitaram Manjacaze em 1961:

A administração estava situada num local maravilhoso com vista para um grande lago. À frente, os portugueses tinham construído um bonito parque com estatuetas no interior de um pequeno lago, como acontece em muitas outras pequenas cidades. Mas o que era extraordinário aqui é que perto da porta de entrada havia uma grande árvore, o Eduardo reconheceu-a como uma *Ndsondo*, com uma pequena placa dizendo que ali era o lugar onde Ngungunyana se costumava sentar com os seus conselheiros quando tinha de tomar decisões (Manghezi, 2001: 203).

Observando deste ponto os edifícios em redor, temos a sede do clube de futebol de Manjacaze, o armazém da Kawena, a empresa sul-africana de transporte e distribuição de mercadorias, a velha central eléctrica, hoje desactivada, e a designada oficina pedagógica, antiga escola primária onde Eduardo Mondlane aprendeu as primeiras letras. Ao lado desta localiza-se a residência do falecido Fernando Matavel, herói da luta armada e antigo governador de Gaza (1975-1980). É o único edifício deste conjunto que não remonta ao período colonial. Até 2003 o terreno livre teve no seu centro uma palhota de dimensão, utilizada durante os períodos eleitorais pelo STAE e CNE. É vontade das autoridades municipais darem uma outra utilização ao terreno, construindo aí os novos edifícios do Conselho Municipal e de uma instituição bancária.

Chega-se, assim, à rua principal da zona de comércio formal. Esta é um pequeno quarteirão formado por duas longas artérias paralelas entre si, cortadas por quatro ruas perpendiculares. A última, que leva à estação do caminho-de-ferro, é a linha terminal do comércio no lado sudoeste. Quase no entroncamento desta artéria com a rua principal localiza-se a estação de camionagem dos Transportes Oliveiras. Há largas décadas presente em Manjacaze, desde o tempo colonial que fazem a ligação, com carreiras regulares, das populações do distrito às principais cidades do sul e centro de Moçambique.

Ao longo das suas ruas, traçadas a “régua e esquadro”, os estabelecimentos vão alternando, uns abertos, outros encerrados, poucos em estado razoável de conservação, a maioria em acentuada decadência, acusando os efeitos sobre eles exercidos pelo processo histórico e pelas trajectórias de vida dos seus proprietários.



Fotografia 8. Manjacaze – Rua principal do comércio formal

Em termos étnicos, as famílias de origem indiana e confissão maometana ainda detêm o grosso dos estabelecimentos comerciais. A sua presença é bem antiga, anterior ao avanço da colonização portuguesa e à presença de comerciantes europeus por estas paragens, permanecendo bem viva na memória de muitos dos descendentes (v. narrativa 1). De facto, Honwana (1989: 39) refere que os mercadores indianos do sul de Gaza já frequentavam a zona de Manjacaze em finais do século XIX, aonde se deslocavam para comerciar com Ngungunhane e a sua corte. Por outro lado, alguns membros das famílias com presença mais antiga ainda colocam a chegada dos seus pioneiros por volta do final da primeira década do século XX:

O meu avô chega a Lourenço Marques, vindo de barco de Damão, por causas das condições de vida, aí por volta de 1907. Como isto tudo era território português, havia a necessidade de explorar isto. Sabendo das potencialidades comerciais desta zona, já do tempo de Vaco da Gama, e sabendo das particularidades dos indianos no ramo dos negócios, havia todo o interesse em não serem só os portugueses a fazerem negócio. E como o próprio indiano tem uma característica natural de interacção com os africanos... Este meu avô, em Lourenço Marques, junta-se com uma senhora mista a quem faz um filho e uma filha. Ele misto, indiano, maometano. [Poucos anos depois] ele emigra para Gaza

[Manjacaze], conhece com a minha avó, Maria Antónia de Deus, uma negra de Inhambane. Com esta minha avó faz uma série de filhos (membro da família Zarafi, CAu28).

Um dos comerciantes mais antigos residente em Manjacaze, nascido em 1931, narra uma história semelhante (v. figura 11). A emigração do pai para a zona de Manjacaze em busca de melhores oportunidades de vida, quase sempre na actividade comercial:

O meu pai era nascido na Índia, em Gurajate. Veio para aqui já casado. Ele estudou, veio aqui. Morreu cá, todos morreram cá, o meu pai, a minha mãe, em Manjacaze. Primeiro era empregado de comerciantes indianos, depois andou lá no mato [como comerciante], depois acabou por vir para Manjacaze. (G. Said, CAu14).

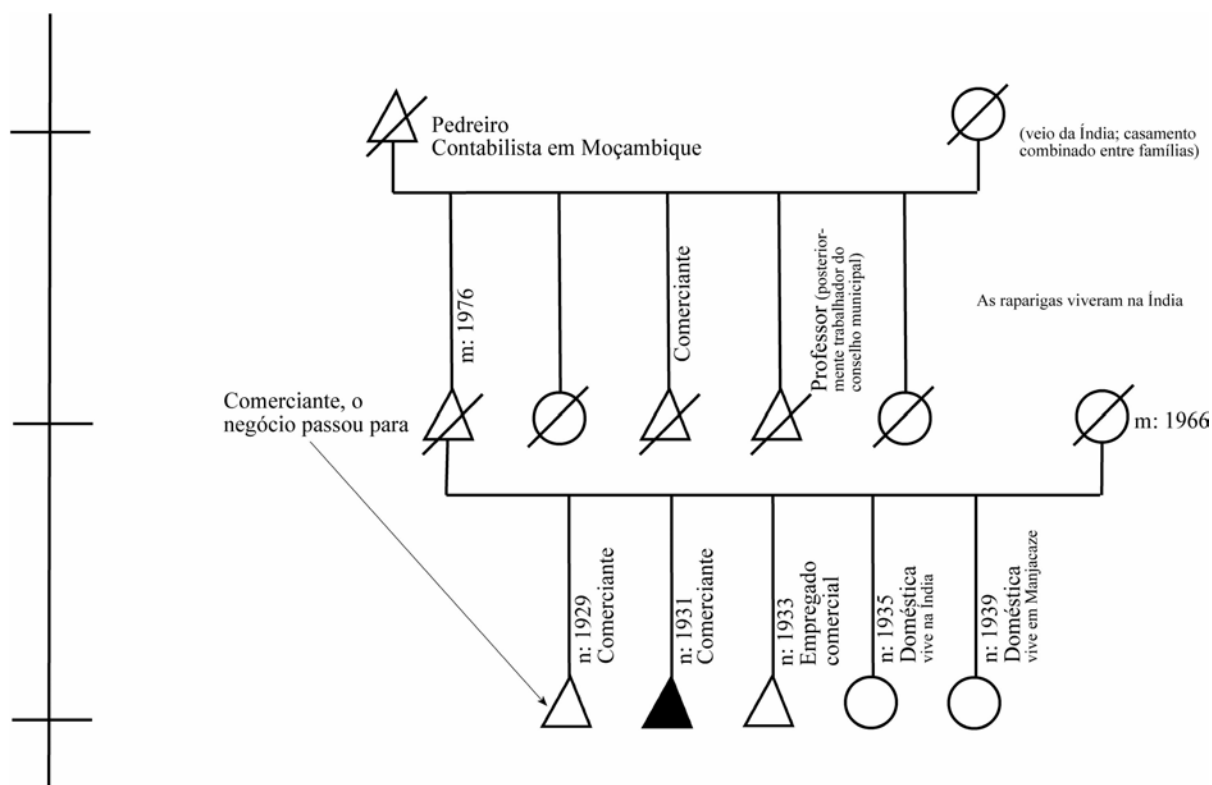


Figura 11. Genealogia de Gulam Said

A maioria das famílias de origem indiana que se instalou na primeira metade do século XX permanece em Manjacaze. É o caso da Popote, com Mahomed Mussa e Ismael Ibrahim, proprietários respectivamente de dois comércios gerais e de um comércio geral. Com a excepção dos incidentes relacionados com a anexação de Goa, Damão e Diu, que afectou

apenas os de origem hindu, os comerciantes indianos atravessaram todo o período colonial sem problemas de maior, não obstante a presença crescente e muito influente dos colonos portugueses, com destaque para Joaquim José da Cruz, M. Neto e Manuel da Silva Santos (Machemanaro). A partir da independência têm perdido influência para os africanos negros. A força destes não reside apenas no seu peso estatístico mas também (e sobretudo) no sucesso comercial de alguns e, obviamente, na valia proporcionada pelos seus avantajados recursos políticos.

Quadro 5. Censo da população não indígena na circunscrição civil dos Muchopes em 1928

	População não indígena	Europeus		Indo-britânicos	Indo-portugueses	Mistos
		Total	Nacionalidade portuguesa			
Homens	214	61	57	58	28	67
Mulheres	91	22	17	5	-	64
Total	305	83	74	63	28	131

Fonte: BEE

Na década de 30 Manjacaze tem já um forte dinamismo comercial. Em 1932 existiam 27 lojas de artigos de vestuário, 4 empresas de transporte e 64 de outros comércios. Os edifícios comerciais causavam uma intensa impressão na população indígena:

Pela primeira vez, vejo “casas com esquinas”, tão diferentes das nossas cabanas circulares. Admiro estas construções de alvenaria, cobertas de chapa ondulada. Há tantas que formam uma rua orientada de leste para oeste. Entre duas filas de lojas passa uma estrada que vem de muito longe e vai para muito longe. Fazendo companhia à estrada, uns postes carregam fios a que chamam ‘linha telefônica’. De tempos a tempos, um fio separa-se para entrar dentro de uma casa de alvenaria. Algumas construções são feitas inteiramente de chapa, paredes e tecto. Estas são pintadas de amarelo, enquanto os edifícios de pedra ostentam uma brancura de cal (Khambane e Clerc 1990: 43).⁴

Em 1933, de acordo com a relação nominal elaborada pela administração do concelho dos Muchopes, existiam 28 comércios, dos quais apenas 7 pertenciam a portugueses. É o caso de J. J. da Cruz, proprietário de um comércio geral, de uma padaria, de um talho e de um camião, com o qual prestava serviços de transportes, e Manuel Mendes de um comércio geral.

⁴ Esta obra contém as memórias de infância escritas por Mondlane a pedido de Clerc, da Missão Suíça, cuja primeira edição foi publicada em 1947 na Suíça, em língua francesa.

No ano seguinte surge a primeira referência a uma bomba de gasolina na casa J. J. da Cruz, que se junta à existente, para serviço próprio, nos caminhos-de-ferro.⁵ Apesar da grande presença de indianos, o nome que se destaca é J. J. da Cruz, que se tornaria o proprietário do maior complexo empresarial de Manjacaze, com interesses no comércio por grosso e a retalho e a distribuição de combustíveis e lubrificantes.⁶ Se nessa década os colonos portugueses eram ainda em número reduzido, os anos 50 trouxeram uma profunda alteração. Embora ainda não constituíssem a maioria, os europeus disputavam já a hegemonia comercial aos indianos. Apoiados pelas autoridades portuguesas, interessadas em promover a presença e o sucesso dos colonos europeus em Moçambique, e com assento no aparelho político-administrativo local, eles vão acabar por dominar o circuito comercial de Manjacaze na década seguinte, deixando aos indianos uma posição secundária, embora não marginal. Para além de J. J. da Cruz, destacavam-se já Manuel da Silva Santos, então ainda residente em Chalala – aldeia localizada a cerca de 10 km da sede da vila⁷ – e, a partir dos anos 60, M. Neto. Para a consolidação da hegemonia dos colonos concorreram também a já referida anexação pela União Indiana, em 1961, das possessões portuguesas de Goa, Damão e Diu. O ambiente degradou-se para os indivíduos de origem indiana, ainda que muitos deles fossem nascidos em Moçambique e, não raro, as suas famílias contassem em gerações a sua presença nesta colónia. Alguns acabaram por partir, como Laldás Kishordás e Chandulal Mohanlal Bath, deixando para trás os seus negócios em Manjacaze. Os que ficaram viram a sua posição social e política fragilizada, olhados pelo poder político como suspeitos de simpatias com a causa de Nehru e da União Indiana.⁸

A década de 60 e os primeiros anos da seguinte até à transição para a independência foram um período de forte expansão económica, na qual a fábrica de caju se constituiu como a âncora de dinamização do comércio e da circulação de moeda e das trocas monetárias. Com o golpe militar e o posterior desenvolvimento do processo revolucionário em Portugal, o caminho da independência para as colónias estava aberto. Em Manjacaze os colonos portugueses confrontaram-se com um ambiente político e social adverso. Sendo certo que a

⁵ AHM, vol. 10, caixa 59, A23. Trata-se de informação colectada pela Repartição de Estatística de Lourenço Marques, com base em dados fornecidos pela administração do concelho.

⁶ V. “Relação das pessoas singulares e colectivas que nesta área administrativa estão sujeitas ao pagamento da contribuição industrial, e pagaram a mesma no mês de Janeiro do corrente ano” (Administração do Concelho dos Muchopes, 17 de Janeiro de 1946). É de notar que J. J. da Cruz tinha também negócios no Xai-Xai, nomeadamente na hotelaria e na distribuição alimentar.

⁷ V. “Relação dos comerciantes que fizeram entrega nesta administração dos manifestos comercial agrícola, referente ao mês de Maio de 1957” (Administração do Concelho dos Muchopes, 13 de Junho de 1957).

⁸ Observador atento desses tempos difíceis, Honwana (1989: 108) refere que muitos foram expulsos apenas com a roupa do corpo, revertendo os seus bens e propriedades para a administração colonial.

maioria era despolitizada, nem por isso deixavam de ter uma posição em relação a um poder de maioria negra num Moçambique independente que notoriamente não viam com agrado. O resultado foi a saída em massa dos colonos comerciantes e suas famílias para a chamada metrópole, onde tinham as suas raízes e vínculos familiares. Ficaram os indianos, quase sempre por falta de alternativa. Como partir para Portugal, um país pobre e a viver tempos conturbados, quando as suas raízes e vidas estavam, efectivamente, em Moçambique? Assim, apesar das suas manifestas reservas em relação ao programa político da Frelimo, as famílias indianas continuaram em Manjacaze, explorando os seus negócios, agora num contexto radicalmente diferente. Conquanto a maioria do património imobiliário dos comerciantes portugueses tenha caído, por abandono, nas mãos do Estado moçambicano, alguns indianos aproveitaram para tomar a exploração desses negócios e, mais tarde com a desnacionalização, a posse jurídica da propriedade. É o caso de G. Said:

Ele [o antigo colono] trespassou aquilo para mim, e depois o governo nacionalizou aquilo. Ao princípio o administrador que estava lá queria aquilo para dar a uns familiares seus. Mas não conseguiu tirar. Eu peguei nos documentos, fui mostrar, viram que eu tinha razão. Depois, com a alienação, eu fiquei com aquilo (G. Said, CAu14).

Até à independência e durante os primeiros anos de experiência revolucionária, os africanos continuaram arredados da posse jurídica e real de muitos dos negócios. É com a década de 80 que tudo se modifica, com a privatização e liberalização do comércio. Ao mesmo tempo que diversas famílias indianas aproveitam para consolidar os seus negócios, adquirindo ao Estado a propriedade de lojas e cantinas abandonadas pelos antigos colonos portugueses, entretanto transformadas em “lojas do povo”, alguns africanos vão tornar-se negociantes e, posteriormente, proprietários dos seus espaços comerciais, com a alienação do património imobiliário nacionalizado pelo Estado. Repetindo a situação vivida no período colonial com os colonos portugueses, os africanos contaram com o apoio do Estado moçambicano, no qual ocupam a grande maioria dos lugares político-administrativos.

Actualmente, como já acima foi enunciado, a distribuição da propriedade é radicalmente diferente daquela que existia aquando da independência. Os comerciantes brancos praticamente desapareceram, enquanto que os indianos souberam perdurar, explorando com engenho as profundas contradições do processo político pós-independência. Neste sentido, a narrativa 1 apresenta-nos um caso concreto, comum a tantos outros, do trajecto de uma família de origem indiano com mais de 80 anos de presença ininterrupta em

Manjacaze. Nela estão bem presentes as vicissitudes, dos mais variados tipos, e os recursos accionados para as superar. Por fim, os africanos entraram em cena. Não sendo ainda majoritários no comércio formal, estes detêm já uma projecção económica e política que lhes garante uma posição quase hegemónica. Obviamente, mudanças tão profundas, implicando transferência de património imobiliário (incluindo lojas e residências) entre pessoas sem ligações de parentesco entre si, só são possíveis em contextos de recomposições políticas e sociais repentinas.



Fotografia 9. Cantinas na rua principal do comércio formal de Manjacaze. No chão, junto aos degraus de acesso à primeira cantina, está colocada castanha a secar (campanha de 2001-02)

Narrativa 1: Hafez Sadr, comerciante, CAu19/20.

A história da minha família é a mesma dos emigrantes indianos que ocuparam a costa oriental de África. Começaram a partir da Somália, passando pelo Quênia, Tanzânia, ilha de Zanzibar, Madagáscar, Moçambique, África do Sul e um pouco dos países do interior, como Zimbabwe, Malawi e outros países. Foram três irmãos que emigraram à procura de melhores condições de vida. Vieram parar a Maputo, antigamente era Lourenço Marques. O meu avô veio parar aqui a Manjacaze. Todos eles trabalharam um certo tempo em Maputo, como empregados em lojas de indianos.

Quando juntaram algum dinheiro aventuraram-se para o interior, aí por 1920. A primeira loja que [o meu avô] construiu foi em Chibonzane, depois foi fazer outra em Chicomo. Eles deixaram as esposas lá na Índia, vieram sós, com filhos. Quando ele esteve aqui a fazer a vida, é claro, casa com uma outra mulher, mista a cair para o negro. Na nossa família não entra nenhum sangue branco. São indianos com mistos, negros com mistos. Todos eram muçulmanos. Desse casamento nasceu o meu pai. Ele e o irmão foram mandados para a Índia para irem viver com a outra mulher [do meu avô] para terem uma educação indiana, no estado de Gujarat, numa vila que fica a 120 quilómetros de Bombaim. O meu pai quando esteve lá a viver na Índia, cresceu e casou-se com uma indiana, que não é a minha mãe. Teve uma filha com ela. É indiana, filha de um indiano com uma indiana. Vive cá, no Maputo.

O meu avô quando vê a idade a avançar, manda chamar os três filhos para tomar conta das coisas

dele. Os irmãos ficam com duas lojas em Chibonzane e o meu pai fica com uma loja aqui em Chicomo. Depois de instalar os três, ele volta para Índia. Os outros [irmãos] mandam vir a mulher da Índia. O meu pai não. Se tivesse mandado vir a mulher da Índia eu não existia. Casou com uma senhora mista. O meu pai faz um filho com ela. Então, volta para a Índia para visitar a mulher e faz um filho. Volta aqui para a África e faz-me a mim e ao resto dos filhos. Então quando a minha mãe morre, depois de ter a última filha, o meu pai vai buscar a primeira mulher para vir para aqui. Se ela não tivesse morrido, aquela não teria vindo. Quando a minha mãe morre, a única pessoa adulta era o primeiro filho, tinha 15 anos. Todos os outros eram menores. Mais tarde, o meu irmão mais velho casou com a intenção de arranjar mulher para tomar conta de nós. Mas vai para a tropa. Fez uma exposição mas reprovaram-na. Se ele não tivesse ido para a tropa, o meu pai já não teria ido buscar a minha madrastra. Ele vai buscar a outra mulher para tomar conta de nós. Eram casamentos combinados. O meu pai não gostava dela, foi combinação entre os mais velhos. Entretanto faz mais quatro filhos com outra mulher, daqui de Manjacaze.

Quando a minha mãe estava viva, o meu pai preferiu que fôssemos estudar em Lourenço Marques. Assim fomos todos evacuados. O meu pai mandava os filhos para o único irmão que tinha falhado ser comerciante. Não aguentou, mais tarde foi professor. Nós íamos viver em casa do meu tio. [Alguns anos depois], o meu tio deixou o ensino e foi gerir uma propriedade, numa localidade entre Inhambane e o Xai-Xai chamada Ravena. Tinha machamba, árvores de fruto, cabritos. O meu tio resolve mandar os filhos para estudar no Paquistão. Havia bolsas de estudo. Então o meu pai passa a tomar conta da casa do

meu tio. A minha madrasta passa a viver connosco.

O meu pai caiu economicamente. Não aguenta manter duas casas. Então desfaz-se da casa do Maputo. Os homens foram separados das meninas. Eu e o meu irmão mais novo passamos a viver em casa de um familiar, as meninas passaram a viver em outro sítio para continuarmos a estudar. Foi por volta de 73, 74. Quando o meu irmão sai da tropa, onde só fica dois anos em vez de quatro, por ser casado, regressa e nós ficamos a viver com ele e com os dois filhos deles. Éramos seis pessoas, o meu pai continuava na loja [em Chibonzane] a viver com a mulher e contribuía nas despesas. Nós continuávamos a estudar.

Na altura da independência, com a fuga dos colonos, estávamos a viver no bairro do Xipamanine. Passámos para a cidade do cimento, como toda a gente. Houve uma fuga, aquilo foi abandonado e nós invadimos aquilo tudo. Nós não tínhamos dinheiro.

Eu concluí o meu curso. Eu fui o primeiro a sair da casa do meu irmão. Com 19 anos fui encaminhado para uma tarefa de reconstrução nacional como professor. Fui colocado em Xai-Xai. Eu morava numa pensão.

Entretanto as lojas do povo não estavam a dar. Entraram em bancarrota. A primeira medida económica que o regime marxista fez foi reprivatizar as lojas. O meu irmão ouviu falar que esta loja onde está a minha cunhada era uma loja do povo. Era do tal Machemanaro que fugiu. O prédio [dele] tinha sido dividido. A *flat* principal ficou com o Partido, outra dependência ficou como banco, etc. Todas as lojas abandonadas.

Pura e simplesmente foram-se embora, o Estado apropriou-se delas. O meu irmão viu nisso uma oportunidade para vir para aqui. Sempre gostou desta terra. Entre as muitas pessoas que estavam a concorrer ele ficou em primeiro lugar.

Eu estava aqui no Xai-Xai, a dar aulas. O meu irmão que estava a estudar em Maputo continua a estudar. O meu irmão [mais novo] concluiu o curso e é mandado para o Niassa. O meu irmão diz que é muito longe, ele vem para aqui para Manjacaze e emprega-se na loja. Nessa época o meu pai estava lá no mato sozinho com a mulher. Eu continuava no Xai-Xai, a dar aulas.

O Estado disse-me a mim que após dois anos ia continuar os meus estudos. Mas nada. Passado três anos o meu irmão disse-me que eu não estava a avançar na minha vida, que já tinha trabalho para mim aqui em Manjacaze. Mas eu disse para esperar porque não tinha estudado tanto para ser comerciante.

Quando passa o quarto ano o meu irmão é preso. Era a carência generalizada de produtos, os preços eram controlados. A maior parte das pessoas vendiam na candonga. O meu irmão foi apanhado e preso. Eu ainda estava duvidoso de vir aqui, eu gostava de ser professor e de viver na cidade. Para mim isto aqui era mato, gente camponesa. [Mas] ele ia-me pagar quatro vezes mais do que ganhava como professor, com cama e mesa na casa dele. O que me fez vir aqui foi quando ele entra na prisão. Ele é condenado a 8 meses, o meu pai entrega-me a loja. Sob a orientação do meu pai eu fico gerente a trabalhar com a minha cunhada.

Quando ele sai da prisão, esta loja [onde vivo] era propriedade de um primo meu. O pai dele tinha uma loja no mato. Depois da independência ele

preferiu deixar a loja do mato e foi fixar-se em Chokwè, [onde] tinha lá uma loja. Depois sai daí e vai para Maputo. O filho prefere vender esta loja ao meu irmão para ir para o Chokwè ocupar a tal loja. Aqui tinha um gerente que não tinha nada de família. Eram mistos, negros mas todos maometanos. Ele confiava mais em maometanos.

A guerra da Renamo começou a rebentar. Devido à guerra muitos começaram a fugir daqui. No primeiro massacre [1987], queimaram uma loja do meu irmão. Chegou uma fase em que a vila não tinha água, luz, a situação estava muito pesada. Depois vieram dois batalhões, as coisas melhoraram. Antes das tropas isto estava completamente abandonado. Havia apenas milicianos treinados aqui.

Quando ele aluga aquele complexo todo [na vila] deixa-me ficar naquela casa [onde vivia]. Ele vai viver para a casa onde vive [actualmente] a viúva.

[Por fim, o] acordo de paz. Cessa a guerra. Aquela loja de Chicomo estava encerrada. Era por isso que não foi queimada. Os “machangas” só

queimavam as lojas que estavam a trabalhar. Então o meu irmão vai ver aquela loja no mato. Reabre a loja. Em Maputo já tinha duas casas, tinha aqui uma série de lojas. E diz-nos que vai deixar estas lojas [da vila] para nós gerirmos porque ele ia para Chicomo.

Deis meses antes de morrer, o filho dele mais velho concluiu os estudos. Como não tinha onde ficar, mandou-me para aqui, em 1994, [enquanto que] o filho ocupa aquela loja que eu estava a gerir e a casa onde vivia. Ele deu-me o que estava aqui, eu fiquei independente com a loja e a casa. Então fiquei a viver aqui. Passado algum tempo eu sofro o primeiro assalto, um roubo, em 1995, no mês de Abril. Levaram alguma mercadoria e o dinheiro que eu tinha. Da segunda vez – eu tinha reforçado a segurança – eles entram pelo tecto. Eu estava economicamente mal, dois assaltos... Chamei a minha irmã. Ela pediu dinheiro e entrámos em sociedade. Depois ela sai. Assim me consegui manter até hoje.

2. Instituição, demografia e política

O centro urbano, os bairros adjacentes e as suas áreas limítrofes constituem o município de Manjacaze, estabelecido pela lei n.º2/97 de 18 de Fevereiro, vulgarmente designada por lei das autarquias. A sua instituição é directamente decorrente das profundas alterações políticas verificadas em Moçambique com o ajustamento estrutural. Em 1996 foram constitucionalmente estabelecidos dois tipos de “autarquias locais” (art.º 190º): município, para as cidades e vilas; povoação (sede do posto administrativo), para os pequenos aglomerados, directamente dependente do primeiro. Com base naquilo que se designou por gradualismo (v. Hanlon 1998), foram definidos como municípios somente as 23 cidades existentes e 10 das 68 vilas do país. Manjacaze foi uma delas. O município é composto pela assembleia municipal e pelo conselho municipal. A primeira tem poderes deliberativos e de fiscalização, o segundo é o órgão executivo. Neste quadro jurídico ressalta a figura do presidente do conselho municipal, à qual a lei confere amplos poderes, nomeadamente a escolha dos vereadores com base na confiança política e pessoal e possibilidade da sua exoneração a todo o tempo. Como única restrição, o presidente tem de escolher, pelo menos, metade dos vereadores dentro do conjunto dos eleitos à assembleia municipal (art.º 51º, § 1º).

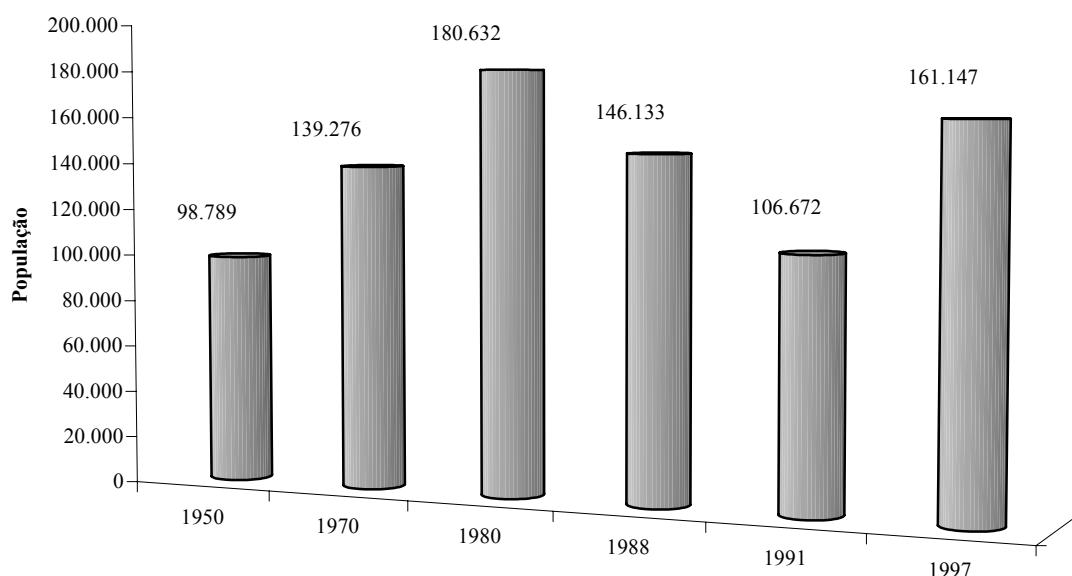
Manjacaze é sede de distrito, ao qual empresta o seu nome. Esta divisão administrativa compreende 7 postos administrativos e 15 localidades. Com um relevo muito ondulado na zona costeira e suave no interior, os solos são constituídos por areias quartzosas vermelhas e castanhas nas terras elevadas e hidromórficas nas depressões. O clima é do tipo tropical húmido, com as temperaturas mensais médias a oscilaram entre os 17 ° C e os 28° C, com um mínimo de 9° C e um máximo de 34° C.

No distrito habitam 161.147 pessoas, das quais somente 23.342 (9.888 do sexo masculino e 13.454 do sexo feminino) vivem na vila de Manjacaze [*II Recenseamento geral da população e habitação 1997 - Resultados definitivos* (1999)]. Trata-se de um dos distritos com maior peso demográfico em Gaza, a província a que pertence administrativamente. Os dados estatísticos mais recentes para Manjacaze e Gaza apontam para o perfil dominante nos países periféricos, em particular na África subsariana, marcados por reduzida esperança de vida, inferior a 50 anos, predomínio da população com idade inferior a 16 anos e elevadas fecundidade e mortalidade.⁹ Os 161.147 indivíduos distribuem-se por 38.495 agregados familiares, dos quais 15.911 são alargados e 8.046 são nucleares. Embora ainda não

⁹ Para uma visão clássica da evolução demográfica, em particular da teoria da transição demográfica, v. Nazareth (1982). Para uma visão alternativa, interpeladora, v. Harris e Ross (1987).

dominante, o peso dos agregados familiares nucleares exprime uma mudança social relevante no tipo de organização e reprodução domésticas.

A evolução demográfica reflecte os efeitos da guerra no distrito de Manjacaze e, em especial, o terror exercido pela Renamo sobre a população civil (v. figura 12). A partir do recenseamento de 1950, constata-se que o crescimento populacional foi contínuo até 1980. Com mais de 180.000 habitantes nesse ano, ao longo da década a população iria diminuir para quase metade. Como aconteceu em muitos outros distritos rurais, a população procurou refúgio seguro nas grandes cidades, sobretudo na capital, abandonando as suas casas e machambas. Com a paz, estabelecida em 1992, a população começa a regressar às suas terras, dando origem a uma recuperação demográfica que, porém, ainda não atingiu os valores de 1980.¹⁰



Fonte: INE (Moçambique e Portugal)

Figura 12. Evolução demográfica no distrito de Manjacaze

¹⁰ O levantamento efectuado pelo ACNUR/PNUD (*Perfis de Desenvolvimento Distrital – Distrito de Mandlakazi, Província de Gaza 1997*) em meados da década de 90 aponta para valores algo diferentes, estimando um efectivo demográfico superior ao que o recenseamento do INE apurou posteriormente. Do relatório publicado ressalta o facto de os indivíduos regressados e deslocados ascenderem a cerca de 3,3% da população total.

Em termos de distribuição por género, a população do sexo feminino foi sempre em número superior. Se até 1980 a diferença se manteve na ordem dos 10%, com a guerra o desequilíbrio acentuou-se. Em 1997 o número de homens é praticamente idêntico ao que existia em 1970, mostrando uma recuperação mais lenta do que o sexo feminino, cujos efectivos estão praticamente ao nível do seu valor máximo (1980) [v. (IV) *Recenseamento geral da população* (1970) e (II) *Recenseamento geral da população e habitação 1997 – Resultados definitivos* (1999)]. Para além da maior morbilidade do sexo masculino, para esta situação contribuiu também a mortalidade provocada pela guerra e, por outro lado, as oportunidades de mobilidade geográfica dos homens, nomeadamente para a África do Sul, um destino já tradicional, e para as grandes cidades, como Xai-Xai e Maputo.

Recuando um pouco no tempo, a informação contida no recenseamento geral da população civilizada de 1955 permite-nos fazer um ponto de situação da composição demográfica, de certa forma tirar um retrato do início da fase madura da presença colonial portuguesa em Manjacaze. De acordo com os critérios da época, a população civilizada compreendia “o conjunto de todos os indivíduos das raças brancas, amarelas, indianas e mistas e ainda os de raça negra que satisfizessem cumulativamente as seguintes condições: i) falar português; ii) não praticar os usos e costumes próprios do meio indigeneo; iii) exercer profissão, comércio ou indústria ou possuir bens de que se mantenham”. A população não civilizada era formada pelo “conjunto de todos os indivíduos de raça negra ou descendentes que não satisfaçam cumulativamente as condições anteriormente referidas” [*Recenseamento geral da população civilizada em 1955* (1958)]. Ou seja, neste esquema jurídico o racismo contra o negro constituía-se no seu elemento estruturante, por via do estabelecimento de um conjunto de cláusulas culturais e económicas que só a ele se aplicavam. Ao contrário de todos os outros, em relação aos quais se partia do princípio, por provar empiricamente, que satisfaziam as condições impostas, o negro estava sujeito à prova da “civilidade” que mais não visava do que garantir o seu controlo ao mesmo tempo que o humilhava.

A população não-negra com residência habitual na então circunscrição dos Muchopes ascendia a 689 indivíduos, a que se juntavam 57 negros para perfazer o total dos civilizados, a maioria dos quais residentes na área urbana. Conforme se apurou no mesmo recenseamento, possuíam a nacionalidade portuguesa 147 brancos, 45 indianos, 448 mistos e 57 negros (v. quadro 6). Era a este universo que pertenciam os comerciantes e suas famílias e, naturalmente, a maioria dos membros do corpo político-administrativo colonial. Constata-se, assim, que a ocupação e colonização portuguesas nestas terras de Gaza durante mais de meio século, bem

como a presença antiga de comerciantes de origem indiana, pouco impacto demográfico provocou.

Quadro 6. População habitualmente residente em 1955

	Total	Branco	Amarelo	Indiano	Misto	Negro
Distrito de Gaza	7.427	3.708	7	514	2.826	372
Circunscrição dos Muchopes	746	163	-	78	448	57
Sede da Área Urbana	381	76	-	51	229	25
Área Rural	258	48	-	25	163	22

Fonte: *Recenseamento geral da população civilizada em 1955* (1958).

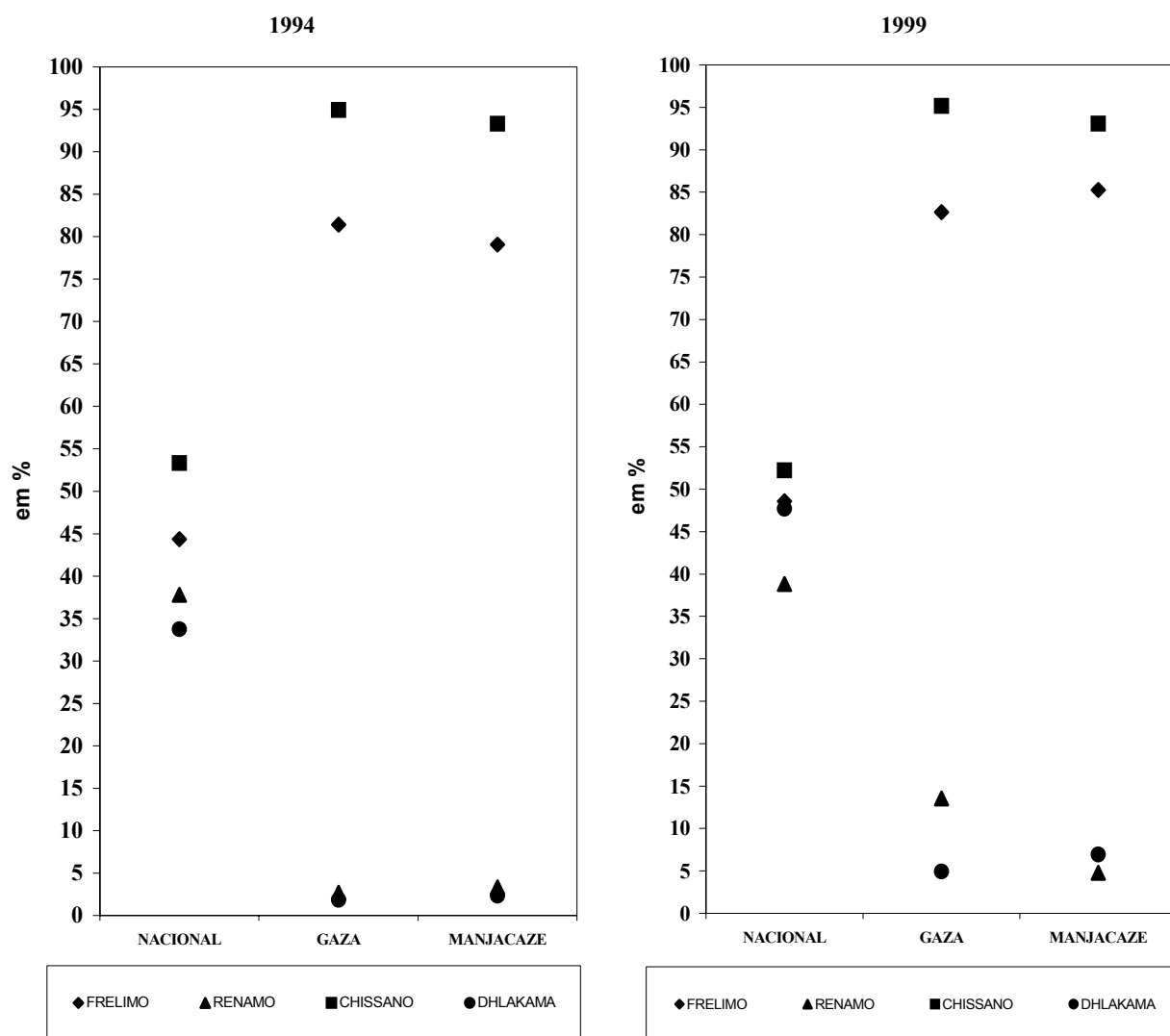
O processo de transição para a independência provocou a saída em massa dos nacionais portugueses brancos, enquanto que as famílias de origem indiana e mistas, quase sempre sem ligações a Portugal, optaram por permanecer em Manjacaze. Desde então a situação pouco se alterou com a prevalência demográfica, quase absoluta, da categoria negra, de acordo com a classificação utilizada no último recenseamento geral da população. Para a província de Gaza, à qual o distrito de Manjacaze pertence, os dados mostram que a população não-negra representa somente 2.1% do total, com uma presença residual nas zonas rurais (0.5%) (v. quadro 7).

Quadro 7. Distribuição percentual da população por tipo somático/origem segundo área de residência, província de Gaza, 1997

Área de residência	N (x100)	Grupo somático/origem						Desconhecido
		Total	Negro	Misto	Branco	Indiano	Outro	
Urbana	262.2	100.0	97.9	1.4	0.1	0.1	0.1	0.4
Rural	800.1	100.0	99.5	0.1	0.0	0.0	0.0	0.3

Fonte: *II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997 – Resultados Definitivos* (1999).

Em termos político-partidário, Manjacaze é um feudo da Frelimo desde que esta se fundou. Muitos dos seus principais dirigentes nasceram no distrito, com destaque para o seu primeiro presidente, Eduardo Mondlane, natural da aldeia de Nwadjahane, a 8 km da vila de Manjacaze. Terra de heróis, ela foi a última capital do império de Gaza e do seu derradeiro rei, Ngungunhane, derrotado pelas forças portuguesas na batalha de Coolela, lugar a uma dezena de quilómetros da sede. Durante a guerra civil, o distrito, incluindo a vila, foi severamente fustigado pelas incursões das forças da Renamo, sobretudo a partir da 2ª metade dos anos 80. Dez anos após o fim das hostilidades, os horrores da guerra estão bem presentes na memória colectiva da população. O maior deles – o massacre do dia 10 de Agosto de 1987 – é anualmente recordado todos os anos, com uma romagem à vala comum, onde estão enterradas parte das 92 vítimas, segundo o divulgado pela imprensa (v. *Tempo* de 23/08/1987). Desinteressada, nesta zona do território moçambicano, da adesão das populações do distrito à sua causa, a acção da Renamo contribuiu para consolidar o amplo apoio que a Frelimo detinha desde há muito nesta zona de Gaza. A erosão provocada pelo exercício do poder, conjugada com a corrupção e a incapacidade de satisfazer as legítimas aspirações da população, não foram suficientes para beliscar o poder frelimista e o capital de prestígio e influência que este partido detém em todo o distrito de Manjacaze, como bem o demostram os resultados das últimas eleições autárquicas realizadas em Novembro de 2003.



Nota: Percentagens segundo os votos validamente expressos.

Fonte: *Dados estatísticos do processo eleitoral 1994* (1998) e informação enviada por correio electrónico em 2002 pelo STAE.

Figura 13. Resultados das eleições legislativas e presidenciais em 1994 e 1999

Em Manjacaze a Frelimo organizou e conserva a mais completa hegemonia eleitoral, com votações na ordem dos 90%, bem acima dos resultados obtidos a nível nacional (v. figura 13). O distrito alinha, assim, com Gaza, a província onde a Frelimo obtém os seus melhores resultados e a Renamo os piores. Mesmo considerando a história muito breve e conturbada dos actos eleitorais, nada permite supor que para Manjacaze os resultados seriam substancialmente diferentes se o contexto político e a lisura de procedimentos tivessem sido outros. Em concreto, é necessário relevar que os resultados por distrito referentes às últimas eleições legislativas e presidenciais, realizadas em 1999, só foram libertados para o domínio público em 2002, três anos depois dos eleitores terem ido às urnas. Alvo, desde o início do

apuramento, de fortes críticas da Renamo e dos partidos que, com ela, constituíam a coligação opositora, a sua divulgação tardia legítima todas as hipóteses, incluindo a da fraude. O semanário *Savana* (n.º 417 de 4/1/2002) equacionou, sem subterfúgios, a hipótese de fraude, apontando precisamente a não divulgação dos resultados por distrito obtidos pelos candidatos e listas concorrentes.

Quase decalcados um do outro, tal a similitude dos resultados, os gráficos comparativos dos resultados não deixam de revelar em termos nacionais uma certa erosão eleitoral da Frelimo em 1999 face a 1994, sem repercussão em Gaza e Manjacaze. Nestas áreas registou-se, pelo contrário, um ligeiro crescimento para as eleições legislativas, com destaque para a votação no distrito natal de Mondlane, onde a subida é superior a seis pontos percentuais (de 79% para 85%). Em contraponto, a Renamo embora crescendo, sobretudo a votação para as eleições legislativas, continua muito aquém dos resultados obtidos noutras províncias.

Por fim, é de assinalar que as primeiras eleições autárquicas, realizadas em 30 de Junho 1998, ficaram marcadas pelo boicote da Renamo e de praticamente todas as outras forças políticas. Com a excepção dos municípios de Maputo (cidade), Matola, Manhiça e Nacala Porto, a Frelimo não teve oposição. Assim, em Manjacaze, para a presidência do conselho municipal apenas concorreu o candidato frelimista, nele tendo votado 1.109 eleitores (100% dos votos expressos válidos). Para a assembleia municipal concorreu apenas a Frelimo, obtendo 1.062 votos (100% dos votos expressos válidos). Nas eleições seguintes, realizadas em Novembro de 2003, já com a participação da Renamo e uma abstenção também muito elevada (73.6%), a Frelimo alcançou 95.7% dos votos na para a assembleia municipal, com a votação para a presidência do conselho municipal a ficar pelos 75.5%, em virtude da luta interna que opôs diversos segmentos do partido a nível local.

O papel residual da Renamo, sem expressão política e social, faz com que as contradições neste complexo *puzzle* sociopolítico se façam sentir com especial agudeza no interior da Frelimo. Politicamente, trata-se de um processo eivado de contradições, no qual a preservação do poder político se assume como principal critério de orientação e intervenção da liderança frelimista. Assim, assistimos à recuperação política de actores sociais ligados por laços de parentesco às velhas autoridades tradicionais, os quais, muitas vezes em aliança conjuntural com os de filiação partidária pós-independência, entram em conflito com os que têm “rasto”, isto é, com os antigos combatentes da luta armada e da resistência anticolonial. Longe de ser uma acção política singular no contexto africano, a revalorização das “autoridades tradicionais” por parte da Frelimo está também presente em outros países

africanos. Como escreve justamente Dias, “no pós-independências, seguindo as alterações das relações de força nas cúpulas do Estado, têm-se sucedido os arranjos entre o Estado e os diferentes chefes do ‘povo tradicional’” (2000: 41-42).

Em Manjacaze o caso mais relevante é corporizado pelo primeiro presidente do município. Filho de régulo, politicamente conservador, sem militância nacionalista antes da independência, foi funcionário do Estado na Macia, uma vila da província de Gaza, onde estabeleceu uma relação próxima com Eugénio Numaio, natural também de Manjacaze, então seu subordinado. Este vai fazer uma carreira política relativamente bem sucedida, que atinge o seu cume com o cargo de governador da província de Gaza. Na sequência do processo de constituição dos primeiros municípios, na segunda metade da década de 90, Numaio propõe aquele para candidato (inevitavelmente vitorioso) à nova autarquia de Manjacaze. O objectivo era facultar uma boa posição a um elemento da sua rede clientelar, garantindo assim uma certa influência no distrito após o abandono do cargo e fixação de residência em Maputo. Entretanto, o presidente do município foi crescendo politicamente, sendo actualmente membro “menor” do comité central da Frelimo. O seu principal capital político reside precisamente nas velhas ligações clientelares vindas do tempo colonial. Neste novo quadro político elas foram recuperadas pelo partido governante de modo a funcionarem como mais um recurso para garantir a vitória nas eleições e, com ela, preservar e consolidar a hegemonia política neste distrito.

3. As pequenas elites locais e a partilha dos recursos

É neste quadro político marcado pela hegemonia política e social da Frelimo que a pequena elite local organiza a sua rede de influências e defende os seus interesses. Como *modus operandis*, ela elegeu as estratégias engendradas pela grande elite na capital. Entre ambas existem relações clientelares. A pequena elite actua de modo concertado com os seus patronos, normalmente posicionados em cargos políticos de nível provincial ou nacional, defendendo os interesses destes ao mesmo tempo que manobra para defender os seus. Para além da acumulação de recursos patrimoniais, fundiários e outros, a pequena elite tenta também, explorando as contradições e os conflitos existentes no seio da grande elite, negociar a sua posição na estrutura social desta camada.

Durante a liderança machelista, a margem de manobra era mais reduzida. Além disso, a escassez de recursos financeiros e a guerra concorriam para conter as ambições patrimoniais

e económicas da elite local (v. capítulo IV). Acabada a guerra e implementada a ruptura política e económica com o projecto socialista, o discurso neoliberal funciona como um mecanismo legitimador da acumulação privada de capital e propriedade. Num distrito rural carenciado de infraestruturas favoráveis ao investimento na indústria e sem riquezas minerais conhecidas, a terra é o grande recurso. Aliás, o papel histórico da terra como principal factor de riqueza nas sociedades africanas é bem conhecido. Como salientou Moussa (1966: 75), escasseando outras alternativas para a subsistência e a produção de riqueza, o solo adquire uma importância económica da maior grandeza.

Actualmente, a terra é propriedade do Estado, sendo por este cedida em exploração por períodos de 50 anos, renováveis. Liquidado o sector empresarial do Estado e restabelecidos os mercados de capital e de trabalho (v. capítulos IV e V), falta a privatização da terra. Tendo em vista a aprovação de uma nova lei reguladora da propriedade e uso da terra, em meados dos anos 90 iniciou-se um debate intenso, envolvendo partidos políticos, associações camponesas e ONG. Desde as primeiras intervenções públicas, amplamente reportadas pelos media (v., entre outros, *Tempo*, n.º 1225 de 12/06/1994), ficou claro que os objectivos e interesses dos camponeses e da agricultura familiar, com uma forte componente de produção para auto-consumo, opõem-se aos dos investidores privados e da elite político-burocrática. À semelhança do que se verificou com a privatização da indústria, estes olham para os recursos fundiários como mais uma possibilidade de negócio e, sobretudo, de reforço patrimonial. Estamos perante a repetição de um conflito bem conhecido noutros países africanos, onde a segurança alimentar dos camponeses e das suas comunidades rurais são questionados pelo interesses capitalistas, implicando ainda outros direitos, como o acesso à água, à madeira, às árvores e demais recursos ligados à terra e essenciais à reprodução social dos indivíduos envolvidos (v. Pitcher 2001).

A lei 19/97 de 1 de Outubro, commumente designada por “lei da terra”, é uma expressão forte do compromisso a que a Frelimo e o governo moçambicano tiveram de chegar para acomodar influências e interesses em contenda. Ainda demasiado fracas e ocupadas com a consolidação dos ganhos obtidos nos sectores industrial e comercial, as forças burguesas no interior da Frelimo aceitaram o compromisso que tinha como elemento fundamental, e principal obstáculo aos seus interesses fundiários, a preservação da propriedade pública da terra. Em termos jurídicos, a lei 19/97 é um documento prudente, marcado nomeadamente pela inclusão de normas ligadas ao direito consuetudinário e tradicional (Negrão 2003: 253). Ao mesmo tempo que protege os camponeses que exploram a terra, atribui amplas garantias e possibilidades efectivas a todos os interessados na sua exploração comercial. Como princípio

geral (art.º 3º), a terra é propriedade do Estado, não podendo ser vendida ou, por qualquer outra forma, alienada, hipotecada e penhorada. O direito de uso e aproveitamento da terra (art.º 12º) é adquirido por: (i) ocupação por pessoas singulares e pelas comunidades locais, segundo as normas e práticas costumeiras; (ii) ocupação por pessoas singulares nacionais que, de boa fé, estejam a utilizar a terra há pelo menos dez anos; (iii) autorização de pedido solicitado por pessoas singulares ou colectivas. Dando primazia aos interesses dos camponeses, o art.º 13º, §3º estabelece que o processo de titulação do direito de uso e aproveitamento da terra inclui o parecer das autoridades locais, precedido de consulta às respectivas comunidades, para efeitos de confirmação de que a área está livre e não tem ocupantes. Em termos sociais, a Frelimo, apesar da oposição da Renamo, defensora da privatização da terra para adequar o seu regime de propriedade à economia capitalista em que Moçambique se passou a inserir, entendeu o que estava em causa: a preservação da terra na posse de quem nela vive e trabalha, de forma a conter movimentos brutais de desapropriação do campesinato que, sem opções, rumaria em massa para as cidades (v. www.mozambique.mz/awepa/awepa19/awepa19.htm).

Trata-se de um compromisso instável e precário. Não só porque “lógicas diferentes – a do mercado, por um lado, e a da produção de subsistência, por outro – são difíceis de amalgamar” (Arnfred 2001: 181), mas sobretudo devido à vontade dos interesses dominantes. De facto, assim que a sua influência política e social da burguesia se enraizou na Frelimo e, mais largamente, no aparelho de Estado moçambicano, o *statu quo* foi colocado em causa. Aliás, pode-se dizer que a lei tem estado, desde a sua aprovação, sujeita à crítica intensa das elites e das próprias instituições do Consenso de Washington, mormente através dos seus consultores e organizações que no terreno disseminam as teorias neoliberais e tentam legitimar do ponto de vista ideológico a opção pela privatização. Como salienta Mejia, “a estratégia de desenvolvimento da agricultura baseia-se na procura de investimento estrangeiro na agricultura intensiva para exportação” (1997: 3), entendendo as elites e o poder político que tal só é possível desde que a propriedade privada da terra seja restabelecida. Ora, é de referir que a privatização da terra jamais foi um problema para o grande capital genuinamente interessado na exploração agrária produtiva. Grupos empresariais, como o Entrepasto e o JFS,¹¹ e empresas como a Madal (Pritcher 2001: 153), nunca tiveram problemas em explorar

¹¹ O Entrepasto é um grupo empresarial português com interesses desde a época colonial em Moçambique. Neste país actua em diversos sectores, com destaque para o algodão e a indústria do caju. Já o grupo JPS tem as suas origens nesta antiga colónia portuguesa, onde mantém uma presença ininterrupta desde os finais do século XIX. Tem também interesses económicos diversificados, nomeadamente na produção e exportação de caju, algodão e chá (v. www.negocios.pt/noticias/NoticiaDetalhe.asp?CdDoc=72242 e

e extrair mais-valias da terra pelo facto de ela não lhes pertencer juridicamente, mesmo durante o período nacional-popular.

Em suma, tal como aconteceu com as empresas estatais, estabelece-se uma conexão entre privatização e desenvolvimento. Observando a crise em que mergulharam as empresas privatizadas, nada permite augurar que a situação agrícola em Moçambique melhore com a transformação da terra em mercadoria.

Para as elites, o grande escolho na lei reside no facto dela não lhes permitir a posse privada da terra, de modo a que a possam usar como uma mercadoria negociável, alienando-a ou participando, de forma dependente, nos eventuais investimentos produtivos que o capital internacional venha a fazer no domínio agrícola em Moçambique. Naturalmente, na mira estão as terras com aptidão agrícola, florestal ou cinegética, ou, num quadro bem diferente, as localizadas próximas das grandes cidades e, como tal, susceptíveis de serem alocadas para fins especulativos, nomeadamente ligados ao imobiliário ou a outras actividades de rápida valorização. A terra constitui-se, pois, numa renda potencial, negociável junto de investidores estrangeiros, em função das suas aptidões e recursos.

Ao contrário do que aconteceu com a privatização do sector empresarial do Estado, em que se evocava como sendo do interesse de Moçambique a formação de uma burguesia nacional, neste caso o argumentário neoliberal em defesa da mercantilização da terra esgrime com a defesa dos camponeses pobres, considerando que serão estes os principais beneficiários desse processo. Com desfaçatez, é amiúde referido que a privatização contribuirá para a democratização do acesso à terra – nada se dizendo acerca da democratização das relações de produção na indústria ou nos serviços – quando é manifesto, como reconhecem os próprios camponeses, que desde a independência o acesso à terra está efectivamente garantido, não só juridicamente como de facto. Implicando relações de posse e uso muito densas, reguladas pelos direitos costumeiros, eles sabem e sentem-na como sendo deles; falam dos seus cajueiros como sendo efectivamente os seus cajueiros. No norte do país, na província de Nampula, Vijfhuizen *et al.* (2003: 10) constataram igualmente a configuração complexa que assume a posse e uso da terra, com a existência de diversos padrões que asseguram sempre a transmissão por via hereditária. Neste quadro sócio-político, todos os envolvidos, incluindo as mulheres, sobre as quais incidem discriminações dos mais variados tipos, gozam de uma razoável segurança no acesso e posse da terra.¹²

Esta garantia começa agora a romper-se, com a violação grosseira da lei em vigor. No distrito de Manjacaze a terra é alvo da cobiça de numerosos membros da elite local, que estão interessados nela para fazer exploração pecuária, florestal e plantações ordenadas de cajueiros. Ou visam detê-la, simplesmente, aguardando uma eventual privatização. Nesta “corrida” à terra, marcada por rivalidades e conflitos entre os diversos actores sociais envolvidos, destacam-se os homens mais influentes da vereação do município e antigos governador de província e administrador de distrito. As tensões entre eles fazem-se sentir. Localmente, é bem conhecida, por exemplo, a disputa que opôs um antigo governador de Gaza ao primeiro administrador do distrito pós-independência em torno de terras para criação de gado, que terminou com a vitória deste.

Este processo de “acumulação” de terras coloca problemas do ponto de vista social. Se em zonas de baixa densidade demográfica, como é regra na província de Gaza, o impacto na ocupação do solo não se coloca na maior parte dos casos, onde a pressão demográfica é relevante o cenário é bem diferente. Nestas circunstâncias, a exploração da terra pode não ser compatível com a presença humana. É o caso da criação de gado bovino em regime extensivo que pode exigir, em ecossistemas deste tipo, mais de 4 ha por cabeça e áreas por exploração superiores a 1.000 ha. Explorando a sua facilidade de acesso a recursos públicos e dos doadores e, por outro lado, as relações de dependência clientelar que estabelecem com os funcionários locais e nacionais das organizações internacionais, é possível alocar força de trabalho paga pelo programa “comida pelo trabalho” do PMA para a realização de tarefas como a desmatagem e vedação de terrenos.

A acumulação de facto de propriedade fundiária é levada a cabo com o recato possível, de forma a colocar os envolvidos ao abrigo da concorrência ou da censura de outros actores sociais bem colocados na estrutura político-administrativa do Estado que, perante as denúncias da população e a pressão social e política promovida pela imprensa e pelos partidos da oposição, se vêm constrangidos a intervir de modo a não fragilizar os apoios social e eleitoral da Frelimo. Para além de tornar visíveis as profundas contradições que trespassam a sociedade moçambicana, estes aspectos deixam antever a existência de posições críticas. Muito circunscritas e frágeis, não deixam de possuir um capital de influência que, a prazo, poderá contribuir para mudanças sociais e políticas emancipatórias.

4. A terra dos heróis

Manjacaze é um dos lugares-chave na construção da identidade nacional moçambicana. Como já foi discutido (v. capítulo IV), o processo de expansão marítima europeia iniciado no século XV levou os portugueses a terras africanas, chegando à sua costa oriental em inícios da centúria de Quinhentos. Até ao século XIX a presença colonial portuguesa pouco foi além da fundação e controlo das feitorias localizadas em pontos estratégicos ao longo da costa e algumas incursões terrestres para organizar o tráfico de escravos, actividade dominante até finais do século XIX. A viragem decisiva dá-se com a Conferência de Berlim. Após negociações complexas e ásperas, as grandes potências imperialistas europeias chegam a acordo para sobre a partilha do continente africano. Apesar de ser uma potência pequena e decadente, Portugal conseguiu também assegurar o seu quinhão, no qual se incluíam os territórios que dariam origem a Angola e Moçambique. Contudo, os termos impostos para o reconhecimento internacional eram leoninos. De facto, ele estava dependente da ocupação efectiva dos territórios, impondo o poder colonial aos povos que neles viviam, se necessário recorrendo-se à força militar, como algumas vezes sucedeu. Tarefa árdua para um pequeno país sem recursos, nomeadamente demográficos, a ocupação dos vastos territórios africanos que Portugal reclamava como seus, com base na história, implicava acabar com a presença sitiada, como justamente lembrou Mondlane, citando o historiador Oliveira Martins, na sua análise do colonialismo português:

Estar de arma – sem gatilho – ao ombro, sobre os muros de uma fortaleza arruinada, com uma alfândega e um palácio onde vegetam maus empregados mal pagos, a assistir de braços cruzados ao comércio que os estranhos fazem e nós não podemos fazer; a esperar todos os dias os ataques dos negros, e a ouvir a todas as horas o escárnio e o desdém com que falam de nós os que viajam na África – não vale, sinceramente, a pena [O. Martins *in* Mondlane 1995 (1969): 25].

No sul de Moçambique o principal obstáculo era o Estado de Gaza. Jogando com habilidade a rivalidade que opunha os portugueses aos ingleses, envolvidos numa luta intensa pelo controlo do sul de Moçambique, Ngungunhane foi guarnecendo o seu poder, nomeadamente contra os muchopes (v. Péliissier 1994: 248ss). Após vários anos de tensão, em que este se mostrou esquivo aos interesses portugueses, a opção pelo confronto militar acabou por se impor, falhadas todas as tentativas de “integração” deste Estado no domínio português, incluindo os acordos estabelecidos entre ambas as partes em 1885 e 1887 (v. Vilhena 1996:

48 e AHU – DGU - Moçambique, 1ª Repartição, n.º 1312 de 13 de Dezembro de 1893). Ao longo do ano de 1894 a vigilância e a inquietação dos portugueses sobre as intenções do Ngungunhane eram muito vivas. Em vários documentos oficiais e na própria correspondência particular trocada entre o governador do distrito de Inhambane e o governo-geral da colónia são patentes os avisos da proximidade da guerra (AHU – DGU – Moçambique, 1ª Repartição, 1ª Secção, 1894).

O seu desenlace dar-se-ia em Coolela, a 7 de Novembro de 1895, com o esmagamento das forças africanas (v. fotografia 10). Com ela desaparece a importante formação estatal do sul de África que teve em Ngungunhane o seu último soberano. Conhecemos bem os acontecimentos mais marcantes deste embate. São muitos os contemporâneos desse tempo que os relataram com detalhe. Um dos mais interessantes é o de Junod:

Durante várias semanas, todo o exército do Nghunghunyane, calculado em 25 ou 30.000 homens, acampou junto do seu régulo, pronto para o combate. Mas por razão desconhecida o exército português tardou, e o grosso dos batalhões tsongas, não tendo que comer, dispersou-se. Contudo, uma forte guarda de corpo, composta dos melhores soldados angónis, ficou no quartel general. Quando finalmente os Portugueses chegaram aos arredores de Mandlakazi, travou-se um combate violento. Os guerreiros ngonis atacaram valentemente o quadrado português, mas foram repelidos com grandes perdas (305 mortos, segundo o comunicado oficial), a povoação do régulo, Mandlakazi, foi tomada e destruída e o Nghunghunyane fugiu para Xaimite, o bosque sagrado onde os seus antepassados estavam enterrados. Algumas semanas mais tarde, o capitão Mouzinho de Albuquerque, depois duma marcha forçada, fê-lo prisioneiro sem combate e levou-o para Lourenço Marques, donde foi deportado para o oeste africano (1996: 460-461, tomo I).

Como salientou Mousinho, aquando da sua captura em Chaimite, a neutralização de Ngungunhane era o principal objectivo do exército português: “com a prisão do *Gungunhana* desaparecem quaesquer probabilidades d’uma rebelião séria ao sul do *Save*” (in Albuquerque 1896: 25). O tempo acabaria por lhe dar razão: a soberania portuguesa ficou assegurada por muitas décadas. Neste vasto território, que compreende a actual província de Gaza, não se verificaram até à independência revoltas ou outras movimentações sociais e militares relevantes, incluindo a luta armada. Esta estava, aquando do cessar-fogo em 1975, nas imediações do Save, a cerca de 600 km de distância.

No Portugal coevo, os acontecimentos de Gaza causaram viva impressão. A campanha militar foi narrada como um feito heróico da maior grandeza, com os comandantes militares elevados à condição de heróis singulares do domínio colonial português (Roque 2001: 40). No

imaginário popular a figura de Ngungunhane e todas as peripécias ligadas à sua prisão e desterro ficaram bem marcadas. Um exemplo elucidativo é a canção cantada no Minho após a chegada do “rei preto” aos Açores (Giacometti 1981: 60):

O GUNGUNHANA 'STÁ PRESO

Ai! ai! que me rasga a saia,
nun me agrada a brincadeira;
se casei pra trabalhar,
mais balia 'star solteira.

O rei preto Gungunhana
é parente de Jacó;
home de sete mulheres,
agora nen ãa só!

A! ai! que me rasga a saia,
nun me agrada a brincadeira;

lebar o Gungunhana
para a ilha da Madeira.

As mulheres do Gungunhana
tamén foro castigadas;
foro para Cabo-Berde,
todas sete degradadas.

Ai! ai! que me rasga a saia,
nun me agrada a brincadeira;
se casei pra trabalhar,
mais balia 'star solteira.

Tendo permanecido na memória colectiva dos povos de Gaza, esta derrota acabaria por ser assumida pelos moçambicanos como símbolo da luta contra o colonialismo e Ngungunhane transformado no mais antigo herói nacional. Não existindo como entidade política, cultural ou social até ao século XIX, a identidade nacional de Moçambique teve de ser construída de um modo acelerado pelos militantes e dirigentes políticos nacionalistas. A elite nacionalista moçambicana soube transformar uma derrota numa alavanca para a construção da identidade. Enfatizando, “a derrota do Estado de Gaza, seja de que maneira vemos este acontecimento, permitiu a construção de Moçambique” (Liesegang 1986: 91). Converter uma derrota militar num pedra angular da identidade nacional não é caso original na história dos povos. Na Europa, os sérvios elegeram também uma derrota militar como um dos acontecimentos históricos fundadores da sua nacionalidade. De acordo com a história sérvia, o exército sob o comando do príncipe Lazar foi derrotado pelos turcos na batalha de Polje (Kosovo), em 28 de Junho de 1389 (v. <http://w3.tyenet.com/kozlich/METOHIA.htm>). Verdadeiro embate entre duas civilizações, a cristã e a otomana, o aniquilamento das forças sérvias, incluindo a morte do seu príncipe no campo de batalha, foi transformado pelo imaginário popular e literário ao longo dos séculos de ocupação otomana num fonte inspiradora para o nacionalismo sérvio do século XIX.

Necessitando de heróis, Ngungunhane preenchia, como veremos, as condições necessárias e suficientes. Saliente-se, antes de qualquer outro aspecto, o facto de não existirem heróis sem inimigos, como justamente sublinha Unfried (1998: 194). Ora, neste caso, não existem dúvidas sobre quem era o inimigo: o colonialismo português. Como sempre acontece nos processos de *heroicização* (v. Marienstras 1998), havia que eliminar os aspectos mais negativos e brutais de Ngungunhane, ao mesmo tempo que se fazia a sobrevalorização das características mais positivas, como a coragem, a inteligência, a liderança e o génio políticos. Liesegang (1986: 73-93) percorre a vida desta personalidade, tentando identificar as qualidades mais marcantes. Apoiando-se na vasta documentação existente sobre Ngungunhane, muita dela produzida por observadores coevos, este autor coloca em evidência aspectos contrastantes da sua personalidade: a vontade de ferro disfarçada pela doçura do olhar em contraponto com a crueldade; a inteligência e a argúcia face ao comportamento tirânico desprovido de sentido moral e de ética, acompanhado pelo consumo desmedido de álcool. Com o tempo, graças ao trabalho porfioso dos historiadores, dos escritores e dos intelectuais nacionalistas em geral, manifesta-se a sobrevalorização dos aspectos positivos sobre o esquecimento dos aspectos mais negativos.



Fotografia 10. Monumento evocativo da batalha de Coolela no sítio onde ela se deu

Tratou-se de um trabalho lento. A hegemonia das qualidades heróicas de Ngungunhane apenas se dá em meados da década de 80, com a devolução por Portugal a Moçambique do que se considera ser os seus restos mortais, até então sepultados nos Açores. É de notar que o peso danoso de Ngungunhane na memória colectiva das gentes de Gaza perdurou até ao presente. Daí não surpreender que Liesegang (1986: 76) admita que “o Estado de Gaza e a sua violência deixaram poucas saudades”. Se no passado foi afirmado de uma forma mais aberta, até por figuras nacionalistas como Abner Sansão Mutemba, que os nguni eram uma força invasora e Ngungunhane o último rei de um Estado colonizador e opressor, hoje na memória colectiva de Manjacaze o registo oficial é dominante, não estando porém esquecida a sua imagem negativa em alguns indivíduos da etnia muchope, sobretudo os mais idosos. Fazendo parte das fricções entre machanganas e muchopes, enquanto estes consideram o Ngungunhane um invasor ao serviço dos ingleses, os machanganas acusam os muchopes de serem passivos e responsáveis pela venda de Moçambique aos estrangeiros. Na literatura, Khosa (1987) é um dos poucos escritores moçambicanos contemporâneos a assumir uma posição inequivocamente contra-a-corrente. Numa das passagens mais fascinantes do seu romance, *Ualalapi*,¹³ Khosa escreve:

- Estou com medo, Ualalapi. Estou com medo. Vejo muito sangue, sangue que vem dos nossos avós que entraram nestas terras matando e os seus filhos e netos mantêm-se nela matando também. Sangue, Ualalapi, sangue! Vivemos do sangue destes inocentes. Porquê, Ualalapi?...

- É necessário, mulher. Nós somos um povo eleito pelos espíritos para espalhar a ordem por estas terras. E é por isso que caminhamos de vitória em vitória. E antes que o verde floresça é necessário que o sangue regue a terra (1987: 32)

Menos de duas décadas após a sua queda, começava a impor-se a visão positiva e apologética de Ngungunhane e do seu papel histórico. Em 1914, nos inícios do nacionalismo moçambicano, despertado pela visibilidade do colonialismo no meio urbano e beneficiando, provavelmente, da fraqueza dos laços tribais [Mondlane 1995 (1969): 89-90] João Albasini escrevia no jornal *O Africano* que o último imperador de Gaza tinha sido o responsável pela unificação do sul de Moçambique, antes de ele ter caído sob o domínio dos portugueses. Juntamente com o seu irmão José, este nacionalista moçambicano participou activamente na vida associativa. Foi o primeiro presidente do Grémio Africano. No jornalismo fundou e dirigiu o jornal *O Africano* (1908-1918), publicado em português e ronga. Em 1918 criou,

¹³ A personagem Ualalapi representa um guerreiro nguni a quem foi destinado o encargo de assassinar Mafemane, irmão de Ngungunhane.

com o seu irmão José, o jornal *O Brado Africano*. João e José eram netos de um colono português que chegou a desempenhar o cargo de vice-cônsul de Portugal na República do Transval. O seu pai, Francisco Albasini, contraiu matrimónio com uma filha do régulo de Maxaquene (Maputo).

São hoje considerados pela historiografia moçambicana mais influente como

figuras contraditórias e complexas [...] sob o ponto de vista colonial português foram apreciados como a realização consumada da política de “assimilação” e, como nacionalistas, alguns lhe louvaram o seu “nacionalismo português”. Mas também é evidente neles a luta pela dignidade que se recusa ao negro (assimilado ou não) e também neles está patente a sua defesa de uma terra natal que já não é só Maxaquene, nem mesmo apenas o sul do Save (Moreira 2000: 445).¹⁴

Por volta dos finais da década de 20, pela mão de Aron Mukombo, estabelece-se a primeira relação entre a resistência incarnada por Ngungunhane e a acção dos nacionalistas moçambicanos pioneiros (Liesegang 1986: 75ss). Mais tarde, nos anos 40, os cânticos da Igreja etiópica Luso-Africana denunciavam as atrocidades e barbaridades do colonialismo e a angústia da população. Sob uma fórmula dissimulada – “ficaremos a governar com catanas” – apelavam à revolta contra os colonizadores, tal como fizera Ngungunhane, também evocado nos seus cânticos (Moreira 2000: 224).

Com a luta armada, a Frelimo tomou para si a figura de Ngungunhane. A sua resistência passaria a ser usada como um exemplo heróico face ao colonialismo, lembrando também que foi a falta de unidade dos africanos que conduziu à vitória dos portugueses. Neste período ter-se-á desenvolvido “uma visão popular que identificava todos os negros moçambicanos com o povo moçambicano, e como havia negros no passado, concluiu-se que devia ter existido um povo moçambicano” (Liesegang 1986: 80). Mais tarde, em 1975, em vésperas da independência, durante o percurso épico do Rovuma ao Maputo da “chama da unidade”, Samora Machel visitou Manjacaze, acompanhado de Marcelino dos Santos e de Fernando Matavel. Apesar de não ter sido accidental a escolha desta vila como ponto de paragem, a Ngungunhane não coube qualquer papel preponderante, pelo facto de a liderança da Frelimo ainda não ter expurgado completamente os aspectos contraditórios e menos positivos da sua personalidade. Machel, na sua intervenção coerente com o programa político-ideológico da Frelimo, preferiu antes as palavras de ordem que denunciavam o

¹⁴ V. também Neves e Rocha 1987. Sobre as origens do nacionalismo moçambicano, numa análise comparativa com outros países de colonização portuguesa e integrada numa visão geral para o continente africano v. Andrade (1998).

colonialismo, o tribalismo e o racismo, tendo sublinhado o facto de serem poucos os que falavam a língua portuguesa, consequência do colonialismo que brutalizara os moçambicanos, “precisamente para que não houvesse consciência de pedir a liberdade para poder pilhar as riquezas do nosso país e fazer de nós minas para a exploração” (*Notícias*, n.º 16.521: 3 de 23/6/1975).

De certo modo bloqueado, o processo só se alteraria definitivamente na década seguinte, imposto pela urgência de reforçar a identidade e coesão nacionais num contexto de guerra civil e agressão externa. Não será, portanto, fortuito que em 1982, em nova visita a Manjacaze, Machel faça de Ngungunhane um símbolo maior da nação moçambicana. No estádio de futebol, falando para 10.000 pessoas, afirma:

Vimos a este distrito porque a história de Moçambique está intimamente ligada a Mandlakazi [...] Aqui foram travadas grandes batalhas. Os habitantes deste distrito nunca aceitaram a dominação. Por isso viemos render-lhes homenagem, ver as árvores onde repousou Gungunhana (*Notícias*, n.º 16.521: 8, de 23/6/1975).

Escrutinando a imprensa, damo-nos conta da acelerada mudança política e institucional em relação à figura de Ngungunhane. Enquanto que em 1978 ainda se pode ler que Ngungunhane “soube organizar o povo para a resistência ao invasor” [tendo lutado para] manter a independência do seu reino”, não deixando porém de relevar que “como chefe feudal, como rei, oprimiu o seu povo [...] tinha escravos [e] impunha ritos religiosos desumanos e cruéis” (*Tempo*, n.º 413 de 3/9/1978), em 1982 estes aspectos são já completamente ignorados, estabelecendo-se uma ligação directa entre ele e a nação moçambicana, privada da liberdade durante os quase 90 anos que mediaram a derrota de Ngungunhane da proclamação da independência. A estratégia era muito clara. Ao agudizar da actividade operacional da Renamo no terreno, havia que contrapor o reforço da identidade nacional e a fabricação de um herói que, pela sua oposição ao agressor comandado do estrangeiro, se constituísse numa referência ao novo “invasor” (v. *Tempo*, n.º 596 de 14/3/1982). No ano seguinte, tal herói nacional aparece-nos na sua plenitude e pujança. Num longo artigo publicado pela *Tempo* (n.º 687 de 11/12/1983), e num momento em que Moçambique dava os primeiros passos para a recuperação dos restos mortais de Ngungunhane, confrontamo-nos com o “herói da luta anticolonial” na sua mais acabada

grandeza e força.¹⁵ Faltava apenas a exaltação final: as exéquias fúnebres, porque disso se trataram efectivamente as cerimónias realizadas em 15 de Junho de 1985 na cidade de Maputo. Recordemos alguns dos momentos mais significativos, relatados pela revista *Tempo*:

Foram enches de gente diversa as que no passado sábado, dia 15, formavam um verdadeiro cortejo à beira das estradas, gente vinda de pontos uns distantes outros menos, mas irmanadas no comum sentimento de honrar aquele que, tendo partido a “ferros” – palavras do Marechal Samora Machel – para o cativeiro, já lá vai cerca de um século, regressava Herói para o solo da Pátria libertada por homens que, a seu exemplo, não deixaram jamais esmorecer o seu sentimento de dignidade, de soberania.

“Ngungunhane regressa” era uma frase como que algo de mágico, pronunciada de boca em boca, cantada pelos inúmeros grupos culturais que fizeram da solenidade uma festa, jornada de afirmação da identidade.

Chegados a Maputo, a bordo do DC-10 das Linhas Aéreas de Moçambique, no qual viajaram a partir de Lisboa, os restos mortais do Imperador de Gaza mereceriam no Aeroporto, ao longo do trajecto e no Salão Nobre do Conselho Executivo, honras militares.[...]

“Este é um momento emocionante para todos nós”, afirmaria o Presidente Samora Machel no seu discurso [...]. “É uma ocasião em que resgatamos ao passado a sua verdadeira grandeza para nela reafirmarmos os traços permanentes da nossa cultura, da nossa personalidade, da nossa identidade nacional” (n.º 767, 14-17 de 23/6/1985).

Se neste herói não encontramos a ligação ao “povo”, comum a muitos outros, devido à posição e distância sociais face a este, nele está bem presente a vitimização provocada por um poder julgado estrangeiro, a que há que juntar o comprometimento da sua acção com um campo identitário relacionado com a nação, isto é, a defesa de um território (cf. Albert 1998: 25). Ou seja, como salienta Bryan (1998: 34), na sua reflexão sobre as qualidades heróicas, é manifesto que Ngungunhane passou a constituir um símbolo colectivo dotado de características apreciadas pela população. Estava, finalmente, fabricado o primeiro dos grandes heróis moçambicanos. Talvez aquele que mais obedece aos cânones clássicos, de perfeita compatibilidade com os interesses da liderança do regime e o contexto político muito difícil, dominando por uma guerra sem fim à vista. Actualmente, os heróis são também um

¹⁵ A preparação da transladação dos restos mortais de Ngungunhane arranca com a visita de Machel a Portugal, em 1983, como bem lembrou Graça Machel, a viúva, em declarações ao jornal *Metical* (n.º 178, de 10/03/1998). Refira-se que quase duas décadas depois, desaparecido Machel, a polémica estalou em torno da concordância efectiva dos restos mortais recebidos com a figura histórica. O *Metical* (n.º 162, de 16/2/1998) dá ampla cobertura às notícias publicadas em Portugal sobre o que efectivamente está dentro da urna recebida. Graça Machel nega em declarações ao mesmo jornal que tal fosse do conhecimento do marido, argumentando que se ele soubesse teria “explodido”. Nesta discussão não está em causa, obviamente, aferir com rigor se as ossadas são ou não são do Ngungunhane mas tão só entender as motivações subjacentes à iniciativa de Machel. Isto é, se Machel se serve do herói para aplacar a erosão do seu prestígio interno, como defende Ungulani Ba Ka Khosa (*Metical*, n.º 180 de 12/3/1998) ou, pelo contrário, aquilo que motivava o então presidente moçambicano era tão só a afirmação da nação moçambicana.

campo de luta política. A Renamo, sobretudo pela voz de Dhlakama, tem reclamado a elevação a esta condição do seu primeiro líder, André Matsangaíssa, visando assim reforçar a legitimidade da sua luta e da sua história. De certo modo, trata-se de obter neste plano, o dos heróis, uma posição menos desigual face à Frelimo, disputando-lhe o protagonismo na história da construção da identidade moçambicana.

Aqui chegados coloca-se a questão: quais são os elementos fundamentais ao herói? Para Fabre (1998: 254) são três: i) a imanência (e iminência) da morte; ii) a necessidade de agir; iii) a arbitrariedade do sentido. Na *Íliada*, a narração épica da guerra de Tróia por Homero, pressentimos a natureza profunda da heroicidade. Vejamos o que pensava o príncipe troiano Heitor, momentos antes do combate mortal com o grande Aquiles, dos prantos de sua mãe que lhe suplicava que não enfrentasse o poderoso aqueu:

Mas, afinal, porque se detém o meu coração nesta ideia? Não vamos suplicar-lhe; ele não terá piedade nem respeito por mim, e matar-me-á, desarmado como uma mulher, visto que terei abandonado as minhas armas. Não há agora meio algum, do alto de um carvalho ou de um rochedo, de conversar com ele, à semelhança de uma donzela e de um jovem, de uma donzela e de um jovem que conversam um com o outro. Mais vale, nesta querela, atirar um contra o outro, quanto antes. Saibamos a qual dos dois o Olímpico oferecerá a glória (Homero s.d.: 311).

Assim, adivinha-se um certo paralelismo entre a busca no mundo antigo dos referenciais heróicos por parte das figuras maiores da história europeia, como Napoleão (v. Fabre 1998: 261), e a busca feita por Machel nas acções levadas a cabo por Ngungunhane. Em comum o mesmo gosto, a mesma sedução irresistível pelo arcaísmo, como nos diz Fabre a propósito de Napoleão mas aplicável ao herói africano e, por outro lado, a presença dos ideais e das representações ligadas aos Estado-nação moderno. Não escapando a outras dimensões deste classicismo heróico, Moçambique tratou de proceder à *panteonização* dos seus heróis, através de estátuas e mausoléus (cf. Unfried 1998: 189), cujos restos mortais foram, em alguns casos, devolvidos por países estrangeiros, como aconteceu com Ngungunhane, Mondlane e, mais recentemente, Machel.

Manjacaze não se esgota em Ngungunhane. Nas suas terras, mais propriamente em Nwadjahane, pequena aldeia localizada a 8 km a norte do centro urbano, nasceu Eduardo Chivambo Mondlane, o primeiro presidente da Frelimo (v. fotografia 11). Herói da maior grandeza para a nação moçambicana, tudo o afasta de Ngungunhane: africano educado pelos

religiosos protestantes suíços, com estudos superiores feitos nos EUA, casado com uma americana de origem sueca, funcionário superior da ONU, mais tarde guerrilheiro. Era um homem de uma cultura cosmopolita, aberto ao mundo e engajado na luta por um outro destino para o seu povo, o qual não passaria apenas pelo fim da soberania portuguesa em Moçambique. Crítico da opressão colonial e da dominação com base na raça, isso não o impediu de racionalizar também a sua própria cultura e criticar os aspectos que considerou mais iníquos. Em comum com Ngungunhane, talvez somente a oposição activa ao colonialismo português em terras africanas. Esta forte disjunção entre estes heróis está também presente na historiografia e no senso comum da maioria dos indivíduos do sul de Gaza. Enquanto Ngungunhane não é, apesar dos esforços dos artesãos da memória, uma figura consensual, Eduardo Mondlane merece um juízo praticamente unânime.

Segundo a narrativa de Numaio (1999), antigo governador de Gaza e descendente de Ngungunhane, este terá afirmado no dia do seu embarque para o desterro nos Açores: “Mas o rei um dia há-de vir e sairá de Mandlakazi!...”. O rei não poderia ser outro senão Eduardo Chivambo Mondlane, nascido a 20 de Setembro de 1920, na já referida aldeia de Nwadjahane, a somente 4 km do local da batalha de Coolela. Apesar de hegemónica, a esta opõem-se outras narrativas. Nesta luta pela configuração da história pelo texto literário, Khosa coloca na voz de Ngungunhane palavras que nada têm a ver com Mondlane:

E por todo o lado, como uma doença, começarão a nascer crianças com a pele da cor do mijó que expelis com agrado nas manhãs. [...] e haverá homens com vestes de mulher que percorrerão campos e aldeias, obrigando-vos a confessar males cometidos e não cometidos, convencendo-vos que os espíritos nada fazem [...] E aí o mundo terá mudado para sempre. [...] A nossa história e os nossos hábitos serão vituperados nas escolas sob o olhar atento dos homens com vestes de mulher que obrigarão as crianças a falar da minha morte e a chamarem-me criminoso e canibal (1990: 119-121).

Na narrativa hegemónica, abraçada por muitos moçambicanos e pelas instituições que têm o poder de prescrever e legitimar os discursos identitários fundados na história, pressente-se o esboço de um mito fundador da nacionalidade, em que o herói Ngungunhane é conectado a Eduardo Mondlane através das suas palavras de despedida, que trazem em si a profecia da chegada do sucessor.

Por sua vez, Mondlane conhecia desde a infância e com grande detalhe a história do Estado de Gaza e do seu último rei, contada por sua mãe, num registo que está muito apartado daquele que lhe é dado por Numaio. Como se lê em Khambane e Clerc:

- Os teus antepassados foram grandes senhores que reuniram e comandaram os exércitos contra o invasor zulu, há dezenas e dezenas de anos. Mas foram obrigados a submeter-se e a pagar imposto aos vencedores zulus que ocuparam o território. [...] O nosso opressor zulu, Gungunhana, que quis expulsar os brancos, foi preso por eles e mandado para o norte. Nunca mais foi visto (1990: 14 e 60).



Fotografia 11. Fachada principal da casa onde nasceu Eduardo Mondlane e lápide evocativa

Mondlane está presente por toda a parte: é a egrégia estátua no cimo da principal artéria da cidade de Maputo, a avenida Eduardo Mondlane, à qual emprestou o seu nome, bem como a muitas ruas das pequenas vilas e aldeias, bairros e escolas. Enfim, tudo contribui para a sua fixação na memória colectiva do povo moçambicano. Herói nacional, é também um herói da Frelimo, talvez o mais consensual dos ligados à luta armada, cujos dirigentes se têm encarregado, juntamente com os historiadores e outros configuradores da memória colectiva, de amplificar a sua heroicidade. Nas brochuras e outros textos para uso dos militantes e simpatizantes, a Frelimo procede à valorização de alguns elementos essenciais à figura do herói: (i) sobrevalorização das origens humildes e da ligação ao povo; (ii) sublimação do papel da mãe, considerada a responsável pela inculcação da cultura de revolta contra o colonialismo, (iii) exaltação da sua personalidade como homem honesto, afável e trabalhador.

Mas, de onde vem e qual foi o trajecto de vida de Eduardo Chivambo Mondlane, “o primeiro negro educado que viria a fazer do negro um igual ao branco” (Manghezi 2001: 206)? Dando-lhe a palavra,

Sou Chivambo, filho de Nwadjahane — também conhecido por Mussengane — Mussengane filho de Magulane, Magulane filho de Machacahomu, Machacahomu filho de Mbingwani, Mbingwani filho de Khambani, Khambani filho de Dzowo (ou Dzovo), Dzovo filho de Kuhlambeni, Kuhlambeni filho de Nkome, Nkome filho de Mondlane, sendo Mondlane por sua vez da linhagem dos Nwanati (*in* Reis e Muivane 1975: 13).

Apesar de nascido numa pequena aldeia do sul de Moçambique, numa família tradicional africana que tinha na agricultura e na pastorícia os seus principais meios de sustento e rendimento, Mondlane teve acesso a uma educação ocidental na escola colonial e, sobretudo, nas escolas da Missão Suíça, uma instituição religiosa calvinista. Sempre apoiado pelos responsáveis religiosos, realiza estudos secundários e superiores, estes na África do Sul. A expulsão imposta pelo governo deste país leva-o aos EUA, onde prossegue a licenciatura e obtém o doutoramento em sociologia e antropologia. Em 1957 ingressa na ONU, que abandonará quatro anos depois para se dedicar à luta pela independência de Moçambique, a par da docência na Universidade de Siracusa, em Nova Iorque, decisão tomada na sequência de uma visita ao seu país em 1961. Finalmente, dois anos mais tarde afasta-se de todos os seus compromissos profissionais para se dedicar a tempo inteiro à causa nacionalista. Homem verdadeiramente emancipado de preconceitos raciais e outros, nos sete anos em que esteve à frente da Frelimo fez um trabalho notável na organização do movimento e no aprofundamento da luta de libertação, inseparável do seu amadurecimento político e ideológico. Para melhor o discernirmos, fiquemos com o testemunho de um camarada de luta:

Do ponto de vista racial, Mondlane era um homem totalmente liberto [...] que compreendia muito bem que os brancos não eram todos culpados dos pecados do colonialismo [...] Ele ama uma mulher branca e casa com ela, tendo para isso de afrontar todos os preconceitos de dois tipos. Por um lado, tem de fazer face ao profundo racismo da sociedade americana da época, que se repercutia na própria família da mulher [...] Com essa escolha de uma branca e esse casamento, ele passa a ter de enfrentar uma nova forma de racismo, o dos seus familiares e amigos, que também não viam com bons olhos essa ligação [...] Por isso Mondlane é daqueles que mais cedo compreendeu que a moçambicanidade não se podia avaliar pela cor da epiderme. [...] Mas ele sabia que naquela Frelimo ainda tão frágil e incipiente, poucos eram aqueles que compartilhavam as suas ideias. De certo o Marcelino era um deles, com quem Mondlane podia contar.

Quando Mondlane constituiu a Frelimo talvez ainda não tivesse uma visão marxista da luta de classes, o que era natural para quem tinha vivido tantos anos nos EUA e sobretudo no ambiente religioso em que viveu. Contudo, sentia e muito bem, que nas condições de Moçambique em 1961/65, a contradição fundamental não era entre diversas classes sociais moçambicanas, como veio a ser mais tarde e como é hoje. A principal contradição era entre o povo moçambicano e o colonialismo. [...] Uma vez, em finais de 1966, Mondlane decidiu organizar uma reunião geral no Instituto Moçambicano e fez uma exposição sobre o futuro da África e dos africanos. [...] Ele explicou como em muitos países de África o colonialismo clássico só tinha saído porque era inaceitável aos olhos do mundo, instalando-se assim o neocolonialismo. Os colonos estrangeiros saíam para dar lugar a uma burguesia local que perpetuava a exploração (H. Martins 2001: 177-178 e 255-256).

A visita a Moçambique, depois de 10 anos de ausência, revelar-se-ia decisiva para o seu trajecto de vida, estando na origem de uma viragem que mudaria a própria história do país. Chegou a Lourenço Marques em Fevereiro de 1961, permanecendo no seu país natal, juntamente com a sua mulher e filhos, até 1 de Abril do mesmo ano. Para além desta cidade, Mondlane visitou Manjacaze, Ricatla, João Belo, Maússe, Cambine e Chicúque, T. C. Silva (2001: 123) sublinha precisamente o entusiasmo popular que rodeou a visita de Mondlane, assinando deste modo a dimensão política e o capital de prestígio que ele adquiriu como personalidade internacional, sendo reconhecido em simultâneo como um filho de um povo oprimido e seu representante.

Sublinhe-se que Eduardo Mondlane tinha contactos regulares com o governo português, tendo mantido um relacionamento cordial com algumas pessoas com responsabilidades nas estruturas político-administrativas do Estado. A mais relevante delas era Adriano Moreira, de quem recebeu um convite para leccionar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina,¹⁶ que recusou por razões políticas em favor de um cargo no Departamento dos Territórios Não AutoGovernados (v. Manghezi 2001: 140-141). Ainda que suspeitando das reais intenções de Mondlane, a administração colonial não tinha objectivamente elementos que justificassem uma atitude enérgica, como a restrição da liberdade de circulação ou outras medidas intimidatórias. Atendendo à sua condição de funcionário superior da ONU, qualquer acção deste tipo não deixaria de ter repercussões internacionais danosas para o lado português. Por seu lado, Mondlane mobilizou habilmente todo o seu saber diplomático na relação com os altos responsáveis portugueses, pelo que não havia para estes outra solução que não fosse a vigilância discreta, ao mesmo tempo que mantinham o diálogo aberto e se disponibilizavam para colocar ao seu dispor meios

¹⁶ Actual Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

logísticos, incluindo avião, para as suas deslocações em território moçambicano. Mas não só, acompanharam-no também em visitas a vários locais do sul de Moçambique e organizaram banquetes em sua honra, como o que ocorreu na vila de João de Belo. Num momento em que o confronto aberto e irreversível ainda não se tinha dado, conhecer os envolvidos e presentes neste acontecimento diz-nos muito sobre as ambiguidades e, certamente, o esforço político português no sentido de o seduzir e, deste modo, neutralizar potenciais adversários que, pelo seu capital de prestígio e relacional, poderiam provocar sérios danos ao colonialismo:

À noite foi organizado um grande banquete no hotel. A estranha mistura dos organizadores é talvez a melhor demonstração de que até que ponto era uma obra de diplomacia a viagem do Eduardo. O governador português junto com o primo do Eduardo, João Mapangalane, o régulo de Manjacaze, e Mateus Sansão Muthemba,¹⁷ eram os organizadores, que presidiam ao acontecimento e, nele, havia uma mistura de dignatários portugueses, gente da Missão Suíça e dirigentes nacionalistas, como a família Muthemba, que na altura vivia em João Belo (Manghezi 2001: 202).

Em Manjacaze, repetindo-se o verificado um pouco por todo o lado, foi acolhido com enorme emoção e júbilo. À maioria dos colonos, alguns dos quais participaram em almoços e outros eventos, o visitante não levantou grandes apreensões, apesar de serem previsíveis os passos futuros de Eduardo Mondlane:

[Foi] como uma visita de estudo, para ver a situação que existia, para ele continuar com o programa que tinha determinado: a revolta militar, uma vez que não havia outra solução para chegar ao entendimento com o governo português. Percebi isso em 1961. Foi recebido em Manjacaze com entusiasmo. Era uma pessoa com prestígio. Não havia nada contra ele. Era um filho da terra que se distinguiu, achávamos bem (M. Neto, CAu42/43/44).

É forçoso insistir que a visita a Moçambique foi decisiva para a vida de Mondlane. De facto, como está abundantemente relatado, inclusive por ele próprio (cf. Reis e Muivane 1975), foram os contactos e as experiências vividas que o confrontaram com duas realidades. Por um lado, a impossibilidade de se persuadir o governo português a participar numa outra solução política para as suas colónias e, por outro lado, a receptividade de camadas significativas do povo moçambicano às causas nacionalistas. Para além de ter funcionado como um catalisador para os jovens mais politizados, doravante animados com a possibilidade do sucesso da luta pela independência, esta visita iria desempenhar um

¹⁷ Nacionalista africano, faleceu durante a luta armada.

papel-chave na construção do mito e na invenção do herói. Na vida de Mondlane existem acontecimentos que acabam por ser amalgamados com o imaginário e o mitológico pelas gerações responsáveis pela heroicização (v. T. C. Silva 2001: 124). Assim, alguns dos episódios mais marcantes da visita são hoje ligados à acção maléfica da PIDE – é o caso do acidente rodoviário próximo da Maxixe, associado ao rumor nascido em Lourenço Marques sobre a colocação de uma bomba na viatura – ou descritos de modo a sobrevalorizar as ligações do herói ao povo e o comprometimento deste para com ele e as suas causas (v. Manghezi 2001: 204-209). Hoje pertence, juntamente com Samora Machel, Filipe Samuel Magaia e Josina Machel, ao grupo restrito dos heróis fundadores da nacionalidade, a que se junta Ngungunhane. Com este e com Samora Machel constitui a tríade insigne do panteão heróico da moçambicanidade, as referências maiores para o povo moçambicano.

Antes de se avançar, é oportuno examinar a figura de Machel. Praticamente desde a independência em 1975, assistiu-se ao enraizamento do culto da personalidade centrado na sua pessoa, à imagem dos exemplos soviético e chinês (cf. Unfried 1998: 197ss), aliados de longa data da Frelimo. A morte, trágica e inesperada, conduziu-o à condição plena de herói, em boa medida cimentada pelo baptismo de avenidas e ruas e pela edificação de monumentos e mausoléus. Principal construtor dos heróis nacionais moçambicanos, não deixou também de dar passos nesse sentido, num processo que deslizou em direcção ao carácter totalitário do herói de matriz estalinista.

Analisando o modo como os heróis se constroem em contexto totalitário, Fabre (1998: 301) refere justamente que o processo assenta na projecção do Uno – estado, massas, partido, homem novo.¹⁸ Na sua configuração de unidade, o chefe acaba por se impor, essencialmente, pelo seu ser físico. Ele é o corpo no qual o todo se cristaliza e se expõe. Se é certo que são fortes as referências simbólicas às antigas monarquias, cada regime deve *bricoler* os seus mitos e seus ritos de soberania e, sobretudo, cada sistema é estreitamente ajustado à singularidade de um chefe que é mortal (Fabre 1998: 303-304).¹⁹

O trabalho de heroicização de Machel era particularmente visível nas cerimónias públicas de grande relevância e impacto mediático. Um exemplo forte foi a conferência

¹⁸ Note-se que Fabre (1998: 301) ensaia, repetindo uma moda corrente, entre outros, em alguns sectores intelectuais franceses, a justaposição do fascismo com o comunismo. Embora reconhecendo que não são comparáveis, a argumentação por si desenvolvida acaba por o prender a esta desonestidade intelectual profundamente conservadora, estribada, como clarifica Sève, numa “utilização sincrética e abertamente infraconceptual” que a conduz a conclusões “sem limites sobre o ‘comunismo’” (2001: 9-19).

¹⁹ Numa fugaz comparação com os tempos presentes, é de notar que a necessidade de heroicização como estratégia de resistência durante a governação machelista se contrapõe o culto ligeiro da personalidade que não deixa de concorrer para a legitimação de um poder cuja força reside na estreita obediência aos interesses da ordem neoliberal.

constitutiva dos sindicatos moçambicanos. Na sua qualidade de presidente do evento, Mariano Matsinhe declarou no discurso de abertura:

Na sua pessoa, Camarada Presidente [Samora Machel], saudamos o trabalhador que, vinte e quatro horas sobre vinte e quatro horas, está ao serviço dos trabalhadores, de uma forma abnegada, exemplar, única. Por isso, é a imagem do que queremos ser. Justamente, é o Herói do trabalho [, que] nos defina as linhas fundamentais que devem orientar a presente Conferência e a Organização Sindical na República Popular de Moçambique (*in Tempo* n.º 682 de 6/11/1983).

Em regra, nenhum Estado-nação abdica de um imaginário político e identitário, feito de histórias de lutas e de resistências homéricas, com grandes protagonistas, cuja existência física não se questiona e que detêm um papel essencial no processo de fundação da nacionalidade. Apesar de cada nação tender a ver a sua história como absolutamente original, com figuras heróicas distintas de todas as outras, impõe-se que se relacione a fabricação dos heróis moçambicanos com processos ocorridos noutros países e períodos históricos, sobretudo com aqueles que saíram de dependências coloniais, na tentativa de se encontrarem paralelismos e estratégias políticas e discursivas semelhantes. Observemos o que nos diz Marienstras (1998: 65ss), a propósito dos EUA, uma nação saída também de uma relação colonial. Segundo o autor, os heróis americanos fundadores – símbolos da identidade colectiva, fermento do patriotismo, referências históricas de primeira grandeza – têm como principais funções legitimar a nação, então recém-criada e relativamente jovem, nos nossos dias, face aos velhos Estados-nação europeus, e de participar no processo de construção de uma cultura e de uma identidade nacionais. Fazem parte do mito nacional, cuja função primordial é dar resposta à interrogação lancinante sobre o “carácter” da nação americana, no qual eles se elevam à condição de personagens tutelares. Os heróis são inseparáveis dos momentos fortes do processo histórico, das datas consideradas mais marcantes da construção da independência nacional, mesmo que elas lhe sejam anteriores.

Em Moçambique, nas celebrações nacionais os heróis estão sempre presentes. Detenhamo-nos, por breves instantes, na mais solene delas todas, a da independência do país, que coincide também com a data da fundação da Frelimo, comemorada em Manjacaze no ano de 2002 (v. fotografia 12). A cerimónia começa pela deposição da coroa de flores no monumento aos heróis da luta armada, após o que as pessoas se dirigem para a pequena praça localizada nas traseiras do edifício do Conselho Municipal, para aí participarem nos actos político-culturais. A disposição dos indivíduos no espaço social revela as hierarquias sociais: na mesa de honra, virada para o público, Fernando Matavel, herói da luta armada e primeiro

governador da província pós-independência; Eugénio Numaio, antigo governador de Gaza e actual deputado da Frelimo na AR; o presidente do município; o administrador do distrito; dois membros do partido, tornando evidente que a “mistura” entre o Estado e a Frelimo não é coisa do passado. Apresentadas as reclamações, em português, pela voz do representante dos antigos combatentes da luta armada, a cerimónia prossegue com a parte mais cultural. Revelando quão importantes são as referidas hierarquias, os artistas convidados actuaram voltados para os membros da elite local, deixando as costas para a assistência. Entre danças, músicas e canções que combinavam tradição e modernidade – rituais e danças tradicionais com música de piano eléctrico acompanhada de um coro de uma igreja protestante –, a elite local evoca nos seus discursos, juntamente com Chissano, os heróis Mondlane e Samora. Vistos pelas camadas mais politizadas de Manjacaze, incluindo as mais jovens, como paradigmas de virtude e honestidade políticas, são manipulados de forma sistemática em favor do regime e da Frelimo, ambos corroídos pela erosão acentuada da base social de apoio:

“[Aplausos.] O povo está aqui presente. Há algum problema de saúde? Aqui não há nenhum azar, viemos bem, não há problema.

Viva Frelimo!

Viva! [grita o povo presente].

Viva Presidente Chissano!

Viva! [grita o povo presente].

Viva Mondlane!

Viva! [grita o povo presente].

Viva Samora!

Viva! [grita o povo presente].

Bom dia, povo. Tenho a certeza que estamos aqui presentes para a gente comemorar a data alusiva, o 25 de Junho. Em 1975, quando a gente se tornou independente, dali para cá fizemos muita coisa. Para a gente enumerar os feitos que a gente fez deveríamos ter engordado mais do que a gente engordou. Mas, entretanto, deveríamos ter dado mais do que a gente deu. É claro que nós não podemos cantar sobre as nossas vitórias porque, afinal de contas, nós estamos com uma batalha pela frente. A luta tem de continuar porque o nosso país é pobre. Para vencermos a luta contra a pobreza temos que lutar.

Agora estou a pedir para a gente comemorar vivamente este dia alusivo ao 25.

Viva Chissano!

Viva! [grita o povo presente].

Viva Samora!

Viva! [grita o povo presente].

Viva Frelimo!

Viva! [grita o povo presente]

Viva o 25 de Junho!

Viva! [grita o povo presente].²⁰



Fotografia 12. Cerimónia político-cultural em Manjacaze, em 2002, comemorativa da independência

Recapitulando, o trabalho de construção dos heróis constituiu (e constitui) uma tarefa decisiva para a elite moçambicana, no seu esforço de consolidação de uma identidade nacional, para cuja definição convergem os efeitos provocados pela expansão europeia e o contacto entre povos com hábitos radicalmente diferentes.²¹ Mas não só, como luminosamente percebeu Mondlane (1995: 87), o próprio nacionalismo africano é produto do colonialismo, encontrando nas suas disposições os seus primeiros elementos agregadores, assentes no sofrimento, no trabalho forçado, na discriminação e exploração com base na raça.

²⁰ Discurso em língua changana do administrador distrital, representante máximo do Estado a este nível político-administrativo.

²¹ Note-se que Montaigne (1967) foi, ainda no século XVI, um dos primeiros a reflectir sobre a expansão europeia. Profundamente perturbado pelos contactos estabelecidos entre os europeus e os povos indígenas com culturas desconhecidas, em *Os Ensaios* tenta estabelecer proximidades, semelhanças, e não apenas rupturas, entre a sociedade indígena e a sociedade europeia. Acima de tudo, no pensamento de Montaigne sobressai o reconhecimento da identidade e da diferença, esta entendida como o reconhecimento socialmente sancionado daquilo que não é idêntico mas possui estatuto semelhante. Para uma reflexão teórica fina sobre as origens e afirmação da identidade nacional, ainda que centrada no caso português, v. Sobral (1999b).

Os heróis são peças estruturantes da tradição. É nela que o princípio da organização política e a vontade vão buscar e dar ao Estado, já definido pelo poder colonial que lhe deu uma existência administrativa de facto mas ainda inexistente juridicamente, a sua nação. Aplicando os ensinamentos de Gellner (1983) ao contexto moçambicano, era preciso que às várias culturas locais muito particulares, não raro rivais entre si, se impusesse uma cultura erudita produzida por uma elite moderna que fosse razoavelmente aceite por todos os indivíduos. Para isso não bastavam, como bem perceberam os principais responsáveis políticos moçambicanos, a disseminação de uma língua comum, inevitavelmente a do colonizador, e a exaltação de uma história, inevitavelmente a da luta contra o colonialismo. Era necessário também que se procurassem, na tradição, símbolos “nacionalizáveis”, como os heróis, com os quais os indivíduos se pudessem identificar e o Estado encontrasse legitimidade política. Neste sentido, a tradição parece instituir-se como a resposta encontrada no passado para responder a problemas de identidade no presente, no qual a autoridade daquela reside no carácter fundamental para a configuração identitária do grupo (Bouju 1995: 108). Ora, esta busca na tradição implica inventá-la, tal como nos é definida por Hobsbawm (1995). Quer dizer, tradições que são, por exemplo no caso em exame, construídas e instituídas pelo Estado, estando interligadas com o poder (Giddens 2000b: 101). Reclamando-se da imutabilidade, por contraponto à mudança, servem para meter em acção práticas simbólicas que funcionam como instrumento de inculcação de valores e referências que se pretendem partilhadas por toda a nação.

Vencido o colonialismo, a dicotomia *nós, os moçambicanos*, em oposição a *eles, os colonialistas*, já não era suficiente para definir a identidade colectiva. Porém, a sua base material, a “identidade produzida”, é muito débil, estando ausentes ou apenas parcialmente presentes alguns dos seus elementos fundamentais: i) a história, o passado colectivo que os outros não possuem; ii) a religião que concorre, como argumenta Geertz (1992), para sintetizar o *ethos* de um povo (o seu carácter, os seus estilos moral e estético e sua cosmovisão); iii) a língua comum. Assim, a ideologia, a “identidade instituída”, assumiu uma enorme preponderância na configuração geral da identidade colectiva. Embora esteja “fora de questão que a palavra institucional crie *ex nihilo*” (M. Martins 1996: 24), é manifesto o papel decisivo desempenhado pelo Estado e pelo partido na produção de símbolos, liturgias e discursos identitários.

Deste trabalho aturado resulta, em justa medida, a produção de uma identidade colectiva que, apesar de não estar ainda bem consolidada, parece ter encanto suficiente para a maioria dos moçambicanos a ela aderirem. A história recente de Moçambique, marcada por

uma guerra civil muito longa e mortífera, em boa parte ancorada em diferenças étnicas exacerbadas politicamente, parece confirmá-la. Apesar dos discursos recorrentes apelando à secessão do país, separando o norte e centro do sul, ao qual pertence o grosso da elite que comanda o Estado, a ela opõe-se a identidade colectiva à qual aderem, apesar das pertenças étnicas, ideológicas, religiosas e outras, a maioria dos moçambicanos, do Rovuma ao Maputo, para tomar como exemplo uma das expressões mais fortes da retórica discursiva em torno da ideia de nação.

Capítulo VII

A fábrica velha

Fundada por um colono, propriedade estatal durante a experiência nacional-popular, actualmente na posse de membros da nova burguesia moçambicana, a história da fábrica velha é inseparável do processo político e económico vivido em Moçambique nos últimos 50 anos. Inventariar os aspectos fundamentais do seu trajecto histórico e trazer ao texto os principais actores sociais nela envolvidos permitirá ver o modo como as estruturas condicionam as decisões e as oportunidades dos homens e das mulheres à escala local, onde a vida quotidiana se desenrola. Mas também os modos de acção (e de inacção) dos actores sociais que não deixam de se repercutir sobre as estruturas, ora desgastando-as lentamente, ora transformando-as por via de rupturas sistémicas.

1. Da fundação da fábrica à independência

A fábrica de processamento de castanha de caju de Manjacaze está situada num dos extremos deste aglomerado populacional, na via em terra batida que faz a ligação à estrada do Xai-Xai para o Chibuto. Da construção inicial em caniço, feita em 1962, nada resta. Sujeita a diversas ampliações e reconstruções devido aos fogos verificados, a estrutura actualmente existente data dos finais da década de 60. Exceptuam-se alguns acrescentos e modificações secundárias, nomeadamente os edifícios para a produção de cerâmica e do posto médico (v. figura 4).

Por entre cajueiros, mafurreiras, tangerineiras e outras árvores distribuem-se os vários edifícios da fábrica. É à volta do de maior dimensão, onde se fazia o armazenamento e o

processamento da castanha de caju, que os outros se organizam. Quase todos de alvenaria, foram sendo construídos e aumentados à medida das necessidades impostas pelo desenvolvimento da actividade industrial e pelos constrangimentos do conturbado processo político e social moçambicano (v. figura 14).

O edifício principal é constituído por diversos pavilhões interligados. A disposição do espaço e dos equipamentos está subordinada às exigências do processo produtivo. Seguindo o seu percurso, a castanha entrava na fábrica transportada por camiões e outras viaturas. Após a sua pesagem, era descarregada para a área de armazenagem. Ao longo do ano, e à medida das necessidades da produção, a castanha era retirada do armazém para se efectuar o processamento. Este começava pelo calibrador, localizado na área de armazenamento, para posteriormente passar ao pavilhão onde estão os tanques de humedificação (também chamados de remolha) e o forno de fritura (ou assamento). Realizadas estas operações, a castanha seguia, por via mecânica, para o espaço fabril onde se fazia o seu descasque mecânico. Finda esta importante operação do ciclo produtivo que separa a casca da amêndoa, esta entrava num pavilhão amplo onde se realizavam as restantes operações do processamento: a secagem, a despêliculagem, a selecção e a embalagem. Por fim, a amêndoa embalada era colocada no espaço ocupado pela castanha aquando da sua entrada na fábrica.

No lado oposto à entrada situa-se o armazém de peças e a oficina de manutenção, separado por escassos metros do pavilhão que abriga a humedificação e a fritura. Mais acima, temos duas edificações em caniço, montadas nos anos 80, onde se produziam e armazenavam tijolos e alguidares de cerâmica para comercialização no mercado interno. Nas imediações encontramos os três fornos artesanais para a cozedura das peças moldadas. Nesta zona, precisamente ao lado do edifício da produção de cerâmica, temos uma pocilga de porcos.

Do lado esquerdo, para quem está de frente para a entrada principal do espaço industrial, situa-se o edifício do gerador, equipamento essencial ao normal desenrolar do processo produtivo, uma vez que o fornecimento de energia eléctrica por parte dos operadores deste serviço foi sempre inadequado às necessidades da fábrica. Ora por a potência ser manifestamente insuficiente no período colonial, ora por interrupções frequentes e inopinadas desde que a EDM substituiu os geradores pela linha convencional proveniente do Maputo, nunca a fábrica pôde dispensar a produção autónoma de energia eléctrica. Do lado direito temos um conjunto de pequenos edifícios, todos em alvenaria, que compreendiam os seguintes usos: depósito de marmitas, escritório, tesouraria para pagamento de salários, creche, lavabos, cantina (mercearia) e posto médico.

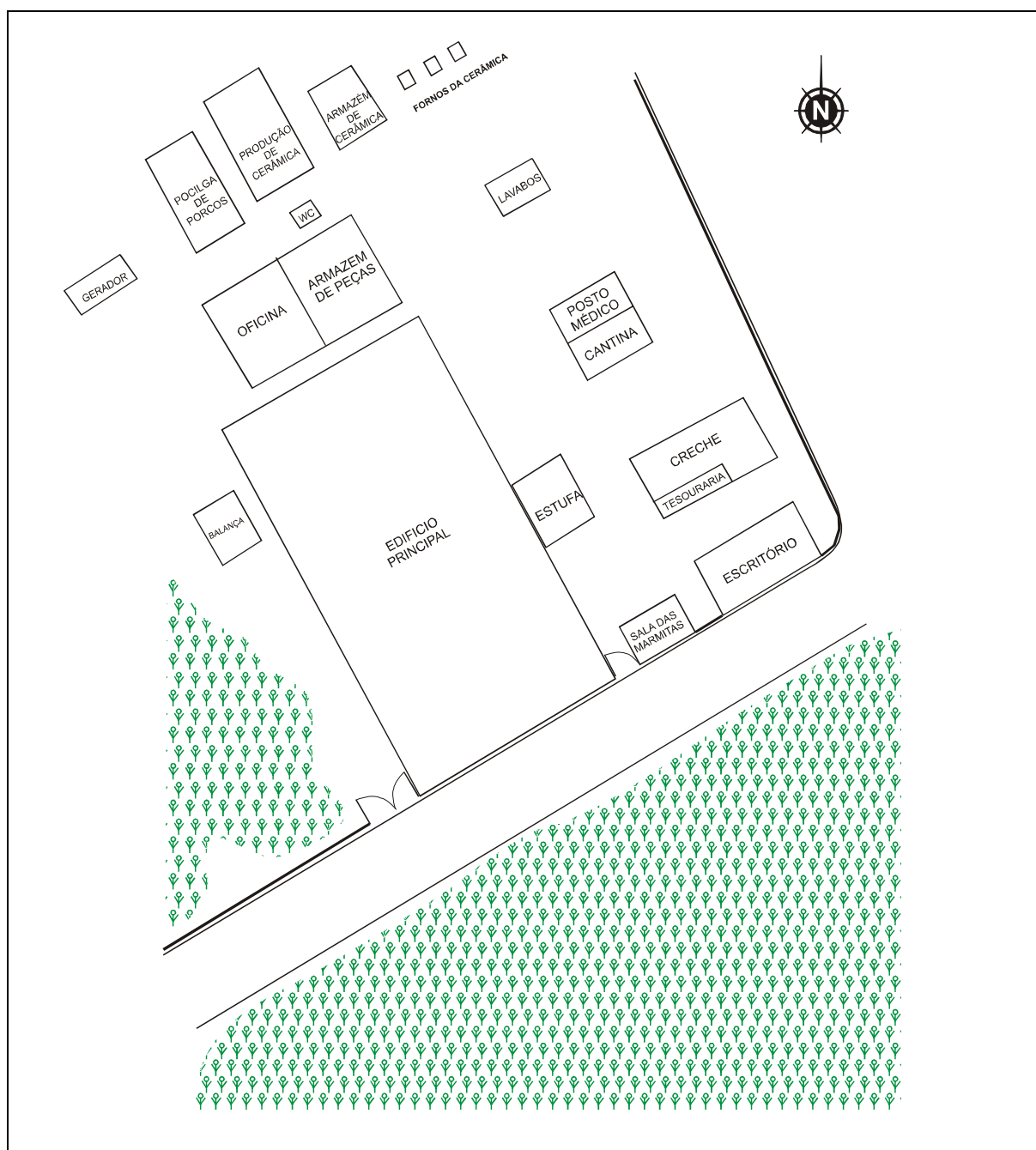


Figura 14. Representação esquemática da fábrica velha

Na fachada principal da fábrica estão presentes elementos que nos remetem para a sua história (v. fotografia 13). Nesta parede de tijolo, cimento e cal, aparentemente singela, encontramos sinais da acção dos actores sociais que se cruzaram com este espaço industrial, testemunhos das mudanças verificadas em Moçambique, mormente no domínio das estruturas económicas. É possível ler algumas palavras, escritas a tinta verde, de um slogan revolucionário de incitação ao trabalho e de defesa do socialismo. Praticamente dissimulada

por uma pintura de cal, foi mandado fixar por Cassimo Khan, membro da CA que geriu a fábrica durante os primeiros anos de independência. Bem visíveis, podemos observar o símbolo da fábrica escolhido pelo seu fundador – uma pêra de caju com a sua castanha – e o endereço telegráfico: “Cajuína”. Por cima encontramos “Indústria de Castanha de Caju (Manjacaze), Lda.” Por baixo, a letras vermelhas em ferro forjado, lemos “Fábrica de Manjacaze” que reporta ao tempo em que esta unidade de produção pertencia à Caju de Moçambique.



Fotografia 13. Fachada principal da fábrica velha

A fábrica de descasque de castanha de caju de Manjacaze foi construída por iniciativa de um colono português, Manuel Rodrigues Neto, natural do Algarve, chegado a Moçambique em Agosto de 1949. Estava longe de corresponder ao perfil de muitos dos que emigraram para as colónias: gente pobre, quase desprovida de capitais económico e escolar, com perspectivas que pouco iam além do trabalho como pequenos proprietários agrícolas ou cantineiros. Homem de alguns recursos económicos, mobilizou-os para desenvolver actividades

empresariais em Moçambique, primeiro no comércio, mais tarde na indústria, sempre com habilidade e sucesso e, no caso específico do processamento de castanha de caju, com grande engenho criativo (v. narrativa 2).

Em Manjacaze, nas lojas, nos bares e nas ruas, a fábrica foi um dos temas preferidos das conversas. Da parte daqueles que nela trabalharam no tempo colonial foram recorrentes as palavras elogiosas para com M. Neto. Sem excepção, todos o consideravam um homem de trato amigável, dedicado à empresa e olhando para o futuro: “Era uma pessoa muito interessada pela indústria de caju. Não tinha total conhecimento do funcionamento da fábrica. Trabalhou muito para descobrir aquilo que faltava para pôr a fábrica a funcionar” (José N., CAu 7/15). Homem que vivia da e para a fábrica, os seus contemporâneos ainda se recordam das suas visitas nocturnas quotidianas, sempre feitas antes de recolher a casa. Nela viveu, em habitação especialmente construída, durante a segunda metade dos anos 60 para assim estar mais próximo das actividades produtivas e acompanhar melhor o trabalho dos operários.

M. Neto passou em Lourenço Marques os seus primeiros três anos de vida africana. Em 1952 instalou-se em Manjacaze como comerciante. Em 1954 casou-se com uma jovem portuguesa que vivia em Lourenço Marques, filha de uns cunhados de uma tia que o receberam quando chegou a Moçambique. Deste casamento nasceram duas filhas, hoje a viverem em Lisboa.

Foi com o comércio que teve a oportunidade de se envolver no sector do caju. Pelo contacto com os intervenientes no negócio, em especial com os responsáveis da Caju Industrial de Moçambique, com fábrica no Chamanculo (arredores de Lourenço Marques), rapidamente percebeu o potencial de crescimento e de rentabilidade do processamento de castanha de caju. Assim, em finais dos anos 50 empreendeu diversas iniciativas que visavam, num tempo não muito distante, a montagem de uma fábrica. Para este interesse terá concorrido os conhecimentos obtidos com os frutos secos, enquanto proprietário rural no Algarve. Nesta condição, lidou com a produção de amêndoa e observou de muito de perto o seu processamento industrial. É assim que quando visita Portugal em 1959/60, onde permanece quase um ano, procurou informar-se junto de empresas de descasque de amêndoa e de produção de máquinas para este sector sobre as possibilidades técnicas de industrialização mecânica da amêndoa de caju. Não totalmente satisfeito, regressa a Moçambique para se dedicar a um outro sector industrial, o do vidro, adquirindo para isso uma fábrica em Lourenço Marques, onde reside de 1960 a 1962.

Em 1962 volta de novo a Manjacaze. Para este regresso não foram estranhos os interesses do governo colonial que, na pessoa do governador-geral, incentivou M. Neto a

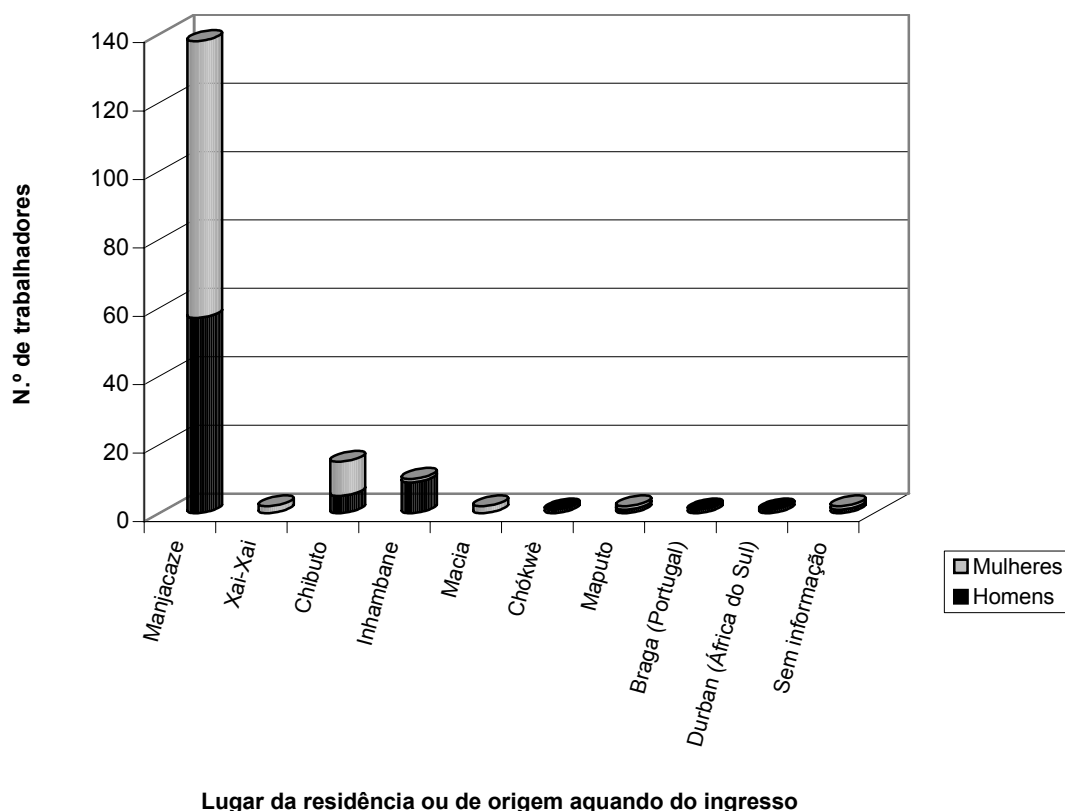
empenhar-se num projecto industrial numa zona totalmente desprovida de indústria. Vivia-se uma fase de expansão económica da colónia que tinha como um dos seus pilares principais a transformação industrial das matérias-primas e dos produtos agrícolas – algodão, sisal, cana-de-açúcar – que não fizessem concorrência com as indústrias existentes em Portugal. Moçambique estava subordinado a uma lógica de desenvolvimento colonial dependente. Daí que o processamento de castanha de caju tivesse sido apoiado enquanto que o aproveitamento industrial do algodão nunca passou da sua fase mais simples e elementar, o descaroçamento, para posterior envio para as empresas têxteis do Vale do Ave e da Covilhã. Por outro lado, o regime confrontava-se já, no plano militar, com a luta de libertação em Angola, cenário que não seria de todo descabido conceber para Moçambique. Assim, justificavam-se políticas de contenção desta ameaça orientadas para facilitar o acesso da maioria negra a bens materiais e aos serviços básicos, como a saúde e a educação. Para Manjacaze, o governo colonial teria motivos adicionais. Como vimos, para além de ser um dos mais importantes lugares de resistência ao esforço colonizador português, Eduardo Mondlane estava a ela ligado por nascimento e parentesco.

Instalado de novo em Manjacaze, M. Neto chegou durante escassos meses a processar castanha num dos armazéns da sua pousada, construída em finais dos anos 50, que lhe servia também de residência. Finda esta curta experiência, levantou no espaço onde se localiza a actual fábrica umas edificações precárias em caniço para começar o processamento de castanha em grandes quantidades. Com ela deu início a um acelerado processo de mudança social, em especial no que se refere ao trabalho. A fábrica vai permitir o acesso de muitos africanos, sem qualquer experiência de laboração regulada pelo tempo horário, ao assalariamento e aos ritmos de produção próprios da indústria moderna, baseada na divisão social do trabalho segundo o modelo *taylorista*.¹ Para M. Neto não foi fácil contratar e disciplinar uma mão-de-obra à qual a fábrica e o trabalho industrial pouco diziam. Se é certo que a maioria dos operários viviam em Manjacaze, alguns eram oriundos de distritos adjacentes ou outros ainda mais distantes (v. figura 15). Acabaria por contar com a ajuda da fome que ciclicamente afectava aquela vasta zona de Gaza. A fome transformava a população em reserva significativa de mão-de-obra (masculina e feminina) que, porém, em períodos de maior abundância revelava grande absentismo e desinteresse pelo trabalho industrial. Embora limitadamente – nunca empregou mais de um milhar de operários –, a fábrica velha não

¹ Como seria de esperar, na língua changana não existe qualquer palavra para fábrica. Esta, como muitas outras relacionadas com máquinas e artefactos industriais, foi simplesmente incorporada nesta língua indígena.

deixou de constituir para os homens que nela trabalharam uma alternativa ao distante e penoso trabalho nas minas da África do Sul:

Aqui o que se arranjava era emprego como cozinheiro, servente, mainato [criado]. Para trabalhar como operário não havia aqui em Manjacaze. A única empresa era esta fábrica. Em Gaza foi a primeira fábrica a dar emprego, a ensinar as pessoas a ser empregadas (José M., CAu 7/15).²



Nota: Para o período colonial não existem registos na fábrica nem na posse do seu fundador. Os dados reunidos no gráfico foram retirados das fichas biográficas do cadastro dos trabalhadores. Foram contabilizadas todas as admissões, incluindo aquelas que ocorreram pós-independência. Assim, os dados apresentados constituem uma amostra que, apesar de não ter qualquer validade estatística, deverá ser lida como uma mera aproximação ao universo operário da fábrica, em termos de área de residência.

Fonte: Registos administrativos internos da fábrica

Figura 15. Lugar de residência ou de origem dos trabalhadores quando do ingresso na fábrica velha

² Se é certo que as minas da África do Sul desempenhavam uma função económica importante para os negros moçambicanos, nomeadamente permitindo-lhe o acesso a rendimentos monetários cada vez mais importantes para o cumprimento do *lobolo*, elas possuíam também uma dimensão simbólica ligada à construção da identidade de género que o trabalho na fábrica não poderia oferecer: a descida às profundezas da terra para um trabalho de enorme dureza só acessível a homens fortes e corajosos. Os homens que ficavam eram ridicularizados e alvo da troca de toda a aldeia (v. Covane 2001: 198-200).

M. Neto teve ainda de enfrentar, certamente como obstáculo menor, o *mal de inveja*, alimentado por aqueles que lhe eram socialmente próximos. Ora por desavenças antigas, como acontecia com o dirigente local da *Wenela*, ora por concorrência comercial directa, como aquela que animava Manuel da Silva Santos (Machemanaro), rico comerciante local e proprietário do mais imponente edifício comercial-habitacional de Manjacaze,³ não deixou de se envolver nas lutas pelo reconhecimento social e pelo prestígio travadas no seio da pequena comunidade de portugueses brancos de Manjacaze. Também aqui, como justamente assinala M. C. Silva (2002b), a inveja funciona como um mecanismo de luta pela classificação social, em especial no que se relaciona com a posse de capital simbólico, numa sociedade estratificada, competitiva e marcada por processos de mudança e de mobilidade sociais.

Dados os primeiros passos, comprovada a viabilidade desta iniciativa industrial, M. Neto arranca em 1964 com a construção do primeiro edifício em alvenaria. No ano seguinte um incêndio devastou as construções de caniço existentes. Altamente combustível devido ao CNSL, a queima não controlada da castanha de caju é um pesadelo enorme para quem tem de a enfrentar. A este incêndio sobreveio um outro, alguns anos mais tarde, afectando a castanha armazenada num dos pavilhões da fábrica. Menos grave, o impacto financeiro foi pequeno em virtude das instalações e matérias-primas se encontrarem, ao contrário do que aconteceu com o primeiro caso, cobertas pelo seguro.

As instalações de caniço foram substituídas por outras, agora em materiais duráveis, que aproximaram a fábrica da sua configuração actual. Entusiasmado pelo projecto, dele obtendo desde os primeiros meses razoáveis proventos, M. Neto nunca deixou de investir em novos equipamentos e tecnologias que lhe permitissem aumentar a produtividade ao longo da cadeia operatória (v. figura 16), em boa medida respondendo aos constrangimentos sociais e políticos que, por um lado, limitavam a disponibilidade de mão-de-obra e, por outro, impulsionavam a subida dos salários e a melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras. O desenvolvimento tecnológico da fábrica foi facilitado e, de certo modo, incentivado pela sua grande cultura técnica, na qual estava bem presente o optimismo moderno no progresso técnico que se alimentava no fascínio pelos maquinismos mecânicos. O seu engenho, importa lembrar, não se esgotava aqui, fazendo-se sentir também no domínio comercial. Neste campo, logo em 1962, lançou nos mercados sul-africano e moçambicano uma marca própria para amêndoa pronta a consumir. Iniciativa pioneira, acabou por

³ No negócio da castanha Machemanaro era um grande concorrente de M. Neto. Durante a existência da fábrica recusou sempre vender-lhe castanha, preferindo antes negociá-la junto da Mocita (Xai-Xai) e dos processadores de Lourenço Marques.

abandoná-la três anos mais tarde, devido às grandes vantagens que obtinha com a exportação para o mercado americano. Frise-se que M. Neto manteve a sua actividade de comerciante. Apesar de cada vez menos importante, nunca deixou de gerir a sua cantina e o seu restaurante na sua pousada-residência, a par da comercialização de castanha *in natura*:

Em 64 foi um ano extraordinário. Foi um ano de muita e boa castanha no sul de Save. O rendimento da minha parte foi bom e exportei muita e boa castanha para a União Indiana. Exportei por intermédio da Casa Coimbra. Exportei durante alguns anos, mas só quando a castanha era boa. Quando havia muita avariada eu não exportava porque já sabia que arranjava problemas à chegada. Eles, em vez de descontar cinco ou 6%, descontavam dez ou vinte. Já não compensava (M. Neto, CAu42/43/44).

Mais do que expressão de uma estratégia para diminuição dos riscos, esta diversificação de actividades torna evidente a argúcia empresarial de M. Neto, sempre interessado em aproveitar oportunidades de negócio, nomeadamente as que se relacionavam directamente com a castanha e a venda de mercadoria aos seus operários.

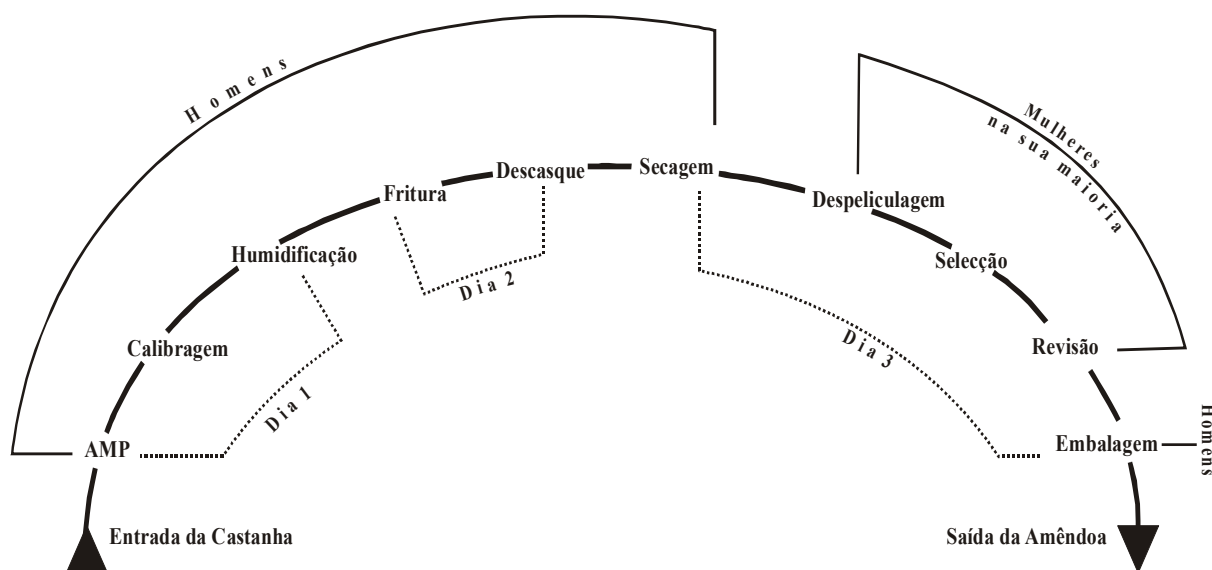


Figura 16. Cadeia operativa da fábrica velha, com distribuição de funções por sexo e tempos de produção

Tendo começado por partir a castanha a martelo, passou posteriormente para o descasque semi-mecânico. Mostrando estar bem informado sobre os processos de trabalho e tecnologias de produção do sector do caju, tomou conhecimento das máquinas utilizadas no

Brasil em empresas congêneres. Perspectivando um acréscimo de produtividade e arriscando eventuais sanções legais, a partir de meados dos anos 60 começou a produzir na fábrica as máquinas, servindo-se dos saberes e competências técnicas detidas por alguns dos seus trabalhadores:

Era tudo feito ali dentro. A primeira máquina foi feita no Maputo. E então viemos fazer o resto, copiando aquela que foi feita no Maputo, não sei por quem. E quase que levantou um pouquinho de problemas ao nosso patrão na altura. Elas tinham uma patente de uma outra pessoa, chegada aqui ele fez em série, então o indivíduo levantou o problema no tribunal. Tivemos simplesmente de fazer uma alteração a diferenciar o tipo de lâminas, que era para quando viesse a inspecção havia uma diferença, para o patrão escapar à sanção do tribunal (Paulo I., CAu21).

Nunca satisfeito, procurou com denodo uma solução mecânica eficiente que acabaria por encontrar no equipamento luso-italiano de descasque por choque, também designado por impacto (v. fotografia 14). Porém, para dar este “salto” tecnológico muito relevante, faltava-lhe o capital necessário à sua aquisição e boa exploração. Para isso, procurou investidores na comunidade portuguesa residente na vila. Sem sucesso e lamentando que, como ainda hoje é lembrado por muitos, “nenhum patrício desejasse constituir sociedade com ele”, virou-se para uma solução alternativa que deixou essa mesma comunidade espantada e incomodada: recorreu a um investidor muçulmano de origem indiana, um *monhé*, na linguagem depreciativa dos colonos. Foi ele Hassan Ali, filho de Gullam Hussen, um grande armazenista e exportador de castanha de caju *in natura* de Lourenço Marques, com quem M. Neto mantinha uma relação comercial de longa data.⁴ A sua entrada dá origem a uma sociedade por quotas, em substituição da empresa em nome individual até então existente, com escritura realizada em Lourenço Marques no ano de 1967.

⁴ As suas instalações localizavam-se na zona do porto marítimo de Lourenço Marques, próximo da actual Avenida 25 de Setembro (antiga Avenida da República).



Fotografia 14. Fábrica velha – Sistema de descasque mecânico por impacto

Com a sociedade encerrou-se um ciclo, o da construção da base produtiva e da cultura técnica e de trabalho a ela associada e abriu-se um novo, o da expansão. Nesta se incluía a mecanização da fase mais dura e suja do processamento da castanha de caju – o descasque – que trouxe melhorias significativas de produtividade e de higiene e segurança no trabalho. Este segundo ciclo termina com o regresso de M. Neto a Portugal, quatro meses após a independência de Moçambique.

M. Neto estava em Manjacaze quando se dá o 25 de Abril. Como quase todos os colonos, viu-o com alguma desconfiança e receio. Acima de tudo, era a angústia da incerteza sobre o futuro da sua vida num cenário completamente diferente, o de um Moçambique independente. Não guarda memória dos passos dados ao longo desse dia da primavera de 1974, nem das pessoas com quem se cruzou ou dialogou. Um trabalhador da fábrica recorda o encontro que manteve com ele:

Dá-se o golpe de Estado em Portugal. Por coincidência eu estava no restaurante [Algarve]. Eu estava de férias, encontro o Neto no restaurante. Encontrou-me a beber qualquer coisa. Perguntou se eu gostava. Eu disse que sim. Mandou o servente trazer outra bebida, dois bifes, comemos os dois. Ele não sabia que tinha golpe de estado. Estava a ouvir as notícias (José N., CAu7/15).

Com a queda do Estado Novo abriu-se o caminho para a descolonização das últimas colónias africanas. Em Moçambique, as relações de força alteraram-se, quase de súbito, em favor dos nacionalistas. Nas fábricas e noutros espaços de produção, a Frelimo rapidamente organizou células e os trabalhadores começaram a empreender acções de afrontamento dos patrões brancos. Naturalmente, a fábrica velha não ficou imune a estas novas formas de confrontação política e social. Tendo conhecido uma greve em finais de 1973, M. Neto viu-se perante um novo contexto marcado pela presença política organizada da Frelimo na fábrica, pelo discurso revolucionário anti-capitalista dos dirigentes e por práticas dissimuladas de abrandamento do ritmo de trabalho e de menor empenho na produção por parte de muitos dos seus trabalhadores. Para além de não dominar as línguas bantu mais faladas na região – changana e chope –, o industrial mostrou-se incapaz de lidar com a duplicidade de fachadas e comportamentos que os africanos apuraram ao longo de décadas de colonialismo. Assim, M. Neto tinha uma visão fragmentada e algo incompleta do que efectivamente se desenrolava, em especial no que se refere às posições assumidas pelos principais actores sociais envolvidos. Se a posição do primeiro administrador negro do distrito era transparente,⁵ o mesmo não se passava com outros responsáveis políticos e, sobretudo, com os trabalhadores que lhe eram mais próximos. Alguns, como Finias Cossa e Pedro “Kid-Kid”,⁶ mais tarde membros da CA, amplificavam junto dos seus colegas de trabalho, na retaguarda de M. Neto, a posição de confronto aberto levado a cabo pelo administrador que visava a expulsão do proprietário e tornar possível o que muitos não sabiam sequer pensar: o Estado podia tomar conta da fábrica e, ao contrário do que toda a gente pensava, não tinha que haver sempre um patrão. O trabalho

⁵ Adolfo José Bila foi nomeado para o cargo em 27 de Novembro de 1974. Homem com “rasto”, fazia parte dos africanos que os colonos chamavam de “calcinhas”, isto é, indivíduos com alguma instrução e melhores posições sociais, estas ganhas, em parte, à sombra do estatuto de assimilados. Tal como muitos deles, Bila também fugiu para se juntar à luta armada, em 1964, acabando capturado na Suazilândia. Entregue às autoridades portuguesas, ficou detido até 1973 nas prisões coloniais, tendo sido submetido a sevícias severas. Administrador de Manjacaze até 1978, foi gestor público em algumas empresas estatais e director provincial na província da Zambézia. Actualmente reformado da administração pública, é proprietário de uma fábrica de colas na Matola, adquirida ao Estado aquando do processo de privatização.

⁶ F. Cossa, militante da Frelimo, pertenceu ao primeiro GD formado na fábrica. Por seu lado, Pedro “Kid-Kid” estava engajado na luta anticolonialista desde inícios dos anos 60. Devido a estas actividades, passou quatro anos, de 1962 a 1966, encarcerado na cadeia de Lourenço Marques, sem culpa formada e submetido a tortura por parte dos agentes da PIDE. Longe de ser uma prática esporádica, a tortura transformou-se num instrumento de repressão de uso sistemático durante o período da luta armada levada a cabo pela Frelimo [v. *Tortura na colónia de Moçambique (1963-1974): depoimentos de presos políticos*].

político era feito no contacto quotidiano e nas reuniões com os trabalhadores organizadas pelos dirigentes locais:

Comecei no dia 14 de Março de 73, estava lá o Senhor Neto. Depois quando chegou a Frelimo houve essas coisas de reuniões e não reuniões e o patrão não gostou. As reuniões eram sempre contra o patrão. “Quem é o patrão da fábrica? É o patrão Neto. Mas a fábrica está onde? Está em Moçambique. Na terra de quem? De moçambicanos. A fábrica é vossa”. Era o secretário do partido no distrito. Agora é administrador no Xai-Xai, Elias Mondlane. Ele é que realizava as reuniões com o administrador, o Adolfo Bila (Antero M, CAu35).

Homem conservador, sem filiação partidária e desinteressado da política, embora tenha sido por pressão do regime vereador na Câmara Municipal dos Muchopes,⁷ M. Neto estava disposto a ficar na terra que tinha escolhido para viver sob um governo de maioria negra. A seu favor contava com o prestígio que gozava junto dos africanos, incluindo os operários da fábrica. Não sendo o seu comprometimento com o regime colonial ostensivo e, sobretudo, afrontoso para a população negra, nunca se envolveu em práticas racistas ou outras de forte teor discriminatório. Nem, tão pouco, permitiu que a PIDE se introduzisse na fábrica. Mesmo assim, a radicalização do processo revolucionário moçambicano, pervertido pelas ambições e os desvios cometidos pelas “estruturas” políticas locais, impôs a sua partida. Poder-se-á dizer que o empresário acreditou até muito próximo da independência que poderia ficar. Só assim se compreende as obras realizadas na fábrica, que compreenderam a beneficiação de alguns pavilhões do edifício principal e a passagem do equipamento de descasque para o local onde ele se encontra presentemente, aumentando com isso a funcionalidade da cadeia produtiva. Mas, embebido num ambiente de excitação revolucionária, rapidamente se viu confrontado com acusações de sabotagem e paragem deliberada e prejudicial da fábrica.

Retomada a laboração em Junho de 1975, M. Neto tentou conter a agitação operária solicitando a intervenção de membros das estruturas políticas locais junto dos operários. Num primeiro momento, a situação foi-lhe favorável, com o comissário político a defender a continuidade do ordenamento jurídico e da sua posição enquanto proprietário e gestor da empresa. Porém, estava cada vez mais isolado. O sócio havia fugido para Londres na posse de

⁷ A sua actividade como vereador foi tão discreta (e provavelmente não relevante em termos políticos) que ninguém guarda memória do seu desempenho: “Se se metia na política era um segredo” (José N., CAu5/15). Tomei conhecimento do exercício deste cargo através de documentos consultados no AHM e confirmado pelo próprio.

uma grossa maquia obtida através de um desfalque na conta bancária da empresa.⁸ Prognosticando o pior, começou a preparar no maior segredo a transferência de algum capital através de formas expeditas de subfacturação da amêndoa exportada, quer por via terrestre, quer por via marítima. Em paralelo, concebeu uma outra solução, a da saída de mercadoria sem controlo alfandegário para a África do Sul através da zona de Massingir. Com o seu “jeep” explorou os diversos caminhos existentes, acabando por constatar que não eram adequados à circulação de camiões normais, sem tracção total. Por outro lado, mesmo que a situação fosse outra, dificilmente encontraria condutores de confiança necessários à execução de uma operação de enorme risco e sérias consequências, caso fosse detectada.

A situação acabaria por se tornar insustentável quando o administrador do distrito, a seu pedido reunido com os trabalhadores em assembleia na fábrica, o confrontou com a defesa do poder operário.⁹ A hipótese de ficar foi, então, definitivamente arredada. Pouco dias depois, nessa mesma semana, partiria para Lourenço Marques. Nesta cidade viveu momentos atribulados, de actividade quase febril. Sujeito à “vigilância” de Pedro “Kid-Kid”, liquidou as suas últimas dívidas para com os fornecedores e particulares e preparou a exportação de parte da amêndoa armazenada, cuja operação comercial configurava um conjunto de actos ilícitos, nomeadamente evasão fiscal e de capitais. De facto, M. Neto exportou, por via marítima, para o seu agente em Durban amêndoa de tamanho superior, logo de valor mais elevado, ao que declarou à fazenda pública. Como ainda hoje tem presente, estava plenamente consciente das consequências. Caso fosse detectado teria sido imediatamente sujeito a medidas de privação da liberdade e eventual procedimento criminal. A viagem da amêndoa por via marítima foi, aliás, cheia de peripécias. Poucas horas após a partida, uma tempestade tropical obrigou a embarcação a regressar a Lourenço Marques. Mas, por um rasgo de sorte, a carga acabaria por ser colocada num navio de maior dimensão da mesma companhia que se encontrava na zona, acabando assim por chegar a Durban.

Sem canais de diálogo político com a elite dirigente na capital, que lhe poderiam ter sustentado a presença em Moçambique, mantendo a propriedade da fábrica, a partida para Portugal foi a melhor solução que M. Neto encontrou para assegurar futuro menos incerto e,

⁸ A movimentação da conta bancária da empresa exigia as assinaturas dos dois sócios. Como teve de se deslocar a Portugal em Agosto de 1974, M. Neto passou ao sócio uma autorização que anulava esta regra estabelecida. É neste contexto que Hassan Ali aproveita para ludibriar o seu sócio. Para espanto de M. Neto – “como é que eles sabem isso?” – este desfalque é bem conhecido e comentado em Manjacaze. Foi uma das primeiras histórias que ouvi sobre a fábrica. Assinale-se, ainda, que regressados à Europa, a família Gullam Hussen montou uma fábrica de peúgas no Porto. Hassan Ali acabaria por morrer num acidente de viação na estrada nacional n.º 1, numa viagem de Lisboa para a cidade nortenha, iniciada de avião em Londres, onde residia.

sobretudo, com possibilidades de manter a posição social. Perdida a fábrica, M. Neto tentou ainda garantir a propriedade da sua pousada-residência. Fazendo o acerto de contas com um irmão de Gulam Said, a quem devia alguns fretes de transporte de castanha, e argumentando que ia viver para a capital, trespassou-a como pagamento de parte da dívida. Por sua vez, este cedeu-a ao irmão Gulam para lhe permitir o seu lançamento na actividade comercial. Posteriormente nacionalizada, este adquire a sua posse jurídica aquando das alienações dos imóveis do Estado efectuadas pela APIE.

Em Outubro de 1975 partiu para Lisboa, para nunca mais regressar, um homem que vivia a fábrica. Como justamente enunciou um informante, “se hoje a visse, haveria de chorar”. Em armazém deixou mais de 8.000 caixas de amêndoa, quantidades avultadas de CNSL e bens no valor de vários milhões de euros: a fábrica e respectivos equipamentos, um armazém em Lourenço Marques, duas residências na Machava, para além de vários imóveis que pertenciam à esposa por herança. Poucas semanas após o seu regresso a Portugal, M. Neto deslocou-se a Durban para efectuar as tramitações burocráticas relativas aos numerosos bens pessoais que tinha despachado para esta cidade sul-africana. Ainda pensou aí fixar residência para trabalhar com a sua antiga fábrica. Mas o desconhecimento do inglês e o desinteresse da esposa, profundamente abatida com a situação vivida, fizeram-no recuar. Mais tarde ainda tentou o Brasil. Mas a viagem ao Rio de Janeiro desanimou-o. Chegado a esta cidade, foi confrontado com a enorme desigualdade social nela existente, o punhado dos privilegiados vivendo nas zonas nobres rodeado dos pobres amontoados nas favelas. Extremamente lúcido, disse para a esposa que o acompanhava: “Não vale a pena. Vamos embora porque isto um dia dá um estouro”.

⁹ Note-se que a própria administração distrital estava a colocar-lhe problemas financeiros muito delicados. O recurso sistemático aos “vales”, quase sempre créditos incobráveis, obrigaram-no a encerrar as bombas de combustível pouco depois da independência.

Narrativa 2: Manuel R. Neto, CAu42/43/44¹⁰**As origens**

Nasci no Algarve, numa casa rica mas tivemos problemas familiares. Não por mim, mas pelas circunstâncias. Aos 16 anos tive de sair do liceu para vir administrar a casa dos meus pais, pois o meu pai ficou incapacitado. Era o mais velho dos homens mas do segundo casamento da minha mãe. A minha mãe casou, teve cinco filhos, o marido morreu, casou com o meu pai, teve mais três filhos, sendo eu o mais velho.

Era uma casa com muito movimento, com muitos terrenos. Ficava no concelho de Albufeira. Fiquei a administrar a casa dos 16 aos 27 anos. É claro que tive de fazer a tropa na altura da [II] Guerra [Mundial]. Tal e qual como em Moçambique me meti de alma e coração na indústria de caju, também na agricultura me dediquei de alma e coração. Como era uma casa que tinha muito rendimento, muitos gados, muita gente a trabalhar, de forma que me ocupava o meu tempo todo. E assim foi a minha vida até aos 27 anos. Depois a minha mãe morreu e descobriu-se um testamento que tinha feito aos outros irmãos mais velhos. Pois, eu nada tinha com isso porque a minha mãe era senhora do que lhe pertencia mas fiquei assim chocado. E comecei a pensar... Será que algum dia eu venho a sofrer de outra surpresa de parte do meu pai? Então, como era solteiro, não tinha ninguém que precisasse de mim, os meus irmãos tinham vida própria, então pensei em ir para África. Mas havia o problema... Nessa altura era necessário uma carta de chamada, tal e qual como fosse para o estrangeiro. E um termo de

responsabilidade com a garantia de dois anos, para arranjar trabalho ou subsistência. É claro que não tinha lá ninguém. A solução foi comprar duas passagens, uma viagem turística. E embarquei em Agosto de 1949, e levei as minhas poupanças.

A situação [em Portugal] era difícil. Salários baixos, mas o preço dos frutos secos do Algarve também era relativamente baixo. Não quer dizer que não compensasse: uma casa que tem diversos rendimentos, que tem figo, amêndoa, alfarroba, oliveiras, cereais de toda a espécie, porque nós tínhamos uma lavoura que começava no fim de Novembro e ia até ao fim de Abril. Nós tínhamos 33 propriedades, entre pequenas e grandes, espalhadas por toda a freguesia. Mesmo com o testamento desfavorável, fiquei com algumas que, mais tarde, vendi para investir em Moçambique.

Não via perspectivas de melhorar a vida em Portugal. África tinha mão-de-obra em quantidade. Se fosse para África era para me estabelecer, nunca pensei em ser empregado. Uma vez estabelecido, não faltaria mão-de-obra. Não sabia o que ia encontrar, não fazia ideia do que ia encontrar e o que fui encontrar foi também uma economia paupérrima.

A viagem

[A viagem foi feita em] barco de carga. Paguei uma viagem e o depósito de outra para, se eu dentro de dois anos não vingasse lá, me punham a bordo para eu voltar. Venho para Lisboa, estou aqui quinze dias, o barco que estava destinado a fazer a viagem [partiu sem mim]. Naturalmente havia dinheiro por fora e dispensaram a minha viagem para outra pessoa e eu fiquei.

¹⁰ Esta narrativa tem por base os testemunhos obtidos ao longo de várias sessões de trabalho realizadas em 2002 e 2003 e um longo depoimento escrito posteriormente pelo entrevistado.

Pagaram-me a hospedagem aqui em Lisboa. É claro que eu estava desejoso de embarcar. E então perguntaram-me um dia se eu queria embarcar num barco que fazia a primeira viagem para as províncias ultramarinas. Eu aceitei, eu sabia lá... Não foi nada agradável, sendo um barco novo. Fomos daqui para a Madeira, São Tomé, Angola, Cabo. E depois Moçambique. Só em Angola tive aí uns oito dias. Então tive tempo de visitar todos os portos, incluindo Luanda e Lobito, onde atracámos. Mais tarde voltei a visitar Luanda em outra viagem. Então cheguei a Moçambique.

A chegada

Uma tia minha tinha lá uns cunhados. Eles foram-me esperar ao barco, ficámos conhecidos mas não me deram qualquer ajuda. Eu nunca quis, eu sempre fui muito independente. É um defeito meu, nunca quis ser pesado a ninguém. Cheguei lá, hospedei-me, andei a dar voltas por Lourenço Marques e arredores, a ver o que havia, se havia possibilidade de eu me dedicar a qualquer actividade.

Eu levei as minhas economias e depois depositei no banco o dinheiro. Mais tarde foi por transferência. Nessa altura indústria não havia. Em Lourenço Marques havia uma fábrica de moagem de milho e de massas alimentares. Havia já, na Matola, a fábrica de cimento, não tenho a certeza se a moagem da Matola já existia, havia umas fábricas de curtumes de pêlo de gato e mais nada.

Esses cunhados da minha tia quiseram mandar fazer uma peça em ferro forjado. Porque não havia outra coisa tiveram de ser feitos nos

caminhos-de-ferro, pois fora não havia uma oficina. O que dava vida a Lourenço Marques era o porto e o caminho-de-ferro. Mas não era com a produção da África do Sul. Era com o minério que vinha da África do Sul que embarcava ali para a exportação. E era uma passagem de mercadorias para o Transvaal do Norte. Porque o porto de Lourenço Marques fica mais próximo de Pretória e de Joanesburgo do que Durban ou Porto Elizabete.

Na verdade eu não tinha qualquer experiência de comércio de mercearias, de ferragens, electricidade. Não sabia o que podia fazer. Não encontrei nada.

Só fui para Manjacaze em Maio de 1952. Porquê Manjacaze? Pedi uma licença para abrir uma casa comercial em Lourenço Marques. Seis meses depois ainda estava tudo na mesma. Comecei a pagar renda de uma casa, três contos por mês, não havia casas disponíveis, mas não consegui uma licença para trabalhar. Alegavam que a 200 metros ou a 300 metros havia uma casa similar. Não consegui coisa nenhuma. Depois pedi dez hectares junto ao rio Maputo. [O que] ia fazer aí, com a desculpa de uma salina, era criar camarão. Também não consegui. Não havia razão. Tudo isso se poderia obter. Era como diziam: com cinquenta contos tens o que queres. Então vou gastar 50 contos para obter uma licença? Não, então fui andando.

Não encontrei nada em Lourenço Marques, nada. A criação de camarão era uma coisa maravilhosa. No rio Maputo há duas planícies. Uma, na margem direita, que está limpa, não tem árvores, e na margem esquerda mangal, muito mangal. Levei lá meses a fazer o estudo daquilo. Um dia perdi-me, tive de subir a uma árvores daquelas

para saber onde estava. Aquilo era alagado pela maré-cheia e ali se [poderia] criar o bom caranguejo. Umas condições extraordinárias. Estive ali à espera, espera... E perdi dois anos e meio nisto. A vida também era barata. Com mil escudos se pagava uma pensão, comida e bebidas, roupa lavada e tudo. A vida era muito barata nessa altura. [Mas] nunca pensei em voltar a Portugal.

O comércio em Lourenço Marques era todo a crédito. Dizia um inglês na altura: “[Se] alguém vier com 500\$00 e não o gastar todo, o comerciante corre aí meia cidade à procura de trocos”. O comércio branco era assim. Na zona indígena era cinco tostões, dez tostões, a pronto mas valores muito reduzidos.

Agarrar a oportunidade

Até que um dia vi no jornal. Passa-se uma casa comercial em Manjacaze. Fui saber quem era essa pessoa. Vivia ali ao pé da catedral de Lourenço Marques. E quando cheguei lá e vejo uma parelha de cornos grandes, preso à entrada da porta, com um dístico por baixo: “Como estes há muitos”. Fiquei a olhar para aqui e pensei quem seria este filho da puta que está aqui. E então bati à porta. Apareceu-me um senhor alto, bem falante, muito delicado. Mandou-me entrar. E então conversámos sobre onde é que era esse estabelecimento. Era uma vila simpática e isto e aquilo. Quem era ele? Foi um artista aqui em Lisboa, Tomás Vieira. Ele era de Viseu, e foi aqui artista no tempo do Chavi Pinheiro. Foi para África, e qual era o serviço dele? Tinha um cinema, ambulante, e andava de terra em terra. Ia a Manjacaze também e era amigo da pessoa que tinha lá um estabelecimento.

[Pouco depois], um dia em Lourenço Marques estava na casa de um armazenista de tecidos e chega um sujeito, justamente um comerciante de Manjacaze. E em conversa eu disse: Eu vou lá a Manjacaze, há uma casa assim e assim. E diz ele: “Não tome compromisso disso, que eu tenho uma casa boa para si”. Pediu para me dirigir à casa dele.

E vou. Já me informei, só há transporte para lá à segunda feira e eu lá fui. E não há dúvida. Uma casa com uma freguesia tremenda, cheia de manhã à noite. Chegavam os fardos de tecidos e era só rasgar, só rasgar, para os alfaiates, era um movimento, com muito produto. Nessa altura era o mês de Maio, o mês do amendoim. Aqui só se ganha dinheiro. Ele queria vir embora. Esteve na Casa Cruz,¹¹ chamava-se Manuel Bernardo Pereira, era de Sever da Beira. Havia dois irmãos lá. Pouco tempo depois ele morreu.

O homem estava desejoso de vir para Portugal. Tinha casas lá, tinha casas em Portugal, na terra dele, segundo ele tinha nessa altura mil contos disponíveis em dinheiro e achou que aquilo lhe chegava. Tinha dois filhos que andavam a estudar em Lamego e então fez-me uma oferta extraordinária: “Fazemos o balanço, a importância total que der divide-se em 24 meses e eu deixo cá um procurador e paga [a ele]”. Paguei aquilo integralmente, dentro dos prazos, mas ao mesmo tempo deixou lá um cunhado que me roubou. Durante dois anos limpou-me o capital da firma. Mas estudei a maneira, com um advogado, de fazermos aquilo de maneira a não me comprometer. Ele manda uma carta para o administrador a requisitar dois agentes de

¹¹ A Casa Cruz era um dos mais antigos estabelecimentos comerciais de Manjacaze. Pertencia à família J. J. da Cruz, da

investigação. E então, tudo combinado, lá foram os três Oliveira, tanto o advogado como os dois fiscais [tinham esse nome], hospedaram-se em minha casa, pois não havia pousada ainda, não havia nada, e então lá interrogaram o rapaz, soube-se defender mas contra factos não há argumentos e ele acaba por confessar. Ele investiu, tinha comprado uma casa, já andava de turismo,¹² e eu nessa altura ainda andava de camião porque a estrada não permitia andar de turismo. Aí deixou de estar sob a minha alçada e ficou sob a da justiça. Foi condenado, apanhou dois anos, podia apanhar mais, e pagou 200 contos.

E pronto, a partir daí é que comecei a avançar. Quer dizer, perdi quase três anos em Lourenço Marques, mais dois em Manjacaze e a partir daí é que eu comecei a engrenar e a vencer. Esse negócio incluía tudo, até castanha. A licença dava para tudo. Eu comprava em quantidade aos cantineiros, aos de Majacaze e aos daquelas povoações em redor. Os camponeses, usualmente, colocavam nas cantinas do mato ou então vinham até a Manjacaze vender às lojas. Como não tinha fábrica, também me podiam vender. O apanhador vendia a quem ele quisesse. Ou por simpatia, ou porque estivesse mais próximo, ou pelo preço dos produtos das mercadorias à venda que fossem mais baratas, pois era aí que eles iam vender. Aos cantineiros comprava já em quantidade: dez, vinte, cinquenta, cem toneladas.

Antes de ter a fábrica era um comerciante como outro qualquer. Portanto, comprava a quem vinha vender, fosse comerciante, apanhador, produtor, fosse lá quem fosse. Agora, depois de ter a

fábrica também comprava a toda a gente. Não um saco, porque isso não me interessava para nada, mas havia um produtor ou outro que tinha meia dúzia de sacos e eu comprava e pagava o mesmo preço. É claro que eram poucos. Quem fornecia eram os cantineiros do mato.

O comerciante passa a industrial

De 52 a 59 fui só comerciante a retalho e por atacado. Não só comprava os produtos como tinha armazéns de mercearias. Para todo o concelho de Manjacaze eu era distribuidor de arroz. Vinham buscá-lo, se precisavam de outras mercadorias eu tinha. Os camiões andavam a carregar castanha para Lourenço Marques, não voltavam vazios, era um desperdício. Então tinha negócio também por atacado. Há de convir que quem vai para ali já com 27 anos, quando depois já tem trinta e tal não vai para um balcão vender capulanas¹³ ou vender copos de vinho e outras coisas assim.

Fui vendo que só havia uma maneira para melhorar a vida das pessoas de Manjacaze. Porque ninguém dava trabalho. Não havia trabalho, a não ser como mainatos para casa, as mulheres nessa altura nem trabalhavam em casa [dos europeus], ficavam lá pelas machambas. Ora, não podia pensar no concelho inteiro. Ora, há uma área onde podíamos pensar em eles para trabalhar. É num raio de 7 km. Para eles não é muito.

O meu interesse era simplesmente ganhar dinheiro. Já em 1959, quando eu construí aquela pousada, por baixo há dois armazéns. Um pequeno para mercearia e outro já a contar para

qual existem registos da sua presença nestas terras de Gaza desde os anos 40 do século XX.

¹² Viatura ligeira de cinco lugares.

fazer estudos para uma possível industrialização. Isto era uma hipótese, pois eu tinha dúvidas em conseguir uma autorização do governo. Construí aquilo com o dinheiro que ganhei na loja. Ainda trouxe dinheiro para gastar aqui em Portugal durante nove meses. Éramos seis pessoas – eu, a minha mulher, as minhas filhas e os meus sogros. Eles viviam em Lourenço Marques.

No Algarve quando vim cá pensava em montar uma indústria. Numa visita que fiz ao Café Aliança em Faro e em conversa eu perguntei-lhes: antes de sair de cá havia uma firma – a Marques Pinto & C^{ia}, Lda. – que tinha uma máquina de descasque de amêndoa. Eu estou a pensar numa indústria, não é de amêndoa, é de outro produto, mas eu estou com vontade de experimentar uma máquina dessas. Vocês sabem quem é que tem máquinas dessas? E dizem eles: “Olhe que aqui em Estói [Faro] há uma máquina moderna, construída em Espanha”. Deram-me a direcção e eu fui a Estói ver a máquina. E eu fiquei encantado. E então deram-me a direcção do fabricante. E eu escrevo para a Caju Industrial de Moçambique a pedir vinte quilos de castanha. Eles mandaram de avião para Lisboa e eu fui levantar. Dali eu segui para Madrid e depois para o sul de Espanha, para Denia [Alicante], uma povoação à beira do Mediterrâneo. Estive lá uma semana a fazer experiência e experimentámos aquilo mas não havia possibilidade. Aquilo estava fabricado para amêndoa dura mas os tecidos do caju, depois de se extrair o óleo – ali não se extraía o óleo, queimava-se por não havia possibilidade de o extrair -, [ficavam frágeis] de forma que não deu para isso. Mas ficou sempre a ligação, mantive a relação com o fabricante, eu ainda não tinha fábrica mas podia ser que as coisas se alterassem. Depois, em Paderne

[Algarve] continuei a fazer experiências. Era um grande prejuízo para a província estar a exportar tudo e não haver emprego para aquela gente. E eu em 59 pensei nisso. E quando construí aquela pousada foi a pensar num armazém a fazer experiências quando eu voltasse da Europa. E eu no Algarve conhecia firmas que já tinham máquinas para partir a amêndoa, eu sonhava se havia possibilidade de arranjar máquinas para descascar.

Para mim era um negócio. Tanto fazia ser uma indústria de camarão, ser uma indústria de castanha, como comprar milho, mafura, para mim era tudo igual. Enquanto comerciante, era saber comprar e saber vender. Nessa altura, as coisas para mim eram muito claras. O que comprava para armazenar durante seis meses ou o que vendia sem ter nada em casa. Num ano vendi à Caju Industrial de Moçambique 600 tn de castanha, podia ter 30 [tn] em casa. Nesse negócio ganhei mais de 200 contos. Mas até ele estar realizado sofri muito por causa da qualidade do produto. Se um produto é são, não há problemas, mas se ele tem uma grande percentagem de avariado¹⁴, facilmente em vez de ganhar se pode perder. Como forneci, durante muitos anos, desde 52, castanha à Caju Industrial de Moçambique, fui ficando também dentro da engrenagem. Havia coisas que tinham a sua técnica, muito embora não visse nada lá por dentro [da fábrica do Chamanculo], as coisas estão fechadas mas deduz-se.

Entretanto em Lourenço Marques, quando regresso [de Portugal], compro uma fábrica de vidros e espelhos. Eu tinha trespasado a primeira casa, com a combinação de eu e os operários

¹³ Pano de tecido em algodão que as mulheres enrolam em volta

da cinta, fazendo de saia comprida.

¹⁴ Designação dada à castanha não utilizável para processamento industrial.

vivermos ali até acabar a construção [da pensão]. A pensão arrendei-a e ficámos a viver em Lourenço Marques, em casa dos meus sogros. Eu comprei a fábrica de vidros a dois madeirenses. Eles meteram-se com aquilo mas não tinham dinheiro. Compravam o vidro na praça, davam o lucro aos outros e o lucro deles era quase nenhum. Tinha de haver capital para importar o vidro. Eu importava-o de França e de outra firma da Bélgica. Da Covina eram só os vidros para edifícios, a pedra pomes de Itália e a forragem da Alemanha. É preciso a gente estudar as coisas. Não percebia nada de vidro. Mantive-me no negócio até ir para Manjacaze, em 1962. Fui para Manjacaze mas ainda mantive aquilo durante mais dois anos. Estive ali e estive em Manjacaze, tinha um contabilista para orientar as coisas.

O que me levou a ir para Manjacaze foi o Almirante Sarmento Rodrigues. Não houve política nenhuma, foram as necessidades do governo. Sempre gostei de Manjacaze, nunca tive problemas, de forma que gostava de estar ali. Quando a gente se convence que aquilo seria um grande negócio, não só para mim como para muita gente de Manjacaze... Afinal, eles é que tiraram benefício daquilo.

Os primeiros passos

Tenho ali ainda a panela onde fiz as primeiras experiências. Dava resultado, mas aí não se podia extrair o óleo, pois ficava coagulado dentro dos favos. Mas permitia o corte sem que ofendesse o miolo. Como o óleo ficou ali coagulado não contaminava o miolo. Mas o óleo ficava lá todo. Aí eu precisava de máquinas de solventes para extrair esse óleo.

No princípio era difícil [arranjar trabalhadores]. Eles nunca tinham trabalhado. Nem na fábrica nem em nada. Mesmo antes da fábrica, precisava sempre de quatro, cinco carregadores e tinha dificuldade. Eu tenho aí um filme, com os trabalhadores com as camisas rotas, eram os farrapos. E depois vemos o pessoal a sair da fábrica todo bem vestido. Isso também dá prazer.

Quando aquilo começou a trabalhar havia uma fome que não queira saber. Não havia nada, um ano de seca, os familiares deles que estavam na África do Sul é que iam mandando alguma coisa mas era insuficiente. Era uma miséria. Aquele armazém [na pensão] levava 300 pessoas, mandei fazer bancadas para pôr aquela gente toda a trabalhar, fiz essas experiências todas ali, mas ninguém sabia trabalhar. Eu tinha de estar ali de dia e de noite. Eu dormia com um pé em cima do outro. Quando o pé caía eu levantava. Ninguém sabia de coisa nenhuma, de forma que não foi brincadeira.

Trabalhei na pensão aí dois, três meses. O armazém [da pensão] só comportava 300 pessoas. Ficavam mais de 100 pessoas durante a noite à espera que houvesse uma desistência para poderem trabalhar, cheias de fome. Veja como a situação estava, tudo seco.

Quando as coisas correm bem, quando as chuvas eram regulares, eu tinha problemas. Eles deixavam a fábrica, eu tive até que a fechar durante uns meses até que as coisas estabilizassem. Como eles não deixavam reservas nenhuma, depois voltavam a trabalhar outra vez. Sabe, as mulheres é que faziam as machambas. Os homens iam para a África do Sul. Os que ficavam, alguns trabalhavam para o estado. Não tinham dinheiro para pagar o imposto de palhota,

trabalhavam no arranjo de estradas para o fazer. Outros ainda iam trabalhar para os agricultores de cana de açúcar e doutras culturas. Vinham para a Machava, para a Manhiça, para Xinavane.

Momentaneamente desisti. Estive em Lourenço Marques. Entretanto, um dia fui visitar a Caju Industrial de Moçambique, deixei lá alguns amigos, tanto na produção como na administração. E então o Moreira de Campos, que era o director – tinha sido director da João Ferreira de Santos, na ilha de Moçambique – diz-me: “O que está a fazer agora?” Tenho uma fábrica de vidros aqui relativamente próximo. “Então, agora que precisávamos do senhor, o senhor deixou de trabalhar o caju. É porque o senhor governador-geral, Almirante Sarmento Rodrigues, veio cá pedir por todos os santos que se soubéssemos de gente que estivesse interessado na indústria o governo cedia-lhes os alvarás”. Eu estou ali ocupado, mas eu vou pensar nisso.

Quando cheguei à conclusão que aquilo era viável – já tinha estudado a maneira do óleo sair limpo sem se queimar – eu fui ao primeiro secretário provincial de economia, era o engenheiro Rui Oliveira. Pedi uma audiência, recebeu-me muito bem, ouviu o que eu tinha para lhe dizer, bom ouvinte, não me interrompeu, disse o que pretendia, os estudos que tinha feito, a situação a que tinha chegado, estava habilitado a pedir um alvará para trabalhar. E diz-me depois ele: “Admiro muito a sua coragem, desejo toda a sorte, mas uma coisa é certa, não conte com o governo para nada, pois o governo já gastou 6.000 contos em experiências e está convencido de que não há possibilidade de se produzirem máquinas para o descasque”.

Fiz um barracão em caniço para o pessoal trabalhar e fiz uma estrutura em blocos de cimento e então fiz essa armação toda nas caldeiras, mais alta, era um tecto sobreposto, com ventiladores, para saírem os gases. As caldeiras eram abertas, três painéis grandes, levavam seiscentos litros de óleo cada uma mas trabalhavam só com duzentos. Aquilo tinha dois homens em cima, com uns tambores em rede, uns cestos. Eram uma espécie de fritadeira com dois homens em cima. Então a castanha entrava na primeira panela, começava a extrair a humidade. Estava aí um minuto, depois entrava na segunda panela e aí já extraía algum óleo, estava outro minuto, ia para a terceira e rebentava os poros e extraía todo o óleo. Trabalhei com isto até 68-69.

Fiz o suficiente para poder continuar com as experiências. De facto eu fui aprendendo e ensinando. Eu praticamente não sabia nada daquilo, fui fazendo testes e ensinando o pessoal. E ensinei milhares. O simples movimento para descascar uma castanha tem a sua técnica. Tem que se saber pegar na castanha para lhe dar uma martelada sem esmagar a amêndoa.

Cheguei a ter 1.000 pessoas a trabalhar, eu descascava a martelo. Depois, fiz um contrato com a Caju Industrial. Eu fornecia-lhes a amêndoa com película ao preço de x, eles depois é que faziam o resto do serviço.

Em 64, logo que cheguei a uma determinada posição, desmanchei aquela coisa toda e construí em alvenaria, continuando a descascar a martelo. Foi o armazém onde estão as máquinas de descasque e o outro à esquerda e um mais pequeno só para o assamento e para a remolha. Em 64 deixei de fornecer castanha à Caju de Moçambique. Fiquei melindrado com o Moreira

de Campos. Mande para lá boa castanha, nessa altura nem havia má, castanha com dois, três, quatro, cinco, 6% no máximo de avariada. Um ano de ouro, e ainda me fez descontos. Pior que um monhé. E eu fiquei aborrecido com ele. E avancei.

Comecei a exportar a amêndoa para os Estados Unidos. Então, foi uma companhia de navegação estrangeira, de barcos americanos, que tinham barcos, que bateram à minha porta. “É só escolher qual a entidade que quer que eu represente na América”. Então, eu escolhi o Muller, porque tinha de escolher um. Ele pôs-se logo em contacto comigo e trocámos correspondência. A exportação era feita da seguinte forma: a abertura de crédito: 95%, a comissão do agente era 2,5% e ficava 2,5% para a conferência: a amêndoa chegava lá, via-se se estava em condições, ou não. A primeira abertura [de crédito] foi só de 70%, à cautela, mandei a amêndoa, eles acharam a amêndoa boa. E então, mediante a selecção que ele mandou, eu fiz de facto essa selecção, eles ficaram satisfeitos e trabalhámos até eu parar. É que o Muller não tinha mercado para o óleo. Eu comecei a juntar óleo, tinha já grande quantidade de tambores de óleo e tinha que ser vendido. Então tive conhecimento do Missir e entrei em contacto com ele e falei-lhe sobre o óleo.¹⁵

O óleo nessa altura tanto podia ir em tambores como podia ir a granel. Eu tinha duas residências na Machava, 20.000 metros de terreno, ia fazer armazém e fazia depósitos que levassem 250.000 litros de óleo, porque a remessa boa para se vender eram 200 tn, pedia uma linha, um desvio

do caminho-de-ferro para Ressano Garcia que passava ali próximo e então já ia tudo a granel.

Tínhamos um agente na América, um no Canadá, aqui em Barcelona, na África do Sul, nunca quis vender nada para aqui [Portugal]. Também para aqui só a amêndoa frita. A amêndoa que vai para exportação vai ao natural, linda e saborosa.

A fábrica moderniza-se

Um dia pedi aos comerciantes do concelho uma reunião para a sua participação, todos eles, na fábrica. Então podiam entrar com uma determinada tonelagem da castanha, conforme pudessem, fazíamos uma sociedade, uma sociedade por quotas, podíamos estudar a maneira. Dessa reunião só um é que estava interessado, o Martins, com quem mantinha uma outra relação comercial, pois tinha alugado a loja a ele. Os outros não quiseram, aquilo era muito avançado para eles. Era gente muito tacanha, que não tinham alcance para ver a grandiosidade dessa coisa. Como eu a determinada altura vi que uma indústria desta tem de ter determinadas dimensões para ter pessoal suficiente para tudo, pessoal administrativo, técnico, porque até aí eu era tudo. Inclusivamente, o primeiro quadro [eléctrico] da fábrica fui eu que o montei, eu que nunca tinha montado um fusível.

Eu propus-lhes [à família Gullame Hussen]: era assim, assim, se vocês quiserem vamos fazer uma sociedade e vamos desenvolver esta coisa. Eles aceitaram e então foi quando surgiu uma nova fase. Estamos a falar de 68, 69. Passou de Manuel Rodrigues Neto a Indústria de Castanha de Caju (Manjacaze), Lda. Era eu e o Hassan Ali, com quotas iguais, eu fiquei com a administração e ele

¹⁵ A empresa Missir & Company, Ltd. Era um dos maiores importadores americanos de CNSL. Entre os seus clientes figuravam algumas das maiores empresas processadoras de castanha de caju, nomeadamente da União Indiana [v. *Economia de Moçambique* (1968), vol. V, n.º 1].

fazia as compras em Lourenço Marques, quando precisava dele. Só precisei de capital, de resto não precisava dele para nada. E quando precisava pedia-lhe ajuda, tratar alguma coisa em Lourenço Marques, junto aos bancos. Eu só admiti essa sociedade para construir as instalações e comprar os equipamentos.

Voltar ao martelo eu não voltava. Ver aquela sujidade, não. Serviu para lançar a fábrica, habituar o pessoal a trabalhar, eles não estavam habituados e a seguir as coisas correram normalmente.

Em 67, quando fiz a escritura existiam já essas máquinas [semi-mecânicas] a trabalhar. Comecei em 65, 66. Trabalhámos com essas máquinas até 71. Eu não comprei nenhuma. Eu conheci-as do Brasil, onde trabalhavam. Eu tive conhecimento delas, tive pessoas que me facultaram os desenhos das máquinas. Não era bem iguais, o material era outro. Elas eram em ferro fundido, então tinha-se de fazer moldes e essa coisa toda e nós não podíamos fazer essa coisa em Manjacaze. Então fiz com tubos de aço, as 150 feitas nas oficinas.

O resultado foi bom. Simplesmente tinha muita mão-de-obra. Tinha um grupo de homens a descascar, aquilo tinha um pedal, metiam a castanha entre as lâminas, premiam o pedal e ela abria. Cada homem tinha uma mulher a separar a casca da amêndoa. A amêndoa ficava quase toda inteira, o rendimento era extraordinário. Mas eu comecei a pensar, e esse dia não estava longe: o salário do pessoal tinha que constantemente ser aumentado. A partir de uma determinada percentagem aquilo deixava de dar rendimento. A mão-de-obra, logo que havia uma alteração de

vencimentos, comia todo o rendimento que nós podíamos ter. E isso era constante.

Às tantas o governo teve de intervir e estipular o salário mínimo para os trabalhadores não qualificados. Antes disso, à medida que as pessoas se começaram a adaptar, a dar mais rendimento, eu fui sempre aumentando os salários independentemente do governo. Porque doutra maneira nós não tínhamos mão-de-obra, não havia incentivo nenhum. Achávamos bem. Eu estava sempre a pensar nisso. Estávamos sempre a evoluir.

Eram elas que traziam a cinza de casa para proteger as mãos. Isso também era uma das coisas que me horrorizava. Essa secção [de descasque] ficava tão suja, tão suja, que destoava de todo o resto. Daí a minha preocupação para arranjar uma máquina para substituir esse sistema.

E então a única maneira era mecanizar a fábrica o máximo possível. Mas nessa altura era difícil porque as coisas estavam em estudo e não havia nada que me satisfizesse.

A primeira linha que eu encomendei foi em 1972. Eu tomei conhecimento dessas máquinas porque era amigo do comendador Alcino Franco, que era o principal sócio da Socaju e das oficinas da Luso-Italiana, aqui em Lisboa, e que me convidaram para lá ir ver as máquinas a trabalhar. E lastimei, de facto. Aquilo não era uma fábrica de aproveitamento de caju, aquilo era uma fábrica de triturar caju. Eu fiquei convencido que era capaz de dar um jeito àquilo e de melhorar aquela linha de máquinas. Então arrisquei. Comprei a primeira linha por 2.000 contos, não chegou bem, foi um risco. Veio o Luís Filipe montar a máquina e eu levei onze meses a olhar para a máquina, a

fazer experiências e já estava convencido que tinha de deitar aquilo tudo para o ferro velho. Até que um dia modifiquei aquilo tudo e de um momento para o outro aquilo foi uma alegria. Passou de 250 kg para 500 kg por hora. E o aproveitamento era esplêndido: 60% no final, ia a setenta e tal por cento à saída da máquina.

Eu não despedi ninguém quando mecanizei a fábrica. Passei parte das pessoas para a despeliculagem, ninguém ficou prejudicado, toda gente ficou contente pois melhoraram, foram para um serviço limpo. A minha preocupação foi sempre essa, não dormir em cima dos louros, tinha que haver sempre evolução, aquilo não parava, tinha um espaço muito longo para a gente ir melhorando, estudando, aquilo não tinha fim. E era isso que me prendia.

Primeiro montei a primeira linha de choque do outro lado da fábrica, estive um ano em experiências, sempre com as maquinetas a trabalhar. Optei pelo choque pela mão-de-obra. O corte pode tirar mais amêndoa inteira, se a souberem utilizar. Até podem tirar mais de 60% [de inteira]. Agora, há um outro pormenor... As máquinas de choque têm um batente para regular a velocidade. Nos batentes dessas máquinas é preciso saber ajustar aquilo mediante a castanha que está a passar. Na primeira vez aquilo era para deitar fora. Mas eu vi que alguma coisa não estava bem. E eu fui fazendo experiências, durante onze meses fui fazendo experiências, fui persistente. E no fim de onze meses fiz uma maravilha de linha. É por isso que encomendei mais linhas, senão tinha desistido e teria ido para outro. Naquela linha era um homem a olhar para ela.

Só depois da última construção feita e do armazém onde estão as máquinas de descasque ser levantado – ele estava baixo – de maneira que alinhássemos as máquinas todas: a primeira linha que eu encomendei e as outras linhas que eu encomendei e que vieram mais tarde e que ficaram encaixotadas até que acabasse as obras. Logo que acabámos as obras, eu vim a Portugal [Agosto de 1974] e de regresso era quando eu ia montar essas máquinas. Quando eu lá cheguei [Outubro de 1974] deparei que não tinha energia eléctrica pois tinham sabotado a central. Mandeir vir um grupo da América e até esse grupo chegar fui desmontando a primeira linha e alinhando as três linhas no lugar onde estão actualmente. Foi tudo montado em 1975.

Eu trabalhei pouco. Veja que a fábrica só abriu no mês de Junho, depois da independência. Tinha comigo a minha mulher e a minha filha casada, a viver em Lourenço Marques. Aquilo ficou melhor do que eu alguma vez pensei. Aquilo ficou a trabalhar muito bem, muito bem! Aquilo era uma alegria ver aqueles transportadores de tela: o de amêndoa inteira vinha cheio, o de amêndoa partida vinha quase vazio. Mas só trabalhei até Outubro.

[Olhando para o sistema de corte mecânico], quantos homens eram necessários para estar a meter a castanha nas lâminas? Era por isso que a Mocita tinha duas mil e tal pessoas e eu com umas centenas não fazia tanto como eles mas para lá caminhava.

A partida

Tive uma greve, já quando cheirava a Frelimo. Em 73 houve, não foi uma greve, foi uma

ocupação da Mocita. Prenderam os empregados brancos dentro da fábrica, e aquilo eram dois mil e tal. Veio a polícia, mas o governador não autorizou que a polícia interviesse. Aquilo andou ali uns poucos de dias, os empregados brancos eram os maus da fita, apanharam um susto e depois lá conseguiram conciliar aquilo sem intervenção das autoridades, antes a colaborar, não a intervir violentamente. Os operários brancos que estavam ali saíram, abandonaram. Chamavam à atenção que os brancos ganhavam mais, e essas coisas todas.

Passado um mês, um dia chego à fábrica logo de manhã, e estava tudo a trabalhar normalmente. Andei a ver, estava tudo em ordem e às 9h00 vou para casa tomar o pequeno almoço quando me telefonam a dizer que tinha havido uma greve na fábrica. Não estavam a querer trabalhar, queriam falar comigo. E eu disse para continuarem a trabalhar que eu daí a um bocado iria lá falar com eles. Os que não quisessem trabalhar tinham que sair da fábrica. Assim foi, eles saíram todos e quando eu cheguei lá ao escritório mandei chamar quatro, cinco ou seis, o que eles entendessem. E então vieram, quatro ou cinco. Comecei por lhes perguntar qual era o motivo. Confesso que já não sei qual era o motivo. Era coisas tão fúteis, não era comigo, era com os capatazes, uns faziam assim outros assim, queriam mais dinheiro. Então vocês ainda há tão pouco tempo tiveram aumento. Se houvessem motivos fortes, pois concerteza. Mas com esses motivos isso não tem sentido. Então vão lá dizer que aqui dentro da fábrica quem manda sou eu, da porta para fora quem manda são vocês. Vocês são livres, são tão livres como eu sou. Como pessoas livres, se vocês quiserem trabalhar tudo bem, se não quiserem eu fecho a fábrica. E não há problema nenhum. Eles foram-se todos

embora, mas no outro dia estavam cá todos. Uma pessoa não pode dar parte fraca. Pois claro [que havia manobra da FRELIMO]. Mesmo os manobradores estavam lá. Simplesmente as pessoas eram outras. As que trabalhavam na Mocita eram gente que vinham de um lado e de outro e com muita gente ali metida para envenenar. No meu caso era quase uma família. Sabia o nome de todos os trabalhadores.

Em 25 de Abril estava em Manjacaze. Não escondo que com o 25 de Abril ficámos de pé atrás. Isto vai mexer. Eu disse à família para embarcarem. Mas eu fiquei, pois não é altura de abandonar isto. Então fiquei até Agosto de 74. Estive cá [em Portugal] em Agosto, o mês de Setembro e embarquei nos primeiros dias de Outubro. Enquanto estive cá fui ouvindo o que se ia passando em Lourenço Marques. Então voltei sozinho, pois não sabia se aquilo tinha condições para eu lá continuar. Quando cheguei fiquei uns dias em Lourenço Marques. Comuniquei com Manjacaze e estava lá o Manuel Santos. Pediu-me para comunicar com a Frelimo, para mandar tropa para lá, porque aquilo estava muito mau, porque estávamos sujeitos a queimar a fábrica. E eu disse: a fábrica está aí cheia de gente. Se o pessoal acha que a fábrica é útil para eles defendam-na. Se acha que não deixem queimar. Não há outra maneira. E disse-lhe que dentro de dois ou três dias ia para lá. E fui. E quando fui lá não havia nada de especial, para além de me terem queimado os alternadores da central. E a coisa continuou. E depois de eu ver que podia continuar, mandei vir a minha mulher. O resto da família ficou.

Mas, olhe, seja o que Deus quiser. E assim foi. Para nós Moçambique era a nossa terra. Eu nunca pensei em regressar. Em 59 e 60, quando eu

construí a pousada alguém me disse: “Olhe, isso é uma asneira. Você está a investir tanto dinheiro, numa casa dessas, leve isso para Portugal.” E eu disse: Não, eu ganhei o dinheiro aqui, invisto o dinheiro aqui, e a terra precisa de alguma coisa, não tem nada. Se alguém precisa, tem de comer uma lata de sardinhas na cantina. Não... Mas depois de 64 já as pessoas diziam: “O senhor fez bem, isto agora é que se está a desenvolver.” E, de facto, depois de 64 aquilo começou a desenvolver, começou-se a construir fábricas e fábricas. Até aí estava tudo na mesma.

Eu não tinha ainda condições de desviar capital de lá, pois ainda estava a investir. Eu precisava de mais um ano. Eu vinha viver para Lourenço Marques e punha lá gente o mais competente possível, para administrar aquilo e eu ia passando por lá para fazer a fiscalização. Nunca me passou pela cabeça ir-me embora. Se eu pensasse uma coisa dessas, nunca tinha feito o que fiz. O dinheiro que investi lá tinha-o retirado. Mas também pensava: Com esta indústria exporto tudo e em qualquer altura eu posso deixar o dinheiro lá fora. Só que eles fizeram-me um cerco e fiquei manietado. Eu também não me podia ausentar muito, não havia um branco [em Manjacaze]. Desapareceram.

Os operários e operárias começaram a fazer resistência passiva, sem se manifestar, sem nada disso. Abrandando o ritmo de produção. Por exemplo, na despelícula deixavam uma parte por despelicular. No outro dia já estava a amêndoa seca, partia-se. Então fica tudo engasgado. E era claro e eu vi que era incompetente para pôr aquela gente em ordem, uma vez que ela estava a ser levada para outro caminho e era nisso que ela acreditava. É claro que eu não faço ideia de qual era a propaganda que eles faziam, mas haviam de

dizer que os brancos se iam embora, que isto fica para nós. É claro que todos pensavam numa melhoria de vida, saem os brancos e a gente fica com isto, uns ficam com as casas, lá faziam a distribuição.

Na loja e no botequim não ouvia nada. Ninguém se descosia. Naturalmente, falavam uns com os outros, à minha vista nada. Eles sabiam o que se passava, porque eram as autoridades que mandavam transmitir. Mas segredo autêntico, pelo menos para o meu lado.

Eu estava a notar que havia por lá situações que não me agradavam. E então pedi-lhe a ele [Elias Mondlane], que era comissário político. Ele tinha sido empregado de uma indústria em Lourenço Marques, que já não me lembro qual era. Conhecia a engrenagem fabril. Então, um dia telefonei-lhe e pedi para ir lá à fábrica falar com o pessoal e insistir com eles para saber se havia alguma coisa contra mim ou contra os capatazes. E então ele foi, e fez um bom serviço, insistiu com eles para dizer se não estavam satisfeito comigo ou com o pessoal auxiliar. Não houve ninguém que se queixasse, estava tudo bem, não houve problemas nenhum. Mas as coisas continuavam a não estar bem.

Os africanos não eram de confiança. Nessa altura já estavam mais revoltados. É claro, como o administrador procurou envenenar aquela coisa toda, o Bila, então cada um fazia o que queria.

Quando foi a independência o administrador fez questão que eu retirasse tudo quanto tinha na minha habitação para ceder os quartos para visitas dele. Eu estava em Lourenço Marques quando ele telefonou para o Romão a exigir. E o Romão telefonou-me todo aflito. E eu disse: diga lá ao

administrador que eu amanhã vou para cima e que depois lhe telefono para ele ir lá para nós conversarmos. Ele foi, com o comissário político, o Elias Mondlane, o comandante militar e o meu afilhado que era funcionário lá na câmara. De forma que o coitado do meu afilhado ficou a tremer a pensar nas represálias que eu podia sofrer por ter falado assim ao administrador. Mas ele acabou por se acobardar, e depois foi lá ao Machemanaro e arranjam-lhe lá instalações e eles utilizaram os quartos que estavam disponíveis. Eu no dia seguinte fui para Lourenço Marques para não estar a aturar aquilo. A partir daí comecei a transportar as coisas para Lourenço Marques e a deixar só o indispensável em Manjacaze. Mas o que é certo é que as coisas se complicaram e eu tive de fazer a vida entre um lado e o outro, era um dia para cima, outro dia para baixo.

Nunca me passou pela ideia ir falar com os dirigentes da Frelimo. É claro que quando aquele grupo de trabalho foi lá, quando o Bila me acusou de a fábrica estar parada, eles mandaram lá uma inspecção e eles esclareceram que estavam enganados. Eles ofereceram-se para, quando comesse a trabalhar, se tivesse problemas que falasse com eles. Mas eu, confesso, que ia ficando saturado, tão saturado daquela posição e não tinha ninguém capaz, eu sozinho no meio daquilo tudo.

Voltei a falar para ele [Elias Mondlane] mas não estava. Tinha ido para o Xai-Xai. Foi então que telefonei para o administrador [Adolfo Bila] e foi quando ele lá foi. Foi uma semana antes de eu vir embora. Eu convidei-o a ir lá justamente para perguntar se estava tudo bem, se havia alguns problemas e ele foi. Depois de cantar “Viva a Frelimo”, disse que agora quem mandava eram

eles, não eram os patrões, com aquelas cantigas todas. Não voltei mais a Manjacaze. A partir daí o que é que uma pessoa vai fazer?

2. A revolução em marcha: entre o poder operário e as disposições burocráticas

A saída de M. Neto provocou um enorme sobressalto na gestão da fábrica. Com ele levou os saberes técnico e administrativo que tão importantes tinham sido para o acelerado desenvolvimento da empresa. Em termos financeiros quase nada ficou na tesouraria e nas contas bancárias. Os operários estavam inquietos, temendo pelo futuro dos seus postos de trabalho.

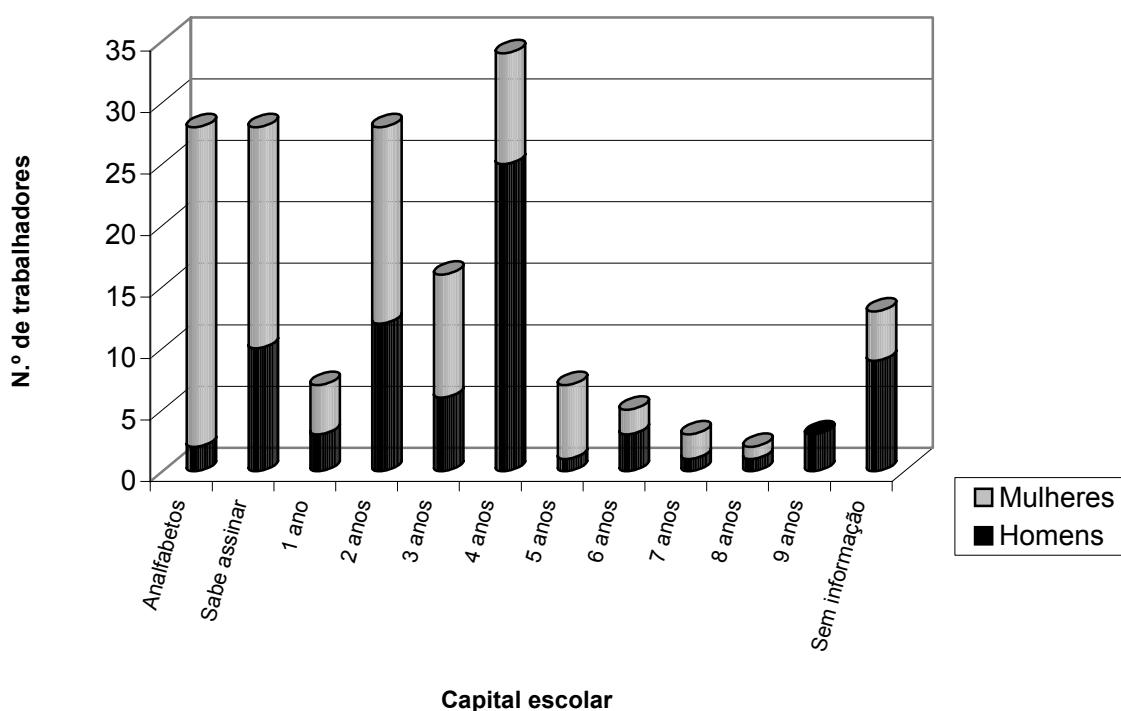
A situação mereceu um acompanhamento muito directo da estrutura político-administrativa. Em finais de Outubro de 1975 os operários receberam na fábrica a visita de Fernando Matavel, na época governador da província de Gaza, a quem expuseram as dificuldades relacionadas com a falta de pagamento dos salários de Setembro, agravadas com a incerteza em relação ao mês que em breve terminaria (*Noticias*, n.º 16.640 de 22/10/1975).

Para além das dificuldades financeiras, o processo produtivo era perturbado também pela falta de combustível para os geradores e de latas para o armazenamento da amêndoa. Porém, a matéria-prima em *stock* era abundante (cerca de 1.500 tn) e todos os equipamentos e recursos, incluindo diversas viaturas pesadas de transporte de mercadoria, estavam em boas condições de funcionamento. Daí que o trabalho nunca tenha parado, sob o comando dos operários e chefias mais politizados. Em estreita articulação com a estrutura frelimista local souberam dar continuidade à produção e regularizar com alguma prontidão a situação financeira da empresa. A seu favor tinham o entusiasmo do operariado pela causa da independência e, mesmo não sabendo muito bem o que isso seria, pelo projecto revolucionário de construção de uma nova sociedade liderada pela Frelimo:

Era difícil... quando a gente fala de uma coisa de que nunca tinha ouvido falar, era uma coisa dos altos dirigente (Antero M., CAu35).

O GD da fábrica teve um papel decisivo neste processo razoavelmente feliz de transição para uma gestão composta por elementos saídos do colectivo operário. Nascido ainda durante o período da transição, em Setembro de 1974, a ele coube a tarefa pioneira de estabelecer uma estrutura política e social organizada no interior da fábrica, agindo em defesa do projecto revolucionário e dos interesses dos operários. Uma das tarefas mais prementes era fazer junto do colectivo operário com reduzidas qualificações escolares (v. figura 17) a pedagogia do trabalho num Moçambique liberto do jugo colonial, contrariando as expectativas de muitos que pensavam que “uma vez independente era descansar à vontade,

comer, beber, fazer tudo sem trabalhar”. Composto, entre outros, por trabalhadores com experiência de chefia, competências técnicas e algum prestígio no espaço da produção, o desenrolar do processo político moçambicano obrigou-os a intervir activamente na implantação de uma solução de autogestão que localmente contou com o apoio activo e decisivo do administrador de Manjacaze. Este, fazendo uso da autoridade de que estava investido, e no quadro de uma forte tutela política imposta desde o primeiro momento pela Frelimo, agiu sempre no sentido de conferir legitimidade ao novo poder no interior da fábrica.



Nota: Os registos estão muito incompletos, faltando no cadastro dos trabalhadores inúmeras fichas biográficas. Assim, os dados apresentados constituem a aproximação possível ao universo operário da fábrica.

Fonte: Registos administrativos internos da fábrica

Figura 17. Capital escolar dos trabalhadores da fábrica velha admitidos pós-independência

Tendo assegurado a gestão corrente da fábrica no tempo imediatamente após a saída de M. Neto, o GD foi substituído alguns meses depois pela CA. Dela faziam parte membros do GD, nomeadamente Finias Cossa (chefe da manutenção) e Pedro “Kid-Kid” (motorista), juntamente com Cassimo Khan (chefe administrativo), Carvalho (chefe da produção) e

Irundina (operária). À CA pertencia ainda um representante da Frelimo e um da administração do distrito (Pedro Pelembe). Todos eles gozavam da confiança das estruturas políticas governamentais, pertencendo formalmente à Frelimo ou estando com ela comprometidos:

Eu pertencia ao grupo dinamizador que se formou ali na fábrica. Tínhamos a tarefa de explicar às populações. Íamos mobilizando os trabalhadores. Eu dizia, nas reuniões, que devíamos trabalhar para produzir porque isto é bom para nós. Se nós não produzirmos, ficamos desempregados. Era difícil as pessoas compreender. Naquela altura muita gente pensou que sermos independente era não fazer ou fazer o menos possível. Fomos trabalhando, debaixo de muitas dificuldades, mas acabamos por singrar. Quando se forma a comissão administrativa, a primeira questão que nós tivemos eram dois meses de atraso. Esse senhor [M. Neto] foi um bocado malandro. E agora que fazer? Viemos para o banco ver se havia algum taco. Deixou 390\$00, era o único dinheiro que havia em banco pertença da Indústria de Castanha de Caju. Castanha havia muita. Tivemos que arranjar os subprodutos, vender aí para as populações condimentarem o molho. Fomos para o Chókwè, andamos a vender para arranjar fundos para comprar combustível, para fazer a fábrica trabalhar. Ficamos completamente descapitalizados. Assim conseguimos arranjar mil e tal contos, fomos ao armazém ver o que havia lá para exportar. O Neto vendeu toda a amêndoa de qualidade. Então pedimos para nos colocar a amêndoa que tinha ficado e o óleo. Tínhamos muito óleo. Viemos trabalhar, fizemos uma boa produção, pedimos para exportar a amêndoa, à medida que íamos recebendo íamos informando o governo que tínhamos depositado o dinheiro. Em menos de trinta dias conseguimos o dinheiro para pagar dois meses de salário (Paulo I., CAu21).

A luta pelo poder no interior da fábrica foi um dos principais focos de conflitualidade entre a CA e o GD. Perdida a hegemonia que detiveram durante um período muito curto, os membros do GD agiram de forma sistemática contra o CA, tentando por diversas formas cativar os operários para o seu lado.¹⁶ Embora hoje difícil de medir, foi no quadro desta forte tensão que se verificou uma greve empreendida por alguns operários. Em ostensivo afrontamento à CA e à própria estrutura político-administrativa, tentaram impedir a entrada dos colegas na fábrica e a sua normal laboração. A intervenção do administrador foi enérgica e brutal: na companhia de militares armados entra na fábrica e reúne-se com os trabalhadores. Começando pelo ritual habitual – vivas à Frelimo e cânticos revolucionários – informa-os que existem mecanismos próprios para resolver os problemas. Identificados os grevistas, procedeu à sua detenção e posterior transferência para outras fábricas de caju existentes no país. Note-se que os conflitos na fábrica chegam, inclusive, a ser referenciados na imprensa de âmbito

¹⁶ Davies *et al.* (1980) mencionam um conflito do mesmo tipo na Texlom, neste caso opondo o GD à administração capitalista. Uma das consequências mais graves desta luta, atendendo a que os colectivos

nacional, como no caso dos incidentes que envolveram vários operários relacionados com situações de indisciplina, agressão e até de sabotagem económica, o que na época se revestia de particular gravidade (*Notícias*, nº 17.352 de 10/10/1977).

Apesar destas dificuldades e de um contexto político e económico conturbado, a CA cumpriu, no essencial, as tarefas que lhe foram atribuídas pela direcção política da Frelimo: manter a fábrica em funcionamento regular, de modo a contribuir para o esforço exportador da economia moçambicana no importante sector do caju. Quer no domínio do aprovisionamento de castanha, quer no domínio do seu processamento, o CA conseguiu sempre ao longo do período em que esteve em funções um bom desempenho. Se a aquisição variou muito, com os valores extremos de 625 tn (1978) e 3.593 tn (1977),¹⁷ ela nunca colocou em causa o normal funcionamento da fábrica, com o processamento de castanha a rondar sempre as 3.000 tn.¹⁸

Em 1977, com as novas orientações políticas saídas do III Congresso da Frelimo, Finias Cossa e Cassimo Khan não transitam para a nova direcção que substituiu a CA, o primeiro por ser “polígamo”,¹⁹ o segundo por ser religioso (muçulmano):

No princípio o partido ainda não estava transformado em partido. Era frente de libertação. Os partidos colocam as pessoas da sua confiança à frente de qualquer serviço. Então pronto, em face da minha situação social, eu não me podia filiar como membro do partido, era apenas simpatizante, porque era polígamo. Não aceitavam isso (Paulo I., CAu21).

A fábrica passou a ser comandada por uma direcção, cujo primeiro dirigente, o delegado-executivo, era nomeado pela direcção-geral da empresa, em Maputo, sob estrito controlo do governo. Nesta direcção era coadjuvado pelos chefes (não eleitos) dos três sectores da fábrica e por dois membros eleitos pelos trabalhadores: os secretários da célula do partido e da organização sindical (v. figura 18). Significando um efectivo recuo no nível de participação e de intervenção dos trabalhadores na gestão da fábrica, como já foi aludido no

operários estavam longe de constituir uma “classe para si”, foi o da quebra da disciplina laboral, com a recusa generalizada do acatamento das ordens e dos ritmos de produção.

¹⁷ Informação obtida em documentação interna existente nos arquivos da fábrica.

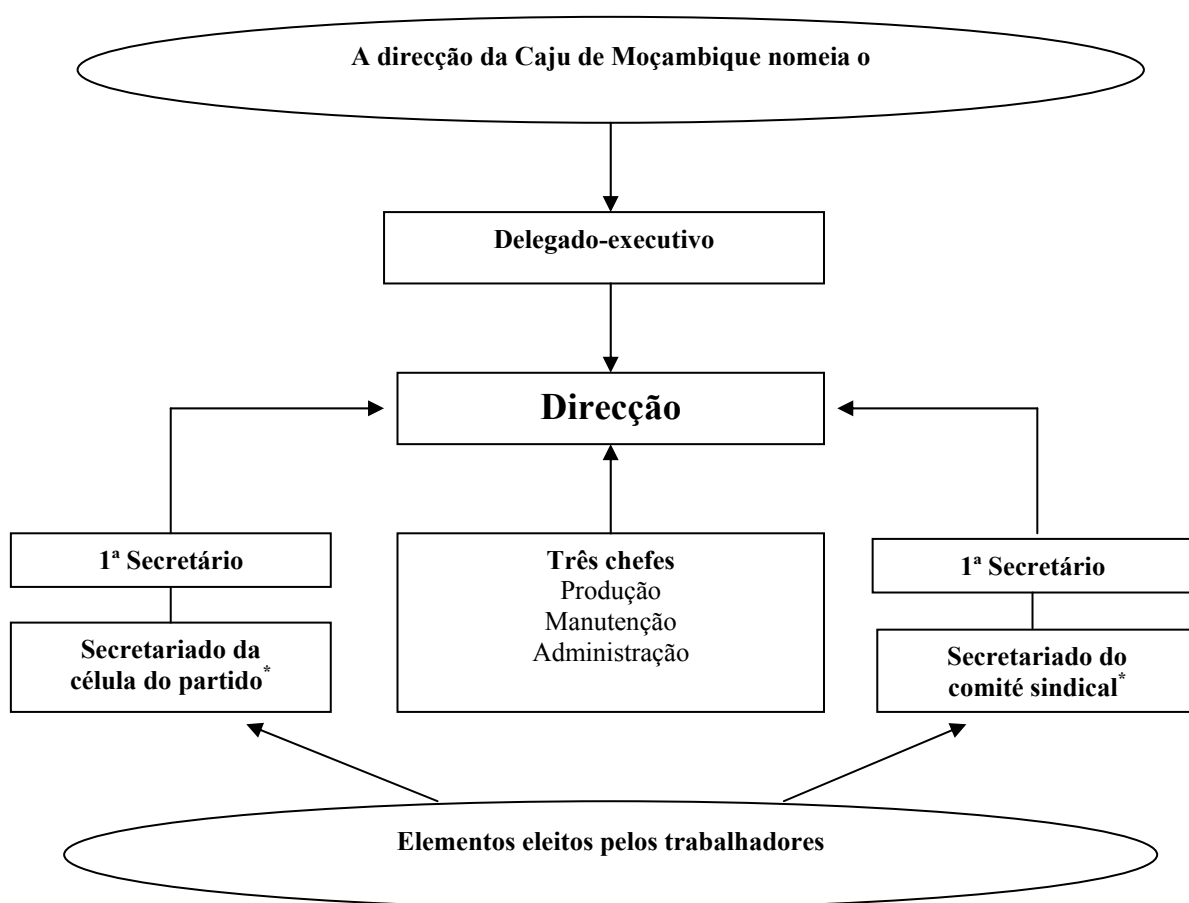
¹⁸ Existe uma discrepância entre os valores da castanha comprada e os valores da castanha processada. Sendo estes superiores, fica a dúvida do que efectivamente foi processado. Em todo o caso eles não são suficientemente descoincidentes para retirar credibilidade ao desempenho positivo da fábrica durante o período em que a direcção coube ao CA.

¹⁹ Expressão de uso comum utilizada para caracterizar todos os homens que vivam matrimonialmente com mais do que uma mulher. Em termos antropológicos, esta expressão define relações conjugais tanto de um homem com várias mulheres, como de uma mulher com vários homens. Em, neste caso, como em muitos outros casos presentes no sul de Moçambique, o que temos é uma relação de tipo poligénico.

capítulo V, este modelo introduz uma forte centralização que se opõe, claramente, ao utilizado até então.

A alteração jurídico-organizativa acima referida não suprimiu, todavia, os plenários de empresa com todos os operários, prática iniciada pelos GD e enraizada durante o período da CA. Agora, os equívocos a desfazer estavam relacionados com o papel do Estado enquanto detentor da posse jurídica da empresa:

As reuniões com os trabalhadores continuaram sempre. De quinze em quinze dias tínhamos reuniões com os trabalhadores. Dizer-lhes que por isto ser do Estado não significa que vamos trabalhar o menos possível. [Antes] é quando devemos intensificar o nosso trabalho, limpar bem a amêndoa, partir o menos possível (Paulo I., CAu21).



*Os secretariados da célula do partido e do comité sindical – conselho de produção na fase anterior à constituição dos sindicatos – eram compostos, cada um, por cinco membros, incluindo os primeiros secretários. Enquanto estes eram elementos ordinários da direcção, os restantes membros do secretariado participavam nas reuniões da direcção da empresa sempre que por esta eram convocados.

Figura 18. Organograma da fábrica velha sob propriedade estatal

Na prática, no quotidiano da fábrica, o poder estava concentrado no delegado-executivo. O seu exercício era condicionado pelo capital de prestígio, capacidade de liderança e relações estabelecidas por aquele com as chefias intermédias e os operários. Num contexto de luta, quase sempre silenciosa, pelo poder no interior da fábrica, de intrigas e invejas entre os representantes das diversas organizações que tinham assento na direcção da fábrica, o delegado-executivo não tinha a tarefa facilitada. Se podia, por uma lado, mobilizar recursos para a consolidação do seu poder através do estabelecimento de relações clientelares, não deixava de se confrontar com situações que tinha muita dificuldade em controlar, tais como as que se relacionavam com os roubos e as práticas desestabilizadoras levada a cabo pelos membros mais ambiciosos da direcção da fábrica. Também em relação à direcção-geral da Caju de Moçambique, à qual se encontrava directamente ligado por inerência do lugar que ocupava no conselho de direcção, a sua capacidade para influenciar as decisões estratégicas e correntes era muito limitada. Formalmente membro de pleno direito, o delegado-executivo não passava de um simples executante de políticas decididas pelo director-geral:

É simplesmente um intermediário de alguém, para executar no terreno onde está operar, para manter a disciplina no terreno, para garantir a produção e a produtividade da área onde está a operar, transmitir as informações da produção, da disciplina dos trabalhadores ao outro imediatamente superior, transmitir as ordens vindas da direcção superior aos trabalhadores para dar continuidade à disciplina, à boa produção e à produtividade (José N., CAU7/15).

Apesar deste retrato áspero feito por quem foi, durante muitos anos, delegado-executivo, o cargo detinha uma grande visibilidade e prestígio no espaço da produção e, naturalmente, no contexto social em que a fábrica estava inserida. Inevitavelmente, a cultura foi mais forte, persistindo em manter-se não só autónoma como praticamente estática às mudanças verificadas na base económica. Os trajectos pessoais dos que exerceram o cargo de delegado-executivo na fábrica de Manjacaze são expressões vigorosas do modo como os valores culturais e ideológicos dominantes continuam a conduzir os actores sociais mesmo em situações de profunda ruptura que, saliente-se, se pretendia também cultural.

Comecemos pelo primeiro: César Novele (v. narrativa 3). Nascido em Manjacaze no início dos anos 30, na juventude emigrou para Lourenço Marques para trabalhar, como mainato, numa casa de portugueses brancos. O 25 de Abril apanhou-o nessa condição. Nesse ano de 1974 tornou-se membro da Frelimo, participando num GD de bairro. Em 1976

regressa a Manjacaze, ingressando na fábrica pela mão do administrador do distrito, integrando-se no sector da despliculagem, conhecido por ser um área onde pouco se aprende. Indicado pelo secretário local da Frelimo, faz na escola de formação de quadros, na Matola, um curso de formação ideológica. A liderança operária na fábrica tinha uma consciência muito viva das limitações de C. Novele. Mas a rigidez ideológica da Frelimo, ora opondo-se àqueles que eram poligénicos, ora impedindo a participação dos que ocuparam posições de pequena chefia no tempo colonial por suspeita de compromisso com o colonialismo, acabou por fechar muito as possibilidades de escolha. De volta a Manjacaze participa na fase da discussão das teses ao III Congresso da Frelimo. É neste contexto que o governador de Gaza o indica como delegado à reunião magna do movimento dirigente da revolução moçambicana. Porque havia que, do ponto de vista formal, cumprir as quotas de representatividade dos operários e camponeses nos órgãos dirigentes do partido Frelimo, Novele regressa de Maputo feito membro do CC e deputado à AP para, pouco depois, assumir o cargo de delegado-executivo, no quadro da reorganização industrial empreendida pela Frelimo.

Esse não percebia nada. Veio do Maputo [em 1976] como quem volta para casa. Não sabia nada de política. Aparece aqui como um desgraçado qualquer à procura de emprego. Vai à administração, fala com o administrador, pede emprego. O administrador [Adolfo Bila] encaminha-o para a fábrica. Eu pertencia à comissão administrativa, eu é que estava mais informado sobre as necessidades de mão-de-obra ali dentro. Apresenta a carta na secretaria e chamam-me. Se havia uma vaga porque era o administrador que pede para enquadrar este homem aqui. Eu posso arranjar um espaço aqui para ele ficar. Então admitimos este senhor para trabalhar numa das máquinas a recolher amêndoa e não sei o quê. Quando era preciso qualquer coisa, nós mandávamos aquele César. Eu projectei aquele César. Ah... precisamos de uma pessoa para ir à escola do partido e não sei o quê. O melhor é aquele, parece que tem um bocadinho de juízo. Foi tirar esse cursozinho político-militar. Nós precisávamos na direcção de qualquer empresa indivíduos membros do partido Frelimo e de confiança. Esta comissão administrativa deve entregar as pastas a um delegado. Quem vai ser, quem vai ser? É aquele que é membro do partido Frelimo. É o Novele. Entregámos a chefia ao Novele. Não sabia absolutamente nada. Entrou e saiu sem conhecer nada como é que funcionava aquilo (Paulo I., CAu21).

Chefe da fábrica, rapidamente se passou a comportar conforme a tradição local. Elevando-se acima de todos os outros, incluindo os seus pares na direcção, tornou-se autista e, não raro, arrogante. Apesar de avisado por um colega, que por ser polígamo foi afastado da direcção da empresa, arranjou uma segunda mulher,²⁰ tratando de usar o cargo para obter

²⁰ Note-se que na tradição local um homem com duas mulheres é considerado o chefe dos solteiros. Para estar bem casado precisa de possuir três ou quatro mulheres.

benefícios materiais. Num período de grande rigidez ideológica da Frelimo, dirigindo uma fábrica em que a intriga e a inveja estavam sempre presentes, não demorou muito até que fosse denunciado por corrupção sexual. Depois de ouvido no CC, foi afastado deste órgão bem como de deputado à AP e de delegado-executivo. Com isto regressou ao seu lugar de operário da despelculagem. Em 1984 foi nomeado, por decisão do delegado-executivo então em funções, responsável pela machamba de Chaguala.²¹ Está actualmente reformado da APIE. Foi substituído por um dirigente, Joaquim Sando Rungo, vindo da fábrica de Inhambane que permaneceu em funções durante alguns meses do ano de 1979. Como aconteceu com Novele, foi afastado por motivos de poligenia.

Abdul Reman foi o terceiro homem a exercer a função. Era um muçulmano de origem indiana. Nascido em 1951, entrou na fábrica aos 17 anos por via do futebol. M. Neto era um entusiasta deste desporto, nunca regateando apoio ao clube local e, tão pouco, recusando trabalho a todos aqueles que eram praticantes. Optou pelos serviços fabris de manutenção, onde aprendeu a arte da soldadura e da canalização, acabando por conquistar a confiança de M. Neto. Nomeado delegado-executivo, foi atingido, tal como os anteriores, pela intriga e inveja que corroíam as relações pessoais no interior da fábrica. O seu principal foco de disseminação era a célula do partido, dominada por Sebastião Mausse. Não sendo suspeito de poligenia, viu-se confrontado com acusações de corrupção sexual de outra índole, relacionadas com um projecto de casamento com um trabalhadora administrativa, sua actual mulher, a que se juntava uma outra grave infracção, a de corrupção alcoólica, por consumo de *whisky*. Apesar do apoio do director-geral que lhe ofereceu a possibilidade da transferência para uma outra fábrica, preferiu afastar-se. Trocou a fábrica pelo negócio de alfaiataria. A partir de 1993 tomou conta da exploração do bar da estação da empresa de autocarros de passageiros “Transportes Oliveiras” na cidade do Xai-Xai.

Com a sua saída, o lugar de delegado-executivo é assumido por Vasco Agripetui. Operário formado também no sector da manutenção, tinha ocupado idênticas funções noutras fábricas da Caju de Moçambique. Homem de grande dinamismo, a ele coube a iniciativa, em 1982, de abrir a cerâmica nos terrenos fabris e a machamba de Chaguala (v. fotografia 15),²² a pecuária dois anos mais tarde e a introdução de melhorias sociais na fábrica, nomeadamente na creche e em outros serviços prestados pela fábrica aos trabalhadores. Muito influenciado pelos valores tradicionais da cultura africana, a poligenia foi também a sua perdição. Alvo da

²¹ Esta machamba pertencia à fábrica. Nela foi criada uma plantação organizada de cajueiros abrangendo uma área de 60 hectares, como forma de apoio ao IV Congresso da Frelimo (*Tempo*, nº 644 de 13/2/83).

²² Nessa altura a fábrica estava paralisada por falta de matéria-prima, As 190 tn de castanha aprovionada não davam para mais do que 15 dias de produção.

vigilância cerrada da célula do partido na fábrica, em especial do seu secretário, acabou por ser acusado de desvio de dinheiro, bens da empresa e corrupção sexual. Assunto nunca esclarecido, parece que com a cobertura de quadros dirigentes da Caju de Moçambique (e repetindo uma prática corrente destes), desviou diversos materiais de construção para uma casa que possuía no Chókwè (IR6). Se em relação ao desvio de dinheiro existem testemunhos contraditórios, “em relação à corrupção sexual era demais” (IR5). De facto, a nível sexual envolveu-se com diversas operárias da fábrica, tendo algumas engravidado, o que provocou agitação e descontentamento, nomeadamente entre os operários. Acabou por ser detido na cadeia distrital de Manjacaze. No dia da sua transferência para o Xai-Xai, onde deveria ser ouvido em tribunal, o comboio descarrilou, impedindo a realização da viagem. Conhecido do polícia encarregado da sua guarda, este autorizou-o a pernoitar em casa. Homem influente no partido, responsável pela milícia popular, facilmente obteve uma AKM²³ para tentar a vingança contra aqueles que suspeitava terem-no denunciado. Não os encontrando, acabou por, num acto de desespero, se suicidar a tiro em frente à porta do posto médico da fábrica:

Estava um senhor chamado Agripetui. Que se matou porque começou a desviar material. Chapas de zinco, barrote e outras coisas. Ele foi dizer lá [no partido] que o acusavam de desviar coisas. Então chamaram-me e perguntaram-me se tinha visto: “O que é que você conhece desta situação?” Então, eu comecei a dizer que houve roubo de chapa de zinco, de nove porcos que eram da fábrica e em dinheiro 60 contos. Ele foi obrigar a caixa: “Dá cá 60 contos”. E então a pessoa da caixa tirou 60 contos para [ele] ir fazer lobolo de uma senhora que tinha aqui perto. Passei muito mal. O Vasco queria-me matar (Antero M., Cau35).

²³ Espingarda automática de fabrico soviético, muito comum nos exércitos e movimentos guerrilheiros do Terceiro Mundo.



Fotografia 15. Oficina de cerâmica da fábrica velha

No seu lugar ficaria Moisés Siuta. Tendo entrado para a fábrica em 1963, adquiriu durante o período dirigido por M. Neto uma posição de algum destaque para um trabalhador negro, ao desempenhar tarefas de chefia. Não obstante serem bem conhecidas as suas simpatias pela Frelimo, a posição salarial e social que gozou até 1975 impediu-o de ocupar um lugar de maior destaque nas diversas estruturas político-administrativas formadas na fábrica a partir da fase de transição. Assim, só alguns anos após a independência conseguiu a sua nomeação como chefe do sector administrativo, onde se encontrava, vindo da produção, desde fins de 1976. A morte de V. Agripetui apanhou-o nesta função. Com o seu desaparecimento, e beneficiando em parte do grande relaxamento ideológico da Frelimo, ocuparia interinamente o lugar de delegado-executivo durante dois anos, sendo nomeado definitivamente no cargo em 1989:

A comissão administrativa viu que eu podia ser aproveitado para o sector administrativo. Até então eu estava na produção. Comecei a trabalhar em Novembro de 1976. Fui nomeado em 1981 chefe do sector

administrativo. Em 1987 trabalhei como substituto do delegado que se suicidou. Em 1989 fui nomeado definitivamente delegado-executivo (Moisés Siuta, cassete gravada).

Finalmente, a fábrica encontraria alguma estabilidade na direcção. Porém, em termos produtivos, apenas processou castanha nos anos de 1991 e 1992. Por dificuldades de vária ordem, nunca a fábrica reuniu condições para produzir de forma regular. Como alternativa, manteve as actividades já existentes na machamba de Chaguala e na cerâmica. Por outro lado, este período comandado por M. Siuta ficou marcado pela intensa actividade da Renamo que em duas ocasiões provocou danos avultados nas instalações fabris e na matéria-prima armazenada. Em 10 de Agosto de 1987, aquando do massacre de quase uma centena de pessoas em Manjacaze, o gerador foi destruído; em 14 de Fevereiro de 1988 queimaram 349 tn de castanha. Foram, na verdade, momentos muito difíceis para a fábrica e os trabalhadores, que partilharam com a restante população do distrito as duras privações provocadas pela estratégia da Renamo, centrada na destruição da estrutura económica e no terror sobre os que lhes eram manifestamente desafectos. Se a responsabilidade da Renamo no primeiro ataque não oferece dúvidas, já no segundo a situação é, para alguns, menos clara. Dando credibilidade à tese da participação das FPLM em acções de saque, muitas vezes aproveitando os ataques realizados pela Renamo, há quem afirme que a “sabotagem à fábrica é uma história muito mal contada. Ali houve muito roubo. Os gajos gastaram 120.000 dólares a comprar castanha e dentro da fábrica só havia 10.000 dólares de castanha. Então inventaram um ataque à fábrica com três ou quatro macacos que se calhar não eram da Renamo mas do quartel das tropas que estavam lá na vila, e foram lá numa noite e ardeu um bocadinho” (IR4). Diga-se, aliás, que Geffray (1991: 142) constatou no norte de Moçambique a participação do exército frelimista nas pilhagens de lojas comerciais, sempre na sequência de ataques efectuados pela Renamo.

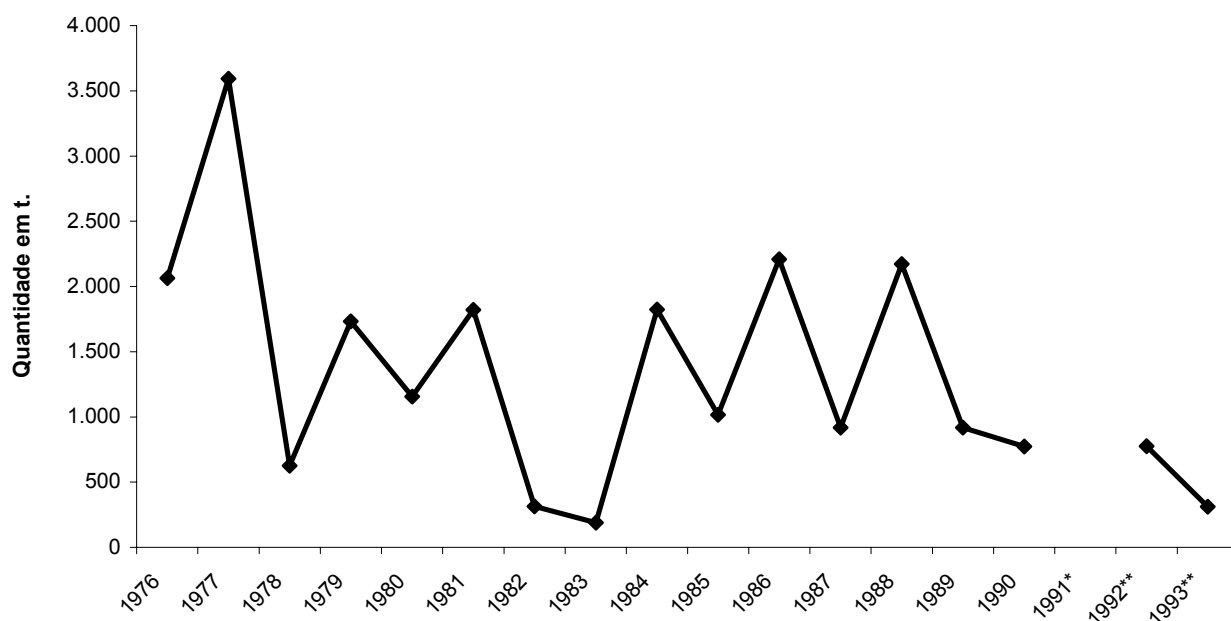
Em meados de 1991, a direcção da fábrica começou a preparar o reinício do processamento de castanha, com a guerra ainda presente.²⁴ Um dos momentos marcantes foi a reunião de 31 de Agosto desse ano, na qual se discutiram aspectos cruciais para o bom funcionamento da fábrica. Nas suas intervenções, o delegado-executivo lembrou que o sector da manutenção era o “coração” da fábrica, tendo apontado como principais causas das dificuldades a preguiça e o desinteresse das chefias e dos trabalhadores, muitas vezes ausentes por fazerem biscates. Para estes, de acordo com o delegado-executivo, o trabalho dedicado

²⁴ Em 24 de Fevereiro de 1991 Manjacaze terá sido alvo de um dos últimos ataques da Renamo, aparentemente frustrado (*Notícias*, 24/4/1991).

“não interessa porque a fábrica no fim do mês sempre me vai pagar”. O chefe da manutenção concordou, salientando também a falta de materiais para se dar um apoio eficaz aos restantes sectores. Tendo em vista a eliminação destes problemas ficou então decidido que: (i) ninguém podia sair da fábrica sem documento de autorização do chefe da secção; (ii) nenhum trabalho de fora podia ser executado na fábrica com a excepção dos solicitados pelo Conselho Executivo, Hospital e CFM; (iii) ninguém podia fazer trabalhos para benefício pessoal; (iv) tudo o que não pertencesse à fábrica devia ser retirado.

Poucos meses depois, em 22 de Outubro de 1991, teve lugar uma reunião na fábrica com o director provincial da Caju Moçambique, José Manuel Oliveira. O delegado-executivo informou que a fábrica arrancara a trabalhar com descasque manual, estando a produção por operário abaixo do previsto. Por outro lado, a despeliculagem não conseguia acabar com a amêndoa entrada, pelo que esta se estava a acumular. São ainda referidas deficiências ao nível das chefias intermédias, nomeadamente chefes de secção com problemas de alcoolismo. Na sua intervenção, o director provincial denunciou o roubo de amêndoa por parte dos chefes, tendo exigido a demissão imediata dos prevaricadores, e lamentou o baixo nível de produção desde o arranque da fábrica. As deficiências causaram prejuízo à Caju de Moçambique. O roubo de amêndoa era um dos principais problemas que a direcção da fábrica enfrentava. Este é, muito provavelmente, o assunto mais frequente nos documentos internos produzidos pela direcção. Num deles (Comunicação Interna de 18 de Janeiro de 1991), foram dadas instruções para desvincular todos aqueles que forem apanhados a roubar e a consumir amêndoa, sem tomar em consideração a quantidade.

Em reunião geral de trabalhadores, o director foi extremamente duro, exigindo o aumento da produção e da disciplina e esclarecendo que o incumprimento acarretaria a expulsão, ou seja, o despedimento. Foi um tempo marcado pela presença de um brigadista, Salvador Elias Muholove, operário na Mocita, em serviço na fábrica de Manjacaze como chefe da segurança e avaliador das anomalias detectadas. Em claro confronto com a direcção da fábrica, visando sobretudo os chefes das secções, enviou durante os meses em que exerceu a função diversas cartas para o director provincial da Caju de Moçambique, onde denunciava o desleixo, o desinteresse e a falta de autoridade. Nas suas palavras, “falar da produção da fábrica de Manjacaze é o mesmo que dizer terra sem rei. Quem é o chefe da indisciplina? Os chefes das secções”.



* Sem dados

** Castanha processada

Fonte: Registos internos da contabilidade da fábrica

Figura 19. Castanha de caju adquirida pela fábrica velha (em t.)

No contexto de reactivação da fábrica, em 1992 foi elaborado um projecto de recuperação, abrangendo a central eléctrica, o posto de transformação e a substituição de equipamento mecânico no sector do descasque. Não se tendo concretizado, a fábrica pararia no início de 1993, após ter processado 775 tn em 1992 e escassas 311 tn no ano seguinte. Só recomençaria com a privatização em 1995. Neste período de imobilização, a fábrica mergulhou num estado de agonia cada vez mais profundo, consequência directa das dificuldades gerais da Caju de Moçambique. A expectativa da destruição a curto prazo da empresa, ditou o abandono dos trabalhadores por parte da direcção central. À beira da ruptura financeira, com gravíssimos problemas de tesouraria que lhe dificultavam a aquisição de matéria-prima, as fábricas ainda em actividade foram parando sucessivamente, juntando-se àquelas que já estavam inactivas, como era o caso da fábrica velha (v. figura 19). Nesta, dentro das suas limitadas possibilidades e competências, a direcção foi tentando encontrar soluções para “segurar” a fábrica. Em reunião realizada em 14 de Junho de 1993, os trabalhadores foram informados sobre a impossibilidade de acesso ao crédito bancário devido a dívidas pendentes, resultantes de campanhas de aquisição de castanha de caju. Como solução, solicitou-se-lhes

uma dedicação acrescida nas actividades alternativas, nomeadamente na produção de cerâmica, de forma a assegurar a sobrevivência da unidade industrial.

Mas a situação era irreversível: o trabalho nas machambas foi um fracasso, com rendimentos muito baixos, e a produção de cerâmica colocava enormes dificuldades. Os salários eram pagos cada vez mais irregularmente e com atraso crescente. Em carta datada de Janeiro de 1994, o delegado-executivo informa o director de finanças do Xai-Xai da possibilidade de se adquirir castanha e repor a fábrica em funcionamento, caso exista possibilidade de acesso ao crédito. Manifestando a sua preocupação, sublinha que devido aos salários em atraso – meses de Novembro e Dezembro de 1993, bem como os retroactivos e o bónus de antiguidade – os trabalhadores começaram a organizar-se no sentido de estabelecer formas de luta mais agressivas, incluindo uma forte pressão sobre ele próprio. Recordando estes momentos conturbados,

os trabalhadores voltaram a ficar em casa. A Caju de Moçambique pagava uma parte do salário só que não aguentou. Foi muito barulho, mesmo. Por eu ser delegado, pensaram eles que quem travava o processo era eu: “O senhor é que nos manda trabalhar, então o senhor é que nos tem que nos dar o dinheiro.” Sempre tive boas relações com os trabalhadores. [Mas] Eu não era visto como um igual pelos trabalhadores. Achavam que eu era o proprietário da fábrica. Quando falta dinheiro é um problema, quando se tem fome não fala com respeito. Essa pessoa só se sente a morrer à fome. Quando falta dinheiro não há sequer confiança no lar. Os trabalhadores estavam aborrecidos pela falta de salário, faltava dinheiro para pagar medicamento no hospital (Moisés Siúta, entrevista gravada).

O confronto estala a 7 de Julho de 1994. Mostrando que “homens esfomeados são piores do que feras” (IR5), os operários avançaram para uma luta radical, bloqueando a estrada de Manjacaze para o Chibuto, no local onde ela passa junto à fábrica, e fazendo reféns diversos membros da direcção, incluindo o delegado-executivo:

Vieram aqui na fábrica, juntaram-se e vieram ter comigo. Acusaram-me de ficar com o dinheiro, que recebia o dinheiro da direcção e não o entregava aos trabalhadores. Eu pressionei a direcção da Caju de Moçambique. Mas ela não tinha dinheiro para pagar. Só depois da privatização é que o governo deu dinheiro para pagar (Moisés Siuta, entrevista gravada).

Com eles estavam alguns desmobilizados de guerra, descontentes com a situação de abandono a que tinham sido votados com o acordo de paz firmado pelas partes beligerantes em Outubro de 1992. Durante o protesto, nos dias em que estiveram barricados, a fome foi contentada com o abate de suínos e caprinos pertencentes à empresa: “por uma vez na vida

comeram bem” (IR5). Ao fim de oito dias, e apesar da intervenção brutal da PIR, provocando um morto e oito feridos, só o pagamento de parte dos salários em dívida e a mediação do administrador do distrito, António Mandlate, pôs termo ao protesto. Este responsável político assumiu igualmente o compromisso de tudo fazer para encontrar junto da administração da empresa, em Maputo, uma solução justa para os trabalhadores (v. *Notícias*, nº 22.918 de 20/7/1994). Serenados os ânimos, os trabalhadores foram dispensados em Agosto de 1994, com um vencimento mensal de 70% do salário. Só regressariam no ano seguinte, já sob as ordens de um patrão.

Longe de se tratar de um acontecimento isolado, a agitação nas fábricas de caju foi geral, afectando numerosas vilas e cidades. Na província vizinha de Inhambane, em Agosto de 1994, os trabalhadores montaram barricadas junto à fábrica, na estrada nacional n.º 1, que liga Lindela à cidade provincial, totalmente isolada do resto do país. O delegado-executivo, temendo a fúria dos trabalhadores, abandonou as instalações para se refugiar em Maputo (*Notícias*, nº 22.930 de 3/8/1994). Mais a norte, na província de Nampula, este tempo ficou marcado pela ocupação levada a cabo por operários da ex-Socaju, actual Caju de Nacala (grupo Entrepasto), exigindo o pagamento dos salários e das indemnizações (*Notícias*, nº 22.915 de 16/7/1994) e pelo despedimento, muito contestado, de 1.213 trabalhadores em Angoche, alegadamente porque as futuras entidades patronais não possuíam capacidade para os empregar após a privatização (*Notícias*, nº 22.916 de 18/7/1994).

Narrativa 3: César Novele (CAu 37)

Nasci em Manjacaze. Depois vou para Lourenço Marques onde fico a trabalhar em casa desses senhores durante aqueles anos, como mainato. Em Janeiro de 76 deixo Maputo para vir para aqui. Eu era amigo do primeiro administrador do distrito, o Adolfo Bila, que me arranja emprego na fábrica. Começo a trabalhar na fábrica em 8 de Março. Ele falou com a Comissão, foi na altura em que eles precisavam de trabalhadores. Fui para a despelculagem, tirar a película. Trabalhei três dias, depois fui para o descasque. Calhou numa altura de compra da castanha, tiraram-me dali e fui para a báscula.

Como se dizia que o partido era de operários e camponeses, então a primeira escolha de pessoas que podiam participar em actividades da Frelimo tinham que sair ou das fábricas ou dos camponeses organizados em cooperativas. Então vieram para ali para a fábrica o secretário do partido com um senhor que era chefe da secretaria da administração ver quem era a pessoa que podia ir frequentar um curso do grupo dinamizador. Então, pronto, a escolha recaiu em mim. Muitos tiveram medo de ir frequentar esse curso.

Então quando volto do curso estava a decorrer a conferência para o estudo das teses do [III] congresso. Aí também o governador da província [Fernando Matavel] escolheu-me para participar no congresso. E lá no congresso houve proposta para que eu fosse eleito membro do comité central. E eu fiquei membro do comité central.

Extinguiram a comissão [administrativa] e vieram senhores do Maputo, o Sr. Videira e alguns senhores chilenos para definir a estrutura da fábrica e procurar uma pessoa para propor para o cargo de

delegado. E a comissão escolheu a mim. Os técnicos chilenos estavam a ajudar na organização das fábricas. Eles tinham experiência. Não era trabalhar só por trabalhar, era preciso encontrar quem conhecesse bem. Então contrataram-se esses chilenos.

Havia pessoas com mais experiência na comissão mas que se sentiam cansados. Talvez por saberem que eu já estava no comité central, era elemento do partido. Para ser chefe ali na fábrica era importante ser membro do partido, para trabalhar bem e ao mesmo tempo ir implantando a linha política do partido. O que eu fiz... havia homens que gostavam de jogar futebol ali na estrada, no intervalo. E às vezes as janelas partiam-se. Então, eu pedi aos chefes do Maputo para fazer um campo ali na fábrica, ao lado. Outra coisa que eu também fiz, porque havia falta de produtos [foi a cantina social]. Saíam daqui do distrito para o distrito do Chibuto e mesmo para o Chókwè à procura de produtos para a sua cozinha, então numa reunião do governo – já não era o Matavel, era o João Pelembe –, expus esse problema a ele e decidiu-se abrir a cantina social dos trabalhadores. Outra foi a criação da creche.

Estive lá de 77 a 84. Depois tive a queda. Amantizei-me com uma senhora. Tenho duas mulheres. Sabia [que o partido não queria]. Fui suspenso do comité central e deixei de ser delegado da fábrica mas continuei a ser trabalhador. Voltei para o descasque. Depois, pronto... quando o outro delegado, aquele que se suicidou, começou com o trabalho das machambas ele pôs-me nas machambas. O Abdul Reman trabalhou comigo como adjunto, foi delegado interino. Então nomeia-se o Vasco Agripetui como delegado. Abriu a machamba de Chaguala, abriu outra, em Mavengane, e depois a cerâmica.

Foram os trabalhadores que me denunciaram na administração. Eles começaram a ter ciúmes, não gostaram que eu tivesse aquele lugar, invejaram. Então quando há esta coisa da minha amantização, eles é que escrevem aqui à administração [do distrito]. O que eu sei é que o senhor governador Pelembe me mandou chamar para me perguntar se eu sabia alguma coisa daquilo que estava a decorrer aqui no distrito sobre mim. O que eu tenho é isto assim assim. Comecei a explicar ao senhor governador a minha amantização com aquela senhora. Então é quando ele diz para eu ler o documento que corria aqui no distrito contra mim. Eu comecei a ver. E ele diz: “Na assembleia [popular] há uma comissão sobre o desenvolvimento da legalidade”. Antes de ser chamado mandou-me falar com o secretário do comité de controlo, o senhor Armando Gebuza. Quando chego a Maputo, o senhor Armando Gebuza não estava. Então falei com o senhor Oscar Monteiro. Ele lamentou que tenha sido só naquela altura em que eu estava a explicar, deveria ter sido um pouco mais cedo. Então quando o Sr. Gebuza volta parece que o assunto já estava nas mãos do falecido presidente Samora, já não se podia fazer nada. Tive de ir responder ao comité central. E assim, pronto, fui suspenso. Entre aqueles que já

estavam lá, o Finias Cossa, o Pedro “Kid-Kid”, o senhor Reman, o senhor Moisés, não tenho provas, mas penso que foram eles. A senhora com quem amantizei tinha uma irmã que era mulher do senhor Pedro “Kid-Kid”. Então, quando zangam-se em casa, essa senhora começa a dizer que anda a viver com aquele, não sei o quê. Quem veio aqui no distrito foi a mulher dele, incutida por ele, apresentar a denúncia.

Naquela altura o partido era muito rígido com essa coisa da poligamia. Só me disseram para eu separar daquela senhora, haviam de me vigiar, o senhor presidente Samora disse para tomar conta da criança, dar toda a assistência necessária à criança, não me inibiram de falar com aquela senhora, só para não me voltar a meter com ela como mulher. Mas foi difícil, não me havia zangado com ela, era só pelo partido.

Não era preferir a mulher. Foi-me difícil renunciar ao meu sangue. Já tinha tido com essa senhora filho. E não podia abandonar assim essa senhora. Olha, já que o partido diz que não, eu vou-te deixar. Ela podia aceitar mas podia cortar o contacto com a minha filha. Escolhi o sangue. O que eu sei é que depois de mim... outros [caíram na] mesma corrupção.

3. A fábrica privatizada: da expectativa ao colapso

A fábrica foi adquirida por dois membros da antiga burocracia estatal, relacionados entre si pelo matrimónio. Com experiência no comércio internacional e excelentes ligações e apoios políticos do mais alto nível, fizeram a sua primeira acumulação de capital com as actividades desenvolvidas na área da ajuda aos refugiados de guerra a partir da segunda metade dos anos 80. Serviram ora como mediadores, ora como fornecedores de alimentos e outros bens necessários às populações deslocadas. Com o acordo de paz de 1992 perceberam que os seus negócios nesta área estavam no fim, pelo que era necessário encontrar uma solução alternativa que, no novo quadro político-económico moçambicano, lhes permitisse continuar a acumulação de capital. Encontraram-na na privatização das fábricas da indústria de caju. Assim, em 1995 adquirem à antiga empresa estatal de caju moçambicana as fábricas de Manjacaze e de Inhambane:

As duas fábricas foram vendidas ao mesmo tempo. Compreendemos no meio do processo que comprar uma ou comprar as duas em termos de processo burocrático não iriam ser muito diferentes e que se complementavam. E porque em termos de sítio para nós ficarmos para o futuro, Manjacaze é um buraco. E Inhambane é um sítio muito agradável para se viver. Então nós pensamos: vamos fazer a nossa vida fora de Maputo – na altura já não era muito agradável viver aqui –, vamos fixar residência em Inhambane para o futuro, vamos gerir as duas fábricas a partir dali. Manjacaze está relativamente perto e a partir dali podemos ter uma qualidade de vida boa, ficar mais tranquilos, fazer a nossa velhice ali. Foi isso... (A. P. Tavares, CAu27).

Para esta privatização, o governo optou pelo concurso restrito, conforme o previsto na Lei n.º 15/91 (BR, I Série de 3/8/1991). Ao contrário de outras, como a alienação por concurso público (Decreto n.º 21/89 – BR, I Série de 23/5/1989), esta modalidade facilitava um maior controlo do processo no que diz respeito aos candidatos. Na fase designada por pré-qualificação, para além de Júlia Salim e A. P. Tavares, terão manifestado interesse em participar no concurso uma empresa da Zâmbia e um membro da burocracia moçambicana. Se os zambianos ainda deram alguns passos no sentido de se posicionarem nesta disputa, este último foi prontamente afastado do negócio pois as suas pretensões – obter as fábricas gratuitamente – ultrapassavam largamente os limites que o governo moçambicano estava disposto a aceitar (IR4). Por outro lado, Júlia Salim e A. P. Tavares detinham um capital de influência relevante na estrutura burocrática do Estado moçambicano que lhes permitiu não só colmatar as insuficiências de capital mas afastar todos os outros interessados (IR1).

Respeitando o previsto na lei, foi efectuada uma avaliação detalhada do património a alienar, incluindo edifícios e equipamentos produtivos. Foi através deste processo que se chegou ao valor final de venda. Face ao valor de referência estabelecido, representou somente, respectivamente para Manjacaze e Inhambane, 50% e 66%.²⁵ No caso de Manjacaze, com a excepção da central eléctrica, da calibragem e da caldeira, todos os outros equipamentos fundamentais ao normal funcionamento do processo produtivo estavam em estado razoável.²⁶

Concluídas as negociações, o governo moçambicano publica um despacho no BR, em 7 de Fevereiro de 1995, onde declara a alienação de, respectivamente, 90% e 80% do património das fábricas de Inhambane e Manjacaze pertencentes à Caju de Moçambique, em favor de Júlia Salim e A P. Tavares. No “pacote” adquirido vinha também a machamba de Chaguala. Também aqui assistimos a uma certa continuidade, com a administração a prosseguir com o programa de plantio experimental das diversas variantes de cajueiros-anão. Com ele pretendiam apurar e desenvolver, através da oferta de plantas aos camponeses, a plantação de novos cajueiros, de modo a assegurarem a médio prazo, com base nesta parceria, um melhor abastecimento da fábrica. Em termos humanos, colocaram na machamba um jovem técnico agrário formado em Cuba, alguns equipamentos e, como força de tracção, três cabeças de gado bovino. No ano seguinte, surgiu um novo projecto, apresentado ao Gapi, de expansão da criação de animais, incluindo também o caprino, o suíno e o avícola, retomando, de certa forma, a experiência bem sucedida de M. Neto.²⁷

As escrituras seriam realizadas dois meses mais tarde, no cartório notarial de Maputo (v. BR, II Série de 5 de Julho de 1995), cidade onde as empresas estabeleceriam a sua sede social, detendo os accionistas privados quotas idênticas em ambas as sociedades. O capital realizado foi apenas de 10%, precisamente o valor do pagamento inicial entregue ao Estado

²⁵ Esta enorme diferença entre o valor de venda acordado e o valor de referência verificou-se em outras fábricas da Caju de Moçambique. Note-se que o rácio nestas fábricas oscilou entre os 47% e os 80%, enquanto que a média nas empresas privatizadas pela UTRE em 1994 e 1995 foi de 88% (www.tropical.co.mz/~parafric/83.htm).

²⁶ Documento interno – fábrica velha. Sobre isto existe um claro desacordo entre os proprietários e os trabalhadores da fábrica envolvidos na sua recuperação. Certamente tentando reforçar a sua capacidade de negociação no actual litígio que os opõe ao governo moçambicano, para os proprietários as instalações e os equipamentos encontravam-se numa condição lastimosa, em especial no descasque mecânico em que faltava tudo, desde cabos eléctricos a motores. Estando muito longe de ser um “carro sem rodas”, os problemas nos equipamentos eram resultado da inactividade e dos ataques da Renamo. Assim, as obras de reabilitação da fábrica incidiram apenas sobre o telhado do armazém de matérias-primas, os equipamentos de descasque, onde faltavam diversos componentes eléctricos, alguns utilizados na cerâmica, e a fritura (IR5 e IR7).

²⁷ O Gapi foi criado pela fundação alemã Friedrich Ebert em 1984, com a finalidade de apoiar pequenas empresas. Pertenceu a esta entidade até 1990, data em que foi constituída uma sociedade por quotas, com o capital repartido pelo Estado moçambicano (70%) e pela própria fundação (30%). Mais tarde, em 1991, assumiu o formato jurídico de sociedade anónima, mantendo-se sem alterações a participação e a distribuição do capital.

pela aquisição das fábricas. De salientar que foi contra o interesse dos accionistas privados que a cada fábrica correspondesse uma sociedade:

Nós tivemos que criar duas SARL, nem sequer nos permitiram criar só uma. E só no cartório por uma escritura que só demorou um dia nós pagámos cento e tal mil dólares. Exactamente! Exigência do mecanismo estúpido, burocrático do nosso ministério das Finanças. A escritura que nós pagámos no ministério das Finanças custou-nos 100.000 dólares. Uma porcaria que se fez num dia. Pagámos quase tanto por aquilo como pelo *down-payment* que fizemos pelas fábricas (A. P. Tavares, CAu27).

A publicação do despacho coincide com a posse efectiva da fábrica por parte dos novos proprietários. Os três primeiros meses, até final de Abril, foram ocupados na preparação do arranque da fábrica. Entre as várias tarefas a efectuados destacaram-se, pela sua importância, o aprovisionamento da castanha e a reabilitação dos equipamentos produtivos. Nenhum deles colocou dificuldades insuperáveis. As reparações fabris foram realizadas pelos trabalhadores da fábrica apoiados por um técnico moçambicano. Quanto à matéria-prima, foi adquirida localmente, aos comerciantes que operam no sector, com as dificuldades resultantes da falta de capital e o atraso na concessão de crédito bancário. Numa entrevista ao jornal *Notícias* (25/11/1995), A. P. Tavares afirma que a gestão “tem que ser levada a cabo debaixo de enormes dificuldades de ordem financeira, ligada aos créditos que temos”. Estas dificuldades afectaram também os comerciantes. Profundamente descapitalizados, viram-se confrontados com a recusa sistemática dos camponeses-apanhadores em aceitar, ao contrário do que acontecia frequentemente no passado, a troca directa de produtos (v. *Domingo*, 26/5/1995). Finalmente, em meados de Maio, a fábrica velha retomou a laboração.

A população e, em especial, os trabalhadores, acompanharam com expectativa a entrada em funcionamento da fábrica. Sendo a única unidade industrial do distrito, detendo uma importância crucial na economia local, nela se projectavam o grosso das esperanças para a recuperação económica e a melhoria das frágeis condições de vida da população, severamente afectadas por mais de uma década de guerra. Tratava-se não só de dar trabalho a mais de 500 pessoas, mas também da dinamização do tecido comercial local, animado pela afluência dos salários dos trabalhadores. Enfim, a relevância económica e social desta fábrica ia para além do próprio distrito onde ela estava instalada.

Em termos tecnológicos a administração decidiu articular o descasque manual com o descasque mecânico, não utilizando na totalidade as capacidades produtivas deste último sistema. A nível organizacional as alterações são relevantes (v. figura 20). Embora não o

admita, o delegado-executivo foi despromovido, sendo substituído no cargo por um irmão de um dos proprietários. Sem qualquer experiência no sector do caju, este tinha tudo a aprender:

[O director fabril] não tinha experiência, não conhecia a castanha, não conhecia a amêndoa, mas tinha que controlar os trabalhadores e prestar informações à doutora [J. Salim]. Com o senhor Ângelo não fui despromovido. Passei a conselheiro da direcção, chefe da segurança e sector social. Tinha que manter a fábrica segura, tinha que manter a parte social do trabalhador, dar conselhos à direcção. Não me foi tirado o meu salário, foi antes aumentado (Moisés Siuta, CAu7/15).

Este facto entra em contradição com a argumentação liberal que defende a primazia da competência e do mérito como critérios determinantes para a escolha dos membros dirigentes das empresas. É relevante notar que, reproduzindo a opinião corrente nos círculos burgueses (e até burocráticos) de Moçambique, um dos proprietários criticou vivamente o critério político na escolha das direcções das empresas, acusando-o de ser o principal responsável pelo fracasso destas, sem estabelecer qualquer paralelismo com o procedimento por si adoptado na sua própria empresa:

Quando a Frelimo chegou havia uma frase histórica que era assim: a política está no posto de comando. Agarravam na primeira pessoa que fosse de confiança política e punham-na a gerir a primeira que lhes aparece à frente. A fidelidade política estava acima de tudo. Então, algumas pessoas que eram serventes numa indústria acabavam por ser nomeados directores-gerais. Pessoas sem competências, postos lá por razões políticas, porque os directores não eram escolhidos, e nem são até hoje, pelo menos para as empresas estatais e públicas. Não são escolhidos com base nas suas capacidades e seus conhecimentos. São escolhidos com base nas suas fidelidades políticas e tal. A Caju de Moçambique funcionava super mal.

Gerir uma fábrica de caju é de uma enorme complexidade. Produzir amêndoas com qualidade para exportar passa por 14 ou 15 processos diversos, cada um dele mais complexo do que o anterior e cheio de segredos, de truques e de coisinhas que demora anos a aprender. Como é que tiradas daí do escalão mais baixo, só por fidelidade política podiam gerir uma empresa que tinha 14 fábricas. Não cabe na cabeça de ninguém. Logo, em momento algum, as fábricas de caju geridas pelas pessoas apontadas pelo governo tiveram uma gestão correcta ou sequer viável, ou se quer lucrativa. Aquilo era uma máquina de roubar dinheiro ao Estado. Ponto final parágrafo! As pessoas não tinham culpa. A incompetência foram dos políticos que os puseram lá (A. P. Tavares, CAu27).

A questão que se coloca é simples: qual a diferença entre a nomeação com base no critério político e a nomeação com base no parentesco? Ambas visam objectivos precisos, se bem que diferentes: enquanto que num caso, o político, se pretende assegurar a subordinação

da empresa a objectivos definidos pela esfera política, no outro caso, o parentesco, visa-se objectivos ligados ao controlo da propriedade e à obtenção de mais-valias. Ambos são, em função do sistema político e os valores culturais dominantes, legítimos e, acima de tudo, racionais. É interessante notar, aliás, que, no período da propriedade estatal, apenas o primeiro delegado-executivo partilhava com o director do período pós-privatização a falta de saberes e de competências técnicas exigidas por uma fábrica com centenas de trabalhadores. Todos os outros delegados-executivos possuíam saberes e experiência relativamente adequados ao exercício de funções de direcção e gestão. Tudo isto coloca em evidência que direcção e execução, incluindo nesta a gestão, são tarefas que podem ser separadas nas empresas industriais modernas. A direcção é a detentora do poder decisivo na organização, cabendo-lhe definir os objectivos estratégicos da empresa – a orientação socialista no período da Caju de Moçambique, a orientação para a maximização da mais-valia no período da privatização – cabendo aos gestores, aos técnicos e, obviamente, aos trabalhadores a boa execução das tarefas necessárias à sua consecução.

De acordo com o previsto no plano de privatização, os trabalhadores que se encontravam ao serviço da Caju de Moçambique transitaram para a nova empresa, sem perda dos direitos adquiridos. Deste modo, as chefias intermédias mantiveram-se, no geral, inalteradas. De igual modo, muitos dos procedimentos burocráticos, nomeadamente formulários e outros documentos de uso quotidiano na Caju de Moçambique continuaram a ser utilizados pelos novos proprietários.



Figura 20. Organograma da fábrica velha sob propriedade privada

Para além disto, tudo mudou profundamente. Em primeiro lugar, os trabalhadores e as chefias deixaram de estar representados na direcção.²⁸ Numa esperada regressão democrática, a administração concentrou em si todos os poderes, delegando no director fabril as tarefas quotidianas de gestão e de vigilância dos trabalhadores. A coadjuvã-lo tinha os chefes dos sectores de produção, manutenção, serviços administrativos (já existentes no período da Caju de Moçambique) e de contabilidade. Em termos formais, a direcção deixou de ser um órgão colegial para se transformar num órgão uninominal (v. figura 20). Em suma, as relações no espaço da produção alteraram-se substancialmente, para prejuízo dos trabalhadores. Não somente foram afastados de uma presença, se bem que residual, na direcção da fábrica, como viram cerceados direitos sindicais e outros que lhes garantiam alguma protecção contra as arbitrariedades cometidas pela direcção da fábrica. Por outro lado, foram sujeitos a ritmos de produção mais elevados e a uma pressão adicional para aumentarem a percentagem de amêndoa inteira, em especial na secção da despeliculagem. Recorrendo à velha estratégia do “pau e da cenoura”, a gerência da fábrica decidiu em Maio de 1996 introduzir bonificações sempre que o índice de amêndoa inteira ultrapassasse 60% e penalizando, com desconto no salário, as fiscais das mesas de despeliculagem que não alcançassem este valor.

²⁸ Note-se que a célula do partido Frelimo já não tinha assento nas direcções das empresas estatais desde as alterações político-constitucionais que introduziram o multipartidarismo.

Adicionalmente decidiram proibir o uso de facas na despêliculagem, de modo a limitar os danos nas amêndoas, aumentando a dificuldade no cumprimento da tarefa diária a que as operárias estavam sujeitas, de que dependia o salário mensal. Sem circunlóquios, a gerência lembrava que a desobediência poderia ser punida com descontos no salário ou o despedimento. Para os trabalhadores eventuais não existia condescendência: à primeira transgressão o despedimento era imediato.²⁹ As medidas disciplinares mais graves exigiam, de acordo com a lei, a consulta ao comité sindical que, em regra, se pronunciava favoravelmente. “Cobra sem cauda” (IR8), o sindicato pouco podia fazer. A fragilidade económica e política dos seus dirigentes, em particular dos delegados nas empresas, não permitia grande margem de manobra (v. narrativa 4). Para estes havia que defender os interesses dos trabalhadores ao mesmo tempo que defendiam o seu posto de trabalho:

O sindicato teve sempre boas relações com os patrões. A senhora Fátima [delegada sindical] foi das que compreendeu em primeiro lugar que devia ter um certo comportamento na sua vida profissional. E foi uma pessoa que soube impingir responsabilidades ao outro companheiro – acusaram muito a senhora Fátima de ser exigente. Comportou-se bem profissionalmente e exigiu aos trabalhadores, por isso a senhora Fátima está aqui. Quem podia agir fora disso? Quem é que não devia garantir o seu posto de trabalho? Ninguém. Alguém é despedido, a Fátima tem que ver o processo dessa pessoa, ver o que ela fez. A Fátima tinha que ver que essa pessoa reconhece o seu erro. A administração da empresa, de acordo com o erro cometido, opta por mandar embora. Que havia de fazer a Fátima? Dizer: “Não, não pode mandar embora, deixa trabalhar assim”. A Fátima não tem essa competência (José N, Cau7/15).

Naturalmente, acabaram os plenários e reuniões de trabalhadores no espaço da produção e a dispensa de trabalhadores para participação em eventos organizados, entre outros, pelos antigos combatentes, pela juventude e, inclusive, pelo Sintic.

Olhando agora para as relações estabelecidas com fornecedores e comerciantes, fica claro que a fábrica, agora na situação de controlo privado, continuou a combinar a aquisição de matérias-primas a nível local com a exportação dos produtos processados para o mercado mundial. Isto é, enquanto que os seus principais fornecedores pertenciam ao grupo dos pequenos e médios comerciantes locais, de origem indiana, quase todos instalados em Manjacaze desde o tempo colonial, os clientes eram constituídos por empresas internacionais de grande dimensão, muito fortes no sector de comercialização da amêndoa de caju. Neste universo existia ainda uma conhecida empresa que actua no mercado português de produtos

²⁹ Ordem de serviço nº 19/AID/96 (documento interno da fábrica velha). Saliente-se que o despedimento de trabalhadores passou a ser uma prática frequente. Por exemplo, em Junho de 1996 foram despedidos 13 por infracção disciplinar ao abrigo do artigo 101 da Lei n.º 8/85 de 14 de Dezembro (Lei do Trabalho).

alimentares. Note-se que, tal como acontecia desde a sua fundação, a castanha era exportada ao natural para posterior preparação e acondicionamento em embalagens destinadas ao consumidor final.

Apesar da escassez de capital, conseguiram aprovisionar, como já foi referido, castanha suficiente para o primeiro ano de actividade através do recurso ao crédito bancário. No ano seguinte, marcado já pelos efeitos da liberalização da exportação da castanha em bruto autorizada pelo governo desde 1992, a matéria-prima adquirida garantia também o regular funcionamento da fábrica. Os sinais da forte expansão da fábrica eram bem visíveis para todos. Entre eles, está o aluguer, entre 1995 e 1997, de um espaço – actual armazém distrital de Manjacaze – na zona comercial da vila para armazenamento de castanha e amêndoa, situação imposta devido à falta de espaço no recinto fabril.

Tudo se complica na campanha de 1996/1997: a relativa baixa produção conjugada com a procura por parte da indústria processadora indiana tornou impossível o aprovisionamento de castanha em quantidade suficiente para o normal funcionamento da fábrica durante todo o ano.

Quadro 8. Aquisição e processamento de castanha de caju na fábrica velha pós-privatização (em t.)

Campanha	Castanha adquirida	Castanha processada	Proveniente do armazém	Saldo de castanha
1994/95	1904	870	1,4	1035,4
1995/96	3847	1977	-	2.905,4
1996/97	1139	1528	-	2516,4

Fonte: Serviços de contabilidade – estatística (documento interno da fábrica velha)

A fábrica parou em Agosto de 1997, após quatro dias úteis de laboração neste mês, por esgotamento do *stock* de matéria-prima. Observando a coluna do saldo de castanha (v. quadro 8), esta paragem está em contradição com o valor apresentado, pois ele seria suficiente manter a fábrica em funcionamento até bem próximo da campanha seguinte (1997/98). Ora, em Agosto a fábrica estava efectivamente sem *stock*, pois ao longo dos dois anos de actividade a castanha adquirida foi, em parte, vendida em bruto, sem processamento. Assim, à entrada do ano de 1997, existiam apenas em armazém 362 tn, que se somaram à castanha adquirida.³⁰ Ao

³⁰ Documento interno de 24 de Março de 1997. Existem pequenas discrepâncias nos valores constantes nos diversos documentos produzidos pelos serviços de estatística e de contabilidade da fábrica velha que, porém, em nada alteram o essencial da presente análise.

mesmo tempo que se opunha à política de liberalização do governo moçambicano, a administração da empresa aproveitava-se desta política para exportar castanha e realizar mais-valias praticamente instantâneas. De facto, a grande vantagem da exportação *in natura* para a burguesia moçambicana envolvida neste sector industrial residia na rapidez de recuperação do capital investido, praticamente sem risco, precisamente o contrário do que acontece com o processamento industrial da castanha. Neste, não só o risco de perdas financeiras são avultadas como o retorno do capital investido e eventuais mais-valias pode exceder os doze meses.

A liberalização da exportação de castanha *in natura* foi, desde a privatização, um pomo de discórdia entre industriais, por um lado, e comerciantes e governo por outro (v. capítulo VIII). Enquanto os primeiros argumentavam que esta situação iria liquidar as fábricas recém-privatizadas, como efectivamente veio a acontecer, os comerciantes e o governo argumentavam com a liberdade de comércio e a defesa dos interesses dos camponeses, que, segundo eles, iriam beneficiar de melhores preços de venda devido ao aumento da concorrência. No caso da fábrica velha, o acordo de “cavalheiros” estabelecido entre o governo e os compradores das unidades de produção, aquando da privatização, tinha sido reduzido a escrito na escritura de adjudicação. Nos compromissos a que o Estado moçambicano, como primeiro outorgante, se obrigava constava a obrigação de, no quadro da defesa da indústria nacional, “assegurar [...] a protecção do aprovisionamento da fábrica em castanha de caju [...] contribuindo desse modo para o sucesso do empreendimento económico contemplado no presente instrumento”.³¹ Nesta obrigação reside toda a estratégia de defesa da fábrica velha para a justificação do incumprimento do contrato estabelecido com o Estado.

Com a paragem da fábrica instala-se, de novo, o desespero entre os trabalhadores. Agora mais pungente, uma vez que com a privatização estes perderam um conjunto relevante de garantias e de protecção social que até aí tinha funcionado como amortecedor do descontentamento. Sem trabalho e sem salário, a reacção foi violenta. Ainda com a fábrica em funcionamento, em Julho de 1997 vivia-se já um clima de elevada tensão. Em carta enviada à PRM em 22/7/1997, solicitando protecção, a administração dá conta do ambiente vivido na fábrica com roubo de amêndoa e tentativas, ambas falhadas, de subtracção dos salários e de incêndio das instalações.

³¹ Conforme o mencionado em carta enviada em 18/03/1997 pela administração da fábrica velha ao governador da província de Gaza. Elaborado num momento em que a paralisação era já inevitável, o documento apresenta o rol das reivindicações que, no entender da administração, a empresa teria direito de modo a ressarcir-se dos futuros prejuízos: (i) reescalonamento da dívida ao Estado relativa à aquisição do capital social; (ii)

Foi no ano seguinte, nos primeiros dias de Maio, num momento em que era já claro para todos que a fábrica não reiniciaria a produção, que se registaram os mais graves incidentes entre os trabalhadores e a direcção da fábrica. Para a administração da empresa esta situação já era esperada. Em carta enviada em 25 de Março ao Ministro do Plano e das Finanças, com cópia para o Mictur e o Sintic, A. P. Tavares solicita a resolução oportuna do pagamento aos trabalhadores dos subsídios de paralisação e de indemnização por despedimento. Vincando bem a urgência, Tavares escreve “que o desespero é grande entre os trabalhadores e a índole das suas exigências se está a tornar quase violenta”.

O ambiente era manifestamente hostil aos proprietários. A nível político, o administrador do distrito colocou-se abertamente a favor dos trabalhadores. Os comerciantes grossistas alimentavam a animosidade lembrando que a fábrica velha também estava envolvida na exportação de castanha. Pelo meio, mas não menos importante, existia a questão da raça. Sempre latente, esta explode em contextos de grande conflitualidade. Neste caso, as condições estavam reunidas para ela se fazer sentir: de um lado os não-negros, os proprietários e o director fabril da fábrica velha, do outro os trabalhadores e o poder político distrital, todos eles negros. Esta complexa teia político-social leva a que, num dado momento, a relação de forças manifestamente favorável ao capital se inverta em favor dos trabalhadores, mercê do apoio conferido pela burocracia distrital e, inclusive, provincial. Assim, ao contrário do que aconteceu na greve de 1994, a intervenção da PRM e das autoridades distrital e provincial satisfaz as pretensões dos trabalhadores: a castanha foi descarregada e conservada em Manjacaze e, por outro lado, foram identificados e separados os bens da fábrica dos do gerente, sendo estes carregados para Inhambane (IR8). Mas foi uma situação muito transitória. Confrontados com ela, os proprietários rapidamente mobilizam os seus recursos políticos junto do governo central. Este voltou a repor a ordem das coisas, enviando a PIR para assegurar a saída da castanha sequestrada (IR4).

Os trabalhadores ao aperceberem-se do início da retirada das 800 tn de castanha armazenadas na fábrica, uma parte para a de Inhambane (onde a administração mantinha uma produção residual baseada na tecnologia de impacto por martelo manual), o grosso para exportação, decidem reter os dois camiões que fariam o transporte, por pensarem “que o patrão estava a ‘fugir’ de Manjacaze” (*Metical*, 28/5/98). Detiveram ainda o gerente e apresaram os bens móveis existentes na residência da empresa:

responsabilização do Estado pelos prejuízos resultantes da paralisação, por último (iii) alteração da política definida para o sector do caju.

Estive aquele tempo todo sem saber o que fazer. Tínhamos 800 tn em armazém. Eles queriam lá os donos da fábrica. Mas eles não estavam. Quem lá estava era eu como representante. Quando foi da greve no tempo da Caju de Moçambique amarram o senhor Moisés e queriam-no metê-lo dentro da estufa. E aquilo que fizeram ao senhor Moisés queriam fazer o mesmo a mim. Bom, eu já estava prevenido, eu já sabia o que tinha acontecido, tomei algumas precauções. Mesmo assim barricaram a porta da fábrica com pedras e não me queriam deixar sair. Veio a polícia, abriu-se o portão, estavam 200 ou 300 trabalhadores lá fora, meti-me no carro com um guarda, passei por eles e fui-me embora. Depois disso, para nós sairmos de Manjacaze, carregar as nossas coisas todas, as mobílias, não sei o quê, alguém mandou prender os camiões, não sei quem, porque não tenho provas. Com tudo meu, roupas e tudo. Eu fui para Inhambane em 30 de Abril de 1998. A minha mulher e os meus filhos vão para Manjacaze. Carregam os camiões e veio a população. A polícia decidiu prender os camiões, meteram os camiões na esquadra, telefonaram para Inhambane onde eu estava, eu tive que vir à noite para buscar a minha família. Só voltei a Manjacaze para vir tirar os camiões, depois de dois ou três meses é que se conseguiu tirar os camiões, depois do senhor Tavares, que é o marido da doutora Júlia, conseguir falar com o primeiro-ministro ou um ministro que deu ordem ao governador de Gaza e pôs uma força policial à nossa disposição. Foram para lá e foi assim que conseguimos tirar os camiões e a castanha que depois foi exportada (director fabril, CAu15)

Para além do director fabril, a cólera operária atingiu também aqueles que eram vistos como aliados dos patrões, incluindo a dirigente sindical do Sintic (v. narrativa 4). A esta fúria não escapou também o inspector da fábrica, directamente visado pelos trabalhadores:

Andaram atrás de nós, foram a minha casa. “O José está aí? Está-se a esconder aí?” Nesse dia estavam dispostos a matarem-me. Foram na administração, quiseram saber porque é que eu consenti a saída de um camião carregado com peças da fábrica. Pode tirar o que quiser, pode meter o que quiser, eu tenho de obedecer. Se o patrão manda fazer alguma coisa eu devo negar? A fábrica foi privatizada, tudo o que está lá dentro pertence-lhe... (José N., Cau 7/15).

Por sua vez, a secretária do comité sindical da fábrica viu a sua habitação de caniço e chapa ser incendiada em Agosto de 1998. Este acto foi denunciado por esta dirigente sindical em cartas enviadas, em 26 de Agosto do mesmo ano, ao Sintic e à Comissão Permanente da Assembleia Distrital, onde se pode ler que “na madrugada do 9 de Agosto em curso foi queimada a minha casa por pessoas que não foram conhecidas pois às 2H30 todos estavam a dormir. Das investigações feitas houve provas de que foi fogo posto e foi usado combustível”. Embora não existam provas concretas e nem condenações judiciais, quase todos os protagonistas, incluindo a lesada, destes agitados dias são unânimes em considerar que o incêndio foi ateado por um grupo pertencente aos trabalhadores revoltados. Sinal relevante da

subserviência do movimento sindical na fábrica em relação aos proprietários, a administração concederá posteriormente um donativo financeiro para reconstrução da habitação da dirigente sindical, cujo custo ascendeu a sete milhões de meticais.

A paragem, prevista desde o início de 1997, era entendida por todos como provisória, incluindo os proprietários. Escassos dias após a cessação da produção, em 22 de Agosto, os dois accionistas privados reuniram-se com o director fabril e as chefias intermédias da fábrica para avaliar a situação, na expectativa de retoma da laboração com a campanha do ano seguinte. Assim, entre outros aspectos, ficou decidido avançar, até ao mês de Outubro desse ano, com o plano de envolvimento dos comerciantes locais e dos camponeses, de modo a garantir a obtenção de castanha em quantidade suficiente.³² Mantendo ao serviço ainda alguns trabalhadores, incluindo parte das chefias, foi elaborado um detalhado plano de produção para o ano de 1998. A cumprir-se o previsto no “Relatório resumo do plano para 1998” (documento interno), a fábrica processaria mais de 3.600 tn de castanha, excedendo largamente os anos anteriores, com o recurso a uma força de trabalho com cerca de 350 operários.

Apesar das expectativas e da vontade genuína da administração em colocar a fábrica de novo em funcionamento, até hoje as portas não se abriram para deixar entrar os homens e as mulheres que, com esforço e perícia, transformam a castanha em amêndoa. Uma teia muito complexa de dificuldades e interesses impediu que a fábrica voltasse a funcionar. Em primeiro lugar a produção irregular e insuficiente de castanha nos últimos anos, conjugada com a procura dos exportadores, constituiu-se sempre na razão mais importante para a inactividade forçada da fábrica. Mas não só. De facto, se a inexistência de condições produtivas a montante do processamento contribuiu para o desinteresse dos proprietários, para a manutenção desta situação concorreu também a sua posição política e o percurso empresarial. Ao contrário do que acontecia com o proprietário português no tempo colonial, os actuais accionistas privados não estão, em termos financeiros, exclusivamente dependentes da fábrica. Com interesses noutros negócios, após a aquisição do capital social da fábrica prosseguiram com a diversificação empresarial, nomeadamente no sector do marisco. A isto juntam-se diversas rendas de imóveis que lhes garantem um rendimento regular nada desprezível. Assim, torna-se compreensível que só perante condições muito favoráveis se disponibilizariam a reabrir a fábrica.³³ Por outro lado, já na vertente política, instalou-se uma

³² Segundo a “Acta da reunião de paralisação da fábrica” – documento interno.

³³ Para além da atrás referida exportação de castanha em bruto, a gestão da fábrica velha manteve, após o encerramento e até meados de 1998, um pequeno espaço, no Maputo, onde fazia a preparação da amêndoa para posterior comercialização no mercado interno. A matéria-prima era adquirida em outras fábricas: amêndoa

contenda entre a Aicaju e o governo moçambicano. Face a expectativas industriais muito débeis, ela tende a ser exacerbada pelos empresários. Através da pressão política exercida sobre o governo, o objectivo é tentar tirar benefícios financeiros, ora por via da anulação das prestações em dívida, ora por via da chamada reprivatização:

Reprivatizar é fazer o quê? É devolver o nosso dinheiro e vender a outra pessoa? Maravilha, fico felicíssimo. É o que nós queremos fazer. Já pedimos várias vezes, já apresentamos as contas. Vá lá o governo levar o processo do erro que fez até ao fim. Agora devolvam-nos a nós, industriais, o dinheiro que nos fez perder, porque um ano depois de nos vender a fábrica das omeletes tirou-nos os ovos, vá lá devolver o dinheiro que nós demos, porque mal ou bem sempre pagamos uma parte (A. P. Tavares, CAu27).

Em relação aos trabalhadores, após o grosso ter sido dispensado aquando do encerramento da fábrica, os poucos que ficaram acabaram também, de modo sucessivo, por conhecer a mesma sorte. Em finais de 1997 já só estavam ao serviço 41 trabalhadores, todos da manutenção (*Metical*, n.º 117 de 9/12/1997). Em Janeiro de 2002 restavam na fábrica seis trabalhadores: o conselheiro, a dirigente sindical, três guardas e um técnico rural na machamba de Chaguala. Recontratados, encontram-se em situação muito precária, com salários em atraso, ou mesmo não recebendo o salário, como acontece com o técnico da machamba. Não são também efectuados descontos para o INSS, Sintic ou qualquer outra entidade. Todos os outros trabalhadores perderam qualquer vínculo à empresa, tendo sido indemnizados em Fevereiro de 2001. Após um processo político e negocial muito complexo, envolvendo o BM, a Aicaju e o Sintic, o governo reuniu os recursos financeiros necessários para pagar as indemnizações previstas na lei. Foram abrangidos os trabalhadores que à data da paragem da fábrica eram efectivos (cerca de 320 para um total de quase 550). Os trabalhadores efectivos que continuaram ao serviço receberam também as indemnizações a que tinham direito. Para os mais velhos ficou a angústia da incerteza sobre o acesso à reforma, para a qual descontaram desde o tempo colonial:

As pessoas foram pagas [receberam as indemnizações] em Fevereiro [de 2001]. Isso resolve o quê? As pessoas trabalharam anos e anos. Eu e os outros trabalhamos tanto tempo. Ficamos velhos. A fábrica comeu-lhes a carne, ficaram os ossos. Quem é que pode ficar contente com o que recebeu? Se não tivermos reforma, temos de ir pedir esmola. O senhor foi indemnizado, não pode pedir a reforma. É um processo que está com a segurança social e o sindicato. Tem a ver com as reservas matemáticas.

amarela, manchada e picada, transaccionando, por mês, 700 a 800 kg. Pequeno negócio, acabou ele também por

Porquê? Eu não tenho tempo suficiente? Eu quando comecei a trabalhar aqui eu era descontado num valor para fundo de acção social do trabalho. Era para quem? Mudou o nome. Passou a chamar-se junta de acção social do trabalho. Era para quem? Passou para lá da independência. E isso foi abolido. Depois segurança social. E eu comecei a descontar. A empresa tinha de fazer reservas matemáticas para transferir para a segurança social. Sinto que fui prejudicado” (José N., CAu7/15).

Severamente afectada pelo encerramento, a vila vive desde então entre a nostalgia e a recriminação, uma e outra muito vivas entre os antigos trabalhadores e pequenos chefes da fábrica. O fecho da fábrica é visto, de certa maneira, como a amputação de um membro do corpo social, uma ausência sempre presente através da estrutura fabril inanimada, à vista de todos para lembrar aquilo que ela foi mas já não é. A incerteza é a única coisa com futuro assegurado:

Não sei se alguma vez mais estas fábricas grandes voltarão a funcionar. Ou se Moçambique passará a ser Índia, com fabriquetas pequenas, onde cada família leva para casa castanha para descascar, depois a fábrica recolhe a amêndoa (José N., CAu7/15).

Em termos económicos, os efeitos do encerramento da fábrica fizeram-se sentir logo em 1997. Única grande empresa industrial do distrito, ela tinha um papel chave na circulação monetária, garantindo a dinamização do comércio local. Severamente afectados, embora alguns tenham participado no processo de exportação de castanha em bruto, os comerciantes insurgiram-se contra o encerramento da fábrica, dizendo que sem ela Manjacaze tem pouca viabilidade. Estimam a redução dos seus negócios em mais de 10.000€ mensais (v. *Metical*, n.º 117 de 9/12/1997). Aquando das eleições autárquicas, em Junho de 1998, muitos foram os que manifestaram as suas dúvidas em relação à viabilidade, mormente financeira, do município de Manjacaze com a fábrica encerrada (v. *Metical*, n.º 221 de 12/05/1998). A agravar as dificuldades, o ano de 1998 foi marcado pela seca e as más colheitas que afectaram diversas culturas, incluindo a mandioca, aumentando as privações da população, sempre à beira do limiar da sobrevivência (v. *Metical*, n.º 264 de 13/07/1998 e n.º 270 de 21/07/1998).

Apesar destes prognósticos sombrios, largamente reproduzidos pela imprensa, Manjacaze soube viver sem a fábrica, com os trabalhadores a inventar novas formas de sobrevivência e de reprodução das suas células domésticas. Como veremos mais à frente (capítulo X), os caminhos foram os mais variados, em boa medida definidos pelas oportunidades proporcionadas pelos diferentes recursos disponíveis, monetários, relacionais e

sucumbir ao desinteresse dos proprietários.

outros. Enquanto que a maioria, em especial as mulheres, regressaram às machambas, nunca abandonadas, alguns conseguiram lançar-se no comércio informal em Manjacaze ou, quando a rede relacional baseada no parentesco o permitia, tentar esta e outras actividades em Maputo.

Narrativa 4: Fátima Litumbe, (CAu 6)

Eu nasci em 1936 no distrito de Chibuto. O meu pai trabalhava na África do Sul, era mineiro. A minha mãe cultivava a machamba. Entrei na fábrica com 32 anos. Antes, tinha casado com um mineiro. Eu trabalhava na machamba. Quando o meu marido faleceu em 1965 eu fiquei lá [no Chibuto] no meu lar até 1967. Soube que havia emprego na fábrica. Entrei na fábrica nesse ano. Vim aqui, fiquei lá no portão com as outras. Fui contratada, entrei para a despeliculagem. Aprendi o trabalho com uma fiscal.

Como estava aqui com aquele pensamento de que não tinha marido, não tinha ninguém para me sustentar, tinha de trabalhar depressa, aprender. Não demorei na despeliculagem. Fui para a selecção.

Quando se dá a independência trabalhava na selecção. Nessa altura, quando o partido entrou nesta fábrica para implantar as estruturas, eu entrei para os conselhos de produção, mais tarde, em 1977. Era apenas membro. Em 1979 fui escolhida para secretária do conselho de produção. Nós coordenávamos os trabalhos com a célula do partido.

Quando há problemas temos de negociar, ir com o secretário à direcção negociar. Há aquele problema dos trabalhadores despedidos sem justa causa, o problema do desconto no salário do trabalhador sem justa causa. Eu trabalhava sob orientação do grupo dinamizador para dinamizar os trabalhadores para o levantamento da produção e da produtividade. Nós não estávamos a defender só os trabalhadores. Nós estávamos a defender os interesses da fábrica.

As coisas mais importantes eram resolvidas pelo partido. Nessa altura o movimento sindical era comandado pelo partido. Chegou uma altura em que o sindicato se tornou independente, deixou de depender do partido, passou a ter a sua política particular.

[Com a privatização] mudou um pouco. Nós trabalhávamos com o governo. Este tempo já não é como o tempo anterior. Temos de trabalhar com o patrão com muita calma. Ele sabe que os sindicatos são amigos dos trabalhadores. Mas quando temos um problema, a expulsão de trabalhadores por roubar, sabotagem, temos de trabalhar com o patrão, basear na lei do trabalho. Quando não está de acordo com a lei, nós escrevemos o ponto da lei que defende o trabalho e o patrão não vai expulsar.

Quando o secretário é demagogo, gosta de defender o trabalhador sem ver o problema, o secretário tem de ser despedido. Tem de pensar primeiro, estudar a lei do trabalho, para defender o trabalhador. Na empresa [o secretário] tem que saber defender e defender-se. Quando não souber defender e defender-se vai ser mandado embora. Tem que saber basear-se nos documentos, para não ser ameaçado pelo patrão.

Nós não somos contra os patrões. Só estamos contra quem não está a fazer bem. É trabalhador, foi apanhado com a castanha na mão, o que é que se pode fazer...

O sindicato não deve ser inimigo do patrão. Como pode ser se trabalham juntos? Se o patrão é o dono da empresa? Mas tem que defender os direitos dos trabalhadores. O sindicato não foi criado para lutar mas para orientar. Quando luta o secretário [é expulso] pelo patrão. Quando o sindicato é contra o patrão... Não fui contra o patrão.

Quando os trabalhadores começaram a preparar a greve [de 1994] eu disse que a greve não podia começar por aqui. A greve não é para brincadeira, tem os seus princípios. Eu fui ter com o patrão, o patrão disse que estava a negociar com o governo para pagar as indemnizações aos trabalhadores dispensados. Os trabalhadores disseram para eu ir a Maputo negociar com a direcção. Alguns começaram a dizer que isso era para ir falar outras coisas e não sei o quê... Foram ao Xai-Xai, à direcção distrital da OTM, quando ainda estava a preparar-me para ir a Maputo. A direcção recusou aceitar o documento com a proposta de greve.

Voltaram, foram a minha casa para eu assinar o documento. Eu disse que não podia declarar greve sozinha sem a orientação do secretariado nacional. É isso que está escrito na lei do trabalho. Eu fui a Maputo, expus o assunto, o secretariado escreveu documento para mostrar aos trabalhadores. O documento fala que nós estamos com os trabalhadores. Pedimos calma, pois nós ainda vamos falar com o patrão e o governo, que ainda tem 20% da fábrica. Os trabalhadores disseram que não queriam ouvir nada, que essa coisa de esperar e não sei o quê, não interessa, nós queremos o nosso problema resolvido. Logo que começou a greve eu fui sequestrada pelos trabalhadores.

Quadro 9. Trajecto histórico da fábrica velha

Fase	Período	Actores sociais	Contexto fabril	Contexto sócio-político
Observação e experimentação	1959 a 1960	Manuel Neto	Manuel Neto efectuou diversas visitas de observação a fábricas de processamento de caju em funcionamento, nomeadamente em Maputo; recolha de informação técnica e comercial; ensaio de modo artesanal de técnicas de processamento de castanha de caju para aquisição das competências básicas a esta actividade industrial. Viagem a Portugal onde contacta diversas empresas de construção de máquinas e equipamentos para a indústria de amêndoa mediterrânica.	A administração colonial, em especial os órgãos e agentes directamente ligados à economia consideravam do maior interesse para Moçambique a industrialização da castanha de caju.
Construção da fábrica e funcionamento com base em tecnologia de descasque a martelo e semi-mecânico	1962 a 1966	Manuel Neto	Manuel Neto começou por processar, durante alguns meses, a castanha nos armazéns da sua residência-pousada. De seguida, iniciou a construção da fábrica recorrendo a materiais precários: madeira e caniço. Pouco depois, M. R. Neto arrancou com a construção do primeiro edifício fabril em alvenaria. O processamento foi a martelo até 1966. Daí até 1972 foi semi-mecânico.	O governo colonial incentivou Manuel Neto a implantar uma fábrica numa zona totalmente desprovida de emprego industrial. Moçambique conhecia um acentuado desenvolvimento económico, com especial destaque para as agro-indústrias (cana-de-açúcar, sisal, algodão). Este desenvolvimento tinha um forte conteúdo político. Em Angola, a guerra de libertação estava já em curso, pelo que a melhoria das condições de vida material da maioria negra era essencial para a contenção da ameaça independentista em Moçambique.
Expansão da empresa e mudança tecnológica	1967 a 1974	Manuel Neto Hassan Ali	Um membro de uma família de comerciantes indianos sediados em Lourenço Marques tornou-se sócio de Manuel Neto. Com esta parceria, a empresa estava em condições de expandir a sua produção, construindo novas instalações e alterando a tecnologia de descasque da castanha de caju	A guerra de libertação afectava o norte de Moçambique. Nos anos 70 a Frelimo colocava crescentes dificuldades ao exército colonial. A expansão industrial prosseguia, nomeadamente no sector do processamento de castanha de caju. A evolução técnica no domínio do descasque aumentou o interesse dos investidores, nomeadamente do capital multinacional.
Transição para a independência.	1975	Manuel Neto Finias Cossa Pedro “Kid-Kid” Adolfo Bila	Apesar do interesse em permanecer em Moçambique, a pressão política movida pelo administrador frelimista e o interesse dos trabalhadores mais politizados em alterar a propriedade e o modelo de gestão e organização inviabilizaram o desejo de Mannuel Neto. Incapaz de reunir as condições políticas básicas para garantir a posse e exploração da fábrica, partiu para Portugal quatro após a independência.	Moçambique torna-se independente, adoptando um programa político revolucionário de orientação socialista. Embora não implicasse, de imediato, a propriedade pública dos meios de produção, os interesses dos dirigentes e o contexto social favoreciam-na. Salvo as empresas controladas pelo capital internacional, capaz de fazer pressão sobre o jovem país, nomeadamente através dos seus Estados, quase ninguém foi capaz de preservar a posse das suas fábricas.
Propriedade estatal	1975 a 1994	Finias Cossa Pedro “Kid-Kid” Adolfo Bila César Novele Vasco Agripetui S. Mausse Moisés Siuta	A partida de Manuel Neto para Portugal deixou a fábrica em dificuldades. A gestão foi assegurada pelo GD. Posteriormente, foi criada uma CA que geriu a fábrica até à institucionalização do modelo jurídico de empresa estatal. Este implicou um manifesto recuo no nível e qualidade de intervenção dos trabalhadores na participação e controlo da gestão. As rivalidades e as deformações provocadas pela influência dos valores tradicionais, nomeadamente os relacionados com a poligenia e os privilégios atribuídos às chefaturas, afectaram profundamente o funcionamento da fábrica. Este foi também perturbado pela guerra civil e a desorganização dos circuitos de comercialização da castanha de caju, fazendo com que a fábrica interrompesse a laboração ou funcionasse muito abaixo da capacidade produtiva instalada.	Com a independência deu-se a fuga de numerosos quadros técnicos e gestores fundamentais ao normal e eficiente funcionamento das empresas e da economia do país em geral. A solução passou pela formação acelerada de quadros moçambicanos e a colaboração de cooperantes de países socialistas e de exilados latino-americanos, em especial chilenos. O sector do caju continuou a ser considerado estratégico para a economia moçambicana. A guerra primeiro e, posteriormente, os interesses da burocracia frelimista arruinaram o sector produtivo do Estado, acabando por mergulhar as empresas estatais em crises severas que facilitaram o processo de privatização, conforme as instruções das instituições do Consenso de Washington.
Privatização	A partir de 1997	Júlia Salim A. P. Tavares Director fabril Moisés Siúta	Dois membros da burocracia estatal adquirem a propriedade jurídica da empresa. Funcionou de Abril de 1995 a Agosto de 1997. A partir desta data mantém-se em situação de paragem da produção por tempo indefinido. Os trabalhadores da empresa estatal mantiveram-se ao serviço. O último delegado-executivo, com mais de 30 anos de fábrica, foi colocado como consultor da gerência. A fábrica acabou por dificuldades de aprovisionamento de matéria-prima, em resultado das lutas travadas entre o sector industrialista e os interesses comerciais ligados à exportação de castanha <i>in natura</i> .	Desde a adesão de Moçambique aos acordos de Bretton Woods que a liquidação do sector produtivo do Estado era inevitável. Ele veio a ocorrer em meados dos anos 90, após o fim da guerra civil em 1992 e num momento em que os interesses burgueses no interior da Frelimo estavam já suficientemente consolidados. Neste novo contexto político, em que se instala em pleno o Estado rentista, a rendição à ideologia neoliberal é completa, com um predomínio dos interesses dos mediadores e dos interesses ligados à realização rápida de rendimentos.

Capítulo VIII

Entre martelos e lâminas: a reconfiguração da economia do caju

A destruição da empresa estatal Caju de Moçambique e a alienação a retalho das suas fábricas decorreram num quadro económico e social dominado pela ingerência das instituições do Consenso de Washington. O programa de privatizações em Moçambique é inseparável da liberalização das suas trocas comerciais com o resto do mundo. Porém, desde o início, este processo estava eivado de contradições que acabariam por se manifestar assim que se colocou em marcha. Como já foi analisado nos capítulos IV e V, não se tratava somente das contradições entre capital e trabalho, isto é, da oposição entre a cobiça da velha burocracia frelimista pela riqueza e os trabalhadores das fábricas da Caju de Moçambique. Como veremos, este processo desencadeou uma constelação de outras contradições em várias esferas: (i) no interior do aparelho de Estado moçambicano; (ii) entre as diversas burguesias nacionais (iii) entre segmentos destas e as instituições, Estados e burguesias internacionais. À medida que o processo avançava, e face a interesses inconciliáveis, as oposições, tensões e conflitos faziam sentir os seus efeitos. Entre golpes e contra-golpes, a burguesia industrial emergente saída da burocracia estatal foi inapelavelmente derrotada.

No cerne destas lutas figurava também uma dissensão tecnológica, opondo a referida burguesia emergente às instituições internacionais. Se é certo que o choque aberto e feroz entre as partes envolvidas apenas se deu em meados dos anos 90, as suas raízes são mais antigas. Em 1990, a FAO apresentou um relatório sobre a reabilitação do sector do caju, no qual considerava o sistema mecânico, de capital-intensivo, usado nas fábricas da Caju de Moçambique, como obsoleto, propondo em alternativa o sistema comumente designado por indiano [v. *Mozambique cashew industry study – Rehabilitation of cashew sector assistance* (1990)].

Os protagonistas neste debate circunscreveram a tecnologia ao equipamento e seu modo de funcionamento, evacuando de certo modo a dimensão social e política a ela inerente. Não podendo escapar à análise das suas posições tal como elas foram formuladas, ao longo do texto estará subjacente que a tecnologia é muito mais do isso. Na sua análise de *O Capital*, Harvey (1999: 100) mostra-nos que a tecnologia é a forma material do processo de trabalho através da qual as forças produtivas e as relações de produção se exprimem. Longe de ser socialmente (ou ecologicamente) neutra (v. Martinelli 1987: 321-322), a tecnologia tem um enorme impacto na organização do trabalho (Burawoy 1979: 47) e está indissolivelmente ligada às lutas sociais e às relações de força que opõem os trabalhadores ao capital e aos conflitos que ocorrem nos espaços de produção. Quer dizer, as opções tecnológicas não podem ser separadas das mudanças sociais e das estruturas no interior das quais elas fazem sentir os seus efeitos nem, tão pouco, a sua crítica pode ser separada da crítica das formas organizacionais engendradas nos espaços de produção. Mais, as opções tecnológicas são inseparáveis das políticas de produção, do modo como se organiza o trabalho no espaço de produção e do papel nele desempenhado pelos operários. Colocado o conceito nestes termos, a tecnologia não é somente, como escreve Cresswell (2000: 698-689), o estudo das actividades humanas relativas à obtenção e transformação dos materiais naturais, mesmo que ele englobe as matérias-primas, as ferramentas, os gestos, os saberes, as cadeias operatórias e as relações sociais que lhe estão associadas.¹

A tecnologia faz parte do conflito que opõe o trabalho ao capital, funcionando como um recurso que este utiliza sempre que a subida dos salários ameaça a acumulação (Harvey 1999: 117-124). Como salienta Harvey, o contributo de Marx [1974 (1867)] é, nesta discussão, crucial, ao tornar evidente que a tecnologia pode funcionar como um instrumento para a redução da capacidade de intervenção dos operários no espaço de produção, incluindo a capacidade de colocar em prática greves e outras formas de luta organizada. Observando a história da indústria de caju moçambicana, a fábrica velha e muitas outras, as condições sociais então prevaletentes eram propícias, melhor dito, exigiam o investimento em sistemas mecânicos relativamente complexos. Em contraponto, actualmente tudo concorre para o retorno dos velhos sistemas técnicos usados há mais de meio século em Moçambique.

¹ Este autor inscreve-se numa linha de investigação ligada à tecnologia cultural levada a cabo por tecnólogos e antropólogos franceses. Dela resultou uma vasta produção científica (Cresswell 1983, Martinelli 1980, 1987, 1989, 1993, 1995, Balfet 1991, Chevalier 1991, Lemonnier 1996, Geslin 1999) que encontra em Leroi-Gourhan [1971 (1943), 1973 (1945), 1964, 1965] e Mauss (1960) as suas referências fundadoras principais.

1. A liberalização como fim: uma agenda política para a economia do caju

Prosseguindo com a sua estratégia de liberalização da economia moçambicana, o BM avançou em meados da década de 90 para o sector do caju. Sujeito desde os anos 50 a uma intervenção reguladora do aparelho estatal, este sector encontrava-se excessivamente “protegido” na óptica do pensamento neoliberal. Não bastava, de modo algum, privatizar as fábricas, havia que liberalizar a cadeia comercial, desde o produtor até à exportação da castanha em bruto, acabando com todos os mecanismos administrativos de definição de preço, abastecimento da indústria e restrições fiscais à comercialização nos mercados internacionais.

As fábricas privatizadas eram todas de capital-intensivo. Esta especificidade colocou a burguesia emergente perante mais um factor que concorreu fortemente para o desenlace final, sobretudo quando teve de se confrontar, com particular agudeza, com a diminuição estrutural da produção de caju que afecta Moçambique desde o final da presença colonial. A queda desta burguesia foi também a do mais importante sector industrial da economia e de uma parte muito significativa da classe operária moçambicana. Neste sentido, é possível dizer que a derrota dos industriais foi, apesar das manifestas insuficiências e ambiguidades, a derrota da única saída possível para Moçambique constituir, no quadro dos apertados limites impostos pelo neoliberalismo, uma burguesia produtiva capaz de liderar um efectivo programa de reconstrução económica com efeitos concretos na vida quotidiana dos cidadãos.

O processo é bem conhecido, tendo merecido o acompanhamento dos *media* (entre outros, o *Metical*, n.º 111 de 1/12/1997 e *AIM*, de 2/2/1999). Recorrendo à chantagem, de eficácia largamente comprovada em outros países, o BM impôs ao governo moçambicano, no âmbito do CAS,² a introdução de medidas liberalizadoras para a exportação de castanha de caju, através da redução da sobretaxa aplicada de 26% para 20% em 1995, devendo esta desaparecer completamente em 1999.³ De contrário, não libertaria os créditos de que o país carecia para a reconstrução no valor de 400 milhões de dólares:

Nós percebemos que o governo estava entalado. Assinou coisas que nunca deveria ter assinado. Assinou sem ter percebido as consequências. O governo foi chantageado pelo BM que fez depender a libertação do crédito da liberalização da exportação de castanha. Esperávamos que o governo encontrasse connosco uma solução, não aceitando a eliminação da sobretaxa. Nós éramos o segundo maior exportador de amêndoa a seguir à Índia, agora não contamos nada. Eles fizeram o favor de nos tirar do mapa. Vejamos o açúcar. Faz-se a privatização e o BM vem dizer que pode haver sobretaxa.

² Trata-se do documento onde o BM expõe a sua estratégia para o país beneficiário.

³ Proibida desde 1975, a exportação de castanha foi autorizada a partir de 1991 (v. J. P. Leite 2000).

Como o capital é estrangeiro, existem outras formas de pressão, os governos da nacionalidade do capital defendem os interesses destes (Mário T., CAu16).⁴

Corroborando esta posição, em 1997, numa intervenção no parlamento, o ministro responsável pela área industrial referiu que o governo tinha sido colocado “contra a parede” pelo BM, pelo que foi preciso escolher entre os interesses gerais do país e os interesses relacionados com a indústria de processamento de castanha (v. *Metical*, n.º 114, de 4/12/1997).

Sendo certo que o governo moçambicano foi sujeito a uma forte pressão, sob a ameaça da asfixia financeira, importa salientar também que o BM contou com os seus aliados locais, não raro dele dependentes como consultores. Formados em universidades americanas, são genuínos “cavalos de tróia” do neoliberalismo, marcando presença em todos os ministérios, onde lhes cabe uma parte substancial do trabalho de organização e preparação de relatórios e outros documentos essenciais à tomada de decisões políticas por parte dos titulares das pastas. O Mader é um caso bem elucidativo. Até meados da década de 90, o órgão de tutela directo do caju, a SEC, ainda defendia com energia as propostas favoráveis à preservação da indústria de processamento moçambicana, referindo justamente que

a liberalização completa da comercialização da castanha pode levar o país à situação em que se encontra hoje a Tanzânia. Consta que naquele país existem fábricas novas que aguardam inauguração há anos devido à falta de matéria-prima derivada da liberalização total do processo de comercialização primária da castanha de caju (Comunicação 139/SEC/GSEC/94, de 5/09/1994).⁵

Mas a situação estava já a alterar-se muito rapidamente. Desde a segunda metade dessa década que a influência dos técnicos moçambicanos licenciados e pós-graduados nos Estados Unidos, mormente pela Universidade Estadual do Michigan no seu Departamento de Agricultura Económica, é bem visível. Nas inúmeras publicações académicas e de opinião,

⁴ O entrevistado refere-se à açucareira da Companhia de Sena, de capitais maioritariamente mauricianos. Antiga Sena Sugar Estates, foi até à década de 80 a maior empresa produtora de açúcar de Moçambique. Localizada numa zona de intensa actividade da Renamo, encontrava-se, desde essa época, encerrada até que a chegada dos investidores das Maurícias permitiu a sua reconstrução e retomada das operações industriais. Aquando da visita a Moçambique, em Junho de 2000, o secretário de Estado do tesouro dos EUA deixou implícito – pelo menos assim foi entendido pelos *media* moçambicanos – que concordava “com a industrialização do açúcar e com o financiamento do sector privado” (*Metical*, n.º 756 de 19/06/2000).

⁵ Como veremos mais à frente, para o colapso da indústria de processamento de castanha de caju na Tanzânia concorreram outros factores. No final da década de 70, quando a produção se encontrava em declínio, situação que exigia prudência nos investimentos a nível industrial, foram construídas quase uma dezena de novas fábricas. A sua capacidade produtiva, somando-a à já existente, elevava as necessidades anuais de matéria-prima para mais do dobro do que normalmente era obtido em cada campanha (v. documento principal do *Workshop on cashew development for southern Africa and eastern Africa*, realizado em Outubro de 2001 pelo Incaju).

muitas delas baseadas em investigações financiadas pela USAID, e nas intervenções públicas, mesmo ressalvando que elas não vinculam o ministério, as teses neoliberais são defendidas com veemência. Todos eles olham para o mercado e o comércio livres como o elixir para todos os problemas com que a economia moçambicana se defronta. Bastaria uma breve imersão na história para perceberem a gravidade do erro em que incorrem. Por exemplo, poderiam aprender com Hobsbawn (1990: 56) quando este esclarece que no final do século XIX a Grã-Bretanha era, de entre todas as nações industriais, a única a defender o comércio livre sem restrições. Esta defesa nada tinha a ver com o desenvolvimento económico geral e o enriquecimento das nações mas com a defesa de interesses económicos próprios directamente relacionados com o facto de ser, na época, o principal exportador de produtos industriais. Entrevê-se, assim, que a dependência do aparelho de Estado moçambicano não é apenas financeira, ela é também técnica e ideológica [v., entre outros, Marrule *et al.* (1999), Mole e Weber (1999) e Low *et al.* (2001)].

Em termos políticos é importante sublinhar as alterações na composição de classe da Frelimo. Esta voltou a ser uma frente mas de uma natureza muito diferente. Já não uma frente anti-colonialista, com objectivos precisos – a derrota do exército colonial português, a independência nacional e um programa de desenvolvimento de orientação socialista – mas, em rigor, uma enorme constelação de interesses e classes sociais, na qual a burguesia como classe e o neoliberalismo como ideologia são hegemónicos. Para além da paz, nada mais existe na agenda política do partido que seja comum a todos os seus membros. Deste modo, a forte heterogeneidade da sua composição social trouxe para o interior da organização as contradições que atravessam a sociedade. No caju do caju, a burguesia industrial emergente foi colocada em minoria dentro do partido, melhor dito, derrotada às mãos dos comprometidos com outros interesses e negócios, nomeadamente os ligados à exportação da castanha em bruto:

Destruindo a indústria em Moçambique, toda a castanha de Moçambique vai para a Índia a preço de banana. Neste momento é uma das grandes operações de lavagem de moeda. No ano passado fizemos as contas. Havia uma diferença de 260 dólares entre o preço do mercado internacional – um preço que nem sequer era o melhor – e o preço pelo qual os nossos exportadores exportaram a castanha. Multiplique por 28.000 toneladas, que foi o que eles exportaram. Não dá para meter um bife na boca destes corruptos todos? Dá, até dá para meter dois! Se as coisas mudassem, se a indústria fechasse e se cerca de 40, 50, dependendo de ano para ano, mil toneladas de castanha passasse a ser exportada em

bruto por cinco exportadores, a máquina da corrupção está perfeitamente oleada para funcionar. (A. P. Tavares, CAu27).⁶

Trata-se de um pequeno naipe de empresas, a maioria delas dominadas por famílias de origem indiana, às quais se juntaram empresários negros saídos do *black empowerment* com manifestas ligações à Frelimo. Apesar das rivalidades internas que os opõem entre eles, no contexto da concorrência e da luta pelo domínio do mercado, não deixaram de utilizar os seus recursos para influenciar as opções políticas no sentido dos seus interesses como grupo. Nos anos mais agudos da “guerra” da castanha, em meados da década de 90, a imprensa fez eco dessas rivalidades, nas quais as acusações trocadas chegaram a ter um conteúdo racista, com os negros a classificarem os asiáticos e os brancos de invejosos (*Savana*, n.º 597 de 13/6/1997).

Mostrando a relevância política e os impactos não só económicos como sociais do sector do caju, as dissensões internas na Frelimo acabaram por se expressar publicamente e, como veremos, de forma algo inesperada. Em 1997, quando a indústria do caju lutava pela sobrevivência e o trabalho engajado de Carlos Cardoso e seus companheiros no jornal *Metical* aumentava a pressão sobre o poder político, a Frelimo considerou numa sessão da AR, pela voz de Armando Gebuza,⁷ um dos seus mais influentes dirigentes e líder parlamentar, o caju como um tema que fazia parte das preocupações legítimas de ambas as bancadas (Frelimo e Renamo).⁸ Uma outra deputada do partido exigiu a proibição por lei da exportação de castanha, tendo sido aplaudida pelas referidas forças políticas (v. *Metical*, n.º 107 de 25/11/1997). Apesar de contarem com alguns apoios a nível internacional, a correlação de

⁶ Embora se possa admitir uma qualidade inferior ao padrão internacional para a castanha moçambicana, o preço médio de exportação era muito inferior ao que vigorava no mercado internacional, bem abaixo do que conseguia a vizinha Tanzânia. A situação tornou-se tão escandalosa que a própria alfândega moçambicana acabou por se ver obrigada a intervir em 2001, tentando esclarecer as razões do desfasamento entre o preço da castanha moçambicana apresentado pelos exportadores – 370 \$USD/tn/FOB – e o preço então em vigor no mercado internacional – 650 \$USD/tn/FOB – e combater a eventual evasão tributária (*Metical*, n.º 763 de 29/06/2000 e n.º 930 de 23/2/2001).

⁷ Gebuza foi recentemente designado pelo Frelimo como candidato às eleições presidenciais de 2004.

⁸ É de sublinhar que no editorial de 20/10/1997 (*Metical*, n.º 82), Cardoso referiu, no que constituiu um dos mais sérios ataques à elite moçambicana, que “um dia, Joaquim Chissano, Pascoal Mocumbi, Tomaz Salomão e Oldemiro Baloi farão o favor de explicar a Moçambique porque é que é melhor exportar castanha em bruto a 700 dólares do que exportar castanha processada a 900”. Seria brutalmente assassinado a 22 de Novembro de 2000. Sendo dos poucos em Moçambique a fazer jornalismo de investigação, os seus artigos eram vistos por muitos como uma ameaça. No julgamento os arguidos em prisão preventiva denunciaram o envolvimento de figuras da elite moçambicana, como mandantes e organizadores do crime, com particular destaque para Nympine Chissano, filho do actual presidente da república (*Vertical*, n.º 206 de 2/12/2002).

forças a nível interno era demasiado desfavorável aos defensores da indústria e, além disso, a própria dinâmica do processo acabou por jogar a favor das teses do BM.⁹

Esta conflitualidade de interesses entre exportação *in natura* e processamento da castanha vem de longe, marcando toda a história da economia do caju em Moçambique (v. capítulo IV e J. P. Leite 2000). A grande novidade é a alteração na orientação política. Rompendo com uma estratégia que se mantinha inalterada desde os anos 50, passa a privilegiar os comerciantes exportadores em detrimento da indústria.

Em síntese, a aliança informal e nunca reconhecida pelas partes envolvidas – BM, exportadores e elite frelimista maioritária – facilitou o vencimento das teses liberais para o sector do caju, conduzindo-o ao desastre. Como cruamente explica Cardoso no seu *Metical* (n.º 2 de 20/10/1997), estamos perante um exemplo concreto dos efeitos da aliança mortal entre o FMI e o BM, por um lado, e as cleptocracias africanas. Agindo em estreita cooperação, têm conduzido os países e povos africanos ao caos. Obviamente, face à falência das teses neoliberais e à ruína provocada pelas suas políticas, alguns sempre dirão que não existe alternativa... É a retórica da TINA (*there is no alternative*) que visa esvaziar e deslegitimar a oposição política e social ao neoliberalismo. Longe de ser novidade, ela retoma o argumentário esgrimido no século XIX sobre a “aparente inevitabilidade do capitalismo” e sua “aparente invulnerabilidade” (Wallerstein 2002: 18).

2. Liquidar a indústria para defender os camponeses: o neoliberalismo em socorro dos mais pobres?

A retórica liberalizadora é disfarçada por uma pretensa neutralidade. Como esclarece Stiglitz (2003), um homem da máquina neoliberal, profundo conhecedor dos seus mecanismos de funcionamento, as decisões do BM e das demais organizações do consenso de Washington são formuladas com base numa mistura de ideologia e fundamentos económicos medíocres. O desencorajamento ostensivo da discussão aberta não impede somente o

⁹ Na imprensa internacional o destaque vai para a simpatia com que alguns jornalistas suecos acolheram as teses industrialistas. Por seu lado, a UNCTAD alerta, no seu relatório de 1997 sobre o comércio e o desenvolvimento, para os efeitos provocados pela exportação de matérias-primas: diminuição dos preços pagos aos camponeses em favor do aumento das margens de lucro comerciantes e outros intermediários (v. *Metical*, n.ºs 44 e 115 de, respectivamente, 25/8/1997 e 5/12/1997). Quatro anos mais tarde, num momento em que a indústria está já paralisada e Moçambique foi literalmente removido da economia mundial do caju, 11 membros do congresso americano criticam severamente as políticas do BM e do FMI para o sector do caju em Moçambique, instando o seu governo a alterá-las (v. *Metical*, n.º 978 de 2/5/2001).

questionamento das decisões e opções tomadas, parece também actuar como mecanismo de ocultação dos interesses dominantes aos quais as organizações estão submetidas.

Apesar da sua inquestionável força, a ordem neoliberal já não se consegue impor como se da ordem natural das coisas se tratasse, mesmo nos países periféricos. Assim, nada é feito sem que antes as missões e os consultores de turno apresentem os seus estudos e relatórios, cujas conclusões concordam sempre com as teses neoliberais defendidas pelos seus empregadores. No caso do caju, o grosso da empreitada coube a Hilmarsson (s.d), um consultor agenciado pelo BM para legitimar, com a manipulação mais ou menos hábil de dados empíricos, os pressupostos do modelo económico ocidental hegemónico. Para a realizar, visitou Moçambique em meados de 1994 integrado numa missão do BM. O seu trabalho foi incluído num relatório geral publicado em 1995 sobre, assim o considerou o BM, os impedimentos para a recuperação do sector industrial moçambicano.¹⁰ Certamente no seu afã em contentar os proponentes da encomenda, o autor apresentou um documento algo frágil que deu ampla margem para os seus críticos tecerem as mais severas críticas e suspeições, incluindo a acusação de relações promíscuas entre o BM e o *lobby* indiano do caju. De facto, assim que caiu no domínio público, o conhecido *second draft* de Hilmarsson deu origem a uma acesa discussão, merecendo as mais vivas críticas da parte dos industriais das fábricas recém-privatizadas e da associação representativa do sector, acompanhados sempre pelo intrépido Carlos Cardoso que fez do seu jornal um espaço de debate e de proposta de ideias e soluções para a defesa do sector do caju. Para um dos industriais com responsabilidades na associação do sector,

os consultores do BM fazem o trabalho sentados no hotel Polana.¹¹ Aconteceu isso com o caju. Mesmo os moçambicanos não podem dizer mal deles. São pagos por eles. Eu disse ao Hilmarsson: não sei quanto é que o BM lhe paga mas eu cubro-lhe o salário e vai gerir a minha empresa nas condições que propõe. E depois veremos se consegue lá chegar (Mário T., CAu16).

Em pouco mais de três dezenas de páginas o relatório preliminar de Hilmarsson analisa todo o sector do caju, incluindo as suas componentes agrícola, comercial e industrial,

¹⁰ *Impediments to Industrial Sector Recovery* (1995), Report n.º 13752-MOZ (Macro, Industry and Finance Division, Southern Africa Department, Document of World Bank), in www-wds.worldbank.org/servlet/WDSCContentServer/WDSP/IB/1995/08/22/000009265_3961019100155/Rendere/INDEX/multi0page.txt. Considerando que a discussão se fez com base no *draft* de Hilmarsson e não no relatório final aqui citado e que o acolhe no corpo do seu texto, far-se-á referência preferencialmente àquele na presente discussão.

¹¹ Luxuosa unidade hoteleira fundada na época colonial. Localizada na zona nobre da cidade de Maputo, é um dos locais de alojamento e de trabalho escolhido pelos consultores e funcionários das agências internacionais que se deslocam a Moçambique.

tendo como objectivo principal avaliar o impacto da liberalização do sector para o incremento da produção de caju em Moçambique, através do crescimento dos preços reais na produção. Nas suas conclusões e recomendações considera, entre outros aspectos, que (i) a proibição da exportação de castanha em bruto foi a condição básica para permitir a existência de uma indústria de processamento inviável, do ponto de vista tecnológico e financeiro; (ii) é necessário a reforma do sistema de preços, de modo a aumentar o rendimento dos camponeses e a promover a renovação do cajual; (iii) é preciso proceder à liberalização geral do sector, em especial ao nível do sector grossista, dominado por um oligopólio; (iv) deve-se dar total protagonismo aos agentes privados, apenas admitindo a intervenção do estado no domínio da investigação e dos serviços de extensão rural; (v) o valor acrescentado da indústria de processamento de caju tem sido marginal ou negativo nos últimos anos em Moçambique; (vi) a introdução de tecnologia baseada em mecanismos simples e utilizando mão-de-obra intensiva, respeitando as regras de funcionamento do mercado, aumentará as receitas externas e melhorará o rendimento dos camponeses.

Hilmarsson toma como pressuposto que os “agricultores” moçambicanos se guiam segundo as racionalidades prescritas pelos mecanismos de mercado, sendo sensíveis e orientando o seu comportamento segundo as regras da oferta e da procura e os mecanismos de formação e flutuação dos preços nela existentes.¹² Ora, o que encontramos, sobretudo no aproveitamento da castanha de caju – as condições em que o cajueiro produz só de modo muito enviesado o permite definir como exploração no sentido ocidental de cultura agrícola –, são camponeses que praticam uma agricultura familiar orientada para o auto-consumo, raramente recorrendo a força de trabalho assalariada, quase sempre no limiar da sobrevivência, sem capital, instrumentos e equipamentos motorizados de produção. Algo que foi justamente observado, há já quase quatro décadas, pela comissão técnica de planeamento e integração económica colonial, ao afirmar que o cajueiro é uma “árvore semi-espontânea em Moçambique e o seu aproveitamento constitui mais uma operação de recollecção do que uma cultura”, encontrando-se mal aproveitado pelo camponês “que, em geral, lhe não dispensa quaisquer cuidados, sendo, com frequência, atingido pelas queimadas e tendo de competir com a vegetação espontânea” [III Plano de Fomento - Parte II, Relatórios Sectoriais, vol. I, Agricultura e Silvicultura, Tomo II, Capítulos 5º a 7º (1966). Lourenço Marques, Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica, 146].

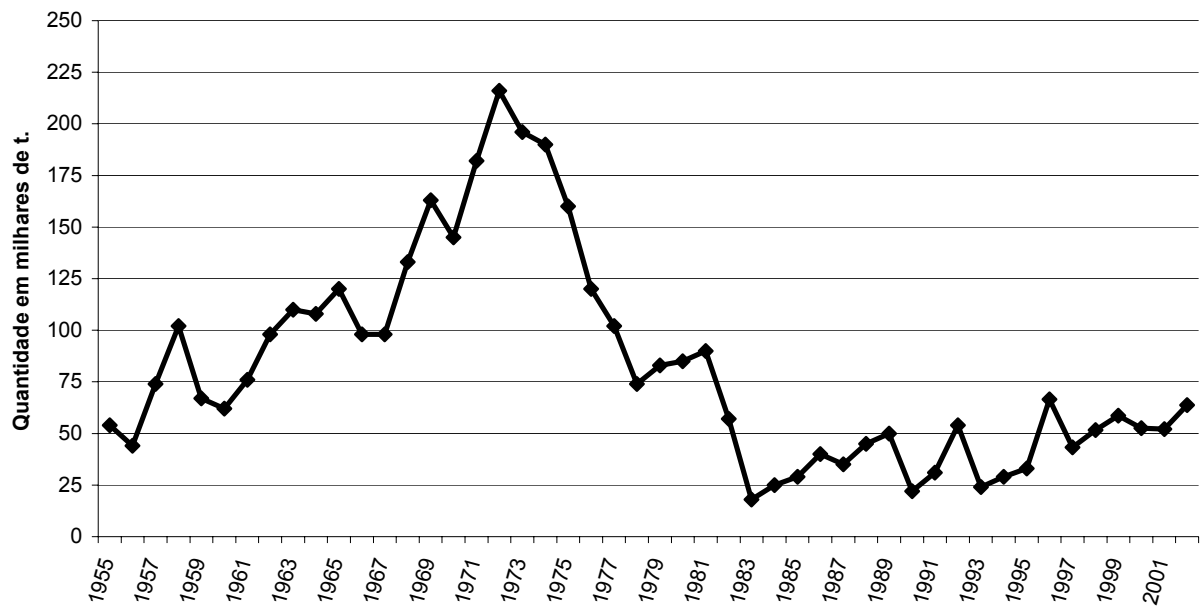
¹² O autor usou sempre a palavra *farmer* para identificar os homens e mulheres ligados à terra. A tradução possível, em termos sociológicos e atendendo ao modo como ela é usada e aos pressupostos político-ideológicos que conduzem o autor, é fazendeiro ou agricultor, entendido como alguém que trabalha por conta própria, podendo ter assalariados, motivado e orientando a sua produção prioritariamente para o mercado.

Em rigor, o total de camponeses que utilizam fertilizantes, máquinas ou tracção animal não chega a 5%. A castanha colocada no mercado pelas famílias camponesas ronda os 50%, sendo a restante utilizada para consumo doméstico. Embora seja uma cultura de rendimento importante, a dependência em relação ao mercado não é total [*Inquérito do Caju ao Sector Familiar* (1998)]. Por outro lado, o cajueiro encontra-se espalhado pelos campos, associado a outras árvores, de uma forma não ordenada, tornando difícil e pouco compensador, por exemplo, trabalhos de poda. Sublinhe-se que se trata de árvores de grande porte, superior a 10 metros de altura, requerendo a posse de instrumentos, nomeadamente escadas e serras, que os camponeses quase sempre não dispõem. Mais problemático ainda, alocar tempo para trabalhos desta natureza pode implicar um menor cuidado ou abandono parcial das culturas de subsistência, com riscos para a sobrevivência quotidiana. Obedecendo a uma outra racionalidade, o camponês face à alternativa *trabalhar para comer todos os dias/trabalhar para uma cultura de rendimento*, esta última não raro de resultados duvidosos, opta legitimamente por aquela que mais garantias de vida lhe proporciona:

Nestes últimos tempos nós não estamos a ver nada com os cajueiros. A preferência agora é abrir uma machamba onde a pessoa vai semear coisas para sobreviver. Ali, pelo menos, tem qualquer coisa para comer. Se com este projecto [de pulverização] as coisas voltarem a dar certo, é possível que todas as pessoas possam voltar a cuidar dos cajueiros (G. Matsinhe, cantineiro do mato, CAu25).

Neste contexto, não poderá constituir surpresa que ninguém se desloque à machamba para cuidar dos cajueiros e, por outro lado, estes sejam sujeitos a queimadas para preparação de terra arável e obtenção de lenha e carvão vegetal para consumo doméstico. Assim, o “desinteresse” do camponês em relação ao cajual tem muito a ver com as bases económicas que o sujeitam, apesar de tal não ser entendido por muitos africanos urbanos. Daí que estes considerem que os camponeses não estão culturalmente preparados para compreender a importância do caju para a economia moçambicana. Deste modo, a tese liberal sobre a existência de uma correlação mecânica, por obra da acção dos dispositivos mercantis, entre a subida do preço da castanha ao camponês e a intensificação dos seus esforços para o incremento da produção, evocada recorrentemente por Hilmarsson, deve ser interrogada e criticada.

Mas como explicar a evolução da produção anual de castanha de caju nos últimos 50 anos, marcada por um crescimento até à independência, após o que sucedeu um inexorável declínio, ainda que pontuado de algumas recuperações sempre efémeras (figura 21)?



Fonte: Incaju (2003)

Figura 21. Castanha de caju comercializada em Moçambique (1950-2001)

Como se tentará mostrar, são múltiplas as causas que permitem explicar este declínio: a desarticulação da rede comercial rural provocada pela saída dos pequenos cantineiros portugueses, a alteração radical da estrutura política-administrativa nas zonas rurais pós-independência, a guerra civil, a virulência de algumas doenças e pragas do cajueiro e políticas governativas desadequadas.

Como em muitos outros campos da economia e do aparelho produtivo moçambicanos, o êxodo dos colonos portugueses afectou severamente a estrutura administrativa nos campos, privando o sector do caju do apoio técnico relacionado com o trabalho de extensão. Apesar das justificadas críticas que se podem colocar à política colonial levada a cabo nesta área, ela contribuiu efectivamente para o crescimento sustentado da produção de caju. Tinha no regulado um dos seus pilares. A cada régulo competia a tarefa de controlar a realização das podas e das sachas, tão importantes para a boa produção de castanha por árvore, em troca de uma “remuneração” não monetária entregue pelos camponeses a título de imposto. Normalmente consistia, aquando da época da campanha, numa lata de cerca de 15 kg de castanha e em 5 litros de aguardente por família. Por outro lado, as queimadas eram controladas e desincentivadas, se necessário com o recurso à palmatória do cipaio. No entanto, a área de cajal submetida a estas regras era reduzida. Como foi observado nos relatórios do *III Plano de Fomento* relativos à agricultura e silvicultura, o cajueiro estava mal

aproveitado, exigindo-se uma intervenção decidida nesta “cultura”, sem a qual não seria possível assegurar grandes produções, sublinhando-se que onde existiam cuidados adicionais a produção subia bastante. Era o caso das aldeias de Coolela e das Laranjeiras, ambas em Manjacaze, em que a produção média por árvore atingia valores em torno, respectivamente, dos 10 kg e 16 kg. Mostrando que nem sempre a política de desenvolvimento colonial assentava na coacção, este plano de fomento sugeria a organização e associação dos camponeses em cooperativas de produtores, a construção de armazéns comunitários e a venda conjunta de castanha [v. *III Plano de Fomento – Parte II, Relatórios Sectoriais*, vol. I, Agricultura e Silvicultura, Tomo II, Capítulos 5º a 7º (1966)].

Dando credibilidade a esta tese, os recenseamentos efectuados na época colonial apontam para uma produção na ordem de 3 a 4 kg por árvore, não deixando dúvidas que a economia do cajueiro assentava mais numa prática de recollecção quase silvestre do que numa cultura, em que “as árvores vão assim crescendo sem quaisquer preparos nem cuidados, vencidas muitas vezes pela floresta, pelos capins ou pelas queimadas” (Correia 1963: 45). Em 1962 inventariaram-se cerca de 31 milhões de árvores [v. *(III) Plano de fomento – Parte II, relatórios sectoriais*, vol. I, agricultura e silvicultura, tomo II, capítulos 5º a 7º (1966)], sendo já notória a forte preponderância de Nampula, com praticamente metade dos efectivos. Em 1970, num recenseamento mais detalhado, foram inventariadas mais de 61 milhões de árvores, das quais apenas 35 milhões eram exploradas (quadro 10).

Quadro 10. Distribuição do cajueiro em Moçambique em 1970

Províncias	Árvores	
	Existentes	Em exploração
Niassa	22.189	4.008
Cabo Delgado	4.495.375	2.480.387
Nampula	29.134.920	18.128.621
Zambézia	7.942.930	3.846.847
Tete	651	64
Sofala	1.389.140	924.793
Inhambane	13.242.536	7.704.332
Gaza	4.125.880	2.083.763
Maputo	800.000	459.986
Total geral	61.153.731	35.632.801

Fonte: *Recenseamento do parque cajuicola* (1970).

Para o declínio pós-independência contribuiu também a desarticulação da rede de comercialização que tinha no cantineiro um elemento crucial. Sobre ele recaía a aquisição de castanha ao camponês contra a troca de bens de primeira necessidade. O seu desaparecimento deixou o Estado moçambicano praticamente desarmado, sem uma alternativa que satisfizesse as necessidades do meio rural:

Quando os cajueiros começavam a ficar carregados de flores, e depois apareciam os frutos, todos se preparavam para apanhar o caju. Simultaneamente, os exploradores (cantineiros e comerciantes) começavam por seu lado a preparar os camiões com os quais iriam recolher a castanha junto aos camponeses, em troca de géneros e de vestuário [...] Com a tomada do poder, e a consequente mudança social no nosso país, acabou-se com os comerciantes que roubavam descaradamente as populações. Mas esta mudança trouxe outras situações difíceis, porque tratando-se de implantar novos métodos de actuação surgiram questões tais como onde vender a castanha e a quem (*Tempo*, n.º 371, de 13/11/1977).

Posteriormente, o factor guerra acabaria por maximizar todas as dificuldades surgidas com o fim da administração portuguesa. A acção da Renamo, ao privilegiar o ataque às infraestruturas económicas, com particular saliência para a rede comercial rural (v. fotografia 16), e às próprias populações em algumas zonas do país, provocou o abandono de inúmeras aldeias, num movimento que afectou milhares de pessoas que partiram para as cidades em busca de refúgio e de melhores condições de sobrevivência. Daqui resultou a máxima perturbação das actividades agrícolas, com perda de sementeiras, culturas e, forçosamente, de dificuldades nas campanhas da castanha de caju com apanhas deficitárias e entrega insuficientes às unidades de processamento. Apesar de todas as iniciativas políticas tomadas pelo governo moçambicano, a situação agudizou-se a partir dos anos 80, com a castanha ora a acumular-se nos armazéns de uma campanha para a seguinte, ora a não chegar às fábricas por dificuldades de transporte, e os camponeses cada vez mais desinteressados em apanhar para o mercado. Data dessa época uma das medidas mais emblemáticas do governo, o “Programa Territorial do Caju” que visava reordenar e dinamizar todo o sector. Como reconhece Gaspar Zimba, Secretário de Estado do Caju, em entrevista, o escoamento da castanha era um problema que se arrastava desde a independência: “existem ainda consideráveis quantidades de castanha por escoar, tanto da campanha 79/80 que é a presente e já está a terminar, assim como das campanhas anteriores” (v. *Tempo*, n.º 425 de 25/11/1978 e n.º 49 de 9/3/1980).

A evolução da produção de castanha de caju em Moçambique tem uma trajetória semelhante à verificada na Tanzânia. Neste país o pico da produção foi alcançado na

campanha de 1973/74. A partir daí a produção entrou numa fase de declínio estrutural, atingindo-se o seu nível mais baixo em meados dos anos 80. Sublinhe-se que este declínio é concomitante com os largos investimentos efectuados pelo governo tanzaniano, e suportados financeiramente pelo BM, na construção de fábricas de processamento de caju com sistemas de descasque mecanizado. Com já foi referido, a capacidade produtiva instalada ultrapassava as 110.000 tn/ano enquanto que a produção declinava para valores inferiores a 50.000 tn/ano. Fatalmente, as fábricas parariam pouco depois por falta de matéria-prima [*Workshop on cashew development for southern Africa and eastern Africa* (2001)]. Este investimento de duvidosa racionalidade económica – na linguagem dos consultores é classificado, sem rodeios, como “inappropriate strategies” [*Moving from comparative to competitive advantages: Tanzania's experience* (s.d.)] – é mais um exemplo concreto das políticas do BM: lucro para os fornecedores de equipamento, um deles a italiana Oltremare, e, por outro lado, o crescimento da dívida externa da Tanzânia. Esta acabará por funcionar como um garrote para regular a dependência que ata este país, como muitos outros, à economia-mundo capitalista.¹³

Não sendo, de modo algum, comparáveis os processos, será que existiram factores exógenos que influenciaram decisivamente a evolução dos resultados obtidos ao longo das campanhas? Em caso afirmativo, que implicações para tudo o que acima foi dito? De facto, nesta grande zona da África oriental as doenças e as pragas habitualmente presentes nos cajueiros, como o oídio, a *helopeltis* e a broca, ganharam a partir de meados dos anos 70 uma forte virulência, beneficiando da elevada concentração de árvores em muitas das zonas produtivas, envelhecimento geral dos efectivos existentes e carências tecno-científicas. Nesta matéria, a intervenção atempada teria evitado a diminuição brutal da produção, através de medidas profilácticas e de tratamento físico e químico no combate directo às doenças e pragas, conjugada com a renovação do cajual com novas plantas mais resistentes e produtivos. Ao contrário do ocorrido na Tanzânia, que desde a campanha de 1990/91 tem visto a sua produção crescer de uma modo sustentado, com níveis de produção hoje equivalentes aos obtidos nos melhores anos da década de 70, em Moçambique a situação continua anémica, na ordem de ¼ do valor obtido nos melhores anos.

¹³ A Oltremare foi fundada em 1960, tendo a sua sede na cidade de Bolonha. Para além do mercado doméstico, forneceu numerosas empresas em África, na América do Sul e na Ásia, muitas vezes com o suporte financeiro do BM, do IFC, da FAO, do PNUD e do BEI. Cobrindo praticamente todas as áreas de processamento agro-alimentar, a Oltremare detém uma posição cimeira nas tecnologias de separação dos alimentos em função do tamanho e da cor (v. www.oltremare.biz/eng/history.htm).



Fotografia 16. Cantinas saquedas e destruídas durante a guerra civil (Chibonzane, distrito de Manjacaze)

O sector, nas suas componentes agrícola e comercial, chegou à década de 80 em sérias dificuldades. Apesar da inversão política, com o privilegiar da iniciativa privada segundo as recomendações das instituições internacionais, e o acordo de paz que colocou termo ao conflito, as colheitas de castanha continuaram a registar na década de 90 valores que pouco se afastavam dos obtidos nos piores anos. Rapidamente se percebeu que existiam dificuldades insuperáveis pelos estímulos do mercado. Aliás, em contradição com as teses defendidas para a indústria, Hillmarsson (1995) admite no seu relatório a intervenção pública, considerando-a essencial para permitir a Moçambique recuperar a sua posição de competidor de primeira linha no mercado mundial.

O recenseamento de 1993 mostrou uma redução muito significativa no número de árvores existentes, para apenas 26 milhões, uma redução superior a 50% face à década de 70, agravada com o envelhecimento generalizado e a concomitante diminuição do rendimento por planta (v. *Tempo* n.º 1130 de 14/6/1992, e *Notícias*, n.º 22.909 de 9/7/1994). Em termos geográficos, as províncias do norte possuíam 57% do efectivo, cabendo a Gaza e Inhambane 40%. A parte restante está distribuída pelas províncias da região central do país [v. *Projecto de reabilitação e desenvolvimento agrícola – Centro de desenvolvimento do caju* (1993)].

Perfeitamente conscientes do que estava em jogo e do papel jogado pelo relatório de Hilmarsson, os industriais e a sua associação envolveram-se no debate. Logo em 1995, através da organização de um seminário onde os presentes discutiram e rebateram, linha por linha, apoiados por um documento de trabalho previamente elaborado, as conclusões e recomendações apresentadas pelo BM [*O futuro do sector do caju em Moçambique* (Seminário) (1995)]. No que se refere à produção de castanha, nele se pode ler que a sua diminuição tem como causas principais a guerra, o êxodo rural, o desmantelamento da rede comercial por abandono dos cantineiros brancos e as insuficiências ao nível dos transportes. Mais importante do que relevar estes aspectos, já discutidos, é de reter o argumento aduzido pelos industriais acerca dos principais elementos para a definição da oferta de castanha. Segundo eles, as condições climáticas ao longo do ano, a política governamental de investigação e extensão rurais, a fixação da população e a rede comercial são relativamente insensíveis ao preço daquela. Isto é, ao contrário do que é defendido pelo BM, à priori não existe qualquer causa-efeito entre o aumento do preço e a expansão da produção. Na linha da argumentação acima plasmada, o documento aponta o caso da Índia em que, apesar da procura e da boa remuneração da castanha, o poder político se vê constrangido a implementar medidas de apoio ao plantio e promoção do cajueiro. De outro modo, a produção não cresceria pois os camponeses detentores e exploradores das árvores de caju são demasiado pobres e com poucos recursos para desenvolverem novos plantios e iniciativas de incremento do rendimento por árvore. Para Moçambique, o investimento em instrumentos e equipamentos modernos de produção por parte das famílias camponesas dificilmente é amortizável, atendendo a que a generalidade delas possuem, em média, escassas dezenas de cajueiros. A não ser que elas se organizassem em cooperativas ou, em alternativa, se fizesse uma redistribuição da propriedade fundiária por via legislativa que, considerando as condições actualmente existentes, seria socialmente violenta.¹⁴ Como o documento da Aicaju sublinha, o rendimento proporcionado por 100 cajueiros, quantidade que a maioria das famílias camponesas não possui, pode alcançar os 300€.¹⁵ Quer isto dizer que qualquer

¹⁴ A questão do uso e posse da terra tem sido largamente discutida em Moçambique. Também aqui as teses neoliberais parecem medrar, o que a prazo significará um novo quadro político e social, no qual irá prevalecer o regime privado ancorado no direito escrito legitimado e garantido pelo Estado em lugar das formas tradicionais baseadas no direito consuetudinário (cf. Valá 2003).

¹⁵ Um estudo recente mostra que em zonas de elevada concentração, caso do Monapo (Nampula), a média de cajueiros por agregado doméstico ronda as 60 unidades (v. Marrule *et al.* 1999). Por outro lado, considerando-se que o número de camponeses com cajueiros estará algo acima de um milhão (v. Strasberg *et al.* 1998) teríamos em média cerca de 26 árvores por camponês. Precisamente o valor que foi achado para Gaza, onde a maioria dos agricultores familiares tem menos de 25 cajueiros, distribuídos por duas machambas com 1,3 ha [V. *Inquérito do Caju ao Sector Familiar* (1998)]. Por sua vez, o GTC avaliou em 60 o número médio de cajueiros possuídos por cada família. Em todo o país, segundo o relatório elaborado por esta organização, 40% das famílias rurais

acréscimo na produtividade das árvores terá sempre um impacto algo limitado, em todo o caso insuficiente para justificar, numa óptica mercantil, investimentos de capital que, importa insistir, as famílias não possuem. Apenas um exemplo: a amortização de um atomizador motorizado – o custo ronda os 500€ – exigiria a produção de dois anos, sem contar com os produtos químicos, o combustível e as peças de substituição.

Face a este amplo conjunto de dados e argumentos, a posição de Hilmarsson é dificilmente sustentável. Ao não considerá-los, por desconhecimento ou olvido intencional, a sua tese sobre a liberalização como requisito básico para a dinamização da produção de castanha de caju é de improvável validade empírica. Mais duvidosa ainda é a linha argumentativa de Mole e Weber (1999: 6), ao conectar a liberalização com o investimento por parte dos camponeses em “tecnologias melhoradas que expandem a produção e melhoram a qualidade”. Como poderão eles fazê-lo, quando sabemos que não possuem, desde logo, capital nem a ele têm acesso fácil, pelo menos pelas vias normais do mercado financeiro? Ao invés das teses defendidas por Mole e Weber, a liberalização da exportação de castanha em bruto associada ao regime de mercado na cadeia de comercialização não constitui a melhor garantia para o aumento dos preços da castanha ao camponês-apanhador. Extasiados pela subida abrupta dos preços pagos à produção nos anos de grande procura de castanha por parte da Índia, não hesitaram em acusar a indústria de ter beneficiado de um regime de preços fixados administrativamente que, no seu entender, configurava um tratamento preferencial à custa dos camponeses, obrigados a vender as suas castanhas a um preço muito abaixo do seu valor de mercado. Ademais, aqui não se trata somente de uma questão de (falta) de precaução na análise, estamos também perante um desprezo, roçando a arrogância, pela história e pelas teorias do desenvolvimento económico não-liberais, uma e outras mostrando até à saciedade que o livre mercado e os regimes de concorrência perfeita não passam de desejos imaginados e projectados pelos seus proponentes. Recuando algumas décadas, aos alvares da indústria de processamento de caju em Moçambique, encontramos elucidativas descrições sobre o modo como os actores económicos se posicionavam no jogo do comércio da castanha:

O comércio da castanha de caju tem estado nas mãos dos comerciantes indostânicos de nascimento ou de origem, em virtude de Moçambique ser o grande fornecedor da indústria indiana de descasque. As

possuem cajueiros, valor substancialmente superior nas principais províncias produtoras de caju (Nampula – 61%, Inhambane – 84% e Gaza – 61%). Nestas, menos de metade da produção de castanha é comercializada, sendo utilizada para consumo doméstico [v. *15ª reunião do GTC*, Nampula, (MAP/BM) 9/4/1999 (relatório)]. Corroborando estes últimos valores, outros estudos apontam para a presença desta espécie tropical em 1/3 das machambas das famílias camponesas [v. *Projecto de reabilitação e desenvolvimento agrícola – Centro de desenvolvimento do caju* (1993)].

cotações são dadas em Bombaim e, em conformidade com elas, os exportadores vão regulando o valor das suas compras, oferecendo, em geral, altos preços no começo de cada campanha para o ir descendo gradualmente. [...] Com o sistema, o produtor autóctone pouco lucra, a não ser um pouco no início de cada campanha, com os preços mais altos, para animar (Correia 1963: 47).

Convocando, por sua vez, as palavras certeiras de Baptista (1962: 412),

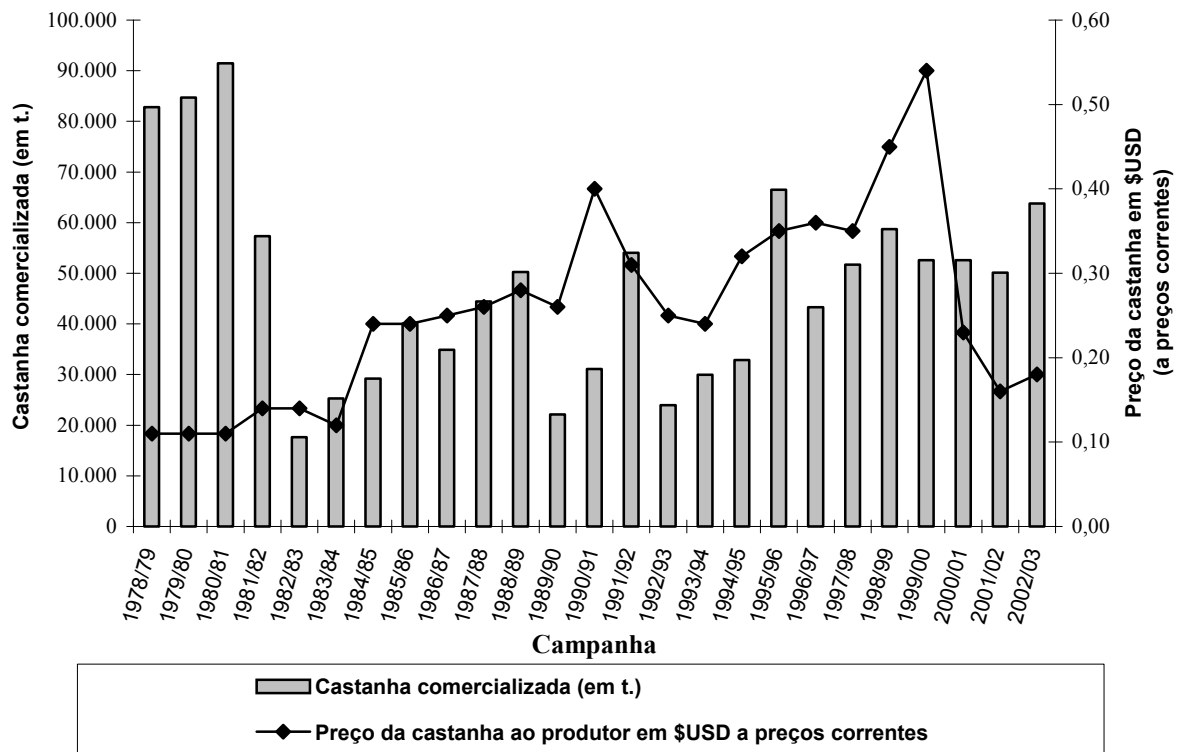
Moçambique, este ano como tem sucedido noutros, vai perder uma importante soma. Sempre que se avizinha a época do negócio da castanha de caju assistimos absolutamente indefesos à dança das cotações e à incerteza das possibilidades do negócio da castanha de caju. Aqui, a compra continua nas mãos dos indianos que jogam sempre na baixa. E Moçambique é que paga os prejuízos.

Se a história nos mostra estes exemplos tão fortes, é necessário dizer que, no geral, os países periféricos estão estrangulados a vender os seus produtos e matérias-primas a um número reduzido de compradores, residentes normalmente nos países centrais. Daqui resulta uma posição assimétrica em termos de acesso e controlo do mercado que permite a estes fixar, em boa medida, o preço que mais lhes convém, em prejuízo dos produtores. Por outro lado, como observou Moussa (1966: 35ss) na sua análise comparativa da oscilação dos preços das *commodities*, as que apresentam maior instabilidade são provenientes dos países periféricos. Portanto, é fácil descortinar que só a existência da indústria pode proporcionar aos camponeses as condições básicas para preços mais ajustados às suas legítimas expectativas, ao mesmo tempo que lhes garante o escoamento regular da produção. Sem ela, os produtores ficam dependentes da enorme volatilidade da procura de castanha por parte da Índia, o único país processador com necessidades de importação de quantidades significativas.¹⁶ Embora seja previsível que a indústria deste país continue dependente das importações de matéria-prima, sabe-se que ele persegue a auto-suficiência, nomeadamente por razões de racionalidade económica,¹⁷ factor adicional para justificar que só a existência de fábricas em Moçambique, a maioria delas localizadas no interior das zonas produtoras, pode assegurar aos camponeses a desejável estabilidade do circuito económico ao nível do mercado de comercialização da castanha. Sobretudo, se este cenário for complementado por uma concertação entre os produtores e os processadores em torno da regulação dos preços de

¹⁶ O Brasil, simultaneamente segundo produtor e processador de castanha, não é um importador de grande peso no mercado internacional. Os enormes investimentos que com apoio dos governos federal e estaduais estão a ser realizados nos estados do norte do Brasil, em especial no Ceará, apontam para que a breve trecho a indústria de processamento deixe de ter necessidade de recorrer ao exterior para satisfazer as suas necessidades.

¹⁷ Como é sabido, a parte mais relevante do valor está na amêndoa que representa apenas 25% do peso total da castanha. Ou seja, como já foi discutido, o transporte é uma variável muito importante na estrutura de custos das unidades de processamento, aconselhando a que a distância entre estas e as zonas produtoras sejam reduzidas.

comercialização da castanha de caju de forma a garantir a ambas as partes uma certa estabilidade de expectativas de benefícios do capital e do trabalho aplicados.



Nota: Os dados relativos ao preço médio nas campanhas de 2001/02 e 2002/03 foram obtidos através de observações no terreno e informações recolhidas junto dos intervenientes no distrito de Manjacaze. Os valores apresentados pelo Incaju, para a média nacional, são ligeiramente superiores. V. também o jornal *Africanidade* (www.africanidade.com).

Fonte: Incaju (2003).

Figura 22. Preço da castanha pago ao produtor-apanhador em Moçambique, 1978/79-2002/03

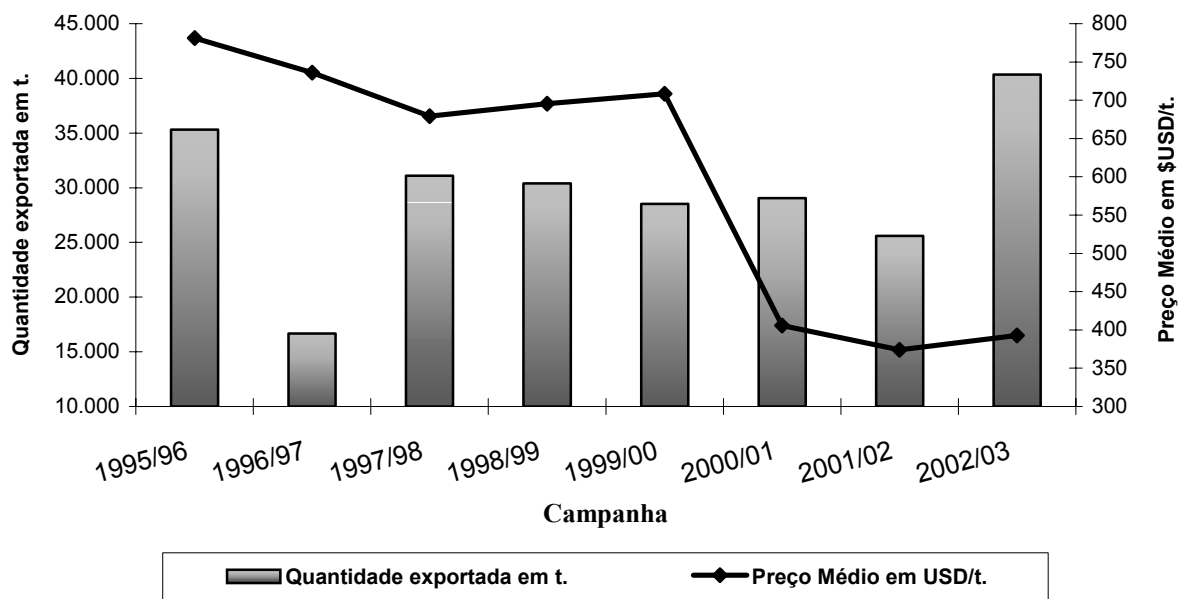
A proposta de liberalização da exportação de castanha *in natura* – trave mestra do programa de liberalização para o sector agrícola – tinha, na verdade, um conteúdo perverso para Moçambique. Como a defender, quando era sabido que o governo indiano tinha em curso um programa de desenvolvimento da produção de castanha de caju para diminuir a dependência em relação à matéria-prima importada? Como a defender quando era sabido que outros Estados, recém chegados à área industrial, como o Vietname e a Indonésia, estavam a impor severas limitações à exportação em bruto? Como defender a liberalização da exportação como solução, quando o interlocutor directo do negócio é habitualmente, pelo lado

indiano, o STC, uma entidade suportada e controlada pelo Estado, logo, não exclusivamente subordinada aos mecanismos de mercado? O STC tem como função importar castanha de caju e distribuí-la pelas fábricas de acordo com a sua capacidade de processamento e cobrando preços uniformes. Naturalmente, em situações de carência extrema, pode suportar os prejuízos provocados pela aquisição de castanha a preços pouco favoráveis, de forma a manter em funcionamento as fábricas.

Com a liberalização, a partir da campanha de 1998/99, o preço pago ao camponês dispara para apenas duas campanhas mais tarde se afundar, apesar da produção se ter mantido estável. Assim, em 2000/01 o preço médio pago ao camponês aproximou-se, a preços correntes, dos valores praticados na primeira metade da década de 80. Na campanha de 2001/02 o preço da castanha atingiu o valor mais baixo desde 1983/84. Camponeses e pequenos comerciantes partilham da mesma angústia: o que fazer com a castanha, se a jusante não existem compradores? Em Manjacaze, a castanha começou a ser comprada por 4.000 mt para rapidamente descer para 3.000. Nas campanhas de 2002/03 e 2003/04 a situação manteve-se sem alteração relevante, com o preço da castanha aos produtores a oscilar entre os 4.000 e os 5.000 mt. Em USD a redução é brutal, com os camponeses a venderem abaixo dos 20 cêntimos, com a agravante da sua aquisição não ser certa.¹⁸ Como repetidamente foi exclamado pelos camponeses, muitas vezes com a raiva do mais profundo desespero, “é a fome” (v. figura 22).

Ao contrário de outros produtores, Moçambique não possuía os meios financeiros nem, tão pouco, a vontade política para intervir no mercado, de modo a que esta queda não fosse totalmente repercutida sobre os camponeses. No Brasil, a queda dos preços no produtor foi atenuada por um mecanismo de regulação promovido pela administração estadual, através da fixação de preços mínimos. Com ele, conseguiu-se que as expectativas e as remunerações dos produtores não descessem a níveis perniciosos para o próprio sector, garantindo-se assim a “manutenção da produção e, consequentemente, das exportações” (www.conab.gov.br/política_agricola/PrecosMinimos/Castanha%20%20Caju.doc).

¹⁸ O dólar estava cotado, em final de 2001, a cerca de 22.000 mt. Um ano depois a cotação subiu para os 24.000 mt, mantendo esta cotação ao longo do ano de 2003. Note-se que os valores indicados se referem a preços correntes. Se introduzirmos os efeitos da inflação na desvalorização da moeda, medindo os valores a preços constantes, a remuneração obtida pelos camponeses não andarão longe, como efectivamente acontece, dos valores cobrados em finais da década de 70, inícios da de 80.



Nota: Segundo alguns técnicos do Incaju existem discrepâncias entre os levantamentos por eles efectuados e os valores apurados pelos serviços alfandegários, a quem cabe a cobrança das taxas de exportação. Na campanha de 2002/2003 terão saído do país cerca de 7.000 tn de castanha livres de impostos.

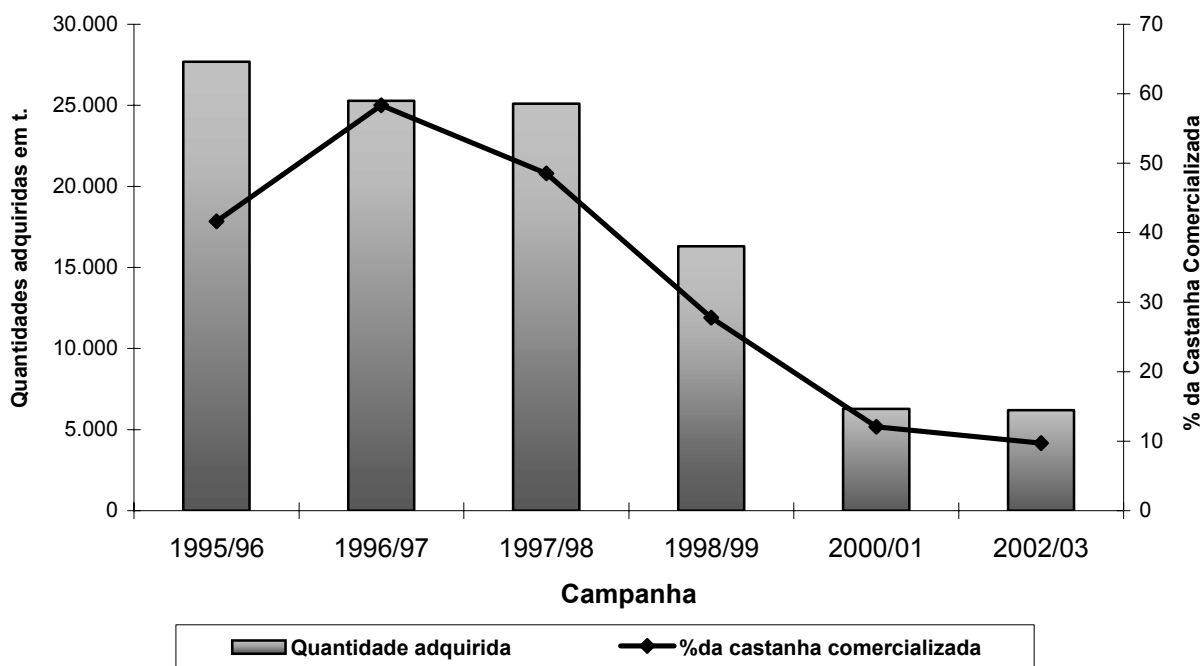
Fonte: Incaju (2004).

Figura 23. Exportação de castanha em bruto por Moçambique, 1995/96-2002/03

A redução acentuada do preço pago ao camponês está directamente ligada à queda do preço médio da castanha exportada em bruto. Tendo mantido uma certa estabilidade desde a campanha de 1995/96, em volta dos 700 USD, na campanha de 2000/01 o preço caiu a pique pressionado pela descida verificada a nível internacional (v. figura 23). Revelando a grande volatilidade dos preços a nível internacional, num curto período de 12 meses, o preço da castanha passou de 592 \$USD em Setembro de 2000 para 518 \$USD em Janeiro de 2001, acabando por cair para apenas 209 \$USD em Setembro desse ano (www.izf.net/Documentation/Rapports/uemoa6/mat_prem.htm).

Assim, para além dos camponeses, a economia moçambicana viu fugir-lhe uma maquia muito considerável de receitas de exportação em moeda forte. Com a velha indústria destrozada e as pequenas fábricas (baseadas em tecnologia simples) a oscilarem entre o funcionamento periclitante e a falência, em qualquer caso incapazes de realizarem grandes volumes de compra de matéria-prima porque muito limitadas pela sua reduzida capacidade de produção (v. figura 24), o sector encerrou o ano de 2001 mergulhado numa situação paradoxal e desconhecida até então: castanha por escoar devido à inexistência de compradores

interessados. E isto com a produção comercializada a não ultrapassar as 50.000 tn e o preço da castanha ao camponês/apanhador a recuar para valores próximos dos praticados em meados da década de 80. Nas campanhas de comercialização de castanha de caju seguintes a situação manteve-se sem grandes alterações, com o preço reduzido de aquisição aos produtores a fazer par com a incerteza no escoamento.

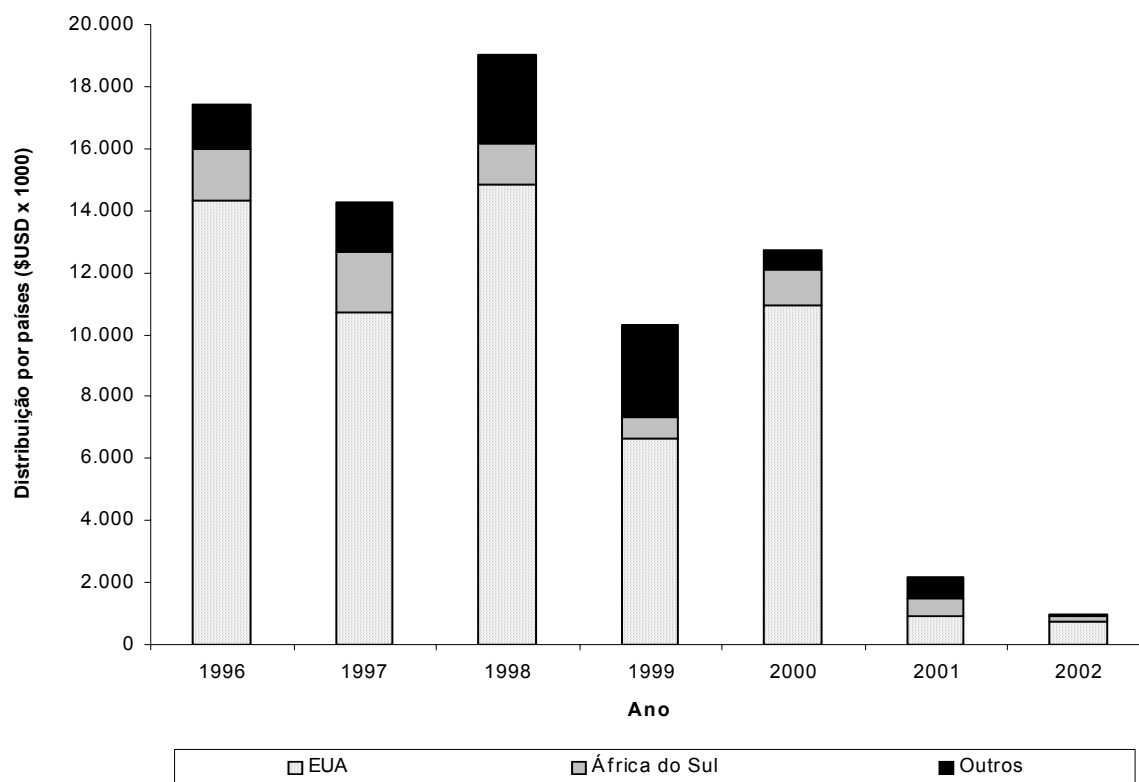


Fonte: Incaju (2004). Não existem dados para as campanhas de 1999/2000 e 2001/02

Figura 24. Castanha adquirida pela indústria em Moçambique, 1995/96-2002/03

Em termos de economia mundial do caju, Moçambique passou a ocupar uma nova posição. Depois de quase meio século de presença ininterrupta forte, inicialmente como exportador de castanha *in natura*, mais tarde como processador, foi remetido a uma posição de actor secundário, cujo principal papel é o de suprir as necessidades contingenciais da indústria indiana. Apesar de continuar a ter nos EUA o principal comprador de amêndoa de caju (v. figura 25), o mercado interno, que se circunscreve praticamente aos segmentos sociais privilegiados da cidade Maputo privilegiada, e a África do Sul estão a assumir uma importância crescente. Desaparecidas as grandes fábricas e não possuindo as pequenas qualquer forma de associação comercial, a reduzida produção de cada uma delas coloca dificuldades acrescidas na exportação de amêndoa para os principais mercados internacionais, nomeadamente por incapacidade de produção para satisfazer as encomendas dos grandes

brokers. Daí o interesse crescente dos operadores envolvidos no sector em explorar e expandir a sua presença nos mercados interno e próximo que, desta forma, se constituem em factores de dinamização da indústria na sua actual fase.



Fonte: Incaju (2004)

Figura 25. Principais países de destino da amêndoa exportada por Moçambique, 1996-2002

3. O debate tecnológico

Não tendo a liberalização resolvido o problema da produção nem, tão pouco, concretizado o objectivo defendido pelo BM – aumentar o rendimento e o bem-estar dos camponeses –, é necessário inquirir os resultados por ela produzidos a nível industrial. Em termos político e social, a luta foi aqui mais intensa do que ocorrida na componente agrícola. É certo que as intervenções dos actores sociais envolvidos foram quase sempre transversais a todo o sector. Porém, enquanto que a nível rural o grosso dos interessados, isto é, os camponeses, estava pouco ou nada organizado, na área industrial os patrões e os trabalhadores tinham as suas organizações representativas e canais de acesso e de diálogo com as estruturas

do poder político. Residindo em Maputo, os líderes das associações patronais e sindicais mobilizaram a sua rede de relações pessoais e institucionais para dar larga expressão pública aos seus protestos. Enquanto a burguesia pautou a acção pela defesa da viabilidade empresarial das fábricas recém adquiridas ao Estado, os sindicatos lutaram pela única coisa que a liberalização ainda não lhes tinha levado: os postos de trabalho dos operários. Nesta medida, a luta contra a liberalização da exportação da castanha *in natura* era uma verdadeira luta de vida ou de morte da burguesia industrial, em aliança com os trabalhadores, contra outros segmentos da burguesia nacional e as instituições do consenso de Washington.

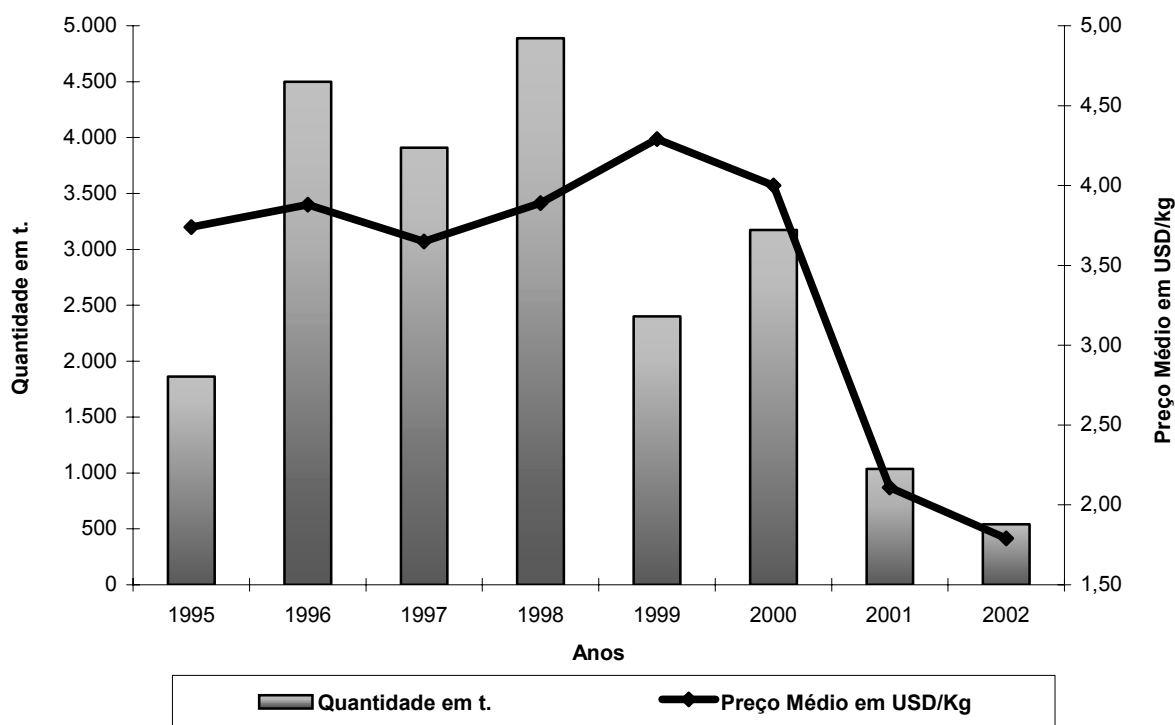
Foi dito que a indústria assente nas velhas fábricas nascidas na época colonial tinha sido destruída e que Moçambique havia perdido o papel de actor principal na economia mundial do caju, mormente no que respeita à produção e comercialização de amêndoa. Mas quais os intervenientes principais neste processo de recomposição do sector a nível industrial? Retomemos o relatório de Hillmarsson. Segundo as conclusões nele plasmadas, a indústria baseada no descasque mecânico não é competitiva, não acrescentando valor à castanha processada, pelo que deve desaparecer para dar lugar às pequenas fábricas baseadas na utilização de força de trabalho em regime intensivo e de mecanismos técnicos simples. Para este autor, ao longo da primeira metade da década de 90 o valor da castanha processada foi inferior ao valor de mercado da castanha *in natura*, declarando enfaticamente que o “*cashew processing thus is a foreign exchange loosing industry in Mozambique*”. Por outro lado, refere que o preço pago pelos compradores da amêndoa moçambicana foi substancialmente inferior ao obtido pela Índia e Brasil. No seu entender, este péssimo desempenho mercantil está directamente relacionado com a sobre-presença dos tipos de amêndoa com menor valor comercial – amarela e partida – e um baixo índice de aproveitamento da castanha (inferior a 20%).

Tal como se verifica na análise das questões rurais, o *second draft* de Hilmarsson está manchado de deficiências, pressupostos e projecções que a realidade haveria muito rapidamente de refutar. Os erros estão presentes nomeadamente na caracterização dos sistemas técnicos, quando classifica o sistema de descasque utilizado na fábrica velha umas vezes como de impacto proveniente do Brasil, outras como “*steam-heated cutting process*”, igualmente considerado como tendo origem nesse país latino-americano. A ninguém suscitou dúvidas, nem o próprio autor o negou, que a argumentação assentou, no essencial, na comparação entre a castanha *in natura* e a processada. Como mostram os dados da figura 26 e do quadro 13, é incontestável que durante boa parte dos anos 90 a indústria vendeu a castanha processada a um valor inferior ou com margens muito marginais face ao da castanha

exportada *in natura*. Mas quando se refere “indústria”, nela estão incluídas também as fábricas baseadas em mão-de-obra intensiva que Hilmarsson e outros consultores internacionais e locais recomendavam com veemência.

Os enormes ganhos proporcionados pela exportação não poderiam durar muito tempo. Assentando na excepcional valorização do preço de uma *commoditie*, este desvio conjuntural acabaria, como efectivamente se verificou, por ser rapidamente corrigido pela tendência estrutural longa da desvalorização dos preços gerais deste tipo de bens na economia-mundo capitalista. Segundo dados do BM, as principais *commodities*, com excepção do petróleo, viram o seu valor a preços constantes cair de modo muito acentuado nas últimas três décadas. Alguns exemplos: o cacau passou de 2.4 € para 1.11 €, o café robusta de 3.3 € para 0.63 €, o algodão de 2.25 € para 1.09 € (*World Development Indicators*, 2002). Segundo dados do BM, as principais *commodities*, com excepção do petróleo, viram o seu valor a preços constantes cair de modo muito acentuado nas últimas três décadas. Alguns exemplos: o cacau passou de 2.4 € para 1.11 €, o café robusta de 3.3 € para 0.63 €, o algodão de 2.25 € para 1.09 € (*World Development Indicators*, 2002).

Face a isto, a única forma de minimizar os seus efeitos é acrescentar valor, transformando as *commodities* em produtos manufacturados com procura mercantil. Apesar de os seus preços estarem sujeitos a oscilações, elas são bem menores do que as matérias-primas que lhes dão origem. Apesar da escassa fiabilidade dos dados estatísticos disponíveis e da queda abrupta do valor por kg exportado em 2001 e 2002, sem correspondência com a evolução das suas cotações médias no mercado internacional, a amêndoa de caju tem uma maior estabilidade de preços do que a castanha que lhe dá origem (v. figuras 23 e 26). Hoje, face aos dados disponíveis, Hilmarsson teria de concluir que a indústria moçambicana seria competitiva qualquer que fosse o sistema técnico utilizado.



Fonte: Incaju (2003)

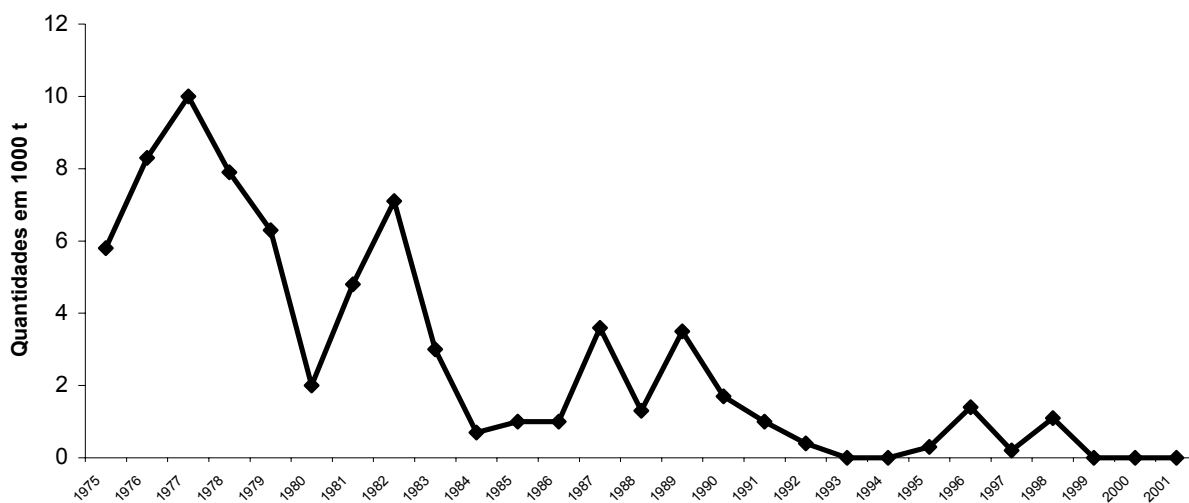
Figura 26. Exportação de amêndoa de caju por Moçambique, 1995-2002

Embora Hilmarsson considere os efeitos negativos da gestão deficiente no sector do caju em Moçambique, releva como factor determinante o sistema tecnológico utilizado. No seu entender, este mostra-se incapaz de garantir a obtenção de elevadas percentagens de tipos de amêndoa com maior valor comercial. Estranhamente, nas suas conclusões nada é dito sobre factores como: (i) os efeitos da guerra nas estruturas industriais e de transporte e na produção de caju; (ii) a diminuição do tamanho médio da castanha e da sua própria qualidade geral; (iii) a inexistência de um ambiente institucional e de alocação de recursos públicos para o desenvolvimento do sector nas suas diversas dimensões. Por sua vez, ligar o sistema tecnológico utilizado ao índice de aproveitamento é um equívoco, pois qualquer que ele seja não faz desaparecer amêndoa, apenas influi na relação de inteira/partida e de branca/amarela.

Como muitas vezes parece estar implícito nos debates sobre os sistemas de descasque, é conveniente precisar que estes em nada afectam a relação amêndoa branca/amêndoa amarela. Nesta matéria, tudo se joga mais a montante, cabendo o grosso da responsabilidade à tecnologia utilizada na fase de preparação da castanha para o seu descasque. A opção pela fritura, essencial para facilitar grandes volumes de descasque, aumenta o risco de produção de maiores quantidades de amêndoa amarela, face à injeção de vapor de água. Também aqui, os

equivocos são imensos. Ao contrário do proposto e dito pelos consultores, a injeção de vapor tem desvantagens, ao não permitir o aproveitamento directo e fácil do CNSL e, tão pouco, é utilizado pela maioria das empresas indianas. Precisamente por razões de extracção imediata do óleo e maior facilidade de eliminação da película, na Índia recorre-se, tal como foi feito em Moçambique pelas fábricas de grande dimensão, à fritura da castanha em banho de CNSL. É certo que o grande argumento dos consultores se fundamenta na diminuição do preço de mercado e do interesse comercial do CNSL, em virtude da concorrência gerada por produtos sintéticos com qualidades e desempenhos semelhantes. Em Moçambique a sua exportação decaiu severamente a partir de 1982. Apesar ter recuperado ligeiramente em alguns anos posteriores, a tendência para o declínio nunca foi invertida, acabando por se fixar em valores irrisórios até que cessou completamente em 1999 (v. figura 27). Desde então, o único uso do CNSL tem sido como combustível nas fornalhas das fábricas de processamento de castanha. Trata-se certamente de uma má opção, um desperdício efectivo de matéria-prima que, apesar do que foi acima referido e considerando a experiência de outros países, poderia conhecer uma melhor valorização.

O CNSL foi inicialmente utilizado pelos americanos da Irvington Varnish and Insulator Company na área dos equipamentos de travões para veículos motorizados, através da produção de cardanol (www.cardolite.com/www.cnsl_history.htm). Três décadas mais tarde, em meados dos anos 50 do século passado, passou a ser usado na indústria química para mais recentemente a inovação tecno-científica lhe apontar novos usos, aproveitando as aptidões da sua composição química para a produção de resinas e polímeros resistentes à água (www.bc.bangor.ac.uk/_06_techtransfer/techtransfer4_CNSLbioresins.htm), solventes e bactericidas (www.sbq.org.br/ranteriores/23/resumos/0773/). O Brasil é, nesta área, um dos líderes na investigação da aplicação do CNSL a novos produtos. Uma das mais interessantes é a sua associação a pó de madeira, papel usado, cascas de arroz, coco e café para produção de aglomerados similares aos de madeira, mas de superior resistência, leveza e bom desempenho como isolante térmico e acústico, características que lhe confere um sem fim de usos industriais (www.ecolatina.com.br/ambietec/ed04_espanol/int_negocios2.html). Estamos aqui perante um caso concreto da desigual posição que os países periféricos ocupam no sistema mundial que faz com que o Brasil se possa implicar, apesar das dificuldades, em programas de tecno-ciência avançados, enquanto que Moçambique parece condenado a nada mais ser do que um fornecedor de matérias-primas.



Fonte: Incaju (2002)

Figura 27. Exportações moçambicanas de CNSL, 1975-2001

Posto isto, passemos para a discussão sobre o índice de aproveitamento da amêndoa. Considerando que o eventual roubo ou perdas não identificadas são constantes, o seu valor depende do tamanho da amêndoa e da relação desta com a qualidade da matéria-prima trabalhada nas fábricas. Como mostram os dados conhecidos [v. *Estudo do impacto da liberalização do mercado da castanha de caju* (1997)], o tamanho médio da castanha diminuiu ao longo das últimas décadas enquanto que a percentagem de oca ou podre aumentou, em consequência dos problemas verificados na produção de caju, situação que não poderia deixar de se reflectir na *performance* da indústria.

Regressando ao argumento tão enfatizado da indústria com valor acrescentado negativo ou marginal, é importante relevar que o consultor parte de preços ao camponês/apanhador muito elevados que, desaparecida a indústria, não se voltaram a repetir. Mesmo em anos como os das campanhas de 95/96 a 97/98, já atingidos pela concorrência aguda provocada pelos exportadores de castanha *in natura*, algumas fábricas parecem ter sido capazes de, pagando preços de mercado na ordem dos 38 cêntimos de dólar por quilo, realizar o processamento com razoáveis mais valias. Mais do que os dados oficiais conhecidos, eventualmente distorcidos por subfacturação de forma a permitir a evasão fiscal e a exportação não tributada de capitais – dúvida muito razoável, atendendo à fragilidade do aparelho estatal e à receptividade dos seus agentes fiscalizadores em relação à corrupção – os valores contabilísticos internos consultados numa das grandes empresas processadoras do sul

de Moçambique permite confirmar quão descabidas são as teses de Hilmarson. Eis as contas: para uma produção de 1500 tn, adquiridas ao preço médio de 0.38 \$USD/kg – custo total de 570.000 \$USD –, a empresa obteve quase 300 tn de amêndoa que vendeu a um preço médio de 3.2 \$USD/quilo, daí obtendo uma receita bruta de 952.000 \$USD. Sabendo-se que os custos operacionais, incluindo salários, energia, comunicações, rendas e amortizações, não excederam os 100.000 \$USD, facilmente se conclui que os resultados líquidos eram muito razoáveis.

Ao colocar em causa as fábricas e a continuidade dos postos de trabalho nelas existentes, o relatório de Hilmarsson mereceu da Aicaju e do Sintic a mais firme oposição. Retomemos, de novo, o documento *O futuro do sector do caju em Moçambique* (Seminário) (1995). Para além de esgrimirem os valores relativos à castanha exportada e processada utilizados por Hilmarsson, os industriais convocam para a discussão outros aspectos que não foram suficientemente tidos em conta pelo autor: (i) o ambiente institucional e social em que a indústria de cada país opera; (ii) a qualidade da matéria-prima trabalhada; (iii) as condições demográficas e sociais existentes nos diversos países produtores

Comecemos por este último aspecto. As condições em que a indústria do caju opera, bem como todo o sector do caju em geral, variam imenso de país para país. Nos dois principais produtores mundiais – Índia e Brasil – as fábricas processadoras trabalham em contextos que nada têm a ver com aquele a que a indústria moçambicana está sujeita. E aqui não se trata só do impacto da guerra que a economia do caju na Índia e no Brasil não conheceu, mas das estruturas e das acções desenvolvidas pelo Estado na dinamização deste aparelho produtivo.

Na Índia, a indústria concentra-se maioritariamente no distrito de Quíloa (estado de Kerala), cujo governo estadual prossegue, desde há longas décadas, políticas de protecção e de apoio activo. No naipe das numerosas unidades industriais de propriedade estatal, figura a KSCDC, a maior empresa processadora de caju a nível mundial, com 34 fábricas e 26.000 trabalhadores (www.quilon.com/Html/industries.htm). A industrialização contou igualmente com o apoio a nível do governo central, através de iniciativas legislativas e a intervenção activa e directa no desenvolvimento de estruturas favoráveis à expansão e consolidação da indústria do caju. É o caso do CEPC, um organismo que se ocupa da promoção das exportações de amêndoa de caju e de CNSL. Em estreita cooperação com a indústria do sector, o CEPC fornece o quadro institucional para a expansão das exportações, nomeadamente através do estabelecimento de ligações entre os importadores estrangeiros e os industriais, a publicidade e a promoção da imagem das amêndoas indianas no exterior,

incluindo a participação em exposições internacionais. Apoia ainda os industriais exportadores com ajuda financeira até 33% do investimento efectuado nas áreas de transferência tecnológica e de modernização das unidades de processamento, de implementação de normas e certificações de qualidade e de equipamentos de empacotamento de tecnologia avançada (v. www.cashewindia.org/html/c0200abt.htm). O governo indiano não se ficou, todavia, pelo apoio institucional: em 1956 criou a STC, uma empresa estatal de importação e exportação de mercadorias, incluindo produtos agrícolas, agro-industriais e manufacturados. Apesar de sujeito às pressões globais do neoliberalismo e de a nível interno muitas das suas propostas serem defendidas e aplicadas,¹⁹ o governo central indiano tem conseguido, dentro dos estreitos limites permitidos pela actual correlação de forças existente a nível mundial, conduzir uma política de protecção do sector do caju. Sinal maior desta política, e instrumento decisivo para o futuro do sector e do papel que a Índia ocupa a nível internacional, é a aprovação recente da *The Cashew Board Bill* (Lei n.º 35 de Março de 2002, aprovada pela República da Índia). Através desta lei, a Índia estabelece um organismo para o desenvolvimento da indústria do caju. Para além das competências atribuídas na promoção da investigação agrária e do consumo de caju, cabe-lhe a fixação dos preços de venda por atacado e a retalho no mercado interno, o controlo das exportações e a gestão dos excedentes de produção. Para bem cumprir estas tarefas dispõe de instrumentos financeiros que são, em parte, financiados pelo governo central.

A política do governo indiano para o caju foi recorrentemente evocada como um exemplo a seguir pelos que, em Moçambique, se opunham às propostas do BM. Mas também no Brasil, o segundo maior produtor e processador mundial, a política levada à prática pelo governo federal constitui uma referência obrigatória no campo das boas práticas para o desenvolvimento da economia do caju. Num momento em que as empresas de processamento se confrontam com a liberalização das exportações de castanha *in natura*²⁰ decidida pelo governo federal brasileiro e apesar de alguns considerarem que o papel do estado neste país latino-americano fica muito aquém do que se verifica na Índia (v. www.noolhar.com/opovo/opinião/183665.html), é flagrante que nele a economia do caju conta com um forte apoio das instituições públicas.

¹⁹ No Estado de Kerala a indústria de caju enfrenta presentemente uma crise provocada pelas medidas de liberalização e privatização introduzidas pelo governo estadual de orientação liberal (v. http://pd.cpim.org/2002/june/09/06092002_kerale_udf_II.htm).

²⁰ Portaria n.º 6 de 24/6/2002 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do governo federal brasileiro. A polémica acerca da exportação de castanha *in natura* arrasta-se, pelo menos, desde inícios da década de 90, opondo os diversos sectores e interesses que gravitam em torno da economia do caju. Depois de uma autorização de exportação de 4.000 tn, o governo brasileiro passou a autorizar, a partir de 1992, a exportação de 12.000 tn por ano (www.unicamp.br/nipe/rbma/caj_his.htm).

Fazendo uma breve resenha histórica, a partir dos anos 50 são dados os primeiros passos para a criação de plantações organizadas de cajueiros no município de Pacajus (Ceará). Aí se desenvolveu, pela mão do governo federal, investigação agronómica que daria origem a novas variedades da planta, comumente designadas por cajueiro anão.²¹ Na década seguinte, no quadro do modelo de desenvolvimento concebido pelos economistas e sociólogos ligados à Cepal – dirigida por Raul Prebisch entre 1948 e 1962 –, o Estado brasileiro implementa uma política de desenvolvimento industrial através do recurso aos incentivos fiscais e outros instrumentos disponibilizados pela Sudene e o suporte financeiro do BNDES.²² Ao longo da década de 60 caber-lhe-ia o grosso das iniciativas de apoio à indústria de processamento, mormente no plano das exportações. Em 1973, a criação da Embrapa permitiu ao Estado organizar e executar a investigação agronómica, elaborando-se os primeiros plano para a área da cultura do caju.²³ Nos anos 80 surgiram os clones de cajueiro anão precoce que iriam provocar profundas alterações nesta cultura, com reflexos muito fortes ao nível da produtividade. Na última década a produção e processamento de castanha de caju expandiu-se para outros estados como o Rio Grande do Norte e o Piauí, sempre com o apoio de incentivos fiscais e outras medidas estatais (v. www.unicamp.br/nipe/rbma/caj_his.htm). Actualmente, o Brasil é o líder mundial na investigação e desenvolvimento de plantas e tecnologias agrárias para a cajucultura e o segundo maior produtor e processador de castanha de caju, posicionando-se para, a médio prazo, disputar à Índia a posição cimeira por ela ocupada.

Este porfioso trabalho do governo federal é apoiado pelos governos dos estados produtores de caju. Não cabendo aqui uma análise exaustiva da acção de todos eles, vejamos mais de perto o caso do Ceará, o principal estado produtor. Fortemente dependente da economia do caju, desde os anos 60 que as sucessivas administrações estaduais têm em marcha políticas de incentivo à cajucultura. Atendendo ao enorme peso social que a cultura do caju detém no presente – 30.000 postos de trabalho directos e 100.000 indirectos – o governo

²¹ Moçambique é hoje um beneficiário directo desta investigação, com o seu melhoramento genético assente nos CCP originários do estado brasileiro do Ceará.

²² A Sudene é um organismo do governo federal brasileiro concebido por Celso Furtado, a quem coube a responsabilidade da sua presidência nos três primeiros anos de funcionamento (1959-1962). Sobre o desenvolvimento desta vasta região brasileira v. Furtado (1959a e 1959b). O BNDES é uma empresa pública brasileira fundada em 1952, cuja finalidade social é o financiamento a longo prazo de empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento da economia, nos seus mais variados domínios, incluindo indústria e agricultura.

²³ Esta empresa está sujeita ao controlo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Tem como missão apoiar o desenvolvimento do agronegócio brasileiro através da produção e transferência de conhecimentos e tecnologias que possam beneficiar a sociedade. Apostando fortemente na investigação científica aplicada, a Embrapa possui 8.000 trabalhadores, dos quais 2.000 são investigadores, possuindo a maioria formação pós-graduada. É, sem contestação, uma das maiores instituições de pesquisa sobre os usos e exploração dos ecossistemas tropicais.

do estado promove diversos programas para a recuperação e expansão dos plantios, mormente através de apoio técnico e financeiro, visando o aumento e a consolidação da produção anual de castanha de caju (www.sdr.ce.gov.br/Cajucultura.htm).

Face a este contexto de concorrência internacional, defender a liberalização, o livre mercado e a livre concorrência é injusto e inoportuno para Moçambique. Como concorrer em posições tão desiguais? Não se trata somente de considerar o impacto dos subsídios do governo indiano à sua indústria, nem dos incentivos do Estado brasileiro à investigação e incremento da produção de caju. É preciso atender também ao que se pode designar por subsídios indirectos, sob a forma de infraestruturas como estradas, caminhos-de-ferro, escolas, hospitais e de formação de capital humano que pesam de forma decisiva para o desenvolvimento industrial e, sobretudo, para o aumento da produtividade e da competitividade na arena internacional. Resulta, pois, nítido que a concorrência desapojada da indústria moçambicana no mercado internacional remeteria o país, como efectivamente se verificou, para uma posição secundária, incapaz até de retirar proveito da “vantagem comparativa” proporcionada pelo seu potencial a nível agrícola, tal como é sentenciado pelas teses liberais (cf. Friedman e Friedman 1980: 76-77). Servindo-se do exemplo do advogado e da sua secretária, estes autores interrogam se, por hipótese, sendo ele duas vezes mais rápido a dactilografar do que ela e cinco vezes melhor advogado, deveria dispensá-la, passando ele a fazer o trabalho? Aplicando este raciocínio estulto a Moçambique, este país deveria deixar de ter indústria de processamento, por ser menos competitiva, para se concentrar apenas na produção de caju, obviamente esperando tirar partido da acção diligente da “mão invisível”. Ora, nada na história do sistema mundial moderno permite concluir que os países do centro se desenvolveram com base em estratégias deste tipo. Muito pelo contrário, como expôs Chang (2002), os Estados que pugnam hoje pelo comércio livre foram num dado período da sua história, quando as suas indústrias não eram competitivas face à concorrência, ferozmente proteccionistas e intervencionistas na economia, com particular destaque para a Inglaterra e os EUA. No caso destes, a protecção de que as suas indústrias gozaram até ao final da 2.^a Guerra Mundial não tiveram paralelo em nenhum outro país.

É neste quadro muito complexo que deve ser analisado o debate em torno dos sistemas de processamento para a indústria de caju moçambicana. Todas se confrontam com um desafio: não danificar, incluindo fracturar, a amêndoa que se encontra no interior de cada castanha, da qual depende, em boa medida, o acréscimo de valor gerado pelo processamento. Este é o objectivo geral de um sistema que, como qualquer outro, mete em acção combinada matéria-prima, instrumentos de trabalho, energia, incluindo humana, para os mover e as

representações particulares ligadas aos gestos dos trabalhadores (Lemonnier 2000: 697). Perante a crise em que mergulhou a indústria moçambicana de processamento, em boa medida provocada pelo BM, este propõe, apoiado no facto de os sistemas tradicionais garantirem percentagens superiores de amêndoa inteira, como solução o *down-grade* tecnológico, impondo de certo modo o regresso à situação em que a indústria se encontrava em 1960.

Fazendo uma breve retrospectiva, nessa época davam-se os primeiros passos na mecanização de algumas fases do processo produtivo, com os esforços centrados no descasque (v. quadro 11). Outros sectores foram mecanizados, embora em grau variável, como a calibragem e a fritura. Porém, são sectores não decisivos para o processo produtivo, pelo que a tecnologia neles utilizada tem um papel relevante mas sempre subsidiária do descasque. De facto, este constitui, por um lado, a fase mais dura e penosa de todo o processamento, exigindo uma enorme quantidade de mão-de-obra, e, por outro, o que melhor se prestava à mecanização, atendendo ao estado de desenvolvimento das tecnologias, nomeadamente mecânicas, ao dispor da indústria. Hoje, como então, todos sabiam que a obtenção de grandes volumes de produção, sem fazer crescer a níveis descomunais a força de trabalho empregue e a área fabril utilizada, dependia da mecanização das operações a realizar no descasque da castanha de caju.

Quadro 11. Cadeia operatória e sistema técnico de processamento da castanha de caju

	Castanha <i>in natura</i>	
	Fase	Opções técnicas principais
Amêndoa embalada ↓	Calibragem Separação da castanha por tamanhos para facilitar e aumentar a eficiência do processamento	- Mecânica de accionamento manual - Mecânica de accionamento eléctrico
	Humidificação (remolha) Homogeneizar a humidade, evitando um aquecimento excessivo da castanha durante a fritura bem como uma melhor distribuição do calor durante este processo. Quando cozida em autoclave de vapor esta fase não se efectua.	- Espalhamento da castanha em tanques pouco profundos com água - Cilindros de água sob pressão
	Fritura (assadura) ou cozimento Extracção do CNSL através do calor que provoca o rebentamento dos alvéolos do mesocarpo onde ele se encontra. No caso do vapor, o CNSL é libertado pelo calor e transportado por uma corrente de vapor	- Tambores com CNSL onde a castanha é mergulhada - Fornos com CNSL e tapetes rolantes que mergulham a castanha - Autoclave e caldeira de vapor
	Descasque Separação da casca da amêndoa	- Percussão manual com martelo - Percussão mecânica - Corte por lâminas com máquina de accionamento manual - Corte por lâminas com máquina de accionamento mecânico
	Secagem Redução da humidade existente na amêndoa, de forma a facilitar a remoção da película que envolve a amêndoa	Estufa de ar quente com as amêndoas colocadas em tabuleiros
	Despeliculagem Remoção da película que envolve a amêndoa	- Manualmente, com o recurso a pequenas facas quando a amêndoa é velha, de má qualidade ou a secagem não foi efectuada devidamente - Por máquinas de sopro
	Seleccção Separação da amêndoa por tipo e qualidade	Manualmente, sendo possível de ser complementado por máquina automática de selecção de cor da amêndoa
	Embalagem Acondicionamento da amêndoa para a colocação nos mercados de consumo	- Manualmente, em folha de plástico fechada a vácuo ou em frascos de vidro ou plástico - Com o recurso a equipamentos mecânicos automatizados

Até essa altura o processamento assentava em métodos artesanais que pouco variavam em relação aos processos usados pelos indígenas consumidores. O mais antigo baseia-se no assamento da castanha e quebra a martelo (v. fotografia 17). Praticamente abandonado em finais dos anos 60, voltou hoje a ser usado em Moçambique, nomeadamente na grande fábrica do Chamanculo (Maputo). Garantindo elevada percentagem de amêndoa inteira, depende da

habilidade demonstrada pelos operários. Sujeitos a um regime de remuneração que depende do cumprimento da tarefa diária atribuída, os operários trabalham em condições de higiene e segurança muito precárias e penosas.



Fotografia 17. Descasque de castanha de caju com martelo na fábrica do Chamanculo (Maputo)

Um outro método assenta numa inovação mecânica aperfeiçoada nos anos 50 na Índia: um artefacto individual de descascar accionado manualmente pelo operário que corta a castanha uma a uma, tal como acontece no martelo. Tendo em vista obter com facilidade uma maior percentagem de amêndoa branca, este sistema está em Moçambique associado à autoclave a vapor para o cozimento da castanha, a fase que a prepara para o descasque. Nestas circunstâncias, o trabalho dos operários do descasque é não só árduo como incapacitante. De facto, o contacto permanente com o CNSL, extraordinariamente corrosivo, associado ao risco de corte provocado pelas lâminas do artefacto, faz deste trabalho o menos desejado pelos operários, tornando-se difícil também cumprir com as regras de higiene e segurança na manipulação de alimentos impostas pelas normas mais exigentes. Habitualmente, trata-se de

uma operação realizada aos pares: enquanto um operário corta, um outro, colocado no lado oposto da bancada de trabalho, separa a casca fendida da amêndoa. Tendo sido abandonado de forma progressiva em Moçambique a partir dos anos 60, foi reintroduzido pela Inducaju (província de Nampula) três décadas mais tarde. Neste momento são numerosas as fábricas que o utilizam, muitas delas a trabalhar em regime não contínuo (v. fotografia 18).

Estes sistemas técnicos assentes em mão-de-obra intensiva são incapazes de permitir ganhos elevados de produtividade por trabalhador, significando baixos salários, a não ser que, algo altamente improvável, os preços da amêndoa sofram aumentos vertiginosos nos mercados internacionais e, por outro lado, a estrutura de comercialização controlada directamente pelas multinacionais, como acontece com a maior fábrica brasileira,²⁴ e por meia dúzia de *brokers* sediados nos EUA, a quem pertence o grosso da fatia da cadeia de valor produzida, se altere profundamente.

²⁴ A Iracema é a maior empresa mecanizada de caju do mundo, processando cerca de 50.000 tn/ano com 2.500 trabalhadores. Todo o processamento está muito mecanizado e automatizado, desde o armazenamento até à embalagem, sendo efectuado com elevados padrões de higiene e segurança. Tendo sido propriedade da Anglo-American, tal como a Mocita, passou posteriormente para o controlo da Nabisco para actualmente ser controlada pela Kraft Food, o maior grupo do sector alimentar dos EUA. Controlando a comercialização até ao consumidor final através de marcas de *snacks* próprias, a empresa está colocada ao abrigo da acção dos três *brokers* nova-iorquinos – Richard Franco Co., Frank Crauss & Co. e Mitchell Beck Company, Inc. – que controlam $\frac{3}{4}$ da importação de amêndoa de caju para o mercado norte-americano. Refira-se que numa visita efectuada em Agosto de 2002 a esta fábrica, o seu director-geral foi peremptório: o operariado brasileiro, pelo menos em Fortaleza (Ceará), não aceita trabalhar com sistema de descasque manual, isto é, as suas organizações sindicais e o quadro político-partidário existente a nível estadual e federal não permitem ao capital impor um eventual *down-grade* tecnológico.



Fotografia 18. Descasque de castanha de caju com máquina manual de lâminas na fábrica de Laulane (Maputo)

Passando para os sistemas mecânicos, o mais antigo é o de descasque por impacto ou choque (v. fotografia 19). Depois de diversas experiências levadas a cabo em países processadores como o Brasil e Moçambique, o sistema generalizou-se a muitas fábricas. É baseado no princípio da percussão, que, à semelhança do martelo, provoca a fractura da casca e a libertação da amêndoa do seu interior. Todo o mecanismo assenta em tambores giratórios, no interior dos quais a castanha é projectada com violência contra paredes interiores, pelo efeito da velocidade de rotação a que está sujeita. Apesar de nas últimas três décadas a investigação sobre este sistema tecnológico ter sido escassa, a sua grande fiabilidade mecânica associada a custos operacionais reduzidos permitem obter, quando em boas condições de funcionamento e operado por técnicos experientes, amêndoa inteira em quantidade muito razoável, próxima da que é alcançada pelos complexos sistemas de corte automático. Em relação a estes tem a seu favor a enorme simplicidade mecânica e escasso desgaste e afinação dos seus diversos componentes, para além do seu custo inferior. Reconhecidamente, é o único sistema mecanizado capaz de separar a amêndoa da casca de castanhas de pequena dimensão – tamanho igual ou inferior a 19 mm –, precisamente um dos

tamanhos mais frequentes no sul de Moçambique [v. *Estudo do impacto da liberalização do mercado da castanha de caju* (1997)]. Longe de estar obsoleto, como inexplicavelmente, inclusive à luz dos dados por eles utilizados, argumentam os consultores americanos da Abt Associates Inc. no seu relatório de 1999 [v. *Assessment of the status of competitiveness and employment in the cashew processing industry in Mozambique (final draft report)*], o sistema continua a ser utilizado no Brasil com sucesso e em Moçambique existem até empresários utilizadores do sistema semi-mecânico que pretendem migrar para ele.²⁵ Como um deles explicou enfaticamente junto da sua pequena máquina de descasque por impacto, numa visita de campo à sua fábrica de Maputo, assim que tiver instalações adequadas irá colocá-la em funcionamento para nela partir a castanha até ao calibre 19, o tamanho mais frequente nas aquisições efectuadas. Algo que tinha sido já observado e colocado em prática nas fábricas de Manjacaze e Inhambane:

Antes das pessoas do governo ligadas ao caju começarem a dizer que as pequenas fábricas é que eram a solução e isto e aquilo, já eu tinha um linha de 100 senhoras a descascar à mão em Manjacaze. Depois de nós trabalharmos um ano, comparar resultados de Inhambane com Manjacaze, nós concluimos imediatamente uma coisa: castanhas grandes devem ser descascadas manualmente e as castanhas pequenas têm de ser descascadas mecanicamente pelo sistema de choque. Ela descasca todos os calibres, mas na castanha grande parte muito mais do que na mão. Na castanha pequena, se a gente dá às senhoras, elas têm uma produtividade baixíssima. Aquele equipamento [de Manjacaze] é perfeito, é o melhor até hoje. Não há nenhum como aquele. O consultor inglês que esteve aqui foi fazer as medições à saída das máquinas, e nas condições que não eram as melhores estávamos a fazer 70 a 72% de inteiras, o que era espectacular. Estávamos a fazer bem. Dava gosto ver aquelas tremonhas a largar a amêndoa inteira. Aquilo tem duas saídas: uma de amêndoa inteira, outra de amêndoa partida. Ela separa-se por gravidade porque tem uns sopradores e ela por gravidade quando pesa mais [vai para um caminho], quando pesa menos vai para um outro caminho. Então a gente ficava ali a ver, vinte e poucos por cento eram pedacinhos partidos e o resto era amêndoa inteira. Depois, claro, no [resto do] processo... Mas se nós fizermos 55% de amêndoa inteira à saída da despêliculagem já estamos a trabalhar no verde. E nós conseguíamos mais do que isso [em 1996 e 1997]. Em Manjacaze, em Inhambane... (A. P. Tavares, CAu27).

²⁵ É oportuno notar que o processamento brasileiro assenta nas fábricas com descasque por impacto. Concentradas no estado do Ceará, possuem uma capacidade de processamento de 300.000 tn, superior em 50% à produção dos melhores anos, como o de 2002. São 27 fábricas que processam 200.000 tn, situação que contrasta fortemente com a Índia que processa 500.000 tn em 2.000 unidades. Trata-se de um moderno parque industrial, reconhecidamente dotado das fábricas tecnologicamente mais avançadas, em que a mecanização e automatização abrangem, em muitos casos, a totalidade do processo produtivo. Revelando a importância do investimento tecnológico, o BNDES instituiu recentemente o “Programa de Apoio à Importação de Equipamentos”, com o objectivo de facilitar novos investimentos para a modernização industrial (v. Gomes 2000).



Fotografia 19. Sistema de descasque mecânico por impacto na fábrica do Chamanculo (Maputo)

Por fim, seguindo a solução engendrada para as pequenas máquinas de operação manual, temos os sistemas mecânicos por corte, actualmente produzidos apenas pela empresa italiana Oltremare, especializada em equipamentos mecânicos e electrónicos para as indústrias agro-alimentares. Tal como acontece na rudimentar máquina de descasque semi-manual, no sistema mecânico da Oltremare cada castanha é cortada individualmente, uma a uma, através da sua colocação nas linhas de corte. Nas primeiras versões comercializadas nos anos 60 a sua alimentação era feita manualmente, exigindo a presença de pelo menos um operário em cada uma das linhas existentes na unidade produtiva. Mais recentemente, esta fase foi também automatizada, pelo que é hoje possível, tal como acontece na Mocita, que a castanha entre no calibrador e chegue até à estufa de uma forma praticamente automática, sem intervenção directa dos operários. Apesar das inovações e melhorias tecnológicas introduzidas desde o seu aparecimento, o sistema apresenta um desempenho modesto com a castanha de pequena dimensão, inferior a 21 mm, característica que constitui um enorme obstáculo para as fábricas moçambicanas que possuem esta tecnologia, em especial para a Mocita. Embora mais frequentes no sul, os problemas que afectam o cajual em toda a África oriental têm provocado

uma sensível redução do tamanho médio da castanha trabalhada pelas fábricas moçambicanas, com a crescente predominância do calibre 19. Por outro lado, a amortização dos avultados investimentos em unidades deste tipo exigem grandes e regulares volumes de matéria-prima, nem sempre possíveis de obter localmente. Quando assim acontece, os custos com os transportes adquirem um peso significativo, com o concomitante impacto negativo no desempenho financeiro das fábricas.

Em termos tecnológicos constata-se que a mecanização seguiu de muito perto os mesmos princípios mecânicos dos dois processamentos manuais. Face a uma casca dura e resistente à fractura, foram escolhidas como soluções mecânicas a percussão e o corte. Assim, existe uma homologia entre o martelo e a máquina de choque ou impacto e entre a máquina de corte com lâminas semi-mecânica e a cortadeira mecanizada, cujas versões mais modernas são totalmente automáticas (v. figura 28).

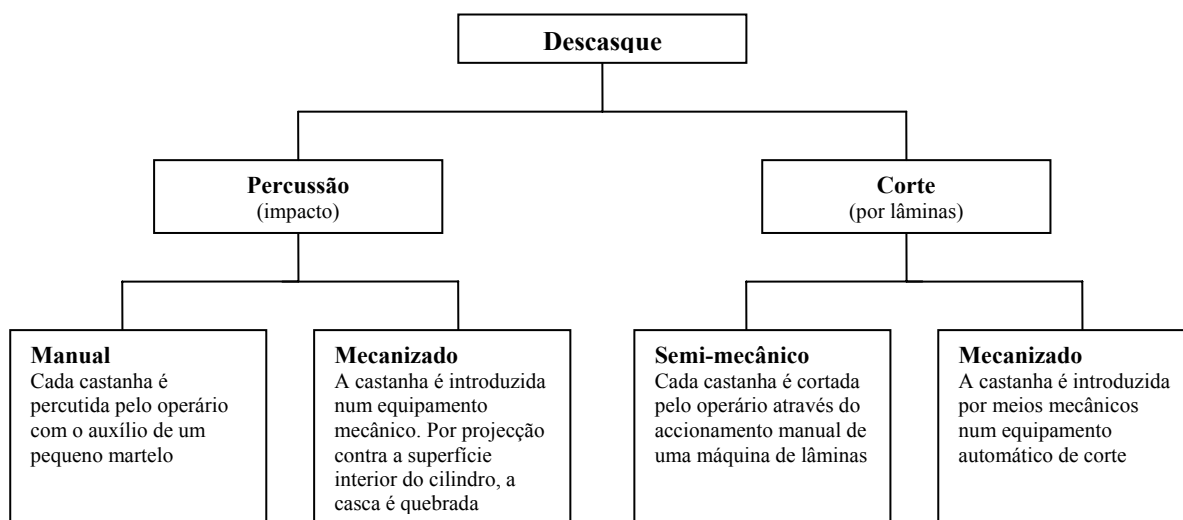


Figura 28. Sistema técnico de processamento da castanha de caju – Síntese comparativa

Em Moçambique é o caso, já referido, da fábrica da Mocita (Xai-Xai), equipada com os últimos mecanismos produzidos pelos italianos da Oltremare. Apesar da sua enorme complexidade tecnológica, apurada por décadas de aperfeiçoamentos e inovações que melhoraram a sua eficiência produtiva, é indiscutível que ainda hoje os sistemas mecanizados são incapazes de competir com os sistemas tecnológicos simples baseados nos gestos meticolosos e mecanicamente quase perfeitos realizados pelos homens e mulheres no

descasque da castanha. Tornando claro, os operários são capazes de obter melhores resultados do que os modernos sistemas tecnológicos, ao conseguirem extrair maior percentagem de amêndoa inteira por quilo descascado. Sobretudo, quando existe em Moçambique um enorme exército de mão-de-obra disponível para se submeter às formas extremas de exploração e de penosidade no trabalho actualmente existentes nas fábricas de processamento de castanha de caju, em que a remuneração está exclusivamente ligada à obtenção de amêndoa inteira.

Se é certo que, como veremos, os dados gerais relativos às percentagens de aproveitamento de amêndoa inteira conseguidos pelos diversos sistemas são muitas vezes usados de um modo parcial e truncado, pode-se apontar para um intervalo (v. quadro 12) entre 10 a 15% a separar os sistemas em termos de eficiência. Em regra, os valores apresentados têm por base a performance conseguida a nível internacional pelos diversos sistemas tecnológicos que, sublinhe-se, operam em condições institucionais, económicas, sociais e de acesso à matéria-prima muito diferentes. Talvez os dados mais relevantes sejam o do Brasil, em virtude de possuir uma indústria mecanizada com várias décadas de existência à qual se juntou uma indústria de mão-de-obra intensiva já relativamente consolidada. Assim, perante condições económicas e sociais relativamente homogéneas, o desempenho desta é segundo alguns dados, cerca de 11% superior à mecanizada (55% a 58 para 66% a 69%) no que ao respeita ao índice de amêndoa inteira (www.unicamp.br/nipe/rbma/caj_eco.htm).

Quadro 12. Alguns elementos para comparação dos principais sistemas de descasque de castanha de caju

Sistema de descasque	Valor do investimento em equipamento	Capacidade ideal de processamento anual (em t.)	% de amêndoa inteira embalada
Martelo	20.000€	300	60-65
Corte semi-mecânico	80.000€	600-1000	60-70
Impacto mecanizado	700.000€ por 1.000 t.	2.500-5.000	50-55
Corte mecanizado	750.000€ por 1.000 t.	3.500-10.000	50-60

Fonte: *Estudo do impacto da liberalização do mercado da castanha de caju* (1997).

Com base neles produzem análises a-históricas e descontextualizadas, que acabam por conduzir a erros grosseiros, especialmente evidentes no que respeita aos sistemas de descasque por impacto. De facto, só por ignorância ou manifesta má-fé se pode escrever que “os sistemas de descasque usando o impacto mecânico como filosofia principal são inviáveis porque logo à partida não prosseguem nenhum objectivo de obter a produção de amêndoa

inteira, mas apenas de a extrair” [*Componentes de Comercialização e industrialização – Plano Director do Caju* (1999), Maputo, Incaju, 33]. Como mostra a história da fábrica velha e, mudando de continente, das grandes unidades brasileiras mecanizadas que usam, sem excepção, o sistema de descasque por impacto, o processamento em todas as suas fases, incluindo o descasque, está orientado para um objectivo: a obtenção da máxima quantidade de amêndoa inteira e branca.

Também no que diz respeito ao aproveitamento, a argumentação do Incaju é questionável, quando afirma no relatório acima citado que o descasque por impacto provoca uma perda significativa de amêndoa, contribuindo para um valor final inferior. Embora se possa admitir, em abstracto, que tal situação possa ocorrer, ao longo da cadeia processadora existem mecanismos e procedimentos que permitem recolher toda a amêndoa, incluindo os pedaços muito pequenos que se foram quebrando. Basta observar os dados estatísticos disponíveis sobre a produção das fábricas moçambicanas para o constatar (v. quadro 13). Comparando os valores disponíveis, todas as fábricas apresentam como melhores valores no aproveitamento final de amêndoa percentagens na casa dos 20%. Exceptua-se o valor de 21.82% obtido pela Invape em 1998, ainda em regime experimental e não mencionado no quadro 13. É plausível que este desempenho esteja relacionado com a utilização de castanha de qualidade superior, com percentagem muito reduzida de avariada.

Se considerarmos apenas as fábricas de uma dada área geográfica, por exemplo a zona sul do país constituída pelas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, os resultados são muito semelhantes, com os melhores valores a serem conseguidos pelas fábricas de Manjacaze e de Inhambane da Procaju, equipadas com sistemas de descasque por impacto. Note-se que a diminuição do desempenho verificado nos últimos anos só se pode explicar pela pressão a que as fábricas estiveram sujeitas, provocada pela concorrência numa situação de escassez de oferta de castanha, como justamente é reconhecido no mencionado relatório da Abt Associates. O resultado foi a compra de castanha de menor qualidade com elevadas percentagem de oca e podre. Mais relevante ainda é a comparação dos valores conseguidos pela Mocita em 1973 com os por ela obtidos nos últimos anos, já com equipamentos melhorados. A diferença superior a 4% é um indicador muito credível da diminuição da qualidade da castanha que raramente é referida e considerada nas análises comparativas inter-países apresentadas nos mais diversos estudos de consultoria. Ora, a má qualidade da castanha do sul de Moçambique constitui para as fábricas, qualquer que seja a tecnologia utilizada, um obstáculo praticamente intransponível para a sua competitividade no mercado internacional da amêndoa. Saliente-se que os valores de 28% e 23%, respectivamente à saída

do descasque e na embalagem, obtidos pela Mocita em 1973 se repetiam, ou eram mesmo ultrapassados, na fábrica velha de Manjacaze. Nessa época, M. Neto conseguia valores de aproveitamento de amêndoa na embalagem de 25%, chegando por vezes aos 27%, resultados excelentes só possíveis a partir de uma matéria-prima de qualidade excelente e rigorosamente seleccionada. Tratam-se, efectivamente de valores excepcionais, verdadeiramente no limite do aproveitamento possível de castanha seleccionada de qualidade superior, pois o peso de cada castanha tem a seguinte distribuição média: 50% de casca, 25% de óleo e 25% de amêndoa.

Quadro 13. Processamento – níveis de eficiência produtiva

Fábrica	Tecnologia	Ano	% de amêndoa inteira		% de aproveitamento de amêndoa	
			À saída do descasque	Na embalagem	À saída do descasque	Na embalagem
Inhambane	Impacto mecanizado	1996	65.00	51.20	-	20.44
Manjacaze	Impacto mecanizado	1996	-	55.42	-	20.47
Manjacaze	Impacto mecanizado	1997	-	51.71	-	18.47*
Mocaju	Impacto mecanizado	1996	70.30	50.00	27.14	18.79
Mocaju	Impacto mecanizado	1997	74.56	54.90	25.49	19.85
Mocaju	Impacto mecanizado	1998	67.53	56.20	25.89	19.37
Preço médio da amêndoa exportada: 3.62 USD/kg						
Rendimento obtido pela exportação com base a tn de castanha processada: 685.65 USD						
* Os documentos estatísticos consultados na fábrica aquando do trabalho de campo apontam para um índice de aproveitamento superior: 20.89%. Se o valor correcto for este, significa que rendimento obtido na exportação foi de 756 USD por tn de castanha processada, muito próximo dos resultados alcançados pelas fábricas usando outros sistemas. O mesmo se aplica a 1996 para as duas fábricas da Procaju (Manjacaze e Inhambane), com rendimentos a rondar os 740 USD.						
Monapo	Corte mecanizado	1996	81.38	53.95	-	18.70
Monapo	Corte mecanizado	1997	81.02	53.27	-	20.02
Monapo	Corte mecanizado	1998	81.88	56.27	-	20.74
Mocita	Corte mecanizado	1973	-	62.30	28.00	23.00
Mocita	Corte mecanizado	1998	76.23	45.11	25.48	19.63
Mocita	Corte mecanizado	1999	69.21	51.81	24.32	16.62
Preço médio da amêndoa exportada: 3.96 USD/kg						
Rendimento obtido pela exportação com base a tn de castanha processada: 779.69 USD						
Invape (Manjacaze)	Corte semi-mecânico	Junho 1999	71.68	33.40	26.73	19.80
Cajeba (Geja)	Corte semi-mecânico	1998	92.00	66.41	25.32	19.62
Preço médio da amêndoa exportada pela Cajeba: 3.82 USD/kg						
Rendimento obtido pela exportação tendo por base a tn de castanha processada: 788.42 USD						
Polycaju (Chamanculo)	Martelo	1996	88.20	49.47	23.69	19.98
Polycaju (Cahmanculo)	Martelo	1997	84.97	46.00	24.35	19.47
Polycaju (Cahmanculo)	Martelo	1998	82.75	47.37	24.32	17.75
Preço médio da amêndoa exportada: 3.91 USD/kg						
Rendimento obtido pela exportação com base a tn de castanha processada: 758.07 USD						

Fonte: *Assessment of the status of competitiveness and employment in the cashew processing industry in Mozambique (final draft report)* (1999).

Relativamente aos valores de amêndoa inteira, os dados mostram um melhor desempenho do sistema semi-mecânico da Cajeba, a conseguir um valor superior a cerca de 10% face à média obtida pelos sistemas mecanizados, sem que tal lhes garanta, sublinhe-se, um resultado destacado no preço médio final de venda. Funcionando em regime intermitente,

a Invape parece conseguir, por vezes, aproximar-se do desempenho da sua congénere do norte do país. Os dados estatísticos mais recentes recolhidos aquando do trabalho de campo mostram-no, apesar de ponteados por valores anómalos: em Novembro de 2001, após a longa paragem desde Fevereiro de 2000, consegue apenas 35% de amêndoa inteira à saída da selecção com um aproveitamento de 20.7%, para na primeira quinzena do mês seguinte obter, respectivamente, 64.14% e 19.18%. Também relativamente a este critério, a história estatística do processamento de castanha torna evidente que os sistemas mecânicos obtiveram na primeira metade da década de 70 resultados comparáveis aos conseguidos pelos sistemas de tecnologia simples. Assim, a Mocita alcançava em 1973 62% de amêndoa inteira, a Companhia do Caju do Monapo obtinha ao longo dos anos de 1971 a 1974 valores entre os 58% e os 63% [*O futuro do sector do caju em Moçambique* (Seminário) (1995)], utilizando sistema de corte mecânico, enquanto que a fábrica velha de Manjacaze, de acordo com M. Neto, conseguia regularmente 60%, com a possibilidade de alcançar cinco pontos mais, através das melhorias que estavam a ser testadas no ano da sua partida.

Quanto ao desempenho da velha fábrica do Chamanculo, agora regressada ao descasque a martelo, ele é profundamente paradoxal, com valores muito baixos de amêndoa inteira e de aproveitamento na embalagem, apesar de apresentar bons resultados à saída do descasque, explicáveis apenas por execução deficiente e quebras anormais (roubos). Apesar disso, consegue excelentes resultados no rendimento da amêndoa exportada tomando como critério a tonelada de castanha processada. Neste critério é nítido o pior desempenho das fábricas por impacto, melhor dito, da Mocaju.

Mesmo não levando em linha de conta esta discrepância, será possível considerar provada, como defendem os diversos relatórios já citados, a falta de competitividade desta tecnologia? Se considerarmos que os resultados alcançados são muito semelhantes aos das fábricas com corte mecanizado, em termos de amêndoa inteira e aproveitada, a resposta é negativa. Assim, e considerando que a qualidade da matéria-prima é idêntica, os factores diferenciadores do preço de exportação apenas podem estar na percentagem de amêndoa amarela obtida, fundamentalmente relacionada com a tecnologia usada na preparação da castanha para o descasque, e no acesso aos mercados. Como mostram os dados colectados pelo relatório citado, as fábricas com corte mecanizado obtêm maiores quantidades de amêndoa branca, em média cerca de 20% acima – 70% para estas face aos 50% do conseguida pelas fábricas equipadas com tecnologia por impacto. Ora, como em todas as fábricas mecanizadas era utilizada a fritura em banho CNSL, estas diferenças de desempenho têm de ser explicadas, em primeiro lugar, pelo controlo do processo de fritura e só depois pelo tipo de

sistema de corte utilizado. Apesar de o sistema de impacto mecanizado aumentar os riscos de o CNSL manchar a amêndoa no processo de separação desta da casca, o desempenho conseguido, por exemplo, por M. Neto nos anos 70 e actualmente pela fábrica Iracema no Brasil – 70% de amêndoa branca, segundo informação pessoal facultada pelo seu director-geral) – mostram que este tipo de tecnologia de descasque não influencia de modo determinante os resultados finais em termos de cor da amêndoa.

Apesar de tudo o que foi dito, é indiscutível que se nos centrarmos apenas mera discussão das percentagens teremos de considerar válida a posição de todos os que defendem o abandono dos sistemas técnicos complexos. Ora, a questão não é assim tão simples, nem tão pouco se resume, para além do já atrás referido, a uma mera questão de gestão. Na realidade, é necessário considerar outros aspectos como a oferta, quantidade e qualidade da matéria-prima ao dispor das unidades de processamento, bem como as condições económicas e sociais prevalecentes. Entre estas saliente-se a disponibilidade de mão-de-obra e a capacidade de intervenção dos diversos parceiros institucionais, em particular os sindicatos.

Como é sabido por todos os intervenientes, a amortização dos avultados investimentos em tecnologia exigidos pelas fábricas mecânicas requer disponibilidade de castanha em todas as campanhas anuais, situação que nem sempre tem sido possível alcançar em Moçambique [v. *Estudo do impacto da liberalização do mercado da castanha de caju* (1997)]. Com custos em capital fixo e variável muito elevados, para estas fábricas com relações de trabalho de tipo fordista (apesar do seu carácter incipiente e insuficiente), qualquer paragem por falta de matéria-prima ou por outra razão traduz-se imediatamente em elevados prejuízos que acabam por pesar fortemente na sua viabilidade económica. Mas não só, é necessário também atender às condições em que estas fábricas concorrem no contexto do mercado mundial de processamento. Quase sempre obliterado nos textos elaborados pelos consultores, as fábricas com descasque mecanizado e os seus trabalhadores enfrentaram a concorrência de fábricas cujos trabalhadores estão sujeitos a regimes de trabalho de tipo taylorista, baseados em custos salariais muito baixos e de tipo variável, com a remuneração dependente da existência de trabalho e sem qualquer protecção social. Como é notório nas pequenas fábricas montadas nos últimos anos em Moçambique, elas assentam a sua viabilidade na utilização da força de trabalho com custos salariais esmagados e vivendo da extracção do sobre-trabalho dos seus operários (v. capítulo IX). Embora possam desempenhar, nas actuais condições em que a força de trabalho opera na economia-mundo capitalista, um papel importante no acesso aos bens e serviços mercantis e na melhoria das condições de vida, a médio e longo prazo estas fábricas e as tecnologias baseadas em mão-de-obra intensiva são incapazes de gerar os ganhos

de produtividade essenciais ao crescimento real dos salariais directos e indirectos, estes sobre a forma de segurança social, saúde, pensões e outras prestações que concorrem para um certo reequilíbrio na desigual relação entre capital e trabalho. Por outras palavras, a preferência pelas tecnologias simples poderá não ser suficiente para alterar a posição dos países pobres na divisão internacional do trabalho, conquanto possam contribuir para a melhoria das condições de existência material dos mais desprovidos de recursos. É o caso de alguns estados brasileiros mais deprimidos, como o Piauí, onde existem algumas experiências com estas pequenas fábricas, também designadas por mini-fábricas. Beneficiando do apoio financeiro do governo federal, nomeadamente através do Procaju (Programa de Desenvolvimento da Cajucultura), estas unidades de processamento visam melhorar o rendimento dos pequenos e médios produtores rurais e combater, por intermédio da criação de emprego, a pobreza e o êxodo das populações nas zonas rurais. Ao contrário do que acontece em Moçambique, o papel do cooperativismo parece ter um papel importante, substituindo o investidor capitalista urbano orientado para a extracção brutal e acelerada de mais-valias (v. www.bndes.gov.br/produtos/agropecuaria/procaju.asp).

A opção pelos sistemas tecnológicos simples tem também consequências ao nível do enraizamento e expansão da cultura técnica complexa, sem a qual nenhum projecto de ruptura com a dependência é possível. Em Moçambique, a introdução de mecanismos mecânicos sofisticados nas fábricas exigiu a formação de metalúrgicos, serralheiros e outros técnicos especializados que acabaram por produzir e disseminar uma nova cultura de trabalho, um saber-fazer hoje velho de décadas partilhado por milhares de técnicos e operários que aprenderam, dominam e, sobretudo, acreditam na superioridade da mecanização. Espaços de saber técnico, estas fábricas funcionam como alavanca para o crescimento e consolidação de sectores correlativos que concorrerão para o aumento da produtividade, sem o qual os salários do operariado não conseguirão sair da estagnação em patamares insuficientes para assegurar a sua reprodução social e até física. Poder-se-á perguntar “a que preço?” apontando as importações maciças de máquinas e outros equipamentos, com os inevitáveis desequilíbrios nos saldos das contas externas. Sim, é pertinente que tal tem o seu impacto, mas não há outro caminho para aceder à ciência e à tecnologia, sobretudo num contexto marcado pela profunda globalização de todas as actividades humanas.²⁶ Na indústria do caju os efeitos das

²⁶ Esclareça-se que ciência e tecnologia são aqui entendidas como mais um produto do trabalho humano. Neste sentido, carece de sentido falar, por exemplo, numa ciência americana ou numa tecnologia europeia, ligando qualquer uma delas a um dado Estado ou bloco económico. Argumentar com a especificidade africana, como parece possível inferir em certos discursos culturalistas, românticos e pós-modernos, constitui claramente uma tremenda discriminação que nada mais faz do que concorrer para a legitimação das iniquidades que trespassam

importações na balança comercial são limitados, em virtude da grande fiabilidade e reduzido desgaste das peças, em particular as relacionadas com os mecanismos dos equipamentos de descasque por choque. Por outro lado, muitas delas eram já produzidas localmente pelos técnicos e operários mais experientes. A exemplo do que se verificava em Manjacaze, todas as fábricas mecanizadas possuíam sectores de manutenção nos quais trabalhavam homens hábeis e orgulhosos do seu trabalho de assistência e reparação dos equipamentos.

A um outro nível, o da reprodução e acumulação do capital por via das mais-valias, as opções tecnológicas jogam um papel fundamental, é certo, mas que não deve ser entendido num sentido linear, de contínua intensificação e complexificação da mecanização dos processos produtivos. Como justamente nos diz Palloix (1974: 208), não é a tecnologia que interessa ao capital “mas sim o carácter mercadoria do produto”, isto é, não interessa o *modo como se produz* mas antes *o que se produz*. No nosso caso, o que realmente conta é a amêndoa de caju e não a tecnologia e os processos utilizados para chegar até ela. Enjeitando o seu carácter determinante e apriorístico, a tecnologia, nas circunstâncias em que a produção se realiza actualmente, não traz qualquer vantagem para os detentores do capital. Ora, como viu Marx [1974 (1867)], servindo-se do exemplo brutal das mulheres inglesas que puxavam os barcos nos canais, em determinadas circunstâncias o investimento de capital em tecnologia pode não se justificar face ao custo diminuto dos salários pagos aos trabalhadores. Para quê investir em cavalos e máquinas se a remuneração das mulheres era infinitamente inferior ao valor para produzir aqueles?

O mesmo se passa hoje na indústria do caju em Moçambique. Também aqui o uso de capital fixo, como máquinas e outros equipamentos de produção, continua a colocar um problema velho aos seus detentores. Se, por um lado, contribui para o aumento da produtividade do trabalho, por outro lado requer um período mais longo de retorno do capital investido, logo diminui a rapidez da acumulação (Harvey 1999: 131). Face à desregulação das relações de trabalho, abundância de mão-de-obra e lentidão do retorno dos investimentos em equipamentos tecnológicos, a forma mais rápida para a obtenção de mais-valias assenta na utilização intensiva da força de trabalho, como bem o compreendeu a burguesia moçambicana emergente, deixando à vista que nem todos “os países pré-industriais [...] eram governados

as sociedades africanas, em nada contribuindo para o desmascaramento das relações de exploração e de dominação a que o continente se encontra submetido. Apropriadas e dinamizadas na vida quotidiana, ao mesmo tempo que detêm uma dimensão cosmopolita, a ciência e a tecnologia são parte do património comum da humanidade, detendo, porém, uma relativa autonomia face às práticas simbólico-culturais, como o mostram os países asiáticos, em particular o Japão. Localmente são integradas por via da escola e do conhecimento técnico-científico e, por outro lado, através dos hábitos e estilos de vida. Neste campo, assumem uma especial centralidade os bens de consumo utilizados pelas elites para a estilização dos seus quotidianos.

pela lógica da mecanização”, como sustenta Hobsbawm (1996: 405). Demasiado centrado no caso brasileiro, o autor é traído pelos desiguais processos de negociação das posições dos países periféricos no sistema mundial e pelas suas próprias contradições internas que, longe de serem homogêneas, adquirem muitas vezes trajetórias singulares ao ponto de serem capazes de questionar os pressupostos em que o autor se baseia para fundamentar o carácter irreversível da mecanização e da tecnologia na produção, independentemente do lugar onde ela se realiza.

Em conformidade com este quadro, o poder político mostra-se receptivo a um novo ordenamento jurídico e legislativo que permita a sobre-flexibilização do trabalho. Em 1999, o Incaju escreveu:

Aqui, em Moçambique, com a excepção de algumas fábricas emergentes, que contratam pessoal como eventual, as grandes fábricas têm um quadro de efectivos que reclamam salários, haja castanha ou não. Isto cria um encargo fixo que se adiciona às grandes estruturas fixas da indústria moçambicana de descasque. Algumas unidades têm custos fixos com o pessoal muito elevados, que não se compadecem com a lógica da compressão dos custos unitários para pôr este sector competitivo [*Componentes de Comercialização e industrialização – Plano Director do Caju* (1999): 37].

Dando plena satisfação aos desejos do capital, o governo avança, dois anos mais tarde, com alterações na legislação laboral, introduzindo nomeadamente um regulamento ordenador do trabalho rural que permite remover todos os estorvos legais ao trabalho à tarefa, flexível e conforme as necessidades da indústria, esmagando-se assim os custos salariais, do qual depende a viabilidade dos sistemas de tecnologia simples e a obtenção acelerada de mais-valias.²⁷ Trata-se de levar o salariato ao seu limite extremo, o da máxima flexibilidade que permite a todo o tempo a dispensa do trabalhador. Neste regime a força de trabalho, que apenas existe por via da vida humana do seu portador, é reduzida a uma duração temporal contabilizável, a hora de trabalho, ou o equivalente em produto material, ou seja, transforma-se em mercadoria para a economia capitalista. Com a separação entre tempo de trabalho e tempo de vida do trabalhador, imposta pelo salariato, o empregador está livre de qualquer constrangimento em relação à existência dos seus trabalhadores para além das instalações da produção. Desempregado, o assalariado deixa, ao contrário do que acontece com o escravo, de estar a cargo do patrão (Meillassoux 1997: 12).

²⁷ V. *N'tseco* de 4/5/2001 e comunicado de imprensa publicado pelo Incaju nos principais jornais em 10 de Julho de 2001. Desfazendo possíveis dúvidas, a flexibilização é também defendida pelo patronato das fábricas mecanizadas, como bem ilustra uma das últimas intervenções públicas do presidente da Aicaju (*Vertical*, n.º 165 de 1/10/2002).

Embora possa suscitar algumas reservas, em virtude da falta de fiabilidade dos dados estatísticos disponíveis, os cálculos efectuados pelos consultores da Deloitte & Touche mostram que os custos salariais do descasque semi-mecânico são cerca de 15 vezes superiores, quando comparados com os sistemas de descasque por impacto e por corte automático [*Estudo do impacto da liberalização do mercado da castanha de caju* (1997)]. Sabendo-se que a fábrica velha processava 12 tn/dia com três turnos no descasque mecânico, cada um com 13 trabalhadores, enquanto que a fábrica nova para processar 400 kg/dia necessita de 20 trabalhadores, fica patente que no sector do caju os sistemas produtivos baseados na utilização de mão-de-obra intensiva só podem ser competitivos com base no esmagamento dos custos dos salários pagos aos trabalhadores e das próprias condições de laboração, ao ponto de lhes ser extraída *substance vivante* (v. capítulo IX). Algo que está bem claro nalguns consultores que trabalham sobre estes sistemas produtivos. Um exemplo concreto é o relatório elaborado por Júlio Cuamba, na sequência da sua visita à fábrica nova em Janeiro de 1999. Nesse documento interno da empresa, este consultor escreve que os 20 kg por trabalhador no descasque são insuficientes para viabilizar uma fábrica com esta tecnologia, recomendando que se passasse a exigir 25 kg.

A defesa dos sistemas complexos assentes na utilização de capital-intensivo levada a cabo pelos proprietários das fábricas equipadas com eles tem pouco a ver com a defesa das condições de trabalho e dos salários auferidos pelos trabalhadores ou, ainda menos, com qualquer fascínio pela tecnologia e o progresso técnico e, inclusive, social, como era manifesto em M. Neto (v. capítulo VII) ou, mudando de área geográfica, em muitos processos de industrialização nos países centrais e em alguns da semiperiferia europeia, como Portugal. Como foi observado por Reis (1992), L. Caetano (1986), Cruz (1987) e por mim próprio (Ribeiro 1996), para o caso da industrialização em Águeda, o empreendedor está profundamente enraizado numa cultura material ligada à produção industrial, tendo na fábrica o espaço e o horizonte para a reprodução do capital e obtenção das mais-valias. Muitas vezes, nela é parte plena uma história familiar contada em gerações que, em estreita articulação com a disseminação dos saberes e o trabalho dos operários, habituou o industrial a ser paciente na realização dos seus ganhos. Normalmente em concordância com as fases do capitalismo produtivo, não fazia parte desta cultura a busca da especulação financeira e os seus típicos ganhos súbitos.²⁸ O que encontramos no Moçambique contemporâneo é precisamente o

²⁸ Embora largamente discutida no capítulo III, é importante repisar que, como esclarece com rigor Arrighi (1996) em contracorrente à tese marxista vulgar de inspiração leninista, a financeirização do capitalismo não é

contrário. Num contexto marcado pela financeirização aguda do capitalismo, aos actuais proprietários das fábricas é completamente estranha a cultura e a racionalidade empresarial que orientava os comportamentos e as estratégias do empresariado acima referido. Em perfeita concordância com as lógicas financeiras que dominam a actual fase da economia-mundo capitalista, para os industriais moçambicanos tudo gira em torno da acumulação acelerada do capital. Neste contexto, percebe-se que a defesa dos sistemas tecnológicos complexos por parte dos seus proprietários funda-se, tão só, nos efeitos de inércia gerados por aqueles no modo como as suas fábricas se estruturam e operam. Em suma, a sofreguidão pela acumulação de capital a toda a velocidade emparelha na perfeição com as tecnologias simples das fábricas com descasque semi-mecânico.

Paradoxalmente, parece que o trajecto recente da indústria do caju em Moçambique trocou “as voltas” a um dos imperativos do capitalismo, como é justamente referido por Harvey (1999: 133): “inovação ou morte”, expressão que dá conta plena do dinamismo tecnológico permanente e crescente do capitalismo. Ora, o próprio Harvey ajuda-nos a procurar a explicação para tal contradição face ao princípio e ao que se verifica a nível geral do sistema: os capitalistas não operam no vazio, antes se confrontam quotidianamente com um largo conjunto de constrangimentos, como a luta de classes, os limites do conhecimento tecno-científico, os custos com a substituição dos equipamentos (ou, acrescente-se, da sua simples operação e manutenção). Se a isto juntarmos o facto de a tecnologia não ser um fim em si mesmo mas simplesmente um meio para os capitalistas realizarem o seu principal objectivo, a reprodução alargada do capital, rapidamente se percebe que em determinadas circunstâncias de marcada regressão social é possível dispensar o dinamismo tecnológico em favor da utilização de mão-de-obra em regime intensivo, o capital variável da esfera produtiva que mais próximo se encontra do capital-dinheiro, precisamente aquele que, na fórmula geral de Marx, significa “liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha” (Arrighi 1996: 5).

4. Começar pelas árvores: tentativas para a recuperação do sector

O sector do caju em Moçambique está em fase de reconfiguração. As dificuldades e os problemas com que se debate têm muito a ver com este processo. Apesar do enorme potencial de produção e da capacidade de processamento instalada, do peso económico outrora detido,

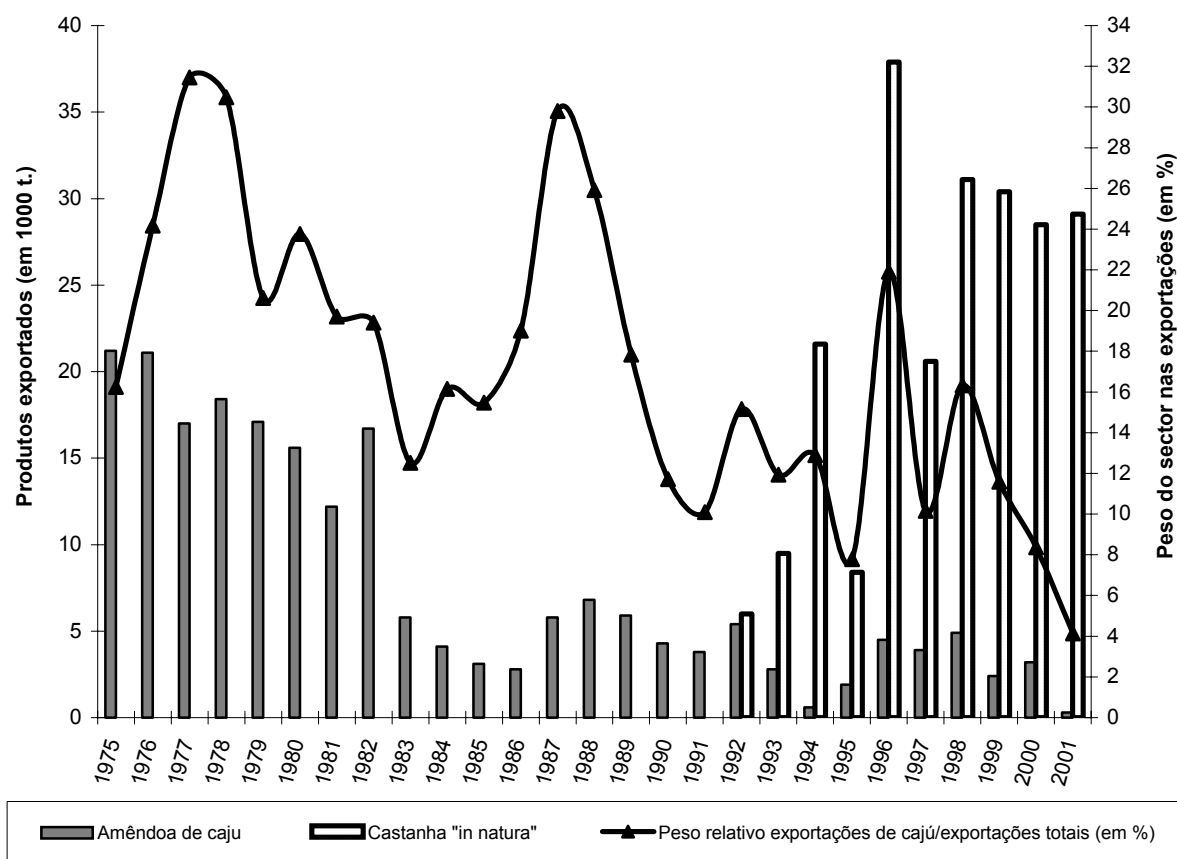
um elemento essencial da sua última fase, mas antes um “fenómeno recorrente” que ciclicamente tem caracterizado o sistema.

principal produto de exportação de Moçambique, o sector resistiu a tudo, incluindo a longa guerra civil, menos à liberalização. Embora não atinja todos por igual, a crueza dos factos não deixa praticamente ninguém indiferente, provocando reacções de viva censura:

Se não houver uma política correcta e de longo prazo, com todas as componentes bem feitas, não há processo tecnológico que resista. É uma fácil questão. O problema do caju é complexo e a maioria dos imbecis que temos neste país a falar de caju são políticos. E que não sabem o que estão a dizer porque a realidade desmente-os a cada passo (A. P. Tavares, CAu27).

As consequências da política do BM para o caju foram tão graves que até a circumspecta Igreja Católica moçambicana saiu a terreiro para a admoestar, pela voz do bispo dos Libombos. Citado pelo *Metical* (n.º 84 de 22/10/1997), D. Dinis Sengulane afirma “que ela tinha efeitos negativos na indústria, que sufoca aquele sector, sufoca vidas humanas, sufoca uma cultura secular, porque há gerações que comem, vestem-se e constróem tudo ou quase na base dos rendimentos da castanha de caju”.

Como a figura 29 torna bem evidente, o declínio do sector do caju é clamoroso, sobretudo ao nível do processamento, cujas exportações praticamente desapareceram, sem que tal tenha sido compensado pelas exportações de castanha *in natura*. Parafraseando um entrevistado, Moçambique foi literalmente varrido da economia mundial do caju.



Fonte: Incaju (2002)

Figura 29. Peso do sector do caju na balança comercial de Moçambique, 1975-2001

Se os grupos em luta têm interesses distintos, nenhum deles enjeita, sem prejuízo de outras considerações, concordar que na base da decadência do sector está a produção insuficiente de castanha de caju em Moçambique. Daí ser de considerar que a estratégia de recuperação do sector deve privilegiar a base produtiva, articulando as suas três dimensões: produção, comercialização e industrialização. Não apenas por razões sociais ponderosas – peso da população rural, onde se concentra o grosso da pobreza absoluta em Moçambique, e importância central do cajueiro para a economia doméstica da maioria desta população –, mas também por razões de racionalidade económica. Sem o incremento e estabilização da produção de castanha de caju, a plena recuperação industrial afigura-se impossível. Contudo, os actuais volumes de produção oferecem uma margem de manobra apreciável para a implementação de medidas de estímulo do sector. Atendendo aos resultados dos últimos anos, em torno dos 50.000 tn, a castanha produzida é suficiente para sustentar a laboração de, pelo menos, 8 fábricas mecanizadas ou de mais de uma centena de fábricas de mão-de-obra intensiva, assegurando emprego directo e indirecto a largas dezenas milhares de trabalhadores.

A competitividade da indústria depende muito de preço de aquisição da matéria-prima. Sabendo-se que ela tem na estrutura de custos de qualquer fábrica um peso financeiro na ordem dos 80%, tal significa que qualquer medida laboral, tecnológica ou outra tomada pela indústria apenas incide sobre a parte restante. Logo, para as empresas é crucial a diminuição dos preços de compra da castanha, só possível de o alcançar sem custos sociais brutais através do aumento da produtividade do trabalho rural.

Face ao descalabro do sector, à pressão política e social interna e externa que obrigou o BM a recuar no seu “*exercice in free trade lunacy*”, como o classificou o articulista do *Mozambiquefile* (n.º 254 de Setembro de 1997), a direcção da Frelimo ganhou alento para reformular a sua estratégia para o sector do caju. Os efeitos da política do BM para o sector do caju moçambicano tiveram eco na imprensa norte-americana e na própria opinião pública. Os protestos foram de tal modo intensos que obrigou o conhecido economista neoliberal Paul Krugman a sair em defesa do BM, utilizando nomeadamente a sua coluna no *New York Times* (www.jwj.org/global/S26/Organizing_kit/World%20Bankand%20Trade.htm).

Em termos legislativos, a mais importante medida então elaborada foi a lei n.º13/99 (BR – I Série de 1/11/1999), também designada por Lei do Caju, aprovada pela AR no final de um debate intenso. A primeira proposta, apresentada no início do ano pela bancada parlamentar da Frelimo, previa a proibição por um período não inferior a dez anos da exportação de castanha de caju *in natura* sem que as necessidades da indústria estivessem satisfeitas. Única iniciativa política que poderia garantir a retomada da laboração das numerosas fábricas encerradas, ela acabou por ser alterada, certamente sobre a pressão interna daqueles cujos interesses estavam ligados à exportação. Portanto, quando em Setembro desse ano a AR iniciou o debate na generalidade, o *Metical* (n.º 569 de 23/9/1999) escrevia que era “provável que a proposta da proibição das exportações por um período não inferior a dez anos, vista como a única salvação da indústria, não passe”. Dando um amplo espaço ao debate realizado dentro e fora da AR, este foi marcado pelo alinhamento do governo com os exportadores. Com efeito, o vice-ministro da indústria, comércio e turismo deixou claro que a defesa dos industriais não se poderia fazer à custa dos comerciantes e dos camponeses. Retomava, assim, o argumento já esgrimido pelos consultores do BM. O resultado foi a aprovação de uma lei que se revelou incapaz de resolver o problema mais premente da economia do caju: repor as fábricas em funcionamento e assegurar os postos de trabalho. Ela assenta em duas grandes vertentes: (i) a protecção da indústria, através do estabelecimento de uma taxa de sobrevalorização da castanha exportada, variável entre 18% e 22%, com direito

de opção de compra por parte das fábricas; (ii) a recuperação do cajual, com a participação de todos os sectores económicos.

A nível agrícola, os problemas não são recentes. Tudo se prende com o declínio da produção e as soluções para inverter a situação. Em 1975, quando ainda não era nítido o carácter estrutural desse declínio, na imprensa referia-se que a maior parte da produção era obtida de árvores de crescimento espontâneo e disperso – “à doidada”, segundo a expressão utilizada no nordeste brasileiro –, situação que em nada favorecia a produtividade e o desenvolvimento da indústria (*Tempo*, n.º 264 de 26/10/1975). No ano seguinte, por ocasião da celebração do 1º aniversário da independência, Samora Machel lança o *slogan* “Do Rovuma ao Maputo, em cada célula, em cada círculo, plantemos árvores de fruto, abramos hortas e criemos animais”, com o qual se pretendia aumentar a produção agrícola, incluindo a de castanha de caju. A imprensa colaborou, divulgando informação sobre solos, características das plantas e técnicas de cultura (*Tempo*, n.º 308 de 29/8/1976 e n.º 309 de 5/9/1976). Em 1978, o cajueiro merece do poder político a máxima atenção, decidindo-se empreender uma campanha de recuperação de modo a elevar para 300.000 tn, de acordo com as decisões do III Congresso da Frelimo, a produção de castanha de caju comercializada. Apesar deste objectivo ser completamente irrealista, só compreensível no contexto do enorme voluntarismo que animava então a elite política moçambicana, tentou-se aplicar medidas concretas de combate à praga que mais afectava os cajueiros na época: a broca (*Tempo*, n.º 296 de 6/6/1976 e n.º 400 de 4/6/1978).

Quadro 14. Principais pragas e doenças do cajueiro em Moçambique

Doença	Características	Formas de controlo
Oídio <i>Oidium anarcardii</i>	É um fungo que ataca a folha, o fruto e a flor. Facilmente identificável pelo pó branco acizentado depositado nestas partes da planta. A pêra não se desenvolve normalmente, acabando por rachar, enquanto que a castanha não atinge o tamanho médio normal	Está presente em Moçambique desde o início da década de 80. Disseminada por todo o país, tudo indica que entrou pelo norte, vinda da Tanzânia. O combate à doença pode ser feita através da eliminação física das folhas afectadas, relativamente eficaz se a doença está numa fase precoce. O tratamento químico, muito dispendioso para os camponeses, exige a utilização de meios tecnológicos como atomizadores motorizados – devido à dimensão das árvores – e fungicidas à base de enxofre.
Broca <i>Anthistarcha binocularis</i>	É uma pequena mariposa de cor cinzenta. A fêmea coloca os seus ovos na ponta dos ramos. Depois do seu nascimento, penetram no tecido mole, abrindo galerias em direcção ao centro de cada ramo. A sua acção resulta em folhas e inflorescências murchas.	Referenciada em Moçambique desde, pelo menos, os anos 70, a broca era nessa época responsável pela destruição de cerca de um milhão de cajueiros por ano. Devido aos elevados custos dos tratamentos químicos, ao longo das décadas de 70 e 80 sugeriu-se a intervenção mecânica, através do descasque e a raspagem interior dos ramos afectados, sem desprezar, quando possível, o uso de produtos químicos. Actualmente, esta praga tem um impacto reduzido na cultura do cajueiro.
Helopeltis <i>Helopeltis anarcardii</i>	Pequeno insecto que ataca as árvores de fruto tropicais. Prova lesões nos pequenos ramos terminais da planta, sugando a seiva até os destruir. Ataca, sobretudo, em terrenos vermelhos, mais húmidos do que os terrenos arenosos.	Pouco relevante nos anos 70 e 80, a helopeltis tem atacado nos últimos anos o cajal moçambicano com certa intensidade, perturbando seriamente a produção de caju em algumas zonas, como a de Manjacaze. O controlo biológico é feito com o recurso à formiga das árvores verdes que, em plantações organizadas e devidamente cuidadas, pode alcançar bons níveis de sucesso. A nível químico, o tratamento assenta na utilização de insecticidas.

Fonte: Documentação interna do Incaju

www.seagri.ba.gov.br/Caju.htm e www.dpi.qld.au/horticulture/5096.html

Com a década de 80, eleita pelo poder frelimista como a da luta pelo desenvolvimento do país, o governo avança com o “Programa Territorial do Caju”, cujas componentes abrangiam: (i) o recenseamento das árvores; (ii) a organização da produção, incluindo limpeza e tratamento dos cajueiros; (iii) a comercialização e a mobilização de quadros políticos e burocráticos (*Tempo*, n.º 491 de 9/3/1980). Sem qualquer efeito, como bem exprime a queda inexorável da produção, a este sucedeu o “Programa Integrado do Caju”, que conheceu desfecho idêntico (*Tempo*, n.º 843 de 7/12/1986). Com o acordo de paz de 1992 abrem-se novas expectativas para a economia do caju, mormente a nível agrícola. O diagnóstico estava feito, os problemas eram conhecidos de todos os intervenientes: envelhecimento dos povoamentos de caju, sem que, porém, se tivesse conhecimento preciso da situação, pois os dados existentes datavam de 1970, do recenseamento levado a cabo pela Missão do Inquérito Agrícola de Moçambique. No final da década de 90, acossado pelo afundamento do processamento industrial, o governo coloca em marcha uma nova política. Em termos

institucionais ela fica marcada pela extinção da SEC, sendo as suas atribuições e tarefas atribuídas ao Incaju. O documento orientador data de 1999: o “Plano Director do Caju”, abrangendo toda a cadeia económica do sector, desde a produção até ao processamento. A nível da produção, a intervenção deste organismo autónomo do Estado centra-se em duas vertentes fundamentais: (i) investigação e disseminação de plantas mais resistentes ao oídio, de produção precoce e superior ao cajueiro tradicional; (ii) tratamento químico dos cajueiros (v. quadro 14). Trata-se, no essencial, de dar continuidade ao trabalho já iniciado pela SEC na segunda metade da década de 90, desenvolvendo os viveiros e oferecendo (ou vendendo a preços simbólicos) as novas plantas aos camponeses. O objectivo é atingir as 100.000 tn na campanha de 2004/05, como reiteradamente foi enunciado e publicamente divulgado, mormente pelo titular da pasta do Mader, em entrevista ao jornal *Domingo* (n.º 1.030 de 21/10/2001).

Não muito longe do voluntarismo dos primeiros anos da independência quando se falava em valores ainda mais ilusórios, tal meta dificilmente será alcançada, como mostra a evolução recente da produção. Salvo algum ano de condições climáticas excepcionais, não se perspectiva como dobrar a produção em tão curto espaço de tempo para se chegar ao valor desejado naquela data.

Tentando repetir a bem sucedida experiência brasileira, o Incaju apostou no cajueiro anão (*anacardium occidentale* L. *Var. nanum*), com os clones CCP desenvolvidos pela Embrapa, nomeadamente os 06, a 09, 076 e 1001, reactivando ou intensificando a exploração de viveiros, muitos deles criados na época colonial. É o caso dos viveiros de Mantendene e de Chizavane em Manjacaze. Durante a guerra civil, apenas este último funcionou, embora em regime intermitente e precário. Apesar da venda das plantas ser fortemente subsidiada, a procura é relativamente escassa, com os camponeses desinteressados na sua aquisição. A falta de compradores é tão aguda que Vijfhuizen *et al.* (2003) constataram que em alguns viveiros as plantas se estão a enraizar-se.

O cajueiro anão precoce tem um desempenho produtivo superior tomando como critério o hectare (v. quadro 15). Quando plantado em regime ordenado e com a chamada “fertirrigação”, de uso cada vez mais comum no Brasil, a planta consegue quintuplicar o rendimento, produzindo em média cerca de 3.200 kg de castanha/ha (Almeida *et al.* 1993). Considerando 278 plantas por ha, conforme o padrão utilizado no Brasil, temos uma produção na ordem dos 11.5 kg/árvore. Note-se que a irrigação é relativamente recente no Brasil, datando as primeiras experiências do início dos anos 90 (www.cnpat.embrapa.br/users/vitor/cajucultura/CajunaImprensa.html). Por outro lado, nestas

circunstâncias, a produção distribui-se por um período temporal bastante mais alargado, na ordem dos 10 meses, em lugar dos três a quatro meses do cajueiro tradicional em Moçambique, com as vantagens que tal representa para os industriais em termos de abastecimento de castanha para processamento.

Os custos do investimento em máquinas e equipamentos e consumo de energia, água e químicos são elevados: em cada plantação organizada é necessário montar um sistema de irrigação, cujo valor pode superar os 1.000€/ha, a que é necessário juntar os relacionados com o funcionamento da exploração. A isto junta-se a aplicação de produtos químicos para tratamento das pragas tradicionais (oídio, *helopeltis* e broca), muitas vezes no quadro de controlo integrado com apoio das entidades de investigação e extensão. Ao contrário do que é geral e infundadamente aceite pelos decisores políticos e, em parte, pelos próprios técnicos em Moçambique, o cajueiro anão precoce também é susceptível às pragas e doenças, sobretudo em regime de monocultura. Em estudo muito recente, Vijfhuizen *et al.* (2003: 12) refere que os cajueiros anões de origem brasileira revelam na zona de Nampula uma elevada sensibilidade à antracnose (*colletotrichum gloeosporioides* Penz.). Ora, estamos perante um exemplo concreto que coloca a ridículo, para desgraça dos camponeses, o discurso político agrário dominante em Moçambique. Apesar da sua enorme resistência à seca e a condições adversas, incluindo solos pobres, o cajueiro é muito sensível à instabilidade climática, sobretudo às variações pluviométricas, pelo que só a tecnologia conjugada com trabalho humano permite limitar estes efeitos, garantindo assim elevados e regulares níveis de produtividade (Almeida *et al.* 1993). Para melhorar a polinização recorre-se também a apiários que geram igualmente receitas provenientes da produção de mel. Saliente-se ainda que para níveis elevados de produção concorre igualmente a enxertia. Como a sua reprodução é feita por polinização, a propagação dos cajueiros através da semente não garante a preservação das características da planta original (v. fotografias 20 e 21).



Fotografias 20 e 21. Plantação de cajueiro anão precoce irrigado e apiário.

Fazenda Alpha Vale (Petrolina, Pernambuco)

Olhando de novo para o quadro abaixo indicado, observamos que o período economicamente produtivo se reduz a metade no cajueiro anão precoce, quando comparado com o tradicional. Ou seja, o esforço de substituição dos efectivos duplica. Ora, sabendo-se que o grosso dos problemas com a produção de castanha em Moçambique deriva da incapacidade que o país denota em fazer a atempada renovação das plantas, o cajueiro anão precoce pode, a prazo, agravar o problema em vez de o solucionar. Citando dados apurados por relatórios de consultoria, negados pelo responsável pela SEC (*Moçambique*, Janeiro/Fevereiro de 1998), o *Metical* (n.º 54 de 9/9/1997) refere que, apesar dos 43 milhões de \$USD recebidos nos últimos anos, o governo moçambicano foi incapaz de plantar mais do que 35.000 cajueiros por ano, quando a média necessária se cifra em 1.500.000.

Quadro 15. Cajueiro comum/cajueiro anão em regime de sequeiro

Características agronómicas	Cajueiro comum	Cajueiro anão
Altura média da planta	6 metros	3 metros
Envergadura	13 m	6 m
Início da produção	3º ano	1º ano
Período de frutificação	4 meses	6 meses
Produção económica	8º ano	3º ano
Estabilidade da produção	15 anos	7 anos
Plantas hectare	44	278
Produtividade média	400 kg/ha	600 kg/ha
Colheita e tratos culturais	Díficeis	Fáceis
Aproveitamento do pedúnculo	Parcial	Quase total

Fonte: “Projecto de reabilitação e desenvolvimento agrícola - Centro de desenvolvimento do caju” (1993) e Almeida *et al.* (1993).

Em suma, o cajueiro anão precoce está adequado a uma agricultura moderna, planificada e com elevados *inputs* de tecnologia e trabalho. Quando submetido ao contexto moçambicano, pressente-se que os camponeses não têm os recursos nem a cultura adequada a este tipo de cajueiro. Ora, a não ser que se alterem profundamente as relações de produção, o cajueiro anão pode não ser suficiente para reverter o declínio da economia do caju em Moçambique. O drama moçambicano passa também por aqui. A insuficiência de capital combinada com os pressupostos que comandam as políticas de desenvolvimento ditadas pelas organizações internacionais e as lógicas que guiam as elites políticas e tecnocratas locais inviabilizam qualquer estratégia assente na ciência e na tecnologia orientada para romper, a longo prazo, com a produção de caju de tipo extractivista, tal como paulatinamente faz o Brasil desde os anos 30, primeiro de uma forma não organizada, posteriormente de modo organizado. Neste país latino-americano, a castanha hoje obtida pelo processo tradicional é residual, inferior a 5% da produção total (www.unicamp.br/nipe/rbma/caj_eco.htm).



Fotografia 22. Cooperativista da UGC a trabalhar num dos seus jardins clonais (Laulane, Maputo)

Neste contexto de mudança do padrão biológico do cajueiro, o Incaju tem defendido o envolvimento dos industriais e outros parceiros não-estatais na dinamização da produção de castanha, nomeadamente no domínio da selecção e multiplicação de plantas de variedades anãs. No sul de Moçambique a experiência do sector não-estatal mais relevante pertence à UGC. Embora se localize numa latitude geográfica limite para o cajueiro, desde 1998 que está envolvida neste sector, tendo criado três jardins clonais com capacidade para enxertar alguns milhões de plantas e plantado 40.000 árvores, que a prazo poderão contribuir para abastecer uma pequena unidade de processamento de castanha (*Metical*, n.º 1017 de 28/6/2001). Inquirido sobre a viabilidade da produção de caju numa latitude tão extrema para o cajueiro como aquela que é ocupada por Maputo, Prosperino Galipoli, o padre franciscano fundador e grande animador da UGC, respondeu que estava plenamente confiante, lembrando que desde há muito se conhece a presença do caju na região. Construída e operada pela UGC, esta fábrica localizada a pouco mais de uma dezena de quilómetros a norte de Maputo utiliza o sistema de corte semi-mecânico. Com cerca de 100 trabalhadores, tem como objectivo o processamento anual de 1.000 tn.

Mais ambiciosa é a plantação de caju gizada pela Mocita, embora seja de duvidosa viabilidade por falta de condições financeiras, temporais e outras por parte da entidade proponente.²⁹ Reconhecendo que um dos seus obstáculos é precisamente a inexistência de abastecimento regular de castanha às fábricas, a administração desta grande empresa de processamento de castanha da cidade do Xai-Xai elaborou um projecto de uma grande plantação de 2.000 ha no distrito de Inharrime (província de Inhambane), a ser explorada por cerca de 100 famílias, em fracções de 20 ha. Neste ambicioso projecto a empresa encarregar-se-ia da limpeza e plantação inicial do terreno, ficando depois a cargo dos camponeses a sua exploração. Projecto baseado num uso limitado de tecnologia, sem o recurso a sistemas de irrigação, nomeadamente por falta de disponibilidade de energia eléctrica, a empresa garantiria o apoio técnico e a aquisição dos equipamentos para os tratamentos culturais e outras operações relacionadas com a exploração da plantação e, no domínio social, dotaria uma aldeia com água, um pequeno hospital, uma escola primária e uma loja, cabendo aos camponeses o fornecimento da mão-de-obra e a construção das habitações [*Economical and social redevelopment of cashew plantations in Southern Mozambique* (s.d.)]. Apesar de não estar devidamente clarificada a autonomia dos camponeses face à empresa, incluindo o aspecto crucial da liberdade de venda da castanha, e dos riscos de estabelecimento de relações de dependência de tipo clientelar, estamos perante uma alternativa aparentemente interessante.

Não existindo investidores privados em número suficiente para desenvolver programas semelhantes nem capacidade associativa para, no quadro de programas de economia social e cooperativa,³⁰ dar um novo rumo ao modo como se organizam as relações de produção nos campos, sobra o Estado. Persistindo com a sua estratégia de privilegiar a iniciativa privada, na qual o mercado se elege como o mecanismo virtuoso para a solução dos problemas da produção de caju, o Estado moçambicano acaba, sem o reconhecer, de se substituir àquela na intervenção dinamizadora da componente agrícola da economia do caju. Acima vimos o papel

²⁹ Actualmente encerrada, esta grande unidade de processamento mecanizado de castanha de caju tem como única accionista a Anglo-American Corporation. No passado, fizeram parte do corpo de accionistas a Oltremare, a Man Producten (empresa holandesa da área do *marketing*) e a Edesa (empresa suíça que actua no sector do desenvolvimento). Está em curso um processo de negociação entre o accionista e os gestores da empresa para a implementação de uma operação de *management by out*. A concretizar-se, o controlo accionista ficaria nas mãos dos gestores de topo (90%) e dos técnicos de nível intermédio (10%).

³⁰ A título meramente comparativo, e salvaguardando as diferenças impostas por contextos que embora periféricos são bem distintos, em Moçambique não estão criadas as condições económicas, políticas e ideológicas para o nascimento de um movimento social de largo impacto como o MST no Brasil. Camponeses sem terra mas politicamente organizados, a sua acção ao longo das duas décadas têm mostrado as virtualidades do projecto cooperativo no quadro muito difícil imposto pelas relações de produção capitalista para melhorar as condições de vida e, sobretudo de dignidade, dos homens e mulheres que vivem da terra. Como fixaram num mural do Assentamento Terra à Vista (Arataca – Bahia), é gente sem “amo e senhor”.

por ele desempenhado na investigação e disseminação de variedades de cajueiro mais produtivas; vejamos agora como actua o principal organismo estatal do sector no domínio dos fito-fármacos. Guiado pela ideia do mercado, o Incaju pretende levar “os camponeses a ter que adoptar novas práticas culturais: a de compra de serviços de pulverização/polvilhação, coisa que nunca antes tinha ocorrido em toda a história passada”. Esta ideia mercantil foi já aplicada à venda de “mudas melhoradas”. Apesar de largamente subsidiadas – vendidas a 2.000 mt para um valor de produção de 12.000mt – o fracasso é estrondoso, ao ponto de elas se estarem já a enraizar nos viveiros. Como refere Vijhuizen *et al* (2003: 12), os camponeses “não as compram nem as plantam”, devido a razões já escrutinadas. Mudas e pulverização fazem parte de uma problemática já aludida ao longo deste capítulo. Não a prosseguindo, é de repetir que este exemplo forte do funcionamento das disposições que, pela via ideológica, atam esta elite nacional aos mecanismos da dependência, faz parte do mesmo edifício da crença que guia os principais beneficiários do neoliberalismo, em qualquer lugar em que se encontrem. Ela não é muito diferente da crença que conduz os especuladores bolsistas, pequenos e grandes: uns e outros acreditam que basta – como escreve Louçã a propósito dos arautos da “nova economia” – “a evocação da santidade para curar todos os males da economia” (2002: 84).

Seguindo a intervenção do Incaju em Manjacaze no ano de 2001, distrito abrangido pelos programas de tratamento das pragas que afectam os cajueiros, ao Estado compete o fornecimento das máquinas, dos fungicidas e dos insecticidas, da assistência técnica e do crédito para a aquisição dos atomizadores motorizados. Através dos extensionistas das direcções distritais do Mader, o Estado fornece ainda a formação aos provedores seleccionados, geralmente camponeses com alguns recursos.³¹ Com um efectivo biológico a rondar um milhão de cajueiros, o programa abrangeu apenas três postos administrativos: Macuácu, Chalala e Chibonzane. O objectivo é pulverizar 30.000 plantas – 3% do efectivo existente – com o recurso a 30 atomizadores propriedade de igual número de provedores. Estes são as figuras-chave para a execução do programa no terreno. Proprietários dos equipamentos, têm um compromisso, reduzido a escrito, com a Direcção Distrital de Agricultura, no qual cada um deles compromete-se a pulverizar 1.000 plantas, a bem cuidar e utilizar o combustível e os produtos químicos recebidos – fungicidas e insecticidas – e a pagar as duas prestações anuais relativas à aquisição do atomizador, no valor total de 2.400.000 mt,

³¹ As direcções distritais do Mader têm como competências principais a elaboração dos planos locais de agricultura, a participação nos processos do DUAT e a execução dos programas definidos a nível central e provincial. A de Manjacaze tem ao serviço um corpo constituído por cerca de três dezenas de funcionários que actuam nas diversas áreas da sua competência, incluindo pecuária e floresta.

a somar à prestação de entrada já liquidada aquando da assinatura do acordo.³² Aos provedores compete encontrar os camponeses interessados, dentro da área atribuída, e a contratação dos aplicadores, cuja função é realizar o trabalho de pulverização. Todos trabalham sem remuneração imediata: os camponeses beneficiários terão de entregar ao provedor 25.000 mt (ou o seu equivalente em castanha) por árvore pulverizada até Fevereiro, final da campanha. Só depois deste acto é que o provedor pagará os serviços prestados pelos aplicadores, com quem tem um contrato verbal. O pagamento pode assumir formas retributivas não monetárias:

Os aplicadores são daqui. São camponeses. Em princípio acordamos em que eles vão pulverizar os cajueiros deles. Isso é uma parte do pagamento. Vai depender da quantidade de cajueiros que vão pulverizar. Uma pessoa tem 35, a outra parece ter 20. Dali vamos fazer os cálculos. O que restar hei de pagar em dinheiro. Fiquei de pagar um milhão e meio (G. Matsinhe, cantineiro do mato e provedor, CAu25).

Apesar dos atomizadores serem vendidos a preço subsidiado e os produtos químicos e combustível oferecidos, não exigindo capital avultado, mesmo assim o acesso está condicionado pelos recursos económicos. Daí que os provedores têm origens e posições sociais relativamente favorecidas: pequenos cantineiros do mato, antigos emigrantes assalariados em Maputo ou na África do Sul, camponeses com alguns recursos. O acesso a esta condição fez-se por convite directo dos extensionistas. Ao invés, os aplicadores pertencem às camadas mais despossuídas do campesinato. Segundo eles, aceitaram o trabalho por não terem outra alternativa. Apesar de ser quase nada, “sempre dá para ganhar alguma coisa”.

³² Os provedores adquirem a crédito os produtos químicos nas lojas envolvidas no programa.



Fotografia 23. Provedor com o seu extensionista experimentando o atomizador (Chalala, Manjacaze

O programa de aplicação dos pesticidas começou algo tardiamente, em finais de Junho de 2001, com uma adesão satisfatória dos camponeses. As recusas estiveram relacionadas com os possíveis efeitos dos químicos na pêra. Segundo os camponeses, teme-se que o seu consumo possa provocar danos na saúde das crianças. Na verdade, o problema prende-se com a eventual impossibilidade de extrair, a partir dela, a aguardente de caju e outras bebidas alcoólicas, que fazem parte obrigatória deste período feliz da vida social das famílias e das aldeias.

Esta intervenção em Manjacaze, bem como em outros distritos da província de Gaza é consequência directa dos resultados razoáveis que ela proporcionou em Nampula, no norte do país. Depois de no ano anterior se terem feito os ensaios, 2001 foi o ano do arranque na zona sul de Moçambique. Apesar das acções de formação e do apoio dos extensionistas, a execução do programa foi afectada por diversos problemas que não colocaram, porém, em causa o seu relativo sucesso: (i) avarias inesperadas nos atomizadores (cambotas partidas); (ii) erros técnicos, nomeadamente na pulverização das plantas, que não foi além dos 40% da sua altura, a contar da base; (iii) queimadas descontroladas; (iv) fragilidade do mercado local para a comercialização da castanha. A um outro nível, o programa confrontou-se com as estratégias de ocultação da castanha apanhada pelos camponeses, tentando estes escapar ao pagamento

aos provedores, indirectamente ao estado, dos serviços prestados, e o tratamento de árvores não declaradas, atendendo ao consumo de combustível e de químicos [*Ponto de situação do programa de tratamento químico dos cajueiros* (2001)]. Sentiram-se também grandes dificuldades provocadas pelas condições atmosféricas por vezes adversas – muito vento – e a enorme dispersão dos cajueiros, com impacto na produtividade do trabalho.

Inicialmente previsto para incidir apenas sobre o oídio, o tratamento químico teve de também fazer frente à *helopeltis*. Atacando fortemente em Novembro, nomeadamente na zona de Chibonzane, abundante em solos vermelhos, mais húmidos que os arenosos, provocou nos cajueiros não tratados a perda de 80% a 90% da castanha. Assim, nesta localidade foram tratados contra a *helopeltis* 2560 cajueiros dos 15.000 incluídos no programa. No total o tratamento atingiu mais de 35.000 plantas e envolveu 2.108 famílias no distrito de Manjacaze.

Quadro 16. Resultados da execução do programa de tratamento químico dos cajueiros em 2001

Distrito	Provedores	Atomizadores utilizados	Árvores tratadas	Famílias envolvidas	Árvores tratadas por atomizador (média)	Árvores tratadas por família (média)
Manjacaze	26	29	35.420	2.108	1.221	17
Chibuto	13	14	15.056	1.011	1.075	15
Bilene	9	9	9.719	2.104	1.080	5
Xai-Xai	4	4	4.389	519	1.047	9
Total Planificado	60	60	60.000	3.000	1.000	20
Total Efectivo	52	56	64.584	5.742	1.153	11

Fonte: *Ponto de situação do programa de tratamento químico dos cajueiros* (2001).

Conforme mostra o quadro 16, o programa foi cumprido. Apesar de o número dos provedores terem ficado aquém do previsto, o número de árvores tratadas superou em mais de 10% o estabelecido. A produção por árvore tratada aumentou substancialmente, ficando acima dos 10 kg. Atendendo à idade média das árvores, já nitidamente na fase de declínio e a falta de experiência de todos os intervenientes, há que reconhecer o sucesso desta iniciativa. Resta, porém, saber a que preço e, sobretudo, da sua eficácia a médio e longo prazo atendendo aos constrangimentos já analisados – envelhecimento generalizado do efectivo biológico, elevada dispersão, inexistência de plantações organizadas e com materiais genéticos mais resistentes e produtivos. De facto, o balanço a nível financeiro é claramente negativo. O Incaju

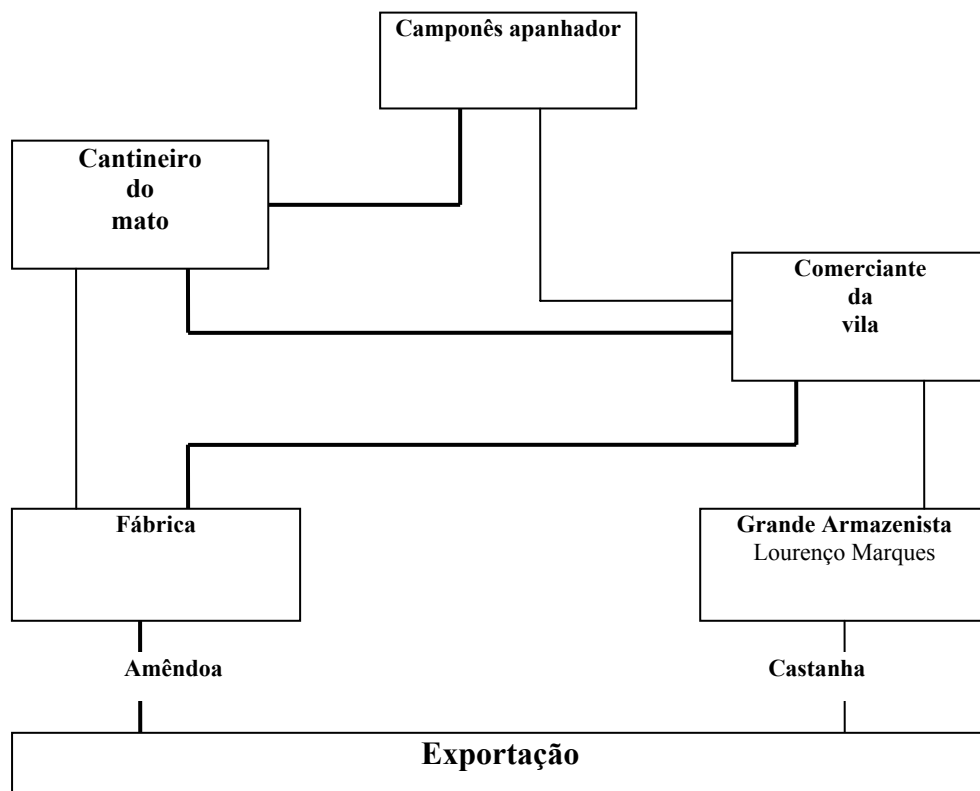
difficilmente conseguirá recuperar os quase 300.000€ investidos neste programa. A maioria dos provedores envolvidos não pagou a esta instituição estatal porque não recebeu os valores acordados com os camponeses. Por sua vez, estes recusaram-se a pagar por falta de garantia para a compra da castanha e, em muitos casos, manifesta insuficiência de recursos financeiros para o fazer, como ainda recentemente referia o jornal *Vertical* (n.º 148 de 9/9/2003). Na campanha seguinte, de acordo com os dados fornecidos informalmente pela estrutura distrital do Mader, apenas se pulverizaram 15.256 dos 30.000 previstos.

Não se trata aqui de chamar, mais uma vez, à colação a manifesta disjunção entre aquilo que é o discurso neoliberal das elites e a realidade em que estão envolvidas, como é o caso deste programa movido pela força do financiamento público. Em causa está a opção escolhida – a aplicação de fito-sanitários em larga escala – em lugar de uma aposta decisiva na organização de novos plantios em estreita cooperação com as comunidades locais e, caso ela exista, a iniciativa privada. Atendendo aos elevados custos do programa, ao perfil biológico das plantas e à experiência brasileira, é questionável a racionalidade económica deste programa e, mais largamente de toda a estratégia do Incaju para o sector agrícola da economia do caju, cujo custo supera os 14 milhões de dólares para um período de 5 anos, dos quais mais de 35% serão consumidos com despesas de funcionamento [v. *Plano Director do Caju* (1999)]. Em finais de 2003, um artigo de imprensa fazia referência a um estudo de Paulo Mole e Michael Weber, acérrimos defensores das políticas neoliberais, onde os autores demonstravam a inviabilidade económica dos programas de pulverização [*Diário de Notícias* (Moçambique), n.º 9 de 31/10/2003].

Se o sector agrícola é decisivo para a recuperação de toda a economia do caju, é necessário considerar também as outras componentes (comercialização e industrialização), sobretudo se o país desejar voltar a possuir, como é reiteradamente enunciado pelos seus principais decisores políticos, uma indústria competitiva e com dimensão internacional. Como a nível industrial já muito foi dito, resta analisar brevemente o sector da comercialização. Aqui, as dificuldades estão relacionadas com os efeitos da guerra e com o recente processo de liberalização.

Durante o período colonial, o negócio funcionou de uma forma estritamente regulada pelo Estado. Em regra todos respeitavam o circuito, relativamente curto, não sendo frequente que um agente envolvido negociasse castanha a outro nível que não o que lhe ficasse imediatamente adjacente (v. figura 30). Com a independência, a fuga dos colonos portugueses afectou de forma particularmente aguda o comércio nas zonas rurais. A solução engendrada assentou na criação de uma rede estatal de “lojas do povo” que se encarregava da aquisição da

castanha aos camponeses e aos cantineiros que restavam. As fábricas podiam também intervir a estes níveis, desde que a quantidade a adquirir o justificasse. À época, os grandes armazenistas e exportadores sediados em Maputo perderam influência devido à escassez de castanha e à proibição da sua exportação. Acima de tudo, em termos de funcionamento concreto, preservaram-se alguns dos aspectos existentes no período colonial, nomeadamente em termos de regulação e agentes intervenientes no circuito.



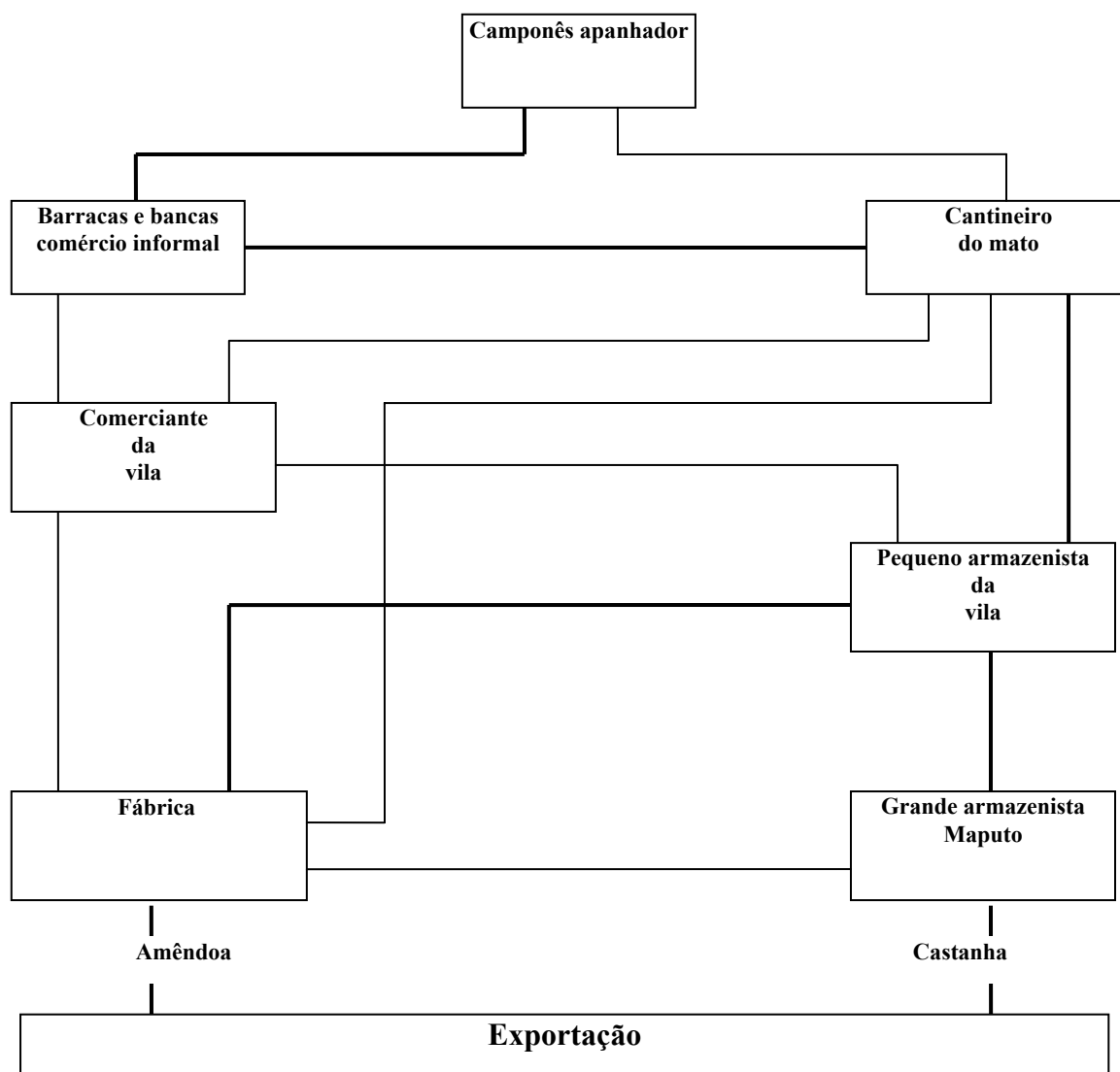
Nota: a traço carregado o circuito principal.

Figura 30. Circuito de comercialização da castanha de caju durante o período colonial

Com a liberalização tudo mudou. Face ao desinteresse estatal em regular o comércio da castanha de caju, este adquiriu uma enorme flexibilidade, com a profusão de novos intervenientes (v. figura 31). Apesar do carácter anárquico, como é reconhecido pelos próprios liberais (Low *et al.* 2001), foi no novo quadro económico imposto pela liberalização que os circuitos comerciais perturbados ou desfeitos pela guerra foram repostos:

Havia muitos intervenientes. A fábrica comprava, os exportadores compravam naquela altura mais outros pequenos compradores de castanha. A fábrica financiava-nos. [O gerente da fábrica] ia ter com os comerciantes em que confiava, emprestava dinheiro e nós comprávamos a castanha. Estava tudo espalhado pelos pequenos compradores. Pequenas barracas, cada uma com a sua balança, cada um vai comprando um ou dois sacos. Quando chega o tempo da castanha todos se transformam em compradores de castanha. Aquele que tem carro carrega balança e vai para o mato comprar castanha. Eu compro castanha aqui na loja. A maioria da castanha chega à vila carregada pelo camponês (Hafez Sadr, pequeno comerciante).

Na base temos assim, em contacto directo com os camponeses-apanhadores, em lugar do comércio regulado com cantinas fixas, o comerciante informal e a sua barraca de construção precária, extremamente flexível e móvel. Os problemas deste sector colocam-se ao nível da falta de capital, de estruturas físicas para manuseamento e armazenagem, de procedimentos de normalização e qualidade, conjugados com as disfuncionalidades geradas pela referida anarquia. A intervenção do Estado está a incidir na regulamentação da comercialização da castanha, impondo critérios de qualidade a cumprir por todos os intervenientes e limitando o acesso destes ao mercado através de exigências administrativas para o seu licenciamento, tentando desta maneira reduzir o número de intervenientes. Nesta matéria muito há a fazer, em particular no domínio fiscal, promovendo medidas que favoreçam o encurtamento do circuito e o acesso dos produtores aos industriais sem passar pelos intermediários. Por exemplo, no Brasil sempre que a castanha *in natura* é comercializada pelo produtor directamente à indústria ou à cooperativa não é sujeita a tributação, ao contrário do que se verifica quando existe intermediação, em que é sujeita a um imposto de 17% (www.sdr.ce.gov.br/Cajucultura.htm).



Nota: a traço carregado o circuito principal.

Figura 31. Circuito de comercialização da castanha de caju pós-liberalização

Apesar das dificuldades e das insuficiências, não é o comércio que impede a recuperação da economia do caju, em especial a indústria de processamento. Caso se mantenha o quadro político e macro-económico actualmente prevalecente, Moçambique não tem margem de manobra nem as elites força e interesse para, em articulação com classe operária e as lideranças sindicais, se engajarem num programa efectivo de recuperação da posição outrora ocupada na economia mundial do caju. Todas as medidas e iniciativas em curso, ou projectadas, serão provavelmente insuficientes para superar o carácter marginal e

regional do processamento industrial da castanha de caju em Moçambique,³³ agora especializada no abastecimento do mercado interno e da África do Sul. Não obstante a sua razoável dimensão, este país está longe de figurar entre os principais mercados consumidores.

Numa síntese conclusiva, é pertinente admitir que a economia do caju em Moçambique está hoje em grandes dificuldades. Os piores cenários, antevistos vezes sem conta pelas vozes mais lúcidas do jornalismo e pelos próprios industriais das fábricas mecanizadas concretizaram-se. As políticas de liberalização acentuaram a crise das fábricas de processamento, cujas dificuldades encontram as suas origens no período de transição para a independência e se agravaram com a guerra civil, acabando por ceifar um sector industrial dinâmico e uma cultura de trabalho industrial velha de décadas. Moçambique regressou, assim, à antiga condição de exportador de castanha *in natura*, especializado na satisfação das necessidades do principal país processador. Ainda que não esteja apenas neste novo cenário as razões justificativas do esforço do Estado moçambicano na dinamização da economia do caju, é no sector da produção que assentam hoje as principais iniciativas orientadas para a sua recuperação.

Apesar do descabro, os peões do neoliberalismo não recuaram nem, tão pouco, as instituições do Consenso de Washington moderaram os seus ímpetos liberalizadores. A pressão exercida sobre o BM obrigou-o a desdobrar-se em explicações, sem que tal tenha levado esta instituição a uma avaliação consequente das suas políticas, pois a fé não se interroga, como bem ilumina Calisto Madavo quando escreve, em carta enviada ao Secretário-Geral do Sintic, que o BM acredita que, apesar de tudo, a política de liberalização conjugada com as privatizações conduzirá a vantagens e benefícios para todas as partes constitutivas do sector do caju.³⁴ Em visita recente a Moçambique (Julho de 2003), Madavo recusou atribuir quaisquer responsabilidades ao BM no colapso da indústria de caju. Fortemente pressionado pelos jornalistas em conferência de imprensa, sugeriu que não

³³ É exemplo a criação de um comité multisectorial que tem como função, entre outros aspectos, elaborar recomendações sobre as decisões a tomar na área da comercialização e industrialização da castanha de caju. Entre as suas preocupações mais urgentes figura a regulamentação do mecanismo de opção em favor da indústria aprovado pela AR (*Notícias*, nº 25.106, de 18 de Julho de 2001). A curto prazo, a indústria tem ainda de resolver o problema do endividamento que ascende a 314 milhões de dólares (*Notícias*, nº 25.107, de 19 de Julho de 2001).

³⁴ Carta enviada em 17/12/1997, com cópia para titulares do Ministério das Finanças e Plano e Ministério do Comércio, da Indústria e do Turismo por Callisto Mandavo, vice-presidente do BM para o continente africano. Responde a solicitação de James Wolfensohn, presidente desta instituição financeira, que tinha recebido do primeiro responsável do Sintic uma missiva onde lhe era dada conta dos problemas e dificuldades provocadas pela política do BM para o sector do caju. Esclareça-se ainda que Wolfensohn deveria estar ao corrente da situação, pois tinha visitado recentemente Moçambique.

desejava viver amarrado a um problema que considerava como fazendo parte do passado (v. *AIM* de 17/07/2003).

A dependência à qual se encontram subjugados os moçambicanos e o próprio Estado não é somente económica e tecno-científica. Ela não resulta, ela não se reproduz apenas apoiada na força conferida pelos superiores recursos detidos pelos países centrais, mas também pelos mecanismos de consentimento engendrados pela política e pela ideologia hegemónicas que têm nas elites locais um receptor-amplificador. Parte delas marcadas por uma anterior formatação, a do “marxismo-leninismo”, aderiram com entusiasmo às teses neoliberais, tomando-as como a grande redenção para a economia e a sociedade moçambicanas. É com algum fervor cínico que dizem desejar e esperar que elas provoquem nos moçambicanos, num prazo mais ou menos dilatado, os mesmos efeitos de que já beneficiam, quer dizer, a melhoria extraordinária das condições de vida por via do aumento, certamente mais comedido, da riqueza e da propriedade. A eficácia dos mecanismos de consentimento é agravada, por sua vez, pela inexistência de partidos políticos, de organizações sindicais e de movimentos sociais resolutamente antiliberais que poderiam, pela palavra e acção políticas, funcionar como contraponto às elites e aos seus interesses. De certo modo, o país fica desarmado para se opor à agenda neoliberal, como vão ainda fazendo alguns países pobres como a Índia e o Brasil.

Capítulo IX

A fábrica nova

1. Um burocrata empreendedor? A criação da empresa

A fábrica nova, uma pequena unidade industrial em meio rural, revela-nos outros modos de actuação da elite político-burocrática moçambicana na luta pela acumulação de propriedade e capital. Agora já não através da aquisição de meios de produção do Estado mas sim por via da criação de empresas de raiz em sectores considerados promissores pelos consultores ao serviço do BM. Em geral, são todos os sectores que se relacionam com a exploração dos recursos naturais e agrícolas, podendo neste caso envolver a dinamização de pequenas indústrias, como as de descasque de caju em meio rural, e de actividades relacionadas com o turismo. Este é considerado pelas instâncias internacionais e pelo Estado moçambicano como um sector com elevado potencial de desenvolvimento, nomeadamente nas vertentes ligadas às práticas cinegéticas e de sol e praia.

À semelhança do que aconteceu com a fábrica velha, a história desta pequena fábrica está longe de constituir um processo singular, fruto da audácia empreendedora de um indivíduo arriscando o seu capital. Ao invés desta visão idílica, exaltada pelo liberalismo, as origens da fábrica são inseparáveis das opções políticas impostas pelas instituições do Consenso de Washington e adoptadas pelo governo moçambicano, ou seja, das disposições que, no quadro das estruturas dominantes, condicionam as oportunidades e as escolhas dos actores sociais. Assim, a fábrica nova configura a resposta empresarial encontrada pela elite local para manobrar em seu proveito as possibilidades oferecidas pelo novo quadro político e sócio-económico e contornar os constrangimentos existentes.

Membro da segunda geração da elite dirigente do país que paulatinamente está a ocupar lugares no aparelho de Estado e a afastar a velha elite formada na luta armada, a carreira política e profissional de António João Luz é comum à dos jovens tecnocratas da Frelimo melhor sucedidos. Licenciado em economia, foi gestor da empresa estatal Citrinos de Manica,¹ posteriormente governador da Zambézia. Em meados da década de 1990 passa a ministro da Agricultura. É nesta condição que se envolve na área do caju. Conhecendo de perto os dossiers produzidos pelos consultores que apontavam como grande alternativa às grandes fábricas mecanizadas a pequena indústria baseada na utilização de mão-de-obra intensiva e tecnologias simples, decidiu explorar em seu proveito as possibilidades proporcionadas pelo cargo exercido para montar a sua empresa. Porque a expectativa de realizar mais-valias elevadas era enorme, atendendo ao optimismo vertido pelos consultores nos seus relatórios, avança em força para a construção de uma fábrica de caju. Mas a condição de ministro colocava-lhe alguns escolhos políticos que entendeu contornar através de uma manobra jurídica hábil e relativamente frequente: manter o controlo da empresa sem estar formalmente comprometido com ela. Não é que a situação fosse inultrapassável. Como bem mostrou o ministro do Turismo, Fernando Sumbana proprietário da única fábrica de soro fisiológico do país, é possível acumular funções no Estado com actividades privadas. Porém, tal não impede a crítica social. António João Luz viu o jornal *Metical* dedicar parte da edição n.º 411 de 10/2/1999 à sua vida empresarial, com chamada do artigo à primeira página num tom traçado de censura. Assim, caberá à mulher e aos filhos a responsabilidade jurídica na sociedade por quotas, constituída em Setembro de 1996, com sede no Maputo. Casada em comunhão de bens, Silvia Matuzianhe detém 70% do capital social da fábrica nova, cabendo-lhe, com plenos poderes, a gestão da empresa. Para além da agro-indústria e da pecuária, também sediada em terras do distrito de Manjacaze,² a sociedade poderia dedicar-se a muitas outras actividades, como a extracção mineira, a florestal, a construção civil, os transportes e o turismo (v. BR – III Série de 27/11/1996).

¹ Numa situação semelhante à Caju de Moçambique, esta antiga empresa estatal foi vendida a retalho: duas unidades passaram para o grupo João Ferreira dos Santos, sendo a sobrança adquirida pelo GTT da unidade de produção alienada (v. www.tropical.co.mz/~parafric/index_por.htm).

² A pecuária tem uma área de 20 ha. Situava-se em Mamitelane, no noroeste do distrito, a cerca de 15 km da fábrica. A funcionar desde 1996, em Dezembro de 2001 os efectivos pecuários ascendiam a 115 cabeças de gado bovino, 3 porcos, 4 ovelhas e 5 cabritos, sob o cuidado de três assalariados que trabalham sete dias por semana, sem folgas, com remunerações bem inferiores às auferidas pelos operários fabris e recebidos com atraso sistemático. O ambiente é desolador, tornando evidente o abandono a que os patrões votaram a exploração: animais doentes por falta de medicamentos, nomeadamente para o combate às carraças e a outros parasitas; a cantina para abastecimento da população quase vazia; aos trabalhadores faltam botas e capas de chuvas para os proteger nas suas saídas diárias com o gado para o campo. Mas pouco podem fazer, pois não há trabalho remunerado noutros sítios. No ano seguinte, com efectivos cada vez menores, a pecuária foi transferida para os terrenos adjacentes às instalações fabris. Em Janeiro de 2004 restavam uma escassa dezena de animais.

Um burocrata empreendedor? Certamente que sim. Com formação académica de nível superior, experiência feita na burocracia e nas empresas estatais, A. J. Luz soube mobilizar os seus próprios recursos – algum capital e conhecimentos empresariais – e os do Estado, jogando com habilidade as “cartas” do poder político e as redes clientelares que gravitam em torno deste. Porém, não foram suficientes. Formatado pelo pensamento neoliberal, dele bebendo as lógicas dos resultados rápidos, as enormes dificuldades colocadas pela fábrica, aos mais diversos níveis, desanimaram-no. Acima de tudo, o seu enfado com a empresa tem muito a ver com a incapacidade desta em fornecer os recursos financeiros de que necessita para alimentar o seu dispendioso estilo de vida. E, tal como outros empresários-políticos, não está habituado a ser paciente. Perante o funcionamento intermitente da fábrica ao longo de quatro anos de existência conturbada, prefere explorar outros caminhos para a sua vida, no interior da burocracia estatal e das suas conexões com as actividades empresariais privadas. Entre esses caminhos destacam-se a diplomacia e a presidência do conselho de administração da Elgas, uma empresa moçambicana especializada na exploração e comercialização de gás natural, com origens no aparelho frelimista. Graças à sua filiação partidária, a ENH, a empresa pública do sector, concedeu-lhe a participação na construção, operação e comercialização da rede de distribuição de gás natural, nomeadamente em Vilanculos e Bazaruto. Operando numa área muito apetecida pelo capital internacional, mantém fortes ligações à Sasol, que, face ao colapso da americana Enron, ocupa hoje uma posição central no negócio do gás natural em Moçambique.³

2. Uma fábrica no mato

A fábrica nova foi construída em 1997, com base num estudo de viabilidade económica elaborado por um consultor com larga experiência no sector, antigo dirigente da Caju de Moçambique. Conforme o publicado noutro texto (Cuamba 1998) e na esteira da generalidade dos trabalhos elaborados ao longo da década de 1990, a solução tecnológica escolhida visava a maximização da produção de amêndoa branca e inteira. Este duplo objectivo seria conseguido, na óptica do projecto, pela utilização do SHCS e do descasque semi-mecânico. Enquanto o primeiro – injeção de água para preparação da casca para o

³ A Sasol é a maior companhia petrolífera e química sul-africana. Operando em todos os continentes, está presente em 20 países, com uma força de trabalho que ascende a mais de 30.000 pessoas (v. www.sasol.com/sasol_internet/frontend/navigation.jsp?navid=1 e www2.nbm.co.za/icc/sasol/sasol_sdr/).

descasque – garantia uma elevada percentagem de amêndoa branca, ao descasque semi-mecânico caberiam os créditos duma quebra menor de amêndoa. Em termos de infra-estruturas, o projecto previa três grandes blocos de construções: (i) o edifício fabril; (ii) balneários, escritórios, creche e posto de socorros, (iii) habitações para a direcção. O primeiro é o único já concluído. Quanto aos restantes, apenas se iniciou a construção dos balneários, actualmente paralisada.

A escolha do lugar para instalar a fábrica recaiu em Jongué, uma das áreas de maior produção de castanha de caju de Manjacaze. Esta zona é dominada pela habitação dispersa, com as casas tradicionais em caniço e colmo, em redor dos quais os camponeses têm as suas machambas. Situado a cerca de 25 Km de Manjacaze, sede do distrito, e a 5 km de Macuácuá, sede do posto administrativo a que pertence, este pequeno lugar rural tem como “centro” três cantinas saqueadas e abandonadas durante a guerra civil, localizadas à face da estrada que liga Manjacaze a Macuácuá. As duas que se situam em frente às instalações da fábrica pertenceram à família Kalumia. Uma delas, a única que ainda está de pé, foi explorada por um dos seus membros entre 1964 e 1967. O escasso rendimento gerado, devido à fraca capacidade aquisitiva da população local, levou-o a ceder o negócio a um irmão actualmente residente em Maputo, para se tornar empregado de M. Neto, em Manjacaze, na loja que hoje lhe pertence. O irmão manteve a sua exploração até meados dos anos de 1980, altura em que a acção da Renamo tornou impossível a continuidade do negócio. O prédio era propriedade de um indiano que tinha regressado à Índia. A loja ao lado, hoje destruída, pertencia ao seu tio Nur Mohamed Abdul Karin. Finalmente, na que hoje pertence à empresa do ex-ministro estava Richad Khan, um membro desta numerosa família de Manjacaze. Ou seja, tal como se verificava na sede do distrito, o comércio de Jongué estava controlado por famílias *monhés*, com uma presença já antiga nesta zona da província de Gaza, em alguns casos contada em gerações.



Fotografia 24. Vista geral do pavilhão principal da fábrica nova

Foi num terreno com cerca de dois hectares, cuja utilização foi solicitada ao Estado, e no qual está localizada a maior das três cantinas atrás referidas, que a unidade industrial foi instalada.⁴ A estrutura principal, em forma de L, é um pavilhão com paredes formadas de blocos de cimento, ainda por rebocar, e cobertura em chapas de zinco e plástico. É nela que se realizam todas as operações de processamento da castanha, com a excepção da calibragem, efectuada num coberto junto ao átrio do edificio da cantina. Ao contrário do que acontece nas grandes fábricas mecanizadas, onde as estruturas e equipamentos se dispõem no espaço interno segundo a ordem das fases do processamento, nesta fábrica tal só acontece parcialmente. Existem duas zonas de produção principais: (i) cozimento da castanha e secagem da amêndoa; (ii) corte da castanha e despeliculagem e selecção da amêndoa. Ou seja, os trabalhos que exigem a utilização de equipamentos mais pesados, como as panelas de cozimento e a estufa, foram concentrados no mesmo espaço, ficando os outros colocados na zona contígua, num espaço mais amplo para permitir a presença do grosso dos operários. Se esta disposição não permite que o processamento se faça em linha contínua, ela é

⁴ Num contexto político marcado pela discussão da natureza jurídica da propriedade fundiária, o terreno onde se instalou a fábrica nova é um exemplo concreto da compatibilidade da posse pública da terra com os interesses do investimento privado.

perfeitamente adequada ao processo produtivo montado, não parecendo influenciar a produtividade do trabalho. De facto, o pequeno colectivo operário utilizado e a reduzida quantidade de castanha processada justificam a concentração dos equipamentos mais pesados, cujo funcionamento é suportado por energia térmica no mesmo espaço, simplificando-se assim a estrutura fabril. Reside aqui, portanto, a principal razão para esta aparente disfuncionalidade. Acrescente-se ainda que a secagem, devido à qual a castanha retorna à área inicial de onde tinha saído, se realiza no final de cada dia de trabalho, quando a maioria dos trabalhadores do descasque e da despêliculagem já não se encontram nas instalações da fábrica.⁵

O projecto seguiu de perto as propostas do BM, da FAO e de outras instituições internacionais com trabalho feito na área do caju. A localização está de acordo com o prescrito: uma fábrica inserida na zona produtora, de modo a que a distância entre os produtores e as instalações de processamento fosse a mais curta possível. Para além dos custos de transporte da matéria-prima serem insignificantes, a proximidade dos produtores de castanha de caju facilita a aquisição. A nível tecnológico optou-se pelo já referido SHCS, o chamado sistema indiano baseado no cozimento da castanha por vapor de água, associado ao corte da casca através de máquinas semi-mecânicas. Algumas destas foram importadas da Índia, outras foram construídas por uma empresa moçambicana, a Agro-Alfa, sediada em Maputo, com base no modelo indiano.

Um factor sempre presente foi o da compressão severa dos custos, com reflexos muito notórios no desconforto proporcionado pelas instalações e na qualidade dos equipamentos adquiridos. Por exemplo, ao invés do que foi feito pelo proprietário da fábrica da Macia, onde as máquinas de descasque estão montadas sobre bancadas de metal, aqui elas assentam em tampos de madeira. Também não foi instalado um laboratório, essencial para a medição das percentagens de humidade existe na casca e na amêndoa ao longo do processo produtivo. A contenção de custos assumiu outras facetas, digamos mais venais. Enquanto foi ministro da Agricultura, as viaturas do ministério foram utilizadas nas visitas frequentes que S. Matuzianhe e ele próprio faziam a Jongué. Observe-se também que os técnicos veterinários do Estado foram utilizados no apoio à pecuária de Mamitelane (IR8).

Com capacidade para processar duas tn de castanha por dia em turno único, que lhe permite atingir um valor anual superior a 500 tn, ao longo dos períodos de funcionamento

⁵ Esta solução espacial foi adoptada noutras fábricas que utilizam a tecnologia SHCS. É o caso da pequena fábrica de Laulane, nos arredores de Maputo, cujo proprietário é um moçambicano de ascendência portuguesa, antigo oficial das FPLM. Partilha com a fábrica nova muitos elementos, como a estrutura e os equipamentos.

ficou sempre muito aquém do pleno aproveitamento da capacidade produtiva instalada. De facto, apesar das grandes expectativas projectadas sobre o empreendimento, fundadas na posição das instituições internacionais intervenientes na economia do caju moçambicana, o funcionamento da fábrica foi desde o seu início muito atribulado, marcado pelas dificuldades financeiras, a inexperiência na gestão empresarial e a conflitualidade laboral.

A escassez de capital, a par de uma certa pressa em rentabilizar o já investido, ou mesmo a sofreguidão em extrair mais-valias, colocou a fábrica em movimento em Junho de 1998 com aquilo que era essencial: a estrutura e os equipamentos directamente produtivos. Os seus proprietários tiveram o apoio do Gapi para a aquisição do equipamento e do Banco Austral para a compra de matéria-prima.⁶ Esta foi adquirida aos comerciantes locais, fornecedores habituais da fábrica de Manjacaze e da Mocita (Xai-Xai). Aos de maior confiança adiantaram algum capital para a aquisição de matéria-prima. Como sempre, o controlo da qualidade da castanha é decisivo. Por isso, alguns trabalhadores de grande confiança são destacados em cada campanha para acompanhar todo o processo de compra.

O período em que a fábrica foi dirigida pelo seu primeiro gerente, um ex-delegado-executivo da Caju de Moçambique na unidade de Inhambane, ficou marcado por problemas inesperados. A nível produtivo, as principais dificuldades relacionaram-se com o desconhecimento da tecnologia instalada. Além disso, em parte devido à falta de experiência no sector do caju, tiveram imensas dificuldades em colocar a amêndoa no mercado. Tentando mitigá-las, os responsáveis da fábrica estabeleceram um acordo comercial com a Mocita que se veio a revelar desfavorável. Os preços baixos pagos por esta empresa da Anglo-American acabariam por levar a fábrica nova a denunciar o acordo. De novo sozinhos no mercado, optaram por uma outra estratégia comercial baseada na preparação de amêndoa em diversas variedades (salgada, com piri-piri e forrada a chocolate) para comercialização nos mercados de Maputo e da cidade sul-africana de Nelspruit.

A fábrica suspenderia o seu funcionamento em Fevereiro de 2000 devido a razões inesperadas: as cheias que afectaram severamente o sul de Moçambique, interrompendo por largas semanas a circulação por via rodoviária entre Maputo e as regiões a norte do rio Limpopo.⁷ Para o desemprego foram 75 trabalhadores. O grosso dos 19 trabalhadores poupados conheceram idêntico destino assim que os trabalhos de acabamento e revisão da

⁶ Ainda credor, o Gapi mantém negociações com a fábrica velha para o reescalamento da dívida (Metical, nº 548 de 24/08/1998). Saliente-se que nesta matéria estamos no domínio da dúvida e do encobrimento. Quando inquirida pela imprensa, S. Matuzianhe recusou-se a precisar as entidades financiadoras (cf. Metical, nº 411 de 10/02/1999).

⁷ Estes factos foram evocados também pelo secretário da OTM da fábrica, em carta datada de 1 de Março de 2000.

amêndoa foram concluídos. Esta situação não constituiu motivo de grande arrelia para a administração, pois as dificuldades colocadas pela operação da fábrica e os resultados financeiros muito aquém das expectativas há muito que colocavam o projecto em dúvida. Por exemplo, no ano de 1999 terá facturado cerca de um bilião de meticais (50.000€ ao câmbio em vigor em final de 2001), sem que tal tenha contribuído decisivamente para o estabelecimento de um quadro de desafio financeiro sustentado que lhe permitisse manter a estabilidade operacional e, sobretudo, o interesse no empreendimento.

A fábrica reabriria as suas portas por um período muito curto, de 20 de Junho a 15 de Agosto de 2000, para processamento de parte da castanha armazenada. Desde aí permaneceu encerrada até 1 de Novembro de 2001, data em que retomou a laboração. Na última semana de Dezembro parou para retomar em meados de Janeiro do ano seguinte, com uma força de trabalho reduzida e um novo regime salarial ainda mais leonino, baseado exclusivamente no pagamento da amêndoa inteira obtida. Finalmente, em 2003 laborou de Abril até Outubro, até esgotar o *stock* de castanha em armazém. Tudo indica que retomará a produção em 2004, após a aquisição de castanha aos camponeses e pequenos comerciantes das imediações.

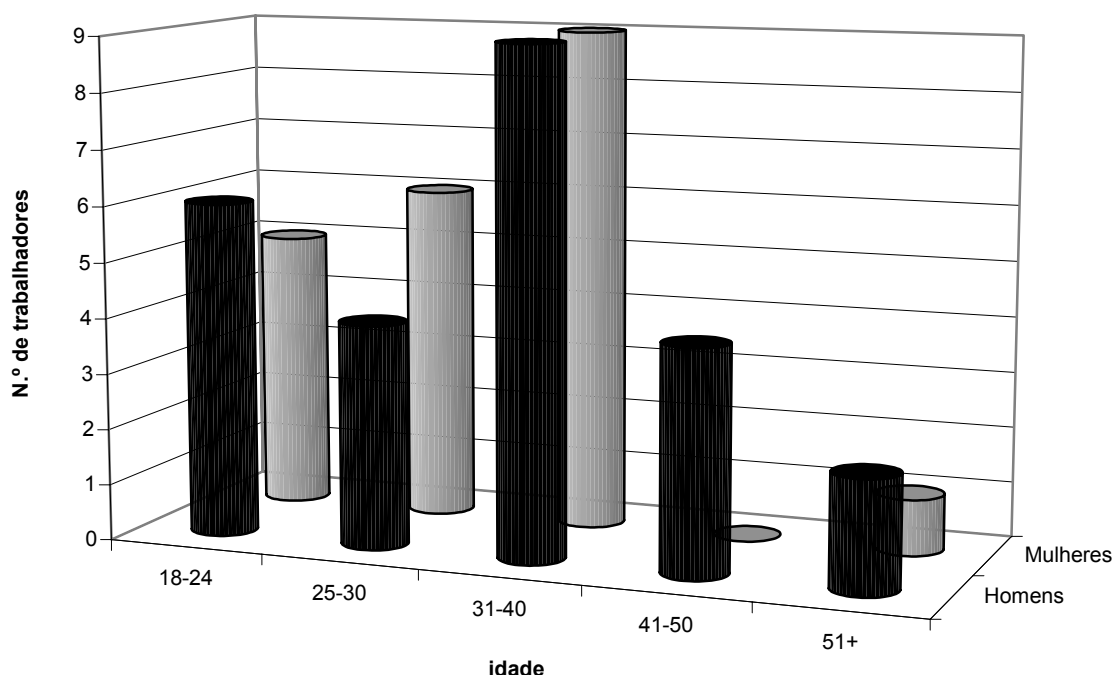
3. Homens e mulheres da fábrica: inquirindo as suas origens e trajectos de vida

A fábrica tinha, em Dezembro de 2001, 44 trabalhadores ao serviço, subordinados a um gerente e a um chefe da produção. Quem são eles? De onde vêm? O que fizeram até chegarem a uma pequena fábrica de caju fixada num lugar remoto de Manjacaze? Estas eram algumas das questões imediatas formuladas desde os meus contactos iniciais, primeiro com o gerente, ainda em Maputo, posteriormente com o chefe de produção, já em Jongué. E, sobretudo, mais tarde, quando partilhei o seu quotidiano, vivendo e trabalhando com eles, no verão quente e húmido do sul de Moçambique.

Numa força de trabalho constituída por 46 indivíduos encontramos 26 homens (54%) e 21 mulheres (46%). A distribuição por idades dos trabalhadores aponta para uma forte concentração, sem variações significativas ao nível do sexo, nos grupos etários até aos 40 anos, com predomínio do grupo dos 31-40 anos (v. figura 32). De notar que a idade média é superior nos homens, sendo estes os únicos representados no intervalo de 41 a 50 anos de idade, com uma presença também superior no intervalo acima dos 51 ou mais anos de idade. Se neste intervalo encontramos o gerente e o encarregado, cujos saberes são de aquisição lenta, logo a experiência acumulada é relevante tornando secundário o factor idade, já os

motivos que explicam uma idade média ligeiramente superior dos homens face às mulheres não são tão óbvios. Embora provisório, a exigir algum trabalho de pesquisa e de comparação com outros casos semelhantes, e considerando que se está perante uma mera casualidade estatística, é de admitir que apesar da crescente presença feminina no espaço da produção, como bem mostra os valores referentes aos intervalos entre os 18 e os 40 anos, a tradição ainda se faz sentir para as idades mais avançadas, marcadas por uma cultura ligada à rigorosa separação dos espaços do trabalho e da vida social, em que as mulheres estavam confinadas à esfera doméstica, cabendo aos homens o acesso ao salariado, nomeadamente nas minas sul-africanas.

Se para os padrões europeus estamos face a uma força de trabalho relativamente jovem, o quadro muda substancialmente, no sentido de um expressivo “envelhecimento”, quando se toma em consideração os valores relativos à esperança de vida actualmente existente em Moçambique, em particular nas zonas rurais e pobres, sem que tal possa sugerir uma menor capacidade dos operários para o trabalho na fábrica. De facto, tratam-se de indivíduos perfeitamente capazes, nomeadamente a nível físico, de responder às necessidades produtivas de uma indústria com tecnologia incipiente e formas de organização do trabalho de tipo taylorista que, como veremos adiante, facilitam a aprendizagem e a rápida adequação do operário ao posto de trabalho, independentemente da sua idade e experiência profissional.



Fonte: ILP

Figura 32. Distribuição dos trabalhadores da fábrica nova por grupo de idades

A maioria dos operários nasceu nas imediações da fábrica, nos lugares de Jongué, Canhine e Macuácu. Para o local de residência, verifica-se que mais de 90% dos trabalhadores habitam também nos locais acima mencionados, com predomínio para Jongué, com 67% (15 homens e 11 mulheres). Avaliando a duração dos percursos efectuados por todos os trabalhadores, nenhum excede os 60 minutos de marcha a pé (4 a 5 km de distância) entre a casa e a fábrica. Os que vivem mais afastados – as duas operárias residentes na vila de Manjacaze, o gerente e o encarregado com domicílio em Maputo – habitam na fábrica durante a semana de trabalho, respectivamente numa palhota e numa casa de alvenaria. Se em relação a estes, a distância de quase 300 km obriga-os a procurar uma alternativa local para residirem durante o período laboral, já as duas trabalhadoras poderiam residir em Manjacaze, atendendo só à distância (cerca de 25 Km). Porém, a irregularidade do transporte, juntamente com o seu custo inviabilizam tal possibilidade. Com a excepção do gerente e do chefe de produção, todos os trabalhadores da fábrica auferem salários mensais rondando os 30€; o valor de qualquer viagem em transporte rodoviário, mesmo em distâncias curtas (cerca de 10 km)

nunca é inferior a 0.50€, podendo atingir os 2€ no percurso de ida e volta da fábrica a Manjacaze. Portanto, com os salários referidos é inviável suportar os custos do transporte rodoviário, fazendo com que isto se constitua num elemento determinante para o acesso ao trabalho na fábrica. Quer dizer, em regra a fábrica só interessa aos trabalhadores cuja distância entre ela e a residência possa ser vencida a pé.

Quase todos os operários vivem em palhotas, as tradicionais casas africanas. Fora desta situação ficam o gerente e o chefe de produção, com habitações de alvenaria em Maputo,⁸ e a empregada da cantina, ainda a residir com os pais em Manjacaze, numa palhota melhorada, com telhado de chapa de zinco, paredes de caniço rebocadas com argamassa e chão cimentado. O acesso a habitações modernizadas implica sempre a mobilização de poupanças que, em regra, só são possíveis de constituir pelos que se proletarizaram, nomeadamente como mineiros na África do Sul ou assalariados nas fábricas ou nos serviços em Maputo. É o caso da jovem “cantineira” aqui referido, cujo pai é um antigo reformado da empresa estatal de seguros, cujas poupanças de uma vida de trabalho foram aplicadas na melhoria da habitação.

Em termos sociais, a habitação funciona como um sinal distintivo, entre muitos outros, das condições económicas dos indivíduos e das famílias a que pertencem, contribuindo para a sua singularização. Particularmente perceptível nas famílias “modernizadas”, isto é, proletarizadas ou com rendimentos monetários obtidos pela sua participação regular no mercado, o consumo habitacional permite tornar reconhecida, ao mesmo tempo que concorre para a moldar, a posição de cada um na estrutura de classes (v. Bourdieu 1999).

Forma de estilização da vida, a casa em alvenaria é uma referência, porventura um sonho, para muitos dos operários que a ela não têm acesso. Como é regra nos mais diversos contextos sociais moçambicanos, as desigualdades de classe surgem trespassadas pelo discurso racial, constituindo a casa em alvenaria mais um elemento fundamental para a transmutação (classista) do africano em europeu, tão bem enunciada por uma jovem trabalhadora da fábrica: “Ser como um branco é viver positiva. Ter tudo! Ter carro, ter loja... como a nossa patroa tem uma fábrica, é um branco para nós” (Leonor, CV17).

Com a excepção de três homens, todos são, ou a ela se consideram pertencer, de etnia machangana, o grupo étnico maioritário em Gaza. Ser ou considerar pertencer pode parecer um simples jogo de linguagem mas é muito mais do que isso. De facto, as migrações e as trocas matrimoniais cada vez mais alargadas e inter-étnicas (e até inter-raciais) produziram os

⁸ Como foi já referido, mesmo durante a semana de trabalho eles são os únicos a beneficiar de casa de alvenaria com energia eléctrica e água canalizada.

seus efeitos nesta importante categoria sociológica, nomeadamente ao nível da memória familiar e linhageira. Continuando a ser fundamental para a definição identitária de cada indivíduo, não raro se encontram casos em que a pertença a uma dada etnia é definida em função do lugar do nascimento. Isto é, um indivíduo considera-se (e é) machangana, por exemplo, porque nasceu em zona de presença hegemónica deste grupo étnico e não devido à sua linhagem. Isto é particularmente vivido pelos indivíduos que, descendendo de uniões inter-étnicas com origem em zonas geográficas muito diferentes, se vêm obrigados a escolher a sua pertença étnica. Assim, de novo nos confrontamos com a etnia como produto dos mecanismos de etnificação, postos em movimento por factores sociológicos, culturais e até geográficos, no que estes têm de mais humano: o sentimento de pertença a um dado lugar. Ao contrário da interpretação substantivista – etnia como substância – que dominou (e contaminou) a antropologia durante longas décadas, a etnia é uma construção social e política para a qual os poderes coloniais deram um importante contributo (v. A. Taylor 2000).

São falantes da língua portuguesa 39 trabalhadores. Os restantes (quatro homens e três mulheres) não dominam esta língua, embora conheçam as suas palavras mais elementares. São indivíduos sem frequência da escola ou, tendo-a frequentado, apenas o fizeram por um período muito curto, insuficiente para aprenderem os rudimentos da língua oficial e as competências básicas de leitura e escrita.

A formação escolar da maioria dos trabalhadores não vai além de cinco anos de escolaridade, com uma percentagem relativamente significativa – quase 20% para ambos os sexos – de analfabetos ou com o domínio muito rudimentar da leitura e da escrita. Neste contexto fabril, definido pela simplicidade das tarefas que não exigem mais do que conhecimentos elementares de leitura, escrita e aritmética, tecnologia incipiente e escassos lugares de chefia intermédios, o capital escolar não constitui um recurso determinante para os trabalhadores para negociarem a sua posição no espaço de produção.

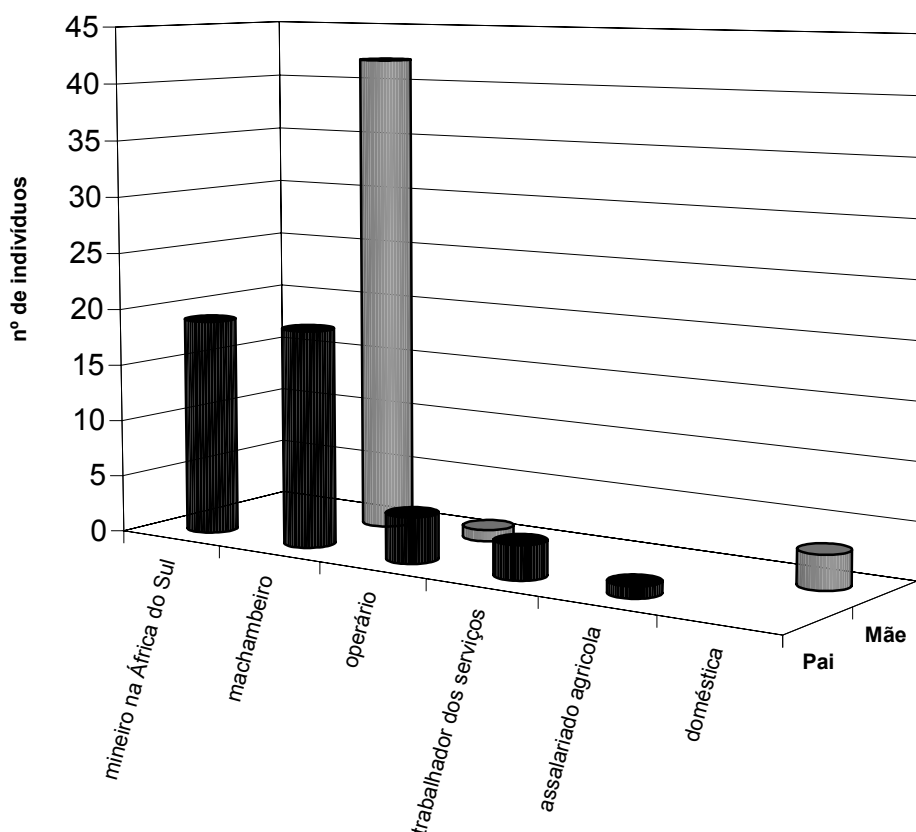
Olhemos, mais de perto, para os sectores existentes na fábrica: só a selecção de amêndoa requer algumas competências escolares adicionais. Não será, pois, accidental o facto de a escolaridade a pequena chefe bem como as suas colegas rondar os 5 anos. Cruzando a distribuição por sectores com o capital escolar, verificamos que todos os trabalhadores com formação até à 5ª classe ocupam lugares que não vão além do pequeno chefe. Quanto às duas mulheres que possuem mais do que cinco anos de escolaridade a sua condição profissional é diversa: uma trabalha na despeliculagem, enquanto a outra se ocupa da cantina. Se, por um lado, a escolaridade detida pela operária da despeliculagem não produziu qualquer efeito em termos de negociação da sua posição ocupacional, já a situação em relação à trabalhadora

da loja é bem diferente. Embora o capital escolar tenha pesado, tanto mais que se trata de um actividade que reclama algumas competências que normalmente são obtidas nas instituições de ensino formal, tem cabimento considerar a existência de outros recursos – desenvoltura, vivência urbana – com influência directa na sua contratação para a cantina. Restam o gerente e o chefe de produção. Este tem apenas a instrução primária do período colonial (4 anos). Com ela acederia a uma formação e carreira técnicas. São as competências adquiridas ao longo da sua experiência profissional que lhe definem a sorte sempre que negocea a sua posição laboral. Já para o gerente – o único homem que tem mais de 5 anos de escolaridade – é indiscutível o peso do capital escolar na definição do seu lugar na fábrica e, no geral, na sua carreira profissional.

Maioritariamente nascidos no “mato”, as origens familiares dos operários reflectem, em boa medida, as mudanças provocadas pelo colonialismo, mormente no domínio económico (v. figura 33). Se as mães ocupavam o lugar que tradicionalmente lhes cabia na divisão social do trabalho dominante na economia campestre do sul de Moçambique – o cultivo das machambas –, já os pais encontravam na emigração para as minas de ouro da África do Sul uma das principais ocupações, em substituição do trabalho agrícola e, sobretudo, da pastorícia. Sendo Gaza uma das zonas de mais forte captação de mineiros para o país vizinho, as origens familiares não poderiam deixar de reflectir os efeitos provocados pela emigração para o país vizinho. Esta atingiu mesmo as zonas mais remotas, os lugares mais afastados dos principais centros urbanos, como é o caso de Jongué, Macuácu e outros do extremo norte do concelho. Através dela foram muitos os homens que tiveram a sua primeira experiência de trabalho assalariado e, por arrastamento, o acesso a rendimentos monetários regulares. De referir ainda que uma pequena minoria se integrou no mercado de trabalho colonial, trabalhando nos serviços ou em actividades com alguma componente técnica, em todo o caso sempre em posições subordinadas.

Se bem que em grau variável, conforme as zonas e as famílias, a emigração alterou profundamente o modo de vida destas populações, nomeadamente no que tem a ver com o acesso ao mercado e à sua posição na emergente economia colonial capitalista. Quer dizer, o salariato permitiu aos moçambicanos a participação, ainda que em muitos casos de forma marginal, nas trocas de mercado num contexto económico dominado cada vez mais pelo modo de produção capitalista. Em termos políticos e sociais, a proletarianização confrontou estes homens, em especial os que se fizeram mineiros nas minas de ouro sul-africanas, com um dos

aspectos mais brutais do capitalismo:⁹ a exploração da força de trabalho assente na diferença racial, com todas as implicações a ela associada, designadamente no que diz respeito à tomada de consciência de classe e à emergência de formas organizadas de luta e reivindicação sociais.



Fonte: ILP

Figura 33. Profissão dos progenitores dos trabalhadores da fábrica nova

Como é afirmado por quase todos, a razão principal que os levou a ingressar na fábrica foi o desemprego. Excluindo o gerente e o chefe da produção – por razões que se comentarão mais à frente –, a falta de trabalho não pode ser entendida nos termos em que é reconhecida nos países do capitalismo avançado – inexistência efectiva de ocupação laboral remunerada –, mas antes no sentido de não acesso a uma actividade assalariada. De facto,

⁹ A proletarianização é aqui entendida no sentido que lhe é dado por Balibar (1991: 161-162). Conceito complexo, combina três aspectos distintos: exploração, dominação e insegurança e, por último, competição entre trabalhadores.

quase todos os operários trabalham as suas machambas, donde extraem produtos alimentares indispensáveis à sobrevivência da célula familiar.

São excepção a esta condição social dominante três operárias. Uma dedica-se à prestação de serviços de costura, as restantes são da vila de Manjacaze, à qual regressam todos os fins-de-semana. A deslocação da sua residência durante a semana é um obstáculo forte mas não determinante para o afastamento em relação ao trabalho na machamba. O que realmente pesa são as origens e posição social das famílias. Em ambas, os pais estão ligados a ocupações remuneradas nos serviços, num caso guarda em Maputo em situação de reformado, noutro cozinheiro e mãe antiga operária da fábrica de Manjacaze. A disponibilidade de rendimento monetário, apesar de sempre escasso, proporcionou-lhes outras oportunidades, nomeadamente escolares e, em simultâneo, isentou-as do trabalho nas machambas familiares. Vivendo em casa dos pais e sem filhos, o rendimento obtido na fábrica é ainda suficiente para se furtarem ao trabalho na terra.

Ao contrário do que acontecia no passado, a importância crescente das trocas mediadas pelo uso da moeda e o próprio consumo de bens manufacturados e serviços disponibilizados pelo mercado ou pelo estado, exigem que os indivíduos tenham acesso a rendimentos monetários regulares. Estes só podem ser assegurados pelo mercado de trabalho, incluindo as actividades mercantis relacionadas com o comércio informal, uma vez que o excedente retirado das machambas é irregular e, salvo algumas culturas como o feijão-nhamba, nem sempre vendável no comércio local.

Analizando as razões daqueles que não indicaram o desemprego como motivo para a procura de trabalho na fábrica, um jovem de 21 anos, antigo mineiro na África do Sul, referiu que optou pela fábrica devido à sua proximidade em relação ao seu local de residência, resposta que tem implícita, contudo, a necessidade de um trabalho assalariado. Já o chefe de produção referiu como motivo a obtenção de um salário superior. Residindo habitualmente em Maputo, quererá isto dizer que ele tinha nesta cidade alternativa? Sim, mas dificilmente como assalariado, pois a capital, embora com oportunidades de trabalho muito superiores ao resto do país, não deixou também de ser afectada pela destruição de trabalho dependente regulado por estruturas jurídicas de tipo fordista, iniciadas em Moçambique ainda no período colonial e consolidadas ao longo da primeira década de independência. Para este pequeno chefe, a formação do rendimento tem por base uma machamba de 2 ha nos arredores de Maputo, onde cria frangos, e a prestação de serviços de transporte de passageiros por meio de um “chapa”. São recursos que o gerente não possui, dependendo totalmente dos proventos obtidos pelo trabalho assalariado. Dito de outro modo, com uma severidade chocante mas

bem verdadeira, “não tem para onde ir. No Maputo não há trabalho, onde é que ele ia ser gerente... por isso está ali escondido” (IR8).

Todos sabem que a fábrica é decisiva para garantir uma melhor subsistência. Sem excepção, lutam pela vida da fábrica, pois dela depende, em boa medida, a vida de cada um. Começamos pelo gerente. De etnia rhonga, natural de Maputo, nascido há 45 anos, é casado e tem três filhos com idades de 12, 10 e 4 anos. A educação no seminário católico da Naamacha possibilitou-lhe a obtenção de recursos escolares que lhe facilitaram o acesso a uma posição social razoável. O trajecto recente da sua vida constitui um testemunho paradigmático da pressão provocada pelo descalabro económico e social imposto pelo neoliberalismo sobre as classes “médias” africanas em Moçambique. Ao longo da sua vida profissional passou por diversas empresas, sempre em Maputo, até que se emprega na fábrica nova, no sector administrativo a funcionar na sede da empresa, situada na cidade-capital. Perante as dificuldades que ameaçam fazer naufragar o projecto empresarial, abandonou Maputo e a família para tentar dar o seu contributo na preservação da fábrica. Vive em Jongué um verdadeiro exílio, oportunidade derradeira para o manter afastado da proletarização extrema ainda não vivida, feita de sub-trabalho no comércio informal. Decorrem muitas semanas entre cada regresso a Maputo, onde fica por escassos dias para resolver problemas da empresa e conviver com a mulher e os filhos. Privado de viatura da empresa devido a avaria, as deslocações passaram a ser feitas no “machibombo” dos Transportes Oliveiras,¹⁰ cujas carreiras regulares servem as principais localidades do sul de Moçambique. Como repetidamente afirmou, Jongué constitui um enorme sacrifício pessoal que aceitou por manifesta falta de alternativas. No fundo, move-o o medo do futuro. Ao contrário do que acontece com os operários, o gerente é um homem que já não tem sequer, a hipótese da machamba para assegurar a sobrevivência.

O chefe da produção tem um trajecto semelhante. Com 50 anos de idade, é natural de Maputo, filho de um negro assimilado, antigo marinheiro da marinha mercante. Contando mais de 30 anos de experiência na indústria do caju, nunca terá imaginado confrontar-se, numa idade madura da vida, com o desemprego e a redução severa das suas expectativas profissionais. Apesar de tudo (ou talvez por tudo isso), sonha com a montagem de uma pequena fábrica de descasque de castanha a martelo, que, mais tarde, substituiria por choque mecânico. Num relato muito recorrente – que nada tem a ver, sublinhe-se, com a aceitação das relações de dominação que submetiam os negros aos portugueses brancos –, não se cansa

¹⁰ Em Moçambique os autocarros de transporte colectivo são designados por “machibombos”.

de lembrar as suas saudades do tempo colonial, tempo em que um negro saía de uma fábrica e encontrava emprego na que ficava imediatamente ao lado. Hoje, ao invés, lembra-nos que existem muitos técnicos, alguns licenciados, que não encontram emprego ou têm vergonha de trabalhar nas obras, acabando por passar mal. É a miséria, a vergonha mal disfarçada que atinge, sem piedade, as camadas mais favorecidas do proletariado urbano moçambicano, ligado aos serviços e às actividades de maior exigência técnica:

A minha mãe era doméstica. O pai era um assimilado. Se não fosse assimilado como é que eu teria oportunidade de estudar? Estudei até à 4ª classe. Comecei a trabalhar por volta dos 11 anos como [aprendiz de] serralheiro mecânico na Maquinague. Comecei a trabalhar no caju em 1970. Saí da Maquinague e entro na Cajuca, ali na Machava, ao pé da linha férrea, em 1970. Em 1971 entrei para a tropa. Ainda tive sorte porque trabalhei com um engenheiro. Andou a puxar-me muito. Na tropa era soldador, em Maputo. Depois fui transferido para Nampula. Fico 24 meses. É quando regresso de novo para o caju, para a fábrica da Machava. Depois passo para Angoche onde vou montar a outra fábrica. Antes da independência. Voltei e é quando apanho essa transferência e estagiar já fora, em Portugal e não sei o quê. É quando a gente volta que apanho o 25 de Abril. Depois as fábricas são nacionalizadas e começo a dar assistência a essas fábricas todas, do Rovuma ao Maputo. Até esta altura.

Quando era Caju de Moçambique eu fui transferido da fábrica da Machava para Chamanculo. De Chamanculo para Quelimane. De Quelimane para Inhambane. De Inhambane para Xai-Xai. Daqui da Mocita para Manjacaze. É quando aparece essa coisa das fábricas de serem vendidas. É quando vendem as fábricas e eu sou de novo transferido de Manjacaze para Chamanculo. É quando já vendem as fábricas aos privados. As fábricas já estavam paradas nessa altura.

É quando compra [a fábrica velha] o senhor Tavares com a doutora Júlia. Eles foram ter com o doutor Cuamba: “Qual é a pessoa que você conhece, os melhores trabalhadores que conhecem aquela fábrica. A fábrica estava um bocadinho danificada”. Então indica-me a mim. O senhor Tavares vem ter comigo e eu vou naquela fábrica começar a trabalhar. E pus aquela fábrica a trabalhar até a fábrica fechar. É quando eu apareço aqui, também por intermédio do doutor Cuamba.

Já fui convidado para ir trabalhar na Mozal.¹¹ Mas não quero. É muito trabalho. Ali trabalha-se a contrato, quando acaba aos dezoito meses sai fora. É trabalho forçado. Aquilo mata” (S. Siteo, CAu26).

É relevante notar que a violenta destruição de emprego assalariado em Moçambique (e inclusive na África do Sul) levou a movimentos de retorno dos emigrantes às suas terras de origem para trabalharem, de novo, as suas machambas e, se possível, encontrar cumulativamente um trabalho remunerado. Nesta situação estão muitos dos trabalhadores da fábrica nova com experiência de trabalho assalariado. Vejamos o caso de um operário do descasque. Nascido em Jongué, emigrou para Maputo após a independência. Nesta cidade

¹¹ Sobre os perigos e a gestão dos seus riscos pelos operários da Mozal v. Granjo (2003).

montou casa de cimento no bairro de Mavalane, nas imediações do aeroporto internacional, onde viveu com a família até ao desemprego imposto pelos programas de ajustamento estrutural da economia em 1994. Sem alternativas, vendeu a casa e regressou à aldeia natal para, de novo, ser camponês.

Até 80 trabalhava na Mecnográfica. Em 80 para aqui passei a trabalhar no Parque Imobiliário do Estado. Então, em 84 mudei. Em 86 fui para a Empresa de Abastecimento [da Cidade de Maputo]. Chegámos a uma certa altura, começaram a despedir. Recebemos dinheiro dessa, diminuiu os trabalhadores, deram o dinheiro deles. Já não apanhava emprego. Como tinha esse dinheiro que recebi da empresa decidi aproveitar para vir para casa. E estou ali [em casa]. Prefiro estar aqui, é onde eu fui nascido. Vivi lá [no Maputo], é comer dinheiro só, não me bastei. Aqui dá, porque cultivava e não sei o quê. E como trabalha também aqui [na fábrica], aquele pouco dinheiro parece que é muito. Muitas coisas da alimentação não comprei. Se fosse lá no Maputo quanto eu puder tirar é para alimentação. Só para almoço é muito. Tira muito dinheiro, carvão, água, não sei o quê. Aqui é só comer de graça, basta trabalhar (Rogério, CV16).

Esta situação, imposta pelo trajecto recente do capitalismo, terá escapado aos próprios teóricos críticos que tomaram quase sempre como um dado adquirido o carácter linear da proletarianização crescente nas sociedades capitalistas. Em termos estruturais, olhando para o tempo longo tal como nos foi proposto por Braudel (1986), é correcto reconhecer que o capitalismo produziu uma intensa desruralização do mundo, ainda por concluir, com a incorporação de povos na força de trabalho mundial, fazendo aumentar a disponibilidade de trabalhadores com baixos salários para facilitar a acumulação de capital (Wallerstein 1998: 110). Ora, acontece que em zonas onde ainda existem condições ecológicas adequadas e a pressão demográfica não é explosiva, como no sul de Moçambique, os proletários desempregados não engrossam, em boa parte dos casos, os marginais urbanos, antes reverterem a sua posição na divisão social do trabalho, regressando à antiga condição de pequenos produtores rurais apenas parcialmente integrados no regime de trocas de mercado e do próprio modo de produção capitalista, embora numa situação de dependência. Desta forma, este fluxo de ruralização ao engrossar o *stock* de força de trabalho barata (ideal) disponível para a exploração contradiz o argumento avançado por Wallerstein sobre a sua erosão progressiva e as concomitantes dificuldades por ela induzidas no processo de acumulação do capital. Esta ruralização deverá ser lida a uma escala conjuntural, não invalidando, como foi dito, o movimento estrutural de proletarianização e de urbanização, ainda que assumindo formas heterodoxas, que cunha de modo tão intenso a marcha da economia-mundo capitalista.

4. A organização do espaço da produção e o processo produtivo

Nesta fábrica não encontramos nada do que estamos habituados a ver numa estrutura industrial: telefones, equipamentos informáticos, produtos de limpeza, refeitório, balneários, instalações sanitárias, entre muitos outros aspectos. Parece que ela não é do nosso tempo, quando efectivamente a ele pertence, não constituindo qualquer excentricidade tecnológica ou social. Basta pensar que a maioria das unidades industriais no mundo são de tecnologia simples, não muito diferente daquelas que marcaram os alvares da revolução industrial e, por outro lado, a força de trabalho que operam num regime laboral fordista é minoritária, sobretudo nas periferias do sistema mundial.

Como em qualquer outra produção industrial, o processamento da castanha de caju é um trabalho colectivo que exige uma cuidadosa planificação e uma rigorosa coordenação dos operários em termos de tempo e sincronização das tarefas a realizar. Quer dizer, uma organização do trabalho que comporta simultaneamente um sistema técnico de produção e um sistema de controlo social. O objectivo é obter a maior quantidade possível de amêndoa branca e inteira, as características mais valorizadas pelo mercado, através do recurso a equipamentos tecnológicos simples e trabalho humano utilizado de modo intensivo enquadrados por uma organização da produção que poderemos classificar de *taylorismo* atenuado. Da organização do espaço da produção até à divisão das tarefas tudo faz lembrar a chamada OCT: a cadeia operatória de tipo *taylorista* está presente, embora de modo imperfeito. Em cada fase tenta-se que o operário execute um número limitado de tarefas, muito simples e de fácil aprendizagem – v.g., a máquina de descascar castanha, artefacto mecânico rudimentar que permite ao operário executar a sua tarefa recorrendo a não mais do que meia dúzias de movimentos corporais muito simples. Em suma, neste *taylorismo* atenuado temos uma divisão do trabalho muito básica, apelando à destreza manual e, sobretudo, à habituação do corpo, chamando-o à disciplina, e da mente, ambos treinados na monotonia e no esforço, no qual o ritmo de laboração é imposto não pela máquina mas pela tarefa diária a que cada operário está obrigado.

É sabido que o *taylorismo* se baseia na divisão operativa, dita científica, do trabalho, fazendo com que cada operário, idealmente, execute apenas uma única tarefa, se possível abreviada a um gesto mecânico simples. Tão simples que, na perspectiva *taylorista*, um “gorila treinado” poderia executá-la (Harvey 1999: 109). Trata-se, no essencial, de aprofundar a divisão do trabalho que o capital há muito vinha implementando:

[...] na medida em que aumenta a divisão do trabalho, o trabalho simplifica-se. A perícia especial do trabalhador não serve já de nada. Se o converte numa força simples e monótona, que não necessita pôr em jogo nenhum recurso físico ou espiritual, o seu trabalho é já um trabalho acessível a qualquer um. Isto faz com que afluam competidores de toda a parte; (Marx 1971: 60).¹²

Proposta por F. Taylor [1998 (1911)] no início do século XX, a OCT visava facilitar a utilização de uma mão-de-obra sem experiência de trabalho industrial e contacto com a tecnologia, garantindo uma elevada produtividade, quer comparada com o trabalho artesanal, quer comparada com outros modos de organização e gestão da mão-de-obra em contextos modernos (v. Friedman 1968).¹³ Quer dizer, a OCT é também uma teoria e uma prática de comando e coordenação do trabalho ligada à padronização do *como faz* o trabalhador. Com ela é possível fazer a formação *on-job* dos trabalhadores de uma forma muito rápida, não mais do que meia dúzia de dias, no fim dos quais eles estão aptos a realizar as tarefas atribuídas com um nível de desempenho comparável ao dos melhores. Neste modelo, a experiência nada vale. Mas as suas implicações não se esgotam nestes aspectos. Vão mais longe, implicando também uma separação entre o saber e o fazer. Enquanto que este fica entregue aos executantes, os operários, o saber fica nas mãos dos planificadores, engenheiros e técnicos concorrendo para dar um conteúdo concreto à ideia da pauperização que, para Marx, está ligada não apenas aos baixos salários e às taxas de exploração mas também à desqualificação do trabalhador no processo laboral (Harvey 1999: 108). Como veremos, apesar desta ruptura, o fazer dos operários implica também um saber, se bem que circunscrito praticamente a operações simples e rotineiras. Este modelo acabou por se generalizar e, não obstante a crítica cerrada a que está sujeito, desde há muito, continua a influenciar fortemente a organização do trabalho nos espaços de produção industrial. Extremamente flexível e, sobretudo, eficiente, a OCT tem sabido incorporar as novas tecnologias introduzidas na indústria e nos próprios serviços, nomeadamente no sector da grande distribuição.

No caso da fábrica nova é patente que a decomposição das tarefas para posterior recomposição em movimentos elementares não se fez de um modo “científico”, como propõe o método, com base em observações minuciosas e cronometricamente medidas (v. Ortsman 1984: 23) mas antes de uma forma mais intuitiva, de certo modo a reboque dos mecanismos

¹² Um contemporâneo de Marx, Babbage (1996: 213), matemático e inventor inglês, constatava na sua obra *On the economy of machinery and manufactures* que o princípio mais importante na economia manufatureira inglesa era o da divisão do trabalho que sugere, em seu entender, a invenção de máquinas e ferramentas adequadas a cada operação.

¹³ Relevando a importância de Taylor, Drucker (1993: 45) propõe a substituição de Marx por Taylor na tríade dos “construtores do mundo moderno”, ao lado de Darwin e Freud.

fornecidos. Por mais rudimentares e simples que sejam estes e os artefactos existentes na fábrica, todos eles denunciam a influência taylorista, ao valorizarem a simplificação e a redução dos movimentos a realizar pelos operários no desempenho das suas tarefas.

Concordando, sem reticências, com os efeitos desgastantes e alienantes sobre os trabalhadores observados por Estanque (2000) num outro contexto industrial, é algo abreviado dizer que o modelo taylorista tem sido ao longo dos anos “uma fonte de inspiração importante para grande parte dos industriais do mundo inteiro” (Estanque 2000: 242 e 244). É necessário precisar que a alienação dos trabalhadores não tem somente a ver com o modelo de organização e gestão a que estão sujeitos. Como Marx observou, é bem mais do que isso. A alienação está enraizada na relação do trabalhador com o trabalho. Este é exterior ao trabalhador, não faz parte da sua natureza:

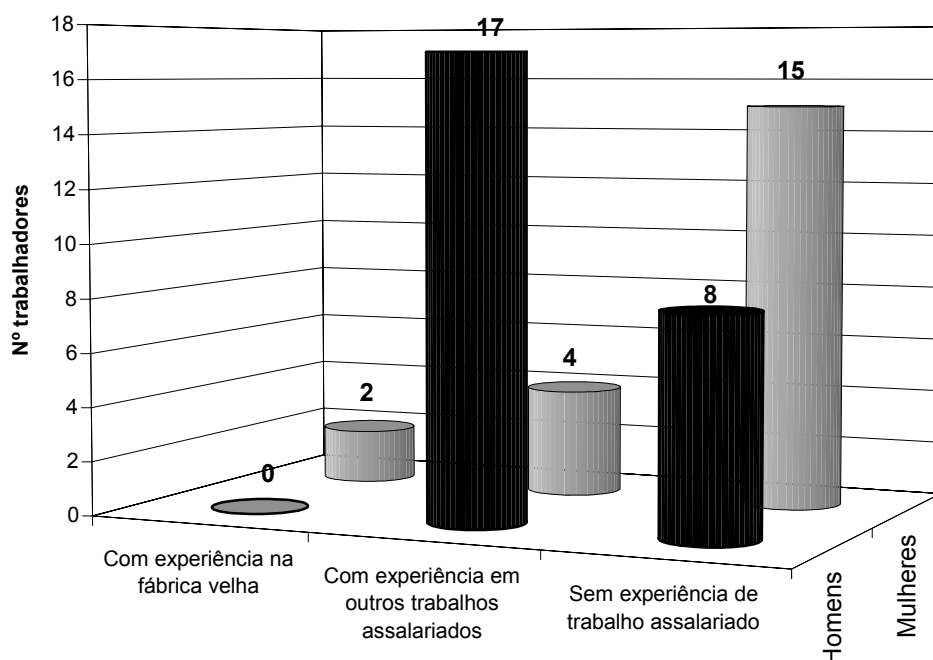
O trabalhador, portanto, só se sente à-vontade no seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito. O seu trabalho não é voluntário, mas imposto, *é trabalho forçado*. Ele não é a satisfação duma necessidade, mas apenas um *meio* para satisfazer outras necessidades. O seu carácter alienado evidencia-se claramente no facto de, desde que não haja coacção física ou de qualquer outro tipo, ele ser evitado como uma praga” [Marx 1971 (1844): 33-34].

Ao trabalho está associado o problema da propriedade, estabelecendo-se entre eles uma estreita relação. Concretamente, “se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador e lhe surge como uma força estranha, é apenas porque pertence a *outro homem, que não o trabalhador*. Se a sua actividade é para ele um tormento, então deve ser fonte de satisfação e prazer para outro” [Marx 1971 (1844): 40-41].

No caso da fábrica nova não está em causa a existência da inspiração, mas tão-somente o modo como ela se faz sentir. À medida que se passa a conhecer a fábrica a partir de dentro, trabalhando lado-a-lado com os operários, manipulando os artefactos e equipamentos de trabalho, compreende-se que a inspiração taylorista está presente mais pela cultura industrial e pelas lógicas que a configuram do que por via de qualquer prática reflexiva. Neste contexto, é muito interessante constatar que um dos elementos fundamentais da modernidade – a cultura e a técnica de trabalho industrial – foi amplamente incorporado nas consciências e nas práticas dos gestores, técnicos e operários em Moçambique, estando bem presente na fábrica nova.

Sendo certo que o taylorismo contribuiu decisivamente para consolidar, com o recurso à ciência e à técnica, o carácter alienante do trabalho na economia capitalista, a ele cabe-lhe, em boa medida, a capacidade de acelerar a transformação de camponeses em operários

produtivos e diligentes. Observemos os trabalhadores da fábrica nova nas suas experiências laborais anteriores (v. figura 34). Com base no inquérito efectuado apurou-se que quase todos foram recrutados localmente, mantendo-se ainda hoje, na sua maior parte, ao serviço. Com a excepção dos responsáveis e dos técnicos ligados à produção, apenas duas mulheres tinham experiência profissional na indústria de caju. Ambas tinham trabalhado na fábrica velha como operárias da selecção, sector que se distingue por uma razoável exigência técnica e aprendizagem demorada. Na fábrica nova foram colocadas no mesmo sector, contribuindo assim para a rápida aprendizagem das colegas inexperientes. Estas beneficiaram também de formação nas fábricas da Mocita (Xai-Xai) e da Mocaju (Maputo). Todos os outros aprenderam no local, com a ajuda dos que já tinham experiência e do chefe de produção. É de assinalar que apenas mais um operário tinha experiência de trabalho fabril, numa fábrica de descasque de arroz. Os restantes com experiência de trabalho assalariado (na sua maioria do sexo masculino) vinham de profissões que pouco ou nada tinham a ver com os espaços de produção industrial: carpintaria, condução de tractores, construção civil e venda de hortaliças em Maputo.



Fonte: ILP

Figura 34. Experiência profissional dos trabalhadores à data da entrada na fábrica nova

O modelo taylorista não é nada sem uma hierarquia – expressão concreta das relações de força no espaço de produção e do poder patronal sobre os operários – que imponha a disciplina e a execução das tarefas aos operários. Em termos históricos, a disciplina no espaço de produção industrial e todos os mecanismos de controlo que sujeitam os operários estão já presentes nas plantações e engenhos de cana-de-açúcar da América Latina do século XVI, cuja força de trabalho era constituída por escravos negros capturados em África.¹⁴

No organigrama da fábrica – com efectiva correspondência nas práticas e relações sociais no espaço da produção – é bem nítido a clássica separação entre realização e direcção. Esta é detentora da autoridade e dos saberes gestionários e técnicos, cabendo-lhe a definição dos objectivos e das estratégias empresariais, a organização e controlo de todas as tarefas no espaço da produção. Como o organigrama da fábrica nova (figura 35) torna evidente, a estrutura organizativa está mais próxima da burocracia mecanicista do que da estrutura simples (v. Mintzberg 1995). Embora de modo incompleto e, não raro, incipiente – v.g., não existe uma estrutura administrativa desenvolvida orientada para a regulação do trabalho operacional –, nela encontramos a standardização dos processos de produção, com o trabalho especializado e baseado em rotinas relativamente simples. Os que as efectuem não necessitam de qualificações escolares e técnicas relevantes, sendo a formação feita *on job* em poucas horas, como foi dito, sob a responsabilidade da própria hierarquia da fábrica.

A direcção tem três “andares” hierárquicos, com diferentes atribuições de poder, autoridade e tarefas. À administração sediada em Maputo cabem as responsabilidades de comando “estratégico”, nomeadamente ao nível financeiro. Afastada fisicamente do contacto regular com o espaço da produção, é no gerente que delega o poder de fazer aplicar todos os procedimentos que conduzam ao objectivo capital: a extracção de mais-valias. Residindo na fábrica, o gerente acumula a direcção geral com as tarefas administrativas, com destaque para o controlo estatístico da produção e dos operários, incluindo neste caso o recrutamento, a vigilância, a punição e o despedimento. Dele depende também o chefe da produção. Apesar de hierarquicamente subordinado, o saber técnico que mais ninguém detém na fábrica constitui um capital suficiente para lhe conferir uma autonomia relevante. A este respondem o mecânico (manutenção), a trabalhadora da limpeza e todos os outros directamente afectos aos sectores produtivos, incluindo os pequenos chefes dos sectores que os possuem. Em relação aos restantes, o poder hierárquico é partilhado pelo gerente e pelo chefe da produção.

¹⁴ No caso do Brasil, é conhecido o papel relevante que as missões religiosas, em especial a dos jesuítas, desempenharam na exploração dos engenhos e da força de trabalho (v. S. Leite 1953 e Cidade s.d.). Sobre as origens do escravagismo atlântico e suas articulações com o desenvolvimento posterior do salarizado v. Boutang 1998.

É com a força do óbvio que se constata que os dois lugares de chefia efectiva – avaliada em termos de autonomia, controlo de recursos e dependência hierárquica – são ocupados por homens. A eles cabe a responsabilidade da gestão diária da fábrica, com o gerente centrado nos aspectos administrativos e o chefe da produção no controlo das tarefas diárias realizadas pelos operários. Embora não submetendo os operários a pressões intimidatórias permanentes, não deixam de ser reconhecidos por estes como os representantes do poder patronal e, mormente, dos seus interesses. O poder e a autoridade, que os operários aprendem a reconhecer e a tomar em consideração nas suas práticas desde os primeiros momentos da sua admissão na fábrica fazem-se anunciar no próprio uso do espaço fabril. Se em muitos casos é frequente a divisão entre os que estão em cima, no andar superior ocupado pela direcção e administrativos, face aos que estão em baixo, na zona da produção (v. Moulinié 1993), na fábrica nova a separação é ainda mais física. Enquanto que os operários ocupam o edifício principal, o gerente tem o seu pequeno escritório num outro edifício, muito próximo da entrada da fábrica. Esta distinção espacial prolonga-se para além do próprio tempo de trabalho, na medida em que o gerente e o encarregado tomam as suas refeições no edifício de alvenaria que lhes serve também de alojamento, ao passo que os operários almoçam no espaço exterior, à sombra de uma das árvores aí existentes, e têm as suas habitações familiares para dormir. Ou seja, o poder exprime-se não apenas sob a forma de ordens ou sanções mas também nas práticas quotidianas e nos usos diferenciados do espaço.

Em Moçambique a actuação das chefias está severamente condicionada pelo espectro do desemprego que afecta hoje o trabalho mais qualificado. A destruição da estrutura industrial fez com que os conhecimentos técnicos e as experiências de trabalho velhas de décadas de nada sirvam. Nestas circunstâncias, a margem de manobra das chefias é substancialmente reduzida, bastante mais do que nos contextos em que as relações entre capital e trabalho são menos desiguais. Aproximando-se dos restantes operários pelo facto de não serem detentores dos meios de produção, as chefias afastam-se deles enquanto agentes do poder patronal, responsáveis pelo cumprimento dos ritmos de produção e da disciplina estabelecidos. Ou seja, “a posição dos encarregados é, efectivamente, a mais ambígua no âmbito do sistema de poder da empresa. É o lugar de fronteira que marca a clivagem classista entre o poder operário e o capitalista” (Estanque 2000: 266). Embora possam, na interacção face-a-face proteger os seus subordinados, sobretudo aqueles com quem estabeleceram relações de cumplicidade e de protecção por variadas razões, nos momentos graves como greves e outros conflitos abertos tomam sempre o partido do patrão contra os operários. Como justamente assinalou um operário, acerca do chefe de produção, “sabe muito mas não tem

para onde ir. As empresas por onde passou estão todas fechadas. Por isso toma sempre o partido do patrão contra os trabalhadores” (IR8).

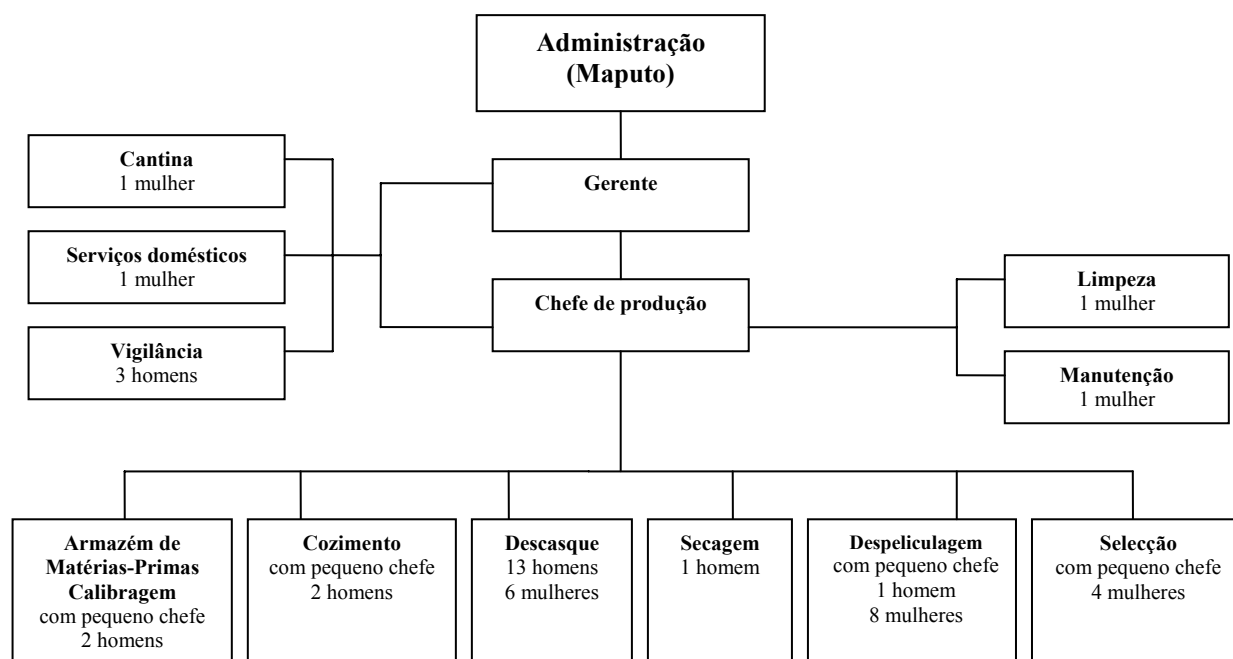


Figura 35. Organograma da fábrica nova

Em termos de distribuição ocupacional, 80% dos trabalhadores estão directamente afectos a tarefas produtivas, com um peso muito forte do sector do descasque (41% da força de trabalho da fábrica). O peso do sector do descasque em termos de afectação da força de trabalho deixa denunciar que não foi por mero acaso que a mecanização desta indústria começou por ali. Apesar de, obviamente, existirem outros factores relevantes (v. capítulo V). A pequena afectação de força de trabalho à manutenção e aos serviços administrativos não faz mais do que tornar flagrante o carácter artesanal dos mecanismos e artefactos utilizados na produção e a extrema simplicidade das tarefas administrativas. De facto, em cada um destes sectores trabalha apenas um indivíduo. Note-se ainda que compete ao gerente tudo o que tem a ver com o trabalho burocrático que, por princípio, deveria ser desempenhado por administrativos debaixo do seu controlo hierárquico.

O grosso da força de trabalho masculina desempenha tarefas nos sectores considerados próprios dos homens, como a calibragem, a cozedura, a manutenção e a vigilância. No descasque, um outro sector considerado masculino, têm a companhia de seis colegas do sexo

feminino. Às mulheres estão entregues as tarefas consideradas adequadas à sua condição, tais como despeliculagem, selecção, limpeza e serviços domésticos, sectores onde não encontramos qualquer homem. No essencial, a fábrica reproduz as diferenças ocupacionais segundo o sexo existentes noutros espaços da vida quotidiana, em especial no doméstico, no qual as mulheres estão vinculadas a trabalhos ligados à produção, manuseamento e confecção de alimentos, muitos deles exigindo destreza manual:

Isso depende da natureza do próprio trabalho. A maneira como se faz o trabalho [de despeliculagem e de selecção] merece mesmo para senhoras. É um trabalho com todo o jeito de uma senhora. O que é o trabalho de uma selecção? As senhoras em casa estão a seleccionar amendoim para poderem preparar as comidas, lá também estão a seleccionar amêndoa da mesma espécie. Praticamente ali é simples para ter flexibilidade de trabalhar (Muthemba, CAu23).

Esta situação tem consequências ao nível da mobilidade no espaço da produção. Todas as operárias não podem aspirar a mais do que serem chefes do sector da despeliculagem ou da selecção, posições que não as libertam, sobretudo a primeira, do cumprimento da tarefa em condições idênticas às das suas companheiras. Apesar de não existirem canais de mobilidade no espaço da produção, a condição de mulher, mesmo a executar tarefas de alguma exigência, como na selecção, funciona como um factor limitativo. Quanto aos homens, a mobilidade dá-se ao nível horizontal, mudando de função na estrutura produtiva, sem que tal signifique uma promoção na cadeia hierárquica ou uma melhoria salarial. Contudo, isto não quer dizer que para os operários lhes seja indiferente a tarefa desempenhada. Muito pelo contrário, todos encaram como uma efectiva promoção a passagem do descasque para os sectores da calibragem, da cozedura ou da estufa. Estes permite-lhes libertá-los da tirania da tarefa que marca o ritmo, mói o corpo e define o acesso ao salário. Quer dizer, libertam-se do controlo opressor que o desenho do sistema técnico exerce sobre eles. São sectores que exigem algumas competências escolares, nomeadamente ao nível do cálculo, pelo que a eles só têm acesso operários escolarizados. Saliente-se ainda que, tal como acontece com as duas pequenas chefes da despeliculagem e da selecção, os sectores da calibragem e da cozedura têm, cada um, o seu pequeno chefe. Este último partilha com o mecânico da manutenção a importante tarefa de controlo das pesagens.

Como se verá, a transformação da castanha (a matéria-prima) em amêndoa de caju (o produto final) implica a combinação de operações técnicas precisas ao longo de diversas fases que envolvem matéria-prima, instrumentos de produção e actores sociais, com os seus saberes

e gestos, enquadrados por um dispositivo de organização do trabalho, que inclui gestão do tempo, controlo e vigilância. Segundo Martinelli (1991: 66) o estudo duma cadeia operatória deverá visar a identificação do modo como os actores sociais organizam as operações técnicas, como as dispõem numa dada ordem por eles definida. No caso da fábrica nova, como para qualquer outro contexto de trabalho industrial comandado por lógicas organizacionais tayloristas, a organização e a definição da ordem produtiva é definido por quem define o sistema técnico. O seu estudo coloca em evidência não apenas os aspectos técnicos e o modelo de organização engendrado, como salienta também o carácter social da produção, quer dizer, a necessidade dos operários colocarem em prática formas de coordenação do trabalho e de cooperação no espaço de produção.

Passemos, então, à descrição das tarefas produtivas da cadeia operatória (v. quadro 17 e figura 36). O seu controlo e coordenação combinam a supervisão e vigilância directa, típica das estruturas simples, com os mecanismos que incidem sobre a realização da tarefa, característicos da burocracia mecanizada (v. Mintzberg 1995). A maior parte da castanha está armazenada no edifício fabril, na área do descasque, despeliculagem e selecção. Alguns sacos estão guardados num pequeno armazém, localizado junto ao coberto onde se procede à calibragem da castanha. É por aqui que o processo produtivo se inicia, com o carregamento da castanha para se proceder à sua calibragem. Através de uma máquina calibradora accionada manualmente, a castanha é seleccionada segundo o seu calibre – 19, 21, 23 e superior a 25 mm de diâmetro – para facilitar o descasque posterior. Ao trabalhar com castanha de dimensão homogénea, os operários do descasque podem afinar as máquinas e os gestos para garantir uma maior rapidez e uma menor percentagem de amêndoa partida. Efectuada a calibragem, a castanha passa para a autoclave, habitualmente designada por caldeira, operada por dois trabalhadores. Com capacidade para 320 kg, a castanha é cozida através da injeção de vapor de água durante 40 minutos.¹⁵ Depois de retirada da autoclave, a castanha cozida é espalhada no chão de cimento para repouso até ao dia seguinte. Concluída a tarefa, o pequeno chefe deste sector ocupa, como já foi referido, o resto do tempo de trabalho com a pesagem da castanha e da amêndoa processadas nos sectores do descasque e da despeliculagem.

¹⁵ Em finais de 2001 a fábrica estava a processar somente 400 kg de castanha por dia, o que obrigava a duas operações de cozimento. Trabalhando em turno único, a produção diária máxima é determinada pelo número de máquinas de descasque montadas: 27. Se operadas por dois trabalhadores, descascando 40 kg/dia, a produção diária pode atingir os 1.080 kg. Ou seja, a capacidade produtiva utilizada (para turno único) da fábrica era, aquando trabalho de campo, inferior a 40% da instalada.

Quadro 17. Cadeia operatória do processamento da castanha de caju na fábrica nova

	Castanha <i>in natura</i>	Castanha calibrada	Castanha Cozida	Amêndoa sem casca	Amêndoa estufada	Amêndoa sem película	Amêndoa seleccionada
	Armazenagem	Calibragem	Cozimento	Descasque	Secagem	Despeliculagem	Seleção
Instrumentos de produção	Sacos de serapilheira. Carrinho de mão.	Calibrador. Latas de alumínio. Sacos de serapilheira.	Caldeiras de vapor e de cozimento. Bomba de água, forno, manómetro de temperatura da água e relógio para controlo do tempo de cozimento.	Bancada com máquina de descasque. Faca pequena para separação completa da amêndoa da casca.	Estufa. Forno. Motor diesel. Manómetro de temperatura da estufa.	Bacias de plástico. Peneiras de pequena dimensão para uso manual. Faca pequena para separação completa da amêndoa da película.	Bacias de plástico. Cadernos para registo da produção.
Actores sociais, saberes e gestos	Homens. Trabalho braçal não especializado. Enchimento dos sacos, empilhamento e transporte da castanha para o calibrador. Estes trabalhadores são também responsáveis pela calibragem.	Homens. Trabalho braçal. Exige um conhecimento rudimentar da numeração. Colocação da castanha no calibrador com o auxílio de latas de alumínio. Movimentação manual do calibrador.	Homens. Trabalho braçal. Exige um conhecimento rudimentar da numeração e do tempo horário. Movimento manual da bomba de água.	Homens. Nesta fase operatória trabalham também 6 mulheres. Trabalho corporal exigindo uma grande coordenação de movimentos. Aprendizagem mais demorada (4 a 8 semanas).	Homem. Exige algumas competências técnicas no domínio mecânico e um conhecimento rudimentar do tempo horário.	Mulheres. Trabalho manual simples e repetitivo. Aprendizagem muito rápida, quase imediata. Não exige qualquer competência escolar ou técnica.	Mulheres. Trabalho manual de aprendizagem demorada e relativamente complexa. Exige um conhecimento preciso de todos os tipos de amêndoa, implicando um treino visual apurado e uma literacia rudimentar.
Tempos de trabalho	Execução da tarefa diária prevista. Normalmente das 5H00 às 14H30, com interrupções para o “mata-bicho” e o almoço.				Execução da tarefa diária prevista. Normalmente das 07H00 às 18h00, com interrupções para o “mata-bicho” e o almoço.		
Formas de controlo	Vigilância directa da hierarquia. Controlo da castanha movimentada.			Cumprimento da tarefa prevista, aferida por pesagem. A vigilância directa da hierarquia tem um papel secundário.	Vigilância directa da hierarquia. Controlo da amêndoa movimentada.	Cumprimento da tarefa prevista, aferida por pesagem. A vigilância directa da hierarquia tem um papel secundário.	Vigilância directa da hierarquia. O controlo por pesagem e registo das quantidades apuradas é fundamental.

Nota: Para a visualização das diversas fases da cadeia operatória v. o filme *Salvador* (Ribeiro 2003).

A seguir a castanha é sujeita ao descasque. Fase mais suja e violenta do processo produtivo, cada operário está obrigado a descascar por dia 20 kg, dos quais têm de extrair 5 kg

de amêndoa inteira. O trabalho só é dado como concluído após o descasque de todas as castanhas recebidas no início da manhã. Permanentemente submetidos à pressão imposta pelo cumprimento do duplo objectivo, o descasque da quantidade prevista é alcançada por todos. O problema coloca-se na obtenção dos 5 kg de amêndoa inteira. Ficar aquém deste objectivo pode dar origem, num primeiro momento, à perda de remuneração e, no caso de tal se verificar de modo sistemático, ao despedimento. Nenhum dos operários tinha conhecimento do funcionamento das máquinas e do processo. Aprenderam com os colegas e o com o chefe de produção, este último com conhecimentos adquiridos junto dos técnicos fabricantes dos equipamentos e das observações efectuadas noutras fábricas que estavam também a dar os seus primeiros passos nesta tecnologia. Utilizado nalgumas fábricas nos anos 50 e 60, o descasque semi-mecânico foi durante a última década da presença colonial substituído pelos grandes sistemas de descasque mecânico que provocaram o desaparecimento dos saberes e modos de operação necessários ao seu accionamento. Impunha-se, pois, recomeçar. São, precisamente, os chefes e alguns operários já “iniciados” que vão ter o encargo das primeiras disseminações do saber-fazer essenciais a uma exploração produtiva das máquinas, explicitando as funções básicas de manuseamento, principais operações e movimentos corporais a efectuar:

Apesar de manifestamente não terem uma cultura industrial prévia – como a poderiam ter se muitos deles, como vimos, não possuíam sequer experiência de trabalho assalariado? – os operários rapidamente incorporaram um saber-fazer (e um saber-estar) adequados a um espaço de produção marcadamente proto-taylorista:

A aprendizagem do trabalho é como uma criança. É preciso começar lentamente, crescer devagar até chegar a grande. A empresa tem de ter lucro, a castanha custa muito dinheiro, não se pode estragar (Rogério, CV17).

Separada a casca da amêndoa, os operários sujeitam-se às diversas operações de pesagem, essenciais para o controlo da boa qualidade do seu trabalho. Os mais rápidos concluem o trabalho pouco após o meio-dia. O mais tardar pelas 14H30 esta fase está encerrada. Pode, então, avançar a fase da secagem da amêndoa. Colocada em tabuleiros no interior da estufa, é sujeita a uma temperatura de cerca de 75°C durante quatro horas, através do ar quente aquecido pela caldeira e introduzido naquela com o auxílio de um motor a gasóleo. Terminada a tarefa, a amêndoa é sujeita a um arrefecimento progressivo por via da saída controlada do calor através dos respiradores existentes na estufa. Só será retirada no dia seguinte para seguir para a despelículagem. Distribuída pelas operárias, a amêndoa é

despeliculada com o auxílio de pequenas facas. Cada uma tem como tarefa diária despelicular 13 kg dos quais oito devem corresponder, após a retirada da película, a amêndoa inteira, num trabalho monótono, feito de gestos estereotipados repetidos sem cessar, quase até à exaustão.

Concluída esta fase, o processo de transformação da castanha de caju na fábrica está praticamente a chegar ao fim. A selecção é a derradeira operação da cadeia produtiva na fábrica. O trabalho começa pela separação da amêndoa em diversas categorias: inteira, partida, *dessert* e podre. Seguidamente, separam a amêndoa em branca e amarela, em função da cor apresentada. Por fim, as operárias “tiram o número”, isto é, seleccionam a amêndoa inteira por tamanho. Após este procedimento, a amêndoa está pronta para ser transportada para a “cozinha” da Matola,¹⁶ cidade vizinha de Maputo. Escasseando as caixas plásticas e não existindo máquina de empacotamento a vácuo, a castanha é transportada em condições muito precárias, dentro de sacos plásticos que ameaçam romper a qualquer ressaltado mais pronunciado do percurso de quase 300 km. Chegada à Matola, é preparada para a venda a retalho. Para isso começa-se por lhe adicionar diversos sabores, conforme as preferências e a procura existentes. Os mais frequentes são do tipo “salgado”, “piri-piri” e “chocolate”. Enquanto os primeiros tipos exigem uma fritura prévia de alguns minutos, para a adição do chocolate basta um mergulho rápido neste produto aquecido até ao estado líquido. Acondicionada em embalagens adequadas à venda a retalho, a amêndoa está finalmente pronta para ser colocada no mercado.

¹⁶ Trata-se de um pequeno edifício onde se prepara e acondiciona a amêndoa para a sua colocação no mercado.

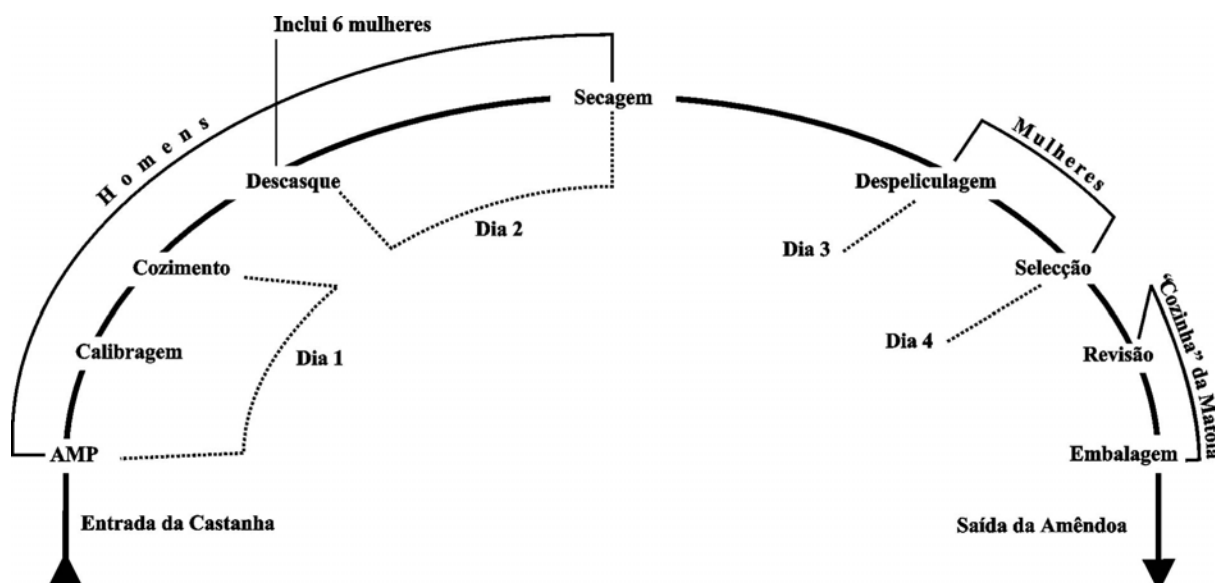


Figura 36. Cadeia operatória da fábrica nova, com distribuição de funções por sexo e tempos de produção

O ciclo de produção da fábrica velha, desde que a castanha sai do AMP até que a amêndoa está pronta para ser enviada para a Matola, é de quatro dias. Relativamente longo, ele é definido pelas especificidades da matéria-prima e do processo tecnológico usado. O ciclo de processamento da castanha de caju obedece a uma lógica e a tarefas muito precisas. Os tempos de execução são definidos em função do lugar que as tarefas ocupam na cadeia produtiva, em especial em relação às que se colocam a jusante. Assim, os operários da cozedura trabalham de domingo a quinta para garantir, por um lado, o abastecimento do descasque e, por outro, evitar que a castanha permaneça em repouso, entre a cozedura e o corte, um período superior a 24 horas, de modo a conter perda de humidade e a concomitante diminuição do peso final da amêndoa.

Tudo isto tem implicações para a organização dos tempos de trabalho dos operários e na articulação do labor na fábrica com as actividades na machamba. Com a excepção das operárias da despeliculagem e da selecção, cuja hora de entrada é às 7 horas, todos os outros entram na fábrica por volta das 5 horas. Como a maioria dos operários estão sujeitos ao cumprimento de uma tarefa diária, a entrada na fábrica não obedece a um horário rígido. Porém, todos aqueles que começam às 5 horas afadigam-se para chegar bem cedo à fábrica, antes mesmo da abertura do portão de entrada. O objectivo é começar logo que o acesso ao espaço da produção é facultado pelo encarregado, de forma a concluírem o trabalho e regressarem a casa ainda com algumas horas de sol pela frente para as consumirem nas suas

machambas. Já as operárias da despêliculagem e da selecção, cuja entrada na fábrica é pelas 7 horas, passaram primeiramente pelas machambas, onde consumiram pelo menos duas horas de actividade produtiva.

Iniciado o trabalho, a primeira paragem é pelas 9 horas para “mata-bichar”. Os mais atrasados ou pressionados pela execução da tarefa “saltam” este tempo, continuando a trabalhar até às 12 horas, que traz a paragem obrigatória para o almoço. Durante uma hora o espaço fabril é encerrado, evitando-se os roubos de amêndoa, e todos se reúnem no exterior da fábrica: os homens debaixo das árvores, as mulheres quase todas sob o coberto onde aquecem a comida e a água para o chá. O trabalho é retomado pelas 13 horas. Para os mais lesto do descasque, o dia na fábrica está quase terminado, faltando apenas o controlo do trabalho efectuado. Para os outros ainda restam algumas horas pela frente até que a jornada possa ser dada como ganha.

A execução de tarefas produtivas implica aprendizagens ligadas à transmissão de saberes. Seguindo a regra dominante em qualquer contexto industrial taylorista, a aprendizagem faz-se no posto de trabalho, com base no ver-fazer.¹⁷

Na minha entrada cheguei a ir ter com o Mapossa. Deu-me uma máquina, então pesou quinze quilos nesse primeiro dia. Então mostrar a forma como se bate a castanha, se casca a castanha. Era uma lata e meia. Não cheguei de aguentar de acabar. No segundo dia continuei com a tarefa de ontem. Acabou uma semana quase sem aguentar acabar a tarefa. Mas pela tentativa de eu querer o trabalho, eu consegui, eu estive muito preocupado para conseguir fazer este trabalho como os meus colegas. Chegou a uma certa altura eu ver que já vai pouco a pouco até conseguir como agora. Agora já trabalho do meu poder. A preocupação que eu tenho é de ter que ganhar os [vinte] quilos que a empresa precisa.

Não pedi a uma pessoa para me vir ensinar. É a própria empresa que obriga alguém a me ensinar. Além de eu ver os amigos. Houve uma pessoa que era chefe de brigada que veio ao pé de mim ensinar-me (Rogério, CV15).

Esta forma de aprendizagem baseada na observação do trabalho realizado pelos colegas mais experientes e nas instruções fornecidas por aqueles que possuem mais conhecimento e treino corresponde ao padrão de aprendizagem de ofícios definido por Bourdieu (1989: 22): reprodução dos saberes de prática para prática, baseados no contacto quotidiano entre aquele que ensina e aquele que aprende, modo de transmissão de saberes utilizado nas sociedades sem escrita e sem escola que também é aplicado em sociedades com

¹⁷ Os mecanismos do processo de aprendizagem fábrica nova são, no essencial, idênticos àqueles que me foram narrados pelos antigos operários da indústria das “duas rodas” em Águeda (v. Ribeiro 1996 e 1998) e aos descritos por Durão (2003) para as oficinas de tipografia. Para o contexto francês v., entre outros, Cornu (1991) e Lazier (1989).

escrita e escola.¹⁸ Ou seja, apesar da penetração destas em Moçambique, a observação e a prática continuam a ser os mecanismos centrais de aprendizagem dos saberes industriais. Mais importante do que a explicação dada por aquele que sabe ao que está a aprender, é o ver-fazer. Como sublinha Chamoux (1996), mesmo quando uma dada operação técnica é apreendida por observação, a sua prática é indispensável para a boa execução, pois há um vasto conjunto de dimensões às quais apenas podemos aceder pela experiência directa do corpo com os instrumentos e a matéria. A aprendizagem implica a aquisição de automatismos, uma coordenação motora de gestos que não necessitam de estar sujeitos a qualquer controlo reflexivo, como quando comemos ou caminhamos. Por outras palavras, a aquisição de um dado saber técnico implica um saber processual por contraponto ao saber conceptual dominante nas instituições escolares (Tanon 1996).

A aprendizagem no espaço de produção não se esgota, sublinhe-se, na aquisição da competência técnica para a correcta execução da operação necessária à realização da tarefa. De facto, ela possui também uma dimensão relacionada com o modo de estar na fábrica, o conhecimento preciso do que é permitido fazer, das posturas e discursos a adoptar aceites pelo poder nela instituído, quer dizer, comporta uma aprendizagem dos modos de estar e de pensar dos operários. Enfim, uma disciplina corporal de trabalho adequada às necessidades da produção industrial que contribui para a integração e a socialização dos operários na organização fabril.¹⁹

5. “Temos de marcar”: o trabalho na fábrica

O quotidiano laboral é feito de tempos e gestos monótonos que consomem a vida de homens e mulheres. De vidas humanas lutando pela vida, dia após dia, semanas e meses a fio. De resignação que nos momentos mais agudos se transforma em revolta. De um tempo de vida trocado por um salário que não tem qualquer relação com as necessidades vitais do trabalhador. Este regime salarial, dominante nos países periféricos, configura uma situação de sobre-exploração do trabalho, isto é, captação da *substance vivante* do trabalhador, por via da diminuição da saúde devido a doenças profissionais, violação da integridade física sob a forma de acidentes de trabalho e redução da esperança de vida. Todas estas formas de

¹⁸ Para uma análise comparativa dos processos de aprendizagem em sociedades com e sem escola, em estreita articulação com a memória, v. Goody (1997).

¹⁹ Sobre o corpo e as técnicas v. Durand (2002: 275ss).

extracção do lucro através da mutilação da vida do trabalhador não só escapa ao cálculo salarial da empresa como implica que o salário seja inferior ao custo da sua remuneração (Meillassoux, 1997: 13ss). Por outro lado, e como atrás foi exposto, para evitar o seu desaparecimento físico os trabalhadores têm de articular o salário fabril com outros rendimentos, normalmente alcançados no espaço doméstico. Ora, se é verdade que “os seres humanos não foram eficientemente projectados para um sistema capitalista de produção” (Hobsbawm 1996: 406), nele é possível que o custo com a força de trabalho humana seja, em determinadas circunstâncias, como aquelas que ocorrem presentemente na indústria do caju em Moçambique, e ao contrário do que defende Hobsbawm, inferior ao custo necessário para manter os seres humanos vivos a um nível aceitável.

A trabalhar desde o primeiro dia útil de Novembro de 2001, o ambiente na fábrica não era o mais animador. No ar pressente-se uma certa tensão que tinha a ver não só com a urgência decretada pelo cumprimento da tarefa, mas também com a incerteza do futuro da fábrica. Estava-se em plena campanha da castanha, alguns operários já ofereceram parte da sua produção à fábrica, porém não quiseram comprar. Fala-se num empréstimo de 6.200.000.000 de mt concedidos à empresa para adquirir matéria-prima, mas que terá sido utilizado para outros fins: “São como os monhés, querem ganhar logo” (IR7). À medida que os dias de Dezembro se vão consumindo a inquietação cresce. Todos eles aguardam com ansiedade que o dinheiro para o pagamento do salário, de que desconhecem o valor exacto, do mês vencido chegue de Maputo:

Quando receber posso fazer tudo o que eu quero. Ainda tenho fome na minha casa. Como ainda não recebi, a minha capacidade não fica satisfeita. Eh, pá, dá muita falta na minha casa. Por exemplo, com a falta de dinheiro a pessoa tem muitas coisas que não chega a conseguir fazer. Tenho grande falta desse dinheiro. Parece que está demorado. Sempre o dinheiro vem de muito longe. Trabalho para receber. Sim, mas como ainda não fui expulso estou a fazer o outro enquanto espero este. Pode atrasar mas como o patrão já está a dever-me a mim não há problema. É que a pessoa da casa é grande. E fome da casa também é grande. Ali na minha casa não tenho nada através de dinheiro que está a dar falta. Para comprar roupa, comida, ir no hospital e etc. Eu queria comprar redes para pescar peixe. É uma vantagem também para mim. Tenho falta de documento. Não posso arrancar mandioca e dar aqueles que fazem documento. Então tenho de trabalhar no patrão, receber dinheiro e isso é que vai conseguir essas coisas. Se não trabalhar no patrão como vou conseguir? Nada, ninguém consegue. (Rogério, CV15/16).

Trazendo ao texto a descrição etnográfica deste quotidiano de trabalho, o dia começa muito cedo para todos os operários da fábrica. A noite já cedeu o seu lugar à luz de um dia

que se anuncia quente e húmido. Um dia como qualquer outro, apenas perturbado pela presença, faz já algum tempo, de “um mulungo de Lisboa”. Os operários, quase todos homens do sector do descasque, vão chegando. Vindos de todos os pontos cardeais, alguns percorrem distâncias de mais de cinco quilómetros, uma hora de caminho a boa passada, para mais uma jornada de trabalho dura e suada em troca de um salário incerto, sem dia regular de chegada que, em todo o caso, não é suficiente para assegurar a reprodução social do operário e da sua família. A caminhada é guiada pela freima de não se atrasarem e pelo cumprimento da tarefa atribuída. Para cada um dos operários de descasque são cinco quilos de amêndoa inteira extraídos de 20 kg de castanha; para cada uma das operárias da despeliculagem são 13 kg de amêndoa a despelicular, dos quais 8 kg têm de ser inteira.

Sabem que os seus salários dependem da boa execução das tarefas diárias estabelecidas pela gerência da fábrica. Não se trata, todavia, de remuneração à hora ou à jorna. O valor do salário está mensalmente fixado. Para o auferir sem qualquer redução, cada operário deverá produzir de acordo com o definido pela empresa. Sempre que não o consegue, o trabalhador pode não “marcar”, isto é, o dia de trabalho é dado como perdido. Quando o incumprimento é sistemático, o trabalhador é despedido. Na prática, e atendendo à má qualidade da matéria-prima e às dificuldades colocadas à despeliculagem pelo processo tecnológico utilizado, existe uma relativa flexibilidade que não pode, em caso algum, afastar-se muito da média alcançada em cada sector. Por exemplo, é com frequência que os operários do descasque não atingem os 5 kg de amêndoa inteira, ficando-se por valores que rondam os 4.5 kg, não decorrendo daí qualquer penalização. Estas regras têm um significado bem preciso para os operários do descasque e da despeliculagem que constituem quase dois terços da força de trabalho da fábrica. A boa execução das suas tarefas é aferida pela pesagem, sempre presente na vida da fábrica. Mecanismo de vigilância indirecta dos comportamentos dos operários, incluindo os relacionados com os pequenos roubos de castanha e de amêndoa, é o principal instrumento de controlo da produção, influenciando os ritmos e, através destes, a duração do tempo de trabalho. Mais do que o trabalho subordinado a um horário, como acontece, em regra, nas empresas fordistas, estes operários estão sujeitos à realização de uma tarefa. Em suma, estas condições contratuais concedem ao detentor do capital uma cálculo preciso da intensidade do trabalho e, por outro lado, constituem uma fonte inesgotável de pretextos para reduzir os ganhos dos operários [Marx 1974 (1867)].

Até que o encarregado abra o portão do pavilhão principal da fábrica, alguns operários entretêm-se a conversar no espaço amplo em redor. Outros mantêm-se silenciosos, de pé ou sentados no passeio que debrua a casa-cantina-escritório da fábrica. Por fim, o portão é aberto.

A luz do dia ainda é escassa. Com o interior da fábrica praticamente na penumbra, os operários entram sem atropelos, é certo, mas em passo acelerado. Todos têm bem presente as tarefas que os esperam:

Entra-se no serviço às cinco horas. Abre a fábrica. A gente entra, prepara a pesar castanha, cada qual com a sua máquina e os seus quilos de castanha nas latas. Começa a cascar, acaba-se de cascar, passa para o outro lado, a tirar uma por uma no seu lugar, na lata. As inteiras põe na lata dele, as partidas, que são rachadas, põe na sua lata, os podres também, casca põe no saco. Depois disso leva-se para a balança, ir a pesar para saber quantos quilos tirou por dia. É a sua tarefa. Se conseguir você tem mais valor. Teve de trabalhar com o objectivo de conseguir esses cinco quilos. Se conseguir esses cinco quilos vai para casa satisfeito. Está muito satisfeito porque aquilo que o patrão quer conseguiu fazer. Se não conseguiu vai em casa e está um pouco fraco por causa de saber que não trabalhou bem. Se amanhã conseguisse era bom para a minha pessoa, para ser bom trabalhador. São muitas horas mas como eu já habituei... (Rogério, CV15).

O silêncio dá lugar aos ruídos próprios de muitas actividades fabris. Passos, vozes, o matraquear monótono das máquinas artesanais, o crepitar da fornalha e o ribombar do motor de explosão que mete ar quente no interior da estufa mais para o fim do dia, quando os operários do descasque já largaram as suas máquinas.

Os operários do sector do descasque começam por se dirigir à zona da caldeira e da estufa, onde encontram a castanha, cozida no dia anterior, espalhada pelo chão de cimento. Com a ajuda de uma pequena vassoura de caniço apanham e metem a castanha em latas de alumínio para logo as despejarem para sacos de serapilheira. Depois de aferido o peso, dirigem-se com as castanhas para junto das suas bancadas de trabalho, onde cada operário esvazia o saco em duas ou três latas de alumínio, colocadas em redor daquelas. A primeira lata é de imediato despejada em cima da mesa da bancada. Começa a fase principal e mais extenuante do seu trabalho. Com um pé no chão e um outro no pedal que controla o avanço da lâmina ao encontro com a sua irmã gémea fixa, o operário concentra o olhar nas mãos que afeiçoam a máquina. A esquerda pega na castanha e coloca-a entre as duas lâminas, o pé esquerdo carrega no pedal que faz avançar a lâmina, esta corta a casca da castanha, com a força bem doseada e habilidade bastante para que a amêndoa não seja ferida. Feito o golpe, com a direita levanta o apoio onde está fixada a outra lâmina, de modo a libertar a casca cortada. Requerendo alguma perícia, nem por isso esta tarefa lhes proporciona grandes possibilidades de mobilidade laboral. É um tipo de função operativa muito especializada que não tem interesse fora do sector. Como dizia um operário, avaliando o seu trabalho, “quem

quer um descascador?” Resta-lhes, porém, uma magra consolação: a execução da tarefa diária é mais rápida do que na despelículagem e na selecção, em média menos uma hora, tempo esse que podem alocar ao trabalho nas suas machambas.

Apesar da simplicidade do equipamento e da sua comprovada robustez e fiabilidade, por vezes surgem problemas técnicos, quase sempre relacionados com a afinação das lâminas, elementos fulcrais para uma boa produtividade do trabalhador. Uma máquina mal ajustada não afecta apenas a cadência produtiva mas também o corte que, muitas vezes vai mais além da casca, ferindo a amêndoa e, não raro, quebrando-a. Sempre que tal sucede o operário solicita a presença do mecânico que procede à sua reparação com o auxílio de uma chave-inglesa, muito engenho e alguma força física.

Assentando a remuneração na realização de tarefas, medidas diariamente, a cadência do ritmo de produção não é imposta pela máquina mas pelo próprio operário que a opera. Quer dizer, apesar de lhe competir parte relevante da gestão do tempo e ritmo de trabalho, a sua liberdade é muito limitada, pois o volume daquilo a que está obrigado produzir, conjugado com a urgência de trocar a fábrica pela machamba, não lhe dá grande margem. As interrupções do trabalho são sempre escassas e breves, os diálogos com os colegas não podem afectar a cadência produtiva:

Acabar à pressa para ir fazer coisas em casa, ir na machamba para ajudar a senhora. De manhã cedo ela vai na machamba. De manhã eu vou no serviço. Se eu sair daqui cedo vou em casa ajudar a senhora a cultivar e a capinar. Se não trabalhar na machamba não vou ter dinheiro. Eu gostar do patrão. É por isso que eu vou de manhã no patrão. Do patrão receber o dinheiro (Rogério, CV15).

A isto juntam-se, muitas vezes, outras preocupações. A doença da mulher ou de um filho, as privações do quotidiano, enfim, a vida que está lá fora. Sigamos de perto um caso: “Ontem fiquei preocupado com a minha mulher porque ela estava doente. Mas hoje eu estou satisfeito porque aquela doença já está melhor. Ela foi mordida pelo escorpião. Eu estou satisfeito porque hoje ela saiu para a machamba” (Rogério, CV16). Tudo isto lhe altera a rotina. Passou a noite em claro, cabe-lhe a ele ir buscar a água ao poço. Com amargura mas sem arrelia lamenta-se de ter apenas uma mulher. Mas como ter duas mulheres se não tem dinheiro para tal? Elas podem trabalhar nas machambas, produzir os alimentos necessários à dieta alimentar da família, mas compete-lhe a ele providenciar o dinheiro necessário para se adquirirem as capulanas e tudo o resto que só se vende nas lojas. Fala também de um desejo, quase um sonho, algo aparentemente tão simples e humano que aqui casa com impossível: um

emprego sem tarefa, para ele sinónimo de libertação de uma forma extrema de crueldade e tirania no espaço da produção. Na própria fábrica ou, em alternativa, num outro sector de actividade, na construção civil, nos serviços, no que for, contando que os coloque ao abrigo do trabalho à tarefa. Mas como mudar, se não há trabalho assalariado? Resta a hipótese da fábrica, mas os lugares sem tarefa ao peso são escassos. Neste caso, a ocupação de uma outra posição no espaço de produção depende sobretudo do bom trabalho realizado, da posse de algum capital escolar e de uma certa desenvoltura, isto é, de ser capaz de “ir ao escritório pedir”, quebrando a inibição que tolhe a acção dos subordinados quando a distância hierárquica é grande e estão sob precarização extrema. Não quer isto dizer que a proximidade relacional e os favores prestados não estão presentes em alguns casos. Por exemplo, a trabalhadora de serviços domésticos – tarefa ambicionada por muitas das operárias, por não estar sujeitas a ritmos de produção intensos e de não depender o salário do seu cumprimento – vai consolidando o seu lugar prestando alguns favores (sexuais) a um dos chefes.

Reconhecidamente considerada pela generalidade dos trabalhadores como o sector mais pesado e duro de todos os que existem na fábrica, no descasque trabalham seis mulheres. Sem dificuldades, acompanham os homens na execução da tarefa diária. Uma delas é, de longe, a operária mais produtiva do sector. Mantendo um silêncio absoluto durante toda a jornada de trabalho, com o olhar fixo na sua bancada, imprime às suas mãos e pé um ritmo impressionante. É sempre, sem excepção, a primeira a cortar os 20 kg de castanha que lhe foram entregues pela manhã, dela extraíndo quase sempre os exigidos 5 kg de amêndoa inteira. Não obstante a penosidade deste trabalho, todos o aceitam, não sem alguma resignação: “Que fazer, precisamos de trabalhar”.

Passando para o sector da calibragem, os dois operários a ele afectos já começaram há muito. Com a ajuda do carrinho de mão transportam os sacos de castanha para junto da máquina calibradora. Sem pressas, enquanto um vai rodando a manivela do calibrador, o outro vai despejando para o seu interior a castanha que, saltitando no interior do tambor, acabará por sair pelos orifícios de tamanhos diferenciados para os sacos de serapilheira que estão atados às suas quatro “bocas” localizadas na sua parte inferior.

No sector da cozedura os seus dois operários iniciaram também as suas tarefas. Enquanto um deles deu já uma ajuda no transporte dos sacos de castanha para a calibragem, o outro, responsável pelo sector, acendeu o fogo feito de cascas de castanha para aquecer a água até ela se transformar em vapor. De seguida prepara o enchimento da caldeira da castanha. Colocando-se em cima do parapeito onde ela está assente, vai despejando no seu interior, com a ajuda de um funil metálico, a castanha das latas de alumínio entregues pelo colega.

Encerrada a escotilha da caldeira de cozedura, é necessário introduzir água na caldeira do vapor, cujo nível terá de ser rigorosamente vigiado durante o período de cozimento medido em quarenta minutos. Trata-se de uma fase importante, da qual depende o bom desenrolar das outras fases operatórias da cadeia de produção. Não sendo, de todo, uma tarefa extenuante nem saturante, requer dos operários uma vigilância atenta, de forma a impedir o rebentamento da caldeira de vapor e consequentes danos pessoais e materiais muito graves.

A maioria das mulheres está afectada ao sector da despêliculagem, aquele que emprega maior mão-de-obra a seguir ao descasque. Começam por se dirigir à balança para as operações de pesagem da amêndoa. De seguida, cada uma ocupa a sua posição na mesa de trabalho. Nela distribuem as pequenas bacias de cor azul nas quais irão depositar as diversas categorias de amêndoa já despêliculada ou seleccionada, conforme a fase do processo produtivo a que pertencem. Ora sentadas, ora de pé, atiram-se à tarefa com afinco, pois ela é demorada, nunca acabando antes das 18h00. Comparando com o descasque, as tarefas são notoriamente menos pesadas e incapacitantes. Mas não deixam de ser também monótonas: pegar numa amêndoa, retirar a película vermelha com a ajuda de uma pequena faca, tentando manter aquela inteira, colocar na bacia, pegar noutra e assim sucessivamente. Com um ambiente de trabalho substancialmente mais silencioso do que o descasque, as mulheres ritmam o trabalho com conversa e, por vezes, canções religiosas.

O meio-dia aproxima-se. Com ele chega o momento de parar o trabalho para almoçar e descansar um pouco. A comida é trazida de casa pelos operários. Consiste normalmente em farinha de milho ou de mandioca, acompanhada de vegetais, pedaços de mandioca frita ou cozida e, por vezes, algum peixe pescado nalguma lagoa das imediações. A carne raramente faz parte da dieta, estando reservada para momentos festivos ligados a rituais de passagem, principalmente casamento e morte. A trabalhadora encarregada da limpeza da fábrica prepara o fogo para aquecer os alimentos já cozinhados e a água para o chá. Como foi atrás referido, os operários reúnem-se em pequenos grupos, não mais de três ou quatro elementos, para partilharem as refeições. Os homens debaixo da sombra de uma grande árvore, as mulheres abrigadas pela chapa do coberto onde crepita o fogo. Esta rigorosa separação entre homens e mulheres tem, para os actores sociais observados, uma explicação clara que não oferece dúvidas:

cada grupo ou cada sexo tem a conversa deles. Os homens têm a conversa deles, as mulheres também. Aqui é no mato, não é como na cidade. As pessoas daqui basta ver com um homem, pensam que se conhece enquanto que não é isso. Assim estão a evitar. É aquela amizade assim... (Leonor, CV15).

Afloramentos da dominação masculina presente no espaço doméstico que se transporta para o espaço da produção, tal como em casa, os homens sentam-se, na falta de cadeiras, em cima de pedras e tijolos, enquanto que as mulheres o fazem na terra nua.



Fotografia 25. Operárias da fábrica nova a almoçarem durante a pausa do meio-dia

Regressados do almoço, a expectativa cresce entre os operários do sector do descasque. Todos se interrogam em relação ao cumprimento da tarefa, os cinco quilos de amêndoa inteira de que depende o salário do dia. A seu favor está a má qualidade da castanha trabalhada, com uma elevada e anormal percentagem de podre, que lhes tem permitido escapar à penalização. Contudo, como já foi aludido, se se afastarem dessa meta de modo sistemático, o despedimento – “a expulsão” na expressão dos trabalhadores – é inevitável:

4,74 [quilos]. Estou [contente], sim. Mas não estou bem. Tenho que amanhã passar daqueles quilos. Se conseguir os cinco quilos é que eu poderia ficar contente. Mas agora como chegou ali, paciência. Amanhã tenho de mudar, passar para conseguir os cinco quilos. Eu quero! Estas castanhas encontram-se sem nada, as outras encontram-se podres, depois as outras encontram-se partidas, depois diminuem-se os quilos da contagem do patrão (Rogério, CV16/17).

São quase 14h00 horas. No descasque todos já deram por concluído o trabalho do dia. Os mais adiantados passaram pela pesagem, já sabem se as horas passadas a trabalhar foram para valer, e procedem à limpeza e preparação da sua bancada para mais um dia de trabalho. Alguns ajudam os companheiros que ainda não terminaram, apartando as derradeiras centenas de amêndoas da casca já golpeada. Terminado o trabalho, os operários do descasque dirigem-se para a torneira de água fixada a uma das paredes exteriores do edifício principal. Aí, com o auxílio da terra que nutre os cajueiros, tentam libertar as mãos impregnadas de óleo de copra utilizado para as proteger do óleo da castanha que as corrói. Apesar de os seus efeitos serem atenuados por aquela substância, as mãos dos “operários-descascadores” estão, sem excepção, marcadas por queimaduras, associadas aos ferimentos e cicatrizes provocadas pelas lâminas. Alguns aproveitam para “tirar nervo”, ou seja, para fumar:

Como estive no serviço desde manhã, tou cansado. Não costumo sair para fumar até ao fim do trabalho. Agora é que posso fumar porque já acabou o trabalho. E também estou bem disposto, posso fazer as minhas vontades. Para fazer este cigarro, primeiro é levar tabaco, pôr no papel e depois embrulhar. E pôr um pouco de saliva, é a cola dele. Este papel é de jornal. Mas não é o papel com que costumámos fumar, o papel de caderno, branco, que não tem nada. Isto aqui faz alguma doença, devido a estes números, tintas também (Rogério, CV16).

Depois deste momento de relaxamento, há que voltar a casa, uns sozinhos, outros em pequenos grupos, se o percurso coincide. Têm à espera algumas horas mais de trabalho na machamba, até que o sol se ponha, auxiliando as mulheres no amanho das culturas essenciais para a alimentação diária da família. Nestes dias de incerteza em relação à continuação do funcionamento da fábrica, o caminho é feito de pensamentos e conversas sobre como levar a vida sem o salário nela obtido:

Isto é como doença de uma pessoa. Sempre diariamente. Não, não [me canso]. Ninguém manda a pessoa. É a pessoa que gostou disso e tem de marchar diariamente. Ele sabe qual o objectivo dele. Uma pessoa assim mandada podia cansar. Agora é ele próprio que diz, é pá, tem toda a vontade. Diariamente quando saio do serviço vou na minha casa. Chegar em casa, arrumar saco. E depois levo a minha senhora, a enxada e a catana, entrar na machamba, cultivar, não ser cultivar, a capinar. Ao cabo do sol, volta-se para casa e a senhora começa a preparar o jantar. Então, aí tenho a ideia de amanhã acordar para onde? Para ir no serviço, na fábrica. É isso que é sempre a minha ideia. A minha vida está aí! Se a fábrica fechar eu fico em casa a continuar a ajuda à minha senhora. Eu preciso da fábrica, se continuar eu fico satisfeito porque vou receber dinheiro para a minha casa e comprar daquilo que preciso para o

consumo da casa. Se a fábrica fechar, paciência, vou tentar arranjar outra maneira. Quando fechar, tenho de cultivar para, pelo menos, eu não ficar esfomeado. Costumo produzir milho, feijão-nhemba, amendoim, mandioca e etc., Estas coisas dão para a minha barriga e para a barriga da minha família. Eu posso vender o caniço e vender a quem tem dinheiro. Por outro lado, eu posso levar castanha e é dinheiro também. Vai na pesca pescar peixe, é dinheiro também. E este dinheiro ocupa o lugar daquele dinheiro que não cheguei de ter na fábrica. Meu emprego será esse, como eu já habituei de muito tempo, antes de eu ir trabalhar na fábrica. Até o meu pai viveu assim (Rogério, CV15/16).

Tempo de relativa abundância, o final do ano carrega consigo a apanha da castanha de caju. Os camponeses extraem da pêra duas bebidas alcoólicas: sumo fermentado e aguardente. Alguns operários fazem breves paragens durante o seu caminho para visitarem vizinhos e partilharem com eles alguns minutos de conversa alegre regada a sumo de caju já fermentado:

Agora é o tempo de tomar um pouco de sumo de caju. Já largámos o trabalho, já estamos no tempo de fazer as nossas coisas livremente. Já estamos satisfeitos, do patrão já trabalhámos, então aí estamos bom. É tudo. Com sumo de caju pelo menos a gente mata a fome. Pode não ter alimentação, mas basta tomar isto e já não come muito. E tem vitamina. A criança come caju e fica um pouco normal (Rogério, CV16).

Chegados a casa, é hora de pegar na enxada ou na catana, conforme a tarefa a efectuar, e ir para a machamba:

Isto aqui é a forma de matar fome. Aquele que trabalhar no patrão é para ter dinheiro. É a outra forma de matar a fome. Ali compra sabão, açúcar, petróleo, etc. Aqui não pode tirar essas [coisas]. [Com] feijão-nhemba não pode ir comprar açúcar, ir comprar sabão, ir comprar sal, ir comprar roupa, não! É por isso que o Sr. Rogério gosta de ter emprego do patrão. Ela [a mulher] vai capinar na parte da manhã enquanto o Rogério saiu para o local do trabalho do patrão. Não deixar a mulher capinar sozinha. Não dá. Não posso estar cansado. Ninguém me vai ajudar. Tenho de sacrificar tudo por tudo para a minha casa comer bem, ficar bem. Se eu dizer que como eu trabalhei lá na empresa basta para mim isso não basta. Ninguém me vai ajudar nas coisas da minha casa. Cada qual tem o seu próprio trabalho para conseguir comer em casa dele, ficar bem em casa dele (Rogério, CV15).

Voltemos à fábrica. Passam das 15h00. Os operários do descasque, da calibragem e do cozimento estão já em suas casas, a trabalhar nas machambas. Se o tempo o permitir, pois estamos na época das chuvas e ela tem caído com alguma regularidade. As mulheres da despeliculagem e da selecção continuam a trabalhar. Ainda falta um bom par de horas para que terminem as suas tarefas. O calor e a humidade no interior da fábrica continuam muito

elevados, tornando ainda mais penoso o trabalho. Em muitas operárias as gotas de suor escorrem pelo rosto.

Entretanto, desde o início da tarde que o trabalhador da estufa está ocupado com ela. Depois de acendida a fornalha alimentada pelas cascas de castanha e colocado em marcha o motor, trata de acondicionar a amêndoa nos tabuleiros. Depois de introduzidos no interior da estufa, vigia a temperatura e, de tempos a tempos, verifica por observação directa o bom andamento da operação. O dia aproxima-se do seu final. São por volta das seis da tarde, a noite não está longe. As mais lestras estão já a submeter o resultado do seu trabalho ao escrutínio da balança. A conta-gotas as operárias vão abandonando a fábrica para fazerem a caminhada até casa. Aí chegadas ocupar-se-ão com os trabalhos domésticos: a apanha de lenha, a recolha de água à força de braço no poço mais próximo, os cuidados com as crianças. Na fábrica permanece apenas o homem da estufa e o encarregado, não por muito tempo. O trabalho termina com a paragem do motor que alimenta a estufa com ar quente. Para o operário dela encarregado é tempo de preparar o regresso a casa. Lava o rosto, as mãos e os braços e abandona a fábrica. O silêncio na zona da estufa é apenas quebrado pela combustão da fornalha, sempre activa. Finalmente, o encarregado encerra o portão. Dentro de algumas horas tudo recomeçará.

6. “Até no mato as leis me perseguem”: conflitos no espaço da produção

Os conflitos entre o capital e o trabalho estão presentes desde o arranque da laboração da fábrica (Junho de 1998). Em todos eles sobressai a enorme desigualdade de forças bem manifestada no “nós não somos patrões, queremos pão” (Rogério, CV15). Os seus protestos têm sempre presente o facto de apenas terem para oferecer a sua força de trabalho. O resto – matérias-primas, máquinas e ferramentas de produção – não lhes pertence. Ou seja, eles estão sujeitos a uma separação radical dos meios de produção [Marx 1974 (1867)]. Examinemos o contexto de utilização da força de trabalho: condições de higiene e segurança no trabalho muito incipientes e, em alguns aspectos, incapacitantes. Dos seus aspectos mais gravosos sobressai o manuseamento, em todas as fases do seu processamento, da amêndoa com as mãos nuas, a que se junta a inexistência de quaisquer regras de lavagem e desinfectação.²⁰

²⁰ Note-se que existem algumas variedades de amêndoa preparada que não são submetidas à fritura a temperatura elevada. Para esta indústria, que todas as partes envolvidas desejam que continue a orientar-se para os mercados externos, trata-se de um obstáculo sério à colocação da sua produção em espaços económicos tão exigentes, em

Note-se que os operários não têm acesso a produtos de limpeza das mãos e do corpo após as refeições ou o uso da latrina, nem tão pouco estão definidas regras para os fardamentos utilizados, transformados em vestuário de todos os dias. Para uma força de trabalho que ronda a meia centena de homens e mulheres, apenas existe uma torneira de água. Os banheiros e sanitários nunca foram concluídos.

Sob estas condições difíceis surgiram os primeiros problemas. A castanha está impregnada de CNSL.²¹ Óleo extraordinariamente corrosivo, ataca metais, borracha e outros materiais. Quando em contacto com ele, a pele humana sofre graves danos que acabam por conduzir à sua completa destruição. Quando assim acontece, os membros das áreas atingidas ficam incapacitados para o trabalho. Foi precisamente o que aconteceu com as mãos dos operários do descasque. Ao invés do que se verifica com os sistemas mecânicos – impacto ou corte –, o descasque com máquinas de lâminas semi-mecânicas leva a que os operários estejam em contacto permanente com a castanha. Como ela é preparada para o descasque através da cozedura por injeção de vapor de água que, ao contrário do que acontece na fritura, retém o CNSL na casca, o seu manuseamento coloca as mãos dos operários à mercê dos seus efeitos incapacitantes. O desenlace estava à vista. Os operários do descasque começaram por denunciar a situação ao chefe do posto administrativo de Macuácuá. Desta diligência resultou a instalação de um serviço de apoio médico na própria fábrica. Mas, naturalmente, o problema persistiu. Durante alguns meses distribuíram-se luvas que se inutilizavam a um ritmo assaz elevado, com manifesta preocupação para a administração que via, desta forma, os custos de exploração agravarem-se. Por outro lado, ao reduzirem a sensibilidade manual, o uso das luvas provocava o abrandamento do ritmo brutal de trabalho a que os operários estavam obrigados pela direcção da fábrica, perturbando assim o cumprimento da tarefa diária. Em Novembro a situação era insustentável. No dia 9 desse mês os operários recusaram-se a prosseguir o trabalho por manifesta impossibilidade física de o fazer. Perante o impasse instalado, o administrador do distrito foi chamado a intervir, tendo dado razão aos trabalhadores. Após negociações, e verificando-se que a utilização de luvas não respondia às exigências colocadas por esta fase do processamento pelas razões acima mencionadas – reduzida vida útil e forte redução da sensibilidade manual – foi acordado solucionar-se o problema com o recurso ao óleo de copra. Dotado de propriedades anti-corrosivas, seria distribuído a todos os operários do descasque para untarem as mãos e,

termos de regras sanitárias, como a União Europeia. A não ser que a OMC proponha, escudada no livre funcionamento dos mercados, o livre direito de vender produtos alimentares sejam quais forem as condições de higiene em que eles são produzidos.

²¹ Sobre este assunto v. capítulo V, onde as características da castanha são apresentadas e analisadas.

desta forma, manterem dentro de níveis suportáveis os efeitos corrosivos do CNSL. Mas ele não foi imediatamente distribuído:

Não temos óleo [de copra]. “Mas vão trabalhar” [disse o encarregado]. Então a gente trabalhar, trabalhar, quase duas semanas. Chegamos a certa altura as mãos [começam] a apodrecer. Mas eles dizem: “- Vão trabalhar”. Nesse dia fez estaleca. Não entrar. A gente vamos trabalhar quando haver óleo. A Silvia recebeu esse problema (Rogério, CV15).

Apesar das razões ponderosas que justificavam os protestos dos operários, a administração da empresa retaliou, distribuindo sanções que variaram entre a repreensão por escrito com registo no processo individual e a perda de dois dias de salário aplicada aos que identificou como líderes da contestação.²²

Solucionado o problema, o mal-estar permaneceu. Em 31 de Dezembro de 1998 nova paragem do trabalho, desta vez por falta de pagamento do salário do mês. Para os trabalhadores o salário no final do ano é crucial. Sem ele não poderão comprar os bens alimentares necessários a uma refeição melhor na noite de passagem do ano. Sem dinheiro terão de fazer a festa comendo o habitual, farinha de mandioca com hortaliça. Mais uma vez, os patrões deram uma resposta musculada, aplicando a quase todos os trabalhadores uma repreensão por escrito com registo no processo individual.

Entretanto, deu-se um acontecimento que se viria a revelar crucial para a organização da actividade sindical na fábrica, até aí inexistente. O serralheiro mecânico da fábrica, conhecido dos proprietários desde o tempo da guerra civil, mais propriamente do período em que prestava serviço militar como pára-quedista nas FPLM na cidade da Beira, foi alvo de um processo disciplinar, um dos primeiros aplicados na fábrica.²³ Teve como motivo principal a suspeita de roubo de amêndoa por parte do visado. De acordo com o mencionado pelo relator do processo, o serralheiro mecânico terá, à saída da fábrica, no final de mais um dia de trabalho, deixado cair algumas amêndoas inteiras de um dos bolsos das calças. Quando interrogado sobre a origem da amêndoa, disse que tinha comprado 4 kg de amêndoas rejeitadas nesse dia, tendo seleccionado algumas para mais tarde ingerir, negando a existência nesse lote de qualquer unidade inteira. Inquiridas as testemunhas, apenas uma afirmou tê-lo visto consumir amêndoas inteiras. O relator reconheceu que não existia a prova (a amêndoa

²² A compreensão do dispositivo disciplinar na fábrica beneficiou dos contributos de Foucault (1977). Em muitos aspectos semelhante ao existente em outras instituições, nela encontramos também o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame, aqui entendido como a avaliação da quantidade e qualidade do trabalho realizado.

²³ Processo disciplinar n.º 005/PD/FMC/98, de 18 de Novembro de 1998 (documentação interna da empresa).

inteira), mas atendendo às fortes suspeitas, aos testemunhos e, pasme-se, à atitude suspeita do trabalhador ao procurar, após o incidente, esclarecer um colega sobre o alegadamente ocorrido, bem como à desobediência pelo uso continuado da “farmácia” – pequeno compartimento na cantina pensado para acondicionamento de medicamentos – para guardar a sua ferramenta de trabalho sem autorização superior, foi punido com uma multa equivalente a 15 dias de salário. Para o serralheiro, o castigo disciplinar aplicado sustentou-se em mentiras e factos inexistentes, incluindo a pretensa desobediência à ordem de proibição de arrecadar a ferramenta na “farmácia”.

Mais do que examinar os factos e argumentos esgrimidos por ambas as partes, importa analisar os efeitos que esta quezília provocaria na mobilização da acção sindical na fábrica. De facto, ela terá sensibilizado o serralheiro para a necessidade de se lutar de um modo organizado, procurando apoios no movimento sindical. A ele caberia a tarefa de organizar e liderar, alguns meses mais tarde, o movimento sindical na fábrica. Com o apoio do Sintic, em especial do seu primeiro dirigente, o secretariado sindical da fábrica nova será formalmente constituído em 14 de Setembro de 1999. Dele faziam parte Muthemba, Marta (do sector do descasque) e Argentina (do sector da despelliculagem). Paulatinamente foram conseguindo sindicalizar os trabalhadores:

Pensa-se eleger o secretário do sindicato assim como o seu adjunto. Por uma coincidência ou uma sorte elegeram-me como secretário do sindicato. A história foi montar a estrutura sindical, depois ficar por todo o mundo e começar assim a aderir ao sindicalismo. Daí como o patronato não estivesse a agir de acordo com as leis e nós fomos em cima contra isso (Muthemba, CAu23).

Os patrões ficaram na expectativa. Formados na cultura marxista-leninista da Frelimo, na qual o movimento sindical funcionava como uma correia de transmissão dos interesses do partido, esperariam que o mesmo se pudesse verificar na fábrica, apesar do incidente ocorrido com o serralheiro mecânico, agora na posição também de principal dirigente sindical da empresa, ter revelado um homem corajoso e determinado.

Regressando um pouco atrás, no quadro deste período conturbado, deu-se um outro acontecimento marcante, a saída em Março de 1999 do primeiro gerente da fábrica, antigo delegado da Caju de Moçambique na unidade fabril de Inhambane. Para além das muitas dificuldades de produção enfrentadas, em boa medida por falta de experiência com a tecnologia “indiana”, a sua gestão ficou marcada por diversos despedimentos. Se alguns foram motivados por roubos, como aqueles que levaram à “expulsão”, em Abril de 1999, de

uma fiscal e de uma seleccionadora de amêndoa, todos os outros foram efectuados, conforme se podem ler nos processos disciplinares arquivados na fábrica, com base “na inaptidão do trabalhador para o serviço ajustado durante o período probatório”. Afastando este “pó” superficial dos processos, estas acções violentas têm que ser enquadradas no contexto do endurecimento da disciplina e do cumprimento das tarefas impostas no espaço de produção que se traduziram em apuros adicionais para os operários. O ambiente interno estava, de facto, a degradar-se devido ao aumento da pressão sobre os trabalhadores para eles intensificarem os seus ritmos de produção, de acordo com o sugerido na visita efectuada em Janeiro de 1999 por Cuamba, o consultor *free-lancer* responsável pelo projecto industrial. Como se pode ler no relatório então apresentado, os 20 kg por trabalhador/dia no descasque deveriam passar para os 25 kg por trabalhador/dia, valor mínimo para, segundo ele, a rentabilização de uma fábrica com a tecnologia como a de Jongué²⁴. No mesmo sentido, considerou que os valores de produção por trabalhador/dia na despeliculagem eram insuficientes.

A um outro nível, igualmente conflituoso, a administração da empresa concedia às operárias grávidas uma “atenção especial”, suspendendo-as enquanto durasse a gravidez e nos 60 dias após parto. O objectivo era eximir-se ao pagamento dos salários, conforme o previsto na legislação do trabalho. A carta continha invariavelmente o seguinte texto: “De acordo com a conclusão a que se chegou no encontro havido entre a Direcção Geral e V. Exa., e é deste contexto que se lhe comunica que é dispensada temporariamente por um período que durar a gravidez e ainda a observância de sessenta dias após o parto”.

Ainda antes da criação do comité sindical, surgiram outros problemas, agora suscitados pelos órgãos fiscalizadores do Estado. Em 4 de Agosto de 1999 a inspecção do trabalho visitou a fábrica, tendo apurado numerosas irregularidades: (i) falta de pagamento dos aumentos salariais previstos pela lei; (ii) falta de inscrição dos trabalhadores no INSS; (iii) falta de protecção dos trabalhadores, como luvas, fardamento, botas e outras faltas menores. Esta visita não fez mais do que confirmar as justas observações e reivindicações que os trabalhadores vinham formulando, se bem que de uma forma não organizada. Sobre a não inscrição no INSS, a sócia-gerente, em carta a esta instituição, escudou-se no desconhecimento da lei ao mesmo tempo que manifestava abertura para receber instruções. Informou que os trabalhadores estavam sujeitos a treinamento e em situação de eventuais, com a fábrica a laborar em regime experimental, o que não correspondia à verdade. Os trabalhadores tinham assinado contratos de trabalho por tempo indeterminado – de acordo

²⁴ Trata-se de um relatório de visita policopiado apresentado à administração e de circulação restrita.

com a lei ao qual estes se submetem, a rescisão só poderia ser feita pelo trabalhador, observando os 90 dias de antecedência prescritos pela lei –, demonstrando que nem a fábrica estava em regime experimental nem, tão pouco, os operários eram “eventuais” ou estavam em situação de aprendizagem. Diga-se ainda que muitos dos problemas da fábrica e dos operários tinham já merecido a indagação do *Metical*, nomeadamente no n.º 411 de 10/02/1999. Neste número, o longo artigo publicado sobre a fábrica nova dá destaque às queixas dos trabalhadores em relação à falta de fardamento e ao atraso no pagamento dos salários, para além de destapar todas as ligações entre a empresa e A. J. Luz.

Organizado o movimento sindical na fábrica, o desfiar dos acontecimentos e das profundas contradições que opunham patrões a operários não permitiu que aquele e os seus dirigentes se transformassem em mais um instrumento do controlo patronal sobre os trabalhadores. Em especial para a sócia-gerente, a existência do comité sindical na fábrica rapidamente se constituiu num empecilho que lhe limitava a margem de manobra na relação com os trabalhadores. Era, pois, imperioso abatê-lo.

No ano seguinte, um guarda é alvo de um processo disciplinar (n.º 002/2000). Tendo-se encontrado uma lata de amêndoa no exterior da fábrica, as suspeitas recaem sobre o guarda que acabará por ser despedido em Agosto de 2000. A reacção do dirigente sindical foi enérgica e terá surpreendido, pela sua firmeza, os próprios patrões, levando a sócia-gerente a vociferar que “até no mato as leis me perseguem”. Na realidade, Muthemba apenas exigiu que a lei do trabalho fosse cumprida, observando os artigos referentes ao levantamento do processo disciplinar:

A ideia dela [S. Matuzianhe] era que eu não era capaz de actuar. Mas eu não. Eu tenho problema ou não tenho problema. Outra coisa é resolver o problema dos outros. Encontrou-se uma lata de amêndoa fora da fábrica. Quem é que roubou a lata? Não se conhece. Não é o guarda nem é o ladrão, porque não temos ladrão em mãos. Agora o que é que se pode fazer? A primeira coisa é investigar, a segunda coisa é fazer o processo disciplinar aos guardas porque faltaram de prestar atenção. Agora dizer que os guardas devem ser expulsos para mim já não concordo com isso. Daí que fiz um documento contra esta acção. Eu digo que ela não deve ter observado os artigos da lei do trabalho. Ela não gostou disso. É quando ela começou a ver que “agora já estou minada. Já tenho alguém que não está ao meu lado, que está contra mim” (Muthemba, CAu23).

Com uma correlação de forças absolutamente favorável, os patrões acabaram por esmagar o movimento sindical dentro da fábrica. A estratégia assentou na perseguição do principal dirigente, visando o seu afastamento, com o qual mantinham relações tensas logo

desde o incidente de finais de 1998. Utilizando, de forma hábil, os interstícios existentes na legislação do trabalho (Lei nº 8/98 de 20 de Julho, BR – I Série), a administração propõe a sua transferência compulsiva da manutenção para o descasque, argumentando com a extinção do trabalho naquele sector, na expectativa de que ele apresentasse a sua demissão.

Nesta luta a administração contou com a participação do chefe da manutenção, que tinha ocupado idêntica posição numa das unidades da Caju de Moçambique e na fábrica velha. Temendo a concorrência a lugares de chefia – segundo um dos protagonistas, “prefere um bobo para ir buscar e guardar ferramenta” –, colaborou no processo de “esmagamento” de Muthemba. Era acusado por muitos operários de fazer o jogo dos patrões – “tem uma boca comprida” –, sempre em prejuízo dos trabalhadores. Como sempre, estas rivalidades estão relacionadas com o poder e a obtenção de privilégios no espaço da produção. Os que estão em baixo acusam os chefes, grandes e pequenos, de não gostarem de quem lhes faça “sombra”, preferindo antes o “tipo burro mas dócil”. Chamando à existência a sua posição contraditória de classe, nos termos propostos por Wright (1979 e 1989), este chefe nunca fez greve: “Isso é apenas para os trabalhadores baixos. Os que tem algum estatuto não fazem greve. É que depois vêm os aumentos e os que fazem greve não beneficiam deles” (Sitoe, CV8).

As cheias de Janeiro de 2000 que obrigaram à paralisação da fábrica acabaram por antecipar o desenlace esperado pelos patrões. Naturalmente, em nenhuma das ocasiões em que a fábrica retomou a produção, em meados de 2000 e em Novembro do ano seguinte, o dirigente sindical foi readmitido.

Constituído por iniciativa de Muthemba, sem ele o movimento sindical desabou. Os que ficaram, as operárias Marta e Argentina, não tiveram o rasgo nem possuíam ou foram capazes de reunir o capital simbólico essencial à mobilização dos companheiros de trabalho na fábrica. Parece que as lutas travadas bem como a derrota traumática sofrida de nada serviram para o reforço da pertença identitária e da coesão em torno de ideias e interesses comuns por parte de um colectivo ainda pouco comprometido com as lutas contra o capital para além das reivindicações por melhores salários e condições de trabalho no espaço da produção. Em termos políticos e ideológicos, os trabalhadores permaneceram desarmados, afastando-se ainda mais de serem uma *classe para si*, embora sejam uma *classe em si*. Daqui decorre que, com certa recorrência, as manifestações de desdém pelos sindicatos – apesar de reconhecerem que durante os conflitos o líder sindical da fábrica “trabalhou bem” (Rogério, CV16) –, argumentando que só servem para “comer o nosso dinheiro”. Esta resposta aponta para a perda da sua autoconsciência, para usar a expressão de Wallerstein [1990 (1974): 340], quando confrontados com situações de extremo desequilíbrio face ao patronato. Mas será que

a tomada de consciência impulsionada pelo movimento sindical foi totalmente desbaratada pela derrocada deste? Talvez não... Admitindo a perda de autoconsciência, ela continua a conduzir os operários a um nível infra-político (v. Scott 1990), através de estratégias dissimuladas de resistência, fórmula possível encontrada por estes homens e mulheres para garantir a sobrevivência num contexto de hegemonia quase absoluta do capital. Além de que, como justamente salienta Burawoy (1979: 212), no espaço de produção um operário é sempre um operário, pelo que a contradição fundamental é a que opõe o trabalho ao capital, sendo secundárias todas as outras contradições que, eventualmente, possam dividi-los, como as relacionadas com a etnia e o género.

Apoiando-se na blindagem proporcionada pela precarização extrema dos trabalhadores, o capital possui uma larga margem de manobra, na qual o livre uso da arbitrariedade se transformou em disposição essencial. O serralheiro e líder sindical exprimiu na sua crueza suprema a profunda desigualdade de forças entre a burguesia e o proletariado nesta periferia do sistema mundial:

Eu tenho que ser sincero. Aqui em Moçambique tratar um assunto com quem tem costas quentes pode falar até onde quiser que não vai valer nada. Aqui não vale a pena. Não é a esposa do ministro? Não é a fábrica do ministro? O mais engraçado é que quem faz as leis são eles. Quem é que as propõe? Quem é que as aprova? É isso a minha história ali na fábrica (Muthemba, CAu23).

Com a excepção dos EUA, onde os trabalhadores e o movimento sindical estão sujeitos a práticas de nítido recorte fascizante com a colaboração engajada do próprio Estado (v. Fantasia e Voss 2003), a violência do patronato é mais evidente nos países pobres. Não se pense, contudo, que este contexto aqui narrado é específico das periferias do sistema mundial, nada tendo a ver com as relações entre capital e trabalho existentes noutros países centrais para além dos já referidos EUA. Por exemplo, Boltanski e Chiapello (1999: 352-355) mostram-nos que em França as direcções das empresas perseguem de modo sistemático o movimento sindical e os seus dirigentes. Não lhes sendo possível agir com a brutalidade imprimida pelo patronato nas periferias, em virtude de estarem sujeitos a mecanismos legislativos e, sobretudo, à pressão política e social que exprimem outras relações de forças entre capital e trabalho, metem em prática estratégias de hostilização e contenção do sindicalismo nas empresas. Apesar de não existir para este país dados precisos acerca da sobre-representação dos trabalhadores sindicalizados e dos dirigentes sindicais nos despedimentos, é prática generalizada, em especial nas multinacionais americanas instaladas

em França a substituição dos trabalhadores mais reivindicativos por outros mais dóceis. Não menos eficazes, são as práticas de organização de sindicatos directamente controlados pelo patronato, os "syndicats maison" da Citroën, a organização de milícias patronais anti-sindicalistas e, a um outro nível, aparentemente menos violento e evidente, a utilização de sistemas de sanção-prémio, em que os mais reivindicativos vêm as suas carreiras bloqueadas, não recebendo mais do que o previsto em contratação colectiva, enquanto que os outros são premiados. Para o contexto português, o trabalho de Estanque (2000) numa fábrica de calçado de São João da Madeira traz à existência as práticas patronais antisindicalistas. Assentando na intimidação e numa retórica discursiva que tenta denegrir e desqualificar os sindicatos e seus representantes, o objectivo é o adestramento dos trabalhadores a um modelo patronal no qual "o operário ideal seria aquele que, mais do que ser competente, nunca reclamasse e que rejeitasse abertamente o sindicato" (Estanque 2000: 254 e 256).

Encerrada desde os primeiros dias de Fevereiro de 2000, a fábrica só reabriria em 20 de Junho de 2000 para processar, como já foi referido, alguma da castanha em armazém. Colocada em marcha, recomeçam os conflitos, agora em torno dos salários referentes ao mês de Janeiro e primeiros dias de Fevereiro por liquidar. Em 10 de Julho de 2000 os trabalhadores recusaram-se a trabalhar, reivindicando o pagamento dos salários em atraso, reavivando o problema já colocado em Abril desse ano ao chefe de posto. O trabalho seria retomado no dia seguinte com grande absentismo. Perante a reivindicação do pagamento até 18 de Julho, a sócia-gerente respondeu que só a boa produção poderia permitir o pagamento dos salários em falta. A partir do dia 17 recomeça a agitação, com nova greve no dia 18, embora sem a adesão de todos. Os grevistas apresentaram queixa no posto administrativo, solicitando a presença da direcção da empresa no dia 20. Nesta reunião, com a presença do chefe do posto, do delegado sindical (já afastado de funções na fábrica), dos trabalhadores e da administração da empresa ficou decidida a retoma do trabalho e que esta faria todos os esforços para pagar os salários em atraso. Pelo meio, golpes e contragolpes: o alimentador de energia da balança electrónica é sabotado e as pilhas roubadas; a administração suspende aqueles que identificou como líderes da greve, numa manobra de intimidação da força de trabalho, nesse momento composta por 32 homens e 26 mulheres.

Os salários em atraso só seriam completamente saldados em 1 de Novembro de 2001, aquando do último recomeço de laboração da fábrica. Acautelando eventuais contestações operárias, a administração apresenta um novo contrato de trabalho verdadeiramente leonino, em ostensiva e grosseira violação da legislação laboral definida pela lei do trabalho (Lei n.º 8/98 de 20 de Julho de 1998, BR – I Série). Juridicamente designado por "contrato de

prestação de serviços”, com a duração de três meses, nele se estabelece (art.º 1º, §1º) que “pode ser rescindido imediatamente pelo contratante com motivo de incompetência profissional e/ou não cumprimento das metas de produção estabelecidas”. Estava, finalmente, assegurada a paz laboral.



Fotografia 26. Operários da fábrica nova de regresso a casa

~

Grito Negro

Eu sou carvão!
E tu arrancas-me brutalmente do chão
E fazes-me tua mina, patrão.
Eu sou carvão!
E tu acendes-me, patrão,
para te servir eternamente como força motriz
mas eternamente não, patrão.
Eu sou carvão
E tenho que arder sim
queimar tudo com a força da minha combustão.
Eu sou carvão;
tenho que arder na exploração
arder até às cinzas da maldição
arder vivo como alcatrão, meu irmão,
até não ser mais a tua mina, patrão.
Eu sou carvão
tenho que arder
queimar tudo com a força da minha combustão.
Sim!
Eu sou o teu carvão, patrão.

José Craveirinha

(in Ferreira 1975: 76)



Fotografias 27 a 32
Quotidianos de trabalho na fábrica nova
(do filme *Salvador*, realizado pelo autor)

Capítulo X

Viver sem a fábrica

1. Entre a nostalgia e a recriminação: uma vila expectante

A fábrica velha paralisou a produção em Agosto de 1997. Para a maioria dos operários, para as gentes da vila, enfim, para todos os que, por uma razão ou outra, a ela estavam ligados, tratava-se de uma paragem temporária. Assim que entrasse o novo ano, os armazéns encher-se-iam de castanha e a laboração seria retomada. Como imaginar a vila sem a fábrica? Como sobreviver ao seu encerramento, a esse tão vital “pão perdido”? Eis as interrogações essenciais que inquietavam (e inquietam) as gentes de Manjacaze. O tempo foi correndo e a fábrica continuou no seu silêncio insolente, desafiando as esperanças dos que dela dependiam. Não era caso singular. Em muitos outros lugares de Moçambique o mesmo se estava a passar: Maputo, Inhambane, Angoche. Uma seguindo a outra, as fábricas foram esvaziando-se de vida. Para tornar tudo mais difícil, os exportadores de castanha foram desaparecendo, passada a euforia de meados dos anos 90 e, por fim, a Mocita (Xai-Xai) fechou as portas em Abril de 2001. Os milhares de pequenos produtores deixavam de ter quem assegurasse, de forma continuada, a compra de grandes volumes de castanha. Por sua vez, o funcionamento irregular e a sua pequena capacidade de processamento de castanha nunca permitiram que a fábrica nova se constituísse em alternativa. Portanto, a nostalgia e a recriminação têm como protagonista a fábrica velha. É para ela que se olha, é com ela que se constróem as narrativas históricas e se imagina o futuro. Com quase quatro décadas de existência, a fábrica enraizou-se no quotidiano local. Em torno dela organizava-se, em boa medida, a economia da vila. Por ela tinham passado milhares de homens e mulheres, pais e

mães, filhos e filhas, camponeses e camponesas que se fizeram operários e operárias. Com ela a modernização penetrou nestas terras de Gaza em marcha forçada.

No campo político, os dirigentes do Estado e da Frelimo opuseram-se sempre ao encerramento da fábrica. Em primeiro lugar pelas razões mais óbvias: desemprego e decadência económica da vila e do próprio distrito, com os problemas sociais subsequentes a atrapalhar e a desafiar a acção das lideranças políticas locais. Não podemos ignorar que o descontentamento social interroga o seu poder e a influência social e eleitoral da força política a que pertencem. Conquanto a autoridade da Frelimo seja forte, a crise obriga os seus dirigentes a uma gestão cuidadosa do descontentamento popular, de modo a que este não se repercuta negativamente no apoio ao partido. A um outro nível, menos visível, o encerramento da fábrica secou-lhes uma fonte de cobrança de pequenos favores e rendas. Estes não eram apenas para uso privado, serviam também para suprir carências de interesse público, colmatando assim, entre outras, as insuficiências financeiras dos órgãos do poder político e estatal.

Actualmente, face à irreversibilidade do encerramento da fábrica velha e ao funcionamento intermitente e periclitante da fábrica nova, as autoridades locais, incluindo o conselho municipal a funcionar desde 1998, tentam encontrar soluções alternativas para a reanimação da economia local, sempre muito limitadas pelos escassos recursos de que dispõem para acorrer a todas as necessidades. Em termos de distrito, o poder político debate-se com problemas muito graves ao nível das infra-estruturas de água, saneamento, energia e rede viária. Com a excepção do troço da estrada nacional n.º 1 que atravessa o distrito, as estradas são todas em terra, impondo uma lentidão de circulação penosa a todas as viaturas e seus passageiros e cargas. O mau estado de conservação das vias de circulação a todos macera, sobretudo durante a época das chuvas. Nestas circunstâncias, é difícil captar a atenção e o interesse de eventuais investidores, mesmo na área das agro-indústrias.

Amiúde, os discursos políticos não passaram da retórica encantatória, tentando sossegar uma população em que a esperança vai minguando. Falam e pensam em pequenos projectos de rendimento, com base nas áreas da cerâmica, cestaria, latoaria, para além do inevitável comércio informal, hoje transformado num dos principais recursos financeiros do orçamento municipal. Deitam ainda mão às parcerias com o PMA nos programas da “comida pelo trabalho”. Muito recentemente, aposta-se numa escola de artes e ofícios, a construir na periferia próxima da vila, para a formação de jovens em áreas que lhes permitam, por via do auto-emprego, a obtenção de rendimentos regulares (v. *Notícias* de 27/11/2001).

O silêncio da fábrica tem dado azo a muita conversa. Nas cantinas e nas lojas os comerciantes e clientes lamentam a sua má sorte. Depois das provações causadas pela guerra – saques, destruição de equipamentos e edifícios –, que muitos enfrentaram sem nunca abandonar Manjacaze, as promessas trazidas pela paz não se concretizaram. Mas, nem por isso, as pessoas desistiram. Mobilizando os seus recursos, muito variáveis, engendraram novas soluções para sobreviver na crise, uns permanecendo em Manjacaze, outros recorrendo à emigração para Maputo. Em comum a enorme plasticidade para se adaptarem às mudanças que, mormente para os operários, implicou a aquisição de saberes adequados às novas profissões e actividades exercidas.

2. Os velhos comerciantes: uma classe em risco

Para os comerciantes o encerramento da fábrica velha, de modo algum compensada pela fábrica nova, provocou quedas acentuadas nas vendas, agravadas posteriormente com a crise de produção e comercialização de castanha de caju. Esta foi manifesta na campanha de 1998/99, durante a qual o desinteresse dos exportadores, acrescido das dificuldades de acesso ao crédito bancário, fez com que os pequenos comerciantes não comprassem castanha aos camponeses, com graves prejuízos para estes e para eles próprios (v. *Metical*, n.º 357, de 23/11/1998).

Se até Abril de 2001 a Mocita absorveu uma parte bem significativa da produção, o seu encerramento foi, para muitos, o golpe final na economia de Manjacaze e, em especial, nos pequenos comerciantes:

O negócio caiu. Eu tinha três empregados. Conforme o negócio foi caindo, eu fui despedindo os empregados. O último despedi-o em Maio do ano passado [2000]. Eu tive sorte. Ele não me chateou, era um antigo trabalhador da fábrica. Aprendeu umas coisas comigo, saiu e foi abrir uma barraca lá no mercado [Xikanhanine] (H. Sadr, comerciante, CAu 19/20).

Garantia maior do regular escoamento da castanha, a paragem da grande fábrica de castanha de caju do Xai-Xai deixou os camponeses e os comerciantes nas mãos dos exportadores. Sobre eles passaram a repercutir-se os efeitos da flutuação da procura e dos preços da castanha no mercado mundial. Estes têm um conteúdo bem concreto, expresso na redução ou, não raro, ausência de rendimento por falta de compradores. Mesmo antes, em

meados de 2000, já a imprensa titulava que “Manjacaze está ‘falida’” (*Metical*, n.º 794 de 11/08/2000), dando assim expressão pública às angústias de todos.

Hoje resta-lhes resistir, arranjando forças na censura quotidiana do tempo que corre, contraposto à lembrança do que já tinham sido, na época em que a fábrica funcionava “a todo o vapor”, com o dinheiro dos operários a pagar pelas mercadorias vendidas a bom preço. Os mais velhos lembram os tempos de M. Neto, os anos da expansão da fábrica e do mercado regulado, sem a concorrência do comércio informal que lhes disputa os clientes, diminuiu vendas e esmaga margens de lucro. Até os mais novos, geração a assumir a gestão dos negócios correntes, falam desse tempo, o tempo em que o governo protegia os comerciantes, salvaguardando as suas cantinas e rendimentos. Não o tendo vivido, conhecem-no por via das narrativas ouvidas às refeições, nos momentos de convívio e festa da família e dos amigos. De certo modo, é o discurso da saudade de uma camada social que sempre conviveu bem com o colonialismo, atravessou mal a experiência revolucionária e hoje está, manifestamente, em dificuldades para sobreviver no neoliberalismo.¹ Em contraponto temos o sonho de uma outra vida, materialmente mais abundante. Que tem, sublinhe-se, contornos bem definidos. Para um dos mais antigos comerciantes de Manjacaze é a emigração para Portugal, para junto de alguns familiares que vivem em Lisboa. Na sua projecção, na capital portuguesa montaria um negócio, uma loja semelhante à que possui em Manjacaze, com a qual organizaria a sua vida e garantiria o sustento da família.

Os filhos destes comerciantes falam também do futuro, comparando a sua vida com a dos seus pais, o quotidiano na vila com o quotidiano na cidade. Têm a expectativa de obter o suficiente para se divertirem e gozarem a vida, algo que os seus pais, no seu entender, nunca fizeram. Discursos e desejos impregnados de modernidade, que substantivamente em nada se diferenciam dos ocorridos em lugares europeus equivalentes. Os sonhos e as expectativas são os mesmos, apenas a escala material é diferente. Dando plena expressão a este desfasamento, o jovem informático da fábrica velha confidenciou um dos seus sonhos mais sonhados: a aquisição de um automóvel, cuja concretização apontava para um horizonte de oito anos de poupança.

Não consideram Manjacaze, que apelidam de mato, como um local bom para se viver. Longe de se confrontarem com a fome, advinha-se nas suas conversas de final de tarde ou

¹ Esta saudade do tempo colonial tem manifestações muito concretas. Como habitualmente, o calor de Dezembro trouxe a instabilidade atmosférica, chuvas torrenciais combinadas com ventos forte, cujos efeitos se fazem sentir na distribuição de energia eléctrica a Manjacaze. Uma das tempestades mais intensas provocou um corte de quase 48 horas. Lamentando a situação, um comerciante recordava o tempo colonial, durante o qual a energia nunca faltava, para concluir que se está pior do que há 40 anos.

pós-jantar que as suas vidas são de uma monotonia quase sufocante, sem nada para se fazer, melhor dito, um quotidiano aborrecido em que se trabalha e o resto é comer. Para eles, a vida na cidade, idealmente Maputo, é *stressante*, cheia de agitação, mas mais interessante. Como principal referência têm alguns irmãos e primos mais próximos que estudaram e encontraram trabalho como assalariados no sector dos serviços. Estamos, aqui, perante uma alteração sociológica da maior importância. Esta é a primeira geração de membros de famílias indianas instaladas em Manjacaze que não vivem exclusivamente do comércio. Graças ao capital escolar adquirido e às novas expectativas de estilos de vida provocados pela mudança social, o modo tradicional de reprodução social destas famílias é colocado em causa. Ao invés do que era habitual, os filhos varões já não têm como horizonte de vida ocuparem-se do negócio do pai ou, em alternativa, montar nova loja. As raparigas, por seu lado, já não têm como destino fatalmente inscrito as tarefas domésticas articuladas com o trabalho na loja (v. figura 37).

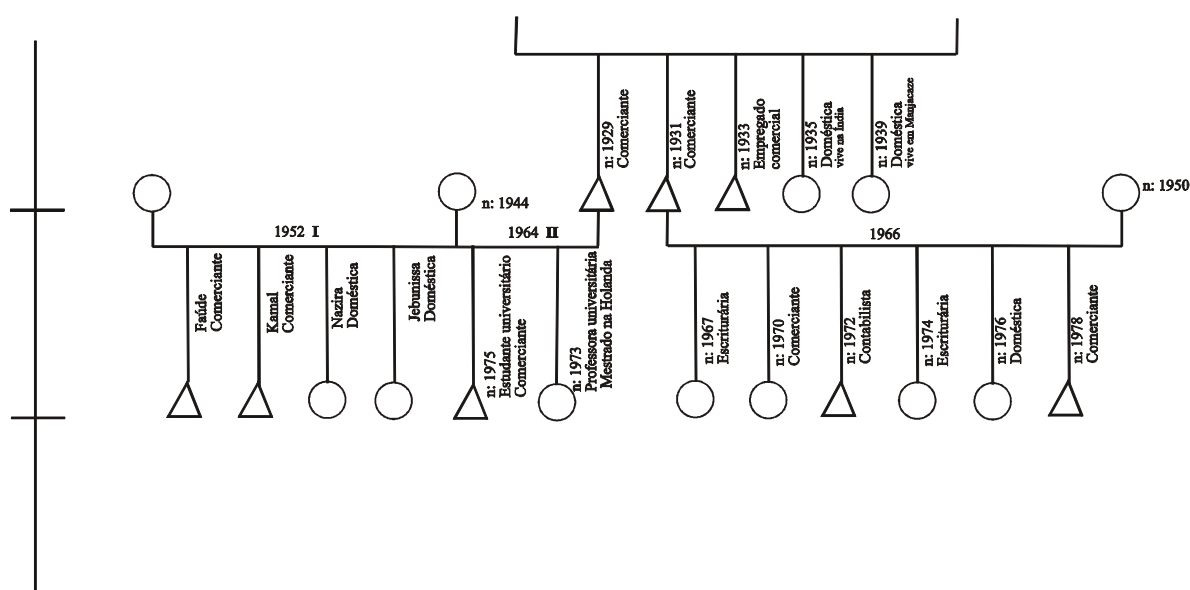
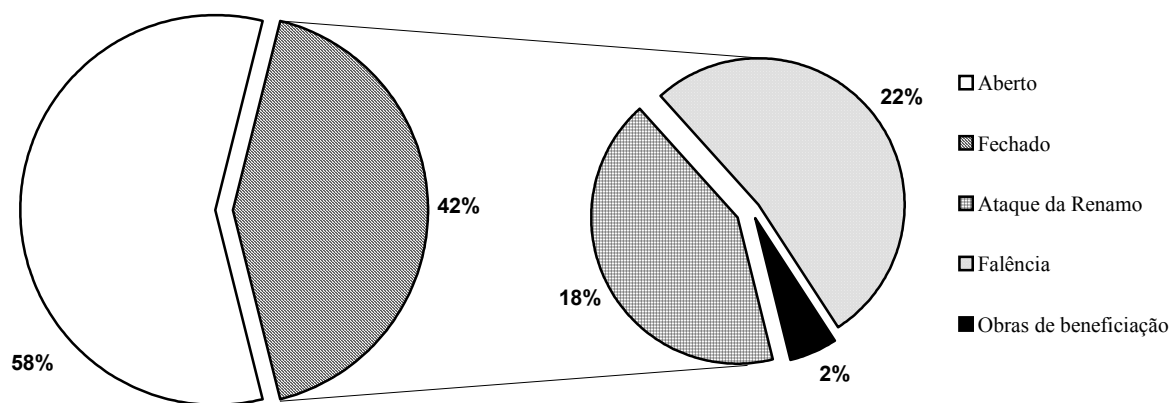


Figura 37. Genealogia das últimas gerações da família Said

Na vila de Manjacaze os estabelecimentos chegam quase à meia centena, cobrindo as mais diversas áreas de actividade (v. figura 38). Para além das duas agências bancárias – BIM e BA, esta encerrada desde 2003 –, três pequenos alfaiates de porta aberta e duas oficinas, respectivamente de automóveis e de carpintaria, existem 45 estabelecimentos comerciais, dos quais 26 estão em funcionamento. Com a excepção de um estabelecimento com obras de beneficiação, todos os outros estão encerrados por falência ou devido à destruição total ou

parcial ocorrida durante a guerra civil. Nesta zona da vila estão concentrados quase metade (aproximadamente uma centena) dos estabelecimentos comerciais existentes em todo o distrito.² Atendendo aos bens e serviços vendidos, estes estabelecimentos cobrem a maior parte das necessidades quotidianas da população local, considerando que o rendimento ao dispor da maioria não lhes permite grandes larguezas. Em termos de classificação por sectores de actividade, de acordo com os critérios legais existentes, a maioria dos estabelecimentos dedica-se ao comércio geral retalhista (dados fornecidas pela Direcção Distrital da Indústria e Comércio). Quer isto dizer que vendem um pouco de tudo, como é tradição nas cantinas moçambicanas, com especial importância para a mercearia, drogaria e algum vestuário. Ao longo das suas ruas, traçadas a “régua e esquadro”, os estabelecimentos vão alternando, uns abertos, outros encerrados, poucos em estado razoável de conservação, a maioria em acentuada decadência, acusando os efeitos sobre eles exercidos pelo processo histórico e pelas trajectórias de vida dos seus proprietários. Como elementos dominantes sobressaem o impacto físico provocado nas estruturas pela acção da Renamo e a decadência económica causada pelas mudanças políticas e económicas verificadas.



Fonte: ILP

Figura 38. Estabelecimentos comerciais de Manjacaze – Situação em 2002

² V. *Perfil de Desenvolvimento Distrital – Distrito de Mandlakazi, Província de Gaza* (1997). Neste documento baseado no levantamento de campo efectuado entre Dezembro de 1995 e Abril de 1997, lê-se, na página 10, que “a administração distrital refere que as lojas estão a reabri muito lentamente porque a maioria delas é, ainda, propriedade do Estado”. Decorrida quase uma década, realizada a alienação dos estabelecimentos, o facto de muitas continuarem encerradas permite conjecturar que as razões que explicam esta paralisação serão outras que não apenas a natureza jurídica da propriedade.

Percorrendo as ruas da vila, os frios e impessoais dados estatísticos adquirem vida. Passam a possuir, se assim se pode dizer, rostos, esperanças desfeitas e novos sonhos que se desenham sobre aquelas. Cada cantina encerrada é muito mais do que paredes de cimento e telhado de chapa, balcões com mercadorias, espaços vazios de cantineiros e clientes. Cada uma é uma família, não menos de meia dúzia de pessoas que se viu obrigada a engendrar um novo caminho para a sua vida. Num contexto tão adverso, sem grandes oportunidades, não é fácil encontrar uma ideia, uma ocupação, um modo de viver que evite a desclassificação social da família, ora a proletarização, ora o seu mergulho, dificilmente reversível, na *lumpen-burguesia* através da exploração de barracas num dos incontáveis mercados informais que pululam pelas cidades e vilas do país.

Nas cantinas dos comerciantes que tentam resistir as dificuldades são bem notórias. Embora em grau variável, as prateleiras estão preenchidas, entre muitas vazias, por uma pequena variedade de produtos de consumo básico; os enormes balcões frigoríficos existentes em alguns dos estabelecimentos não funcionam há muito tempo; os mobiliários e os edifícios estão esburacados pelo tempo, constituindo um sinal forte da decadência da vila. O quotidiano é vivido, sem bulício, entre a cantina e a residência, normalmente situada ao lado ou por cima do espaço comercial, atendendo os poucos clientes que vão passando, conversando com familiares e vizinhos. Longe das privações que afectam os camponeses e os operários, a dieta alimentar não deixa de ser pouco diversificada, na qual a carne de frango é a principal fonte de proteínas das refeições habitualmente tomadas em família. Os domingos e dias festivos, nomeadamente os relativos a aniversários, são mais fartos, sobretudo nas famílias que, apesar de tudo, melhor resistem à decadência. Nas outras, a mesa comemorativa de uma data maior pode não ter mais do que as sempre presentes garrafas de *Coca-Cola* e *Fanta*, eventualmente algumas cervejas ou vinho, muito raramente uma garrafa de *whisky*, meia dúzia de salgados e o inevitável bolo de aniversário, tudo isto prova maior dos baixos proventos obtidos nos dias de hoje pela actividade comercial.



Fotografia 33. Festa de aniversário numa das mais antigas famílias de comerciantes de Manjacaze

Conquanto a avaliação com precisão dos rendimentos auferidos na actividade comercial seja difícil, os sinais colhidos aquando da circulação regular pelas lojas da zona comercial, as conversas com os comerciantes e as observações efectuadas mostram que não são muitos os negócios que conseguem vender, por dia, 50€ de mercadorias. Alguns proprietários vêm-se mesmo constrangidos a despedir trabalhadores, outros nem sequer os podem ter, o que constitui uma prova maior da desqualificação em que estão mergulhados, nesta cultura tão marcada pelas dependências e pelas hierarquias, na qual a figura do criado representa um sinal forte da melhor posição social do indivíduo ou da família em relação ao qual ele depende. A redução nas vendas traduziu-se numa forte descapitalização que os obriga a recorrer com regularidade ao crédito bancário para comprar mercadorias, incluindo castanha de caju na época da campanha, e para diversificar a actividade, satisfazendo necessidades e expectativas dos filhos em se autonomizar do ponto de vista financeiro. Escasseando as oportunidades, o “chapa” acaba por ser, quase sempre, o negócio dos mais jovens para tomarem um rumo diferente nas suas vidas. Ao mesmo tempo são também asfixiados pelo crédito concedido aos clientes, a maioria funcionários da saúde, da educação e de outras instituições do Estado, também elas devedoras. Os atrasos são sistemáticos, não raro

aparecem incobráveis que lhes leva uma boa parte da margem de comercialização. Mas o que fazer, quando este tipo de cliente encontra quase sempre quem lhe conceda crédito? Quando este é um elemento fundamental para a “fidelização” da relação comercial?

No mato a situação ainda é mais precária. Ao colapso da fábrica junta-se a decadência da produção campesina, sobretudo das culturas de maior valor mercantil, como a castanha de caju, golpeando severamente os rendimentos monetários da população rural. Os cantineiros não ficam incólumes. É o caso de Suleiman, um pequeno comerciante da localidade de Cumbane, arredores de Manjacaze. Antigo proprietário de um restaurante em Maputo, em 1995 regressou com a mulher ao mato para explorar a cantina do falecido pai. É um pequeno complexo habitacional centrado no edifício comercial, de alvenaria com cobertura em chapa. Em redor deste foram construídas duas palhotas com chão em cimento e outras melhorias que servem de cozinha e sala de refeições. Existe ainda um contentor metálico para guardar a viatura e um abrigo em caniço para os patos. Irmão da secretária dos principais accionistas da fábrica velha, o regresso ficou, de certa maneira, a dever-se a estes. De facto, estes industriais estavam interessados em negociar com comerciantes de confiança e capazes de fazerem o aprovisionamento para a fábrica de castanha durante as campanhas de comercialização. As vendas da cantina resumem-se, praticamente, a mal-coado,³ sal, arroz e refrigerantes. Com a ajuda da mulher e do empregado que os acompanha desde o tempo do restaurante, cuida também da criação de patos e galinhas e de uma pequena machamba onde produz, entre outras culturas, alho para comercialização em Maputo. Constituindo estes recursos a base económica da reprodução familiar, é insuficiente para lhe proporcionar os rendimentos monetários de que necessita para evitar a sua desclassificação social. Assim, dando novo uso à viatura ligeira de caixa aberta oferecida por um sobrinho, comerciante bem sucedido em Maputo, começou a fazer chapa entre Cumbane e Manjacaze.⁴ Rota pouco frequentada, consegue fazer por dia cerca de 50€, o que lhe proporciona uma receita mensal razoável, liquidadas as despesas com a viatura e o combustível.

Perante a decadência comercial na vila, alguns optam por emigrar ou orientar os seus negócios para Maputo, num movimento que, como veremos, também foi escolhido por alguns dos antigos operários da fábrica velha. Abdul tinha uma loja no centro comercial da vila. Bem localizada, edifício amplo e adequado ao comércio, a falta de clientes obrigou-o ao encerramento. As razões evocadas são sempre as mesmas: a falta de castanha, a paralisação

³ O mal-coado é uma bebida alcoólica obtida a partir da fermentação da farinha de milho.

⁴ As formalidades burocráticas para o transporte de passageiros em veículos particulares pouco vão além do pagamento, por cada dia de trabalho, duma taxa de 30.000 mt a repartir entre o município e a Associação dos Transportadores Rodoviários de Gaza.

da fábrica, o marasmo económico da vila. Como acontece com muitas outras famílias de comerciantes com história feita nos negócios contada em gerações, Abdul tem casa em Maputo, onde vive parte da família. Esta circunstância facilitou a viabilidade da alternativa escolhida para garantir a reprodução social da família: a comercialização de alguidares de barro para a moagem manual do milho, comprados em Manjacaze a pequenos produtores artesanais e vendidos em Maputo às mamas (vendedoras) com barracas montadas nos mercados informais da cidade. Com a sua carrinha de caixa aberta, a acusar já o peso de mais de dez anos de quilómetros percorridos nas acidentadas estradas das províncias de Gaza e de Maputo, acompanhado do seu empregado faz todas as semanas dois a três carregamentos, cada um com mais de uma centena de alguidares, cuidadosamente empilhados e acondicionados com palha. Invariavelmente, o carro é carregado de véspera. A viagem inicia-se sempre pelas primeiras horas da manhã, nunca depois das 7h30, para acabar em Maputo já depois do meio-dia. Os primeiros 30 km são percorridos a um ritmo muito lento, o possível permitido por uma estrada de terra em más condições, para depois entrar em estrada asfaltada de qualidade variável. A primeira paragem é imposta pela cobrança da portagem na ponte do rio Limpopo, à saída da cidade do Xai-Xai. As outras dependem das circunstâncias. Uma vez pára à ordem da polícia que fiscaliza o trânsito, sempre em busca de dinheiro extra para melhor chegar ao fim do mês. Outras vezes a paragem fica a dever-se à compra de produtos aos vendedores da berma da estrada: fruta ou mesmo patos selvagens capturados por um miúdo expedito e treinado na arte de bem caçar aves nas inúmeras zonas húmidas que a estrada nacional n.º 1 atravessa até chegar a Maputo. Aqui chegado, dirige-se de imediato a casa de uma mama para descarregar a mercadoria. Em média, são 120 alguidares a 25 contos a unidade pagos ao produtor, vendidos à mama a 40 contos, que os irá comercializar por, não mais, 45 a 50 contos cada. A margem bruta por viagem é de 1.800.000 mt. Liquidadas as despesas imediatas (combustível e alimentação), directamente relacionadas com a viagem de quase 300 km e mais de cinco horas de duração, ficam 1.000.000 mt a 1.200.000 mt. Daqui há que retirar ainda o dinheiro para a manutenção e amortização da viatura. Como faz, no máximo, três viagens por semana, consegue um rendimento de 3 milhões, não mais de 12 milhões por mês, um rendimento muito acima do obtido pelo proletariado moçambicano mas que não o deixa descolar de uma existência precária. Apesar de ser pouco, é mais do que a loja lhe proporcionava. Nas suas palavras, “agora ando mais folgado” graças aos alguidares que, feitos com o barro de Manjacaze, famoso por não libertar resíduos que conspurcam a farinha, têm uma procura muito razoável.

Numa dessas viagens falou das cheias de Janeiro e Fevereiro de 2000 que o retiveram durante 20 dias em Maputo, consumidos em frente ao televisor, na expectativa de boas notícias. Tardaram tanto que teve de regressar a Manjacaze de avioneta. Duramente massacrado pela crise económica, é um acérrimo crítico da liberalização que rotula de selvagem. Não quer isto, contudo, dizer que é contra a ideia. Pelo contrário, concorda com ela, desde que tenha regras, isto é, desde que lhe seja favorável. O que no contexto actual quer dizer que reclama do Estado uma intervenção política e legislativa contrária aos interesses dos pequenos comerciais do sector informal.



Fotografia 34. Descarga de alguidares de Manjacaze em Maputo, realizada por comerciante e empregado

O mesmo caminho trilhou Hicham Sadr. Membro de uma das mais antigas famílias de comerciantes, com uma longa tradição de sucesso empresarial, não se deixou prender ao declínio económico de Manjacaze. Possuindo ainda algum capital económico e relacional, fixou-se em Maputo, onde explora uma padaria de média dimensão localizada na zona industrial da cidade. Apesar de não ter experiência no sector da panificação, abalançou-se a

ele, certo do baixo risco e do rápido e seguro retorno do capital investido em duas máquinas de amassar farinha e outros equipamentos menores. É um empreendedor com 45 trabalhadores ao seu serviço, a quem escondeu que nada sabia de farinhas e de panificação de modo a não colocar em causa a sua autoridade. Antes aprendeu com estes as artes do ofício”, em conversas informais, vendo como se fazia, reflectindo e discutindo os processos de produção. Os trabalhadores estão divididos por vários turnos, a produção é vendida no próprio estabelecimento, em cinco postos de comercialização e ainda através da distribuição assegurada por cinco viaturas. O quotidiano é vivido com a relativa tranquilidade proporcionada por um negócio pouco sensível às flutuações da economia e ancorado no regular afluxo financeiro proporcionado pelas vendas a pronto pagamento. Ao invés do que acontece na quase generalidade dos sectores económicos, os panificadores informais não lhe causam incómodos. A dimensão do negócio permite-lhe adquirir grandes quantidades de farinha, o factor de produção que mais pesa nos custos de funcionamento, a preços muito favoráveis.

Apesar das dificuldades, a existência de alguns recursos económicos e relacionais, a par da capacidade de mobilizar outros, tem permitido a uma parte significativa dos comerciantes manter a sua posição de classe, escapando assim das formas extremas de desclassificação a que estão sujeitos muitos dos antigos operários. Também aqui, num contexto que pouco tem a ver com aquele que se vive nos países centrais, as estruturas sociais conhecem uma certa estabilidade, uma durabilidade temporal que é capaz de sobreviver até a violentos solavancos políticos e sociais. Mostrando quão importante é a posse de recursos para a reprodução geracional das posições de classe dos indivíduos na estrutura social moçambicana, a sua hábil utilização permitiu às famílias de origem indiana atravessar o difícil período revolucionário e continuar a sobreviver nas difíceis condições impostas pela integração no neoliberalismo. É importante notar que elas não se debatem só com os problemas provocados pela derrocada económica e a violenta desorganização do mercado, têm também de enfrentar o chamado *black-empowerment*, mecanismo de apoio político e económico aos africanos negros. Inexistente em termos jurídicos, ele está presente em muitas práticas quotidianas, como também nos discursos e nas lutas travadas a nível político. De certa forma, é legitimado pelo desejo de reparação de um passado, o do colonialismo, marcado pela discriminação que negava aos negros oportunidades de vida, quer dizer, de ascensão social, remetendo-os sempre para posições subordinadas.

A contagem efectuada aquando do ILP revela a dimensão deste *empowerment*. Os 40% de comércios tradicionais na posse dos africanos são, em termos absolutos, uma

expressão concreta da rápida transferência de património só possível em contextos de ruptura política e social. Porém, nada nos dizem sobre a dimensão desses negócios e seu respectivo peso na economia local, nem acerca dos recursos económicos e outros detidos pelos seus proprietários. Na realidade, os comerciantes africanos detêm, hoje, uma posição consolidada na sociedade local. Embora variável, e concorrendo com algumas famílias indianas cujo prestígio reside, por vezes, mais na tradição do que na boa saúde financeira e no património detido, alguns africanos têm hoje negócios consolidados e de grande dinamismo [v. anexo 3 - Planta da zona comercial formal (em representação esquemática) e anexo 4 - Lista de correspondência dos principais edifícios na zona do comércio formal].

Neste universo destaca-se Manhune, reconhecido com pleno fundamento como o indivíduo mais rico de Manjacaze. Nascido em 1951 numa aldeia do distrito de Manjacaze, aprendeu e exerceu a arte de serralheiro no Xai-Xai, durante o tempo colonial, numa pequena empresa de um cidadão britânico. A saída deste do país permitiu-lhe guindar-se à condição de empresário. Com a mediação preciosa de familiares bem colocados nas forças de segurança, começou a fornecer serviços regulares para o Estado, os quais contribuíram decisivamente para a consolidação do seu negócio. Mais recentemente, aproveitando a liberalização económica, investiu em outros sectores económicos, nomeadamente na construção civil, no transporte de mercadorias e na indústria de madeiras. A nível político foi vereador no executivo saído das primeiras eleições autárquicas realizadas em Moçambique em 1998. Abandonou o cargo na sequência das lutas que se verificaram no interior da Frelimo para a escolha do candidato para presidente do município nas eleições de Novembro de 2003. Tendo sido o primeiro cargo político por ele desempenhado, o seu exercício tem de ser visto à luz das estratégias frelimistas de integração dos indivíduos com recursos económicos e socialmente prestigiados, que contribuem, neste actual contexto político, para a preservação do poder desta força partidária nas estruturas do Estado, ao mesmo tempo que permite aos incorporados firmar e alargar os seus diversos capitais. Em suma, Manhune é hoje o mais rico empresário de Manjacaze, com interesses diversificados. Feito burguês ainda durante o período revolucionário, foi com o “ajustamento estrutural” que obteve o grosso dos recursos e património. Não estando imune às dificuldades económicas mais recentes, estas não o impedem de se consolidar como um dos homens mais poderosos e influentes do distrito:

Eu estudei na Missão Suíça. Em 1960 nasceu a Aldeia das Laranjeiras. O meu pai era muito amigo do João Mapangalane Mondlane. E nós fomos transferidos para ali, perto dessa aldeia, onde eu estudei na escola oficial. Eu chumbo 4ª classe em 1970. Desisti de estudar. Era feriado do dia 10 de Junho, de

Luís de Camões. Peguei na minha malinha e fui no Xai-Xai. Eu já era um gajo com 18 anos. Nessa altura eu via os jovens que trabalhavam em Cahora Bassa com roupa bonita, coisas bonitas. Cheguei no dia 10 em casa do meu irmão, ele estava já há muitos anos num branco. Esse branco gostou muito do meu irmão. Era para trabalhar numa mercearia, a distribuir mercadoria numa bicicleta de três rodas. No dia 15 o meu irmão chama-me: - “Tens aqui dois empregos. Tem emprego na loja, tem emprego na oficina. Escolhe lá tu”. Eu preferi trabalhar na oficina. Sem eu saber o que era escolhi. Deus puxou para ser serralheiro. Eu, se não tivesse sido serralheiro, hoje era majonjone.⁵

Comecei a trabalhar em 1970. Eu sou muito escravo, eu venho de muito longe. Eu entrava às sete, eu saía às vezes às 22 horas. Um senhor britânico que estava a trabalhar na Mocita fazia biscates em caa dele. Ele via como eu estava a trabalhar, perguntou se eu podia fazer serviços à noite, depois do serviço, se eu podia entrar às seis da tarde. Não tínhamos horário, saíamos quando estávamos cansados ou porque completamos o trabalho que precisávamos de fazer. Havia dias em que despegávamos às duas da manhã. Era muito difícil. Foi ele que me formou, que me ensinou mesmo. Eu não sabia o que era cinema, não sabia o que era baile, nem beber, até hoje não bebo. Só trabalhei na outra oficina um ano. Depois passei a trabalhar para esse britânico.

Em 1974 o britânico foi embora, a empresa fechou. A mim ofereceu quatro bancadas e uma máquina de soldar e outras coisicas que já deu para eu arrancar. Deste 1975 até hoje fui sempre empresário. Eu não cheguei a ter problemas. Eu trabalhei muito com a Frelimo e trabalhei muito para a Frelimo, isto na cidade do Xai-Xai. Durante aquele tempo do Samora Machel eu fui muito amigo dos governantes. Eu trabalhei muito com a segurança em termos de gradeamentos para os escritórios da Frelimo. Eu fiz muito trabalho, cheguei a ir a Chicualacuala, ao Maputo. Eu não vinha para Manjacaze. Eu só comecei a vir a partir de 1990.

Em 1991 as coisas estavam a melhorar. Com o administrador Mandlate as coisas melhoraram. Eu comecei a acelerar a minha empresa de construção civil com o senhor Oliveira, dos Transportes Oliveira. Eu comecei a fazer os hangares dos machibombos, Vilanculos, Beira, Tete. Pronto, fui trabalhando com o Estado, com os padres, com as irmãs. Agora tenho uma linha de construção de salas de aula. Peguei agora numa serração, a Álvaro de Castro. Eles, os sul-africanos, estavam a dever-me muito dinheiro, seiscentos e tal mil randes pelos transportes dos meus “cavalos”⁶ para Maputo, para a África do Sul, para a Swazilândia. Começaram a dever aos trabalhadores durante um ano, não conseguiam já pagar aos trabalhadores. Tentaram vir buscar as máquinas à noite, os trabalhadores foram em cima deles. Eu também já estava à caça deles para eles pagarem o meu dinheiro. Foram ter com o governo, aqui, o governo fez uma proposta para mim. Estou satisfeito, graças a Deus (Manhune, CAu36).

Outros casos existem em que o factor político é menos visível, embora o *black-empowerment* enquanto ideologia possa ter funcionado como mecanismo favorável. Afonso é filho dum mineiro que morreu cedo. Ficou a cargo do irmão mais velho, a quem

⁵ Mineiro nas minas de ouro da África do Sul.

⁶ Camião de transporte de mercadorias.

coube a tarefa de educar todos os outros irmãos, levando-os até à 4ª classe. A partir daí cada um teve de fazer por si. Até chegar a Manjacaze teve vários empregos, incluindo no estado (APIE). “Foi a pobreza que me fez comerciante”, afirmou numa conversa à porta de sua casa num final de tarde. Em meados dos anos 80 meteu-se no negócio das cervejas e dos refrigerantes importados da África do Sul. Começou nas férias, mobilizando um capital constituído ao longo dos seus anos de trabalho. Rapidamente percebeu que podia ganhar mais fazendo negócio do que como trabalhador. “Foi este dinheiro que nos fez pessoas”, quer dizer, que lhe proporcionou o acesso a bens materiais e a um estilo de vida inacessível à maioria dos moçambicanos. O negócio era muito simples, possuindo a sua chama de heroísmo: deslocação com o camião a Komantiport para adquirir as bebidas. Na fronteira corrompia-se os funcionários, pagando o vulgarmente conhecido “imposto de cabritagem”, sendo a cerveja importada sem direitos. A mercadoria era vendida no mercado Estrela Vermelha, localizado na final da avenida Eduardo Mondlane em Maputo, directamente a partir do camião. Os riscos durante a viagem eram muitos elevados, devido aos ataques frequentes da Renamo. Em 1996 as coisas correram mal. Uma inspecção imprevista, realizada por elementos dos serviços alfandegários de Maputo, detectou um carregamento de cerveja importada ilegalmente, camuflada entre sacos de farinha. O camião e a mercadoria são apreendidos. Através de contactos com elementos bem colocados nesses serviços conseguiu libertar a viatura e mercadoria, pagando somente os direitos aduaneiros. Este imbróglio levou-o a abandonar esta actividade. A enorme concorrência em Maputo obrigou-o a procurar uma alternativa fora da cidade. Com o apoio de um indiano do Xai-Xai, optou por alugar a Manhune o armazém onde está instalado o seu negócio. Desde 1997 que trabalha com algum sucesso. Passemos a um outro caso. Eneas Manguana tem 30 anos. Para além da cantina em Manjacaze, tem também comércio em Machacahomo (localidade do distrito de Manjacaze) e em Maputo. É negociante de castanha. O pai foi mineiro na África do Sul e criador de gado. Antes de ser comerciante Maguana trabalhou numa cantina, no período imediatamente após o acordo de paz de 1992. Começou por montar um negócio em Maputo, em 1995, com o capital obtido com a venda de algumas cabeças de gado. Passados dois anos regressou ao distrito para estabelecer uma cantina em Machacahomo. Porque “a vida no campo está parada” em 1999 abriu uma outra cantina na vila de Manjacaze. Trata-se de um espaço bem organizado e limpo, com um movimento razoável, superior às cantinas dos indianos. Sobretudo, não tem o ar de decadência das cantinas daqueles. Relativamente privilegiado – considera-se um homem de sorte – possui casas de alvenarias em Machacahomo, onde reside habitualmente, e em Maputo. Casado e com cinco filhos, na cantina de Manjacaze tem dois sobrinhos miúdos a

trabalhar para ele. Em Machacahomo tem apenas a prima a trabalhar para si, na loja em Maputo, o irmão. Apesar de ter apenas a 4ª classe, percebe-se nele uma abordagem comercial guiada pela racionalidade capitalista. Antes de qualquer negócio, procede a uma cuidada avaliação, preocupando-se sempre em obter lucros que lhe permitam aforrar uma parte. No seu entender, antes de qualquer outra coisa, é necessário investir. O seu sonho é abrir uma loja de venda de bebidas, uma garrafeira, mas “as pessoas aqui em Manjacaze não aguentam”.

Face aos sucessos de Manhune, Vasco e Eneas, entre outros mais, os comerciantes indianos inquietam-se. Não lhes é fácil ver e conviver, por um lado, com aqueles que sempre lhes foram subordinados por via do colonialismo e agora ocupam posições cimeiras na estrutura social. Por outro lado, sentem-se ameaçados nos seus negócios, já severamente golpeados pela crise da economia local. Trata-se, claramente, de uma luta posicional na estrutura social entre estes dois grupos de comerciantes divididos pela raça: os “monhés”, instalados em Manjacaze desde os anos 30 e hoje em situação de decadência; os africanos, muito aguerridos e beneficiando do apoio político. Colocados numa situação desconfortável, é com manifesto incómodo, portanto, que vêm a prosperidade da concorrência africana.

Estas lutas trazem sempre à colação o *mal de inveja*, repetindo, agora num contexto diferente, conquanto o lugar seja o mesmo, as lutas que opuseram os diferentes segmentos da pequena colónia de brancos a residir em Manjacaze antes da independência. Sempre que assim acontece, o racismo vira uma arma de arremesso, usado por ambas as partes para legitimar as suas posições e, sobretudo, as críticas feitas a outrem. Num jogo de espelhos, os racistas são sempre os outros. Para os africanos, “os monhés não gostam de ver pretos bem na vida”. A chegada, em 1999, de um poderoso concorrente indiano, imediatamente foi entendida pelo comerciante africano mais directamente afectado como um motivo de satisfação para os indianos: “É desta que o preto vai fechar”. Os indianos, por seu turno, acusam os negros de discriminação, mormente política. Apesar de conservadores em termos ideológicos, não hesitam em convocar Samora Machel para lembrar que nesse tempo não havia discriminação entre negros e os outros. O racismo é um outro modo de expressão, ao mesmo tempo que disfarça, das lutas pelos recursos económicos e pela classificação social. Por outras palavras, “o problema racial é simultaneamente um problema de classes” (Nkrumah 1975: 30). Ou seja, as manifestações racistas aparentemente fundadas em distinções de carácter biológico – a cor da pele é a categoria essencial – estão ligadas às contradições económicas provocadas pelas reconfigurações das relações de produção que

atingem Manjacaze⁷. Também aqui a inveja funciona como um mecanismo de luta pela classificação social (v. M. C. Silva 2002b), em especial no que se relaciona com a posse de capital simbólico, numa sociedade estratificada, competitiva e marcada por processos de mudança e de mobilidade sociais.

A um outro nível, os comerciantes “formais” enfrentam a concorrência dos “informais”. Também aqui são particularmente atingidos os indianos. Ainda mal habituados à concorrência aparentemente desorganizada produzida pelas novas formas de comércio, com uma cultura empresarial presa às formas protegidas de comercialização da era colonial, acusam os informais de práticas desleais e de vantagens concorrenciais injustas que lhes conferem uma maior competitividade. As críticas principais incidem sobre os horários de funcionamento, bastante mais alargados e flexíveis no sector informal, as condições de trabalho e de higiene, muito inferiores às exigidas para o comércio formal e, por fim, o regime fiscal. Acusam ainda os agentes da administração pública de discriminação, ao fiscalizarem apenas, aquando das visitas de inspecção a Manjacaze, as cantinas, deixando de fora os concorrentes das barracas e os armazenistas, em especial o de maior dimensão, com sede em Maputo:⁸

O comerciante é a vítima. É as finanças que estão a olhar para o comerciante, é o comércio interno que está em cima do comerciante, é a polícia que está sempre em cima do comerciante, é o homem da saúde que vem, mete o dedo debaixo do balcão, apanha um bocado de poeira, tem logo uma multa. O que não acontece com as barracas [...] onde não há nada disto. Pagam menos e não têm fiscalizações, não têm nada. Pagam dois contos cada dia e têm tudo. Não há nada, nem a saúde vai lá. Vai apenas ter com o comerciante que pediu para pagar legalmente. O comerciante não tem apoio, nem pelo banco nem por outro lado. O comerciante ficou despido pela guerra. Hoje o dumbanengue⁹ tem capulanas, tem açúcar, até acessórios de motores tem. O que é que nós vamos fazer? Você paga 60 contos [por mês] e faz negócio na mesma. O comerciante está desgraçado (M. Farsakh, comerciante, CAu 25).

Em conversas mais animadas chegam a defender a extinção do sector informal ou, em alternativa, a sua subordinação à legislação e regras gerais a que está sujeito o comércio tradicional. Não poupam os políticos que acusam de nada fazer para regular aquele tipo de negócio. Apesar de melhor organizados e detendo ainda alguma força social e até política, os

⁷ Para uma explicitação geral das várias teorias sobre o racismo, incluindo as sociológicas, v. M. C. Silva (2000) e Wieviorka (2000). Para o contexto moçambicano v. Serra (2000b).

⁸ Questionado sobre o assunto, um dos informantes nesta empresa foi dizendo que os seus patrões “são intocáveis”.

⁹ Palavra changana que se pode traduzir por “salve-se quem puder”. Na Beira e demais zonas de influência ndau, o mercado informal é designado por “tchungamoyo”.

comerciantes formais indianos sentem-se incapazes de influenciar, de um modo que não seja marginal, os órgãos do Estado e os diversos níveis da sua administração. A luta é, na verdade, desigual. São uma minoria face aos informais – “é lá que estão os votos” –, por outro lado enfrentam o já referido *black-empowerment*. Em Manjacaze são ainda relevantes as relações de parentesco, por vezes muito estreitas, entre membros destacados do comércio informal e os detentores de cargos políticos. Por exemplo, o presidente do mercado do Xikanhanine é irmão do primeiro dirigente do conselho municipal, outros membros da elite política local têm também familiares com barracas montadas. Logo, os interesses dos comerciantes informais são também os interesses daqueles. Deste modo, alguns detêm um capital relacional com efeitos práticos e positivos sobre a capacidade de se fazerem ouvir e defenderem as suas posições. Tanto mais quanto sabemos que os vínculos de parentesco neste contexto africano são muito fortes, bem superiores às solidariedades fundadas nos vínculos políticos, isto apesar de tais laços serem igualmente compostos por relações sociais de tipo moderno. O papel central das relações de parentesco na configuração e desenvolvimento das relações sociais foi justamente salientado por Feliciano (1998: 456). Para o autor, as velhas hierarquias baseadas no parentesco permanecem, continuando a condicionar decisivamente as actividades comerciais, sociais e culturais. Não surpreende, pois, que os comerciantes informais gozem de uma posição muito favorável aos olhos pela elite política local: são vistos como os futuros empresários-empreendedores do distrito. Apesar de muito atomizados e relativamente desorganizados, para o que concorrem as invejas e as rivalidades existentes, a sua dimensão e a importância crescente que detêm na economia conferem-lhes um peso político cada vez maior, ao qual o Estado e os partidos políticos não se podem alhear. Por isso, tanto na grande cidade de Maputo, como na pequena vila de Manjacaze, o poder político usa de todas as cautelas na sua relação com estes comerciantes, elegendo a negociação como mecanismo privilegiado.

3. O comércio informal: o espírito capitalista numa economia local empobrecida

A expansão da pequena produção mercantil e das actividades informais atinge as mais diversas zonas do globo, fazendo-se sentir com especial intensidade em África e na América Latina. Como observou Colorado-Mansfeld (2002: 124-125), este tipo de actividades constituem uma janela de oportunidade para todos aqueles que foram colocados na margem pelos novos cenários induzidos pela penetração das políticas neoliberais, nomeadamente no

que se relaciona com a circulação e distribuição do capital à escala planetária, com destaque para os investimentos produtivos.

Em Moçambique, o discurso político dominante, marcado pela retórica do *black-empowerment*, repete amiúde que os comerciantes informais serão os futuros empresários-empREENhedores do país. Mas o que são eles actualmente? Como os classificar? Começemos pelo sector onde actuam. Apesar de carecer de algum rigor jurídico, aceita-se que as actividades informais se definem pela pequena dimensão do negócio, exploração directa do proprietário e inexistência de um sistema de registo estatístico, fiscal e contabilístico (v. Gautier *et al.* 2001: 802). No terreno, qualquer observador minimamente treinado sabe distinguir este tipo de actividades. Elas têm uma forma de organização no espaço e uma tipologia de edificação que são inconfundíveis: elevada concentração espacial, num regime de aparente anarquia, de barracas e outras construções precárias, normalmente de cimento ou caniço com coberto de chapa, num ambiente de cor, sons e odores variados.

Trata-se de um sector, é de repetir, que não é exterior ao modo de produção dominante nem à economia-mundo capitalista, antes os integra embora de uma forma subordinada e dependente. Como notaram há mais de duas décadas Gerry e Birkbeck (1981 e 1985), é formado pelos falsos trabalhadores independentes (vendedores ambulantes dos mais variados bens por conta de uma empresa ou indivíduo) e pelos *lumpen-capitalistas* (proprietários de pequenos comércios ou serviços que põem a funcionar a partir de um pequeno capital). Por vezes, a distinção entre uns e outros é muito ténue. Por exemplo, como classificar o indivíduo que dedicando-se mais ou menos ocasionalmente ao comércio no mato com a sua barraca precária, durante os meses da campanha recebe crédito do comerciante da vila para adquirir castanha?

Objectivamente colocados numa posição de classe ambígua, à qual não é estranha a extrema diferenciação social interna, as suas subjectividades amarram-nos aos valores burgueses. Como revelam as suas narrativas transcritas ao longo do texto, são animados pela crença, profundamente individualista, da responsabilidade própria nos seus destinos de vida e na concomitante expectativa de enriquecimento económico e ascensão social. Para eles, tal fé está de certa forma comprovada pelos raros exemplos que conhecem, transformados pelos discursos dominantes em paradigmas do trabalho esforçado ao alcance de qualquer um que possua vontade em persistir (Gerry e Birkbeck 1981).

Como todos os outros mercados espalhados pelas pequenas e grandes cidades e vilas de Moçambique, o Xikanhanine e o Central são consequência directa das mudanças

económicas verificadas a partir de meados dos anos 80.¹⁰ A liquidação de empresas e o desemprego em massa empurrou muitos para o comércio informal, não sendo estranho que já em 1992 se escrevesse, num dos mais influentes órgãos de comunicação social moçambicano, que “o aumento da venda nas ruas principais de produtos alimentares e bebidas de importação foi a evidência mais forte da transformação económica operada pelo PRE” (*Tempo*, n.º 1141 de 30/8/1992). Em termos sociais funciona como um amortecedor, absorvendo parte significativa da força de trabalho excedentária que, sem esta alternativa, poderia constituir-se num perigoso factor de desestabilização e agitação, perturbando fortemente a já baixa legitimidade política do Estado. Por outras palavras,

o sector informal acaba, assim, por espelhar a crise geral que afecta o país, representando por um lado a fraqueza do Estado na produção de respostas para os problemas económicos e sociais e, ao mesmo tempo, as formas alternativas (e seus constrangimentos) que visam compensar quer os impactos económicos, quer os impactos sociais produzidos pela crise, através das redes de solidariedade (T. C. e Silva 2002: 86).

Desafiando a história algo esquiva desta actividade, T. C. e Silva (2002: 82-83) coloca as origens dos mercados informais em 1987, com o pequeno negócio de esquina feito, normalmente por mulheres, nas ruas das cidades e vilas ou nas estradas mais frequentadas. Embora se possa encontrar na guerra civil uma causa remota para o aparecimento dos “dumbanengues”, ao provocar o êxodo de população das zonas rurais para as grandes cidades, em particular para Maputo, e a desorganização e perturbação da economia, este fenómeno acentua-se precisamente com a paz. Ora, se a guerra fosse a causa, o crescimento dos dumbanengues teria estancado, em vez de ter continuado a expandir-se. Tão pouco tem sustentação empírica em Moçambique a tese que responsabiliza a excessiva formalização e a rigidez da regulação legal da produção e do comércio como as razões maiores para a expansão do sector informal (v. Arrighi 1996: 2). A ser assim, este teria de ter explodido durante a fase da economia centralizada e não posteriormente, em que as regras e restrições abrandaram fortemente. Portanto, é nas opções económicas tomadas, quer dizer, na adesão às políticas de ajustamento estrutural que em Moçambique tomaram o nome de programas de reabilitação económica, cujo impacto concreto se mede em destruição do tecido produtivo e desemprego

¹⁰ V. Capítulo IV. É de notar que estas mudanças, melhor dito, os seus efeitos continuam a fazer-se sentir. No início de 2003 o distrito de Chókwè (província de Gaza) foi afectado por uma vaga de falências de empresas que lançou no desemprego milhares de trabalhadores, a maioria deles sem outras alternativas que não sejam as actividades informais. Daí que, segundo o relatado no *Vertical* (n.º 247 de 31/1/2003), a quantidade de vendedores informais tenha atingido uma dimensão jamais vista.

em massa, que reside o quadro explicativo para a expansão e consolidação dos *dumbanengues*. Expansão e consolidação e não origem, importa sublinhar, pois o sector informal tem as suas raízes na pequena produção mercantil que, como justamente salientam Gerry e Birkbeck (1985), constitui uma forma económica concreta que pode existir em diferentes modos de produção, nomeadamente capitalista e socialista. Como parece atinente considerar, a sua importância varia conforme a evolução e as reconfigurações do modo principal de produção ao qual está subordinado, neste caso o capitalismo, que na sua fase actual favorece a expansão do sector informal.

Com sortes muito diferentes, explicáveis pelos desiguais recursos económicos e relacionais detidos por cada um dos actores, o sucesso comercial está severamente condicionado pelas estruturas económicas prevaletentes. Quer dizer, por uma economia empobrecida, caracterizada pela grande concentração geográfica e social do dinheiro e do património, bem como pelo fortíssimo desemprego, aspectos que concorrem para a redução do rendimento e, não raro, para o afastamento de muitos das trocas monetárias. Os efeitos destas debilidades económicas adquirem uma espessura precisa quando os comerciantes informais referem, amiúde, que “as pessoas não têm dinheiro”. De facto, com a excepção das barracas de bebidas, de refeições quentes e das que estão melhor situadas e abastecidas, para muitos são dias a fio sem vender, sinal forte da “miséria de Manjacaze”.¹¹ A sensação é de que as coisas funcionam, muitas vezes, em circuito fechado: a que vende peixe tem como clientes os parceiros das barracas do lado, e vice-versa.

Em Manjacaze, o comércio informal crescerá em torno de dois pólos: o do velho mercado central, em volta do qual se foram acumulando as barracas; o do *Xhikanhanine*, muito próximo da Praça dos Heróis, situado no lado oposto da vila (v. anexo 4 – Planta do centro administrativo). Estando o primeiro muito limitado, em largueza, pelas construções existentes, é a este que caberá acolher o grosso daqueles que desejam montar o seu negócio. Com os melhores espaços ocupados, montar uma barraca significa normalmente ser empurrado para as ruas mais periféricas do mercado, longe da artéria principal, por onde circulam as viaturas automóveis e estacionam os “chapas”. Quando isto se conjuga com a escassez de capital e a falta de experiência comercial, as possibilidades de sobrevivência do negócio estão, à partida, muito limitadas. Assim, no dia a dia da barraca, para a maioria são vendas irregulares, hoje 20.000mt, amanhã 50.000mt., não mais de dois milhões por mês,

¹¹ Por exemplo, as barracas do presidente do mercado do *Xikanhanine* fazem, cada uma, mais de 30 milhões por mês. Segundo ele, “barraca que não tenha mais de 500 contos de lucro por mês não tem viabilidade, acabará por fechar”.

malgrado os denodados e imaginativos esforços para fazerem crescer as vendas, mesmo sem conhecerem as modernas teorias e técnicas de gestão e *marketing*, que pouco ou nada valeriam nesta economia destruída. Uma das estratégias mais utilizadas consiste em contratar jovens para a venda ambulante. Todos os dias, incluindo domingos e dias feriados, circulam pelas ruas de Manjacaze, num corrúpio contínuo, jovens adolescentes a vender de porta em porta roupa, bolachas, produtos de limpeza e de higiene pessoal. Em termos comerciais os proveitos são escassos, se considerarmos que estes miúdos ambulantes não conseguem, em regra, mais do que 150.000mt por mês de rendimento próprio, um pequeno dinheiro tirado do lucro da venda das mercadorias, que não deixa, contudo, de ser um contributo importante para a economia doméstica das suas famílias.

Considerado inicialmente um sector marginal, o crescimento e enraizamento deste tipo de actividade tornou-o central na economia. Só nas zonas rurais os dados mais recentes disponíveis apontam para a existência de 3.5 milhões de comerciantes informais (*Notícias*, n.º 25.866 de 22/12/2003). Em 1996 as importações efectuadas pelo comércio informal ascendiam já a cerca de 100 milhões de euros, atingindo percentagens, em termos do peso nas trocas totais, de 90% com a Swazilândia, 67% com a Zâmbia e 65% com a Tanzânia. Com a África do Sul a parte que cabe ao sector informal é de cerca de 10% (v. *Metical*, n.º 105 de 21/11/1997). Da parte do governo moçambicano é claro que os comerciantes deste sector são agentes económicos, parecendo estar definido como objectivo a progressiva passagem para o sector formal da economia. Muito recentemente, o ministro da tutela declarou que é preciso “sabermos encontrar formas de produzir o enquadramento desses agentes económicos, fazer com que essa economia se aplique e possa ser integrada” (*Vertical*, n.º 172 de 14/10/2002). Este desejo governamental não encontra grande oposição, mesmo nos mercados da capital. Associando a expressão “formal” à melhoria das instalações e condições de trabalho, são muitos os comerciantes que almejam a mudança (v. *Vertical*, n.º 206 de 2/12/2002).

Certamente as reacções serão bem diferentes se nela estiver inserida um novo regime fiscal que os aproxime daquele ao qual estão sujeitos os comerciantes formais. A tributação do sector informal é um assunto politicamente sensível, de difícil execução em todo o continente africano. Gautier *et al.* (2001) discutem esta problemática, com base num estudo sobre o sector na ilha vizinha de Madagáscar. Aquela tributação sobre o sector é considerada por muitos como injusta devido à crise de legitimidade do Estado nos países periféricos e por incidir sobre as pessoas mais pobres da população que vivem de uma actividade cujos proventos pouco vão além do necessário à sobrevivência. Ora, a dimensão e os benefícios proporcionados pelas actividades informais são muito variáveis. Se a maioria luta

desesperadamente pela sobrevivência, com rendimentos muito escassos que podem não ir além do salário mínimo, outros há que obtêm proventos que lhes proporciona uma situação económica desafogada. Conquanto a inexistência de uma cultura documental constitua um escolho a tomar em consideração, a tributação fiscal sobre as actividades informais acabará por se impor por interesse do Estado. Face à crescente preponderância económica deste sector na economia moçambicana, a par do esvaziamento do comércio tradicional com contabilidade organizada, o Estado ver-se-á constrangido a tributá-lo, sob pena de se agravar ainda mais a hemorragia fiscal a que está sujeito. Não sendo possível precisar a configuração que a regulação estatal vai tomar, é previsível que alguns dos comerciantes melhor sucedidos se integrem plenamente no sector comercial formal, de certo modo pressionados pelo Estado interessado em aumentar a tributação fiscal sobre este importante segmento da economia. Ao mesmo tempo que comerciantes do sector formal mergulham no comércio informal, devido à falta de viabilidade dos seus negócios.

O comércio informal é, hoje, como Manjacaze bem o exprime, o principal “empregador” no sector terciário da economia, apesar das dificuldades em o medir, devido à institucionalização muito fluida e heterogénea das actividades nele compreendida: produção artesanal, vendas ambulantes, comércio em barracas e outras construções precárias. No geral, são todas aquelas que não estão sujeitas às obrigações comerciais e fiscais ordinárias, não possuindo qualquer outro tipo de conexão com o aparelho de Estado que não seja aquele que se estabelece por via do pagamento de uma taxa diária, quando cobrada. Os dumbanengues são, para desespero e queixume dos comerciantes formais, o principal lugar de trocas comerciais, captando a parte mais significativa do rendimento ao dispor dos indivíduos. Progressivamente estão a substituir estes, em especial nas zonas mais remotas do mato, na ligação dos camponeses ao mercado, comprando-lhes as suas colheitas e vendendo-lhes os produtos industriais, embora a uma dimensão bem inferior à que existia na época colonial, em virtude tanto da menor capacidade financeira de muitos deles, como da desvalorização mercantil dos produtos tradicionais na dieta alimentar, substituídos pelas massas e outros bens alimentares de origem industrial.

Moçambique tem uma economia quase totalmente dependente da África do Sul, sua principal fornecedora de produtos alimentares processados e outros bens industriais. Ora, também nos dumbanengues a maioria das mercadorias à venda é proveniente desse país. Se os mais pequenos se abastecem em Maputo, junto de outros informais ou em grandes armazéns,

como a Euragel,¹² presente em Manjacaze, são numerosos os comerciantes informais que vão comprar as mercadorias à África do Sul. Para contornarem o pagamento de taxas alfandegárias e facilitar a amortização das despesas efectuadas (transporte, alimentação, alojamento e visto, no valor de 390 rands por cada seis meses), corrompem os agentes do aparelho de Estado moçambicano através de um mecanismo expedito: o comerciante ou alguém da sua confiança, normalmente um familiar, vai de autocarro ou comboio à África do Sul, não raro a cidades distantes como Durban, comprar mercadoria. No regresso, quase sempre por Ressano Garcia, fronteira do extremo sudeste do país, as taxas alfandegárias são contornadas através do suborno a polícias e funcionários fronteiriços, aproveitando a boa receptividade destes a esta prática. Transposta esta pequena dificuldade, os produtos são colocados nas barracas e vendidos sem qualquer tipo de controlo tributário ou outro.¹³

Em 1997 arranjei passaporte e comecei a ir para a África do Sul, a trazer uma roupa de qualidade. Saímos daqui, depois vou de comboio. Apanhámos o comboio das 18, chegámos na África do Sul às 6 da manhã, fazemos as nossas compras, às 18 de tempo o comboio já sai e chega ao Maputo às 6 da manhã. Mas agora já tem machibombo que sai da África do Sul às 18 e que chegam aqui às 14, 15 do outro dia. São estes transportes que estamos a utilizar agora. Acabo de voltar nem tenho uma semana. Os direitos alfandegários... Você ali tem que ter um amigo que trabalha na fronteira, você dá qualquer coisa para poder facilitar as suas coisas. Você traz uma mercadoria que vai até vinte milhões. Ele vai cortar do meio, ele cobra de 10 milhões os direitos, você dá para ele um ou dois milhões para poder sair. Para pagar os direitos você fica aqui sem nada” (comerciante do mercado, CAu33).

Nos mercados informais de Manjacaze as mulheres detêm um forte protagonismo. Mais sujeitas do que os homens a formas extremas de privação material, sobretudo quando

¹² Esta empresa é propriedade de uma família hindu de origem indiana. Constituída em meados dos anos 80, desde sempre se orientou para a importação e o comércio por grosso. Entrou no negócio da castanha de caju na campanha de 1991/92, aproveitando a abertura à exportação autorizada pelo governo moçambicano. Actualmente, a castanha de caju não tem peso relevante, não excedendo os 10% do actual volume de negócios. Está em Manjacaze desde 1998, por razões que têm a ver com a sua presença na vila próxima do Chibuto, rentabilizando desta forma os custos de transporte, a compra de castanha no principal centro de produção em Gaza e as oportunidades de negócio proporcionadas por uma rede comercial muito debilitada. Detém igualmente interesses na indústria de confecção e projectos para a entrada no sector do descasque industrial com a montagem de uma fábrica com sistema indiano na província de Nampula. Nesta área tem desenvolvido algumas parcerias com os pequenos processadores a quem fornecem a castanha e a recebem já processada para colocação no mercado sul-africano. Declarou falência em 2003, na sequência da morte do seu sócio principal e responsável pela gestão quotidiana.

¹³ Tendo entrado em Moçambique por via terrestre, precisamente por Ressano Garcia, tive a oportunidade de observar a negociação do “imposto de cabritagem” com os guardas, num processo bem demorado que se arrastou por largas dezenas de minutos. Por fim, depois dos rituais de inspecção das bagagens e de apreensão de duas ou três peças de mercadoria, tudo se resolveu com a entrega aos guardas do dinheiro colectado aos “passageiros-comerciantes”. De salientar que em 1992 a imprensa referia já a existência de práticas de evasão às tarifas alfandegárias (v. *Tempo*, n.º 1141 de 30/8/1992), mais tarde confirmadas pelo estudo sobre o comércio informal acima citado (v. *Metical*, n.º 105 de 21/11/1997).

associadas ao divórcio, viuvez, abandono do marido e filhos numerosos para sustentar, o dumbanengue é a possibilidade derradeira para continuarem a lutar pela sobrevivência. Tal como parece verificar-se a nível nacional, cabe-lhes a exploração da maioria dos negócios.¹⁴ Aqui há que distinguir a exploração da propriedade. Como foi possível apurar pelo levantamento e as observações efectuadas, existem negócios cuja propriedade não pertence às mulheres que os exploram mas antes a homens, por vezes sem qualquer relação de parentesco. É o caso do actual presidente do mercado do Xikanhanine, proprietário de sete barracas de comércio geral, roupa e bebidas. Se neste caso o detentor do negócio é também o responsável pela sua exploração a tempo inteiro, em algumas situações nem isso se verifica. Por exemplo, e configurando uma situação típica, temos o professor da escola secundária proprietário de uma barraca de bebidas cuja exploração está entregue a uma antiga trabalhadora da fábrica de caju, por sua vez proprietária e exploradora de uma barraca de roupa. Assim, encontramos imbricadas as mais diversas situações, quase sempre definidas pelas relações de parentesco e de proximidade relacional. Segundo o inventário efectuado (quadro 23), das 385 barracas e bancas ocupadas e em funcionamento regular no Xikanhanine, 63.9% são exploradas por mulheres, enquanto que no Central são 69.5%.¹⁵ Em média funcionam por dia cerca de 350 negócios no Xikanhanine e cerca de 80 no Central, de acordo com as informações fornecidas pelos cobradores das taxas de serviço a estes mercados. Com a excepção das barracas que estão situadas logo à entrada do Xikanhanine, em frente à paragem dos chapas, a cada negócio instalado é cobrado 2.000mt por dia de funcionamento. Revertendo as cobranças para o conselho municipal, estas constituem-se na principal fonte de receita própria do município. As taxas cobradas aos comerciantes informais têm cabimento legal no art.º 69º, alínea f (taxas por licenças concedidas devido a “ocupação e utilização de locais reservados nos mercados e feiras”), da Lei n.º 11/97 (Finanças Autárquicas).

¹⁴ Cf. *Tempo*, n.º 1236 de 28/8/1994. Neste artigo é citado um estudo realizado nesse ano num bairro habitacional da periferia de Maputo sobre a situação económica e laboral das mulheres. Os resultados mostraram que 73% da força de trabalho activa feminina se ocupava com actividades de comércio informal, vendendo as mais variadas mercadorias, incluindo alimentos.

¹⁵ Em ambos os mercados existem barracas e bancas. Estas são as mais simples, sendo muito frequentes no sector dos legumes e frutas. São, como facilmente se advinha, constituídas por um simples estrado, normalmente em caniço apoiado em quatro paus de madeira, onde o comerciante coloca os seus produtos à venda. Existem também, como veremos mais à frente, diferentes tipos de barracas.

Quadro 18. Relação das barracas e bancas dos mercados de Manjacaze em 2001

	Central		Xikanhanine		Total
	Nº	%	Nº	%	
Barracas e bancas existentes	128	23	416	77	544
Abandonadas ou em construção	23	43	31	57	54
Ocupadas	105	21	385	79	490
Exploradas por mulheres	73	23	246	77	319
Exploradas por homens	32	19	139	81	171

Fonte: ILP

Para o sucesso do negócio é determinante o lugar ocupado pela barraca no espaço mercantil. Começamos pelo Xikanhanine. As zonas “nobres” são as que se situam ao longo das duas ruas exteriores e nas ruas interiores consideradas principais e seus cruzamentos. Percorrendo as ruas do mercado verificamos que as barracas vão alternando, variando em função dos recursos financeiros do comerciante e do tipo de produtos vendidos. Porém, podemos falar em duas grandes tonalidades: as barracas mais caras estão localizadas nas ruas mais próximas da paragem dos chapas. À medida que nos embrenhamos no mercado, as barracas precárias vão-se tornando cada vez mais frequentes, acabando por se impor. Do mesmo modo, o número de barracas desocupadas aumentam à medida que franqueamos as ruas mais recuadas do mercado, precisamente aquelas com menor circulação de clientes. Daí a luta pelos melhores lugares, quase sempre atravessada pelo *mal de inveja*:

Conflitos não podem faltar. Quando eu saí de Maputo eu não tinha grande coisa, eu estava ainda a praticar o negócio. Não sei o que me levou a sair do Maputo para aqui. Decidi, preferi fazer os meus negócios em casa. Quando eu saí do Maputo para aqui não tinha [no mercado] roupa de qualidade, enquanto a roupa que eu trazia era muito, muito boa. Aqui estavam a vender muita roupa da calamidade, enquanto eu vendia roupa de primeira qualidade. Vendia roupa nova, enquanto eles vendiam calamidade. Agora toda a gente vende roupa de primeira qualidade como eu. Quando eu cheguei aqui no mercado eu não era nada. A minha barraca era a última que tinha lá no fundo. Agora tenho barraca aqui à frente. O que é que dizem os que estão dentro? Que eu me estou a servir do cargo para arrancar coisas para mim. Há muita inveja. Eu sou como os outros. Como é que você apanha esta barraca? Quem quer a barraca aqui? Esta barraca custa 20 contos por dia. Basta que consigam pagar 20 contos por dia. É muito dinheiro. Enquanto lá dentro do mercado estão a trabalhar com dois contos diários. Para eu ter outra barraca ou alguém ter uma barraca aqui tem de ir ao município requerer o terreno. Depois somos

nós a dar a barraca. Qualquer pessoa que apanha dinheiro quer um negócio. Agora já não é fácil. Naquela altura havia menos concorrência (presidente do mercado, CAu33).

O êxito depende, pois, dos recursos detidos por cada comerciante. Para além do económico, o capital relacional é decisivo. Face à escassez de bons lugares, assiste-se a uma reconfiguração do uso do espaço, com o crescimento do mercado em direcção à avenida principal, provocado pela construção de novas barracas pelos comerciantes melhor sucedidos e com mais recursos. Sublinhe-se, todavia, que a divisão do espaço em sectores de bens comercializados, regulado pelo órgão de gestão instituído pelos comerciantes, condiciona o local de instalação do negócio, isto é, o acesso a um destes lugares não está apenas limitado pelo capital ao dispor do interessado e pela existência de espaço disponível, mas também pelo tipo de negócio a montar. Assim, a concorrência desorganizada é apenas aparente, não resistindo à imersão etnográfica. Por exemplo, as barracas e bancas de venda de peixe seco estão agrupadas numa dada zona, não sendo possível aos interessados em montar negócio neste ramo a opção por lugares fora dela.

Bastante mais pequeno, no mercado Central esta divisão por tipo de negócio não está tão bem definida, não deixando porém de a ocupação do espaço obedecer à mesma lógica aplicada no Xikanhanine. A decadência da zona comercial formal, onde se encontra localizado, torna a luta pelos melhores lugares menos intensa.

Percebe-se que existe uma relação directa entre lugar, rendimento e sucesso comercial. Se alguns já puderam constituir um pé-de-meia razoável, conseguindo ganhos mensais que os afastam das camadas mais despossuídas da sociedade moçambicana, a maioria não consegue escapar da relação viciosa *obtenção de crédito* $\Rightarrow$ *compra de mercadoria* $\Rightarrow$ *pagamento do crédito* $\Rightarrow$ *obtenção de crédito* que, em muitos casos, acaba no colapso e abandono do negócio.

Os mecanismos de crédito são relativamente complexos e diversificados. Estando o acesso ao crédito bancário fora do horizonte, por ausência de um ambiente bancário adequado a este tipo de actividade comercial e, por outro lado, devido às elevadas taxas de juro em vigor, o crédito é obtido por outras formas: (i) directamente junto dos armazenistas fornecedores; (ii) o “xitique” nas suas diversas variantes, incluindo os grupos de créditos constituídos pelas ONG, e (iii) o do banqueiro informal. Enquanto que este sistema, também observado por T. C. e Silva (2002) nos mercados informais de Maputo, assenta na confiança relacional, no qual um dos comerciantes funciona como banqueiro informal que vai captando as poupanças dos vendedores e concedendo crédito a quem necessita, o xitique é um sistema

de crédito baseado na contribuição financeira solidária dos membros de um grupo que vão contribuindo regularmente com uma dada importância para um fundo comum que depois, de modo rotativo, serve para apoiar cada um deles. O problema surge quando uma percentagem significativa dos membros deixa de cumprir com as suas obrigações para a “caixa comum” que, no limite, pode levar ao colapso do sistema por descapitalização e, sobretudo, por quebra de confiança.

No Xikanhanine, a função de banqueiro informal é desempenhada pelo presidente do mercado. Para aceder a ele, cada comerciante deve contribuir com o equivalente a um dia de receita bruta. Como os ganhos são muito diferenciados – enquanto que negócios como a venda de lenha ou o corte de cabelo geram, muitas vezes, apenas 20.000 mt por dia, algumas barracas podem fazer 500.000 mt. –, as contribuições são também muito desiguais. O crédito é, normalmente, de 30 dias, devendo ser liquidado no final de cada mês. Num universo ligeiramente inferior a quatro centenas, este banqueiro informal trabalha com quase 200 comerciantes.

Aqueles que ficam de fora deste sistema recorrem ao crédito junto dos armazenistas fornecedores – “prefiro fazer xitique comigo, pedir crédito [no armazenista] e trabalhar” (Agostinho T, comerciante informal) –, organizam xitiques em grupos de reduzida dimensão ou participam em programas organizados por ONG e organizações religiosas protestantes no financiamento dos comerciantes informais. Nestes casos, o sistema tem um funcionamento relativamente simples: uma reunidos os comerciantes interessados, são definidas as regras a que todos eles têm de se sujeitar, nomeadamente as que respeitam às multas a aplicar no caso de incumprimento ou atraso no pagamento dos créditos; são ainda eleitos os responsáveis locais, comerciantes que funcionam como elemento de ligação entre os colegas e a ONG. O valor e prazo de amortização dos créditos é variável em função do tipo, objectivos e recursos financeiros da organização envolvida. No Xikanhanine, uma das organizações mais activas em 2001 era uma igreja protestante com sede nos EUA que concedia aos interessados créditos no valor de um milhão de mt por períodos de oito meses.

Conquanto seja socialmente importante em contextos de violenta crise económica, a longo prazo não é suficiente para fazer sair da pobreza parte significativa dos beneficiários. O *lumpen-comerciante* recebe o micro-crédito, compra a mercadoria, o lucro utiliza para custear as suas despesas de sobrevivência quotidiana, recorre de novo ao micro-crédito para iniciar um novo ciclo, acabando por nunca conseguir gerar capital suficiente de forma a torná-lo autónomo. Não raro, as coisas não correm bem. A falência faz-se anunciar sob a forma da

barraca praticamente vazia, quando nela não resta mais do que meia dúzia de caixas de fósforos e alguns quilos de arroz ou outro cereal para venda.



Fotografia 35. Vista parcial do mercado Xikanhanine em Manjacaze

A montagem da barraca obedece a um conjunto preciso de acções administrativas. Em primeiro lugar, é necessário solicitar autorização ao Conselho Municipal, pagando no acto uma taxa no valor de 36.000mt.¹⁶ Seguidamente, o interessado deverá dirigir-se ao presidente dos comerciantes do mercado, a quem solicitará a atribuição de um lugar vago, normalmente localizado nas zonas mais recuadas, onde ninguém passa. Coloca-se-lhe agora a tarefa da construção da barraca. Se optar por materiais mais perenes, como o tijolo, o cimento e a chapa, o investimento pode chegar aos dez milhões de meticais. Se em vez destes materiais utilizar basicamente o caniço, o valor reduz-se substancialmente, não mais de um milhão de meticais. Em alternativa pode tomar, por trespasse, uma barraca a funcionar ou encerrada por falência ou falecimento do seu proprietário. O valor do trespasse é muito variável. Para as que estão bem situadas, com um volume de negócios considerado bom, o trespasse ultrapassa,

¹⁶ O valor da entrada para as barracas que se situam na entrada do mercado é de 1 milhão de meticais.

frequentemente, os 30 milhões de mt, podendo ser amortizado em cerca de um ano. Os proprietários destas barracas gozam de uma situação económica que nada tem a ver com aquela que agrilha o trabalhador assalariado a uma existência precária. Enquanto este não consegue mais de 700.000 mt por mês, uma barraca deste tipo pode fazer, de lucro mensal, mais de três milhões. A opção mais económica é, porém, a da banca, conquanto não seja adequada para todos os tipos de negócios. De facto, exceptuando os relacionados com os produtos perecíveis, como hortícolas e peixe, de renovação diária, para os restantes bens transaccionáveis os comerciantes necessitam de uma edificação que assegure uma razoável protecção face ao roubo durante o período de encerramento.

Instalado, resta ao comerciante começar a comprar e a vender, observando as normas em vigor definidas pela estrutura associativa do mercado. Esta é eleita por todos os proprietários de barracas e bancas, vinculando-os a um conjunto relevante de regras, em especial no que respeita a horários e preços. A definição destes e o seu estrito cumprimento são aspectos cruciais para os actores sociais envolvidos no comércio informal. Nenhum deles se pode eximir a tais normas, pelo menos de forma manifesta. Vender abaixo do tabelado, quer dizer, mais barato do que a concorrência, dá aso a reacções enérgicas de censura e, quase sempre, à intervenção dos que estão encarregados pela regulação dos preços.¹⁷ Em relação aos horários, as barracas e bancas podem estar abertas entre as 7 e as 17h00, com excepção das que vendem bebidas, cujo funcionamento pode ir até às 22h00.

A estrutura democrática representativa dos comerciantes é composta pelo presidente, pelo tesoureiro e por um responsável pela regulação da concorrência e práticas comerciais, também designado por “presidente dos preços”. Ao tesoureiro compete a recolha das multas relativas à falta de limpeza, ausência a reuniões e outras violações das regras em vigor, conforme o regulamento e avisos publicados pelo Conselho Municipal ou pelo presidente do mercado. Assim, o livre mercado concorrencial que um primeiro olhar poderia pensar ser a regra não existe. Ele encontra-se, antes, regulado por um conjunto de normas e mecanismos de controlo, associados a penalizações que podem chegar ao encerramento compulsivo da barraca, ao qual não escapam aqueles que, não pertencendo ao mercado, negoceiam com os comerciantes:

Estamos aqui sentados, vem uma pessoa do Maputo vender aqui. O preço a que nós estamos a vender o saco de arroz ele vende ao preço de armazém. A dificuldade tem de resolver o presidente [do mercado].

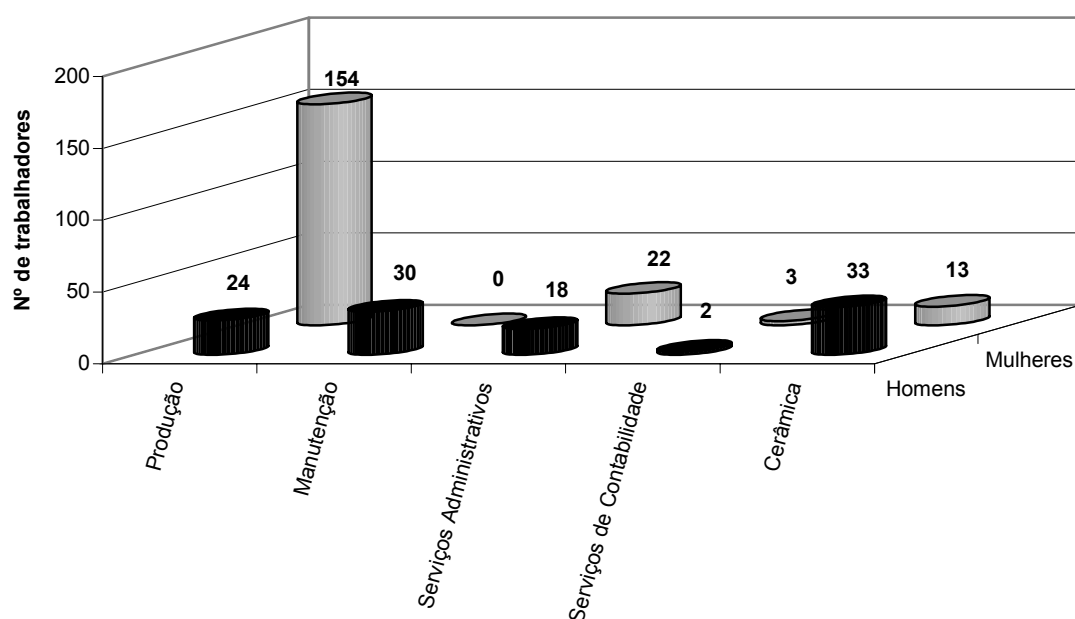
¹⁷ Swiderski (1995): 119-120) observou também a concertação de preços no mercado informal de Eldoret (Quênia).

Não podemos deixar vender mais barato porque ficamos empatados. Se [alguém] quiser vender a preço de armazém vende a nós, a gente guardar, depois carregar o carro e ir embora, para nós podermos apanhar também o pão. Senão ficamos sem nada para fazer (presidente do mercado, CAu33).

Ora, não há dúvidas que o objectivo subjacente a estas medidas é a contenção das eventuais tensões e conflitos entre os comerciantes do mercado, e entre estes e os negociantes de fora provocados pela concorrência desorganizada. Por outras palavras, estes comerciantes não fazem mais do que colocar em marcha mecanismos de protecção contra os efeitos devastadores do mercado auto-regulado que garantem, em primeiro lugar, a salvaguarda dos seus interesses. No essencial, esta estratégia torna evidente, localmente, numa economia depredada pela restauração plena do capitalismo, o confronto entre dois princípios: o do liberalismo económico que visa estabelecer um mercado auto-regulador que adopta como método principal o *laissez-faire* e a livre-troca face ao da protecção social, que visa conservar a humanidade e a natureza, bem como a organização da produção, adoptando como métodos a legislação protectora, as associações restritivas e outros instrumentos de intervenção (Polanyi 1983: 182).

4. Alternativas e destinos de vida dos trabalhadores da fábrica velha

Em Agosto de 1997 a paragem de produção na fábrica velha implicou o despedimento de 299 trabalhadores efectivos, abrangendo todos os sectores, incluindo serviços administrativos, vigilância e creche (v. figura 39). O sector menos afectado foi o da manutenção, em virtude de a prevista retoma da laboração com a nova campanha exigir que as operações de manutenção do equipamento não fossem abandonadas. Com o tempo, o que era visto e sentido como provisório, um hiato na vida da fábrica, passou a definitivo. Os que tinham sido poupados a essa primeira dispensa colectiva, cerca de 50 trabalhadores, foram sendo sucessivamente despedidos até não restar mais do que uma escassa meia dúzia em 2001, encarregues da vigilância das instalações. A maioria dos despedidos eram mulheres do sector da produção. Os homens prevaleciam nos sectores da manutenção, ao qual não estavam afectas mulheres, e na cerâmica. Nos restantes sectores existia algum equilíbrio numérico, com as mulheres sempre em maior número.



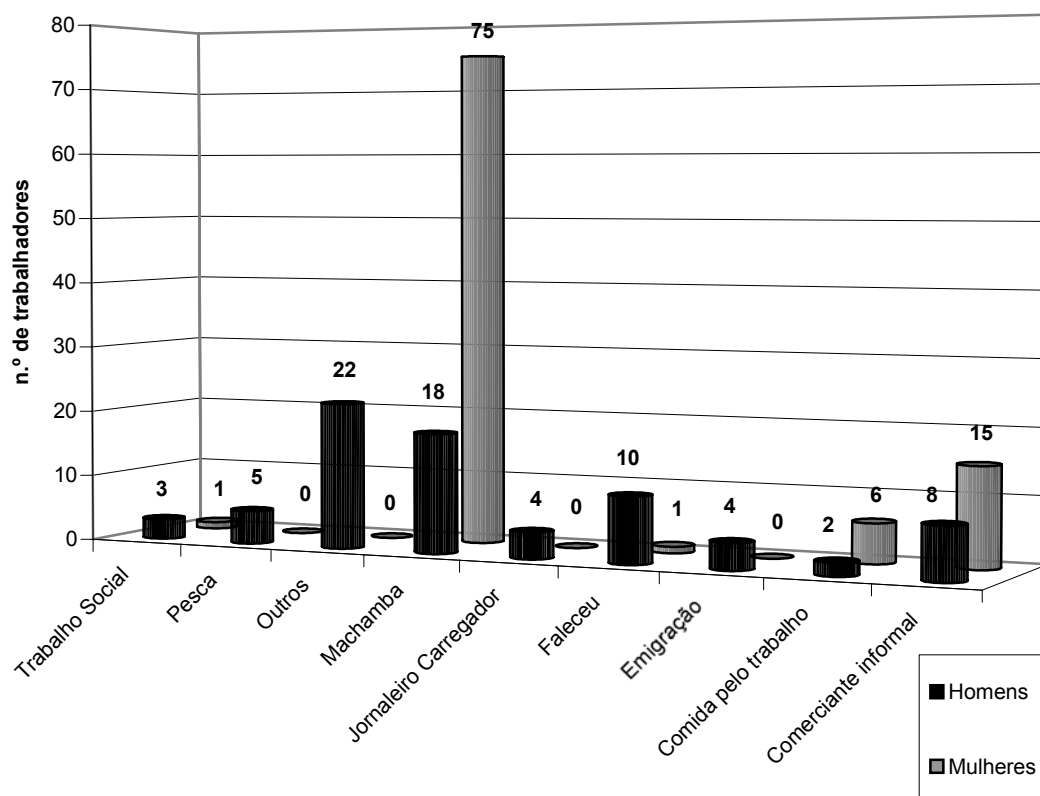
Fonte: Documentação interna da empresa

Figura 39. Trabalhadores despedidos da fábrica velha em Agosto de 1997

Onde estão eles, sobretudo os que, por serem efectivos à data da paragem da fábrica, receberam indemnizações pecuniárias em Fevereiro de 2001? Em que fins foram consumidos esses poucos recursos, os quais variaram em funções do tempo de serviço? Com base nos processos individuais existentes no arquivo do sector administrativo da fábrica, muito incompletos e a sofrer já a erosão provocada pelos anos de encerramento, e a preciosa ajuda de alguns informantes-chave foi possível identificar os destinos de vida de 174 trabalhadores, dos quais 98 são do sexo feminino.

A esmagadora maioria dos despedidos voltou para as machambas que, saliente-se, nunca tinham sido abandonadas. No tempo da fábrica, a pluriactividade era de tipo moderno, na qual o trabalho assalariado de um ou mais membros da família era conjugado com os proveitos obtidos com o trabalho nas machambas, donde se extraíam parte substancial da alimentação diária e, não raro, se obtinha um excedente que se colocava no mercado. A pluriactividade em Moçambique é bem conhecida. Desde os movimentos migratórios que levaram muitos moçambicanos para as minas da África do Sul que a diversificação do trabalho e dos ganhos se foram progressivamente alargando e consolidando. Face à destruição do trabalho assalariado, a pluriactividade assume outras formas, em que o rendimento das machambas se combina com o obtido, por exemplo, em actividades integradas no programa

“comida pelo trabalho”, cuja remuneração não é monetária. Isto é, são atípicas dentro da pluractividade moderna, não sendo também integráveis na pluriactividade tradicional, baseada na combinação da agricultura com o artesanato e o pequeno comércio.¹⁸



Fonte: ILP

Figura 40. Destinos ocupacionais dos trabalhadores despedidos da fábrica velha

Observando a figura 40, é patente uma clara distinção das oportunidades ocupacionais segundo o género. Enquanto que as mulheres são remetidas para a machamba, o comércio informal e a comida pelo trabalho, os homens têm outras opções, nomeadamente a pesca por conta própria e empregos remunerados no sector terciário: entre outros, motorista, pedreiro, mecânico, guarda, cobrador, electricista, carpinteiro. Esta situação exprime uma forte desigualdade, alicerçada nas inferiores expectativas das mulheres e numa cultura que as remete, também em contextos modernos de trabalho, para posições de subordinação e de

¹⁸ A pluractividade de tipo tradicional foi frequente em muitos países da semiperiferia europeia até anos bem próximos. Para o caso português v. A. S. Silva (1994), M. C. Silva (1998) e Lourenço (1991).

menor exigência técnica. Essas posições são legitimadas por um direito que, ao contrário do que acontece na maioria dos países centrais, não estabelece a igualdade de direitos entre homens e mulheres no campo económico. Ao nível do direito civil só agora é que está em curso o processo legislativo para a implementação das alterações que irão remover dos códigos jurídicos as discriminações que se repercutem sobre as mulheres (v. *Vertical*, n.º 307 de 28/04/2003). Porém, temos de ser cautelosos. A sua aprovação não se traduzirá em alterações automáticas nos campos económico e social. Como é sabido, o clássico desfasamento entre o direito escrito e os seus efeitos no quotidiano social – “a célebre dicotomia *law in books/law in action* da sociologia jurídica americana”, como justamente refere Santos (1994: 143) – contribui para que as estruturas sociais consigam perpetuar as tradicionais formas de desigualdade e de dominação com base no género para além das alterações jurídicas.

Às discriminações que se repercutem sobre as mulheres no espaço da produção, sob a forma da função exercida e menor oportunidade de promoção ou de acesso a trabalho mais qualificado, juntam-se as existentes no espaço doméstico, no qual lhes cabe a realização da maior parte das actividades, como a cozinha, a limpeza e a educação dos filhos, bem como uma parte relevante dos trabalhos agrícolas. As discriminações são inseparáveis da subordinação ideológica cujos efeitos se fazem sentir por via da naturalização das formas de dominação e de opressão na consciência dos dominantes e dos dominados, isto é, dos homens e das mulheres.¹⁹

Importa agora trazer à existência os quotidianos dalguns desses trabalhadores, breves fragmentos dos modos de invenção de novas oportunidades de vida. Em frente à fábrica, do outro lado da estrada, alguns trabalhadores transformaram a terra em machambas produtivas. Um deles foi mineiro durante três anos na África do Sul. Em 1969 arranjou emprego na fábrica, aí permanecendo até ao seu encerramento definitivo, quase 30 anos depois. Nos momentos mais difíceis da empresa trabalhou na cerâmica, ocupando-se da produção de alguidares. Agora, com a ajuda de dois filhos, cultiva milho, alface, cebola, tomate, entre outros produtos com valor de mercado. Inevitavelmente, as memórias da vida na fábrica cruzam-se com a sua vida presente:

¹⁹ Para o contexto europeu, estes aspectos foram sublinhados e exaustivamente analisados. Sobre Portugal v., entre outros, M.C. Silva (1998) e Geraldès (1987).

Aqui o que eu estou a fazer render alguma coisa para a minha pessoa. Acordo de manhã, venho regar. Aparece algum a querer alface, eu vendo alface, vendo cebola, vendo tomate. Agora é suficiente para a minha vida, para eu comer, para os meus filhos estudarem. Isso é que é necessário. Gosto [deste trabalho] porque dá qualquer coisa. Da fábrica eu gostava também porque quando acabar fim do mês eu vou receber. Nunca perdi de machamba. Eu acordava muito cedo para vir trabalhar na machamba. Quando eram cinco para as 7h00 corria a entrar na empresa, trabalha, despega às 11h30, vem continuar a trabalhar na machamba, depois torna a ir mais outra vez [na fábrica] quando está na hora, despega às 17h00, continua a vir trabalhar na machamba. Ganha qualquer coisa na machamba, também na empresa ganha qualquer coisa. Depois junta, compra qualquer coisa (antigo operário, CV6).



Fotografia 36. Antigo trabalhador da fábrica com dois filhos na sua pequena machamba

Passemos a um outro destino: Manuel M. tem 28 anos, vive no Bairro da Liberdade, numa palhota melhorada, embora sem energia eléctrica já presente em outras das redondezas e, naturalmente, sem água canalizada. Depois da fábrica velha encerrada esteve uns meses desempregado. Vivendo na área urbana da vila, onde os terrenos para fazer machamba vão rareando, está dependente do trabalho assalariado, nomeadamente no sector dos serviços. A sua situação é deveras difícil:

Saí da fábrica nas vésperas do encerramento, em Agosto de 1998. Fechou por falta de matéria-prima. Saí, fiquei algum tempo sem fazer nada, aí uns seis meses. Vivi de algumas ajudas da família. Em 99 estive na comissão das eleições. Trabalhei até Dezembro de 99. A partir de Janeiro até Novembro [de 2000] estive a trabalhar na coordenadora da Oxfam. Depois passei para o conselho municipal, no programa comida pelo trabalho. A gente só recebe produtos. É só usar a roupa que comprei nos tempos em que tinha trabalho. Se acabar a pilha do relógio é só arrumar (Manuel M., CAu5).

Na comida pelo trabalho estão ocupados outros antigos operários da fábrica velha. Homens e mulheres dos mais diversos sectores e secções, alguns com mais de uma década de trabalho na fábrica. Em comum a impotência perante a falta de alternativa. Forma de trabalho promovida por uma agência da ONU que remunera os participantes em géneros alimentícios, ainda por cima em quantidades insuficientes para prover as famílias de um mínimo vital, coloca problemas muito concretos: como viver sem salário, quando a senha para a consulta no hospital tem de ser paga em numerário e os medicamentos não podem ser trocados por feijão ou amendoins? Este é o drama quotidiano dos que estão metidos na comida pelo trabalho:

Não dá nada. Como aqui há seca.... Há muita seca na nossa terra. Chove de vez em quando, acaba até seis meses sem chover. Sim... E, às vezes, quando chove não sai comida suficiente para poder sustentar a casa. [Este programa] daqui não é suficiente. Aqui só ganhamos em produto, as crianças ficam doentes, temos de ter dinheiro para levar crianças no hospital. Estamos a sofrer. Tenho de ir na machamba cultivar para ter dinheiro. É a fome. Não há trabalho suficiente para nos beneficiar. A fome é que cria maldade a uma pessoa (participante da comida pelo trabalho, CV12).

Aos olhos da população, este pagamento em géneros não constitui somente um recuo em relação aos tempos últimos dos colonos, dado que esta forma de remuneração tinha sido abandonada e, tão pouco, era incentivada pela administração colonial. É também contraditório com o discurso dominante de exaltação das trocas de mercado e das relações capitalistas de produção. Recuando mais, está igualmente em contradição com o programa da Frelimo do tempo da luta armada e dos primeiros anos de independência. Como não se cansam de lembrar os mais velhos e politizados, a propósito da utilização dos participantes noutras actividades, como a limpeza de arruamentos, “está tudo limpo na vila, é o povo que trabalha sem salário”.²⁰

Este programa não faz mais do que tornar evidente o manifesto fracasso das promessas neoliberais em Moçambique, em especial a do acesso da maioria da população a formas de

²⁰ Esta força de trabalho é também utilizada na abertura e reparação de ruas e caminhos da vila, conforme é abertamente reconhecido (e louvado) pelo presidente do Conselho Municipal (v. *Notícias* de 27/11/2001).

remuneração mercantil. Ou seja, em vez de o mercado, incluindo o do trabalho, se expandir, ele minguia à medida que o capitalismo avança, num processo de acumulação que, nada tendo de contraditório, deixa existir relações de produção não capitalistas e exclui do mercado de trabalho segmentos muito significativos da força de trabalho moçambicana.

O PMA está no distrito de Manjacaze desde Novembro de 2000. Em Agosto de 2001 estavam envolvidas 430 pessoas, número que chegou à casa das seis centenas mas a falta de recursos alimentares, os “salários”, obrigaram a uma redução. Cada pessoa recebe, por cada três semanas de trabalho, um cabaz de comida. Nas últimas distribuições, o cabaz era constituído por 50 kg de milho, 3 kg de açúcar, 1.5 lt de óleo e 5 kg de ervilha, com o valor de mercado a rondar os 15€. Estes alimentos são distribuídos com atraso sistemático, em regra superior a dois “meses”, isto é, dois períodos de trabalho de três semanas cada. Principal motivo de descontentamento dos trabalhadores envolvidos, nem por isso eles param ou abandonam o programa, pois “barco parado não ganha frete”.

Com a sede nacional localizada em Maputo, este programa tem um africano como responsável no distrito. A ele está atribuída a tarefa de apoiar e controlar o bom funcionamento das duas machambas apoiadas pelo PMA, uma localizada na vila, atrás do campo de futebol, com pouco mais de três hectares, e outra em Mapandane, com quase dez hectares, não muito longe do aeródromo. Nas suas deslocações diárias socorre-se de uma velha bicicleta, a nossa conhecida “pasteleira”, totalmente inadequada para a circulação nos caminhos de terra e areia que fazem a malha viária do distrito. Antigo combatente das FPLM, nem a ligeira deficiência de um ferimento de combate no último ano de guerra o desanima de continuar, pois precisando “de comer tem de aguentar com tudo”.



Fotografia 37. Machamba apoiada pelo PMA na vila de Manjacaze

Cada uma das machambas tem o seu responsável. A da vila é a mais antiga, em funcionamento desde Novembro de 2000, cabendo a chefia a Manuel M., escolhido, em boa medida, pelos seus saberes escolares e profissionais (nomeadamente a formação efectuada na escola agrária), muito superiores aos dos restantes trabalhadores:

Nesta machamba a gente prepara hortícolas assim como plantas. Aqui temos quase tudo: couve, alface, cenoura, além de papaeiras, laranjeiras. Ainda temos programa de preparar viveiro de plantas para vender. Isto mais tarde há de ser um centro agrário. Neste momento estamos a fazer culturas. Quando estão prontas a gente vende para o público (Manuel M., CV12).

A de Mapandane arrancou apenas em Maio de 2001. O dia de trabalho começa pelas 6 horas. Para aqueles que vivem nos bairros da vila e estão afectos a esta, este horário implica elevar-se da esteira por volta das 4 horas, ainda o dia não nasceu, para percorrerem a pé quase uma dezena de quilómetros, a distância que vai entre a sua habitação e a machamba. Aí chegados, distribuem-se pelas diversas tarefas pré-definidas. Existem dois grandes grupos: o dos serviços gerais e o da rega, tarefa diária esta que é fundamental para a obtenção de boas produções. Os prestadores dos serviços gerais fazem um pouco de tudo: sementeiras, colheitas

e regas, se necessário. Existem ainda dois ou três participantes por machamba afectos à comercialização dos vegetais no local. Cada grupo tem um responsável pelas vendas e seu registo, cujas receitas são entregues ao Conselho Municipal para depósito numa conta orientada, em princípio, para a promoção da sustentabilidade do projecto. As actividades terminam por volta das 9h30, o mais tardar 10 horas. Mas o dia de trabalho está longe de concluído. Com o regresso a casa, espera-os mais algumas horas de trabalho nas suas machambas e, quando possível, nas de vizinhos e conhecidos em troca de remuneração em dinheiro.

Se é certo que a importação dos bens alimentares distribuídos aos participantes não contribui para o desenvolvimento da economia local e nacional, o PMA tem algumas virtualidades que importa trazer à colação. Numa economia tão depauperada, em que escasseiam instrumentos e outros artefactos de produção, com uma força de trabalho sem competências técnicas modernas e pouco habituada a cooperar em larga escala, o PMA aporta elementos que podem, a prazo, traduzir-se em vantagens e benefícios para as populações. O programa mobiliza e organiza uma força de trabalho para, por via da cooperação entre os elementos que a compõem, colocar em marcha um projecto agrícola orientado para a expansão da produção e o aumento da produtividade do trabalho. Para os participantes, este projecto tem um conteúdo preciso: assegurar um rendimento monetário regular e suficiente para os arrancar da pobreza absoluta em que estão mergulhados. A consecução dos objectivos depende, em boa medida, do fornecimento de artefactos de trabalho (rudimentares) a todos os participantes e de um apoio técnico. Debatendo-se com a falta de meios mecânicos, nomeadamente para as actividades de irrigação, realizadas sempre à força de braços, estas insuficiências são colmatadas por boas práticas de organização da produção e da força de trabalho. Em ambas as machambas a produção foi diversificada, articulando culturas alimentares, nomeadamente hortícolas, orientadas para o consumo local, com viveiros de plantas (principalmente eucaliptos, acácias vermelhas e casuarinas) com interesse para os sectores, entre outros, da madeira e da pasta de papel. Deste modo, pretende-se que estas unidades de produção obtenham rendimentos monetários a muito curto prazo, através dos alimentos vendidos no mercado local. A médio prazo visa-se a sustentabilidade, articulando estas vendas com a comercialização das plantas enxertadas. Ambicioso, o projecto procura a sua viabilidade também na diversificação produtiva, mormente pecuária: criação de frangos, porcos, bovinos e outros animais para consumo humano. O interesse pelos animais não se restringe ao seu valor de venda no mercado. Vai mais além, na medida em que os seus dejectos podem ser usados como fertilizantes orgânicos e, no caso dos animais com aptidão

para o trabalho agrícola, podem fornecer força de tracção, colmatando assim parte das insuficiências materiais existentes.²¹

Observar Mapandane é colher uma experiência de contraste: no meio da planície, rodeada de pequenas machambas familiares, onde as culturas sofrem com a irregularidade das chuvas, acha-se uma área de terra irrigada, verdejante, com hortícolas, fruto do trabalho colectivo de duas centenas de homens e mulheres. O resultado, semelhante ao da machamba da vila, é um aumento notório da produção e do rendimento por hectare e por trabalhador, quando comparado com as machambas familiares.

As machambas do PMA interpelam as experiências de trabalho colectivo nos campos durante o período revolucionário. Nelas encontram-se alguns elementos comuns, se bem que esvaziados da carga ideológica e dos objectivos que lhes estavam subjacentes. As experiências das machambas colectivas e de outras formas de organização socialista da economia e da sociedade têm sido discutidas a partir de pressupostos teóricos e suportes empíricos muitos diversos (Casal 1996, Abrahamsson e Nilsson 1994, Egerö 1992, O’Laughlin 2001). Os seus sucessos e fracassos são conhecidos e estão ainda bem presentes na memória daqueles que nelas participaram. Destacam-se os fenómenos de apropriação de boa parte dos excedentes pelos burocratas e responsáveis políticos locais, em prejuízo dos produtores. Tais comportamentos acabaram por minar o projecto político que as sustentava.

Hoje, sem as peias ideológicas que a tolhia, apesar de tudo, a pequena elite local instrumentaliza os programas do PMA, usando-os como arma de dominação política, ao mesmo tempo que dele tira proveito económico. De facto, ao Conselho Municipal da vila cabe o controlo directo do projecto. Apesar do PMA aconselhar que as receitas sejam alocadas para a sustentabilidade futura do projecto, o seu destino parece ter uma sorte bem diferente: o orçamento municipal, conforme é comentado em surdina, inclusive por alguns responsáveis autárquicos locais. Se é certo que o envolvimento do Conselho Municipal implica algumas contrapartidas (fornecimento de sementes, estacas de vedação e outros materiais diversos), elas serão compensadas com a arrecadação das receitas obtidas com a venda dos bens produzidos pelas machambas. Sendo a gestão das receitas da responsabilidade do município, elas podem constituir mais uma possibilidade de renda para alguns dos membros da elite local, a que se junta uma outra resultante do desvio de bens alimentares, nomeadamente cereais e óleos alimentares. Uma parte destes produtos é redistribuído pelas clientelas locais, depois de contentada a família, pois “qualquer chefe trata, em primeiro lugar,

²¹ Em Cabo Verde, Davidson (1988: 156-156) observou também a existência de aspectos muito positivos no programa do PMA colocado em prática imediatamente após a independência.

de ajudar a família e só depois se preocupa com a sociedade” (Armando, informante local). Assim, a possibilidade de constituição, a prazo e para o caso de Mapandane, de uma cooperativa de camponeses não passa de uma miragem. Mais, retirando-se de cena o PMA, o desenlace mais provável será a falência dos projectos, pelo menos na versão imaginada por esta agência da ONU. Em finais de 2003 a machamba de Mapandane encontrava-se em estado de abandono, enquanto que a da vila era explorada por uma força de trabalho reduzida a uma mão cheia de trabalhadores.

Outros trabalhadores, porventura com melhor sorte, encontraram trabalho remunerado nos programas promovidos pelo INAS. A troco de 350.000mt dedicam-se a actividades de interesse público, designadamente limpeza de ruas e jardins no centro da vila. Por sua vez, o Conselho Municipal dá trabalho a antigos operários nos serviços de limpeza de rua, de recolha de lixo e entulhos e de pequenos arranjos e reparações diversos. Quase todos foram admitidos em 1999, aquando da entrada em funcionamento dos municípios recém instituídos por decisão da Assembleia da República (v. Lei n.º 2/97 de 18 de Fevereiro, BR – I Série – 2º Suplemento). Vinculados a contratos de trabalho eventuais (precários), trabalham de segunda a sexta-feira, entre as 6h00 e as 14h00, em troca do salário mínimo (650.000mt). Para eles “o trabalho é igual em qualquer sítio, o que importa é ganhar o pão”.

As oportunidades ocupacionais e de trabalho em Manjacaze são limitadas, mas não se esgotam no conjunto das acima descrito. O comércio informal é também uma saída que alguns não deixaram de aproveitar. Operários transformados em comerciantes. Esta é, provavelmente, a maior das mudanças que estes actores sociais tiveram de enfrentar. Passar do descasque de castanha na fábrica para a limpeza de ruas é, certamente, fazer coisas diferentes. Mas, em termos de posição na estrutura produtiva, continuam a ocupar uma posição subordinada, sem autonomia na gestão do tempo e das tarefas, sem responsabilidades a nível financeiro. Passar a comerciante e ser eventualmente patrão de trabalhadores dependentes é todo um mundo novo que se abre. Também aqui, estes homens e mulheres não fugiram ao desafio, montando os seus negócios num dos dois espaços informais de Manjacaze:

Deram-me um pouco de indemnização, juntei com aquele antigo de fábrica, porque eu mensalmente o pouco que eu ganhava tinha de tirar uma percentagem e pôr ao lado. Seleccionei aquele dinheiro e abri esta barraca. Assim consigo viver com a minha família à base desta barraca. Posso dizer que por mês consigo três milhões [de meticais] de vendas. De lucro consigo setecentos [mil meticais]. Ainda estou a crescer. Compro na Euragel [em Manjacaze], mensalmente vou a Maputo (Agostinho T., CV6).

Nenhum dos antigos operários desconhece o contexto dos mercados informais. Mas as opções alternativas, sobretudo para os mais desprovidos, não são muitas nem, tão pouco, mais interessantes. A melhor delas, embora altamente improvável, é a do trabalho assalariado com contrato sem termo. Mesmo nesta situação a actividade informal pode prosseguir, por vezes pela mão do cônjuge e dos filhos, funcionando esta como um recurso económico complementar. Quanto à machamba ela não constitui propriamente uma efectiva alternativa por duas razões. Primeiro, porque normalmente nunca foi abandonada. Segundo, porque a seca, as doenças e as pragas que afectam muitas culturas, bem como a própria desvalorização dos preços agrícolas, conjugada com a concorrência gerada pelos produtos sul-africanos tornam as culturas orientadas para o mercado cada vez menos compensadoras. Como a “terra hoje não dá nada”, as pessoas preferem o comércio informal:

Montei o negócio quando comecei a receber. Mesmo que dê pouco dinheiro é melhor do que a machamba. Não chove, os cajueiros não dão nada. Ganho menos do que no tempo da fábrica. Aqui tenho que contar com as quebras, a taxa diária que são dois contos. Às vezes passo dias sem vender mas tenho que pagar. Vendo roupa da calamidade. Compro em Maputo. Não tinha contactos mas a pobreza obriga a estudar tudo (Dalila M., CAu24).

Note-se que as actividades informais podem assumir ainda outras vertentes. Por exemplo, um antigo mecânico da fábrica foi trabalhar para o maior empreiteiro de construção civil da vila. Aprendendo com um mestre, foi pintor até que em 2001 se vê, de novo, no desemprego, devido à diminuição das encomendas de obras. Passou a negociar em peixe, comprando no Chibuto, aos pescadores do rio Limpopo, e vendendo-o em Manjacaze. Em média consegue vender 100 contos por dia, sendo metade deste montante lucro.

Fora de Manjacaze, o grande destino é Maputo, o espaço urbano com mais força de atracção em todo o país. Vimos que a posse de recursos relevantes, nomeadamente escolares, profissionais e relacionais, pode fazer a diferença entre a privação extrema e uma existência quotidiana mais remediada. Também na emigração a capacidade para mobilizar as redes de solidariedade e entreajuda são decisivas. Dada a ausência de recursos económicos relevantes, é através destas redes, quase sempre vinculadas ao parentesco, que eles assentam as expectativas para transformar a ida para Maputo numa efectiva melhoria das suas condições de vida. Conquanto estas redes sejam a condição fundamental, elas não são, porém, suficientes para permitir que o indivíduo tenha sucesso, fugindo a formas de marginalização e

exclusão extremas. De facto, para as evitar é igualmente necessário considerar a posse de outros recursos, nomeadamente escolares e profissionais que, para além de contribuírem para o desabrochar do engenho, do chamado “espírito de iniciativa”, podem interessar a potenciais empregadores, inclusive antigos patrões. Precisamente o que aconteceu com os irmãos Libombo, Venceslau e Jeremias. Este vive actualmente no “Polana-Caniço”, um bairro pobre atravessado pela avenida Vladimir Lenine, na periferia próxima de Maputo. As casas de um só piso são construídas em cimento. Alugou, por 400 contos, um quarto e o uso da habitação, incluindo o quintal, onde abate e prepara, em condições de trabalho e de higiene deploráveis, frangos com batatas fritas para vender no mercado informal. Continua a estudar contabilidade com o objectivo de ser também técnico nesta área, embora sem deixar de ser um comerciante do sector informal:

Começo a estudar informática em 96, quando fiz a 10ª classe em Manjacaze. Eu vim passar férias, em Dezembro, em casa do meu tio, aqui no Maputo, no Bairro Central. Procurei saber qual era a escola que tivesse maiores possibilidades de pagamento. Fui nas escolas e descobri que havia uma escola chamada “Clube de Juventude” que tinha facilidades de pagamento. Mas como eu não tinha dinheiro fiz só um pacote, o “Lotus 1,2,3”. Então quando fiz esse pacote, o meu irmão [Venceslau] já trabalhava na fábrica velha. Então é ele que conversa com o gerente e me arranjou vaga na fábrica velha. Fiquei a trabalhar na informática, mas eles tinham os seus programas internos. Então num mês ensinaram-me. Só que eu não fiquei lá muito tempo. Trabalhei um ano e um mês. A empresa estava em dificuldades, vi que não era rentável. Querendo continuar os estudos, vim para Maputo procurar emprego. Fui cobrador nos [Transportes] “Oliveiras”. É nesse momento que ingresso numa escola sul-africana, para fazer o curso de gestão e contabilidade por correspondência. Eu a fazer trabalho e a estudar. Durante seis meses vi que demorava com as lições porque o trabalho tinha uma agenda um bocado pesada e não me permitia que eu estudasse bem. Então resolvi procurar uma barraca no mercado. Comprava doces no armazém e vendia-os no mercado. Muitos vendedores viram que o meu negócio era rentável, aderiram nele. Pronto, eu tinha que já abandonar e venho experimentar este [frango com batatas]. Já tenho empregados, cinco. Cozinham e vendem, são os mesmos. Estou a preparar para ser contabilista profissional, sem deixar de ter o meu negócio (Jeremias L., CV8).

O irmão Venceslau trabalhava no sector administrativo da fábrica velha como responsável pela estatística. Útil à empresa, permaneceu ao seu serviço até Novembro de 2000. Desempregado, voltou-se para o sector informal, onde a mulher já estava envolvida, comercializando vestuário. De nada servindo os seus saberes na área da informática, convocou a experiência adquirida no seu primeiro emprego, como serralheiro, para montar o um negócio: fabrico e venda de pequenos fogões metálicos a lenha ou carvão. Apesar de não

se debater com grande concorrência, o negócio nunca lhe proporcionou bons rendimentos. Sem o abandonar, vai pensando noutras alternativas, em voltar a trabalhar como dependente, numa actividade que lhe permita uma remuneração fixa, a receber no final de cada mês, acrescida de alguns “extras” que lhe garantam um melhor rendimento:

Acabou o serviço, agora estou a viver do comércio informal. A nossa zona depende muito mais da castanha. Na época da castanha existe dinheiro. Agora não há. A minha mulher não trabalhava na fábrica, era ela que dirigia o negócio. É a cultura daqui. Para viver tem de [se] fazer negócio. Você quer comer todos os dias mas o dinheiro só recebe no fim do mês e é pouco. Só um milhão com uma família um bocado alargada não dá. Nem para comprar camisa. É preciso buscar o negócio para completar a parte que falta do vencimento. Agora não trabalho. Mas tenho esperança de voltar a trabalhar. Prefiro a condução à informática. Pagam mal [na informática]. Como condutor, para além do dinheiro que vai combinar com o patrão, com o carro faz... Um “cavalo” que vai daqui ao Maputo, é fácil quando vou carregar, vou vazio, é fácil arranjar pequenos fretes para eu sobreviver. O patrão pode mandar daqui a um sítio a 500 km, pelo menos 500 contos pode arranjar antes do fim do mês. Num serviço interno não é fácil. É por isso que eu queria apanhar a condução para recuperar mais rapidamente. Se apanhar o longo curso faz-se muita vida pelo caminho (Venceslau L., CAu10).

Acabaria por voltar para a informática, pela mão dos antigos patrões. Com negócios na área da piscicultura e da comercialização de pescado, contrataram-no para trabalhar na sede da empresa em Maputo e, eventualmente, nas instalações de Pebane (província de Quelimane):

Vou lá [a Pebane] trabalhar com a Doutora Júlia na empresa dela de marisco. Vou lá fazer como controlador estatístico da produção. Enquanto aqui trabalho com castanha, lá é com os mariscos. Acho que é a mesma coisa, porque o sistema de controlo de produção é igual em qualquer sítio. Irei lá uns três meses, estudar o terreno, ver qual é o comportamento da zona. Se pode conduzir a viver com a família ou não?... Eu posso levar a família para ir sofrer longe quando posso deixar a família aqui, onde já estão adaptados. Prefiro deixar. Se eu vir as condições já posso levar a família (Venceslau Libombo, CAu4).

O encerramento da fábrica velha provocou também retornos daqueles que se tinham instalado em Manjacaze aquando da privatização e retoma do funcionamento desta unidade industrial. Se alguns, como os técnicos, apenas passaram transitoriamente por Manjacaze, o gerente, oriundo de Maputo, sua cidade natal e onde tinha feito toda a sua carreira profissional, instalou-se com a sua família na vila vindo de Maputo:

Fui funcionário da LAM, trabalhei nos aviões, fiz diversas coisas. A fábrica arranca em 1995. Fui para lá em fins de 94. Fiz a primeira campanha. Eu fui para lá numa só de fazer a campanha da castanha. Então, pronto, eu fui para Manjacaze. Como já lá estava, tinha as contas bancárias com a minha assinatura, acabei por ficar em Manjacaze até ao fecho da fábrica. Quando a fábrica parou tive de ir para Inhambane, para me meter numa outra actividade completamente nova, onde nunca tinha estado: os mariscos. Completamente diferente da castanha, e quando acabo de aprender vieram as cheias de 2000. Depois o mar não estava bom, com as águas muito sujas, vento. Enfim, tive de deixar e vim para aqui [para Maputo] (antigo gerente da fábrica velha, CAu15).

Fazendo um balanço sucinto, viver sem as fábricas tornou-se certamente mais difícil para todos. Para a maioria dos antigos operários implicou uma redução muito significativa das suas condições de vida, por vezes marcadas pela perda de qualquer fonte de rendimento monetário, com tudo o que isso significa em termos de falta de acesso a bens e serviços disponibilizados pelo mercado. Como observaram também Vijfhuizen *et al.* (2003) para outras zonas onde funcionavam fábricas de caju, as mulheres foram particularmente atingidas. Devido às suas tarefas relacionadas com os cuidados com os filhos e o trabalho nas machambas, dificilmente podem escapar a estas, ainda que conjugadas com o comércio informal ou a “comida pelo trabalho”.

A alternativa à machamba ou a outras formas de actividade passou quase sempre pela emigração para a grande cidade de Maputo. Sem excepção, os que para lá partiram, abandonando Manjacaze, possuíam competências profissionais e recursos, nomeadamente relacionais, que a maioria dos outros trabalhadores ou comerciantes não tinham. Para estes, independentemente do seu estatuto formal ou informal, e das suas condições financeiras e patrimoniais, o encerramento da fábrica constituiu um rude golpe nos seus interesses, ao diminuir severamente a massa monetária gerada no distrito e ao dispor da população. Esta situação acabou por tornar, como vimos, particularmente aguda a concorrência entre os comerciantes. Entre muitos outros efeitos, é possível já observar que esta imporá uma redefinição do sector, com a eliminação de muitos dos actuais participantes e uma recomposição da força económica e influência dos que nele permanecerem. Ainda incerto, parece claro que os velhos comerciantes de origem indiana, muitos deles pertencentes a famílias que contam por gerações a sua presença em Manjacaze, estão em vias de ceder a sua posição dominante no sector comercial e na própria economia local aos africanos saídos do *black-empowerment* e aos jovens comerciantes melhor sucedidos do sector informal.

Capítulo XI

Recomeçar: Sistema mundial, trabalho de campo e antropólogos

Ao longo desta etnografia sobre as dinâmicas do capitalismo em Moçambique tentou-se amarrar o exercício de compreensão dos actores e forças sociais numa situação histórica concreta a um quadro teórico de grande amplitude – o sistema mundial moderno e a economia-mundo capitalista, de acordo com o formulado no capítulo III. Presente logo nos primeiros rascunhos, realizados muito antes do trabalho de campo, esta articulação tensa entre os espaços e os tempos onde se travam as lutas sociais e as macro-estruturas que as condicionam é essencial para uma aproximação crítica à mudança social. Marcada por uma perspectiva de longa duração, a sua análise centrou-se no processo de integração dos territórios africanos na economia-mundo capitalista, com um especial enfoque sobre Moçambique. Como vimos, o trajecto realizado por este país está longe de ser linear, antes é feito de avanços e refluxos, aproximações e afastamentos em relação à economia-mundo e ao próprio sistema mundial. Rejeitando as leituras deterministas, por vezes quase fatalistas, e as abordagens culturalistas, a-históricas e centradas na vontade e na liberdade, falsamente ilimitadas, dos actores sociais para agir sobre as estruturas, uma das preocupações fundamentais do trabalho foi a da identificação das margens de manobra dos actores sociais e institucionais, nomeadamente do Estado moçambicano, no quadro do sistema mundial moderno.

Uma das marcas fundamentais do capitalismo como sistema histórico é a expansão. Ela é geográfica mas hoje igualmente de campos económicos internos, através da integração no mercado de sectores que lhe tinham sido retirados, como a educação ou a saúde, e a invenção de novos mercados, consumos e consumidores em países centrais e inclusive

periféricos. Nada escapa à mercantilização: os rituais de passagem, as celebrações e as festas, o próprio corpo.

A expansão do sistema mundial moderno a partir do século XVI conduziu à incorporação de áreas geográficas que eram, então, exteriores ou praticamente marginais à economia-mundo capitalista em formação. Os vastos territórios da África Austral foram envolvidos neste processo, incluindo aquele que constitui o actual Estado moçambicano. Como foi discutido no capítulo IV, a primeira forma de integração fez-se pelo tráfico de escravos que alimentou a economia de plantação do continente americano e o processo de acumulação primitiva do capital. Ao contrário do que o senso comum admite como verdade histórica, a ocupação colonial efectiva e geral dos territórios que viriam a cair sob domínio português apenas se desencadeia no final do século XIX, com a partilha de África pelas diversas potências europeias, segundo o estabelecido na Conferência de Berlim (1884-85). Com ela acentua-se a penetração do capitalismo e dos mecanismos de mercado que provocaram profundas mudanças sociais. De forma progressiva, não raro por meios violentos, as sociedades e os modos de vida então prevalecentes transformaram-se de modo irreversível.

Este processo traduziu-se numa exploração económica de tipo colonial ao longo de uma boa parte do século XX. Para o fazer, o colonialismo português teve de estabelecer estruturas legitimadas por uma nova ordem jurídica, sem as quais o capitalismo e o próprio Estado moçambicano não poderiam hoje existir. Quase sempre a opção passou pela incorporação das estruturas políticas e económicas existentes, se bem que despejadas dos seus elementos incompatíveis com o desenvolvimento do aparelho institucional colonial e das relações de produção capitalistas. Ainda que subordinados, fragilizados e, não raro, combatidos, os valores ideológicos e as culturas pré-existentes à penetração colonial continuaram a reproduzir-se, sobretudo os aspectos que mais interessavam à dominação exercida pela potência colonizadora. O destaque vai para as relações sociais atravessadas por lógicas hierárquicas muito fortes que acabaram por ser integradas pelo poder colonial, sendo por este manipuladas como instrumento de legitimação do novo quadro institucional e das relações de dominação inerentes ao colonialismo e à economia capitalista.

A luta travada pela Frelimo contra o colonialismo português a partir da década de 60 teve por cenário o optimismo geral das elites africanas, em especial das suas camadas mais jovens e escolarizadas (v. Ziegler 1964: 12-13), animadas pelo entusiasmo dos intelectuais críticos ocidentais. Aos nacionalistas africanos e seus aliados progressistas de todos os continentes eram superáveis os obstáculos que impediam a redenção do continente de um passado de exploração e de sofrimento. A acção revolucionária, impulsionada pela força das

armas prometia abrir novas perspectivas aos povos africanos. Ao resgatá-los de séculos de ignomínia, parecia possível fazer do continente a principal referência para o mundo:

Quando pisei solo africano pela primeira vez em Dakar, em 1952, deparei-me com uma África que vivia os últimos momentos da era colonial, uma África onde os movimentos nacionalistas nasciam e se desenvolviam rapidamente por toda a parte. Deparei-me com uma África cujas populações, e especialmente as mais jovens, tinham optimismo e certeza de que o futuro seria brilhante. Viam com indignação os abusos do colonialismo e desconfiavam das promessas das potências coloniais e, de um modo geral, do Ocidente, mas tinham fé na sua própria capacidade de reconstruir o mundo. Acima de tudo, esses povos ansiavam ficar livres de todo o tipo de tutela, tomar as suas decisões políticas, preencher o serviço público com seu próprio pessoal e participar plenamente da comunidade das nações do mundo (Wallerstein 2002b: 55).

Frente a estes fluxos político e social avassaladores, o colonialismo português orientou-se, como o próprio Machel haveria de reconhecer mais tarde (v. *Tempo*, n.º 682 de 6/11/1983), para um dualismo extremo, economicamente desigual, com uma forte dependência em relação ao capital estrangeiro, em particular o de proveniência sul-africana. Em concreto, a economia moçambicana assentava num aparelho produtivo moderno de cariz industrial circunscrito a algumas zonas do território, onde a presença dos colonos era mais forte, articulado com a manutenção do modo de produção e das estruturas de poder de tipo tradicional nas zonas dos colonizados. Do ponto de vista político, a industrialização surgia como um mecanismo de contenção da implantação social da Frelimo. Nas empresas mais modernizadas, foi possível até a introdução de relações de trabalho de tipo *fordista*, proporcionando aos trabalhadores o acesso a alguns serviços de natureza social, como cantinas e cuidados de saúde, se bem que de forma segregada em função da raça e da posição ocupada na hierarquia produtiva (Davies *et al.* 1980: 2).

Ganha a independência, a generalidade dos Estados africanos orientaram-se para programas políticos radicais, visando a alteração profunda das estruturas económicas e simbólicas em que assentavam os seus países e povos. Como sabemos hoje, a marca dominante desses projectos é o fracasso. Como ficou patente em toda a experiência revolucionária dos primeiros anos de independência em Moçambique, as estruturas económicas e ideológicas que configuram a vida social de um Estado não se removem por um qualquer acto de fundação de uma nova ordem. Nem, muito menos, se é imune aos constrangimentos que afectam o sistema no seu todo e aos efeitos de dimensão global por ele produzidos. Como a Frelimo haveria rapidamente de descobrir, a construção de uma nova

ordem económica e social é um processo muito lento – ainda que em determinados momentos possam ocorrer acelerações segundo o sentido dado por D. Ribeiro (1999: 68-70) – feito de um sem-fim de escolhos que só a muito custo se eliminam a golpe de acções voluntaristas. Colocado na primeira trincheira da linha da frente da luta contra o regime rodesiano de Ian Smith e o *apartheid* sul-africano, o novel Estado moçambicano engajou-se num combate contra a tradição e as relações de produção capitalistas que o deixou exausto. Em meados dos anos 80, num momento em que o bloco socialista se mostrava já incapaz de oferecer a Moçambique uma solução alternativa à crescente influência e presença ocidentais, a elite dirigente abandonou definitivamente o projecto de um caminho exterior à economia-mundo capitalista. Acelerada pelas políticas de ajustamento estrutural impostas pelo neoliberalismo, a integração plena de Moçambique no capitalismo viria a caracterizar-se por um acentuar da dependência económica, tecnológica e ideológica face ao centro e às suas instituições internacionais. Daqui resulta uma redução severa da autonomia do Estado moçambicano na condução das suas políticas internas. Do ponto de vista democrático, tal conduziu a uma radical despolitização das opções em confronto, fazendo com que a governação se transforme na gestão local dos assuntos e interesses globais hegemónicos e, a um nível mais baixo mas muito directo e bem reconhecido pelas camadas sociais urbanas do sul do país, da África do Sul. Potência regional, o fim do *apartheid* concedeu-lhe uma margem de manobra substancialmente alargada para a renegociação da sua posição no contexto mundial. Tudo aponta para que ela se posicione numa semiperiferia que, no quadro regional, se transforma numa posição central hegemónica, assente na força do grande capital sul-africano, cujas ligações fortes aos países centrais são antigas e crescentes.

A revolução – processo de transformação radical, muitas vezes de extrema violência, das estruturas económicas, políticas e sociais, que vai muito para além da simples substituição da elite dirigente – que o voluntarismo frelimista de raiz marxista-leninista quis levar a cabo no país ficou muito aquém do sonhado, embora tenha produzido efeitos provavelmente muito resilientes à imaginação de novos projectos emancipatórios. Pouco ou nada sobrou dessas sonhadas mudanças gerais da sociedade. Dito de outro modo, as estruturas acabaram por resistir, derrotando as próprias mudanças. E não se trata só das estruturas económicas, trata-se também das estruturas ideológicas e culturais, das dominações, nomeadamente a masculina, enraizadas nas sociedades “tradiccionais” que se consolidaram com o colonialismo e atravessaram toda a experiência socialista. E prosseguem, hoje, o seu caminho.

É à luz destes constrangimentos que deve ser examinada a viabilidade das lutas emancipatórias em África, nomeadamente em Moçambique. Afastando a discussão de

eventuais determinismos estruturais quase fatalistas que prescrevem à derrota qualquer acção colectiva anti-sistémica, esta tarefa coloca questões pertinentes. Será que o projecto político moçambicano saído da independência estava antecipadamente derrotado? Terá sido um equívoco? Um beco sem saída para as expectativas e os sonhos das elites e militantes revolucionários? Será que a revolução neste país periférico não tinha qualquer hipótese? Se avaliadas à luz do tempo longo, medido em séculos, as lutas emancipatórias fracassadas em Moçambique, como por toda a África, terão um saldo menos negativo, ainda que não se possa deixar de constatar à sua difícil e improvável viabilidade. Se muitos dos aspectos que davam corpo ao projecto revolucionário moçambicano nada diziam às classes populares, em especial aos camponeses, foi com o sonho que ele transportava que se fez a luta armada e se derrotou o colonialismo português, aliás na esteira do que fizeram outros povos do continente com as potências que os dominavam. Apesar de vitorioso face ao colonialismo, os constrangimentos externos e as contradições internas derrotaram um projecto que ambicionava mudar o lugar de Moçambique no sistema mundial e agir sobre as estruturas económicas e simbólicas do país. Terá ficado a memória de uma experiência, feita de erro graves mas também de pequenos sucessos, que não deixará de influenciar a imaginação e a crítica de projectos futuros.

Foi tomando em consideração a evolução do sistema mundial que se procedeu à análise da privatização do sector público, em particular das fábricas de caju, ocorrido em meados dos anos 90. Como foi defendido ao longo do capítulo V, a compreensão histórica das origens e expansão deste sector industrial em Moçambique tem de ser feita no quadro da evolução da economia-mundo capitalista e do lugar nela ocupado por Portugal e Moçambique. A economia do caju é uma expressão concreta do reforço das ligações e da circulação de mercadorias a grande distância que caracteriza esta economia de dimensão global e da enorme constelação de lutas sociais que se travam no seu interior, opondo diferentes segmentos da burguesia entre si e esta às classes trabalhadoras. Tal como fora imaginado aquando da preparação do plano de investigação, a indústria de processamento de castanha de caju moçambicana revelou-se um caso paradigmático do modo como os mecanismos de dimensão sistémica fazem sentir os seus efeitos num dado sector da economia de um país. A observação dialogante com os operários das duas fábricas sobre as quais incidiu o grosso do trabalho de campo permitiu compreender como os factores globais actuam localmente, condicionando e mudando, por vezes de forma violenta, os destinos de vida dos indivíduos, ao mesmo tempo que destapou as estratégias e acções que põem em prática para superar os problemas e as dificuldades que se lhes colocam, de forma a prosseguir com as suas lutas pela sobrevivência e preservação das suas posições sociais.

Ao longo dos diversos períodos pelos quais passou o sector industrial e, mais amplamente, a economia do caju em Moçambique, o poder estatal jogou sempre um papel importante na definição do caminho trilhado, sobretudo nas suas viragens reconfigurativas. Nesses momentos, marcados pela instabilidade política e lutas sociais encarniçadas, o factor jurídico assumiu uma função fundamental, legitimando a nova ordem político-social e os seus interesses dominantes. A acção do Estado é condicionada pelas lutas sociais entre as diversas forças sociais que tentam impor a configuração que lhes parece melhor servir a defesa e o alargamento dos seus benefícios e privilégios. Quer dizer, em cada momento as opções tomadas resultaram da correlação de forças existente e traduziram-se na supremacia de uns em detrimento dos restantes. Mesmo as escolhas que os consultores neoliberais pretendem que sejam entendidas como de natureza exclusivamente técnica – fábricas de grande dimensão e de tecnologia complexa *versus* fábricas de pequena dimensão e tecnologia simples –, estão atravessadas por relações de força e poder eminentemente políticas que importa esclarecer com precisão. Não o fazendo não se obnubila somente aspectos cruciais para a compreensão das lutas travadas mas também se corre o risco de olhar para a tecnologia como apenas um simples recurso engendrado pela humanidade para a apropriação e transformação da natureza. Ora, como foi discutido no capítulo VIII, a tecnologia é muito mais do que isso, sendo inseparável das lutas sociais, nomeadamente daquelas que ocorrem no interior dos espaços de produção. Em concreto, o triunfo das pequenas fábricas de tecnologia simples é consequência directa da alteração da correlação de forças entre o capital e o trabalho e das novas condições económicas que favorecem o esmagamento dos salários e o aumento desmesurado da disponibilidade de força de trabalho em Moçambique, tornando supérfluo, não económico segundo a racionalidade liberal, o investimento em capital fixo.

Na sua configuração actual a economia do caju exprime, por um lado, o triunfo dos interesses da burguesia comercial e das elites interessadas na obtenção acelerada de rendimentos para suportar o seu estilo de vida de tipo burguês e o enorme consumo de bens e serviços a ele associado e, por outro, as dinâmicas sistémicas que acentuaram as relações de dependência económica e outras de Moçambique no interior da economia-mundo capitalista. É neste contexto que a posição da Índia, país periférico em termos sistémicos mas central na economia mundial do caju se reforçou, recolocando Moçambique numa situação muito semelhante à posição ocupada até aos anos 50 do século XX. Este trajecto deixa denunciar o extraordinário dinamismo do sistema mundial moderno, no interior do qual os países que o compõem lutam para melhorar a sua posição e explorar os benefícios por ele proporcionados de uma forma muito desigual, não apenas em termos sociais como também geograficamente.

O encerramento das velhas fábricas de processamento de castanha de caju empurrou para o desemprego milhares de trabalhadores. O impacto social foi particularmente grave nos pequenos aglomerados urbanos, como Manjacaze (capítulo VI), sem alternativas de trabalho e muito dependentes dos salários auferidos pelos operários para a dinamização dos circuitos monetários locais. Como a fábrica nova coloca em evidência (capítulo IX), o salariado é decisivo para o acesso regular, se bem que marginal, dos operários e das suas famílias às trocas de mercado, atenuando a dependência extrema em relação à terra e aos ganhos, sempre incertos, proporcionados pela venda dos pequenos excedentes da produção agrícola. Como é sistematicamente referido por todos aqueles actores sociais, viver nas actuais circunstâncias fora dos circuitos monetários e das trocas de mercado implica um quotidiano ferido por privações extremas e uma fruição muito limitada de determinados bens e serviços aos quais só é possível aceder através do poder de compra proporcionado pela moeda.

A liquidação quase que completa do aparelho produtivo moçambicano provocou um empobrecimento geral das classes trabalhadoras. No caso da economia do caju, a situação é particularmente crítica, não só porque o colapso da indústria ocorreu num contexto de definhamento geral do trabalho assalariado, como muitas das fábricas se situavam em pequenas áreas urbanas fortemente ligadas às actividades agrícolas, onde elas asseguravam a função crucial de dinamização da circulação monetária. Perante este cenário, os homens e as mulheres afectados não se prostraram, antes procuraram encontrar soluções para sobreviver e, se possível, melhorar as suas vidas. Como se mostra ao longo do capítulo X, mobilizaram os seus recursos, incluindo relacionais, muito desiguais, para encontrar alternativas de vida. Estas são muito variáveis. Em Manjacaze, a maioria passou a dedicar-se exclusivamente à machamba, jamais desprezada, eventualmente conjugada com a participação nos programas da “comida pelo trabalho” e o comércio informal num dos mercados da vila. Os mais afortunados emigraram para o Maputo onde, com a ajuda da família e dos seus contactos profissionais, se estabeleceram como comerciantes informais ou, mais raramente, encontraram trabalho assalariado.

Não deixará dúvidas o enorme dinamismo do capitalismo enquanto sistema histórico. Desde as suas origens que a sua vida é feita de expansão e mudança, mas também de lutas entre Estados, entre o centro e as periferias, entre dominantes e dominados. As suas reconfigurações, inseparáveis da mudança nos regimes de acumulação, são feitas destes conflitos intermináveis. Num tempo em que a economia-mundo capitalista parece avançar “nos seus carris já bem gastos” (Wallerstein 1998: 120), qualquer trabalho de compreensão das estruturas e dos actores sociais e suas lutas obriga a uma interrogação geral do próprio

sistema mundial. Não colocando em causa o princípio vital do capitalismo – a procura permanente de mais-valias para a acumulação de capital que implica expansão geográfica e regeneração permanente das forças produtivas – algo se terá acentuado nas últimas décadas, produzindo um efeito verdadeiramente inesperado. Embora de modo excessivo, Chesnais (1994: 27) ajuda-nos a detectar essa mudança, quando refere que os países periféricos, especialmente aqueles que não possuem recursos energéticos ou minerais estratégicos, já não são reservas de matérias-primas, sofrendo os efeitos conjuntos da dominação política e da troca desigual, mas sim entidades geo-políticas que não apresentam praticamente qualquer interesse para os países e as empresas do centro do sistema.¹ São simples fardos, zonas de pobreza, “economias nacionais inviáveis” na óptica de Rivero (2001: 17), produzidas pela substituição dos recursos naturais tradicionais por produtos industriais intermédios resultantes da pesquisa-desenvolvimento – novos materiais e biotecnologias – que conduziram à “desconexão forçada”, quer dizer, à marginalização de regiões continentais inteiras do sistema de trocas. Por exemplo, um dos produtos mais afectados pela “substituição” é o açúcar. No seu lugar passaram a ser utilizados edulcorantes de síntese, produzidos pelos grandes grupos químicos.² Ou seja, prosseguindo com Chesnais (1994: 190-191), a degradação dos termos de troca em prejuízo dos países periféricos é o resultado da combinação do controlo da extracção e da formação dos preços das matérias-primas por parte das multinacionais com a diminuição progressiva da dependência das indústrias e dos mercados em relação a eles. Mesmo a vantagem comparativa dos países periféricos, em termos de mercado de trabalho, formulada pelos teóricos liberais não se concretizou, devido às inovações e intensificações tecnológicas que, ao mesmo tempo que dispensam força de trabalho em quantidade avultada, exigem infra-estruturas produtivas muito sofisticadas que estão longe de existir nesses países.

Localmente, em cada país periférico, verificam-se outras respostas inesperadas do capitalismo. É o caso da indústria do caju em Moçambique (capítulos V e VII a IX). Nela não encontramos a revolução permanente das forças produtivas por via, nomeadamente, da mudança tecnológica. Como já foi afluído, explorando uma alteração profunda na correlação de forças entre o capital e o trabalho, provocada por um incremento muito substancial da quantidade de força de trabalho disponível, pelo crescimento da produção facilitada pelo desenvolvimento das tecno-ciências em diversos outros países periféricos concorrentes, como o Brasil e a Índia e, em menor importância, por uma oferta crescente dos produtos de

¹ Posteriormente, Chesnais (2000) corrigiu a sua posição na direcção de uma maior flexibilização destes pressupostos quando analisados a uma escala geográfica mais restrita.

² Ziegler e Costa (1992: 83-84) apresentam elementos no mesmo sentido, alargando a discussão aos fluxos de capital, também eles relacionados com as inovações tecno-científicas.

substituição criados pelas indústrias alimentares, o capital em Moçambique trocou, como mecanismo fundamental da acumulação e eventualmente de modo transitório, a mudança tecnológica pela compressão dos custos salariais e a diminuição dos investimentos em máquinas e equipamentos de produção, mesmo que tal implique um abaixamento da produtividade da força de trabalho.

Nesta produção, destruição e reconfiguração permanente do espaço-tempo mundial, quer intra quer inter-países, da qual depende a dinâmica do capitalismo (Harvey 1999: XXV), parece que a sua resposta contemporânea ao dilema da acumulação segundo o enunciado por Wallerstein (1998: 106-110), de que não se consegue livrar, ancora-se fundamentalmente, não obstante o que foi dito para o caso moçambicano, na inovação tecnológica, de produção e distribuição muito desiguais. Com ela produzem-se novos produtos com os quais se realizam práticas monopolistas altamente lucrativas nos países centrais e se reduz a necessidade de matérias-primas ao mesmo tempo que se aumenta o *stock* de força de trabalho barata nos países periféricos.

Neste quadro sistémico, a posição dos países africanos, particularmente dependentes dos rendimentos obtidos com a venda de matérias-primas, não é a melhor. As tentativas fracassadas de quebrar esta relação desfavorável, por via dos grandes projectos de industrialização, conduziram estes países a profundos impasses, a partir dos quais não se vislumbra caminhos de fuga viáveis. Nestas circunstâncias, dificilmente se consegue escapar ao afro-pessimismo, sobretudo quando se confronta o presente com o passado próximo, a África das grandes esperanças dos anos 50 e 60 notadas vivamente, como vimos, por aqueles que por lá passaram.³ Diga-se, porém, que os mais avisados, como Fanon (1980) e R. Dumont (1962) sinalizaram logo na década de 60 o que viria a ser o enorme desastre no qual a África iria mergulhar e do qual não dá mostras de sair: a instabilidade política, o desinteresse pelo serviço público e pelo bem comum, os apetites das burguesias nacionais, a repressão implacável sobre os operários, fazendo com que mantenha total actualidade a denúncia de Fanon, quando escreveu há quase meio século que “o povo, que dera tudo nas horas difíceis da luta de libertação nacional, [se interroga,] de mãos e barriga vazias, sobre o grau de realidade da sua vitória” (1980: 223).

³ Sobre o debate em torno deste tema candente, Coqueroy-Vidrovitch (1997-98) e Cahen (1999) assinam dois textos interpeladores, que exprimem duas visões críticas descoincidentes.

Como foi já vincado, o trabalho de campo faz-se sempre numa situação histórica concreta, espaço e tempo onde as vidas individuais e colectivas se consomem. Isto implica que o actor social que investiga tenha de escolher um ou mais lugares para o levar a cabo. Esta vinculação ao terreno não decorre somente de uma exigência metodológica e identitária da antropologia, quer dizer, do auto-reconhecimento de uma disciplina que foi sempre fluída e aberta em termos teóricos (Clifford 1999: 79-81). É algo mais profundo: compreender o presente dos homens e das mulheres, em particular o modo como enfrentam as permanências e rupturas que preenchem os seus quotidianos exige que se vá para o terreno, partilhar a nossa vida com a vida dos que colocamos sob escrutínio. Como a tradição antropológica bem o entendeu, ao privilegiar os pontos de vista e as práticas dos actores sociais observados, as suas lógicas e constrangimentos (v. Olivier de Sardan 2001b: 243-245), assume-se que é com eles que podemos fazer a reflexão sobre os efeitos provocados por aquilo que se designou por dinâmicas e reconfigurações do capitalismo em Moçambique. Esta relação com os outros constitui a marca perene do modo como o antropólogo compreende a realidade social. A um ritmo lento, que muitas vezes pode ser entendido como enfadonho, faz-se a imersão empática através da qual acedemos à compreensão dos comportamentos e expectativas dos actores sociais observados durante um determinado período de tempo. Daí que se justifique também, como foi feito no capítulo II, uma discussão demorada sobre a experiência do trabalho de campo. Este olhar quase íntimo, que apressadamente pode ser entendido como uma declinação contemplativa das subjectividades do autor, é essencial para conduzir “à objectivação do conhecimento do sujeito que procura compreender” e, por outro lado, à recolocação do trabalho de campo na posição adequada: “a da construção da representação de uma realidade social”, como justamente exprime Bourdieu (1992: 151) na sua crítica à “concepção positivista do trabalho científico e de uma ciência sem sujeitos”, cujo paradigma na antropologia contemporânea é o “‘positivismo renovado’ de Clifford Geertz baseado na exaltação do particularismo e do ‘conhecimento local’”.

A partilha da vida quotidiana com os outros conduz o antropólogo a interrogar-se, a colocar em questão os discursos e pontos de vista dominantes sobre a problemática em exame, facilitando-lhe a brecha intelectual para a crítica dos modelos hegemónicos e do própria sistema mundial em que vive. De certa forma, esta desconstrução crítica inscreve-se na própria tradição disciplinar. Como salienta Donham (1999: 14), a antropologia definiu-se também por via da compreensão e legitimação de racionalidades e modos de vida diferentes dos das sociedades capitalistas.

Face à problemática imaginada e ao quadro teórico utilizado, a etnografia realizada teria de escapar aos cânones clássicos – um lugar, uma comunidade, um espaço sócio-geográfico circunscrito e praticamente apartado dos demais, para assumir uma multiplicidade de lugares, em que Manjacaze se afigura como central. Colocar em prática o método exige a conjugação de diversas técnicas – observação participante, inquérito por questionário, pesquisa documental – que interrogam o monoteísmo metodológico e as próprias fronteiras disciplinares, pelo menos no que diz respeito aos procedimentos de investigação. Em momento algum se sujeitou o trabalho de compreensão a qualquer purismo disciplinar que, nas actuais circunstâncias, é manifestamente mutilante e espúrio.

Esta metodologia flexível é inseparável do quadro teórico utilizado: conceber um sistema mundial com uma economia-mundo que se estende por todo o planeta, implica considerar que deixaram de existir territórios exteriores a esta, independente da posição nela ocupada por cada um deles. Marcando de forma ampla e permanente o trabalho de campo, foi nesta formulação metodológica que se discutiu a mudança social, incluindo os grandes movimentos de alcance global que abalam e, por vezes, parecem colocar em causa as próprias estruturas estabelecidas. Mas não só, foi também a solução que se entendeu como mais adequada para se aceder à compreensão dos mais diversos processos de interpenetração e de circulação de bens e pessoas que, em determinadas circunstâncias, são de amplitude transcontinental. Como se mostrou no capítulo II, uma etnografia focalizada exclusivamente num único lugar e numa única comunidade teria sido incapaz de dar conta das mudanças e das interacções que, fazendo-se sentir localmente, têm muito a ver com o que se passa noutros lugares.

Atrás falou-se das interdependências que vinculam os territórios entre si. Falar de territórios implica, salvo excepções cada vez mais raras, seres humanos, homens e mulheres que neles habitam. Ora, a inquirição das causas e a compreensão dos seus efeitos não pode ignorar que já não existem grupos humanos, independentemente do modo e das condições em que vivem, desconectados do sistema mundial moderno e da sua economia-mundo. O que não quer dizer, sublinhe-se, que em todos eles os mecanismos de mercado e as relações de produção capitalistas penetraram de forma homogénea. Pelo contrário, como amiúde se discutiu (v.g., capítulos IV, VIII e X), este movimento fundamental da mudança social de tipo estrutural fez-se de uma forma muito desigual, inacabada e descontinuada.

Cabe aqui uma interpelação sobre o papel do investigador social nesta abordagem metodológica múltipla, tal como foi designada no capítulo II. Diante da forma como esta problemática foi colocada e compreendida, é coerente assumir o compromisso, simultaneamente ético e político, do actor social investigador em relação aos pressupostos teórico-metodológicos escolhidos e aos próprios actores sociais observados. Enjeitando a neutralidade axiológica e normativa das ciências sociais (cf. Silva e Ribeiro 2000), bem como aquilo a que B. S. Santos (1989: 180) designa por aplicação técnica – separação do sujeito da situação existencial e rejeição de qualquer debate ético – não partilho, como assertivamente denuncia M. M. A. Jorge, da “visão idealizada do cientista generoso, liberto de todos os interesses, excepto o do conhecer objectivamente a realidade” (1999: 13). Numa imagem feliz, certamente inspirada nas histórias de *Lucky Luke*, Donham (1990: 193) afirma que uma ciência social estritamente neutral é tão impossível como saltar sobre a nossa própria sombra. Assim, nunca tentei remeter-me a uma posição de aparente neutralidade teórica ou ideológica que é em si mesmo, importa não obnubilar, um clara tomada de posição, antes assumi o meu comprometimento com as tradições teóricas emancipatórias.⁴ Como imperativo de consciência e sentido para o trabalho como antropólogo social e cidadão, tornei explícitas as minhas preferências teórico-políticas e, não menos importante, a minha incapacidade, também como ser humano, de permanecer insensível, indiferente, alheado dos problemas, sofrimentos e injustiças que perpassam as sociedades, sobretudo as periféricas onde tudo se faz sentir de uma forma mais pungente e, decididamente, mais cruel. Quer dizer, na medida das minhas possibilidades nunca contrapus o *scholarship* ao *committment*, segundo o justo sentido atribuído por Bourdieu (2001: 40-41): o saber engajado que desafia e transcende a fronteira definida como sagrada e mais ou menos inscrita nas nossas cabeças da separação entre o conhecimento científico, ainda que sócio-antropológico, e a intervenção no mundo exterior à academia. Colocadas as coisas nestes termos, estamos perante uma ética científica que implica um compromisso do investigador social para com a procura e o amparo de humanismos capazes de lutarem pela defesa de bens comuns a toda a humanidade – a paz, a defesa da vida e da biodiversidade, a pluralidade e o diálogo transculturais, o equilíbrio ambiental e a viabilidade geral do planeta – no contexto daquilo a que B. S. Santos (1989: 181-185) designa por aplicação edificante. Que é, sublinhe-se, inseparável dos pressupostos teóricos que conduzem os investigadores. Numa extraordinária reflexão sobre o humanismo –

⁴ Numa tomada de posição clarificadora, Wright afirma que “a principal razão para [alguns intelectuais] se darem ao trabalho de desenvolver toda uma investigação e uma teoria social está em poder contribuir, de alguma maneira, para a concretização dos respectivos projectos emancipatórios” (1997: 6-7).

palavra tão desprezada por muitas correntes pós-modernas – Said sublinha justamente que ele “é sobretudo a única resistência que podemos pôr às práticas desumanas e às injustiças que desfiguram a história da humanidade” (2003: 9).

Esta fase de reconfiguração do sistema mundial moderno e de reorganização da economia-mundo capitalista, na qual as periferias estão sujeitas a um ávido processo de *recompradorização* (Amin 2000), colocam problemas específicos à antropologia. Portadora de um passado algo ambíguo, poluído em muitos momentos por ligações deploráveis ao colonialismo, a saída para a crise da disciplina foi procurada por algumas correntes na crítica reflexiva dos textos antropológicos, incluindo os clássicos, ancorada na visão da antropologia como uma forma de literatura. Como salientam Ahmed e Shore (1995: 15), esta posição está ligada à pretensa impossibilidade de se produzir uma representação concreta dos outros observados, produzindo o que os autores designam por um crónico sentimento de insegurança e de *self-doubt* acerca da legitimidade do trabalho de campo tradicional. Inexoravelmente, esta solução pós-moderna acabou por, ao mesmo tempo que se entregava à celebração da posição do antropólogo como autor, secundarizando a etnografia, conduzir a disciplina a um esvaziamento das suas possibilidades de intervenção e acção nos diversos contextos da vida social.

Conhecedores dos mecanismos de funcionamento do sistema mundial, dos modos de extracção e de pilhagem dos recursos naturais e energéticos existentes nos países periféricos, muitas vezes envolvidos ou com um acesso directo às organizações ligadas à cooperação e à ajuda ao desenvolvimento, os antropólogos têm diante de si um enorme e estimulante campo de trabalho e de intervenção científica e política que em muito poderá contribuir para a renovação de temáticas e a abertura de novos terrenos de investigação à própria disciplina.

Esta renovação não passará, de todo, pela subordinação da antropologia aos actuais interesses estatais dominantes mas antes pela redescoberta de novas formas de crítica teórica e política solidamente ancoradas no trabalho de campo etnográfico. Trata-se de um desafio pesado mas estimulante que exige aos antropólogos e cientistas sociais comprometidos com as causas emancipatórias perseverança e um posicionamento estratégico arguto nos mais diversos campos. Embora atentos aos constrangimentos a que nos encontramos submetidos, este posicionamento não se deve esquivar também à crítica de todas as práticas arbitrárias e autoritárias por parte dos detentores do poder no interior das organizações e instituições a que

cada um pertence, em particular naquelas ligadas ao desenvolvimento e ao trabalho em antropologia aplicada.

Ao afro-pessimismo que parece dominar o grosso dos estudos africanos há que contrapor o optimismo, ainda que crítico e cauteloso. A penetração do capitalismo, ao mesmo tempo que fere de morte as instituições pré-existentes, transporta as contradições que se afirmam à medida que as desigualdades económicas e outras se acentuam. Com elas entrevê-se a propagação do conflito insanável que opõe, desde sempre, o capital ao trabalho, dominantes a dominados. Na fábrica nova, como certamente em muitos outros espaços de produção em Moçambique, os operários estão longe de ser uma *classe para si*. Mas nada obsta a que a situação assim se mantenha. Existe um potencial de afirmação e de organização das lutas sociais que à medida que a posição da burguesia se for consolidando não deixará de, como contraponto, gerar movimentos de contestação por parte daqueles que estão em baixo. Em Moçambique é possível que o movimento sindical, logo que totalmente desfeitos os vínculos de dependência que o atam à Frelimo (v. capítulo V), e apesar da enorme destruição de trabalho assalariado, se eleve à condição de força social *pivot* na organização da oposição à burguesia e aos seus interesses.

O futuro de África e dos seus povos passará em boa medida pelo que forem capazes de fazer, inventando formas de colaboração transafricanas e descobrindo solidariedades de dimensão global, neste período conturbado do sistema mundial que, mais do que anunciar o seu fim, é um sinal forte de uma nova reconfiguração que promete mudar a posição nele ocupada por alguns dos seus principais actores, os Estados-nação centrais, sem que quaisquer das suas principais contradições se apaguem. O manifesto de Dakar, aprovado nesta cidade da costa ocidental africana em Dezembro de 2000, e os movimentos sociais e políticos que o suportam são uma expressão concreta das virtualidades da acção colectiva coordenada de solidariedades globais contra-hegemónicas.

Será no quadro da busca de alternativas globalizadoras e plurais à globalização neoliberal que os cidadãos do continente negro poderão inventar soluções para uma renascença africana, inserindo-se deste modo no trabalho global de reconstrução de uma nova multipolaridade, na qual a diversidade cultural e de modos de vida não tenha de se colocar em oposição a uma partilha menos desigual do poder e dos recursos. Em Moçambique é imaginável que os homens e as mulheres mais despojados saberão encontrar as formas e os meios para nele participar, nomeadamente através da exploração criativa de espaços de manobra no interior dos movimentos políticos e sociais existentes, alguns já vinculados a compromissos e acções colectivas de dimensão africana e inclusive global.

Referências bibliográficas

Livros e artigos

- ABRAHAMSSON, Hans e Anders Nilsson (1994), *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo, Paddrigu/CEEI-ISRI.
- ADAMODJY, Bahassan (2001), *Milandos de um sonho: a euforia dos sonhadores*. Lisboa, Quetzal Editores.
- AGLIETTA, Michel (2001), “El capitalismo en el cambio de siglo: la teoría de la regulación y el desafío del cambio social”, *New Left Review*, 7, 16-70.
- AHMED, Akbar S. e Chris N. Shore (1995), "Introdution: is anthropology relevant to the contemporary world?" in Akbar S. Ahmed e Chris N. Shore (edited), *The future of anthropology: its relevance to the contemporary world*. Londres, The Athlone Press, 12-45.
- AKILU, Fatima (1995), “A multimethod approach to the study of homelessness” in Nici Nelson e Susan Wright, *Power and participatory development: theory and practice*. Londres, Intermediate Technology, 72-82.
- ALBERT, Jean-Pierre (1998), “Du martyr à la star: les métamorphoses des héros nationaux” in Pierre Centlivres, Daniel Fabre e Françoise Zonabend (sous la direction de), *La Fabrique des Héros*. Paris, Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 11-32.
- ALBUQUERQUE, Joaquim Mousinho (1896), *A prisão do Gungunhana (relatório apresentado ao Conselheiro Correia e Lança)*. Lourenço Marques, Typographia Nacional de Sampaio & Carvalho (suplemento ao boletim oficial do governo geral da província de Moçambique).
- ALEXANDRE, Valentim (1979), *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa, Sá da Costa.
- ALEXANDRE, Valentim (2000), “O império africano (séculos XIX-XX): As linhas gerais” in Valentim Alexandre (coord. de), *O império africano (séculos XIX e XX)*. Lisboa, Colibri, 11-28.
- ALMEIDA, Francisco Aécio Guedes et al. (1993), “Produtividade do cajueiro anão sob condições de irrigação localizada”, *Ciências Agronómicas (Fortaleza)*, 24 (1/2), 27-34.
- ALMEIDA, E. G. da Cruz (1956), “Plantemos cajueiros”, *Gazeta do Agricultor*, VIII (80): 14.

- ALMEIDA, Miguel Vale de (1991), “Leitura de um livro de leitura: a sociedade contada às crianças e lembrada ao povo” in *Seminário terrenos portugueses: lugares de aqui (actas)*. Lisboa, Dom Quixote, 245-261.
- ALMEIDA, Miguel Vale de (1995), *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa, Fim de Século.
- ALMEIDA, Miguel Vale de (1997), “No princípio era o corpo”, in Vítor Oliveira Jorge e Raúl Iturra, *Recuperar o espanto: o olhar da Antropologia*. Porto, Edições Afrontamento/Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia/Associação Portuguesa de Antropologia, 67-79.
- ALMEIDA, Miguel Vale de (2000), *Um mar da cor da terra: raça, cultura e política da identidade*. Oeiras, Celta Editora.
- ALMEIDA, Miguel Vale de (2002), “O Atlântico pardo: Antropologia, pós-colonialismo e o caso ‘lusófono’” in Cristiana Bastos *et. al.* (coordenação), *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 23-37.
- ALMEIRIM, António Gomes (1956), *Pequeno esboço etnográfico das tribos indígenas que povoam a circunscrição dos muchopes*. S.l., s.e.
- ALTHABE, Gérard (2001), “De la polysemie de l’argent” in Laurent Bazin e Monique Selim (avec la contribution de Gérard Althabe), *Motifs économiques en anthropologie*. Paris, L’Harmattan, 51-58.
- ALTHUSSER, Louis (1999), *Sobre a reprodução*. Petrópolis, Vozes.
- ALTHUSSER, Louis *et al.* (s.d.), *A polémica sobre o humanismo*. Lisboa, Presença.
- AMIN, Samir (1974), *La acumulación a escala mundial: Crítica de la teoría del subdesarrollo*. Cidade do México, Siglo XXI.
- AMIN, Samir (1976), *Imperialisme et développement inégal*. Paris, Minuit.
- AMIN, Samir (1988), *L’échange inégal et la loi de la valeur*. Paris, Anthropos.
- AMIN, Samir (1999), *O eurocentrismo: crítica de uma ideologia*. Lisboa, Dinossauro.
- AMIN, Samir (2000), *Os desafios da mundialização*. Lisboa, Dinossauro.
- AMIN, Samir (2001), “L’Afrique et le sud dans le systeme mondial en transformation”, *Forum Social Mondial – Bibliothèque des Alternatives*.
- ANDRADE, Mário Pinto de (1998), *Origens do nacionalismo africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes contra a dominação colonial portuguesa (1911-1961)*. Lisboa, Dom Quixote.
- ARCE, Alberto e Norman Long (eds.) (1999), *Anthropology, development and modernities: exploring discourses, counter-tendencies and violence*. Londres, Routledge.
- ARHIN, Kwame (edited by) (1993), *The life and work of Kwame Nkrumah*. Trenton, Africa World Press.
- ARNKOFF, D. B. (1980), “Psychotherapy from the perspective of cognitive theory” in M. J. Mahoney (ed.), *Psychotherapy process: current issues and future directions*. Nova Iorque, Plenum.
- ARNFRED, Signe (2001), “Espíritos ancestrais, terras e alimentos: posse de terra e poder em função de género em Ribaáuê, província de Nampula”, in Rachel Waterhouse e Carin Vijfhuizen (sob direcção de), *Estratégias das mulheres, proveito dos homens: género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique*. Maputo, Núcleo de Estudos da Terra e Faculdade de Agronomia e engenharia Florestal – UEM, 181-210.
- ARRIGHI, Giovanni (1996), *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. S. Paulo, UNESP.

- AUGÉ, Marc (1994), *Não-lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Venda Nova, Bertrand.
- AUGÉ, Marc (1998), *Les formes de l'oubli*. Paris, Payot & Rivages.
- AZENHA, António Sérgio (2000), *África desaparecida*. Lisboa, Quetzal.
- BABBAGE, Charles (1996), "Sur l'économie des machines et des manufactures (extraits)", *Techniques et Cultures*, 28, 201-217.
- BADIA, Gilbert (1973), "L'analisi dello sviluppo capitalistico in Rosa Luxemburgo" in *Storia del marxismo contemporaneo*. Giangiacomo Feltrinelli Editore, vol. IV, 5-40.
- BAKO-ARIFARI, Nassirou e Pierre-Yves Le Mur, (1998), *Les dynamiques locales face aux interventions de développement*. Mayance, Universidade de Mayence/Institut d'Ethnologie et études africaines.
- BALFET, Hélène (ed.) (1991), *Observer l'action technique: des chaines opératoires, pourquoi faire*. Paris, Éditions du CNRS.
- BALIBAR, Etienne (1991), "From class struggle to classless struggle?" in Etienne Balibar e Immanuel Wallerstein, *Race, nation, class: ambiguous identities*. Londres, Verso, 153-184.
- BALIBAR, Etienne e Immanuel Wallerstein (1991), *Race, nation, class: ambiguous identities*. Londres, Verso.
- BAPTISTA, J. do Amparo (1962), *Moçambique: província portuguesa de ontem e de hoje*. Vila Nova de Famalicão, Centro Gráfico.
- BARNARD, Alan (2000), *History and theory in anthropology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BARREIROS, Pinho (1977), *Um ano nas masmorras da Frelimo*. Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco.
- BASTIDE, Roger (1979), *Antropologia aplicada*. S. Paulo, Perspectiva.
- BAZIM, Laurent (2001), "Industrialisation, désindustrialisation" in Laurent Bazin e Monique Selim (avec la contribution de Gérard Althabe), *Motifs économiques en anthropologie*. Paris, L'Harmattan, 111-154.
- BEAUD, Michel (1992), *História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias*. Lisboa, Teorema.
- BERTAUX, Daniel (1997), *Les récits de vie*. Paris, Nathan.
- BELL, Duran (2002), "Polanyi and the definition of capitalism" in Jean Ensminger (edited by), *Theory in economic anthropology*. Walnut Creek, Altamira Press, 119-134.
- BELLO, João et al. (1911), *Caminho-de-ferro de Gaza: troço Chai-Chai-Manjacaze*. Lourenço Marques, Imprensa Nacional.
- BIERSCENK, Thomas (1991), "Les projects et les politiques de développement sont-ils des préoccupations légitimes de l'anthropologie?", *Bulletin de l'Apad*, 1, 12-14.
- BIERSCENK, Thomas et al. (2000), "Les courtiers entre développement et état in Thomas Bierscenk et al. (sous la direction de), *Courtiers en développent: les villages africains em quête de projets*. Mayence e Paris, Apad e Karthala, 5-42.
- BIRMINGHAM, David (2000), "Vinho, mulheres e guerra" in Valentim Alexandre (coord. de), *O império africano (séculos XIX e XX)*. Lisboa, Colibri, 165-174.
- BLOCH, Maurice (1994), "Les usages de l'argent", *Terrain*, 23, 5-10.
- BLOCH, Maurice (1995), "Mémoire autobiographique et mémoire historique du passé éloigné", *Enquête*, 2, 59-76.
- BOAHEN, A. Adu (1987), *African perspectives on colonialism*. Baltimore, The John Hopkins University Press.
- BOLTANSKI, Luc e Ève Chiapello (1999), *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris, Gallimard.

- BOSSO, Lelio (1973), “La teoria dell’imperialismo in Lenin” in *Storia del marxismo contemporaneo*. Giangiacomo Feltrinelli, vol. V, 99-124.
- BOUJU, Jacky (1995), “Tradition et identité: la tradition dogon entre tradicionalisme et néo-tradicionalisme urbain”, *Enquête*, 2, 95-117.
- BOURDIEU, Pierre (1964), *Le déracinement: la crise de l’agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris, Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1977), *Algérie 60: structures économiques et structures temporales*. Paris, Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction: critique sociale do jugement*. Paris, Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1989), *O poder simbólico*. Lisboa, Difel.
- BOURDIEU, Pierre (1992), “Posfácio” in Paul Rabinow, *Reflexiones sobre un trabajo de campo en Marruecos*. Madrid, Júcar, 151-153.
- BOURDIEU, Pierre (sous la direction de) (1993a), *La misère du monde*. Paris, Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (1993b), “Compreende”, in Pierre Bourdieu (sous la direction de), *La misère du monde*. Paris, Seuil, 1388-1447.
- BOURDIEU, Pierre (1993c), “Post-scriptum”, in Pierre Bourdieu (sous la direction de), *La misère du monde*. Paris, Seuil, 1448-1554.
- BOURDIEU, Pierre (1997), *Razões práticas: sobre a teoria da acção*. Oeiras, Celta.
- BOURDIEU, Pierre (1999), *A dominação masculina*. Oeiras, Celta.
- BOURDIEU, Pierre (2000a), *Les structures sociales de l’économie*. Paris, Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (2000b), *Esboço de uma teoria da prática, precedido de três estudos de etnologia cabila*. Oeiras, Celta.
- BOURDIEU, Pierre (2001), *Contre-feux 2: pour un mouvement social européen*. Paris, Raisons d’Agir.
- BOUTANG, Yann Moulier (1998), *De l’esclavage au salariat*. Paris, Presses Universitaire de France.
- BOXER, C. R. (1969), *O império colonial português*. Lisboa, Edições 70.
- BRAUDEL, Fernand (1986), *História e ciências sociais*. Lisboa, Presença.
- BRAUDEL, Fernand (1989), *Gramática das civilizações*. Lisboa, Teorema.
- BRAUDEL, Fernand [1992 (1979)], *Civilização material, economia e capitalismo (séculos XV-XVIII): o tempo do mundo*. Lisboa, Teorema.
- BRENNER, Robert (1977), “The origins of capitalist development: A critique of neo-smithian marxism”. *New Left Review*, 104, 25-92.
- BRINTON, Maurice (1975), *Os bolcheviques e o controle operário*. Porto, Afrontamento.
- BROMBERGER, Christian e Georges Ravis-Giordani (1976), “Introduction: espace donné, espace production - esquisse d’une approche ethnologique du concept d’espace”, in *Pratiques et représentations de l’espace dans les communautés méditerranéennes*. Paris, Éditions du CNRS.
- BRYAN, Dominic (1998), “En souvenir de Guillaume: les parades orangistes en Irlande du Nord”, in Pierre Centlivres, Daniel Fabre e Françoise Zonabend (sous la direction de), *La Fabrique des Héros*. Paris, Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 33-47.
- BURAWOY, Michael (1979), *Manufacturing consent: changes in the labour process under monopoly capitalism*. Chicago, The University of Chicago Press.
- BURAWOY, Michael (1985), *The politics of production: factory regimes under capitalism and socialism*. Londres, Verso.
- BURGESS, Robert (1997), *A pesquisa de terreno: uma introdução*. Oeiras, Celta.

- BUTCHER, David (1987), "The applied anthropology in development projects", *Edinburgh Anthropology*, 1, 40-59.
- CABRAL, Amílcar (1975), *Unité et lutte: l'armée de la théorie*. Paris, Maspero.
- CAETANO, Lucília de Jesus (1986), *A indústria no distrito de Aveiro: análise geográfica relativa ao eixo rodoviário principal (EN 1) entre Malaposta e Albergaria-a-Nova*. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro.
- CAETANO, Marcelo (1974), *Depoimento*. Rio de Janeiro e S. Paulo, Distribuidora Record.
- CAHEN, Michel (1987), *Mozambique: la révolution implosée. Etudes sur douze années d'indépendance (1975-1987)*. Paris, L'Harmattan.
- CAHEN, Michel (1996), "Unicidade, unidade ou o pluralismo do estado?" in José Magode (editor), *Moçambique: etnicidades, nacionalismo e o estado – transição inacabada*. Maputo, Fundação Friedrich Ebert e Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, 18-39.
- CAHEN, Michel (1997), "L'ethnie et la revolution" (intervention prononcée lors du colloque sur le centième anniversaire du Bund, organisé en novembre 1997 par l'Union des Progressistes juifs de Bruxelles) in <http://users.skynet.be/suffrage-universel/indexmicahen.htm> (3/08/2003).
- CAHEN, Michel (1999), "Afro-pessimisme? Oui, par respect", *Clio en Afrique*, 5, inverno 1999.
- CAHEN, Michel (2002), *Les bandits: un historien au Mozambique (1994)*. Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian.
- CALVINO, Italo (2002), *O caminho de San Giovanni*. Lisboa, Edições Teorema.
- CAPELA, José (1973), *Vinho para o preto*. Porto, Edições Afrontamento.
- CAPELA, José (1974), *Moçambique pelo seu povo*. Porto, Edições Afrontamento.
- CAPELA, José (1977), *O imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas colónias (as ideias coloniais de Marcello Caetano e legislação do trabalho nas colónias nos anos 60)*. Porto, Afrontamento.
- CAPELA, José (1993), *O escravismo colonial em Moçambique*. Porto, Afrontamento.
- CAPELA, José (1995), *Donas, senhores e escravos*. Porto, Edições Afrontamento.
- CAPELA, José (2000), "Moçambique no século XIX" in Valentim Alexandre (coord. de), *O império africano (séculos XIX e XX)*. Lisboa, Colibri, 117-134.
- CAPELA, José (2002), *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique*. Porto, Afrontamento.
- CARDOSO, Carlos (2003), "A solidão do presidente", in António Sopa (editor científico), *Samora, homem do povo*. Maputo, Maguezo, 185-189.
- CARDOSO, Fernando Henrique e Carlos Falleto (1970), *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1971), *Sociologie du développement en Amérique Latine*. Paris, Anthropos.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1974), "Imperialismo e dependência na América Latina" in Salvador Allende, Olivier Todd e Fernando Henrique Cardoso, *Imperialismo e Dependência*. Lisboa, Mondar.
- CARIA, Telmo H. (2000), *A cultura profissional dos professores: o uso do conhecimento em contexto de trabalho na conjuntura da reforma educativa dos anos 90*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

- CARIA, Telmo H. (2002a), “A construção etnográfica do conhecimento em ciências sociais: reflexividade e fronteiras”, in Telmo H. Caria (org.), *Experiência etnográfica em ciências sociais*. Porto, Edições Afrontamento, 9-20.
- CARIA, Telmo H. (2002b), “Da estrutura prática à conjuntura interactiva – relendo *Esboço de uma teoria da prática* de Pierre Bourdieu”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 64, 135-143.
- CARTIER-BRESSON, Jean (2000a), “Corruption, libération et démocratisation”, *Tiers Monde*, XLI (161), 9-22.
- CARTIER-BRESSON, Jean (2000b), “La Banque Mondiale, la corruption et la gouvernance”, *Tiers Monde*, XLI (161), 165-192.
- CARVALHO, Mário de (1969), *A agricultura tradicional de Moçambique: distribuição geográfica das culturas e sua relação com o meio*. Lourenço Marques, Missão de Inquérito Agrícola de Moçambique.
- CASTELLS, Manuel (1998), *La société en réseaux: l'ère de l'information*. Paris, Fayard.
- CASTELO, Cláudia (1998), “*O modo português de estar no mundo*”: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto, Afrontamento.
- CASTRO, Armando (1978), *O sistema colonial português em África (meados do século XX)*. Lisboa, Caminho.
- CAUDAU, Joel (1996), *Anthropologie de la mémoire*. Paris, Presses Universitaires de France.
- CHAMOUX, Marie-Noëlle (1996), “Les difficultés d'accès au savoir d'autrui”, *Techniques et Cultures*, 28, 1-7.
- CHANG, Ha-Joon (2002), *Kicking away the ladder: development strategy in historical perspective*. Londres, Anthem Press.
- CHESNAIS, François (1994), *La mondialisation du capital*. Paris, Syros.
- CHESNAIS, François (2000), “Mondialisation: le capital rentier aux commandes”. *Les Temps Modernes*, 607, 15-40.
- CHEVALLIER, Denis (sous la direction de) (1991), *Savoir-faire et pouvoir transmettre - transmission et apprentissage des savoir-faire et des techniques*. Paris, Éditions de la Maison des sciences de l'homme.
- CHINGONO, Mark (1996), *The state, violence and development: the political economy of war in Mozambique*. Aldershot, Ashgate.
- CHRISTIE, Ian (1996), *Samora: uma biografia*. Maputo, Ndjira.
- CIDADE, Hernâni (s.d.), *O bandeirismo paulista na expansão territorial do Brasil*. S.l., Empresa Nacional de Publicidade.
- CLIFFORD, James (1999), *Itinerarios transculturales*. Barcelona, Gedisa.
- COLLIER, John e Malcolm Collier (1986), *Visual anthropology: photography as a research method*. Albuquerque, University of New Mexico Press.
- COLORADO-MANSFELD, Rudi (2002), “An ethnography of neoliberalism”, *Current Anthropology*, 43 (1), 113-137.
- CONNERTON, Paul (1993), *Como as sociedades recordam*. Oeiras, Celta.
- COPANS, Jean (1990), *La longue marche de la modernité africaine: savoirs, intellectuels, démocratie*. Paris, Karthala.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine (1997-98), “L'afro-pessimisme au seuil du troisième millénaire”, *Clio en Afrique*, 5, outono-inverno 1997-98.

- CORNU, Roger (1991) “Voir et savoir” in Denis Chevallier (sous la direction de), *Savoir-faire et pouvoir transmettre - transmission et apprentissage des savoir-faire et des techniques*. Paris, Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 83-100.
- CORREIA, A. B. Ramalho (1963), *A industrialização da castanha de caju (o cajueiro e os seus produtos)*. Lourenço Marques, Direcção dos Serviços de Economia e Estatística da Província de Moçambique.
- COSTA, Gomes da (1899), *Gaza (1897-1898)*. Lisboa, M. Gomes.
- COVANE, Luís António (1989), *As relações económicas entre Moçambique e a África do Sul (1850-1964): acordos e regulamentos principais*. Maputo, AHM.
- COVANE, Luís António (2001), *O trabalho migratório e a agricultura no sul de Moçambique (1920-1992)*. Maputo, Promédia.
- CRESSWELL, Robert (1983), “Transfers de techniques et chaines operatoires”, *Techniques et culture*, 2, 143-159.
- CRESSWELL, Robert (1991) “Technologie” in Pierre Bonte e Michel Izard (sous la direction de), *Dictionnaire de l’ethnologie et de l’anthropologie*. Paris, Presses Universitaires de France, 698-701.
- CRUZ, Daniel da (1910), *Em terras de Gaza*. Porto, Gazeta das Aldeias.
- CRUZ, Raúl da (1987), *Industrialização em meio rural: o caso de Águeda*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CRUZEIRO, Maria Manuela (entrevista de) (1998), *Costa Gomes: o último marechal*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- CUAMBA, Júlio (1998), *Cashew processing factory: 1.000 metric tonnes/year in 250 working days*. Maputo (relatório de consultoria).
- CUNHA, Silva (1977), *O ultramar, a nação e o “25 de Abril”*. Coimbra, Atlântida.
- CUNHA, Luz et. al. (1997), *África, a vitória traída*. Lisboa, Intervenção.
- CUNHA, Manuela Ivone (2002), *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos*. Lisboa, Fim de Século.
- DALTON, George (1967), “Traditional production in primitive african economies” in George Dalton (edited by), *Tribal and peasants economies*. Londres, Doubleday, 61-80.
- DAVIDSON, Basil (1975), *Os camponeses africanos e a revolução*. Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- DAVIDSON, Basil (1988), *As ilhas afortunadas: um estudo sobre a África em transformação*. Lisboa, Caminho.
- DAVIDSON, Basil (2000), *O fardo do homem negro: os efeitos do estado-nação em África*. Porto, Campo das Letras.
- DAVIES, Robert et al. (1980), *Syndicalist struggle, class struggle and socialist transition: a case study of the Texlom textile mill*. Maputo, CEA (texto policopiado).
- DAVIS, Mike (2002), *Late victorian holocausts: El Nino, families and the making of the Third World*. Londres, Verso.
- DELSAUT, Yvette e Marie-Christine Rivière (2002), *Bibliographie des travaux de Pierre Bourdieu suivi d’un entretien sur l’esprit de la recherche*. Pantin, Le Temps des Cerises.
- DIAS, Eduardo Costa (2000), “Estado, estruturas políticas tradicionais e cidadania: o caso senegâmbiano” in José Manuel Leite Viegas e Eduardo Costa Dias (orgs.), *Cidadania, integração, globalização*. Oeiras, Celta, 37-59.
- DIXON, Keith (1999), *Os evangelistas do mercado*. Oeiras, Celta.

- DONHAM, Donald L. (1999), *History, power, ideology: central issues in marxism and anthropology*. Berkeley, University of California Press.
- DRUCKER, Peter F. (1993), *Sociedade pós-capitalista*. Lisboa, Difusão Cultural.
- DUMONT, Louis (1966), *Homo hierarchicus: le système des castes et ses implications*. Paris, Gallimard.
- DUMONT, René (1962), *A África começa mal*. Lisboa, Dom Quixote.
- DUNN, Tony (1994), "Rapid rural appraisal: a description of the methodology and its application in teaching and research at Charles Stuart University". *Rural Society* 4 (3/4) in www.csu.edu.au/research/crsr/ruralsoc/v4n3p30.htm (19 de Março de 2003).
- DURAND, Jean-Yves (2001), "Entre sédiments, strates et failles: le 'terrain', une métaphore minée?", *Ethnologie Française*, XXXI (1): 127-141.
- DURAND, Jean-Yves (2002), *Le sens des profondeurs. Ethnographie d'une pratique divinatoire: la sourcellerie, entre hydrogéologie et parasciences*. Aix-en-Provence, Universidade de Provença (tese de doutoramento).
- DURÃO, Susana (2003), *Oficinas e tipógrafos: cultura e quotidianos de trabalho*. Lisboa, Dom Quixote.
- DURKHEIM, Émile [1977 (1893)], *A divisão do trabalho social*. Lisboa, Presença.
- DZIMBA, Gaspar (1993), *Políticas e estratégias para o desenvolvimento do sector do caju nos anos 90*. Maputo, Ministério da Agricultura - Secretaria de Estado do Caju.
- ECO, Umberto (1986), *Viagem na irrealidade quotidiana*. Lisboa, Difel.
- EGERÖ, Bertil (1992), *Moçambique: os primeiros dez anos de construção da democracia*. Maputo, AHM.
- ELIAS, Norbert (1980), *Introdução à sociologia*. Lisboa, Edições 70.
- ENGEL, Tobias (2003a), "Cabo Verde: a segunda morte de Amílcar Cabral", *Le Monde Diplomatique – edição portuguesa*, ano 5 (56), 18-19.
- ENGEL, Tobias (2003a), "A instável Guiné-Bissau", *Le Monde Diplomatique – edição portuguesa*, ano 5 (56), 19.
- ESCOBAR, Arturo (1991), "Anthropology and the development encounter: the making and marketing of development anthropology", *American Ethnologist*, 18 (4): 658-682.
- ESCOBAR, Arturo (1995), *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton, Princeton University Press.
- ESTANQUE, Elisio (2000), *Entre a fábrica e a comunidade: subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado*. Porto, Afrontamento.
- ESTEVES, A. Baião (1960a), *Relato de uma entrevista havida com Jacques Missir em 30-5-1960 sobre o problema da comercialização e industrialização*. Lisboa, MEAU.
- ESTEVES, A. Baião (1960a), *Normas norte-americanas para importação de caju*. Lisboa, MEAU.
- ESTEVES, A. Baião (1963a), *Apontamentos sobre a posição actual do descasque de caju em Moçambique*. Lisboa, MEAU.
- ESTEVES, A. Baião (1963b), *Instalação "Oltremare" para descasque de castanha de caju*. Lisboa, MEAU.
- ESTEVES, A. Baião (1964a), *Descasque mecânico de castanha de caju*. Lisboa, MEAU.
- ESTEVES, A. Baião (1964b), *Industrialização da castanha de caju produzida no Ultramar português (projecto do programa de acção para o plano de transição de 1966-67)*. Lisboa, MEAU.
- EVANS, Judith (1995). *Feminist Theory Today: An Introduction to Second-Wave Feminism*. Londres, Sage.

- EVANS-PRITCHARD, E. E. (1985), *Antropologia social*. Lisboa, Edições 70.
- FABRE, Daniel (1998), “L’atelier des héros”, in Pierre Centlivres, Daniel Fabre e Françoise Zonabend (sous la direction de), *La Fabrique des Héros*. Paris, Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 233-318.
- FAGE, J. D. (1997), *História da África*. Lisboa, Edições 70.
- FANON, Frantz (1961), *Les damnés de la terre*. Paris, Maspero.
- FANON, Frantz (1980), *Em defesa da revolução africana*. Luanda, Instituto Nacional do Livro e do Disco.
- FANTASIA, Rick (2003), *Des syndicats domestiqués: répression patronale et résistance syndicale aux Etats-Unis*. Paris, Raisons d’Agir.
- FELDMAN-BIANCO, Bela *et. al.* (2002), “Introdução”, in Cristiana Bastos *et. al.* (coordenação), *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 11-19.
- FELICIANO, José Fialho (1998), *Antropologia económica dos Thonga do sul de Moçambique*. Maputo, AHM.
- FELICIANO, José Fialho e Victor Hugo Nicolau (1998), “Introdução” in João Julião da Silva *et. al.*, *Memórias de Sofala: etnografia e história das identidades e da violência entre os diferentes poderes no centro de Moçambique (séculos XVIII e XIX)* (edição e notas de José Fialho Feliciano e Victor Hugo Nicolau). Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 7-22.
- FERRÃO, José E. Mendes (1992), *A aventura das plantas e os descobrimentos portugueses*. Lisboa, IICT.
- FERRÃO, José E. Mendes (1995), *O cajueiro (anacardium occidentale L.)*. Lisboa, IICT.
- FERREIRA, Serafim (organizada por) (1975), *Resistência africana: antologia poética*. Lisboa, Diabril.
- FERREIRINHA, Manuel P. (1960), “Contribuição para o estudo anatómico da castanha de caju (*anacardium occidentale L.*)”, *Garcia da Orta*, 8 (2), 295-297.
- FIRST, Ruth (1970), *Power in Africa*. Nova Iorque, Pantheon Books.
- FIRST, Ruth (1982), “The gold of migrant labour”, *Review of African Political Economy*, 9 (25): 5-21.
- FLAMANT, Nicolas e Monique Jeudy-Ballini (2002), “Le charme discret des entreprises: l’ethnologie en milieu industriel”, *Terrain*, 39: 5-16.
- FLOWER, Ken (1987), *Serving secretly: an intelligence chief on record Rhodesia into Zimbabwe (1964-1981)*. Londres, John Murray.
- FONSECA, Ronaldo (2002), *Marxismo e globalização*. Porto, Campo das Letras.
- FONSECA, Ronaldo (2003), “Nova fuga para a frente do imperialismo americano”, *Política Operária*, 89, Março/Abril de 2003, 23-24.
- FORRESTER, Viviane (2000), *Une étrange dictature*. Paris, Fayard.
- FORTUNA, Carlos (1993) *O fio da meada: O algodão de Moçambique e a economia mundial (1870-1960)*. Porto, Afrontamento.
- FOUCAULT, Michel (1977), *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petropolis, Vozes.
- FOUNOU-TCHUIGOUA (1997), *Crise africana: alternativas*. Lisboa, Dinossauro.
- FRANCISCO, António Alberto da Silva (2003), “Reestruturação económica e desenvolvimento” in Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (orgs.), *Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto, Afrontamento, vol. I, 141-178.
- FRANK, André Gunder (1976), *Sociologia do desenvolvimento e subdesenvolvimento da sociologia*. Coimbra, Centelha.
- FRANK, André Gunder (1979), *A acumulação mundial (1492-1789)*. Lisboa, Estampa.

- FRANK, André Gunder (s.d.), *Do subdesenvolvimento capitalista*. Lisboa, Edições 70.
- FRIEDMAN, Georges (1968), *O futuro do trabalho humano*. Lisboa, Moraes.
- FRIEDMAN, Milton e Rose Friedman (1980), *Liberdade para escolher*. Mem Martins, Europa-América.
- FUKUYAMA, Francis (1992), *The end of history and the last man*. Nova Iorque, The Free Press.
- FURTADO, Celso (1959a), *Uma política de desenvolvimento económico para o Nordeste*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- FURTADO, Celso (1959b), *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros.
- FURTADO, Celso (1961), *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- FURTADO, Celso (1964), *Dialéctica do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- FURTADO, Celso (1976), *Teoria e política do desenvolvimento económico*. Lisboa, Dom Quixote.
- FURTADO, Celso (1998), *O capitalismo global*. São Paulo, Paz e Terra.
- GALEANO, Eduardo (1998), *As veias abertas da América Latina: a pobreza do homem como resultado da riqueza da terra*. Lisboa, Dinossauro.
- GARBER, Bill e Penny Jenden (1993), “Anthropologists or anthropology? The band aid perspective on development projects” in Johan Pottier, *Practising development: social science perspectives*. Londres, Routledge, 50-70.
- GAUTIER, Jean-François *et al.* (2001), “La fiscalisation du secteur informel: recherche impôt désespérément”, *Tiers Monde*, XLII (168), 795-815.
- GEERTZ, Clifford (1983), *Bali: interprétation d’une culture*. Paris, Gallimard.
- GEERTZ, Clifford (1992), *La interpretación de las culturas*. Barcelona, Gedisa.
- GERTZ, Clifford (1996), *Tras los hechos: dos países, cuatro décadas y antropólogo*. Barcelona, Paidós.
- GEFFRAY, Christian (1991), *A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Porto, Afrontamento.
- GELLNER, Ernest (1993), *Nações e nacionalismos*. Lisboa, Gradiva.
- GERALDES, Alice Duarte (1987), *Gente de minifúndio: produção e reprodução social em mudança na freguesia da Correlhã*. Braga, Universidade do Minho, vol. I (tese de doutoramento).
- GERRY, Chris (1979), *A chronology of rhodesian military aggression against Mozambique (mid 1975 – mid 1979)*. Maputo, CEA (texto policopiado).
- GERRY, Chris (1980), “Petite production marchande ou ‘salarial déguisé’? Quelques réflexions”, *Tiers Monde*, 82, 387-403.
- GERRY, Chris e Chris Birkbeck (1981), “The petty commodity producer in Third World cities: Petit-bourgeois or ‘disguised’ proletarian?” in Frank Bechhofer e Brian Elliott (edited by), *The petite bourgeoisie: comparative studies of the uneasy stratum*. Londres, MacMillan, 121-154.
- GERRY, Chris e Chris Birkbeck (1985), “Les petits producteurs urbains du Tiers-Monde sont-ils de petits bourgeois?”, *Tiers Monde*, 101, 31-40.
- GESLIN, Philippe (1999), *L’apprentissage des mondes: une anthropologie appliquée aux transferts de technologie*. Paris, Éditions Octarès et Fondation de la Maison des sciences de l’homme.
- GIACOMETTI, Michel (colaboração de Fernando Lopes Graça) (1981), *Cancioneiro popular português*. Lisboa, Círculo de Leitores.

- GIDDENS, Anthony (1984), *The constitution of society: outline of the theory of structuration*. Londres, Polity Press.
- GIDDENS, Anthony (1995), "Epilogue: notes on the future of anthropology" in Akbar S. Ahmed e Chris N. Shore (edited), *The future of anthropology: its relevance to the contemporary world*. Londres, The Athlone Press, 272-275.
- GIDDENS, Anthony (1996), *Novas regras do método sociológico: uma crítica positiva às sociologias interpretativas*. Lisboa, Gradiva.
- GIDDENS, Anthony (1998), *As consequências da modernidade*. Oeiras, Celta.
- GIDDENS, Anthony (1999), *Para uma terceira via: a renovação da social- democracia*. Lisboa, Presença.
- GIDDENS, Anthony (2000a), *Dualidade da estrutura: agência e estrutura*. Oeiras, Celta.
- GIDDENS, Anthony (2000b), "Viver numa sociedade pós-tradicional" in Ulrick Beck *et al.*, *Modernização reflexiva: política, tradição e estética no mundo moderno*. Oeiras, Celta, 53-104.
- GINNER, Francisco e José António Martín (1993), "Antropología aplicada" in Angel Aguirre Baztán (ed.), *Dicionário temático de antropologia*. Barcelona, Boixareu Universitaria, 15-20.
- GLASER, Barney G. e Anselm L. Strauss (1967), *The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research*. Nova Iorque, Aldine de Gruyter.
- GODELIER, Maurice (1973). *Horizontes da Antropologia*. Lisboa, Edições 70, (2ª edição).
- GODELIER, Maurice (1992), "'Espelho meu, espelho meu...' O papel da antropologia no passado e no futuro: uma avaliação provisória", *Ler História*, 23, 101-116.
- GODELIER, Maurice (1995), *L'énigme du don*. Paris, Fayard.
- GODELIER, Maurice (1996), *La production des grandes hommes: pouvoir et domination masculine chez les Baruya de Nouvelle-Guiné*. Paris, Fayard.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1968), *Ensaio sobre História de Portugal*. Lisboa, Sá da Costa, vol. II.
- GOMES, João Hudson Saraiva (2000), "A visão da indústria de processamento" in *Workshop do agronegócio caju* (Brasil).
- GONÇALVES, Paulo F. F. (1999), Os governadores do Ultramar : atribuições e competências. Do antigo regime ao 25 de Abril de 1974. *Africana*, 21, 207-228.
- GOODY, Jack (1977), "Mémoire et apprentissage dans les sociétés avec et sans écriture: la transmission du Bagre". *L'Homme*, XVII (1): 29-52.
- GOODY, Jack (1997), "Histoire et anthropologie: convergences et divergences", *Ethnologie Française*, XXVII (3) 282-290.
- GOSSIAUX, Jean-François (2000), "Communauté" in Pierre Bonte e Michel Izard (sous la direction de), *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*. Paris, Presses Universitaire de France, 165-166.
- GRAMSCI, António (1974), *Obras escolhidas*. Lisboa, Estampa, vol. I.
- GRANJO, Paulo (1998). "A antropologia e a abordagem da indústria e do risco: legitimidade e experiência de terreno". *Etnográfica*, II (1): 73-89.
- GRANJO, Paulo (2003), "A mina desceu à cidade: memória histórica e a mais recente indústria moçambicana", *Etnográfica*, vol II (2), 403-428.
- GRAWITZ, Madeleine (1996), *Méthodes des sciences sociales*. Paris, Dalloz (10ª edição).

- GRILLO, R. D. (1997), "Discourses of development: The view from anthropology" in R. D. Grillo e R. L. Stirrat (ed.), *Discourses of development: anthropological perspectives*. Oxford, Berg.
- GRUPO KRISIS (2003), *Manifesto contra o trabalho*. Lisboa, Antígona.
- GUÈYE, Sémou Pathé (1997), "Fin de l'histoire et perspective de développement: l'Afrique dans le temps du monde", *La Pensée*, 309: 99-117.
- GUILHOT, Nicolas (2000), "De uma verdade à outra, as políticas do Banco Mundial: as instituições financeiras sob o fogo da crítica", *Le Monde Diplomatique – edição portuguesa*, ano 2 (18), 14-15.
- HADJOR, Kofi Buenor (1998), *Nkrumah and Ghana: the dilemma of post-colonial power*. Londres, Kegan Paul.
- HALBWACHS, Maurice (1997), *La mémoire collective*. Paris, Albin Michel.
- HALIMI, Serge (1997), *Les nouveaux chiens de garde*. Paris, Raisons d'Agir.
- HALL, Edward (1986), *A dimensão oculta*. Lisboa, Relógio d'Água.
- HAMMERSLEY, Martyn e Paul Atkinson (1994), *Etnografia: métodos de investigación*. Barcelona, Paidós.
- HANLON, Joseph (1984), *Mozambique: the revolution under fire*. Londres, Zed Books.
- HANLON, Joseph (1996), *Paz sem benefício: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*. Maputo, CEA.
- HANLON, Joseph (1998), *Guia básico sobre as autarquias locais* Maputo, Ministério de Administração Estatal e AWEPA (Associação de Parlamentares Europeus para África).
- HANLON, Joseph (2003), "Are donors to Mozambique promoting corruption?", in www.macua.com/doadores.htm (27 de Abril de 2003).
- HANNERZ, Ulf (1997), "Fronteras", in <http://firewall.unesco.org/issj/rics154/hannerzspa.html> (29 de Janeiro de 2001).
- HARDT, Michael e António Negri (2000), *Empire*. Cambridge, Harvard University Press.
- HARNECKER, Marta (1974), *O Capital: conceitos fundamentais*. Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- HARNECKER, Marta (2000), *Tornar possível o impossível: a esquerda no limiar do século XXI*. Porto, Campo das Letras.
- HARRIS, Marvin (1958), *Portugal's African wards*. Nova Iorque, American Committee on Africa.
- HARRIS, Marvin (1979a), *Cultural materialism: the struggle for a science of culture*. Nova Iorque, Random House.
- HARRIS, Marvin (1979b), *El desarrollo de la teoría antropológica: una historia de las teorías de la cultura*. Madrid, Siglo XXI de España.
- HARRIS, Marvin (1987), *Cultural anthropology*. Nova Iorque, Harper & Row.
- HARRIS, Marvin e Eric B. Ross (1987), *Muerte, sexo y fecundidad – la regulación demográfica en las sociedades preindustriales y en desarrollo*. Madrid, Alianza.
- HARVEY, David (1996), "La globalisation en question" in *Congrès Marx: cent ans de marxisme – bilan critique et prospectives*. Paris, Puf, 67-83.
- HARVEY, David (1999), *The limits to capital*. Londres, Verso.
- HEDGES, David e Aurélio Rocha (1999), "A reestruturação da sociedade moçambicana (1938-1944)" in David Hedges (coordenação de), *História de Moçambique*. Maputo, UEM, vol. II, 83-127.
- HERMELE, Kenneth (1988), "Guerra e estabilização: uma análise a médio prazo do programa de recuperação económica de Moçambique (PRE)", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 8-9: 247-293.

- HEUSCH, Luc de (2000), "L'ethnie: the vicissitudes of a concept", *Social Anthropology*, 8 (2), 99-115.
- HILMARSSON, Hilmar T. (s.d), *Cashew pricing and marketing in Mozambique (second draft)*. Washington, Banco Mundial (World Bank Working Paper).
- HOBBS, Allan (1984), "The role of the anthropologist in development work: an overview" in William L. Partridge (edited by), *Training manual in development anthropology*. Washington, American Anthropological Association, 9-17.
- HOBBS, Eric (1990), *A era do império (1875-1914)*. Lisboa, Presença.
- HOBBS, Eric (1994), *A era dos extremos: história breve do século XX (1914-1991)*. Lisboa, Presença.
- HOBBS, Eric (1995) (Présentation et traduction para André Mary, Karim Fghoul et Jean Boutier), "Inventing traditions", *Enquête*, 2, 171-189.
- HODGES, Tony (2001), *Angola: from afro-stalinism to petro-diamond capitalism*. Bloomington, Indiana University Press.
- HOMERO (s.d.), *A Íliada*. Mem Martins, Europa-América.
- HOMERO (s.d.), *A Odisseia*. Mem Martins, Europa-América.
- HONWANA, Raúl Bernardo (1989), *Memórias*. Porto, Asa.
- HORNSBY-SMITH, Michael (1993), "Gaining access" in Nigel Gilbert (edited by), *Researching social life*. Londres, Sage, 52-67.
- HOUTMAN, Gustaaf (1988), "Interview with Maurice Bloch", *Anthropology Today*, 4 (1), 18-24.
- HUBERMAN, Leo e Paul M. Sweezy (1968), "Lições da experiência soviética" in Paul M. Sweezy e Leo Huberman, *Capitalismo ou socialismo?*. Lisboa, Arcádia, 159-175.
- HUGHES, John A., Peter J. Martin e W. W. Sharrock (1995), *Understanding classical sociology: Marx, Weber, Durkheim*. Londres, Sage.
- ISAACMAN, Allen (s.d.), *The propaganda campaign against Mozambique in the american press*. Maputo, CEA.
- ISAACMAN, Allen (1996), *Cotton is the mother of poverty*. Oxford, James Currey.
- INIESTA, Ferrán (1992), *El planeta negro: aproximación histórica a las culturas africanas*. Madrid: Catarata.
- ITURRA, Raúl (1986), "Trabalho de campo e observação participante" in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto, *Metodologia das ciências sociais*. Porto, Afrontamento, 149-163.
- JARDIM, Jorge (1976), *Moçambique: terra queimada*. Lisboa, Intervenção.
- JORGE, Maria Manuel Araújo (1999), *Solicitude e tecnociências: O humano no coração da ciência*. Lisboa, Terraço.
- JUNOD, Henri [1996 (1912)], *Usos e costumes dos Bantu*. Maputo, AHM (dois volumes).
- KANE, Eileen (1997), "Participatory rural appraisal for educational research: helping to see the 'invisible'", *Irish Journal of Anthropology*, 2, 69-85.
- KHAMBANE, Chitlango e André-Daniel Clerc (1990), *Chitlango: filho de chefe*. Maputo, Cadernos Tempo.
- KHOSA, Ungulani Ba Ka (1987), *Ualalapi*. Lisboa, Caminho.
- KRUKS, Sonia (s.d.), *De nacionalismo a marxismo: a história ideológica da Frelimo (1962-1977)*. Maputo, UEM.

- LABBAL, Valérie (2001), *Travail de la terre, travail de la pierre: des modes de mise en valeur des milieux arides par les sociétés himalayennes – l'exemple du Ladakh*. Aix-en-Provence, Université de Aix-Marseille I (tese de doutoramento).
- LACLAU, Ernesto (1971), "Feudalism and capitalism in Latin America", *New Left Review*, 67, 19-38.
- LAS CASAS, Bartolomé de (1990), *Brevíssima relação da destruição das Índias*. Lisboa, Antígona.
- LAYTON, Robert (1997), *An introduction to theory in anthropology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- LAZARUS, Sylvain (2001), "Anthropologie ouvrière et enquêtes d'usine: état des lieux et problématique", *Ethnologie française*, XXXI (3): 389-400.
- LAZIER, Isabelle (1989) "Les taillandiers de la Fure: quelques indications méthodologiques" in *Cultures du travail - identités et savoirs industriels dans la France contemporaine*, Paris, Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 19-36.
- LEAF, Murray (1981), *Uma história da antropologia*. S. Paulo, Zahar.
- LEAF, Murray (1998), *Pragmatism and development: the prospect for pluralist transformation in the Third World*. New Haven, Greenwood.
- LEE, Barbara e John Nellis (1990), *Enterprise reform and privatization in socialist economies*. Washington, BM.
- LE GOFF, Jacques (1983), *A civilização do Ocidente medieval*. Lisboa, Estampa, vol. I.
- LEE, Richard. e I. DeVore, (1968), *Man the hunter*. Chicago, Aldine.
- LEITE, Joana Pereira (1995), "A economia do caju em Moçambique e as relações com a Índia: dos anos 20 ao fim da época colonial" in *Ensaio de homenagem a Francisco Pereira de Moura*. Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão/Universidade Técnica de Lisboa, 631-655.
- LEITE, Joana Pereira (2000), "A guerra do caju e as relações Moçambique-Índia na época colonial", *Lusotopie 2000*: 295-332.
- LEITE, Serafim (1953), *Artes e ofícios dos jesuítas do Brasil (1549-1760)*. Lisboa e Rio de Janeiro, Brotéria e Livros de Portugal.
- LEMOINE, Maurice (2002), "Laboratórios da mentira na Venezuela: os media como quinta coluna", *Le Monde Diplomatique – edição portuguesa*, ano 4 (41), 20-21.
- LEMONNIER, Pierre (1996), "Et pourtant ça vole! L'ethnologie des techniques et les objets industriels", *Ethnologie Française*, XXVI (1) 17-31.
- LEMONNIER, Pierre (2000), "Technique (système)", in Pierre Bonte e Michel Izard (sous la direction de), *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*. Paris, Presses Universitaires de France, 697-698.
- LENINE, Vladimir Ilitch [1974 (1916)], *O imperialismo: estágio supremo do capitalismo*. Coimbra, Centelha.
- LENINE, Vladimir Ilitch (1977), *Sobre a aliança operária e camponesa*. Lisboa, Estampa, (textos de 1899/1921).
- LEROI-GOURHAN, André [1971 (1943)], *L'homme et la matière: évolution et techniques*. Paris, Albin Michel.
- LEROI-GOURHAN, André [1973 (1945)], *Milieu et techniques: évolution et techniques*. Paris, Albin Michel.
- LEROI-GOURHAN, André (1964), *Le geste et la parole: technique et langage*. Paris, Albin Michel, vol. I.
- LEROI-GOURHAN, André (1964), *Le geste et la parole: la mémoire et les rythmes*. Paris, Albin Michel, vol. II.
- LÉVI-STRAUSS, Claude [1986 (1955)], *Tristes trópicos*. Lisboa, Edições 70.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (1996), *Raza y Cultura*. Madrid, Cátedra.

- LEWIN, Moshe (2003), *Le siècle soviétique*. Paris, Fayard/Le Monde Diplomatique.
- LEWIS, Ioan M. (1995), *Anthropologists for sale? in Akbar S. Ahmed e Chris N. Shore (edited), The future of anthropology: its relevance to the contemporary world*. Londres, The Athlone Press, 94-109.
- LIESEGANG, Gerhard J (1986), *Ngungunyane: a figura de Ngungunyane Nqumayo, rei de Gaza (1884-1895) e o desaparecimento do seu estado*. Maputo, Arpac – Arquivo do Património Cultural.
- LIMA, Alfredo Pereira de Lima (1971), *História dos caminhos-de-ferro de Moçambique*. Lourenço Marques, Administração dos Portos, Caminhos-de-Ferro e Transportes de Moçambique, vol. II.
- LITTLEWOOD, Paul (1980), “Patronage, ideology and reproduction”, *Critique of Anthropology*, IV (15), 29-45.
- LONG, Norman (ed.) (1989), *Encounters at the interface: a perspective on social discontinuities in rural development*. Wageningen, Agricultural University.
- LONG, Norman, (eds.), (1992), *Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development*. Londres, Routledge.
- LONG, Norman (2001), *Development sociology: actor perspectives*. Londres, Routledge.
- LOPES, Maria Antónia Fonseca (2001), *O papel dos valores e crenças africanas no tempo de trabalho circular, nas estratégias, na negociação das diferenças entre operários e dirigentes no corredor de Maputo*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (tese de doutoramento).
- LOUÇÃ, Francisco (2002), “Da crise da globalização ao combate contra o conservadorismo”, *Manifesto*, 1, 74-95.
- LOURENÇO, Nelson (1991), *Família rural e indústria: mudança social na região de Leiria*. Lisboa, Fragmentos.
- LOW, Jan *et al.* (2001), “A regulamentação de comercialização da castanha de caju: como torná-la um instrumento revitalizador do sub-setor cajueiro em Moçambique?”, *Flash*, 25P.
- LOWY, Michel (1978), *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LUXEMBURGO, Rosa [1967 (1912)], *L'accumulation du capital*. Paris, Editions Sociales.
- LUXEMBURGO, Rosa, [1971 [1904)], *Greve de massas, partido e sindicatos*. Coimbra, e.t.
- LUXEMBURGO, Rosa, [1970 [1906)], “Questões de organização da social-democracia russa”, *in Rosa Luxemburgo et al., Centralismo democrático*. Coimbra, e.t., 33-61.
- MACHEL, Samora (1983), *Sindicatos organizarão os trabalhadores para matar a fome e a nudez*. Maputo, Edições do Partido Frelimo.
- MAKWÁKWA, Paulo (o dossier de) (s.d.), *Uma viagem ao interior da Renamo* (policopiado).
- MALINOWSKI, Bronislaw [1986 (1922)], *Los argonautas del pacífico occidental: un estudio sobre comercio y aventura entre los indígenas de los archipiélagos de la Nueva Guinea melanésica*. Barcelona, Ediciones Península.
- MANDEL, Ernest (1974), *A resposta socialista ao desafio americano*. Lisboa, Estúdios Cor.
- MANGHEZI, Nadja (2001), *O meu coração está nas mãos de um negro: uma história da vida de Janet Mondlane*. Maputo, CEA/UEM.
- MARIANO, Domingos B. (1966), “Estudos e documentos técnicos sobre caju produzidos pela Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar (1959-1966)”, *Garcia de Orta*, XIV (4), 529-536.

- MARIENSTRAS, Elise (1998), “L’ennemi vaincu : Figure du héros national américaine”, in Pierre Centlivres, Daniel Fabre e Françoise Zonabend (sous la direction de), *La Fabrique des Héros*. Paris, Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 65-77.
- MARINI, Ruy Mauro (1976), *Dialética da dependência*. Coimbra, Centelha.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1986), *História de Portugal: desde os tempos mais antigos até à presidência do sr. general Eanes*. Lisboa, Palas, vol. III.
- MARQUES, Silvino Silvério (1978), *Portugal : e agora?* Lisboa, Templo.
- MARQUES, Maria Manuel Leitão et al. (2003), “A justiça cível nos tribunais provinciais” in Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (orgs.), *Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto, Afrontamento, vol. I, 351-403.
- MARRULE, Higinio de et al. (1999), “Reflections on poverty and prospects for growth in the mozambican rural sector”, *Policy Syntesis for Cooperating USAID Offices and Country Missions*, 44.
- MARTINELLI, Bruno (1980), “Le changement technique et les bases d’une techno-économie ethnologique”, *Technologie, Idéologies, Pratiques*, I (3), 1-13.
- MARTINELLI, Bruno (1982), “Toponymie et société: contribution à l’étude de l’espace communautaire en Basse-Provence”, *Études Rurales*, 85, 9-31.
- MARTINELLI, Bruno (1987), “La fin et les moyens: l’ethnologie et l’intervention technologique”, *L’Uomo*, XI (2), 319-341.
- MARTINELLI, Bruno (1989), “Après Leroi-Gourhan: les chemins de la technologie” in Leroi-Gourhan ou les voies de l’homme. Paris, Albin Michel, 61-89.
- MARTINELLI, Bruno (1991), “Une chaîne opératoire halieutique au Togo” in Hélène Balfet (ed.), *Observer l’action technique: des chaines opératoires, pourquoi faire*. Paris, Éditions du CNRS, 65-86.
- MARTINELLI, Bruno (1993), “Sens de la tendance technique”, *Techniques et culture*, 21, 1-24.
- MARTINELLI, Bruno (1995), “Transmission de savoirs et évolution des techniques métallurgiques dans la boucle do Niger”, *Cahier d’Histoire des Techniques*, 3, 163-188.
- MARTINELLI, Bruno (2000), *Entre systématique et empathie: Réflexion sur la démarche ethnologique*. Aix-en-Provence, Université de Provence (texto policopiado).
- MARTINS, Helder (2001), *Porquê Sakrani? Memórias dum médico numa guerrilha esquecida*. Maputo, Terceiro Milénio.
- MARTINS, Moisés de Lemos (1996), *Para uma inversa navegação: o discurso da identidade*. Porto, Afrontamento.
- MARX, Karl e Friedrich Engels [1968 (1848)], *Manifesto do Partido Comunista*. S. Paulo, Escriba.
- MARX, Karl [1971(1844)]. *Os manuscritos económico-filosóficos*. Porto, Brasília.
- MARX, Karl [1971 (1859)]. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa, Estampa.
- MARX, Karl (1971), *Trabalho assalariado e capital*. Porto, e.t.
- MARX, Karl [1974 (1867)], *O Capital*. Lisboa, Delfos, vol. I.
- MARX, Karl (1975), *Escritos de juventude*. Lisboa, Edições 70.
- MARX, Karl e Friedrich Engels [1975 (1846)], *A ideologia alemã: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, Bruno Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos diferentes profetas*. Lisboa, Presença.

- MARX, Karl e Friedrich Engels (1978), *Sobre o colonialismo*. Lisboa, Estampa, vol. II.
- MATEUS, Dalila (2004), *A PIDE/DGS na guerra colonial (1961-1974)*. Lisboa, Terramar.
- MAUSS, Marcel (1960), *Sociologie et anthropologie*. Paris, Presses Universitaires de France
- MÉDARD, Jean-François (2000), “Clientélisme politique et corruption”, *Tiers Monde*, XLI (161), 75-87.
- MEILLASSOUX, Claude (1997), *L'économie de la vie*. Lausanne, Page2.
- MEILLASSOUX, Claude [1999 (1964)], *Anthropologie économique des Gouro de Côte d'Ivoire: de l'économie de subsistance à l'agriculture commerciale*. Paris, Éditions de l'EHESS.
- MEJIA, Margarita (1997), “Terra e género”, *Notmoc*, 99, 1-5 (www.mol.co.mz/notmoc/1997/99c.html, 18/7/2003).
- MELO, António *et al.* (editores) (1978), *Colonialismo e lutas de libertação: 7 cadernos sobre a guerra colonial*. Porto, Afrontamento.
- MENDE, Tibor (1974), *Ajuda ou recolonização? As lições de um fracasso*. Lisboa, Dom Quixote.
- MENESES, Maria Paula (2003), “Os ‘outros’ e ‘nós’: a questão do acesso, uso e gestão dos recursos naturais em Licuáti” in Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (orgs.), *Conflito e transformação social: Uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto, Afrontamento, vol. II, 451-478.
- MENESES, Maria Paula *et al.* (2003) “As autoridades tradicionais no contexto do pluralismo jurídico” in Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (orgs.), *Conflito e transformação social: Uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto, Afrontamento, vol. II, 341-420.
- MIGDAL, Joel S. (1974), *Peasants, politics, and revolution: pressures toward political and social change in the Third World*. Princeton, Princeton University Press.
- MILANDO, João (2003), *O desenvolvimento participativo em contextos institucionais “adversos”: aspectos africanos*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (tese de doutoramento).
- MINTER, William (1994), *Apartheid's contras: an inquiry into the roots of war in Angola and Mozambique*. Londres, Zed Books.
- MINTZ, Sidney W. (1985), *Sweetness and power: the place of sugar in modern history*. Nova Iorque, Viking.
- MINTZBERG, H. (1995), *Estrutura e dinâmica das organizações*. Lisboa, Dom Quixote.
- MOLE, Paulo e Michael Weber (1999), “O debate sobre o caju em Moçambique: que vias alternativas?”, *Flash*, 16P.
- MOLE, Paulo (2000), *An economic analysis of smallholder cashew development opportunities and linkages to food security in Mozambique's northern province of nampula*. East Lansing, Michigan State University (tese de doutoramento).
- MONDLANE, Eduardo [1995 (1969)], *Lutar por Moçambique*. Maputo, CEA.
- MONTAIGNE, Michel de (1912), *Les essais*. Paris, Flammarion.
- MONTAIGNE, Michel de (1967), *Oeuvres complètes*. Paris, Seuil.
- MOREIRA, José (2000), “Primeiras formulações nacionalistas”, in Carlos Serra (direcção de), *História de Moçambique*. Maputo, UEM, vol. I, 432-456.
- MOSSE, Marcelo (2001), “Os últimos dias de Samora”, in António Sopa (editor científico), *Samora, homem do povo*. Maputo, Maguezo, 179-184.
- MOULINIÉ, Véronique (1993), “Une ethnographie du pouvoir en usine”, *Terrain*, 21, 129-142.
- MOUSSA, Pierre (1966), *As nações proletárias*. Lisboa, Livraria Moraes.

- MOYANA, Salomão (1993), “Problemas do sindicalismo em Moçambique”, in *Sindicalismo em Moçambique: experiências e desafios*, 25-37 (relatório e documentos de um seminário organizado em Maputo).
- MUNSLOW, Barry (1983), *Mozambique: the revolution and its origins*. Londres, Longman.
- NAZARETH, J. Manuel (1982), *Explosão demográfica e planeamento familiar - subsídios para uma política de defesa da vida em Portugal*. Lisboa, Presença/Gabinete de Investigações Sociais.
- NEGRÃO, José Guilherme (2001), *Cem anos de economia da família rural moçambicana (o delta do rio Zambeze em análise retrospectiva)*. Maputo, Promédia.
- NEGRÃO, José Guilherme (2003), “Sistemas costumeiros da terra” in Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (orgs.), *Conflito e transformação social: Uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto, Afrontamento, vol. I, 229-256.
- NEGRI, Toni (2002), “Império e multidão na guerra” in *O império em guerra: o mundo depois do 11 de Setembro*. Porto, Campo das Letras, 175-180.
- NEVES, Diocleciano Fernandes das Neves e Ilídio Rocha (1987), *Das terras do império Vátua às praças da República Boer*. Lisboa, Dom Quixote.
- NEWITT, Malyn (1981), *Portugal in Africa*. Londres, C. Hurst.
- NHABINDE, Simeão Amosse (1999), *Desestabilização e guerra económica no sistema ferro-portuário de Moçambique (1980-1997)*. Maputo, UEM.
- NISBET, Robert (1994), *History of the idea of progress*. Nova Jersey, Transaction.
- NKRUMAH, Kwame (1975), *A luta de classes em África*. Lisboa, Sá da Costa.
- NORBERG-HODGE, Helen (1997), “Learning from Ladakh” in Majid Rahnema e Victoria Bawtree (comp. e ed.). *The Post-Development Reader*. Londres, Zed Books: 22-29.
- NUMAIO, Eugénio (1999), *Tirar Mandlakazi do anonimato: projecto de desenvolvimento de turismo integrado*. Maputo, e.a.
- OHLEER, J.G. (1979), *Cashew*. Amerstedão, Koninklijk Instituut voor de Tropen.
- O’LAUGHLIN, Bridget (2001), “Pobreza, crescimento e relações de género: liberalização, terra e trabalho nas zonas rurais de Moçambique”, in Rachel Waterhouse e Carin Vijfhuizen (sob direcção de), *Estratégias das mulheres, proveito dos homens: género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique*. Maputo, Núcleo de Estudos da Terra e Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal – UEM: 35-57.
- OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre (1984), *Les sociétés songhay-zarma (Niger-Mali): chefs, guerriers, esclaves, paysans*. Paris, Kartala.
- OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre (1990a), “Populisme développementiste et populisme en sciences sociales: ideologie, action, connaissance”. *Cahiers d’Etudes africaines*, 120, XXX (4), 475-492.
- OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre (1990b), “Para uma abordagem antropológica das ideologias e práticas do desenvolvimento”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 12 e 13: 189-198.
- OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre (1995a), “La politique du terrain: sur la production des données en anthropologie”. *Enquete*, 1, 71-109.
- OLIVER DE SARDAN, Jean-Pierre (1995b), *Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social*. Paris, Karthala.

- OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre (2001a), “Les trois approches en anthropologie du développement”, *Tiers Monde*, XLII (168), 729-754.
- OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre (2001b), “Populisme méthodologique et populisme idéologique en anthropologie”, in Jean-Louis Fabiani (sous la direction de), *Le goût de l'enquête (pour Jean-Claude Passeron)*. Paris, L'Harmattan, 195-246.
- O'NEILL, Brian Juan (1984), *Proprietários, lavradores e jornaleiras*. Lisboa, Dom Quixote.
- ORLOVE, Benjamin S. (2003), “Multiple methodologies in anthropological research”, *Current Anthropology*, 44 (suplemento), 1-2.
- ORTSMAN, Oscar (1984), *Mudar o trabalho: as experiências, os métodos, as condições de experimentação social*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- OSÓRIO, Conceição e Eulália Temba (2003), “A justiça no feminino” in Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (orgs.), *Conflito e transformação social: Uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto, Afrontamento, vol. II, 165-186.
- PACHECO, Carlos (2003), “Como esquecer dezenas de milhares de mortos?”, *Público*, n.º 2804 de 27/10/2003.
- PALLOIX, Christian (1972a), *A economia mundial de iniciativa privada: a fase da concorrência*. Lisboa, Estampa.
- PALLOIX, Christian (1972b), *A economia mundial de iniciativa privada: a fase de monopólio*. Lisboa, Estampa.
- PALLOIX, Christian (1974), *As firmas multinacionais e o processo de internacionalização*. Lisboa, Estampa.
- PAREDES, J. Anthony (1996), “Multiculturalismo como Actitud: algunas Observaciones Materialistas sobre la Diversid”, *Antropologia Aplicada*, 1, 107-110.
- PARENTE, J. Ismar e A. Lopes Neto (1973), *A agro-indústria do caju em Moçambique*. Lourenço Marques, IIAM.
- PASSOS, Inácio de (1977), *Moçambique: a escalada do terror*. Queluz, Literal.
- PÉLISSIER, René (1994), *História de Moçambique: formação e oposição (1854-1918)*. Lisboa, Estampa.
- PENNETIER, Claude e Bernard Pudal (2000), “Stalinisme, culte ouvrier et culte des dirigeants” in Michel Dreyfus et al. (sous la direction), *Le siècle des communismes*. Paris, Les Éditions de l'Atelier/Éditions Ouvrières, 369-376.
- PEREIRA, JR, A. et al. (1962), *Subsídio para o estudo da amêndoa de “anacardium occidentale” L.*. Lisboa, MEAU.
- PEREZ, Andres (2000), “Guerra e diamantes na Serra Leoa: um acordo de paz vítima da cobiça”, *Le Monde Diplomatique – edição portuguesa*, ano 2 (15), 10.
- PETRAS, James (2002), “A rose by any other name? The fragrance of imperialism”, *The Journal of Peasant Studies*, XXIX (2), 135-160.
- PIETERSE, Jan Nederveen (2001), *Development theory: deconstructions/reconstructions*. Londres, Sage.
- PINTO, Jaime Nogueira (1977), *Portugal: os anos do fim (de Goa ao largo do Carmo)*. S.l., Economia & Finanças.
- PINTO, José Madureira (1978), *Ideologias: inventário crítico dum conceito*. Lisboa, Presença/Gabinete de Investigações Sociais.
- PITCHER, Anne (1990), “Lançar as sementes do fracasso : as primeiras tentativas de cultivo de algodão em Angola e Moçambique”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 12 e 13, 99-135.

- PITCHER, Anne (com Scott Kloeck-Jenson) (2001), “Homens, mulheres, memória e direitos aos recursos naturais na província da Zambézia” in Rachel Waterhouse e Carin Vijfhuizen (sob direcção de), *Estratégias das mulheres, proveito dos homens: género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique*. Maputo, Núcleo de Estudos da Terra e Faculdade de Agronomia e engenharia Florestal – UEM, 147-179.
- PITCHER, Anne (2003), “Sobreviver à transição : o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique”, *Análise Social*, vol. XXXVIII (168), 793-820.
- POIRIER, Jean *et al.* (1995), *Histórias de vida: teoria e prática*. Lisboa, Celta.
- POLANYI, Karl [1983 (1944)], *La grand transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris, Gallimard.
- POLANYI, Karl [1971b (1957)], “Our obsolete market mentality” in George Dalton (ed.), *Primitive, archaic and modern economies: Essays of Karl Polanyi*. Nova Iorque, Beacon Press.
- POLANYI, Karl [1971b (1957)], “The economy as instituted process” in George Dalton (ed.), *Primitive, archaic and modern economies: Essays of Karl Polanyi*. Nova Iorque, Beacon Press.
- POLANYI-LEVITT, Kari (1998), “Karl Polanyi, socialiste”, in Jean-Michel Servet *et al.* (sous la direction de), *La modernité de Karl Polanyi*. Paris, L’Harmattan, 5-25.
- PONCELET, Léo (2002), “Bridging ethnography and world-systems analysis”, *Review*, XXV (1), 47-97.
- PORTELA, José (1985), “Observação Participante (Reflexões sobre uma Experiência)”. *Cadernos de Ciências Sociais*, 3, 157-176.
- PORTELA, José (1986), *Trabalho cooperativo em duas aldeias de Trás-os-Montes*. Porto, Afrontamento.
- PORTELA, José (1998), “Viver um tempo novo? Sim”, *In Loco. A Rede para o Desenvolvimento Local*, Novembro (edição especial), 14-17.
- PORTELA, José (1999a), “E se desenvolvêssemos a noção de desenvolvimento?”, *Cadernos da Serra*, 1: 55-60.
- PREBISCH, Raúl (1963), *Dinâmicas do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- PRICE, David H. (1998), “Gregory Bateson and the OSS: World War II and Bateson’s assessment of applied anthropology”, *Human Organization*, 57 (4), 379-385.
- PUJADAS, Juan J. (1994), “Memória colectiva y discontinuidad: la construcción social de las identidades culturales” in Ricardo Sanmartin (coord), *Antropologia sin fronteras: ensayos en honor a Carmelo Lisón*. Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas: 617-633.
- RAMONET, Ignacio (1999), *A tirania da comunicação*. Porto, Campo das Letras.
- RANC, Elisabeth (1988), “L’anthropologie du développement aux Etats-Unis: force et promesses d’une nouvelle profession”, *Cahiers de Sciences Humaines*, 24 (4), 453-469.
- RAPPORT, Nigel (1996) “Community”, in Alan Barnard e Jonathan Spencer (ed.), *Encyclopedia of social and cultural anthropology*. Londres, Routledge.
- REIS, João e Armando Pedro Muivane (1975), *Datas e documentos da história da Frelimo*. Lourenço Marques, Imprensa Nacional.
- REIS, José (1992), *Os Espaços da Indústria*. Porto, Afrontamento.
- REY, Pierre-Philippe (1979), *As alianças de classe: “sobre a articulação dos modos de produção” seguido de “materialismo histórico e luta de classes”*. Coimbra, Centelha.

- RIBEIRO, Darcy (1997), *O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. S. Paulo, Companhia das Letras.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (1996), *Memória industrial em Águeda: fundamentação preliminar para um enquadramento museológico*. Braga, Universidade do Minho (tese de mestrado).
- RIBEIRO, Fernando Bessa (1998), “Memória industrial em Águeda: Saberes, práticas quotidianas e trabalho na indústria das ‘duas rodas’”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, ano 81, XXXIX, (1-2), 117-140.
- RIBEIRO, Fernando Bessa Ribeiro (1999), “O conflito no espaço da produção industrial: Trabalho e ideologia na fábrica das ‘duas rodas’ EFS”, *Análise Empresarial*, 29, 87-95.
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2003a), *Salvador*. Vila Real, DES/UTAD (filme antropológico).
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2003b), *Cartas da periferia: um antropólogo na terra dos heróis*. Porto, Profedições.
- RIBEIRO, Fernando Bessa e José Portela (2002), “Globalizações, resistências e/ou alternativas: David frente a Golias?” in *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.
- RIBEIRO, Manuela (1995), “As histórias de vida enquanto procedimento de pesquisa sociológica: reflexões a partir de um processo de pesquisa de terreno”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 44, 125-141.
- RIBEIRO, Manuela (2002), “E como é que, realmente, se chega às pessoas? Considerações introdutórias sobre as notas e o trabalho de campo como processo social” in Telmo H. Caria (org.), *Experiência etnográfica em ciências sociais*. Porto, Afrontamento, 99-114.
- RIVERO, Oswaldo de (2001), *O mito do desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI*. Pétropolis, Vozes.
- RIVIÈRE, Claude (1978), *Classes et stratifications sociales en Afrique*. Paris, Presses Universitaires de France.
- RIVIÈRE, Claude (2000), *Anthropologie politique*. Paris, Armand Colin.
- ROESCH, Otto (1992), “Reforma económica em Moçambique: notas sobre a estabilização, a guerra e a formação das classes”, *Arquivo*, 11, 5-35.
- ROQUE, Ricardo (2001), *antropologia e império: Fonseca Cardoso e a expedição à Índia em 1895*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- ROSTOW, Walt Whitman [1990 (1960)], *The stages of economic growth: a non-communist manifesto*. Cambridge, Press Syndicate of the University of Cambridge.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques (1974), *O contrato social*. Mem Martins, Europa-América.
- SAHLINS, Marshall [1997 (1972)], “The original affluent society” in Majid Rahnema e Victoria Bawtree (comp. e ed.), *The Post-Development Reader*. London, Zed Books, 3-21.
- SAID, Edward W. (2003), “O humanismo: última muralha contra a barbárie”, *Le Monde Diplomatique – edição portuguesa*, ano 5 (54), 8-9.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1987), *Um discurso sobre as ciências*. Porto, Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1993), “O estado, as relações salariais e o bem-estar na semi-periferia: o caso português” in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*, Porto, Afrontamento, 15-56.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto, Afrontamento.

- SANTOS, Boaventura de Sousa (1997), “Por uma concepção multicultural de direitos humanos”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 48, 11-32.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1998), *Reinventar a Democracia*. Lisboa, Gradiva/Fundação Mário Soares.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1999), “Os Novos Caminhos da Teoria Crítica” in www.ces.fe.uc.pt/coloquio/Boaventura_de_Sousa_Santos.html (6 de Maio de 1999).
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2000), *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática (volume 1 – A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência)*. Porto, Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003), “O Estado heterogêneo e o pluralismo jurídico” in Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (orgs.), *Conflito e transformação social: Uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto, Afrontamento, vol. I, 47-95.
- SANTOS, Daniel dos (2001), “Economia, democracia e justiça em Angola: O efêmero e o permanente”, *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23 (1), 99-133.
- SARDINHA, R. Albuquerque (1965), “Desenvolvimento da cultura do cajueiro” in *Relatório Anual das Brigadas Territoriais*. Lisboa, MEAU.
- SAUL, John (1994), “O Estado da Frelimo: da revolução à recolonização”, *Arquivo*, 15: 5-42.
- SCHAEFER, Emmet, “Historical Stratification by race” in Sérgio Vieira, William Martin e Immanuel Wallerstein (coord. by) (1992), *How fast the wind? Southern Africa, 1975-2000*. Trenton, Africa World Press, 293-327.
- SCHOR, Juliet (1991), *The overworked american: the unexpected decline of leisure*. Nova Iorque, Basic Books.
- SCOTT, James C. (1976), *The moral economy of the peasants: rebellion and subsistence in Southeast Asia*. New Haven e Londres, Yale University Press.
- SCOTT, James C. (1985), *Weapons of the weak: everyday forms of peasants resistance*. New Haven e Londres, Yale University Press.
- SCOTT, James C. (1990). *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven e Londres, Yale University Press.
- SEIBERT, Gerhard (2001), *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa, Vega.
- SELIM, Monique (2001), “Entreprise et mondialisation” in Laurent Bazin e Monique Selim (avec la contribution de Gérard Althabe), *Motifs économiques en anthropologie*. Paris, L’Harmattan, 59-109.
- SEN, Amartya (1999), *Development as freedom*. Oxford, Oxford University Press.
- SEROTE, Mongane Wally (2001), “The african renaissance social movement”, *New Agenda*, 4, 51-55.
- SERRA, Carlos (2000a), “O Estado de Gaza” in Carlos Serra (direcção de), *História de Moçambique*. Maputo, UEM, vol. I, 89-100.
- SERRA, Carlos (2000b) (direcção), *Racismo, etnicidade e poder: um estudo em cinco cidades de Moçambique*. Maputo, Livraria Universitária.
- SERVET, Jean-Michel et al. (sous la direction de), *La modernité de Karl Polanyi*. Paris, L’Harmattan, 5-25.
- SÈVE, Lucien (2001), *Começar pelos fins: a nova questão comunista*. Porto, Campo das Letras.

- SHANIN, Teodor (1971), "Peasantry as a political factor" in Teodor shanin (ed.), *Peasants and peasant societies*. Harmondsworth, Penguin, 238-263.
- SHANIN, Teodor (1997), "The Idea of Progress" in Majid Rahnema e Victoria Bawtree (comp. e ed.). *The Post-Development Reader*. London, Zed Books: 65-72.
- SILVA, Augusto Santos (1994a), *Tempos cruzados: um estudo interpretativo da cultura portuguesa*. Porto, Afrontamento.
- SILVA, Augusto Santos (1994b), "Alguns temas para pensar a mudança social". *Educação, Sociedade e Culturas*, 1, 105-128.
- SILVA, H. Lains e (1962), *Industrialização da castanha de caju em Moçambique*. Lisboa, MEAU.
- SILVA, H. Lains e (1964), *Programa de industrialização integral da castanha de caju de Moçambique*. Lisboa, MEAU.
- SILVA, Manuel Carlos (1988), "Camponeses e patronos: o caso de uma aldeia minhota", *Cadernos de Ciências Sociais*, 7, 51-80.
- SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se: estratégias e constrangimentos camponeses no Noroeste de Portugal*. Porto, Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (2000a) "Racismo e conflito interétnico: elementos para uma investigação", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56, 61-79.
- SILVA, Manuel Carlos (2000b), "Globalização hegemónica e globalização contra-hegemónica: notas para um debate", in José Manuel Leite Viegas e Eduardo Costa Dias (org.), *Cidadania, integração, globalização*. Oeiras, Celta, 289-309.
- SILVA, Manuel Carlos (2002a), "Trajecto e estratégia de pesquisa em meio rural", in Telmo H. Caria (org.), *Experiência etnográfica em ciências sociais*. Porto, Afrontamento, 167-183.
- SILVA, Manuel Carlos (2002b), "Conflitos interfamiliares e 'mal de inveja'", *Análise Social*, XXXVII (162), 209-241.
- SILVA, Manuel Carlos (2002c), "Trabalho sob o capitalismo", *Le Monde Diplomatique – edição portuguesa*, ano 4 (39), 1-2.
- SILVA, Manuel Carlos e Fernando Bessa Ribeiro (2000), "Ciências sociais e desenvolvimento no Minho", *Territórios Alternativos*, 1, 121-135.
- SILVA, Pedro (2003), *Etnografia e educação: reflexões a propósito de uma pesquisa sociológica*. Porto, Profedições.
- SILVA, Teresa Cruz e (2001), *Protestant Churches and the formation of political consciousness in Southern Mozambique*. Basileia, P. Schlettwein Publishing.
- SILVA, Teresa Cruz e (2002), "Determinantes globais e locais na emergência de solidariedades sociais: o caso do sector informal nas áreas periurbanas da cidade de Maputo", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 75-89.
- SILVA, Terezinha da (2003), "Violência doméstica: factos e discursos" in Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (orgs.), *Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto, Afrontamento, vol. II, 143-164.

- SKETCHLEY, Peter (1985), "The struggle for new social relations of production in industry" in John S. Saul (ed. by), *A difficult road: the transition to socialism in Mozambique*. Nova Iorque, Monthly Review Press, 253-278.
- SMITH, Adam [1981 (1776)], *A riqueza das nações*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- SOBRAL, José Manuel e Pedro Tavares Almeida (1982), "Caciquismo e poder político: reflexões em torno das eleições de 1901", *Análise Social*, XVIII (72-74), 649-671.
- SOBRAL, José Manuel (1994), "Estilos de vida, consumos e lazer num espaço rural português: alguns aspectos" in José Machado Pais, Fernanda Torres e Sue Cox (orgs.), *Actas do Congresso Mundial do Lazer/World Leisure Congress*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 227-243.
- SOBRAL, José Manuel (1999a), *Trajectos: o presente e o passado na vida de uma freguesia da Beira*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- SOBRAL, José Manuel (1999b), "Da casa à nação: passado, memória, identidade", *Etnográfica*, III (1), 71-86.
- SOROS, George (1998), *A crise do capitalismo global: a sociedade aberta ameaçada*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- SOUDIÈRE, Martin de la (1988), "L'inconfort du terrain: 'Faire' la Creuse, le Maroc, la Lozère...", *Terrain*, 11: 94-105.
- SOUTA, Luís (1995), *A escola da nossa saudade*. Porto, Profedições.
- SPENCE, C. F. (1963), *Moçambique (East african province of Portugal)*. Cidade do Cabo, Howard Timmins.
- STALINE, José [1972 (1926)], *Questões do leninismo*. Vila Nova de Famalicão, e.t.
- STIGLITZ, Joseph E. (2002), *Development policies in a world of globalization*. Nova Iorque, Columbia University (comunicação apresentada no seminário "New International Trends for Economic development", no Rio de Janeiro, Setembro de 2002).
- STIGLITZ, Joseph E. (2003), *Globalization and Its Discontents*. Nova Iorque, W.W. Norton.
- SUNG, Jung Mo (1989), *A idolatria do capital e a morte dos pobres: uma reflexão teológica a partir da dívida externa*. São Paulo, Paulinas.
- SWIDERSKI, Richard M. (1995), *Eldoret: an african poetics of technology*. Tucson, The University of Arizona Press.
- TALAHITE, Fatiha (2000), "Économie administrée, corruption et engrenage de la violence en Algérie". *Tiers Monde*, XLI (161), 50-74.
- TALI, Jean-Michel Mabeko (2001), *Dissidências e poder de estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977)*. Luanda, Editorial Nzila, vol. II (1974-1977).
- TANON, Fabienne (1996), "Découpage du savoir, apprentissage et transfert de connaissance", *Techniques et Culture*, 28, 65-82.
- TAYLOR, Anne Christine (2000), "Ethnie", in Pierre Bonte e Michel Izard (sous la direction de), *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*. Paris, Press Universitaire de France, 242-244.
- TAYLOR, Frederick Winslow [1998 (1911)], *The principles of scientific management*. Nova Iorque, Dove Publications.
- TCHAYANOV, Alexandre V. [1976 (1924)] "Teoria dos sistemas económicos não-capitalistas", *Análise Social*, XII (46): 478-502.
- TCHÍRKINE, V. e I. Iúdice (1983), *O Estado de orientação socialista*. Moscovo, Progresso.

- THOMSON, Alex (2000), *An introduction to African politics*. Londres, Routledge.
- TODD, Emmanuel (2002), *Após o império: ensaio sobre a decomposição do sistema americano*. Lisboa, Edições 70.
- TÖNNIES, Ferdinand [1955 (1887)], *Community and association*. Londres, Routledge e Kegan Paul.
- TORTURA NA COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE (1963-1974): DEPOIMENTOS DE PRESOS POLÍTICOS (1977). Porto, Afrontamento.
- TOUSSAINT, Éric (2002), “Libertar o desenvolvimento” in *Attac, Uma economia ao serviço do homem*. Lisboa, Fim de Século, 149-164.
- TRINDADE, João Carlos Trindade (2003), “Rupturas e continuidades nos processos políticos e jurídicos” in Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (orgs.), *Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto, Afrontamento, vol. I, 97-127.
- UNFRIED, Berthold (1998), “Montée et déclin des Héros”, in Pierre Centlivres, Daniel Fabre e Françoise Zonabend (sous la direction de), *La fabrique des héros*. Paris, Éditions de la Maison des sciences de l’homme, 189-202.
- VALÁ, Salim Cripton (2003), *A problemática da posse da terra na região agrária de Chókwè (1954-1995)*. Maputo, Promédia.
- VASCONCELOS, Leite de (1999), *Pela boca morre o peixe (crónicas)*. Maputo, Associação dos Amigos de Leite de Vasconcelos.
- VIEIRA, Sérgio (1990), “África Austral: conflitos, percepções e perspectivas na arena internacional”, *Estudos Moçambicanos*, 8, 63-96.
- VILAKAZI, Herbert W. (2001), “The african renaissance”, *New Agenda*, 4, 56-67.
- VIJFHUIZEN, Carin et al. (2003), *Género, mercados e meios de sustento no contexto da globalização: um estudo do sector da castanha de caju em Moçambique*. Maputo, International Institute for Environment and Development e UEM/Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal.
- VILHENA, Maria da Conceição (1996), *Gungunhana no seu reino*. Lisboa, Colibri.
- VINES, Alex (1991), *Renamo: terrorism in Mozambique*. Bloomington, Indiana University Press.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1976), “Three stages of african involvement in the world-economy”, in P. Gutkind e I. Wallerstein (eds.), *The political economy of contemporary Africa*. Beverly Hills, Sage, 30-57.
- WALLERSTEIN, Immanuel [1990 (1974)], *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo no século XVI*. Porto, Afrontamento.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1991), “The bourgeois(ie) as concept and reality” in Etienne Balibar e Immanuel Wallerstein, *Race, nation, class: ambiguous identities*. Londres, Verso, 135-152.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1992), “Introduction to issues of class and race” in Sérgio Vieira, William Martin e Immanuel Wallerstein (coord. by) (1992), *How fast the wind? Southern Africa, 1975-2000*. Trenton, Africa World Press, 255-292.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1993a), “The world-system after the cold war”, *Journal of Peace Research*, XXX (1), 1-6.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1993b), “Encontros: 1492 e depois; Descobertas: 1492 e antes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 38, 41-48.

- WALLERSTEIN, Immanuel [1994 (1974)], *O sistema mundial moderno: o mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia (1600-1750)*. Porto, Afrontamento.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1995), “Mudança social? ‘A mudança é eterna. Nada muda, nunca’”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 44, 3-24.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1998), *O capitalismo histórico (seguido de) A civilização capitalista*. Vila Nova de Gaia, Estratégias Criativas.
- WALLERSTEIN, Immanuel (entrevista com) (1999), “Um sistema desmorona-se hoje sob os nossos olhos” in Gérard Vindt, *500 anos de capitalismo: a mundialização de Vasco da Gama a Bill Gates*. Lisboa, Temas e Debates, 148-153.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2000a), “O albatroz racista: a ciência social, Jörg Haider e a resistência”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56, 5-33.
- WALLERSTEIN, Immanuel [2000b (1974)], “The rise and future demise of the world capitalist system” in Frank J. Lechner e John Boli (edited by), *The globalisation reader*. Oxford, Blackwell Publishers, 57-63.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2001), “Implicit ideology in Africa: a review of books by Kwame Nkrumah”, *Conflict Resolution*, XI (4).
- WALLERSTEIN, Immanuel (2002a), “A left politics for an age of transition”, *Monthly Review* (Janeiro de 2002), 17-23.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2002b) *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis, Vozes.
- WALLERSTEIN, Immanuel e Sérgio Vieira (1992), “Historical development of the region in the context of the evolving world-system” in Sérgio Vieira, William Martin e Immanuel Wallerstein (coord. by) (1992), *How fast the wind? Southern Africa, 1975-2000*. Trenton, Africa World Press, 3-29.
- WALLERSTEIN, Immanuel et al. (1996), *Para abrir as ciências sociais (relatório da Comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das ciências sociais)*. Mem Martins, Europa-América
- WEBER, Max (1990), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lisboa, Presença.
- WEBER, Max [1993 (1922)], *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. Cidade do Mexico, Fondo de Cultura Económica.
- WELCH, Gita (1991), “A nova justiça em Moçambique”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 32, 105-117.
- WERBNER, Richard (1999), “The reach of the postcolonial state: development, empowerment/disempowerment and technocracy” in Angela Cheater (editeb by), *The anthropology of power*. Londres, Routledge, 57-71.
- WIEVIORKA, Michel (2000), “A nova era do racismo” in Carlos Serra (direcção de), *Racismo, etnicidade e poder: um estudo em cinco cidades de Moçambique*. Maputo, Livraria Universitária, 169-194.
- WILLIGEN, John van (1986), *Applied Anthropology: an introduction*. South Hadley, Bergin & Garvey.
- WOLF, Eric R. (1966), *Peasants*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall.
- WOLF, Eric R. (1982), *Europe and the people without history*. Berkeley, University of California Press.
- WOLF, Eric R. with Sydel Silverman (2001), *Pathways of power: building an anthropology of the modern world*. Berkeley, University of California Press.
- WORSLEY, Peter (1964), *The Third World*. Londres, Weidenfeld & Nicolson.

- WRIGHT, Erik Olin (1979), *Class, crisis and the state*. London, Verso.
- WRIGHT, Eric Olin (1989). "A general framework for the analysis of class structure" in Erik Olin Wright *et al.*, *The debate on class*. Londres, Verso, 1-43.
- WRIGHT, Eric Olin (1997), "Um Menu Conceptual para o Estudo das Conexões entre a Classe e a Diferença Sexual", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49: 5-21.
- WRIGHT, Susan (1995), *Anthropology: Still the uncomfortable discipline?* in Akbar S. Ahmed e Chris N. Shore (edited), *The future of anthropology: its relevance to the contemporary world*. Londres, The Athlone Press, 65-93.
- WRIGHT, Susan e Nici Nelson (1995), "Participatory research and participant observation: two incompatible approaches" in Nici Nelson e Susan Wright, *Power and participatory development: theory and practice*. Londres, Intermediate Technology, 43-59.
- WUYTS, Marc (1990), "Gestão económica e política de ajustamento em Moçambique", *Estudos Moçambicanos*, 8, 97-124.
- YANG, Mayfair Mei-hui (2000), "Putting global capitalism in its place", *Current Anthropology*, 41 (4), 477-509.
- YAÑEZ CASAL, Adolfo (1991), "Discurso socialista e camponeses africanos: legitimação política-ideológica da socialização rural em Moçambique (Frelimo, 1965-1984)", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 14 e 15, 35-76.
- YAÑEZ CASAL, Adolfo (1996), *Antropologia e desenvolvimento: as aldeias comunais de Moçambique*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical.
- ZIEGLER, Jean (1964), *Sociologie de la nouvelle Afrique*. Paris, Gallimard.
- ZIEGLER, Jean e Uriel da Costa (1992), *Até amanhã, Marx*. Lisboa, Puma.
- ZONABEND, Françoise (1980), *La mémoire longue: temps et histoires au village*. Paris, Presses Universitaires de France.
- ZONABEND, Françoise (1989), *La prequ'île au nucléaire*. Paris, Odile Jacob.

Documentos e fontes primárias

- (L')Agriculture et les industries de transformation au Mozambique (s.d). Nova Iorque, Nations Unies, Assemblée Generale, Apêndice III.
- Anuário da província de Moçambique (1958). Lourenço Marques.
- Assessment of the status of competitiveness and employment in the cashew processing industry in Mozambique (final draft report) (1999), Cambridge, Abt Associates Inc.
- Common country assessment (2000). Maputo, United Nations System in Mozambique.
- Comunicação 139/SEC/GSEC/94, de 5/09/1994. Maputo, Ministério da Agricultura/Secretaria de Estado do Caju.
- Dados estatísticos do processo eleitoral 1994 (1998). Maputo, STAE.
- Dossier Frelimo I - 1º e 2º Congressos (Documentos). Maputo.

- Economical and social redevelopment of cashew plantations in Southern Moçambique* (s.d.). Xai-Xai, Indústrias de Caju Mocita, SARL (Documento interno de circulação restrita cedido pela administração da empresa).
- Estudo do impacto da liberalização do mercado da castanha de caju* (1997). Maputo, Deloitte & Touche (África).
- (O) futuro do sector do caju em Moçambique* (1995). Maputo, Aicaju (seminário).
- Impediments to industrial sector recovery* (1995), Report n.º 13752-MOZ (Macro, Industry and Finance Division, Southern Africa Department, Document of World Bank), in www-wds.worldbank.org/servlet/WDSCContentServer/WDSP/IB/1995/08/22/000009265_3961019100155/Rendered/INDEX/multi0page.txt (1 de Janeiro de 2003).
- Industrialização e comercialização da castanha de caju* (1994). Maputo, SEC.
- Intervenções dos delegados ao IV Congresso* (1985), Maputo.
- Inquérito do caju ao sector familiar* (1998). Maputo, Ministério da Agricultura e Pescas/Banco Mundial.
- Livro de registo das autoridades gentílicas de Manjacaze (1961-1974)*.
- Moving from comparative to competitive advantages: Tanzania's experience* (s.d.). S.I., International Trade Centre (contributed by the Tanzanian Country Team) in www.untracen.org/execforum/ef2002/reg_tanzania.pdf (10 de Janeiro de 2003).
- Mozambique cashew industry study – Rehabilitation of cashew sector assistance* (1990). Roma, FAO TCP/MOZ/8955 (I) Technical Report.
- Perfis de desenvolvimento distrital – Distrito de Mandlakazi, província de Gaza* (1997). Maputo: ACNUR – PNUD.
- Plano director do caju* (1999). Maputo, Incaju.
- (III) *Plano de fomento – Parte II, relatórios sectoriais, vol. I, agricultura e silvicultura, tomo II, capítulos 5º a 7º* (1966). Lourenço Marques, Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica.
- (IV) *Plano de fomento – Parte III, relatórios sectoriais, vol. 4, indústrias transformadoras* (1973). Lourenço Marques, Direcção dos Serviços de Planeamento e Integração Económica.
- Políticas e estratégias para o desenvolvimento do sector do caju nos anos 90* (1993). Maputo, Secretaria de Estado do Caju.
- Ponto de situação do programa de tratamento químico dos cajueiros* (2001). Xai-Xai, Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Gaza.
- Problemas de transformação rural na província de Gaza: Um estudo sobre a articulação entre aldeias comunais seleccionadas, cooperativas agrícolas e a unidade de produção do Baixo Limpopo (UPBL)* (1979). Maputo, CEA-UEM.
- Projecto de reabilitação e desenvolvimento agrícola – Centro de desenvolvimento do caju* (1993). Maputo, Secretaria de Estado do Caju.
- Poverty reduction strategy: Steps to follow* (2001). Maputo, Government Document/Consultive Group 2001.
- Relatório do Comité Central ao IV Congresso* (1983), Maputo.
- Recenseamento geral da população civilizada em 1955* (1958). Lourenço Marques, Direcção dos Serviços de Economia e de Estatística Geral/Imprensa Nacional de Moçambique.
- (IV) *Recenseamento geral da população* (1970). Lourenço Marques, INE.

(II) *Recenseamento geral da população e habitação 1997 – Resultados definitivos (1999)*. Maputo, INE.

Recenseamento do parque cajuícola (1970). Lourenço Marques, Missão de Inquérito Agrícola de Moçambique.

World development indicators (2002). Washington, BM.

Workshop on cashew development for southern Africa and eastern Africa (2001), Maputo, Incaju (documento de trabalho).

Documentação em suporte electrónico

http://members.tripod.com/selousscouts/home_page.htm (29 de Junho de 2003).

http://pd.cpim.org/2002/june/09/06092002_kerale_udf_II.htm (2 de Janeiro de 2003).

<http://users.skynet.be/cadtm/pages/francais/manifestedakar.htm> (10 de Setembro de 2003).

www2.nbm.co.za/icc/sasol/sasol_sdr/ (3 de Junho de 2003).

www.agridata.mg.gov.br/mapgeo/html/algodao.html (4 de Março de 2003).

[www.bancomoc.mz.](http://www.bancomoc.mz/) (2 de Junho de 2002).

www.bc.bangor.ac.uk/_06_techtransfer/techtransfer4_CNSLbioresins.htm (11 de Janeiro de 2003).

<http://w3.tyenet.com/kozlich/METOHIA.htm> (18 de Novembro de 2002).

www.bndes.gov.br/produtos/agropecuaria/procaju.asp (16 de Janeiro de 2003).

www.cnpat.embrapa.br/users/vitor/cajucultura/CajunaImprensa.html (16 de Janeiro de 2003).

www.cardolite.com/www.cnsl_history.htm (11 de Janeiro de 2003).

www.cashewindia.org/html/c0200abt.htm (2 de Janeiro de 2003).

[www.ceji-iocj.org/English/international/DakarManifesto\(Dec00\).htm](http://www.ceji-iocj.org/English/international/DakarManifesto(Dec00).htm) (4 de Setembro de 2003).

www.conab.gov.br/politica_agricola/PrecosMinimos/Castanha%20%20Caju.doc (18 de Janeiro de 2003).

www.ecolatina.com.br/ambietec/ed04_espanol/int_negocios2.html (12 de Janeiro de 2003).

www.eco.utexas.edu/faculty/Rostow (2 de Junho de 2002).

www.jwj.org/global/S26/Organizing_kit/World%20Bankand%20Trade.htm (2 de Janeiro de 2003).

www.dpi.qld.au/horticulture/5096.html (9 de Fevereiro de 2003).

www.infoplease.com (22 de Abril de 2003).

www.izf.net/Documentation/Rapports/uemo6/mat_prem.htm (20 de Janeiro de 2003).

www.geocities.com/TheTropics/1362/gp3.html (18/7/2003).

www.go2africa.com (31 de Julho de 2003).

www.mozambique.mz/awepa/awepa19/awepa19.htm (18 de Julho de 2003).

www.negocios.pt/noticias/NoticiaDetalhe.asp?CdDoc=72242 (18/7/2003).

www.noolhar.com/opovo/opinião/183665.html (2 de Janeiro de 2003).

www.oltremare.biz/eng/history.htm (3 de Janeiro de 2003).

www.quilon.com/Html/industries.htm (11 de Janeiro de 2003).

www.sasol.com/sasol_internet/frontend/navigation.jsp?navid=1 (3 de Junho de 2003).

www.seagri.ba.gov.br/Caju.htm (9 de Fevereiro de 2003).

www.s bq.org.br/ranteriores/23/resumos/0773/ (12 de Janeiro de 2003).

www.sdr.ce.gov.br/Cajucultura.htm (12 Janeiro de 2003)

www.tropical.co.mz/~parafric/83.htm (2 de Junho de 2002).
www.tropical.co.mz/~parafric/4_por.htm (2 de Junho de 2002).
www.undp.org/hdro/Chapter1.pdf (23 de Janeiro de 2003)
www.unicamp.br/nipe/rbma/caj_eco.htm (12 de Janeiro de 2003).
www.untracen.org/execforum/ef2002/reg_tanzania.pdf. (20 de Janeiro de 2003).
www.usaid.gov (2 de Junho de 2002).
www.worldbank.org/poverty/wdrpoverty/report/Prooverv.pdf (17 de Janeiro de 2003).
www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min96_e/chrono.htm (18 de Fevereiro de 2003).

Arquivos e outros recursos documentais

Arquivo Histórico de Moçambique
Arquivo Histórico Ultramarino
Boletim Económico e Estatístico
Boletim Oficial (de Moçambique)
Boletim da República (Publicação Oficial da República Popular de Moçambique).
Boletim da República (Publicação Oficial da República de Moçambique).
Constituição da República Popular de Moçambique
INE (M)
INE (P)

Jornais e revistas da imprensa

Africanidade (www.africanidade.com)
AIM
Demos
(O) Diabo
Diário de Notícias (Moçambique)
Domingo
Economia de Moçambique
Expresso
Mediafax
Metical
Moçambique
(Le) Monde Diplomatique - edição portuguesa
Mozambiquefile
Notícias
N'tseco

Público

Savana

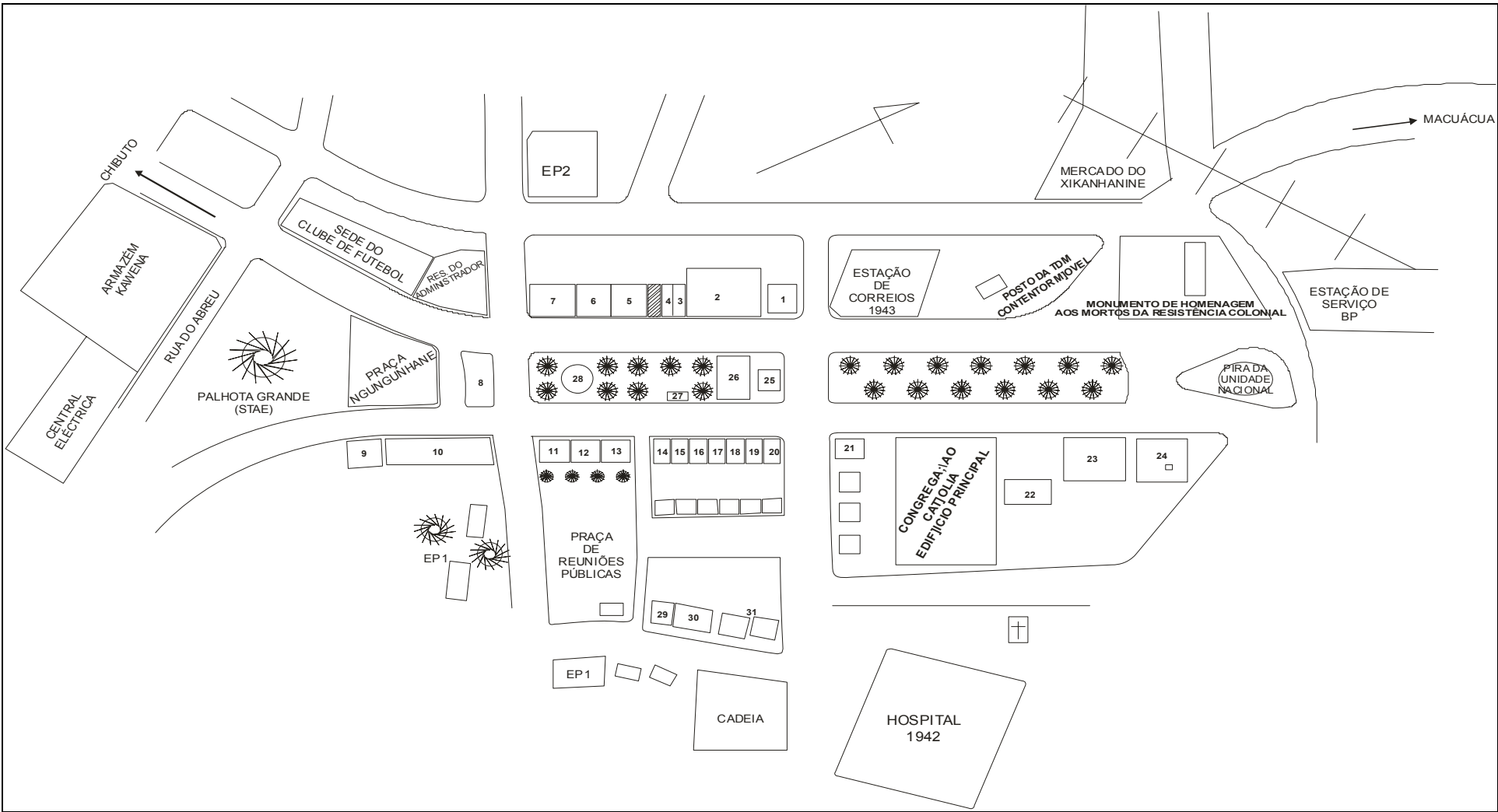
Tempo

Vertical

Anexos

Anexo 1

Representação esquemática do centro administrativo de Manjacaze

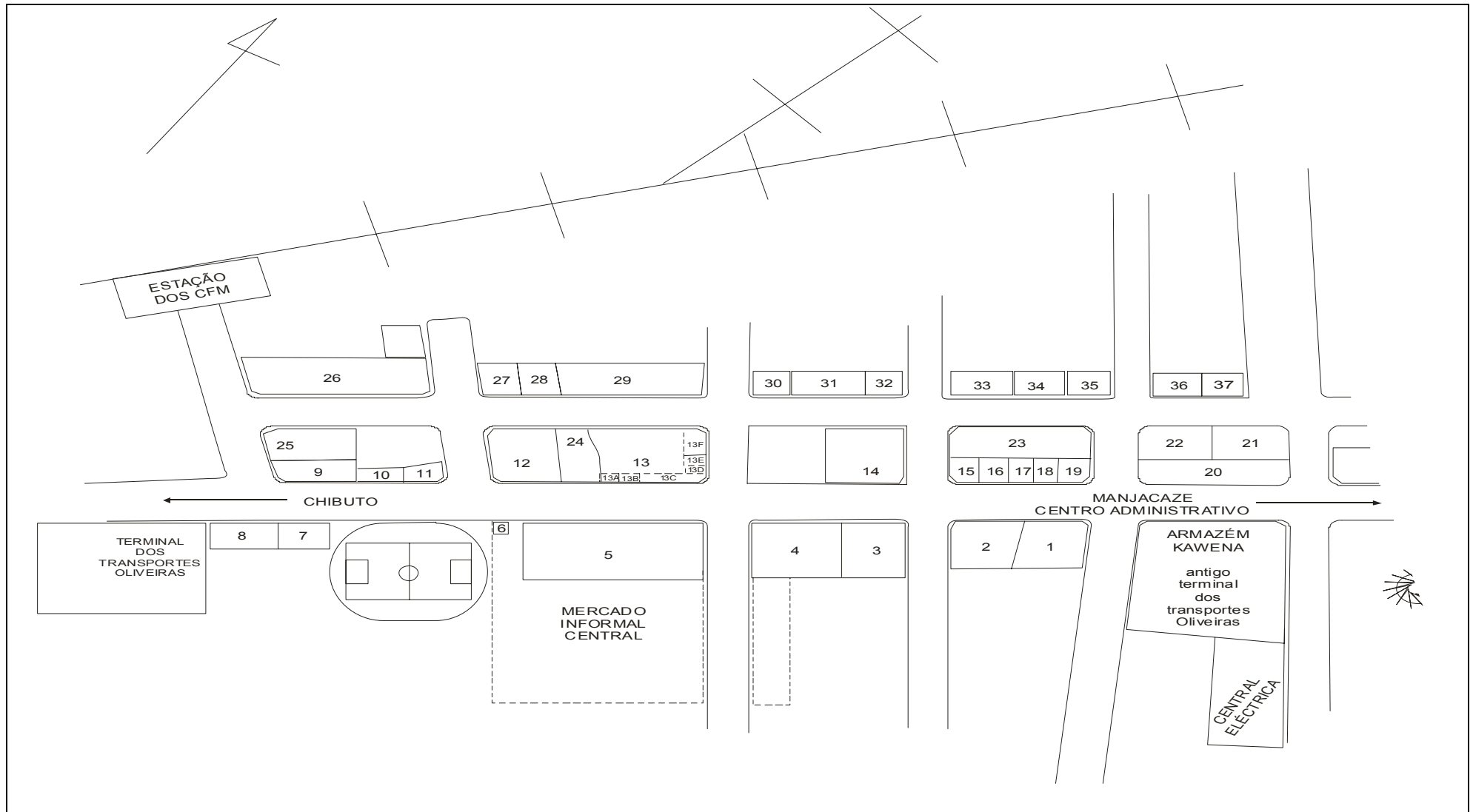


Anexo 2

Lista de correspondência dos principais edifícios do centro administrativo

Nº.	Período colonial	No presente
1	-	Direcção Distrital da Indústria, Comércio e Turismo
2	Oficina de automóveis da administração. Construída em 1923.	Armazém do PMA (propriedade do município)
3	Habitação do sacerdote católico	Habitação do sacerdote católico
4	Habitação aspirante da administração	Propriedade do município
5	Habitação do secretário da administração. Construída em 1952.	Habitação do administrador adjunto
6	Habitação do presidente da câmara	Habitação do presidente do município
7	Habitação do médico	Em reconstrução (propriedade da administração central)
8	Administração	Administração
9	Não existia	Casa de um herói da luta armada
10	Escola primária Coronel Galhardo	Oficina pedagógica
11	Câmara municipal	Município
12	Habitação da câmara municipal	Habitação do director distrital do SISE
13	Habitação da câmara municipal	Habitação do comandante da polícia
14	Habitação propriedade da administração	Direcção distrital de educação
15	Habitação propriedade da administração	Habitação do director distrital da agricultura
16	Habitação para funcionário subalterno (v.g., chefe de posto). Construída em 1955.	Esquadra da PRM
17	Habitação para funcionário subalterno (v.g., mecânico)	Habitação do médico director do hospital
18	Habitação para funcionário subalterno (v.g., funcionário administrativo)	Habitação do 1º secretário da Frelimo
19	Habitação para funcionário subalterno (v.g., funcionário administrativo)	Habitação do director distrital da educação
20	Concluída em vésperas da independência	Cartório notarial
21	Habitação do técnico de veterinária. Construída em 1955.	Habitação do técnico de veterinária
22	Congregação católica	Congregação católica
23	Congregação católica	Congregação católica
24	Congregação católica	Congregação católica
25	Igreja-capela católica. Construída em 1955.	Igreja-capela católica
26	Ringue	Ringue
27	Não existia	Barraca de bebidas refeições ligeiras
28	Depósito de água	Depósito de água
29	Habitação para funcionário subalterno (v.g., funcionário administrativo)	Propriedade do município
30	Habitação para funcionário subalterno (v.g., funcionário administrativo)	Tribunal
31	Bairro dos cipaiois	Propriedade do município
+	Não existia	Vala comum das vítimas do ataque da Renamo de Agosto de 1987.

Anexo 3
Representação esquemática da zona comercial formal de Manjacaze

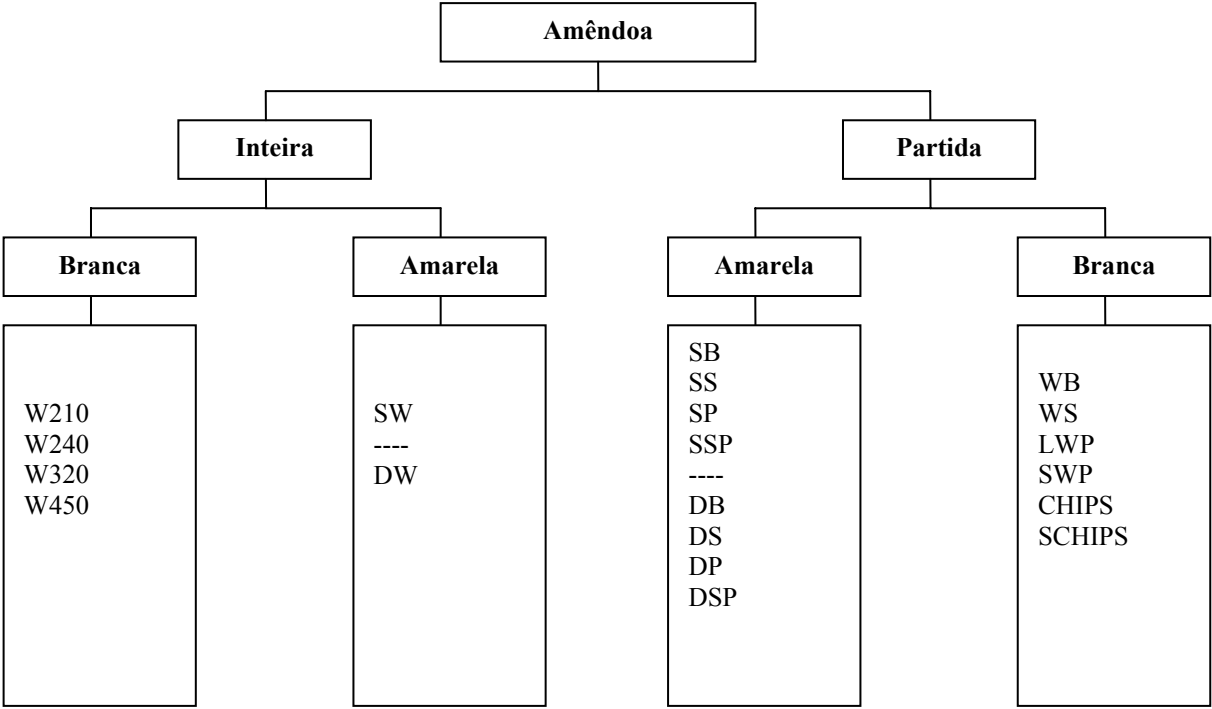


Anexo 4

Lista de correspondência dos principais edifícios na zona do comércio formal

Nº.	Período colonial	No presente
1	Pousada Algarve (M. Neto)	Comerciante de origem indiana
2	Comerciante português	Dependência bancária
3	Comerciante de origem indiana	Comerciante de origem indiana
4	Comerciante de origem indiana	Comerciante africano
5	Mercado central	Mercado central
6	Não existia	Comerciante indiano
7	Comerciante indiano. Posteriormente comerciante português	Comerciante indiano (encerrada)
8	Não existia	Comerciante africano
9	Comerciante português	Comerciante de origem indiana
10	Comerciante português	Comerciante africano
11	Não existia	Comerciante africano
12	Jardim	Jardim
13	Complexo comercial/residencial de comerciante português	13A: Comerciante africano (encerrada) 13B: Comerciante africano 13C: Comerciante de origem indiana 13D: Comerciante africano (encerrado) 13E: Dependência bancária até 2003. Actualmente agência da EDM 13F: Comerciante africano
14	Comerciante de origem indiana e confissão hindu (expulso após a anexação de Goa, Damão e Diu)	Comerciante de origem indiana
15	Comerciante português	Comerciante de origem indiana
16	Comerciante português	Comerciante de origem indiana
17	Comerciante português	Comerciante de origem indiana
18	Comerciante português. Uso residencial	Comerciante de origem indiana. Uso residencial
19	Comerciante português	Comerciante de origem indiana (destruída)
20	Comerciante português	Comerciante de origem indiana (destruída)
21	Comerciante português	Destruída
22	Comerciante português	Comerciante de origem indiana
23	Comerciante português	Comerciante de origem indiana
24	Comerciante de origem indiana	Comerciante de origem indiana (destruída)
25	Comerciante português	Comerciante de origem indiana
26	Comerciante português	Comerciante de origem indiana Uso residencial
27	Comerciante português	Comerciante africano
28	Comerciante português. Uso residencial	Comerciante africano. Uso residencial
29	Comerciante português	Comerciante de origem indiana (hindu)
30	Comerciante português. Uso residencial	Comerciante de origem indiana Uso residencial
31	Comerciante português	Comerciante africano (encerrado)
32	Comerciante português	Comerciante de origem indiana (encerrado)
33	Comerciante de origem indiana e confissão hindu (expulso após a anexação de Goa, Damão e Diu)	Destruída
34	Comerciante de origem indiana	Habitação de família de origem indiana
35	Comerciante de origem indiana	Comerciante de origem indiana
36	Comerciante de origem indiana e confissão hindu (expulso após a anexação de Goa, Damão e Diu)	Destruída
37	Comerciante de origem indiana	Comerciante de origem indiana

Anexo 5
Tipologia básica da amêndoa de caju



Anexo 6

Quadro analítico da amêndoa de caju

Tipo de amêndoa	Descrição comercial	Características
 Wholes (vários tamanhos)	Inteira branca	Cor de marfim, pouca humidade, sem qualquer dano provocado por insectos ou pelo processamento
 Scorched Wholes	Inteira amarela	Cor amarela, queimada durante alguma das fases do processamento (v. g., pela fritura ou estufagem)
 White Butts	Cotilédones unidos, com fractura numa das extremidades em corte transversal, de cor branca	Cor de marfim, pouca humidade, sem qualquer dano provocado por insectos ou pelo processamento
 White Splits	Cotilédones separados mas inteiros, de cor branca	
 Large White Pieces	Pedaços partidos em mais de duas partes de grande dimensão	
 Small White Pieces	Pedaços partidos de pequena dimensão mas significativamente maiores que os “chips”	
 Chips Small Chips	Pedaços brancos pequenos Pedaços brancos muito pequenos	

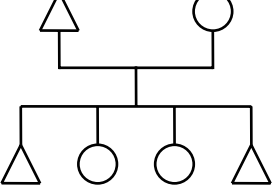
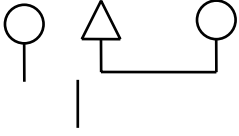
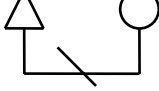
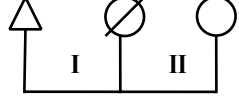
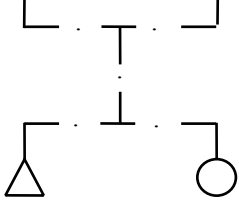
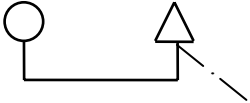
	Pedaços partidos transversalmente de cor amarela	Cor de marfim, pouca humidade, sem qualquer dano provocado por insectos ou pelo processamento
	Pedaços separados longitudinalmente pelo fractura natural de cor amarela	
	Pedaços partidos de cor amarela	
		
Scorched Small Pieces		
Dessert whole Dessert Butts Dessert Splits Dessert Pieces Dessert Small Pieces	Inteira muito queimada	Pouca humidade. Para além de muito queimada e com algumas marcas negras, não pode ter danos provocados por insectos

Notas explicativas

- Apesar de existir um projecto de norma votada em 1986 (ISO/DIS 6477) - ainda não traduzida para português (Ferrão 1995: 230) -, a classificação corrente em Moçambique segue, grosso modo, a utilizada na Índia e nos EUA.
- A numeração identifica a quantidade de amêndoas por libra de peso (1 libra corresponde a 0.4536 kg).
- Em Moçambique as fábricas têm outras subdivisões menores para a amêndoa, nomeadamente farinha (granulado muito pequeno) para venda aos trabalhadores e residentes nas suas imediações.

Anexo 7

Código das genealogias

	Homem
	Mulher
 	Falecidos
	Irmãos
	Casamento
	Casal com filhos. Ordem de nascimento destes da esquerda para a direita
	Pessoa ou casal com descendentes legítimos não assinalados
	Divórcio, separação ou abandono
	Casamento em segundas núpcias
	Filiação ilegítima
	Casamento, tendo o marido um filho ilegítimo anterior de outra mulher
	Ego, pessoa em relação à qual a genealogia é construída

